



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2458

Quarta-feira - 21 de Fevereiro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Galvão	234	Meleiro	445
Agronômica	4	Garopaba	235	Modelo	446
Água Doce	5	Garuva	237	Mondaí	448
Alto Bela Vista	6	Gaspar	238	Monte Carlo	449
Anchieta	9	Governador Celso Ramos	241	Morro da Fumaça	450
Anita Garibaldi	12	Grão Pará	242	Morro Grande	451
Antônio Carlos	13	Gravatal	244	Navegantes	452
Apiuna	15	Guaraciaba	250	Nova Erechim	470
Arabutã	23	Guaramirim	253	Nova Trento	476
Ascurra	24	Guarujá do Sul	254	Nova Veneza	486
Balneário Piçarras	25	Guatambú	255	Orleans	488
Balneário Rincão	26	Herval d'Oeste	267	Palhoça	493
Barra Bonita	35	Ibiam	275	Palmitos	494
Barra Velha	38	Ibirama	277	Papanduva	495
Bela Vista do Toldo	40	Ilhota	278	Paraíso	496
Benedito Novo	42	Imarui	280	Passos Maia	511
Biguaçu	43	Imbituba	281	Paulo Lopes	512
Blumenau	54	Indaial	286	Penha	513
Bom Jesus do Oeste	60	Ipira	301	Peritiba	548
Bom Retiro	63	Ipuacú	302	Pescaria Brava	549
Botuvera	65	Ipumirim	303	Petrolândia	553
Braço do Trombudo	66	Iraceminha	306	Pinheiro Preto	554
Brusque	68	Irani	307	Piratuba	556
Caçador	77	Iratí	309	Planalto Alegre	557
Camboriú	84	Irineópolis	310	Pomerode	558
Campo Alegre	86	Itá	311	Ponte Alta do Norte	561
Campo Erê	116	Itaiópolis	312	Ponte Serrada	562
Campos Novos	123	Itapema	313	Porto União	582
Canelinha	140	Itapiranga	314	Pouso Redondo	584
Canoinhas	141	Itapoá	316	Praia Grande	585
Capinzal	158	Ituporanga	319	Presidente Castello Branco	586
Caxambu do Sul	168	Jaborá	321	Presidente Nereu	587
Cerro Negro	169	Jaraguá do Sul	323	Princesa	629
Chapadão do Lageado	170	Joaçaba	334	Quilombo	632
Cocal do Sul	175	Lacerdópolis	407	Rio das Antas	636
Concórdia	177	Lages	409	Rio do Campo	637
Cordilheira Alta	193	Laguna	410	Rio do Oeste	648
Coronel Freitas	201	Lajeado Grande	411	Rio dos Cedros	674
Coronel Martins	202	Lauro Muller	412	Romelândia	724
Correia Pinto	204	Lebon Regis	413	Salto Veloso	730
Corupá	208	Leoberto Leal	414	Santa Cecília	735
Cunha Porã	209	Lindóia do Sul	415	Santa Rosa de Lima	736
Curitibanos	210	Lontras	416	Santa Rosa do Sul	737
Dionísio Cerqueira	219	Luiz Alves	417	Santa Terezinha do Progresso	738
Ermo	221	Luzerna	427	Santiago do Sul	744
Flor do Sertão	222	Macieira	436	São Bento do Sul	750
Formosa do Sul	224	Maravilha	437	São Bernardino	751
Forquilha	226	Massaranduba	440	São Bonifácio	765
Fraiburgo	229	Matos Costa	444	São Domingos	766

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2458

Quarta-feira - 21 de Fevereiro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

São Francisco do Sul.....	767	Schroeder	850	Trombudo Central.....	884
São João Batista.....	777	Seara	851	Tunápolis	888
São João do Oeste	779	Serra Alta	853	União do Oeste	911
São Joaquim	780	Sombrio.....	856	Urubici	915
São José.....	794	Tangará	858	Urussanga	918
São José do Cedro.....	810	Tigrinhos	867	Vargem Bonita	919
São Lourenço do Oeste.....	829	Tijucas	868	Vidal Ramos.....	920
São Miguel da Boa Vista	845	Timbé do Sul	875	Videira.....	921
São Miguel do Oeste.....	846	Timbó	878	Vitor Meireles.....	923
São Pedro de Alcântara.....	847	Três Barras	882	Xanxerê.....	924
Saudades.....	849	Treze Tílias	883	Xaxim.....	925

Associações

FECAM	927	AMEOSC	927
-------------	-----	--------------	-----

Consórcios

AGIR	929
ARIS	930
CIGA	930
CIMCATARINA.....	931
CIMVI.....	931
CIS/AMARP	933
CISAM-SUL	933
CIASS.....	934



Abdon Batista**PREFEITURA****DECRETO 12_2018**

Publicação Nº 1528179

DECRETO Nº 000012/18 de 15 de Fevereiro de 2018

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000944/17 de 29 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO

02.04 - SECRETARIA DE OBRAS

02.04.26.782.0012.1.005-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

10.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Fevereiro de 2018

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA
Prefeito Municipal

Agronômica

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO 8/2018

Publicação Nº 1528253

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2018

PREGAO PRESENCIAL Nº 8/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL PARA CONserto DE PNEUS E SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA A FROTA DE VEICULOS E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE AGRONÔMICA

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 05/03/2018 as 09:00h.

Local: Rua Sete de Setembro, 215, Setor de Licitações.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura Municipal, ou por e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br, ou no site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542 0166.

Agronômica, em 21 de FEVEREIRO de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

086/2018

Publicação Nº 1527973

PORTARIA Nº 086/2018 – DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONFERIR DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARATER TEMPORÁRIO"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conferir desistência, de FRANCILEINE APARECIDA VARELA do Concurso Público 015/2014, referente ao cargo em caráter temporário de Técnica em Enfermagem conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

087/2018

Publicação Nº 1527974

PORTARIA Nº 087/2018 – DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

"NOMEIA SERVIDOR PARA GERAR E TRANSMITIR ARQUIVOS DA FOLHA DE PAGAMENTO"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º NOMEAR, a servidora LILIAN BITTENCOURT CHÜLER, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, para representá-lo junto às instituições financeiras, podendo gerar e transmitir arquivos da folha de pagamento dos servidores do Fundo Municipal de Defesa Civil CNPJ 15.587.945/0001-29.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora do Dpto Recursos Humanos

EDITAL Nº 1/2018

Publicação Nº 1529070

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1/2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 1.163/01 de 29/05/2001, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública para Prestação de Contas do 3º quadrimestre referente aos meses de setembro a dezembro do exercício de 2017.

Data da Audiência: 28/02/2018

Início: 14h00min

Local: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Água Doce

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de fevereiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2559, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528146

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a sra. JESSICA TAIS FISCHER, inscrita no CIC/CPF sob nº 084.838.589-67, portadora da cédula de Identidade nº 5.336.536-4 – SSP/SC, para o cargo de ENCARREGADA DE UNIDADE DE ESCOLAR, com as atribuições estabelecidas no art. 18, § 5º, da Lei Complementar nº 085, de 12 de junho de 2017.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 16 de fevereiro de 2018

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2560, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528150

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

Considerando: apresentação do novo regimento interno pela Ata 01.2018 do Conselho de Saneamento Básico Municipal.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico, o qual integra no anexo I deste Decreto.

Art. 2º. Fica homologado o plano de saneamento básico de Alto Bela Vista pelo conselho de saneamento básico municipal.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, 19 de fevereiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas Publicações

ANEXO I

CONSELHO DE SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Art. 1º - O Conselho Municipal de Saneamento - CONSAM, criado pela Lei Complementar nº 048, de 08 de maio de 2012, terá seu funcionamento estabelecido por este Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA DO CONSAM

Art. 2º - O CONSAM tem sua composição definida no Capítulo II, seção II, da Lei Complementar nº 048 de 08 de maio de 2012.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DO CONSAM

Art. 3º - O CONSAM terá a seguinte estrutura administrativa:

I - Plenária

II - Presidência

SEÇÃO I

DA PLENÁRIA

Art. 4º - A Plenária é órgão máximo de deliberação do CONSAM, sendo formada pelos Conselheiros titulares governamentais e não governamentais e seu Presidente.

SEÇÃO II

DO CONSELHEIRO

Art. 5º - Compete ao Conselheiro:

I - cumprir e fazer cumprir as determinações legais e deste Regimento;

II - comparecer as reuniões;

III - atuar com autonomia, buscando sempre o melhor para o Município.

SEÇÃO III

DO PRESIDENTE

Art. 6º - Ao Presidente do Conselho cabe as seguintes atribuições:

I - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - presidir as sessões, coordenando os trabalhos, conduzindo os debates, apurando as votações e estabelecendo os procedimentos necessários para resolver situações de impasse;

III - o voto de desempate nas deliberações do Conselho;
IV - organizar a pauta e o calendário das reuniões;
V - assinar as correspondências do Conselho;
VI - comunicar, às entidades e/ou órgãos representados no Conselho, as ausências de seus representados que excedam às previstas por este Regimento Interno e solicitar sua substituição;

Parágrafo Único - O Presidente nas suas ausências e impedimentos indicará, por escrito, servidor que irá substituí-lo.

SUBSEÇÃO I DO SECRETÁRIO

Art. 7º - A função de Secretário será exercida por um servidor público municipal, designado pelo Presidente do CONSAM, competindo-lhe:

I - organizar, juntamente com o Presidente, a pauta dos trabalhos para cada sessão;
II - redigir as atas das reuniões;
IV - organizar espaços físicos e materiais das reuniões do Conselho;
V - anotar a presença dos Conselheiros, em livro próprio;
VI - elaborar e expedir a correspondência do CONSAM, determinada pelo Presidente;
VII - manter em arquivos os documentos expedidos e recebidos pelo Conselho;
VIII - manter atualizado o controle da frequência dos conselheiros;

§ 1º O membro do Conselho que tiver assunto a ser incluído na pauta deverá, com antecedência mínima de vinte (20) dias da reunião, encaminhá-la por escrito, preferencialmente via ofício, ao Secretário, que o submeterá ao Presidente.

SUBSEÇÃO II DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Art. 8º - O CONSAM estruturará Câmaras Técnicas integradas pelos seus conselheiros.

§ 1º As Câmaras Técnicas serão segmentadas, conforme o eixo de atuação, sendo eles:

I - sistema de abastecimento de água;
II - sistema de esgotamento sanitário;
III - manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana;
IV - manejo e drenagem das águas pluviais;

Art. 9º - Às Câmaras Técnicas compete:

I - examinar, orientar e apresentar parecer técnico aos assuntos pertinentes, encaminhados pelo CONSAM;

II - desenvolver estudos com vistas à análise e parecer referente aos planos e projetos relativos à Política Municipal de Saneamento, quando solicitados pelos órgãos do setor e encaminhados ao CONSAM.

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES DO CONSAM

Art. 10º - As reuniões do CONSAM serão realizadas ordinariamente no mínimo quatro vezes por ano, segundo o cronograma fixado pela Plenária, no início de cada exercício.

Art. 11º - A reunião extraordinária se dará mediante convocação de seu Presidente, do Chefe do Poder Executivo ou, ainda, pela maioria de seus membros, sendo exigida justificativa por escrito, para tratar de assunto relevante que não possa aguardar a reunião ordinária.

SEÇÃO I DA DECISÃO E VOTAÇÃO

Art. 12º - As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria dos membros presentes e registradas em ata.

Art. 13º - Anunciada a apreciação de um assunto, far-se-á a exposição da matéria, passando-se à discussão e à posterior votação, se for o caso.

Art. 14º - Encerrada a votação, o Presidente anunciará o resultado, declarando os votos contrários, favoráveis e as abstenções.

Art. 15º - O Presidente somente poderá votar quando houver empate.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º - Poderão participar das reuniões a convite dos membros do Conselho ou de seu Presidente, representantes de órgãos públicos e de entidades privadas, cuja área de competência se relacione com o assunto a ser discutido.

Art. 17º - Quaisquer alterações deste Regimento serão propostas na sessão do CONSAM, discutidas e votadas em sessões posteriores, pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 18º - Os casos omissos serão decididos pela Plenária.

Art. 19º - Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Cassiano Martinazzo
Presidente do CONSAM

Aprovado em reunião ordinária, conforme ata N.º 01/2018, aos dezesseis dias de fevereiro de 2018.

PORTARIA Nº 26, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528140

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, GISELE KOLLER BIANQUI CASTRO, matrícula 377 e 605, ocupante do cargo de PROFESSOR II – 20 HORAS, no período de 05 (cinco) dias, a contar de 19 de fevereiro de 2018, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Gladstone Coghetto Jr. CRM-SC 21897.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 19 a 23 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 19 de Fevereiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 27, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528143

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, EDSON GONCALVES, matrícula 131, ocupante do cargo de OPERADOR DE Balsa, no período de 04 (quatro) dias, a contar de 19 de fevereiro de 2018, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Gladstone Coghetto Jr. CRM-SC 21897.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 19 a 22 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 19 de Fevereiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1528274

Anchieta (SC), 19 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Dianatan Sissgler

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 001/20017

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 001/2017 para o cargo de Monitora de Creche.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1528272

Anchieta (SC), 19 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Jackline Appio

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 001/20017

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 001/2017 para o cargo de Monitora de Creche.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 035/2018

Publicação Nº 1529561

DECRETO Nº. 35 /2018, de 16 de fevereiro de 2018

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e contém outras providências. O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.347, de 29 de novembro de 2017 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TITULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.347, de 29 de novembro de 2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

04 – SECRETARIA DA FAZENDA
01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
04.123.0003.2009 - Adm. Geral dos Bens e Serv.de Finanças, Trib. e Fiscalização
(23) 3.3.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00
Total R\$ 30.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

04 – SECRETARIA DA FAZENDA
01 – FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
04.123.0003.2009 - Adm. Geral dos Bens e Serv.de Finanças, Trib. e Fiscalização
(22) 3.1.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00
Total R\$ 30.000,00

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2339 de 10 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta em Exercício (SC),
16 de fevereiro de 2018.

VILMAR PAULO PIOVEZANI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta – (SC), 16/02/2018

Fernanda Cristina Segalin
Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº124/2018

Publicação Nº 1527908

PORTARIA nº. 124/2018
De 19 de Fevereiro de 2018.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o senhor Julio Cesar de Oliveira, ocupante do cargo de Motorista – Transporte Escolar ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 19 de Fevereiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº125/2018

Publicação Nº 1527909

PORTARIA Nº. 125/2018
De, 19 de Fevereiro de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Rudimar Lasarotto, ocupante do cargo de Motorista, matrícula 112, lotado no Encargos Gerais do Município com designação para o Corpo de Bombeiros Militar, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 18/02/2018 à 19/03/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 19 de Fevereiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº126/2018

Publicação Nº 1528870

PORTARIA Nº. 126/2018
De, 20 de Fevereiro de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012 e,

Considerando o Processo Seletivo nº 003/2017;
Considerando o afastamento por procedimento cirúrgico do servidor efetivo, senhor Joseandro Dala Rosa;
Considerando o pedido de demissão do primeiro colocado no Processo Seletivo nº 003/2017;
Considerando a Convocação dos demais candidatos classificados e posterior desistência dos mesmos;
Considerando a necessidade de excepcional interesse público na continuidade dos serviços do Transporte Escolar;

RESOLVE:

Nomear Motorista ACT,

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Adair José de Souza, para exercer o cargo de Motorista – Transporte Escolar - ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotado na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso V, no período de 20/02/2018 até a data definida pela perícia médica.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC
Em, 20 de Fevereiro de 2018.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº127/2018

Publicação Nº 1528873

PORTARIA nº. 127/2018
De, 20 de Fevereiro de 2018.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº. 001/2017;

RESOLVE:

Nomear Monitora de Creche ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Dianatan Sissgler, para exercer o cargo de Monitora de Creche ACT – Admissão em Caráter

Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º, inciso VIII, no período de 20/02/2018 à 21/12/2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 20 de Fevereiro de 2018.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

Anita Garibaldi

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2018

Publicação Nº 1529129

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PUBLICA AGRICULTURA FAMILIAR

Nº 001/2018

Objeto: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

Recebimento das propostas: até 17h do dia 28/02/2018.

Abertura: divulgação do resultado após 5 dias corridos.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 20 de Fevereiro de 2018.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****10ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO N. 02/2017**

Publicação Nº 1528797

10ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO N. 02/2017

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 21/02, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS		
Inscrição	Candidato	Class.
215	GASPARINA DA FONSECA SANTOS	8º

Antônio Carlos, 20 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

11ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO N. 02/2017

Publicação Nº 1528800

11ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO N. 02/2017

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 21/02, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS		
Inscrição	Candidato	Class.
425	ANDRÉIA TEREZINHA JUNKES DE OLIVEIRA	9º
290	JAQUELINE SOUZA DE CASTRO	10º

Antônio Carlos, 20 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

12ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO N. 02/2017

Publicação Nº 1528803

12ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO N. 02/2017

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 21/02, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA (PEDAGOGIA) 40H - HABILITADO		
Inscrição	Candidato	Class.
532	KESIA VIEIRA	11º

Antônio Carlos, 20 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

AVISO DE CANCELAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2017

Publicação Nº 1528458

AVISO DE CANCELAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2017

INEXIGIBILIDADE Nº 7/2017

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna público o CANCELAMENTO do Processo Licitatório 122/2017 – modalidade INEXIGIBILIDADE nº. 7/2017, que possui como objeto "a aquisição de insulina humana 70/30 (NPH/REGULAR) acondicionada em frasco ampola de 10ml", conforme solicitação da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, através do Ofício n. 024/2018, nos termos constantes da justificativa apresentada nos autos.

Antônio Carlos, 20 de fevereiro de 2018.

Geraldo Pauli

Prefeito

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2018

Publicação Nº 1528374

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 020/2018; Origem: Pregão Presencial nº 012/2018 – Processo Licitatório nº 018/2018; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA; Objeto: Aquisição de retroescavadeira nova para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do item: 01, no valor estimado de R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais). Prazo: 20/02/2018 - 20/02/2019.

Antônio Carlos, 20 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 021/2018

Publicação Nº 1528396

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 021/2018; Origem: Processo Licitatório nº. 131/2017, Tomada de Preço nº. 06/2017. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ETEC CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM EIRELI – ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de drenagem pluvial em ruas do Centro do Município

de Antônio Carlos/SC, com fornecimento de material e mão de obra especializada, através dos recursos oriundos do Governo Federal, por meio do Ministério de Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, na forma do processo nº 59502.000064/2017-59. Valor: O valor total de R\$ 334.932,71 sendo R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais) referentes ao Lote I e R\$ 145.932,71 (cento e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos) referentes ao Lote II.

Vigência: 20/02/2018 – 20/06/2018.

Antônio Carlos, 20 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018

Publicação Nº 1528234

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATOS ORGANIZADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 25/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATOS ORGANIZADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, conforme quantitativos e condições a seguir:

Lote: 1 - Lote 1					
157880 - MULTI ESPORTES LTDA ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMPOSIÇÃO DE JUNTA DISCIPLINAR OU CONSELHO DE JULGAMENTO (COM JULGAMENTOS NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS CADA)		10	R\$500,0000	R\$ 5.000,00
2	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM DE VOLEIBOL DE AREIA, COM UM SET ATÉ VINTE E UM PONTOS. PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO		10	R\$600,0000	R\$ 6.000,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUÍÇO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS POR JOGO. PESSOAL NECESSÁRIO: DOIS ARBITROS E UM MESÁRIO		50	R\$180,0000	R\$ 9.000,00
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DA OLIA DO ANO CORRENTE, COM TREZE BAIROS COMPETINDO, NOS NAIPES MASCULINO E FEMININO, NO QUAL TEREMOS: FUTEBOL SUÍÇO, VOLEIBOL, VÔLEI DE AREIA, FUTSAL. PESSOAL NECESSÁRIO: DOIS ÁRBITROS E UM MESÁRIO POR JOGO EM CADA MODALIDADE - DIÁRIAS DE 4 HORAS - DIÁRIAS SEPARADA PARA CADA MODALIDADE.		30	R\$500,0000	R\$ 15.000,00
5	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM DA OLIA DO ANO CORRENTE, COM TREZE BAIROS COMPETINDO, NOS NAIPES MASCULINO E FEMININO, NO QUAL TEREMOS: SINUCA, TENIS DE MESA, XADREZ, CANASTRA, TRUCO, DOMINÓ. PESSOAL NECESSÁRIO: UM ARBITRO E UM MESARIO POR JOGO EM CADA MODALIDADE - DIÁRIAS DE 4 HORAS - DIARIAS SEPARADA PARA CADA MODALIDADE.		60	R\$350,0000	R\$ 21.000,00
6	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM PARA O JOIA(JOGOS OLIMPICOS INTERESCOLARES DE APIÚNA) NAS MODALIDADES DE FUTSAL, VOLEIBOL, HANDEBOL, XADREZ, TENIS DE MESA E ATLETISMO(CORRIDAS, SALTO EM DISTANCIA, ARREMESSO DE PESO E LANÇAMENTO DE PELOTA). PESSOAL NECESSÁRIO: DOIS ÁRBITROS E UM MESARIO NAS MODALIDADES COLETIVAS, E UM ÁRBITRO E UM MESARIO NAS DEMAIS MODALIDADES - DIÁRIAS DE 4 HORAS - DIARIAS SEPARADA PARA CADA MODALIDADE.		30	R\$500,0000	R\$ 15.000,00
7	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL DE AREIA, COM SET DE VINTE E UM PONTOS, MELHOR DE 3 SETS. PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO		60	R\$150,0000	R\$ 9.000,00
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALÃO, COM DOIS TEMPOS DE 20 MINUTOS. PESSOAL NECESSÁRIO: DOIS ARBITROS, SENDO UM CONFEDERADO E UM FEDERADO E UM MESÁRIO		60	R\$490,0000	R\$ 29.400,00
9	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL SUICO, COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS POR JOGO. PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO E UM MESARIO POR JOGO		120	R\$150,0000	R\$ 18.000,00
10	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALAO COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS, SENDO ULTIMO MINUTO CRONOMETRADO (POR JOGO). PESSOALNECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO		80	R\$160,0000	R\$ 12.800,00
11	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO. 02 TEMPOS DE 45 MINUTOS CADA. PESSOAL NECESSARIO: UM ARBITRO, DOIS ASSISTENTES E UMMESARIO		60	R\$549,0000	R\$ 32.940,00
12	PRESTACAO DE SERVICO DE ARTITRAGEM PARA JOGOS DE BOCHA, PARTIDA DE 24 PONTOS. PESSOAL NECESSARIO: UMARBITRO		350	R\$65,0000	R\$ 22.750,00

13	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM PARA JOGOS DE VOLEIBOL, COM SET DE VINTE E CINCO PONTOS, MELHOR DE TRES SETS PONTOS. PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO POR JOGO		40	R\$150,0000	R\$ 6.000,00
14	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALAO COM DOIS TEMPOS DE QUINZE MINUTOS CORRIDOS, SENDO TRINTA SEGUNDOS CRONOMETRADOS (POR JOGO). PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROS E UM MESARIO		70	R\$145,0000	R\$ 10.150,00
15	PRESTACAO DE SERVICO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE SALAO COM DOIS TEMPOS DE VINTE MINUTOS CORRIDOS, SENDO O ULTIMO MINUTO CRONOMETRADO NA FASE CLASSIFICATORIA E CINCO MINUTOS FINAIS CRONOMETRADOS NA SEMIFINAL E FINAL (POR JOGO). PESSOAL NECESSARIO: DOIS ARBITROSE UM MESARIO, SENDO QUE NO MINIMO UM ARBITRO FEDERADO NO JOGO		80	R\$179,0000	R\$ 14.320,00
Total Fornecedor:				R\$ 226.360,00	
Total Lote:				R\$ 226.360,00	
Total Geral:				R\$ 226.360,00	

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 25/2018 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 20/02/2019.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Parcelada. O serviço deverá ser prestado conforme cronograma (fornecido pela Secretaria responsável) nos perímetros Urbano e Rural deste Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Apiúna (a licitante vencedora deverá atender a solicitação da Secretaria em no máximo cinco dias corridos).

4.1.1 Se a realização dos serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da realização do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente aos serviços realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos serviços entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado EM 30 (TRINTA) DIAS APÓS PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2018 e as respectivas para o exercício de 2019.

Dotação
193.13.1.2132.333903999000000.1000000
69.13.1.2131.333903999000000.1000000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada

(requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na prestação do serviço.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 20 de fevereiro de 2018.

JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:	
MULTI ESPORTES LTDA ME EOZEMAR DE SOUZA Contratada	

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 6/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

Publicação Nº 1529549

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE APARELHOS AR CONDICIONADOS PARA TODAS AS SECRETARIAS.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 21/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE APARELHOS AR CONDICIONADOS PARA TODAS AS SECRETARIAS, conforme quantitativos e condições a seguir:

172723 - MAC CARLESSO ELETRO ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS, FRIO, CONDENSADORA DESCARGA VERTICAL, FILTRO QUE ELIMINE NO MINIMO 90% DE VIRUS E BACTÉRIAS DO AR, SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA A, TENSAO PARA 220V, NA COR BRANCA, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DYSPLAY EM LCD OU SUPERIOR, COM NO MINIMO OS MODOS REFRIGERACAO, DESUMIDI-FICACAO E VENTILACAO, GAS REFRIGERANTE R-410-A, SILENCIOSO, COM REGULAGEM DE VELOCIDADE DE VENTILACAO, SLEEP, SWING, PROGRAMADOR LIGA/DESLIGA, GARANTIA MINIMA DE 01 ANO	ELGIN	15	R\$990,0000	R\$ 14.850,00
4	AR CONDICIONADO SPLIT 22.000 BTUS, FRIO, CONDENSADORA DESCARGA HORIZONTAL, FILTRO QUE ELIMINE NO MINIMO 90% DE VIRUS E BACTÉRIAS DO AR, SELO DE EFICIEN-CIA ENERGETICA A OU B, TENSAO PARA 220V, NA COR BRANCA, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DISPLAY LCD OU SUPERIOR, COM NO MINIMO OS MODOS REFRIGERACAO, AQUE-CIMENTO, DESUMIDIFICACAO E VENTILACAO, GAS REFRIGERANTE R-410-A, SILENCIOSO, COM REGULAGEM DE VELOCIDADE DE VENTILACAO, SLEEP, SWING, PROGRAMADOR LIGA/DESLIGA, GARANTIA MINIMA DE 01 ANO	ELGIN	20	R\$2.049,0000	R\$ 40.980,00
Total Fornecedor:			R\$ 55.830,00		
172804 - ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS, FRIO, CONDENSADORA DESCARGA VERTICAL, FILTRO QUE ELIMINE NO MINIMO 90% DE VIRUS E BACTÉRIAS DO AR, SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA A, TENSAO PARA 220V, NA COR BRANCA, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DISPLAY EM LCD OU SUPERIOR, COM NO MINIMO OS MODOS REFRIGERACAO, AQUECI-MENTO, DESUMIDIFICACAO E VENTILACAO, GAS REFRIGERANTE R-410-A, SILENCIOSO, COM REGULAGEM DE VELOCIDADE DE VENTILACAO, SLEEP, SWING, PROGRAMADOR LIGA/DESLIGA, GARANTIA MINIMA DE 01 ANO	AGRAT-TO	15	R\$1.150,0000	R\$ 17.250,00
3	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS, FRIO, CONDENSADORA DESCARGA VERTICAL, FILTRO QUE ELIMINE NO MINIMO 90% DE VIRUS E BACTÉRIAS DO AR, SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA A OU B, TENSAO PARA 220V, NA COR BRANCA, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DISPLAY EM LCD OU SUPERIOR, COM NO MINIMO OS MODOS REFRIGERACAO, AQUE-CIMENTO, DESUMIDIFICACAO E VENTILACAO, GAS REFRIGERANTE R-410-A, SILENCIOSO, COM REGULAGEM DE VELOCIDADE DE VENTILACAO, SLEEP, SWING, PROGRAMADOR LIGA/DESLIGA, GARANTIA MINIMA DE 01 ANO	AGRAT-TO	20	R\$1.750,0000	R\$ 35.000,00
Total Fornecedor:			R\$ 52.250,00		
Total Geral:			R\$ 108.080,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 21/2018 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 06/02/2019.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, após a emissão da ordem de compra emitida pela Secretaria responsável.

4.1.1 Os locais de entrega são:

- * Prefeitura Municipal de Apiúna – Rua Quintino Bocaiúva, 204, centro, Apiúna/SC, 89135-000, responsável Lucas Xavier dos Reis
- * Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Rua Quintino Bocaiúva, 770, centro, Apiúna/SC, 89135-000, responsável Juliana Jaqueline Elias
- * Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente – Rua Cuiabá, 201, centro, Apiúna/SC, 89135-000 responsável Gilmar Formagi
- * Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo – Avenida Florianópolis, 183, centro, Apiúna/SC, 89135-000, responsável Adilson Fortunato
- * Assistência Social - Rua Itajubá, 250, Ap. 02, Centro, Apiúna/SC, 89135-000, responsável Andrea Martendal

4.1.2 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.3 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos/refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos

produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado EM 30 (TRINTA) DIAS APÓS ENTREGA DA MERCADORIA, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2018 e as respectivas para o exercício de 2019.

Dotação
105.9.1.2091.344905212000000.1000000
134.13.1.2131.344905212000000.1000000
150.3.1.2030.344905212000000.1000000
165.6.1.2060.333905212000000.1000000
167.4.1.2047.344905212000000.1360000
182.4.1.2048.344905212000000.1010000
189.6.1.2060.333905212000000.1390300
205.2.1.2020.344905212000000.1000000
222.4.1.2047.344905212000000.1010000
223.7.1.2070.344905212000000.1000000
226.4.1.2048.344905212000000.1360000
231.10.1.2111.344905212000000.1000000
41.11.1.3.333905212000000.1000000
79.9.1.2091.344905212000000.1350300
93.2.1.2006.344905212000000.1000000
94.8.1.2085.344905212000000.1000000
95.2.3.2804.344905212000000.1000000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o

Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 06 de fevereiro de 2018.

JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE		
EMPRESA:		
MAC CARLESSO ELETRO ME SAULO JOSE ELIAS Contratada		
ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO ADRIANO PORT Contratada		

Arabutã

PREFEITURA

ATA TP 02/2018

Publicação Nº 1528079

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS E ABERTURA E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018. OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de troca da cobertura da Prefeitura.

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Arabutã, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 2180/2018, sob a presidência da Senhorita Maila Kreibin, membros a Senhorita Emanuele Arend e a Senhorita Glaucia Pottratz, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: ABREU & ABREU SERVIÇOS EIRELI ME, representada pelo Sr. Fabrício Júnior Soares Guimarães, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP e BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros e representantes presentes, Envelopes 01 – Documentação e o Envelopes 02 – Proposta de Preços, verificando-se que as licitantes protocolaram os envelopes dentro do prazo estipulado nos subitens 1.2 e 1.3 do edital. Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos, rubricados e numerados pelos membros da Comissão e representantes presentes, constatando-se que a licitante BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, ABREU & ABREU SERVIÇOS EIRELI ME comprovou o enquadramento como ME ou EPP, podendo assim usufruir dos benefícios concedidos pela lei 123/2006. As licitantes atenderam adequadamente os requisitos de Habilitação, sendo assim foram julgadas habilitadas. A Presidente deu por encerrada a sessão oficializando que o extrato do julgamento ora proferido será devidamente veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, sendo que o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, disposto no art. 109, inc. I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, será contado a partir da referida data, e em não havendo recurso, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas para a abertura das propostas de preço no dia 01/03/2018, às dezesseis horas, neste mesmo local. Ficou ressaltado, ainda, que será verificada a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação nos web sites dos respectivos órgãos emissores. Deixada a palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representante presente.

MAILA KREIBIN
Presidente da CPL
GLAUCIA POTTRATZ
Membro da CPL

EMANUELE AREND
Membro da CPL
FABRÍCIO JÚNIOR SOARES GUIMARÃES
Abreu & Abreu Serviços EIRELI ME

PORTARIA 052-2018

Publicação Nº 1528700

PORTARIA Nº. 052/2018

ESTABELECE A ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 23 A 28 DE FEVEREIRO DE 2018 PARA ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita do Município de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de fevereiro de 2018 sofre alteração a partir do dia 23 a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos de urgência e emergência, na saúde, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
MARCELO KIEKOW	Motorista	23/02/2018
PAULO FRITSCH	Motorista	24 a 26/02/2018
WAGNER ROGELIN	Motorista	27 a 28/02/2018

Art. 2º. O pagamento dos dias de sobre aviso compreendidos nesta portaria, serão pagos na folha de pagamento do mês subsequente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 19 de janeiro de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 9/2018

Publicação Nº 1527883

Extrato de dispensa de licitação 9/2018

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Metalúrgica Pisa LTDA

CNPJ: 84.232.909/0001-65

Objeto: fornecimento de materiais necessários para a instalação de guarda-corpos e corrimãos no Centro de Educação Infantil Julia Bonelli.

Estão inclusos no objeto deste contrato os seguintes itens:

- 270m de corrimãos de 1"x2,25mm;
- 101,80m de tubos de 8,10mmx2,25mm;
- 60m de tubo 40x40x2,25mm;
- 14 chapas 0,10x0,10x3,16";
- 20 curvas 38,10MM;
- 10 suportes p/ fixação;
- serviços de cortes;
- solda;
- pintura;
- mão de obra de fabricação;
- mão de obra de montagem.

Esta obra deverá ser realizada conforme as especificações do "projeto rampa e corrimão creche municipal Dona Júlia Bonelli", o qual foi elaborado pelo Engenheiro Civil deste Município com base no modelo padrão exigido pelos bombeiros.

Vigência: O contrato firmado entre as partes terá vigência até 31/12/2018, contudo, os serviços deverão ser concluídos em até 30 (trinta) dias, contadas a partir da assinatura do contrato.

Ascurra, 21 de fevereiro de 2018.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 001/2018 FMT REF. CONTRATO 013/2017

Publicação Nº 1528252

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

TERMO ADITIVO 001/2018 DE 16/02/2018

CONTRATO Nº 13/2017-FMT DE 16/10/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017-FMT

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

HOMOLOGADO EM 16/10/2017

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 016/2017 – Tomada de Preços nº 001/2017, e tem por objeto a Contratação de empresa PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS DE DESENVOLVIMENTO E DA IDENTIDADE COMPETITIVA DA CIDADE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, conforme documentação anexa ao processo.

Conforme ofício anexo nº 032/2018 de solicitação de aditamento de prazo fica prorrogada a contratação por mais 120 (cento e vinte), ficando vigente até o dia 15 de junho de 2018.

LEPADRON PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TÉCNICA

Balneário Piçarras (SC), 16 de fevereiro de 2018

Susan Correa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo

TERMO ADITIVO 002/2018 FMAS REF. CONTRATO 002/2016

Publicação Nº 1527955

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ADITIVO Nº 002/2018 de 19/02/2018

CONTRATO Nº002/2016/FMAS

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016/FMAS

MODALIDADE Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 001/2016

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, em local imóvel, com área de aproximadamente 105,91m², localizado na Rua Alagoas, nº 94, Bairro Santo Antônio, neste Município, para funcionamento das atividades do Conselho Tutelar. Conforme solicitação e justifica constantes no Ofício nº 005/2018/SMAS/PMBP, fica prorrogado a vigência do presente contrato, passando a vigorar até o 19 de fevereiro de 2019. O valor da locação para o período de contratação é de R\$ 1.626,24,00 (um mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos) mensais, totalizando R\$ 19.514,88 (dezenove mil, quinhentos e quatorze reais e oitenta e oito centavos) para o período contratual, conforme cálculo anexo de correção de perdas.

GELSON GERVÁSIO BINS

Balneário Piçarras(SC), 19 de fevereiro de 2018.

ANA PAULA RIBEIRO STIEBLER – Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Balneário Rincão

PREFEITURA

ATA 005/SAMAE/2018 - RP 008/SAMAE/2018

Publicação Nº 1529371

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO RINCÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/SAMAE/2018

(Referente PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/SAMAE/2018)

1. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, com sede na Rua Paraná, 389, Centro do Município de Balneário Rincão - SC, inscrito no CNPJ sob o Nº. 17.509.587/0001-61, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Diretor Presidente, Sr. Ademar Darolt, inscrito no CPF sob o Nº. 303.479.399-53 e as empresas NB FALCE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF Nº. 82.643.131/0001-51, estabelecida na Rua 02 de Setembro, Nº. 605 Itoupava Norte, CEP: 89052-000, Blumenau - SC, representada neste ato pelo Sr. Felipe Rocha, inscrito no CPF Nº. 099.129.569-23 e RG Nº. 5.639.820, ARMUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita nº. CNPJ/MF sob o Nº 81.292.369/0001-17, estabelecida na Av. Leoberto leal nº. 739, Centro, Balneário Rincão – SC, CEP: 88828-000, representada neste ato pelo Sra. Sirlene Berto da Silva Zanette, inscrita no CPF Nº. 499.664.309-97 e RG Nº. 1.323.705.5, VIA DGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÕES HIDRÁULICAS E SANEAMENTO LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº. 16.637.264/0001-90, estabelecida na Rua Marquês de Olinda, 955, Santo Antonio, Joinville- SC, CEP: 89218-252, representada neste ato pela sua Procuradora a Srª. Patricia Fernanda EV, inscrita no CPF Nº. 007.355.439-17 e RG Nº. 4090410, MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS - EIRELI, inscrita no CNPJ Nº. 04.151.335/0001-61, estabelecida na Rua Carlos Essenfelder, 1367, Bairro: Boqueirão, Curitiba - PR, CEP: 81650-090, representada neste ato pelo seu Procurador o Sr. Orides Padovan, inscrito no CPF Nº. 418.773.902-59 e RG Nº. 430.388, MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS – COMERCIAL HIDRAULICA - ME, inscrita no CNPJ Nº. 11.230.004/0001-82, estabelecida na Rua Capitão Leonidas Marques, 1031 – Casa 02, Bairro: Uberaba, Curitiba - PR, CEP: 81540-470, representada neste ato pelo seu Procurador o Sr. Daniel Edgar de Jesus, inscrito no CPF Nº. 914.856.499-00 e RG Nº. 3.961.892-3, G2 MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº. 05.931.197/0001-04, estabelecida na Rua Campos Salles, 893, Bairro: Gloria, Joinville - SC, CEP: 89217-100, representada neste ato pelo seu Procurador o Sr. Gilberto Soares de Oliveira, inscrito no CPF Nº. 141.263.896-87 e RG Nº. 5.591.364, FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº. 11.274.331/0001-36, estabelecida na Rua Abelardo Manoel Peixer, Nº. 48 – Sala B, Bairro: Barreiros, São José - SC, CEP: 88110-055, representada neste ato pelo seu Procurador o Sr. Jean Carlos da Silva, inscrito no CPF Nº. 004.389.089-02 e RG Nº. 3.876.683, RD COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ Nº. 23.037.457/0001-76, estabelecida na Rua Carlos Eggert, Nº. 405, Bairro: Vila Lalau, Jaraguá do Sul - SC, CEP: 89.256-330, representada neste ato pelo seu Procurador o Sr. Sebastiao Decker, inscrito no CPF Nº. 384.132.649-87 e RG Nº. 767.583-6, LOT METAIS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ Nº. 16.801.162/0001-69, estabelecida na Rua Palmiro Carrero, Nº. 150, Bairro: Distrito Industrial, Araras - SP, CEP: 13602-155, representada neste ato pelo seu Procurador o Sr. Henrique Sartor da Silva, inscrito no CPF Nº. 077.644.319-40 e RG Nº. 5564636, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal Nº. 348/15 e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/SAMAE/2018, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HIDRAULICOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

2. Órgão Gerenciador – Município de Balneário Rincão.

2.1. Entidade Participante:

a) Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água E Esgoto;

2.2. Os materiais serão definidos e solicitados de acordo com as necessidades do Samae de Balneário Rincão.

2.3. Para cada aquisição, será expedida uma "Autorização de Fornecimento".

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de Preços para futuras aquisições de aquisição de materiais hidráulicos para saneamento básico para uso do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, conforme especificações e quantidades especificadas no Termo de Referência em anexo.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários registrados nesta ata são os constantes na planilha em anexo.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os materiais de forma parcelada, conforme solicitação do ÓRGÃO GERENCIADOR, em até 15 (quinze) dias, contados da data

de recebimento da autorização de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, nos locais determinados pelo Departamento de Compras dentro do Município de Balneário Rincão - SC., ou em locais posteriormente indicados, sempre no território do município de Balneário Rincão, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, através do Departamento de Compras.

2. Todos os materiais rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

3. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal Nº. 348/15.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado após a entrega dos materiais, em até 30 (trinta) dias, contados da atestação da nota fiscal/fatura, por Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito bancário em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário a serem especificadas pela licitante contratada na nota fiscal/fatura, observando a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

a) A atestação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente autorizado para o recebimento dos produtos, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas às quantidades e valores.

b) A empresa fornecedora contratada deverá destacar na nota fiscal/fatura, além do número e a data de assinatura do contrato, o número da Autorização de Fornecimento, os dados bancários: Banco, Agência e Nº. Conta-Corrente.

c) O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Balneário Rincão - SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da DETENTORA DA ATA.

2. A DETENTORA DA ATA, deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos à Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do ÓRGÃO GERENCIADOR sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer ônus financeiro.

3. O ÓRGÃO GERENCIADOR não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a DETENTORA DA ATA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O ÓRGÃO GERENCIADOR não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar às notas fiscais, a efetiva locação do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a locação da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Executar/fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Executar/Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Executar/Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1.1- Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º. da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

1.2 - Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não

veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do material no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato ou documento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso dos materiais/serviços não serem entregues a partir da data aprazada.

1.3 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

1.4 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. As aquisições dos materiais, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei Nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias indicadas pelo Departamento Contábil, aprovadas para tal finalidade.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, Solicitação de Licitação Nº. XXX/2018, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/SAMAE/2018, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal Nº. 348/15, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Içara/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Balneário Rincão - SC, 20 de Fevereiro de 2018.

SAMAE – SERV. AUT. MUN. DE ÁGUA E ESG. DE BALNEÁRIO RINCÃO

Ademar Darolt

Diretor Presidente

NB FALCE & CIA LTDA Felipe Rocha CPF Nº. 099.129.569-23 e RG	
ARMUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME, Sirlene Berto da Silva Zanette CPF Nº. 499.664.309-97	
VIA D'ÁGUA COM. DE PROD. DE MEDIÇÕES HIDRÁULICAS E SANEAMENTO LTDA - ME Patricia Fernanda EV CPF Nº. 007.355.439-17	
MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS - EIRELI Orides Padovan CPF Nº. 418.773.902-59 MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS – COMERCIAL HIDRAULICA - ME Daniel Edgar de Jesus CPF Nº. 914.856.499-00 G2 MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - ME Gilberto Soares de Oliveira CPF Nº. 141.263.896-87 FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP Jean Carlos da Silva CPF Nº. 004.389.089-02 RD COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - ME Sebastiao Decker CPF Nº. 384.132.649-87	

LOT METAIS EIRELI - ME

Henrique Sartor da Silva

CPF Nº. 077.644.319-40

1ª TESTEMUNHA	2ª TESTEMUNHA
Gisele P. Ferreira	Tamara Scarpari Magagnin
CPF Nº. 032.955.349-69	CPF Nº. 038.118.009-30

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇOS

Balneário Rincão, 25 de Janeiro de 2018.

1. DO OBJETO - Descrição, Especificações e Quantitativos.

O presente processo licitatório tem como objeto a Contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de materiais hidráulicos para saneamento básico para uso do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão.

2. ESPECIFICAÇÕES

O item, no que se refere à quantidade e demais especificações, está disposto na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
01	ADAPTADOR FOFOX PVC DN100	uni.	4
02	ADAPTADOR (PEAD) DE 20MM PARA 3/4	uni.	800
03	ADAPTADOR P/ LIGAÇÃO RAMAL PREDIAL COM REGISTRO EM PVC	uni.	800
04	ADAPTADOR SOLD. PVC CURTO C/ ROSCA 25x1/2	uni.	700
05	ADAPTADOR SOLD. PVC CURTO C/ ROSCA 25x3/4"	uni.	300
06	ADESIVO FRASCO 175G	uni.	12
07	ANEL ABF PARA FLANGES DN 100	uni.	10
08	ANEL ABF PARA FLANGES DN 150	uni.	20
09	ANEL ABF PARA FLANGES DN 200	uni.	26
10	ANEL ABF PARA FLANGES DN 250	uni.	20
11	ANEL ABF PARA FLANGES DN 300	uni.	20

12	ANEL ABF PARA FLANGES DN 400	uni.	10
13	ANEL ABF PARA FLANGES DN 50	uni.	8
14	ANEL ABF PARA FLANGES DN 500	uni.	4
15	ANEL DE BORR PVC PBA DN 65 DE 75	uni.	100
16	ANEL DE BORR PVC PBA DN 75 DE 85	uni.	100
17	ANEL DE BORR. PBA DN 40 DE 50MM	uni.	100
18	ANEL DE BORR. PBA DN 50 DE 60MM	uni.	500
19	ANEL DE BORRACHA JGS PARA FOFO - DN150MM	uni.	8
20	ANEL DE BORRACHA JGS PARA FOFO - DN200MM	uni.	8
21	ANEL DE BORRACHA JGS PARA FOFO - DN250MM	uni.	8
22	ANEL DE BORRACHA JGS PARA FOFO - DN300MM	uni.	8
23	ARRUELA DE VEDAÇÃO PARA HIDROMETRO 1/2	uni.	100
24	ARRUELA DE VEDAÇÃO PARA HIDROMETRO 3/4	uni.	1.000
25	ARRUELA GALVANIZADO A FOGO 3/4"	uni.	80
26	ARRUELA GALVANIZADO A FOGO 3/8"	uni.	80
27	BUCHA DE REDUÇÃO DE 3/4 1/2	uni.	150
28	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1"x1/2"	uni.	20
29	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCÁVEL 1"x3/4"	uni.	50
30	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA DN25X20	uni.	80
31	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA DN32X25	uni.	50
32	CAP JE PBA DE 110MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	10
33	CAP JE PBA DE 60MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	30
34	CAP PEAD DE COMPRESSÃO DN20MM	uni.	1.000
35	CAP ROSCAVEL 1/2	uni.	50
36	CAP ROSCAVEL 3/4	uni.	250
37	CAP SOLD 32MM	uni.	30
38	CAP SOLD 40MM	uni.	30
39	CAP SOLD 60MM	uni.	30
40	CAP SOLD 85MM	uni.	20
41	CAP SOLDAVEL 20MM	uni.	50
42	CAP SOLDAVEL 25MM	uni.	100
43	COLAR 350 MM FERRO FUNDIDO	uni.	6
44	COLAR DE TOMADA DE FERRO DN 150MM	uni.	10
45	COLAR DE TOMADA DE FERRO DN 200MM	uni.	10
46	COLAR DE TOMADA DE FERRO DN 250MM	uni.	10
47	COLAR DE TOMADA DE FERRO DN300MM	uni.	10
48	COLAR DE TOMADA DN32 X 3/4	uni.	100
49	COLAR DE TOMADA DN40 X 3/4	uni.	100
50	COLAR DE TOMADA DN50 X 3/4	uni.	150
51	COLAR DE TOMADA EM PVC COM TRAVAS DN100 X 3/4	uni.	100
52	COLAR DE TOMADA EM PVC COM TRAVAS DN60 X 3/4	uni.	500
53	COLAR DE TOMADA EM PVC COM TRAVAS DN75 X 3/4	uni.	100
54	COLAR DE TOMADA EM PVC COM TRAVAS DN85 X 3/4	uni.	50
55	CRUZETA PVC 60MM SOLDAVEL	uni.	10
56	CRUZETA PVC PBA 100X110 COM ANEIS	uni.	10
57	CRUZETA PVC PBA 50X60MM	uni.	20
58	CURVA 90° SOLDAVEL DN32MM	uni.	20
59	CURVA 90° SOLDAVEL DN40MM	uni.	20
60	CURVA 90° PVC JE PB PBA DN 50/DE 60 C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	10
61	CURVA 90° PVC JE PB PBA DN 75/DE 85 C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	6
62	CURVA 90° SOLDAVEL 25MM	uni.	200
63	CURVAS FEMEA FERRO GALVANIZADO TUPY 2" PARA MÉDIA PRESSÃO	uni.	8
64	EXTREMIDADE COM ROSCA PARA HIDROMETROS CURTO EM PVC	uni.	1000
65	EXTREMIDADE COM ROSCA PARA HIDROMETROS LONGO EM PVC	uni.	1000
66	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50 METROS ESPESSURA DE 0,07MM- 100% A BASE DE RESINA PTFE- POLITE-TRAFUORETILENO NÃO SINTETISADO COM EMBALAGEM DE CARTAO TRIPLEX PARA EVITAR O DESFISAMENTO DA FITA	uni.	3.500
67	FLANGE CEGA DN100MM PN10	uni.	3
68	FLANGE CEGA DN150MM PN10	uni.	3
69	FLANGE CEGA DN200MM PN10	uni.	3
70	FLANGE CEGA DN250MM PN 10	uni.	3
71	FLANGE CEGA DN300MM PN 10	uni.	3
72	FLANGES COM SEXTAVADO TUPY 2"	uni.	8

73	HIDROMETRO UNIJATO PARA ÁGUA FRIA COM TRANSMISSÃO MAGNÉTICA, VAZÃO NOMINAL DE 0,75M ³ /H, VAZÃO MÁXIMA DE 1,5M ³ /H, DIÂMETRO NOMINAL DE 3/4", RELOJOARIA SECA, ORIENTÁVEL COM GIRO ATÉ 360° E INCLINADA A 45°, LEITURA DIRETA, CARÇA EM LIGA METÁLICA COM NO MÍNIMO 60% DE COBRE, SEM CONEXÕES, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DA CLASSE METROLÓGICA b, CÚPULA EM POLICARBONATO, COMPRIMENTO DE 115MM PARA INSTALAÇÃO COM EXTREMIDADE LONGA E CURTA, CONFORME AS NORMAS NBR NM 212/99 E NBR 81944 DA ABNT E PORTARIA 246 DE 17/10/00 DO INMETRO. IDH DE NO MÍNIMO 93% NA VAZÃO MÍNIMA APÓS 100H DE TESTE EM BANCADA. O SAMAE PODERÁ A SEU CRITÉRIO DEFINIR LOTE OU PARTE DO MESMO PARA EXAMES E TESTES EM AUTARQUIA OU ORGÃO PÚBLICO A SUA ESCOLHA PARA VERIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES ACIMA ELENCADAS. CASO OS TESTES SEJAM REPROVADOS, TODAS AS CUSTAS DE INSPEÇÃO, DESLOCAMENTO E DEMAIS SERÃO ARCADAS PELO FORNECEDOR VENCEDOR. GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO, ACURIBILIDADE NA LEITURA MÍNIMA DE 3 ANOS E VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 3 ANOS.	uni.	5.000
74	JOELHO 90° SOLDAVEL DN20MM	uni.	40
75	JOELHO 90° SOLDAVEL DN25MM	uni.	200
76	JOELHO 90° SOLDAVEL DN32MM	uni.	50
77	JOELHO 90° SOLDAVEL 60MM	uni.	10
78	JOELHO LR 25X3/4"	uni.	300
79	JOELHO ROSCAVEL 1"	uni.	40
80	JOELHO ROSCAVEL 3/4 - BRANCO	uni.	200
81	KIT CAVALETE EM PP 3/4 COM UM REGISTRO	uni.	750
82	LACRE AZUL	uni.	5.000
83	LACRE VERMELHO	uni.	3000
84	LUVA (PEAD) 32MM	uni.	20
85	LUVA DE CORRER DE PVC 25MM C/ ANEL	uni.	50
86	LUVA DE CORRER EM PVC 40MM C/ ANEL DE VED.	uni.	70
87	LUVA DE CORRER EM PVC PARA TUBO DE 32MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	80
88	LUVA DE CORRER JUNTA MECANICA 150MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	16
89	LUVA DE CORRER JUNTA MECANICA 200MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	16
90	LUVA DE CORRER JUNTA MECANICA 250MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	8
91	LUVA DE CORRER JUNTA MECANICA 300MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	6
92	LUVA DE CORRER PVC JE DN75MM / DE 85MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	80
93	LUVA DE CORRER PVC JE PBA DN 65/DE 75MM C/ ANEL DE BORRACHA	uni.	20
94	LUVA DE CORRER PVC PBA JE DN 100MM/DE 110MM C/ ANEL DE BORRACHA	uni.	40
95	LUVA DE CORRER PVC PBA JE DN 50MM/DE 60MM C/ ANEL DE BORRACHA	uni.	200
96	LUVA FLEXIVEL DE TRANSIÇÃO DE TUBO DE FOGO OU PVC 3/4 PARA TUBO PEAD 20MM	uni.	30
97	LUVA ROSCAVEL DE 1"	uni.	20
98	LUVA ROSCAVEL DE 3/4"	uni.	300
99	LUVA SOLD. DN25MM	uni.	100
100	LUVA SOLD/ROSC 20X1/2"	uni.	40
101	LUVA SOLD/ROSC 25X1/2"	uni.	40
102	LUVA SOLD/ROSC 25X3/4"	uni.	400
103	LUVA SOLD/ROSC 32X1"	uni.	20
104	LUVA TRI PARTIDA FERRO FUNDIDO 150MM	uni.	6
105	LUVA TRI PARTIDA FERRO FUNDIDO 200MM	uni.	6
106	LUVA TRI PARTIDA FERRO FUNDIDO 250MM	uni.	6
107	LUVAS DE PRESSÃO FERRO GALVANIZADO PARA PVC TUPYPRES 2"	uni.	8
108	NÍPEL 1"	uni.	20
109	NÍPEL 1/2"	uni.	20
110	NÍPEL 3/4"	uni.	150
111	PARAF. COM PORCA E ARRUELAS GALVA. A FOGO PARA FLANGES DN200 A DN2000	uni.	350
112	PARAF. COM PORCA E ARRUELAS GALVA. A FOGO PARA FLANGES DN75 A DN150	uni.	150
113	PLUG ROSCÁVEL 1/2"	uni.	30
114	PLUG ROSCÁVEL 3/4"	uni.	30
115	PORCA PARA TUBETE 3/4	uni.	500
116	REDUÇÃO PONTA BOLSA JGS DN200XDN100	uni.	2
117	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN20MM	uni.	50
118	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN25MM	uni.	50
119	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN32MM	uni.	50
120	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN40MM	uni.	50
121	REGISTRO BORBOLETA SOLDAVEL DN50MM	uni.	30
122	REGISTRO DE ESFERA COM BORBOLETA EM PVC 3/4 - ROSCA EXTERNA	uni.	200
123	REGISTRO DE FERRO COM BOLSA E COM ANÉIS 100MM euro 24	uni.	10
124	REGISTRO DE FERRO COM BOLSA E COM ANÉIS 150MM euro 25	uni.	2
125	REGISTRO DE FERRO COM BOLSA E COM ANÉIS 200MM euro 25	uni.	2

126	REGISTRO DE FERRO COM BOLSA E COM ANÉIS 250MM euro 25	uni.	2
127	REGISTRO DE FERRO COM BOLSA E COM ANÉIS 300MM euro 25	uni.	1
128	REGISTRO DE FERRO COM BOLSA E COM ANÉIS 50MM euro 24	uni.	20
129	REGISTRO DE FERRO COM BOLSA E COM ANÉIS 75MM euro 24	uni.	10
130	REGISTRO DE FERRO COM ROSCA FEMEA DE VOLANTE 2"	uni.	12
131	REGISTRO DE GAVETA COM FLANGES - EURO 23 DN100	uni.	2
132	REGISTRO PVC DE 85MM	uni.	6
133	REGISTRO SOLDAVEL BORBOLETA 60MM	uni.	30
134	TAMPA DE FoFo PARA REGISTRO T9	uni.	40
135	TAMPÃO FERRO FUNDIDO 600MM (T600 ATÉ 15,000 KILOS)	uni.	3
136	TÊ COM ROSCAS FEMEAS DE FERRO GALVANIZADO TUPY PARA MÉDIA PRESSÃO 2"	uni.	8
137	TE DEFOFO 150MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	2
138	TE PVC JE PBA DN 100/DE 110 C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	10
139	TE PVC PBA DN50 DE 60MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	20
140	TE PVC PBA DN65 DE 75MM C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	8
141	TE PVC PBA DN75/DE 85 C/ ANEIS DE BORRACHA	uni.	8
142	TE ROSCAVEL PVC DN 1/2	uni.	20
143	TE ROSCAVEL PVC DN 3/4	uni.	100
144	TE SOLDAVEL PVC DN20	uni.	20
145	TE SOLDAVEL PVC DN25MM	uni.	50
146	TE SOLDAVEL PVC DN32MM	uni.	20
147	TE SOLDAVEL PVC DN40MM	uni.	20
148	TUBETE SEGO 3/4"	uni.	1500
149	TUBO DEFOFO MPVC JEI DN150MM - 6M	uni.	8
150	TUBO DEFOFO MPVC JEI DN200MM - 6M	uni.	10
151	TUBO DEFOFO MPVC JEI DN250MM - 6M	uni.	10
152	TUBO DEFOFO MPVC JEI DN300MM - 6M	uni.	5
153	TUBO FERRO GALVANIADO DE CLASSE PESADA TUPY 2"	m	24
154	TUBO PEAD RAMAL PREDIAL 100MTS - 20MM	uni.	100
155	TUBO PVC DN 20 - 6M	uni.	10
156	TUBO PVC DN 25 - 6M	uni.	20
157	TUBO PVC DN 32/ DE 40MM - 6M	uni.	30
158	TUBO PVC DN 40/ DE 50MM - 6M	uni.	20
159	TUBO PVC PBA JEI DN 100/DE 110MM - 6M	uni.	20
160	TUBO PVC PBA JEI DN 50/DE 60MM - 6M	uni.	50
161	TUBO PVC PBA JEI DN 65/DE 75MM - 6M	uni.	3
162	TUBO PVC PBA JEI DN 75/DE 85MM - 6M	uni.	25
163	UNIÃO PARA LIGAÇÃO PREDIAL (UNIÃO) 20MM PEAD	uni.	2000
164	VALVULA BORBOLETA 400MM COM FLANGE	uni.	1
165	VALVULA BORBOLETA DN 250MM PN10 COM FLANGE	uni.	2
166	VALVULA DE GAVETA COM FLANGES COM CUNHA DE BORRACHA, CORPO CURTO - EURO 23 - DN200	uni.	3
167	VALVULA DE GAVETA COM FLANGES COM CUNHA DE BORRACHA, CORPO CURTO - EURO 23 - DN300	uni.	2
168	VALVULA DE GAVETA COM FLANGES COM CUNHA DE BORRACHA, CORPO CURTO - EURO 23 - DN400	uni.	1
169	VALVULA DE GAVETA COM FLANGES ROF - DN500 PN10	uni.	1
170	VALVULA DE PÉ COM CRIVO PORINHOLA DUPLA DN400	uni.	1
171	VALVULA DE RETENÇÃO PORTINHOLA ÚNICA SIMPLES COM FLANGES PN 10 DN300	uni.	3
172	VALVULA DE RETENÇÃO TIPO WAFER COM DUPLA PORTINHOLA DN 100MM	uni.	2
173	VASELINA SOLIDA BRANCA 16 KILOS INDUSTRIAL	uni.	3
174	VENTOSA 3/4	uni.	2
175	SILICONE		10
176	ADESIVO PLASCICO PARA PVC FRASCO 100ML		2
177	TE REDUÇÃO BBB JE FF X PBA DN250X150		2
178	CURVA 90° BB JE FF DN 150		2
179	CURVA 90° BB JE FF DN 250		2
180	FURADEIRA PARA LIGAÇÃO PREDIAL PVC		3
181	TE PEAD COMPRESSAO 90° 20MM		150
182	ADAPTADOR LIGAÇÃO PREDIAL C/ REGISTRO BORBOLETA ¾		300
183	SERRINHA 24 DENTES		10
184	TE COM BOLSA (250) E FLANGE 110 250X110 FUNDIDO		5
	VALOR TOTAL		

JORGE DORY DA LUZ
Responsável

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/PMBR/2018

Publicação Nº 1528366

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/PMBR/2018.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 05/03/2018 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de bebedouros, para equipar as Escolas e C.E.Is da Rede Municipal de Ensino e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria de Assistência Social do Município de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao@balneariorincão.sc.gov.br

Balneário Rincão - SC, 20 de Fevereiro de 2018.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DO PROCESSO SELETIVO PMBR 001/2018

Publicação Nº 1529442

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DO-
PROCESSO SELETIVO PMBR 001/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando a necessidade em dar continuidade aos serviços essenciais, dentre eles, a oferta da Educação, CONVOCA os candidatos habilitados no Processo Seletivo Simplificado 001/2018 os abaixo relacionados com vistas à nomeação para os cargos TEMPORÁRIOS observadas as seguintes condições:

1. REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO NO CARGO

- 1.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 1.2. Estar no gozo de direitos políticos;
- 1.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- 1.4. Possuir quitação das obrigações militares para os candidatos do sexo masculino;
- 1.5. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo conforme Edital 001/2018.
- 1.6. Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 1.7. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- 1.8. Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- 1.9. Apresentar Certidão Negativa de Antecedentes criminais.
- 1.10. A escolha das vagas acontecerá na Escola Arroio Rincão, à Rua Jaguaruna, Centro Balneário Rincão SC; no dia 22/02/2018 às 8:30h às 11h30 para Educação Infantil e Fundamental, às 13:30h às 16h30 para Disciplinas Específicas e EJA e para Agentes de Serviços Gerais

2. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

- 3.1. Os CONVOCADOS deverão apresentar-se e entregaros

documentos acima relacionados na Secretaria Municipal de Educação de Balneário Rincão, sito à Rua Urubici s/nº Centro – Balneário Rincão – SC, obrigatoriamente no dia 23/02/2018, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 16h30.

3. DOS CONVOCADOS

- PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL
- PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (anos iniciais)
- PROFESSOR DE INGLES
- PROFESSOR DE ED.FISICA
- PROFESSOR DE ARTES
- PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (EJA)
- PROFESSOR DE MATEMÁTICA (EJA)
- PROFESSOR DE HISTÓRIA (EJA)
- AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS

Balneário Rincão (SC), 19 de Fevereiro 2018

Jairo Celoy Custódio

Prefeito Municipal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:
() Não possuo bens a declarar () Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa

Endereço: _____

Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Apartamento

Endereço: _____

Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Terreno

Endereço: _____

Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Veículo

Tipo _____ Ano _____ Data da aquisição: ____/____/____

Valor de aquisição: _____ Valor de venda atual: _____

Outros: _____

Fontes de renda _____

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

**ANEXO III
D E C L A R A Ç Ã O**

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins, de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo

de _____ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____

_____, inscrito no CPF sob número ... _____

_____. Frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de... _____

_____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO V

TERMO DE DESISTÊNCIA DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____

_____, inscrito no CPF sob número ... _____

_____. Frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, confirmo que não tenho interesse de tomar posse no Cargo de... _____

_____, nos termos da legislação municipal em vigor e conforme edital.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO VI

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____

_____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob número _____,

declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo público, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Balneário Rincão/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL 14/2018 FMS

Publicação Nº 1528906

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº 14/2018

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público que se Aquisição de lentes e armações para distribuição para pessoas carentes do Município. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 06 de março de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 20 de fevereiro de 2018.

NILVA BAU BOSS
Gestora FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº13/2018 FMS

Publicação Nº 1528172

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2018
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2018

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Credenciamento, objetivando a INTERESSADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM OFTALMOLOGIA NA FORMA DE CONSULTAS MÉDICAS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA BONITA, CONFORME AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2018.Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 09 de março de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 20 de fevereiro de 2018.

NILVA BAU BOSS
Gestora FMS

EDITAL PREGÃO Nº24/2018

Publicação Nº 1528887

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº24/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº24/2018

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão, objetivando Contratação de Instrutor de música nas escolas CEIM PINGO DE GENTE, ÁGUAS DO ARAÇÁ E OLAVO BILAC, podendo trabalhar no mínimo três instrumentos, carga horária 20h semanais. Os envelopes

contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 05 de março de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 20 de fevereiro de 2018.

MOACIR PIROCA
Prefeito

EDITAL PREGÃO Nº25/2018

Publicação Nº 1528891

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2018
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO PREÇO Nº 25/2018

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando contratação dePrestadoras de Serviços de atendimento fonoaudiólogo, assistencial, psicológico, pedagógico, acompanhamento escolar, ensino de LIBRAS, e todo suporte necessário para inclusão social de surdos.Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 09:30 horas do dia 05 de março de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 20 de fevereiro de 2018.

MOACIR PIROCA
Prefeito

PORTARIA N.º 63, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529001

PORTARIA N.º 63, de 21 de fevereiro de 2018.
"Admite servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 039/2011, de 01 de dezembro de 2011, e resultado do Processo Seletivo Simplificado Edital 002/2018.

Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário a senhora Tatiane Debona brasileira, CPF nº 059.995.449-39, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, em substituição a servidora Iraci Vergani Rama, pelo período que a mesma permanecer afastada,sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 20 de fevereiro de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N.º059, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528716

PORTARIA N.º059, de 20 de fevereiro de 2018

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designado a servidor Vanderlei Ferronato, ocupante do cargo de Motorista para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 20 de fevereiro de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

PORTARIA Nº 62, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528996

PORTARIA Nº 62, de 20 de fevereiro de 2018.

“Concede diária, adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2,0 (duas) diárias ao Senhor Luiz Antonio Zacaron, Matrícula nº 15402, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Blumenau/SC, conforme Memorando Nº13/2018 e Roteiro de Viagem nº07/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Blumenau/SC, conforme Memorando nº14/2018, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 20 de fevereiro de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº060, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528743

PORTARIA Nº060, de 20 de fevereiro de 2018.

Concede Adicional Escolaridade ao servidor da outras providências

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as disposições do Art.º94 da Lei Complementar 037/2011, de 07 de novembro de 2011.

Resolve.

Art.1º- Conceder Adicional de Escolaridade a servidora estável Delcira Gubert matrícula nº124206, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, por ter concluído curso de graduação, correspondente a vantagem de 20%(vinte por cento) sobre o vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 20 de fevereiro de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e, publicada na forma da Lei..

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 129/2018**

Publicação Nº 1528846

DECRETO LEGISLATIVO Nº 129/2018

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Presidente do legislativo de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com o art. 24 inciso I e IV do regimento interno, art. 47 inciso I e VI da lei orgânica, e inciso XVI do artigo 6º, inciso III do artigo 38 e artigo 51 da Lei de Licitações e Contratos nº8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Permanente de Licitações, composta dos seguintes membros:

Debora Perondi Nunes de Arnote – Presidente;
Rogerio Tesser – membro;
Claudir F. Socha – membro.

Art.2º. O exercício do mandato, constituindo-se de serviço público relevante, com mandato de um (01) ano.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto 124/2017.

Câmara de Vereadores de Barra Bonita/SC, 19 de fevereiro de 2018.

IVO ARALDI

Presidente do Legislativo

.

Barra Velha

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA 002/2018/PMBV AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 1528334

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 006/2018
EDITAL CHAMADA PUBLICA DE COMPRA Nº 002/2018
O Prefeito de Barra Velha/SC, em atendimento a Lei nº. 11.947/2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 Torna Público que realizará Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Barra Velha/SC, conforme especificações contidas no Anexo I. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.
Data de abertura: 26/03/2018
Horário de abertura: 08:30 horas
Barra Velha (SC), 20 de fevereiro de 2018
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

ERRATA TERMO ADITIVO 001/2017-PMBV-CONTRATO 003/2017

Publicação Nº 1528927

ERRATA TERMO ADITIVO 001/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Locação de sala comercial com área de 190,00 m² situada a Avenida Thiago Aguiar nº 130, sala 01 térreo, Jardim Icarai Barra Velha SC. Para o funcionamento das atividades do PROCON E SINE.

Considerando que por erro de digitação, o valor do aluguel da prorrogação(Termo Aditivo 001/2017), ficou menor que o valor do Contrato original.

Onde se lê que o valor do aluguel total para a prorrogação dos 06 (seis) meses é de R\$ 12.757,20 (doze mil setecentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), leia-se R\$ 13.671,96(treze mil seiscentos e setenta e um reais e noventa centavos).

Onde se lê que o valor mensal do aluguel da prorrogação é de R\$ 2.126,20 (dois mil cento e vinte e seis reais e vinte centavos), leia-se R\$ 2.278,66(dois mil duzentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

O valor total do presente Termo Aditivo 002/2018 é de R\$ 914,76(novecentos e quatorze reais e setenta e seis centavos)

Publique-se.

Permanecem inalteradas as demais Clausula do Primeiro Termo Aditivo acima citado.

Barra Velha, 20 de fevereiro de 2018

Valter Marino Zimmermann

Prefeito Municipal

ERRATA PP 002 2018 PMBV

Publicação Nº 1529487

ERRATA 001
PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 005/2018
Pregão Presencial nº 002/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) serviços de elétrica em geral, com fornecimento de peças para CAMINHÕES E MÁQUINAS pertencentes à frota das Secretarias de Obras, de Agricultura, do Município de Barra Velha/SC, Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência.

Considerando que a presente errata tem o objetivo de corrigir somente o Nr. do Processo Administrativo e incluir o Termo Sistema de Registro de Preços, entendendo desta forma que não haverá nenhum fator que interfira na formulação da proposta de preços por parte dos interessados em participar do certame, segue abaixo a correção, permanecendo inalterados as demais condições do edital, citado acima.

ONDE LE-SE
PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 006/2018
Pregão Presencial nº 002/2018
LEIA-SE
PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 005/2018
Pregão Presencial nº 002/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ONDE LE-SE

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) serviços de elétrica em geral, com fornecimento de peças para CAMINHÕES E MÁQUINAS pertencentes à frota das Secretarias de Obras, de Agricultura, do Município de Barra Velha/SC, Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência.

LEIA-SE

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) serviços de elétrica em geral, com fornecimento de peças para CAMINHÕES E MÁQUINAS pertencentes à frota das Secretarias de Obras, de Agricultura, do Município de Barra Velha/SC, Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência.

Publique-se.

Permanecem inalteradas as demais condições do Edital acima citado.

Barra Velha(SC), 20 de fevereiro de 2018.

Valter Marino Zimmermann

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018/PMBV

Publicação Nº 1529483

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 007/2018/PMBV

Pregão Presencial nº 003/2018/PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL no Sistema de Registro de Preços do tipo Menor Preço global por LOTE para Aquisição de veículos para as Secretarias de Administração, Agricultura e Planejamento do Município de Barra Velha, Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 07/03/2018 às 16:00 horas. Data da Sessão Pública: 07/03/2018 às 16:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Edson Vito Varella Boscato. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha(SC), 20 de fevereiro de 2018. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018/FMS

Publicação Nº 1528254

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 004/2018/FMS

Pregão Presencial nº 004/2018/FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, Aquisição de Equipamentos e materiais para o Pronto Atendimento 24 horas, destinados a atender necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 12/03/2018 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 12/03/2018 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração/ Diretoria de Compras, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Edson Vito Varella Boscato. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha(SC), 20 de fevereiro de 2018. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito Municipal.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 008/2018 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 1528020

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 009/2018 - MULTI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 - MULTI

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018 - MULTI

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE VEÍCULOS PARA A FROTA MUNICIPAL.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 05/03/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 05/03/2018 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 21 de Fevereiro de 2018.

FRANCISCO JOSUÉ KARVAT

Pregoeiro

RESOLUÇÃO 021 - CMDCA

Publicação Nº 1528549

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Convoca conselheira tutelar suplente para exercer função.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 88, II da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, combinando com o disposto na Lei Municipal nº 1.184, de 07 de novembro de 2016, Lei Complementar Municipal nº 004, de 27 de janeiro de 1997 e conforme deliberação em sessão extraordinária de 02 de outubro de 2017;

Considerando a necessidade de substituição de 01(um) membro do conselho tutelar, mandato 2016/2020, por 180 (cento e oitenta dias) dias, devido a licença-maternidade de conselheira tutelar;

Considerando o Edital de nº 01/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bela Vista do Toldo/SC, homologado em 30 de março de 2015.

Resolve:

Art. 1º. Convocar para substituir a próxima candidata mandato de (2016- 2020), conforme o Edital nº. 01/2015: Luciana Mochinski Bueno de Oliveira (2ª suplente) para se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/SC, até o dia 27 de fevereiro de 2018, as 17:00hs;

Art. 2º. Em caso de não comparecimento até o dia 27 de fevereiro de 2018, as 17:00hs, determinará a vacância do cargo.

Art. 3º. A candidata suplente da vaga passará a trabalhar de forma imediata por 180 (cento e oitenta) dias ou enquanto perdurar o afastamento da conselheira tutelar titular, após a entrega de todos os documentos no Departamento de Recursos Humanos.

Bela Vista do Toldo/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Simone Aparecida Lessak Magalhães

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.01/2018**

Publicação Nº 1527886

PORTARIA Nº 01 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

ANTONIO ALBERTI, Presidente da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais:

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR o 1º Suplente de Vereador o Sr. José Gilvane Machado, através do Ofício n.01/2018, em face da licença concedida para o titular da cadeira o Vereador CIRINEU IARROCHESKI, através da Requerimento n.001 de 06 de fevereiro de 2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, SC, 07 de fevereiro de 2018.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ANTONIO ALBERTI
Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria desta Casa, na data supra.

SANDRO MIELKE
1º secretario

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE CREDENCIAMENTO IN 1/2018 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DE BENEDITO NOVO

Publicação Nº 1528833

ATA DE CREDENCIAMENTO DA EMPRESA ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DE BENEDITO NOVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2018

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação/Credenciamento nº 1/2018

DATA: 20/02/2018 - HORA DE INÍCIO: 10 horas

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS (JORNAIS E RÁDIOS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL INSTITUCIONAL EM JORNAIS DE FORMATO TABLÓIDE E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E INFORMAÇÕES DE INTERESSE DOS MUNICÍPIOS EM RÁDIOS COM FREQUÊNCIA FM

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 001/2018, para a abertura do envelope apresentado e protocolado pela empresa interessada ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DE BENEDITO NOVO – RADIO RAINHA FM na data de 15/02/2018, referente ao Processo Licitatório na modalidade de Inexigibilidade/Credenciamento nº 1/2018. Na sequência abriu-se o envelope contendo os documentos de habilitação e credenciamento, sendo os documentos nele contidos conferidos e rubricados pelos membros da Comissão de Licitações. Da análise dos documentos apresentados, verificou-se que os mesmos atendem ao exigido no edital, ficando, portanto, a referida empresa considerada habilitada. Estando portando, os documentos de acordo com o solicitado no edital, declaram-se a empresa interessada ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DE BENEDITO NOVO, credenciada no item escolhido 08, conforme relatório em anexo a esta Ata. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise da Assessoria Jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

MAURICIO STEFFEN

Presidente

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

LUANA GRABRIELA ZICKUHR

Membro

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 016/2018

Publicação Nº 1529457

DECRETO Nº 016/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3797/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3828/2017 - Lei Orçamentária para 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2018, Lei Municipal nº 3828/2017:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901.12.361.0003.2020	Manutenção do Ensino Fundamental	50.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.06.000000	Pessoal e Encargos Sociais	500.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.06.000000	Outras Despesas Correntes	500.000,00

06. PROCURADORIA GERAL

0601.02.062.0001.2005	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	4.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	4.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	4.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 20 de fevereiro de 2018.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

PORTARIA Nº 174/2018

Publicação Nº 1528512

PORTARIA nº 174 de 19 de fevereiro de 2018

Designar Servidor(a), a disposição da Câmara Municipal de Vereadores de Biguaçu, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Ivani Nicodemus Martins, ocupante do cargo Efetivo de Escrivão, matrícula 460, a disposição da Câmara Municipal de Vereadores de Biguaçu, com ônus para o destino, a partir de 15/02/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 175/2018

Publicação Nº 1528514

PORTARIA nº 175/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, LARIANI ROZA ALVES, ocupante do cargo de provimento temporário de ENFERMEIRO I, na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 07/02/2018 a 06/06/2018.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 07/06/2018 a 06/07/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 176/2018

Publicação Nº 1528515

PORTARIA nº 176/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, TAMIRIS VALDINETE DOS SANTOS LEITE, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 15/02/2018 a 14/06/2018.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 15/06/2018 a 14/07/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 177/2018

Publicação Nº 1528517

PORTARIA nº 177 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NYA DOS SANTOS LHULLIER, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/02/2018 a 28/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.
Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 178/2018

Publicação Nº 1528518

PORTARIA nº 178 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANE DO NASCIMENTO SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 27/01/2018 a 28/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/01/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.
Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 179/2018

Publicação Nº 1528519

PORTARIA nº 179 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TUIANE SANTANA LOCKS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2018 a 16/03/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 180/2018

Publicação Nº 1528520

PORTARIA nº 180 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GUILHERME PETRUCCI ZENKER, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2018 a 30/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.
Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 181/2018

Publicação Nº 1528522

PORTARIA nº 181 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KHALID HASAN ISMAIL AL ROB, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2018 a 30/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 182/2018

Publicação Nº 1528524

PORTARIA nº 182 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DANIEL PETKOV, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2018 a 30/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 183/2018

Publicação Nº 1528527

PORTARIA nº 183 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ LEANDRO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2018 a 30/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 184/2018

Publicação Nº 1528530

PORTARIA nº 184 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RODRIGO LABRONICI MARQUES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2018 a 30/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 185/2018

Publicação Nº 1528532

PORTARIA nº 185 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIEL ROTILLI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2018 a 30/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 186/2018

Publicação Nº 1528533

PORTARIA nº 186 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURICIO NEIVA FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2018 a 30/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 187/2018

Publicação Nº 1528534

PORTARIA nº 187 de 19 de fevereiro de 2018

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) NYA DOS SANTOS LHULLIER do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 188/2018

Publicação Nº 1528537

PORTARIA nº 188 de 19 de fevereiro de 2018

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) MARINA ZIMMERMANN SIQUEIRA FRANCISCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 189/2018

Publicação Nº 1528538

PORTARIA nº 189 de 19 de fevereiro de 2018

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) ESTER AZEVEDO RAZZOLINI DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 190/2018

Publicação Nº 1528540

PORTARIA nº 190 de 19 de fevereiro de 2018

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, CRYSTHIANO DAVID DE SOUZA, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO EXTERNO, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 14/02/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 215/2018

Publicação Nº 1528581

PORTARIA nº 215 de 19 de fevereiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NATHAN AQUINO DE LIZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/03/2018 a 30/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/03/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 216/2018

Publicação Nº 1528582

PORTARIA nº 216 de 19 de fevereiro de 2018

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) JONATAS TRINDADE GUEDES, do cargo de provimento temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 218/2018

Publicação Nº 1528583

PORTARIA nº 218 de 19 de fevereiro de 2018

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Natali Ramos Depieri, detentor do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Compras da UPA 24H, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/01/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 219/2018

Publicação Nº 1528584

PORTARIA Nº. 219 de 19 de fevereiro de 2018

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 3550/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar

instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Adriana Oliveira Fraga, por meio da Portaria nº 3550/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 54/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando 1.050/2018.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 21/01/2018 a 21/03/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/01/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 220/2018

Publicação Nº 1528585

PORTARIA Nº. 220 de 19 de fevereiro de 2018

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 3605/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Sandro Andretti da Costa, por meio da Portaria nº 3605/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando 965/2018.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 02/02/2018 a 02/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 221/2018

Publicação Nº 1528588

PORTARIA nº 221 de 19 de fevereiro de 2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art.1º Fica retificada a Portaria nº 166/2018, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Manoel Nascimento Vargas, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7999, ocupante do cargo efetivo de Motorista III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Garagem do Setor de Transportes, desempenhando as seguintes funções:

I – Recebimento de atestados médicos;

II – Controle de lavagem dos veículos;

III – Controle funcional;

IV – Recebimento/fornecimento de materiais de expediente e

limpeza;

V – Auxiliar a Gerência de Transporte Escolar.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 24/01/2018 a 16/07/2018.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 222/2018

Publicação Nº 1528590

PORTARIA nº 222 de 19 de fevereiro de 2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art.1º Fica retificada a Portaria nº 103/2018, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LIVIANE ALINE SOARES DE OLIVEIRA UCHOA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/02/2018 a 21/08/2018.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

KATIA ROUSSENQ BICHELS

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 223/2018

Publicação Nº 1528874

PORTARIA Nº 223/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LENIRIA FRANZOI GASPERI, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 967/2018 em anexo no período de 01/02/2018 a 11/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 224/2018

Publicação Nº 1528877

PORTARIA Nº 224/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TANIA ELOI DA SILVA NORONHA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1269/2018 em anexo no período de 20/01/2018 a 03/04/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 225/2018

Publicação Nº 1528880

PORTARIA Nº 225/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSILANE CAPISTRANO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1234/2018 em anexo no período de 05/02/2018 a 05/03/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 226/2018

Publicação Nº 1528882

PORTARIA nº 226 de 19 de fevereiro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Cláudio Eugênio Luiz, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 171, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, desempenhando as funções inerentes ao cargo de Vigia.I – Recebimento e conferência de alimentos e produtos de limpeza;

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 01/02/2018 a 31/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 227/2018

Publicação Nº 1528885

PORTARIA nº 227 de 19 de fevereiro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Leni Maria Salvador Sorgen, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7454, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Magistério Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação. § 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Centro de Educação Infantil Municipal dona Paulina, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 01/01/2018 a 30/06/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 228/2018

Publicação Nº 1528888

PORTARIA nº 228 de 19 de fevereiro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Juliana Aparecida de Paulo, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7093, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Magistério Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Centro de Educação Infantil Municipal Jardim Janaína, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 01/02/2018 a 30/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 229/2018

Publicação Nº 1528937

PORTARIA nº 229 de 19 de fevereiro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Marli Maboni Moreira, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 13533, ocupante do cargo efetivo de Professor II (Educação Infantil), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Centro de Educação Infantil Municipal Jardim Janaína, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Assumir turmas na ausência do professor regente, quando solicitado;

X – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho pedagógico (projeto literatura infantil na unidade escolar).

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 05/02/2018 a 28/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 230/2018

Publicação Nº 1528940

PORTARIA nº 230 de 19 de fevereiro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Salvador Artur de Campos, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 446, ocupante do cargo efetivo de Professor I (Ensino Fundamental), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Grupo Escolar Municipal Célia Lisboa dos Santos, desempenhando as seguintes

funções:

I – Atender na orientação dos alunos;

II – Desenvolver atividades inerentes ao cargo de Técnico em Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 07/02/2018 a 30/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 231/2018

Publicação Nº 1528941

PORTARIA nº 231 de 19 de fevereiro de 2018

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) ANA PAULA DE AZEVEDO, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15297, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232/2018

Publicação Nº 1528944

PORTARIA nº 232 de 19 de fevereiro de 2018

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) FATIMA MARIA DA COSTA, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo Professor I (Educação Infantil), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15220, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos

municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2018

Publicação Nº 1528947

PORTARIA nº 233 de 19 de fevereiro de 2018

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) SERGIO FERNANDO AMARAL, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo Professor III (Educação Física), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15212, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234/2018

Publicação Nº 1528949

PORTARIA nº 234 de 19 de fevereiro de 2018

Concede ao servidor, inativo, Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Vanilda Maria Soares, brasileira, detentora do cargo de provimento efetivo, inativo, de Servente, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º A Gratificação concedida será custeada exclusivamente pelo Tesouro Municipal, observada a aplicação do art. 140 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 235/2018

Publicação Nº 1528954

PORTARIA nº 235 de 19 de fevereiro de 2018

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) ANA PAULA DE AZEVEDO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.

Art. 2º O(a) servidor(a) terá sua jornada de trabalho fixada em 20 horas semanais no período de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos retroagem a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 236/2018

Publicação Nº 1528960

PORTARIA nº 236 de 19 de fevereiro de 2018

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) FATIMA MARIA DA COSTA, ocupante do cargo efetivo de Professor I (Educação Infantil), com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.

Art. 2º O(a) servidor(a) terá sua jornada de trabalho fixada em 20 horas semanais no período de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos retroagem a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 237/2018

Publicação Nº 1528963

PORTARIA nº 237 de 19 de fevereiro de 2018

Concede Horário Especial ao (a) servidor (a) nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, ao (a) servidor (a) SÉRGIO FERNANDO AMARAL, ocupante do cargo efetivo de Professor III (Educação Física), com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 47/2012, regulamentado pelo Decreto nº 151/2015.

Art. 2º O(a) servidor(a) terá sua jornada de trabalho fixada em 30 horas semanais no período de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e os efeitos retroagem a 01/02/2018.

Biguaçu, 19 de fevereiro de 2018.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 247/2018

Publicação Nº 1529458

PORTARIA nº 247 de 20 de fevereiro de 2018

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Deyse de Souza, detentor do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, para exercer a Função de Confiança de Coordenador do Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/01/2018.

Biguaçu, 20 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 248/2018

Publicação Nº 1529459

PORTARIA nº 248 de 20 de fevereiro de 2018

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) André Schweitzer, detentor do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, para exercer a Função de Confiança de Coordenador Contábil, na Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 20 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 250/2018

Publicação Nº 1529464

PORTARIA nº 250 de 20 de fevereiro de 2018

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1514/2017, do(a) servidor(a) KELEN CRISTINA GRUDTNER, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Compras, da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/01/2018.

Biguaçu, 20 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 251/2018

Publicação Nº 1529465

PORTARIA nº 251 de 20 de fevereiro de 2018

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) Rodrigo Flores Pereira, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, para exercer a Função de Confiança de Gerente de Compras, da Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2018.

Biguaçu, 20 de fevereiro de 2018.

Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.562/2018

Publicação Nº 1529224

LEI Nº 8.562, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a inclusão da população negra nas campanhas publicitárias oficiais do Município de Blumenau.

Parágrafo único. Excetuam-se da obrigação contida no caput deste artigo as campanhas publicitárias temáticas relativas a eventos de terminada etnia, bem como aquelas que não apresentam imagens de pessoas.

Art. 2º Ato do Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2018.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.563/2018

Publicação Nº 1529229

LEI Nº 8.563, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DO NÚMERO DO DISQUE DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS SITES OFICIAIS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO NA INTERNET.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a divulgação do número do serviço Disque Denúncia da Violência Contra a Mulher (Disque 180) nos sites oficiais da Prefeitura Municipal de Blumenau e da Câmara Municipal de Blumenau na Internet.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2018.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.564/2018

Publicação Nº 1529232

LEI Nº 8.564, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CRIA O MUSEU DE RUA DO CENTRO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer e da Fundação Cultural de Blumenau, o Museu de Rua do Centro Histórico do Município de Blumenau, com finalidades, atribuições e organização previstas nesta Lei.

Art. 2º O Museu de Rua do Centro Histórico do Município de Blumenau é um complexo museológico instituído na região central da cidade de Blumenau, caracterizando-se como um museu de percurso, também denominado museu território ou museu da cidade.

Art. 3º Integram o Museu de Rua do Centro Histórico do Município de Blumenau os seguintes roteiros e locais:

I – Ponte Aldo Pereira de Andrade;

II – Marco de Chegada dos Primeiros Imigrantes;

III – Praça da Paz;

IV – Praça Victor Konder;

V – Monumento 150 anos de Blumenau;

VI – Prefeitura Municipal de Blumenau;

VII – Locomotiva Macuca;

VIII – Rua XV de Novembro – Conjunto Arquitetônico;

IX – Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes;

X – Catedral São Paulo Apóstolo;

XI – Praça Dr. Blumenau;

XII – Mausoléu Dr. Blumenau;

XIII – Edificação da Antiga Prefeitura de Blumenau, hoje Fundação Cultural de Blumenau;

XIV – Praça Hercílio Luz;

XV – Museu da Cerveja;

XVI – Museu de Hábitos e Costumes;

XVII – Alameda Duque de Caxias – “Rua das Palmeiras”;

XVIII – Museu da Família Colonial;

XIX – Horto Botânico Edith Gartner;

XX – Cemitério de Gatos;

XXI – Marco Zero;

XXII – Igreja Evangélica Luterana.

Art. 4º São finalidades do Museu de Rua do Centro Histórico do Município de Blumenau:

I – efetivar uma educação patrimonial junto à comunidade, visitantes e turistas, sensibilizando-os da importância do patrimônio e da história de Blumenau;

II – demarcar o Centro Histórico de Blumenau como lugar de memória e história, assegurando a importância dos sujeitos históricos que aqui viveram;

III – agregar valor ao roteiro histórico e à atividade turística indo ao encontro dos projetos de desenvolvimento das atividades turísticas, permitindo ao turista permanecer mais tempo no Município, influenciando na geração de empregos e renda para a região;

IV – dinamizar o turismo histórico e cultural, sendo agente ativo no conhecimento da história e memória local, fazendo com que ações desenvolvidas saiam dos edifícios e passem a ser exercidas de forma que tenha a efetiva participação do público;

V – incentivar a comunidade local, visitantes e turistas a conheçam a evolução da nossa história e evolução econômica e social, através de nossas edificações e museus ao longo do percurso do centro histórico;

Art. 5º O Museu de Rua do Centro Histórico do Município de Blumenau será coordenado pela Fundação Cultural de Blumenau em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo e Lazer.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.653/2018

Publicação Nº 1529235

DECRETO Nº 11.653, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 221.454,43 (duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
0406 – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

Atividade 04.06.14.422.0065.2016 – Man. Ativ. do Fundo de Def. Dir. Difusos

Modalidade 4.4.90 (741) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0052.1010 – Exec. Terrap/Drenag/Pavimentação de Ruas

Modalidade 4.4.90 (740) Aplicações Diretas R\$ 121.454,43

Fonte de Recursos 0383.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.655/2018

Publicação Nº 1529238

DECRETO Nº 11.655, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 5.013,45 (cinco mil e treze reais e quarenta e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0405 – Fundo de Reapar. da Procuradoria Geral do Município

Atividade 04.05.03.092.0019.2015 – Man. Ativ. Fundo de Reap. da PROGEM

Modalidade 3.3.90 (743) Aplicações Diretas R\$ 4.812,63

Fonte de Recursos 0606.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.453.0052.1165 – Imp. Ciclovias e Calçadas Pac Mob. Méd. Cid.

Modalidade 4.4.90 (742) Aplicações Diretas R\$ 200,82

Fonte de Recursos 0383.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.565/2018

Publicação Nº 1529241

PORTARIA Nº 21.565, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

EXONERA JOICE MARIA BARBETA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE CONTROLE E AVALIAÇÃO, NA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/ 2007, combinado com o art. 47 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e em atenção à solicitação formulada por meio do Processo Administrativo nº 2018/02/959, resolve:

EXONERAR, no dia 19 de fevereiro de 2018, JOICE MARIA BARBETA, do cargo em comissão de Gerente de Controle e Avaliação, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, nomeada pela Portaria nº 20.938, de 06/06/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018

Publicação Nº 1529248

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018
Objeto: Registro de Preços para serviço de publicidade dos atos oficiais/legais do Município de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - Diversas Secretarias - SETERB - FMAS - FAEMA - ISSBLU - PROFAMILIA - FMD e FCB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 05 de março de 2018, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 05 de março de 2018, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 20/02/2018 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Publicação Nº 1529258

Extrato: Termo de Parceria nº 001/2017

Partes: Município de Blumenau e o Pólo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau - Blusoft

Objeto: O desenvolvimento da cogestão da etapa de 2018 do Programa Entra21-Blusoft, para formar mais de 300 jovens, domiciliados e residentes em Blumenau, dando preferência aos jovens com baixa renda familiar e pessoa com deficiência, ministrando cursos de até 400 horas aula e duração de até 6 meses, com competências em tecnologias da informação, oferecendo treinamento totalmente gratuito ao aluno, incluindo material didático e transporte, visando a absorção deste no mercado de trabalho pelas empresas de TI. Fundamento Legal: Lei Federal nº 9.790 de 23/03/199 e alterações; Decreto Federal nº 3.100 de 30/06/1999 e Instrução Normativa TC/SC nº 14/2012.

Prazo: 12(Doze) meses contados a partir da assinatura.

Valor: R\$ 550.000,00(Quinhentos e Cinquenta mil reais)

Data da Assinatura: Blumenau, 22 de dezembro de 2017.

PORTARIA Nº 159/2018 - PROEB

Publicação Nº 1529263

FUNDAÇÃO PROMOTORA EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU

INSTITUÍDA PELA LEI Nº. 1625 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1969
CNPJ 82.665.001/0001-10

Rua Alberto Stein, 199 - Telefone: (47) 3326-6901 - Fax: (47) 3329-0336
Bairro Velha - 89036-200 - B L U M E N A U - Santa Catarina - Brasil

PORTARIA RH N.º 159

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO
WILLIAM DOUGLAS MENDONÇA MUNIZ

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

De acordo com o artigo 16, § 4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por ter apresentado desistência do cargo, a nomeação de WILLIAM DOUGLAS MENDONÇA MUNIZ, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014, na 1ª colocação, através da Portaria RH Nº 158, de 07 de fevereiro de 2018.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB,
em 19 de fevereiro de 2018

Ricardo Stodieck
Presidente

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2228/2017 - SAMAE

Publicação Nº 1529278

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2228/2017 - Processo Licitação Pregão Presencial 2232/2017

OBJETO: Registro de preço para aquisição de combustíveis tipo gasolina comum, óleo diesel S-10, óleo diesel comum e reagente ARLA 32 para a frota veicular do SAMAE, pelo período de 01 (um) ano. Empresa: AUTO POSTO EXPRESSO LTDA. CNPJ: 02.050.924/0001-28

Item 01: Valor unitário R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos) e valor total R\$ 393.000,00 (trezentos e noventa e três mil reais).

Item 02: Valor unitário R\$ 3,32 (três reais e trinta e dois centavos) e valor total R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos) e valor total R\$ 391.200,00 (trezentos e noventa e um mil e duzentos reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais) e valor total R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 13 de Dezembro de 2017.

Alexandro Eduardo Fernandes - Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2234/2017 - SAMAE

Publicação Nº 1529318

PREGÃO PRESENCIAL 06-2234/2017

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de expediente, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresas:

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA EIRELI - ME

CNPJ: 12.667.876/0001-75

Valor total R\$ 22.081,60

BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME

CNPJ: 85.323.392/0001-82

Valor total R\$ 12.687,02

PERFORMACECOMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME

CNPJ: 26.682.219/0001-01

Valor total R\$ 32.034,17

RSUL EIRELI EPP

CNPJ: 14.066.477/0001-84

Valor total R\$ 397,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Data da homologação: 20/02/2018.

Blumenau (SC), 21/02/2018.

Alexandro Eduardo Fernandes

Diretor Presidente

CONCORRÊNCIA PÚBLICA (SRP) Nº 002/2018 - FURB

Publicação Nº 1529334

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Concorrência Pública (SRP) nº. 002/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de materiais odontológicos para Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 27 de março de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais no. 8.666/93 e Alterações.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira

Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA (SRP) Nº 018/2018 - FURB

Publicação Nº 1529344

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Concorrência Pública (SRP) nº. 012/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de material de expediente para Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 26 de março de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais no. 8.666/93 e Alterações.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira

Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 001/2018 - FURB

Publicação Nº 1529349

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 001/2018

Objeto: Registro de Preço para aquisições futuras de rações para animais de produção do curso de medicina veterinária e do departamento de ciências naturais da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 08 de março de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira

Divisão de Administração de Materiais

Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 011/2018 - FURB

Publicação Nº 1529354

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 011/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de blocos de concreto para pavimentação, piso podotátil e outros para reformas na Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 13 de março de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 021/2018 - FURB

Publicação Nº 1529356

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 021/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de combustíveis (gasolina comum, etanol e diesel s-10) para a frota veicular da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 07 de março de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 025/2018 - FURB

Publicação Nº 1529358

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 025/2018

Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de funilaria para confecção de calhas, rufos, bandejas, dutos, guarnições e coifas, em alumínio natural e serviços de colocação, incluindo o fornecimento de material para fabricação, instalação, fixação e vedação.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 12 de março de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 033/2018 - FURB

Publicação Nº 1529362

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 033/2018

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de papel reprográfico tamanho a4 (210x297mm), branco alcalino, gramatura de 75g/m², destinado a todos os setores da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 09 de março de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 581/2017 - FURB

Publicação Nº 1529365

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 581/2017

Objeto: Aquisição de licenças para os softwares Adobe Creative Cloud e Autodesk Autocad para diversos setores da FURB.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 14 de março de 2018, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 22 de fevereiro de 2018.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 055 de 28 de janeiro de 2015

EXTRATO Nº 040/2018 - FURB

Publicação Nº 1529376

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 040/2018

Inexigibilidade de Licitação nº. 052/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROG-TEF e demais alterações, para Pagamento de inscrição da Servidora

Dilamara Riva Schard no Curso: Revisão da Norma NBR ISO/IEC 17025:2017 a ser realizado nos dias 08 e 09/03/2018 à distância (EAD). Contratada: LABORATORIOS DE METROLOGIA LABMETRO LTDA-EPP (CNPJ Nº 05.772.928/0001-08). Forma de Pagamento: Até 05/03/2018 para confirmação da inscrição. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25 Caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. Valor Total/ Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) / 01.27.12.364.0076.2027(Pró – (Instituto FURB)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.39.48 (Serviços de Seleção e Treinamento).

Blumenau, 21 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

Publicação Nº 1529420

MODALIDADE: Pregão Presencial.

TIPO: Menor preço por item.

OBJETO: Registro de Preços para serviços de manutenção predial (elétrica, hidráulica, pintura, marcenaria entre outros) para a Câmara Municipal de Blumenau, conforme as especificações constantes do Anexo I e as condições estabelecidas no Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

DATA DE ABERTURA: 05/03/2018

HORÁRIO: 10 horas.

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau - Rua XV de novembro, 55, centro, Blumenau/SC.

O Edital e/ou esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13 às 19 horas, de 2ª a 6ª feira ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br/processos-licitatorios-2018/>

Blumenau, 20 de fevereiro de 2018.

Marcos da Rosa

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA 044/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528001

PORTARIA Nº 044/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.
DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.
RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Márcio José Storck, inscrito no CPF sob nº 065.997.499-17, com matrícula sob nº 745-5, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos Administrativos nº. 017/2018, 18/2018, 19/2018 referente ao Processo Licitatório nº. 108/2018, sendo objeto aquisição de sêmen para inseminação artificial do rebanho bovino no município, exercício 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de fevereiro de 2018.
RONALDO LUIZ SINGER
Prefeito Municipal

Recebido: / /2018.

PORTARIA Nº 041/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1527940

PORTARIA Nº 041/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE VANTAGEM PESSOAL POR DESEMPENHO DE ATIVIDADES NÃO INERENTES AO CARGO EFETIVO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER vantagem pessoal a servidora municipal Sra. Adriana Boni Maggi, inscrita na matrícula sob nº 517-7, em razão de equiparação salarial entre seu cargo efetivo, Auxiliar de Serviços Gerais e as funções ora exercidas compatíveis com o cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, pelo tempo em que este executar as funções e atividades não inerentes a seu cargo efetivo, conforme prevê a Lei Municipal nº 589/2007 de 27 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 01/02/2018, de sua assinatura, condicionada sua validade à

publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de fevereiro 2018.
RONALDO LUIZ SINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1527986

PORTARIA Nº 042/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.
DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.
RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora pública municipal Srª. Roseni Machado de Souza Bruxel, inscrita no CPF sob nº 026.966.599-40, com matrícula sob nº 350-6, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato Administrativo nº. 016/2018, referente ao Processo Licitatório nº. 07/2018, sendo objeto prestação de serviços laboratoriais com coleta e realização de exames para municípios bomjesuenses.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de fevereiro de 2018.
RONALDO LUIZ SINGER
Prefeito Municipal

Recebido: / /2018.

PORTARIA Nº 043/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1527989

PORTARIA Nº 043/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.
DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora pública municipal Srª. Roseni machado de Souza Bruxel, inscrita no CPF sob nº 026.966.599-40, com matrícula sob nº 350-6, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos Administrativos nº. 21/2018 referente ao Processo Licitatório nº. 84/2018, sendo objeto Contratação de farmácias e/ou drogarias para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoque, para o exercício 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de fevereiro de 2018.

RONALDO LUIZ SENER
Prefeito Municipal

Recebido: / /2018.

PORTARIA Nº 045/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528018

PORTARIA Nº 045/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora pública municipal Srª. Marília Ceccon Maggi, inscrita no CPF sob nº 023.802.459-83, com matrícula sob nº 774-9, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Administração e Fazenda, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Atos Contratados nas Atas de Registro de Preços nº 09/2018, 10/2018, 11/2018, 12/2018, 13/2018 referente ao Processo Licitatório nº. 121/2018, sendo objeto eventual aquisição de pastas, envelopes, notas de produtor rural, capas para bloco de produtor rural e demais impressos e materiais gráficos para manutenção das diversas secretarias da administração municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de fevereiro de 2018.

RONALDO LUIZ SENER
Prefeito Municipal

Recebido: / /2018.

PORTARIA Nº 046/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528035

PORTARIA Nº 046/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Valdenor Nascimento, inscrito no CPF sob nº 664.756.439-04, com matrícula sob nº 746-3, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Estradas e Rodagem, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Atos Contratados nas Atas de Registro de Preços nº 08/2018, referente ao Processo Licitatório nº. 48/2018, sendo objeto eventual contratação de empresa para prestação de serviço técnico com equipe especializada e fornecimento de material elétrico, para manutenção de iluminação pública no município de Bom Jesus do Oeste/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de fevereiro de 2018.

RONALDO LUIZ SENER
Prefeito Municipal

Recebido: / /2018.

PORTARIA Nº 047/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528040

PORTARIA Nº 047/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Valdenor Nascimento, inscrito no CPF sob nº 664.756.439-04, com matrícula sob nº 746-3, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Estradas e Rodagem, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Atos Contratados nas Atas de Registro de Preços nº 14/2018, 15/2018, 16/2018 referente ao Processo Licitatório nº. 112/2018, sendo objeto Eventual prestação de serviço de mão de obra mecânica (hora/máquina), para a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas pesadas pertencentes a municipalidade, conforme demandas no município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de fevereiro de 2018.

RONALDO LUIZ SENER

Prefeito Municipal

Recebido: / /2018.

PORTARIA Nº 048/2018, DE 16 DE FEVEREIRO 2018.

Publicação Nº 1528042

PORTARIA Nº 048/2018, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Valdenor Nascimento, inscrito no CPF sob nº 664.756.439-04, com matrícula sob nº 746-3, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Estradas e Rodagem, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Atos Contratados nas Atas de Registro de Preços nº 006/2018, e 07/2018, referente ao Processo Licitatório nº. 66/2018, sendo objeto eventual aquisição de tubos de concreto para utilização nas atividades diárias nos diversos departamentos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de fevereiro de 2018.

RONALDO LUIZ SENER

Prefeito Municipal

Recebido: / /2018.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1528785

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE- SC, POR SUA MESA DIRETORA, com a finalidade de debater melhor a matéria, bem como por se tratar do tema de parcelamento do solo no nosso município, que se fundamenta nos direitos do cidadão e da comunidade, convoca AUDIÊNCIA PÚBLICA, nos seguintes termos:

1-MATÉRIA: Discutir, debater, esclarecer e receber sugestões no sentido de aprimorar ou alterar o Projeto de Lei Municipal de nº 05/2018 de 02 de Fevereiro de 2018, que altera a Lei Municipal nº 868/13 de 03 de Abril de 2013, que institui a Lei de Parcelamento, uso e ocupação do solo do município de Bom Jesus do Oeste e dá outras providências e demais assuntos trazidos à baila em audiência;

O referido Projeto de Lei se encontra em todas as comissões da Câmara Municipal de Vereadores a vista dos Senhores Vereadores.

2. DO LOCAL, DATA E HORA: A Audiência Pública será realizada no dia 23 de Fevereiro de 2018, com sua instalação marcada para as 15h30min no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste- SC, sito à Rua Irmão Ambrósio, nº 120, no Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina;

3. PARTICIPANTES: Audiências Públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão, devendo o interessado na apresentação de sugestões ou de comentários realizar durante o debate e discussão no ato da audiência pública. Outros esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone (49) 3363-0123 ou no site: www.camarabomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste- SC, 20 de Fevereiro de 2018.

Presidente da Câmara de Vereadores

Elmer Zimmermann

1º Secretário da Câmara de Vereadores

Ivaldo Defendi Ribeiro

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS 55 A 68/2018

Publicação Nº 1529093

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 55/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: ADL Comercial Eireli EPP

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 10.062,50 (dez mil sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Extrato Contrato 56/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Bozzano e Bozzano Ltda ME

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 13.054,40 (treze mil cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).

Extrato Contrato 57/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Célia Regina Wambommel ME

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 12.856,35 (doze mil oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos)

Extrato Contrato 58/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Império do Papel Comercio de Papéis Ltda – ME

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 52.542,50 (cinquenta e dois mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Extrato Contrato 59/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Luiz Antônio Junckes ME.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 58.153,00 (cinquenta e oito mil cento e cinquenta e três reais)

Extrato Contrato 60/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Osmar Orlandi Júnior - ME.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 15.580,00 (quinze mil quinhentos e oitenta reais).

Extrato Contrato 61/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: RD Negócios de Informática Ltda - EPP.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 20.289,00 (vinte mil duzentos e oitenta e nove reais).

Extrato Contrato 62/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Tectoner Recarga de Toner Ltda.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 27.465,00 (vinte e sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Extrato Contrato 63/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Suprimóveis Eireli-EPP

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).

Extrato Contrato 64/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: ABM Distribuidora de Materiais e Equipamentos Ltda - ME

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 9.644,00 (nove mil seiscentos e quarenta e quatro reais).

Extrato Contrato 65/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Lugraf Gráfica e Papelaria Eireli EPP

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 46.250,00 (quarenta e seis mil duzentos e cinquenta reais).

Extrato Contrato 66/2018 Pregão Presencial 12/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratado: Performace Comercio e Serviços Eireli - ME

Objeto: Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Valor Total: R\$ 14.642,90 (quatorze mil seiscentos e quarenta e dois reais e noventa centavos).

Extrato Contrato 67/2018 Pregão Presencial 12/2018**Contratante:** Município de Bom Retiro**Contratado:** Eonix Suprimentos e Informática Ltda – ME**Objeto:** Aquisição de materiais de expediente, materiais escolares e suprimentos de informática para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.**Valor Total:** R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).**Extrato Termo de Colaboração 03/2018 Dispensa Chamamento Público 05/2018****Contratante:** Município de Bom Retiro - FMAS**Contratada:** Associação de Assistência Social de Bom Retiro**Objeto:** Desenvolvimento do Projeto "A escola dos nossos filhos é a gente que faz".**Valor Total:** R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).**Bom Retiro, 21 de fevereiro de 2018.****Maria Madalena Silveira****Responsável Sec. de Administração e Fazenda**

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.146-2018 - ANULAÇÃO**

Publicação Nº 1528596

=====

D E C R E T O Nº 2.146/2018

=====

“AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2018”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.10º da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais), conforme abaixo especificado:

6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-451-014-2.38	Manutenção do Setor de Projetos e Estudos
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (120)	Recursos Ordinários R\$ 360,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-451-014-2.38	Manutenção do Setor de Projetos e Estudos
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.1.00 (119)	Recursos Ordinários R\$ 360,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 20 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 18 de fevereiro de 2018.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS PREGÃO 3 2018

Publicação Nº 1527927

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2018 - PR
	Processo Administrativo: 6/2018 Processo de Licitação: 6/2018 Data do Processo: 01/02/2018

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Registro de Preços para eventual aquisição de peças para manutenção dos caminhões Mercedes 2418, Volkswagen 11130, Volkswagen 26220, Mercedes 1718, Mercedes 2726 e Mercedes 2729 da Secretaria de Obras de Braço do Trombudo.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 16/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 20 de Fevereiro de 2018, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 6/2018, Licitação nº 3/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A empresa IVEPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI EPP não tinha representante presente no certame. Em seguida ao credenciamento das empresas, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura dos envelopes contendo as propostas, sendo as mesmas analisadas e rubricadas pelos membros da comissão e representante. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR LOTE. Houve lances verbais. Nenhuma empresa não manifestou interesse em interpor recurso. Ficando vencedora a empresa conforme segue:

LOTE: 1

Participante: 9602 - PIR SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Faixa lateral	UND	25,00	DM	0,0000	5,2076	130,19
2	Faixa para-choque	UND	5,00	DM	0,0000	85,2242	426,12
3	Lona de freio L661	UND	5,00	THERMOID	0,0000	259,1764	1.295,88
4	Lona de freio L136K	UND	5,00	THERMOID	0,0000	243,3626	1.216,81
5	Lona L 552	UND	10,00	THERMOID	0,0000	207,2843	2.072,84
6	Lona L 551	UND	10,00	THERMOID	0,0000	232,5675	2.325,68
7	Lona L 224	UND	10,00	THERMOID	0,0000	204,3488	2.043,49
8	Lona L 223	UND	10,00	THERMOID	0,0000	230,4842	2.304,84
9	Rebite 10 x 16	UND	2.000,00	REBIBAS	0,0000	0,0947	189,40
10	Pino de centro 12 x 6	UND	10,00	FIXAR	0,0000	17,0448	170,45
11	Pino de centro 9/16 x 8	UND	10,00	FIXAR	0,0000	17,8024	178,02
12	Pino de centro 12 x 8	UND	10,00	FIXAR	0,0000	16,0979	160,98
13	Pino de centro 12 x 10	UND	10,00	FIXAR	0,0000	12,6889	126,89
14	Mola VW 80 x 12 x 250 x 250	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	37,0252	185,13
15	Mola VW 128,1	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	215,3333	1.076,67
16	Mola VW 128,2	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	392,9785	1.964,89
17	Mola VW 128,3	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	384,6454	1.923,23
18	Mola VW 128,4	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	340,3288	1.701,64
19	Mola vw 380,1;	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	384,6454	1.923,23
20	Mola vw 380,2;	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	394,5883	1.972,94
21	Mola VW 380,3	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	420,8184	2.104,09
22	Mola VW 380,4	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	362,1084	1.810,54
23	Mola VW 380,5	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	253,116	1.265,58
24	Mola VW 124,4	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	171,7742	858,87
25	Mola VW 124,3	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	192,7962	963,98
26	Mola VW 124,2	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	186,6411	933,21
27	Mola VW 124,1	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	211,072	1.055,36
28	Mola 124,6 da abraçadeira	UND	5,00	MARCHETTI	0,0000	356,332	1.781,66
29	Cabo de acionamento	UND	2,00	HYVA	0,0000	136,2641	272,53
30	Grampo de Mola 3/4x82x440	UND	5,00	FIXAR	0,0000	44,9795	224,90
31	Grampo 3/4 82 x 400	UND	5,00	FIXAR	0,0000	42,9909	214,95
32	Grampo 3/4 x 82 x 460	UND	5,00	FIXAR	0,0000	42,4227	212,11
33	Grampo 5/8 x 72 x 300	UND	5,00	FIXAR	0,0000	15,4351	77,18
34	Grampo 5/8 x 72 x 360	UND	5,00	FIXAR	0,0000	32,764	163,82
35	Cuica 30 x 30	UND	5,00	MASTER	0,0000	271,7707	1.358,85
36	Bucha mola atego axios 1680	UND	6,00	IABV	0,0000	111,7385	670,43
37	Bucha mola atego DT tras.	UND	6,00	IABV	0,0000	146,0175	876,11
38	Diapragma 8 com reforço...	UND	5,00	BINS	0,0000	20,9273	104,64
39	Mola de cuica 30 x 30	UND	5,00	MASTER	0,0000	71,399	357,00
40	Tampa de cuica com parafuso	UND	5,00	MASTER	0,0000	51,4186	257,09
41	flexível cuica	UND	5,00	MASTER	0,0000	34,7526	173,76
42	Bucha barra do estabilizador do atego	UND	5,00	IABV	0,0000	24,8097	124,05
43	Reparo pino de tirante IABV 3138	UND	3,00	IABV	0,0000	157,8542	473,56
44	PINO DA MOLA	UND	24,00	FIXAR	0,0000	34,3738	824,97
45	Retentor sabo 2713	UND	10,00	SABO	0,0000	51,3239	513,24
46	HAste Reação ford cargo	UND	3,00	IABV	0,0000	664,7491	1.994,25
47	Aranha trava	UND	10,00	FIXAR	0,0000	12,3102	123,10
48	Bucha da ponta de estabilizador MB	UND	4,00	IABV	0,0000	20,8326	83,33
49	Bucha de mola dianteira do MB	UND	4,00	IABV	0,0000	11,3632	45,45

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

CNPJ: 95.952.230/0001-67
 PRACA DA INDEPENDENCIA,25
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 3/2018 - PR

Processo Administrativo: 6/2018
 Processo de Licitação: 6/2018
 Data do Processo: 01/02/2018

Folha: 2/2

LOTE: 1

Participante: 9602 - PIR SERVICOS E COMERCIO LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
50	Bucha estabilizador W	UND	4,00	IABV	0,0000	19,791	79,16
51	Bucha mola VW	UND	6,00	IABV	0,0000	21,7795	130,68
52	Valvula acionamento resolução 563	UND	6,00	HYVA	0,0000	1.009,1498	6.054,90
53	Kit sonoro e visual resolução 563	UND	6,00	HYVA	0,0000	256,6197	1.539,72
54	Mangueiras hidráulicas	UND	6,00	HYVA	0,0000	572,8963	3.437,38
55	PARAFUSO RODA	UND	20,00	ZM	0,0000	23,0105	460,21
56	Reparo cuica	UND	5,00	MASTER	0,0000	51,4186	257,09
57	Flange cuica	UND	5,00	MASTER	0,0000	34,0897	170,45
58	Junta cubo	UND	20,00	IABV	0,0000	4,2612	85,22
59	MOLA PATIM	UND	20,00	MASTER	0,0000	16,2873	325,75
60	ROLETE	UND	10,00	SUSPENSY	0,0000	15,151	151,51

Total do Participante -----> 56.000,00

Total Geral -----> 56.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 20 de Fevereiro de 2018

COMISSÃO:

Alair Franz Hein - - Pregoeiro(a)
 Jean Carlos Correa da Costa Sharf - - membro
 Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - - membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JEAN PIERRE VARELA MOTA - - PIR SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8103-2018

Publicação Nº 1529288

DECRETO nº 8.103, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre aprovação de Projeto do LOTEAMENTO ACÁCIA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 38 da Lei Complementar nº 138/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Loteamento denominado LOTEAMENTO ACÁCIA, de propriedade de Prime Incorporadora de Imóveis Eireli, a ser executado na Rua Luiz Vanolli, bairro Azambuja, Brusque/SC, contendo área total de 177.787,40 m², registrado no Ofício de Registro de Imóveis, na matrícula nº 55.557, livro 2.

Art. 2º O referido loteamento é constituído de 15 lotes, sendo 24.407,82 m² área de lotes; 4.207,60 m² área de Equipamentos Comunitários; 1.447,32 m² área de Arruamento; 147.564,44 m² Área Verde; e 160,22 m² área Faixa Sanitária.

Art. 3º As obras a serem realizadas sob responsabilidade do loteador para implantação do loteamento são:

I - abertura e terraplenagem das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

II - demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

III - implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;

IV – plantio de grama nos espaços destinados a passeio público e execução das calçadas em bloco de concreto ou concreto moldado in loco nos passeios confrontantes as áreas públicas;

V – pavimentação das pistas de rolamento das vias;

VI - rede de energia elétrica e iluminação pública, conforme projeto aprovado pela CELESC;

VII - rede de água potável, conforme projeto aprovado pelo SAMAE;

VIII - rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

IX – rede de esgotamento sanitário, conforme projeto aprovado de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;

X – recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram;

XI – visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d'água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais.

Art. 4º Como garantia das obras mencionadas no art. 3º, o Município caucionará os lotes nºs 01, 03 e 07 da quadra A; lotes nº 17, 18 e 20 da quadra B.

Art. 5º As obras mencionadas no art. 3º deste Decreto serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 6º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 3º deste Decreto.

Art. 7º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará a área de terra caucionada, dada em garantia.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de fevereiro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

RONALDO SANTOS

Diretor-Presidente do IBPLAN

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL N° 001-2017 - TERMO DE CONVOCAÇÃO -SAMAE

Publicação N° 1529294

EDITAL 001/2017
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CONVOCAÇÃO

Convocamos os candidatos a seguir relacionados para comparecer na sede do SAMAE, à Rua Doutor Penido, 297 – Centro – Brusque/SC, até o dia 26/02/2018, a partir das 12:00h para apresentação de documentos e encaminhamento para realização de exame médico admissional.

Em caso de desistência do cargo, fica o (a) candidato (a) ora convocado(a), a comparecer ou encaminhar o Termo de Desistência para o mesmo endereço supra citado.

CARGO: Agente de ETA

4º	Valério Cadore Júnior	10,0	002
5º	Luiz Sergio Da Fonseca Cortegoso	10,0	016
6º	Eduardo Gonçalves Correia Dos Santos	10,0	004

CARGO: Agente de Serviços Especiais

2º	Nilton Gervásio Correa	9,5	009
3º	Fernando Marques De Moraes	9,0	056
4º	Gilmar Heliodoro Luiz	9,0	015

Brusque, 19 de fevereiro de 2017

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente			

EDITAL N° 002-2017 - TERMO DE CONVOCAÇÃO- SAMAE

Publicação N° 1529298

EDITAL 002/2017
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CONVOCAÇÃO

Convocamos os candidatos a seguir relacionados para comparecer na sede do SAMAE, à Rua Doutor Penido, 297 – Centro – Brusque/SC, até o dia 26/02/2018, a partir das 12:00h para apresentação de documentos e encaminhamento para realização de exame médico admissional.

Em caso de desistência do cargo, fica o (a) candidato (a) ora convocado(a), a comparecer ou encaminhar o Termo de Desistência para o mesmo endereço supra citado.

CARGO: Agente de Leitura e Inspeção

1º	PEDRO MATIAS RIFFEL	9,5	059
2º	ORLI ALVES DOS SANTOS	9,5	030
3º	RAFAEL ALMEIDA GRAUDIN	9,5	167

CARGO: Servente de Serviços Gerais

1º	PAMELA IURKIV DA SILVA	9,50	052
----	------------------------	------	-----

CARGO: Agente de Cadastro Técnico

1º	LARISSA BEATRIZ STEDILE BONONOMI	9,00	031
----	----------------------------------	------	-----

CARGO: Engenheiro Sanitarista

1º	EDUARDO PAULY FERNANDES	9,00	155
----	-------------------------	------	-----

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

LEI COMPLEMENTAR Nº 270-2017

Publicação Nº 1529303

LEI COMPLEMENTAR N. 270, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo de Brusque, definido no Anexo I da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo de Brusque, definido no Anexo I da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, os cargos de provimento efetivo de Médico Auditor e Médico Regulador, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista, categoria 18, faixa de vencimento I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na forma do anexo desta Lei.

Art. 2º A descrição das responsabilidades, atribuições e os requisitos para provimento dos cargos previstos no art. 1º, constam do anexo desta lei, e passam a integrar o Manual de Ocupações do Quadro Permanente de Pessoal do Plano de Cargos e Carreiras, que constitui o Anexo I-B da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações.

Art. 3º Ficam extintos, a partir de 19 de março de 2018, os cargos de provimento em comissão de Médico Auditor e Médico Regulador, previstos no Quadro de Servidores Comissionados do Poder Executivo de Brusque - Anexo I-E da Lei Complementar nº 143/09.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se disposições em contrário, em especial o art. 42 da Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 270-2017- ANEXO I

Publicação Nº 1529306

ANEXO I
QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS
LEI COMPLEMENTAR Nº 270/2017

CATEGORIA S	NOMENCLATURA S	GO C	QTD E	C/ H	INTERSTÍCIO S E PERCENTUAL S	PADRÕES DE VENCIMENTO										
						3 anos	2 anos	2 anos	2 anos	3 anos	3 anos	3 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
						3,0%	3,0%	3,0%	4,5%	4,5%	4,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
						A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$	K R\$
18	MÉDICO AUDITOR MÉDICO REGULADOR	GE	1	20	VENCIMENTO I II - 6% III - 6% IV - 6%	6.591,6 9	6.789,4 4	6.993,1 2	7.202,9 2	7.527,0 5	7.865,7 7	8.219,7 3	8.712,91	9.235,68	9.789,82	10.377,2 1
						6.987,1 9	7.196,8 1	7.412,7 1	7.635,0 9	7.978,6 7	8.337,7 1	8.712,9 1	9.235,68	9.789,82	10.377,2 1	10.999,8 5
						7.406,4 2	7.628,6 2	7.857,4 7	8.093,2 0	8.457,3 9	8.837,9 7	9.235,6 8	9.789,82	10.377,2 1	10.999,8 5	11.659,8 4
						7.850,8 1	8.086,3 3	8.328,9 2	8.578,7 9	8.964,8 4	9.368,2 5	9.789,8 2	10.377,2 1	10.999,8 5	11.659,8 4	12.359,4 3

PORTARIA Nº 035-2018 SAMAE

Publicação Nº 1529316

PORTARIA N. 035/2018

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c artigo 42 e 280 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, o servidor REGINALDO MIGUEL, matrícula 2099.0-00, ocupante do cargo efetivo de Agente de Leitura e Inspeção, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 16 de fevereiro de 2018.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 036-2018 SAMAE

Publicação Nº 1529321

PORTARIA N.º 036/2018

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º e Anexo V-E da Lei Complementar no 143, de 31 de agosto de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FERNANDA MATOS KRIEGER para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, em 19 de fevereiro de 2018.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 0455-2018

Publicação Nº 1529325

PORTARIA Nº 0455/2018, de 20 de fevereiro de 2018.

“Instaura Processo Administrativo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado pela Procuradoria Geral do Município, consoante Memorando nº 0629/2017 e anexos; na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, em virtude de necessidade de apuração dos casos relatados em anexo, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos da Lei Complementar 147/09: 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); e 175 (Ao servidor público é proibido:); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, I (crime contra a Administração Pública); IV (improbidade administrativa); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade.

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo: Hélcio Augusto Moritz (matrícula nº 3492-0), Letícia Severo Alves (matrícula nº 80227-1) e Rogério Lazzarotto (matrícula nº 522970-01);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher

quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de fevereiro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 0456-2018

Publicação Nº 1529329

PORTARIA Nº 0456/2018, de 20 de fevereiro de 2018.

"Instaura Processo Administrativo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências."

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado pela Diretoria de Patrimônio, consoante Memorando nº 140/2017/2017 e anexos; na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, em virtude de necessidade de apuração dos casos relatados em anexo, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos da Lei Complementar 147/09: 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); e 175 (Ao servidor público é proibido:); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, I (crime contra a Administração Pública); IV (improbidade administrativa); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade.

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo: Alexandre Ivan Mafra (matrícula nº 1325-0), Jessica Kempner (matrícula nº 7171-00) e Diogo Murilo Roza (matrícula nº 425630-1);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de fevereiro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA N° 4292-2017

Publicação N° 1529333

PORTARIA N° 4292/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 18/10/2017,
Considerando o Ofício n° 38/2017, emitido em 18/10/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque,
RESOLVE:
Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Ildo Gross	793175-00	Agente de Obras	Horizontal	B I	C I

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/05/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

PORTARIA N° 102-2018

Publicação N° 1529342

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**Portaria n° 102/2018**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1° da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto n° 8.064/2017.
RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
751960	1	NORBERTO BOOS	Secretaria de Assistência Social e Habitação	02/01/2018	11/01/2018	10

Art. 2° – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Janeiro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretária de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 324-2018

Publicação Nº 1529340

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 324/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
944181	0	FABIANA DEMETRIO	Fundo Municipal de Assistência Social	05/02/2018	06/03/2018	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/02/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Fevereiro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretária de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 4594-2017

Publicação Nº 1529337

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 4594/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Coletivas aos servidores relacionados, nos termos do Decreto nº, 8.031, de 11 de Outubro de 2017,

Contrato	Seq.	Descrição Funcionário	Lotação	Início do Gozo	Final do Gozo	Dias de Gozo
635758	0	ALEX SANDRO DA SILVA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4159128	1	CASSIA LIMA PALAGANI PEREIRA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4158466	1	JONATHAN DIEGO PEREIRA ALVES PALAGANI	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
750255	3	KARLA AVILA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
928755	1	LUIZ ROBERTO MAFFEZZOLLI	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4117018	1	THAIS PEREIRA SOUZA DA COSTA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	30/12/2017	10
4255313	1	EMANUELLE DIAS PINTO	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	30/12/2017	10
523836	0	ERNANDES LUIS CUÇO	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	30/12/2017	10
443158	4	JOSE SIRLEI NASCIMENTO FERREIRA	Fundo Mun. de Assistência Social	02/01/2018	11/01/2018	10
4124626	1	LAUDELINO JOSE DE NOVAES NETO	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4163060	1	SARA ALVES RAQUEL	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
687847	1	ANA JANAINA MEDEIROS DE SOUZA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
1000005264	1	ANDRE BATSCHAUER PEREIRA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	30/12/2017	10
4242300	1	BEATRIZ FUZETO FERREIRA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4261089	1	CASSIA MAZZARO DA SILVA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
448257	4	CLAUDIO STEIN FILHO	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
1055216	0	DAYSE PACHECO AVILA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
10000037225	1	DEISE FARIAS	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
550639	2	EDIONE MARIA RESCAROLLI PEDRINI	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
10000054619	1	FABIANA SILVA SANTOS GASCOIN	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
801070	0	FATIMA ZIANE OLIVEIRA MACHADO	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20

Contrato	Seq.	Descrição Funcionário	Lotação	Início do Gozo	Final do Gozo	Dias de Gozo
924067	0	FLAVIA DOMINGUES	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
10000040820	1	FRANCIELE QUAIATO	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4294920	1	FRANCISCA ANGELICA MENDEZ	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4261909	1	GABRIEL CARLOS BOOZ	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
672050	5	GREGORIO CORNELIO PEREIRA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
546216	0	INDIRA BLUNING	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
889229	0	IONARA MARQUES DE OLIVEIRA CERON RICIATTI	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
604550	1	JANAINA XUDRE DA LUZ ZEN	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
10000049787	1	JOABI LINO SOARES	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
15300	5	JOAO BONONOMI	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
873705	0	JOELMA SIDNEIA ZACLIKIEWICZ REDEL	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4129270	1	KEVIN WILLIAN SIQUEIRA DOS SANTOS	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
732524	0	LEONICE DE OLIVEIRA BRAZ REISNER	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
1000038782	1	LIGIANE DE SOUZA SCAPPINI	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
688576	1	MAIARA HECKERT REIS	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4294963	1	MARCIO ANDRE SCHIEFFERDECKER	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4326873	2	MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4287720	1	PATRYCK MOREIRA DO NASCIMENTO	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
10000018023	1	RAFAEL CAVICHOLI	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
941760	0	RITA SUZANA NAISSER	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4110668	3	ROSELIS CAVIQUIOLI LEMMERMEIER DA ROSA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
10000040102	1	RUBIA CRISTINA KORMANN FISCHER	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4294670	1	SAULO ROVERES KNOBLAUCH DA SILVA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
816299	1	SILVIA KUHNEN	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
1083660	2	SOELI TRIGALO PINHEIRO	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
489476	2	TACIANA DALMARCO	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
10000054492	1	VIVIANE REIS ODEBRECHT	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
1000003466	1	AMANDA BARILLI	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
4166230	1	JANAINA BUSCHIROLLI	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
10000048878	1	BRUNO GEORG HARLE	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
1042440	1	CRISTIANO TITO CORREA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
882909	1	DONIZETE LAUDELINO DE OLIVEIRA	Fundo Mun. de Assistência Social	21/12/2017	09/01/2018	20
881147	1	DANIELLY VIEIRA DE SOUZA	Secretaria de Assist. Social e Habit.	21/12/2017	09/01/2018	20
362247	4	NATHAN KRIEGER	Secretaria de Assist. Social e Habit.	21/12/2017	19/01/2018	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de Dezembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA
Secretária de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14 - 2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 023 – 2017 – CONTRATO ADMINISTRATIVO 03/2018 - SMS DE CAÇADOR

Publicação Nº 1529444

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

Município de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14 - 2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 023 – 2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONTRATO ADMINISTRATIVO 03/2018 - Objeto – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM UROLOGIA E VASCULAR. Contratado, BERNARDY E BERNARDY S/S LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.675.940/0001-55, com sede na Rua Colombia, nº 28, bairro Reunidas, cidade de Caçador-SC, neste ato representado pelo Sr. JACSON BERNARDY, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 09.675.940/0001-55, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador-SC. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para 500 (quinhentas) consultas na especialidade VASCULAR. A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de consultas realizadas durante o mês, sendo que o valor a ser pago por consulta será de R\$ 60,00 (sessenta reais). O presente contrato será válido para o período de 12 (doze) meses, iniciando a partir da data de assinatura do contrato e findando dia 20 de fevereiro de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93. As demais informações sobre o processo poderão ser obtidas através de solicitação formal no setor de Protocolo Central do Município.

Caçador, 20 de fevereiro de 2018.

ADEMAR SCHMITZ
Secretário Municipal de Saúde

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14 - 2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 023 – 2017 – CONTRATO ADMINISTRATIVO 04/2018 - SMS DE CAÇADOR

Publicação Nº 1529446

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

Município de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14 - 2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 023 – 2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - CONTRATO ADMINISTRATIVO 04/2018 - Objeto – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM UROLOGIA E VASCULAR. Contratado, JOSÉ VITOR CAPORALI pessoa física, inscrita no CPF sob nº 566.876.569-53, residente e domiciliado na Rua Atílio Faoro, nº 527, bairro Centro, cidade de Caçador-SC, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ VITOR CAPORALI, brasileiro. O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para 500 (quinhentas) consultas na especialidade VASCULAR. A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de consultas realizados durante o mês, sendo que o valor a ser pago por consulta será de R\$ 60,00 (sessenta reais). O presente

contrato será válido para o período de 12 (doze) meses, iniciando a partir da data de assinatura do contrato e findando dia 20 de fevereiro de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado nos termos do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93. As demais informações sobre o processo poderão ser obtidas através de solicitação formal ao setor de Licitações e Contratos do Município.

Caçador, 20 de fevereiro de 2018.

ADEMAR SCHMITZ
Secretário Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO 39 - CMAS

Publicação Nº 1528671

RESOLUÇÃO Nº 39/2017, de 11 de dezembro de 2017.
Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Serviço de Acolhimento Institucional- Casa Abrigo Maria Rosa.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO cópia recebida do Regimento Interno do Serviço de Acolhimento Institucional- Casa Abrigo Maria Rosa.

CONSIDERANDO o Parecer Técnico 10/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO o Parecer 17/2017 da comissão de legislação do CMAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia onze de dezembro de 2017, Ata nº 295.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Serviço de Acolhimento Institucional- Casa Abrigo Maria Rosa.

Art. 2º. Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do Regimento Interno do Serviço de Acolhimento Institucional- Casa Abrigo Maria Rosa.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 11 de dezembro de 2017.
Marizete Fátima Iaczinski
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO 39 - CMAS ANEXO

Publicação Nº 1528675

REGIMENTO INTERNO

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL TEMPORÁRIO PARA
AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
CASA-ABRIGO MARIA ROSA

CAÇADOR, DEZEMBRO/ 2017.

IDENTIFICAÇÃO:**0.1. Identificação do objeto:**

REGIMENTO INTERNO DA CASA ABRIGO MARIA ROSA – PARA MU-
LHER VITIMA DE VIOLÊNCIA E SEUS FILHOS

1.2. Identificação Institucional:

ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA - AMAR

CNPJ: 04.003.020/0001-77

Presidente Institucional: Patrícia Corso Trevisol

Gestão: dez/2016-2018

Município: Caçador

UF: Santa Catarina

Endereço: Rua Carlos Coelho de Souza, 480 – Bairro DER.

Telefone: (49) 3567-1805

E-mail: amar@gegnet.com.br

1.3. Identificação da Casa Abrigo Maria Rosa

ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA - AMAR

Tel. (49) 3567-1805.

Email - amar@gegnet.com.br

Endereço: Rua Carlos Coelho de Souza, 480 – Bairro DER.- Caça-
dor/SC.

Telefone: (49) 3567-1805

Equipe Técnica: Assistente Social, Psicóloga e Pedagoga.

REGIMENTO INTERNO

CASA ABRIGO MARIA ROSA

CAPITULO I - DA DESCRIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Art. 1º Este Regimento disciplina o funcionamento do Serviço de Acolhimento Institucional Regimento Interno da Casa Abrigo Maria Rosa – Para Mulher Vítima de Violência e seus Filhos. Mantida pelo Fundo Municipal de Assistência Social, através do Termo de Colaboração e Fomento, subvenções, projetos, e convênios da esfera municipal, estadual e federal, bem como de doações da esfera pública e privada, como empresas, sociedade civil e órgãos nacionais e internacionais e de promoções, feiras, eventos e programas desenvolvidos pela entidade.

Parágrafo único. A Casa Abrigo Maria Rosa é um equipamento público que oferta Serviço de Acolhimento Institucional Temporário para mulheres vítimas de violência e seus filhos. É um serviço oferecido pela Associação Maria Rosa –AMAR, que é uma entidade de atendimento, defesa e garantia de direitos.

Art. 2º O presente regimento interno está fundamentado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução do CNAS 109/2009), NOB SUAS (Resolução do CNAS 33/2012), Lei do SUAS (Lei 3.331/2016), Manual Orientador Segurança Sanitária para Serviços de alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social; Estatuto Social da Associação Maria Rosa; Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente Lei 8.069 de 13/07/1990; lei Maria da Penha nº 11.340 de 07 de agosto de 2006.

CAPITULO II - DA FINALIDADE E CAPACIDADE**Seção I – Da finalidade do acolhimento****Subseção I – Acolhimento para Mulher Vítima de Violência e Seus Filhos**

Art. 3º O Acolhimento provisório para Mulheres Vítimas de Violência, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral.

Parágrafo Único. Desenvolvido em local sigiloso, com funcionamento em regime de co-gestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias. Em articulação com rede de serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas e do Sistema de Justiça, deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para as usuárias e seus filhos e/ou dependente quando estiver sob sua responsabilidade.

Subseção II – Acolhimento para mulheres vítimas de violência e seus filhos

Art. 4º O acolhimento institucional ocorrerá para:

a) Mulheres vítimas de violência, acompanhadas dos filhos menores que presenciam ou igualmente sofrem violência (crianças até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade), com exceção de adolescentes do sexo masculino cujo atendimento se limitará a até 15 anos.

b) Pessoas (sexo fem.) em situação de negligência familiar, vulnerabilidade social e psicológica, quando encaminhadas por programas da Rede Sócio Assistencial do Município de Caçador e Região.

c) Mulheres de outros municípios, que acompanham familiares doentes em situação de CTI, são encaminhadas à entidade pelo Hospital Maicé de Caçador-SC, para que possam se alimentar e repousar, observada a vulnerabilidade sócio familiar e a dificuldade econômica para que se mantenha, durante o período de internamento do ente familiar.

d) Adolescentes do sexo feminino com idade de 14 e 18 anos, em situação de risco social, de caráter emergencial, que serão acolhidas excepcionalmente em um período de no máximo 48 horas, do município de Caçador e Região.

Seção II – Da capacidade

Art. 5º A capacidade de atendimento da Casa Abrigo Maria Rosa é de 15 a 18 pessoas acolhidas, diariamente, podendo alterar a qualquer momento caso haja ampliação do espaço físico.

CAPÍTULO III- DOS OBJETIVOS**Art. 6º São Objetivos Gerais:**

I. Proteger mulheres e prevenir a continuidade de situações de violência;

II. Propiciar condições de segurança física e emocional e o fortalecimento da autoestima;

III. Identificar situações de violência e suas causas e produzir dados para o sistema de vigilância socioassistencial;

IV. Possibilitar a construção de projetos pessoais visando à superação da situação de violência e o desenvolvimento de capacidades e oportunidades para o desenvolvimento de autonomia pessoal e social;

Art. 7º São objetivos específicos:

I. Prestar "Acolhimento Institucional" temporário às mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência, garantindo atendimento social, segurança, alimentação e demais necessidades apresentadas;

II. Oferecer atendimento psicológico e individual ou em forma de grupo às mulheres vítimas e aos filhos que as acompanham;

III. Oferecer atendimento pedagógico às mulheres e as crianças/adolescentes na forma de palestras, informações, atividades lúdicas, apoio escolar, inclusão em creches, na escola, nos programas socioeducativos e cursos profissionalizantes;

IV. Garantir através de encaminhamentos a programas do município, cuidados médicos, odontológicos e farmacêuticos;

V. Informar sobre a Lei Maria da Penha nº. 11.340 de agosto de 2006. Lei criada para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres;

VI. Apoiar em todo processo de sua reestruturação familiar e convívio na sociedade;

VII. Promover a inclusão social da mulher, conjugando ações da Casa Abrigo com programas na área da saúde, habitação, emprego, profissionalização e outros;

VIII. Propiciar, à mulher assistida, os meios para obter o apoio jurídico;

IX. Criar oficinas de artesanato que mobilizem aprendizagens, descoberta de potências, efeito terapêutico, e oportunizem a geração de renda para o sustento familiar;

X. Promover serviços de convivência, valorização, fortalecimento e preservação de vínculos familiares, assim como a reintegração familiar dos usuários da entidade;

XI. Proporcionar aos usuários o encaminhamento e o acesso aos mais diversos serviços públicos e privados para garantia de direitos, inclusão social, exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida;

XII. Aquisição de equipamentos e instrumentos de trabalho para a Casa Abrigo Maria Rosa.

CAPÍTULO IV – DO FUNCIONAMENTO

Seção I – Dos horários dos Funcionários

Art. 8º A Casa Abrigo Maria Rosa funciona ininterruptamente e, por turnos, com a presença de equipes de funcionários conforme escala de horários elaborados semanalmente.

Art. 9º Horário dos turnos:

- I. Matutino: iniciando às 07h e finalizando às 15h;
- II. Vespertino: iniciando às 15h e finalizando às 22h;
- III. Noturno: iniciando às 22h e finalizando às 07h;
- IV. Finais de Semana e Feriados: com escala definida semanalmente junto à diretoria.

Seção II – Das visitas aos Acolhidos

Art. 10º As visitas externas aos acolhidos realizar-se-á:

- I. Terças-feiras, das 15h às 17h;
- II. Quintas-feiras, das 15h às 17h.

CAPÍTULO V - DA FORMA DE ACESSO AO SERVIÇO

Art. 11 O acesso ao Serviço de Acolhimento Institucional dar-se-á por meio de requisição dos serviços de políticas públicas setoriais, CT-Conselho Tutelar, CREAS, demais serviços socioassistenciais, Hospital, DEPCAMI (Delegacia de Proteção à Mulher, Criança, Adolescente e Idoso), Polícia Militar, Ministério Público e/ou Poder Judiciário.

Parágrafo único. Os acolhimentos nesta unidade deverão ser realizados através de parecer técnico.

CAPÍTULO VI - DAS PROVISÕES

Art. 12 A Casa Abrigo Maria Rosa, na oferta do trabalho institucional, encontra-se organizada em quatro dimensões, a fim de garantir determinadas aquisições aos usuários, sendo elas:

- I. Ambiente físico;
- II. Recursos materiais;
- III. Recursos humanos;
- IV. Trabalho social essencial ao serviço: atendimento social, psicológico e pedagógico.

Seção I – Do ambiente Físico

Art. 13 Quanto ao ambiente físico a Casa Abrigo Maria Rosa possui espaço para moradia, endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho e higiene pessoal, instalações físicas em condições adequadas.

Art. 14 A Casa Abrigo Maria Rosa por 01 edificação, sendo:

I. A edificação compõe-se de:

- a) Uma cozinha: devendo somente permanecer o servidor designado para produção de alimentos;
- b) Um lavatório: para higienização de utensílios, com armário para guardar toalhas de mesa e utensílios de cozinha;
- c) Uma sala de convivência com TV - local de convivência interna;
- d) Um refeitório: local de alimentação;
- e) Quatro quartos: local para descanso dos acolhidos (cada um com capacidade para até seis pessoas, devendo somente permanecer guardados pertences destas), sendo um quarto reservado para pessoa com deficiência;
- f) Um quarto: local para descanso da funcionária;
- g) Dois banheiros para funcionários; três banheiros para usuários.
- h) Uma sala de convivência, reuniões e visitas;
- i) Uma sala de atendimento de uso da equipe técnica;
- j) Uma garagem / depósito de materiais diversos.

Seção II – Dos Recursos materiais

Art. 15 Quanto aos recursos materiais, o equipamento conta com:

I. Material permanente e material de consumo necessário para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, impressoras, telefones, aparelho de fax, camas, colchões, roupa de cama e banho, utensílios para cozinha, alimentos, material de limpeza e higiene, vestuário, brinquedos, entre outros;

II. Materiais pedagógicos, culturais e esportivos;

III. Banco de Dados de seus usuários;

IV. Banco de Dados dos serviços socioassistenciais, Cadastro Único atualizado dos acolhidos na casa.

Seção III – Dos recursos humanos e suas atribuições

Art. 16 O quadro de Funcionários da Casa Abrigo Maria Rosa é composto por:

I. Funcionários contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho e demais legislações pertinentes.

Art. 17 Para o desenvolvimento das atividades, a Casa Abrigo contará com:

I. Diretoria Executiva:

- a) Caberá desempenhar as atividades de coordenação e administração da casa Abrigo, juntamente com os demais funcionários da casa.
- b) Realizar mensalmente, uma reunião administrativa para decidir, pelo voto da maioria dos Associados Dirigentes presente, sobre os assuntos de suas competências, da qual será lavrada Ata;
- c) A execução de todos os atos de Administração necessários ao êxito da Associação;
- d) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, atender aos seus elevados objetivos, bem como promover a harmonia entre os Associados, no desenvolvimento das atividades da Associação;
- e) Registrar a candidatura dos Associados para a eleição ordinária ou extraordinária, submeter a nominata à Assembleia Geral para eleição do(s) novo(s) membro(s)-Dirigente(s);
- f) Deliberar acerca da admissão e exclusão dos Associados da AMAR;
- g) Representar a Associação e dar procurações conforme estabelecido no presente Estatuto;
- h) Responsabilizar pelo patrimônio da Associação pelos bens móveis, imóveis, inclusive preservar suas condições de uso, manutenção e conservação;
- i) Inventariar anualmente os bens móveis e imóveis.
- j) Além da Reunião Administrativa Mensal, os Membros – Dirigentes poderão reunir-se sempre que necessário, mediante convocação do Presidente.

II. Serviços Gerais:

- a) Caberá a organização, limpeza e manutenção, seguindo as orientações do manual de normas e procedimentos técnicos da casa;
- b) Controlar por meio de registro em documento específico a

entrada de doações efetuadas para a casa (roupas, alimentação, móveis, etc.);

- c) Auxiliar no cuidado dos acolhidos; identificar as necessidades e demandas dos usuários;
- d) Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária; apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer;
- e) Estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares;
- f) Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;
- g) Os acolhidos sempre estarão acompanhados de um servidor em atividades internas ou externas.
- h) Preparação, conservação e armazenamento dos alimentos;
- i) Manutenção dos equipamentos, organização e higienização da cozinha;
- j) Fazer lista semanal de pedido de mantimentos;
- k) Cuidar de todo o equipamento da cozinha, indicando à chefia imediata todas as manutenções a serem efetuadas;
- l) Não permitir a entrada de pessoas estranhas ao serviço na cozinha; executar o preparo da alimentação em conformidade com as restrições alimentares dos idosos, determinada por profissional da área de saúde.

III. Assistente Social:

- a) Caberá o acolhimento, acompanhamento, atendimento, orientações, encaminhamentos aos acolhidos;
- b) Alimentar sistema SAFI;
- c) Realização de estudos sociais e relatórios de atendimento.

IV. Psicólogo:

- a) Caberá o atendimento e acompanhamento os acolhidos, bem como o encaminhamento do usuário para atendimento nas questões psicológicas e/ou psiquiátricas quando da necessidade.
- b) Alimentar sistema SAFI;
- c) Realização de estudos sociais e relatórios de atendimento.

V. Pedagogo:

- a) Caberá o atendimento e acompanhamento os acolhidos, bem como o encaminhamento do usuário para atendimento nas questões pedagógicas.
- b) Alimentar sistema SAFI;
- c) Relatórios de atendimento.

VI. Auxiliar de Serviços Administrativos:

- a) Caberá controlar por meio de registro em documento específico o patrimônio do serviço;
- b) Efetuar a compra dos produtos alimentícios e materiais em geral para a casa, conforme preestabelecido;
- c) Prestar contas à chefia imediata do estoque do almoxarifado e das compras executadas e de todo o controle sobre sua responsabilidade;
- d) Assessoria da administração quanto a compras e orçamentos, digitação de documentos e arquivamento de documentações pertinentes ao serviço;
- e) Pagar contas da Casa Abrigo por meio de cheques assinados pelo presidente ou tesoureiro.
- f) Providenciar prestações de contas e apresenta-las às reuniões de diretoria mensalmente;
- g) Manter a contabilidade em dia e o arquivamento ordenado dos comprovantes preparando os balancetes mensais e anuais;
- h) Realizar o pagamento mensal dos funcionários;
- i) Controle de estoque e almoxarifado.

Parágrafo único. Outros profissionais e estagiários via projetos desenvolvidos em parceria com universidades, instituições privadas, do terceiro setor e outros setores das políticas públicas poderão desenvolver atividades temporárias e pontuais na casa, desde que aprovados pela direção e pelos órgãos de controle.

VII. Responsabilidades da Equipe Técnica:

- a) Realizar o acolhimento dos usuários, com o preenchimento da Ficha Cadastral, e Termo de compromisso do acolhido;
- b) Assistir aos usuários no sentido de garantir o suprimento das suas necessidades básicas e urgentes.
- c) Estabelecer, na medida do possível, contato com a família do usuário para obter melhores informações e melhor direcionar as providências ao caso.
- d) Proceder com intervenções técnicas (escuta, orientações, encaminhamentos e providências) direcionadas à resolatividade do caso.
- e) Prezar pelo resgate e pela preservação dos vínculos familiares.
- f) Promover aos usuários, momentos de reflexão direcionados ao resgate da sua autoestima, à compreensão da sua dinâmica de vida e de novas possibilidades, ao reconhecimento de seus direitos e deveres, através de atendimentos individualizados e em pequenos grupos.
- g) Promover internamente atividades socioeducativas, e externamente a inserção dos usuários em diversos programas, conforme seus interesses, aptidões e necessidades, reintegrando-os ou preservando sua vida em sociedade.
- h) Providenciar, na medida do possível, o acesso dos usuários a diversos serviços e programas, no sentido de lhes prover um atendimento multidisciplinar e integral.
- i) Estabelecer contato com a rede sócio assistencial e com outros parceiros, no sentido de buscar uma solução conjunta para os casos de maior complexidade e de difícil solução.
- j) Promover ações preventivas e curativas referentes à saúde física e mental dos usuários, através de encaminhamentos aos profissionais e órgãos competentes.
- k) Realizar o desligamento dos usuários da Casa Abrigo, preparando-os previamente.
- l) Acompanhar e estender o atendimento técnico aos usuários após o seu desligamento da Casa Abrigo, em um período de seis (6) meses, como forma de suporte técnico, direcionado à sua melhor adaptabilidade à nova dinâmica de vida.

Art. 18 São deveres e obrigações dos funcionários:

- I. Manter relação de ética e respeito para com os acolhidos e colegas de trabalho;
- II. Atender com cortesia os acolhidos e os visitantes;
- III. Cumprir rigorosamente o horário de trabalho, conforme escala, bem como, não ausentar-se em período de trabalho para fins particulares;
- IV. Manter-se informado sobre os assuntos referentes ao funcionamento da casa Abrigo, destacando o presente regimento interno e as normas e procedimentos técnicos;
- V. Participar sempre que convocado para capacitações/cursos/palestras e reuniões de equipe, socializando os conhecimentos adquiridos;
- VI. Contribuir para o bom andamento dos trabalhos, pautado na solidariedade, no respeito e no comprometimento;
- VII. Socializar com os demais funcionários as informações pertinentes em cada troca de turno;
- VIII. Fornecer a medicação dos acolhidos em conformidade com a prescrição médica;
- IX. Responder pelas atividades de rotina durante o seu turno de trabalho, responsabilizando-se pelos materiais e tarefas designadas;
- X. Registrar as doações em caderno específico, anotando dia, doador, quantidade, especificações das doações e servidor que a recebeu. Após, conferir prazo de validade e comunicar de imediato a direção;
- XI. Guardar os objetos de uso pessoal em local definido pela diretoria;
- XII. Informar a diretoria sobre a necessidade de se realizar consertos em objetos ou bens dentro do equipamento;
- XIII. Armazenar as sobras de alimentos produzidos no dia de forma correta, em recipientes fechados, etiquetados com data de

produção e consumidos no mesmo dia;
XIV. Usar os Equipamentos de Proteção Individual - EPI (jalecos, toucas, sapatos fechados, luvas descartáveis e outros que venham a ser disponibilizados);
XV. Seguir rigorosamente as orientações do manual de rotinas e procedimentos da casa.

Seção III – Do Trabalho Social Essencial Ao Serviço

Art. 19 A Casa Abrigo Maria Rosa tem como impacto social esperado contribuir para:

- I. Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
- II. Indivíduos e famílias protegidas;
- III. Rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar.
- IV. Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo Social; apoio à família na sua função protetiva;
- V. Orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade;
- VI. Construção de plano individual e/ou familiar de atendimento;
- VII. Orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contrarreferência;
- VIII. Elaboração de relatórios e/ou prontuários;
- IX. Trabalho interdisciplinar; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho;
- X. Estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada;
- XI. Mobilização para o exercício da cidadania; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- XII. Monitoramento e avaliação do serviço; organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos.

CAPÍTULO VII – DAS AQUISIÇÕES

Art. 20 Quanto às aquisições dos usuários:

- I. Ser acolhido em condições de dignidade;
- II. Ter sua identidade, integridade e história de vida preservada;
- III. Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto à higiene, à acessibilidade, à habitabilidade, à salubridade, à segurança e ao conforto;
- IV. Ter acesso à alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas;
- V. Ter acesso à ambiência acolhedora e aos espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário e à guarda de pertences pessoais.
- VI. Ter o sigilo de sua identidade e localização preservados.
- VII. Ter acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos;
- VIII. Ter assegurado o convívio familiar, comunitário e/ou social.
- IX. Ter vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- X. Ter acesso a atividades, segundo suas necessidades, interesses e possibilidades;
- XI. Ter acompanhamento que possibilite o desenvolvimento de habilidades de autogestão, autossustentação e independência;
- XII. Ter respeitados os seus direitos de opinião e decisão;
- XIII. Ter acesso a espaços próprios e personalizados;
- XIV. Obter orientações e informações sobre o serviço, direitos e como acessá-los;
- XV. Ser ouvido e expressar necessidades, interesses e possibilidades;
- XVI. Desenvolver capacidades para autocuidados, construir projetos de vida e alcançar a autonomia;
- XVII. Ter ampliada a capacidade protetiva da família e a superação

- de suas dificuldades;
XVIII. Ser preparado para o desligamento do serviço;
XIX. Avaliar o serviço.

CAPÍTULO VIII – OUTROS DIREITOS

Art. 21 A Casa Abrigo Maria Rosa, além dos direitos já relacionados, assegura:

- I. Acolhimento Institucional Temporário;
- II. Alimentação, constituída por seis refeições diárias, sendo: café da manhã, lanche, almoço, lanche, jantar, lanche.
- III. Cuidados de higiene pessoal;
- IV. Assistência médica sempre que necessário;
- V. Higienização de roupas pessoais;
- VI. Limpeza e organização dos espaços físicos que compõem a casa;
- VII. Transporte para realização de atividades externas (exames, consultas, corte de cabelo, participação em atividades externas entre outras);
- VIII. Atendimento e acompanhamento psicossocial;

Seção I - Dos Deveres Dos Usuários

Art. 22 - São deveres das mulheres, crianças e adolescentes acolhidos:

- I. Respeitar colegas acolhidos, visitantes, funcionários e membros da diretoria da entidade;
- II. Favorecer o espírito de fraternidade nas relações com os funcionários e acolhidos, em clima de mútua colaboração e respeito;
- III. Acatar as normas e orientações da instituição;
- IV. Zelar pelos bens patrimoniais da Casa Abrigo Maria Rosa;
- V. Participar das atividades socioeducativas programadas.
- VI. Desempenhar as atividades para as quais for solicitado.
- VII. Manter a higiene pessoal.
- VIII. Efetuar diariamente a limpeza de seu quarto, a lavagem das roupas de uso pessoal; a organização do quarto e de seus pertences, conforme as condições da mulher e a programação do abrigo.
- IX. Seguir os horários e as programações da dinâmica institucional.

CAPÍTULO IX – DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS

Art. 23 As tarefas diárias da Casa Abrigo Maria Rosa são divididas da seguinte forma:

- I. Limpeza e organização das edificações, higienização do almoxarifado de produtos de limpeza e controle da validade dos produtos de limpeza;
- II. Limpeza da área administrativa, lavanderia, espaço de fisioterapia (depósito porão) e calçadas;
- III. Medicação, banho, acompanhar os acolhidos em consulta/exames, auxiliar na alimentação, registro de informações dos acolhidos;
- IV. Higienizar e organizar roupeiros, passar roupa, nominar roupas pessoais;
- V. Higienização e organização da cozinha, utensílios, geladeiras, lavatório e almoxarifado de alimentos; pedido de gás; cozinhar durante a semana; controle da validade dos produtos de alimentação;
- VI. Louça do almoço;
- VII. Higienização de roupas, refeitório;
- VIII. Compras e entrega de alimentos e produtos de limpeza, reparos, consertos, administração da casa e elaboração da escala de finais de semana e feriados;

CAPÍTULO X – DA ADMISSÃO E DESLIGAMENTO

Art. 24 - A admissão dos usuários se dará mediante requisição dos serviços de políticas públicas setoriais, CT-Conselho Tutelar, CREAS, demais serviços socioassistenciais, Hospital, DEPCAMI (Delegacia de Proteção à Mulher, Criança, Adolescente e Idoso), Polícia Militar, Ministério Público e/ou Poder Judiciário.

Art. 25 - Os usuários serão admitidos na Casa Abrigo Maria Rosa,

com seguintes documentações:

I. Encaminhamento do órgão, do programa ou do profissional responsável pelo encaminhamento.

II. Documentos Pessoais que a pessoa estiver portando no momento de entrada, tais como, registro de nascimento original, RG, CPF, Carteira de vacina quando se tratar de criança, e demais informações que auxiliem no estudo social.

III. Se necessário os documentos serão providenciados posteriormente, pela Equipe Técnica.

Art. 26 - No acolhimento serão feitos os registros do acolhimento da mulher e de seus filhos e dos atendimentos realizados:

I. Ficha Cadastral, constando: dados pessoais; informações de endereço e documentação; relação de pertencentes; registro de passagem por outros órgãos; relato do caso; registro dos atendimentos e encaminhamentos realizados durante o período de acolhimento; data e motivo do desligamento; e endereço e demais informações do destino.

II. Registro do acolhimento no SAFI- Sistema de Acompanhamento de Família e Indivíduo, constando: dados cadastrais (nome, sexo, data de nascimento, estado civil, filhos, raça, naturalidade, identificação de NIS/PIS/PASEP, religião, filiação, endereço, telefone; dimensões como escolaridade, trabalho, receitas, deficiências, saúde, doenças, profissionalização, documentos pessoais, família/parentes; data do acolhimento, tipo de acolhimento, unidade acolhedora, detalhes do acolhimento, ações realizadas, atendimentos, acompanhamentos, denúncias, encaminhamentos, programas/projetos, violências, visitas, etc.

Art. 27 - O desligamento do serviço de acolhimento institucional da mulher e de seus filhos dar-se-á quando estes estiverem aptos a conduzirem suas vidas de forma segura; a retomar o convívio saudável com a família; dispuserem de um ambiente saudável e seguro para morar; dispuserem de condições econômicas para suprimento de suas necessidades básicas; quando confirmado a continuidade de tratamentos necessários, o acesso e a garantia de seus direitos enquanto cidadãos.

Art. 28 – Após o desligamento do serviço de acolhimento institucional temporário, os usuários serão acompanhados pela equipe técnica através de visita domiciliar, através do retorno do usuário à entidade para atendimento individualizado; e através de encaminhamentos dos usuários para os atendimentos necessários em outros programas do município, por um período de 06 (seis) meses. Parágrafo único: após o período de 06 (seis) meses de acompanhamento pela equipe técnica da entidade ou antes, quando ocorrer o desligamento do serviço de acolhimento institucional, se o caso configurar média complexidade (direitos violados) a referência e contra-referência será indicada para o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social; se o caso configurar proteção social básica a referência e contra-referência será indicada para o CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, para o devido acompanhamento familiar.

CAPITULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 É proibido manter, armazenar, portar ou fazer uso de bebida alcoólica ou outra droga no interior da casa.

Art. 30 Caso seja verificado o descumprimento deste regimento, será apurado o ato e tomadas às devidas providências.

Art. 31 Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Equipe Técnica da Casa Abrigo Maria Rosa, juntamente com a Diretoria da Instituição.

Art. 32 O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.

Caçador, 04 de dezembro de 2017.

PATRÍCIA CORSO TREVISOL

Presidente

RESOLUÇÃO 40 - CMAS

Publicação Nº 1528681

RESOLUÇÃO Nº 40/2017, de 11 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de entrega dos regimentos internos dos serviços para aprovação do CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO o Art. 94 da Lei nº 3.331, de 23 de novembro de 2016 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Caçador e dá outras providências, onde fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses a contar da publicação da Lei, a elaboração do regimento interno do serviço e condicionado a aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO que algumas entidades e serviços não finalizaram os regimentos na data prevista até 23 de novembro deste ano.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia onze de dezembro de 2017, Ata nº 295.

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de entrega dos regimentos internos dos serviços para aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS até 30 de abril de 2018.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 11 de dezembro de 2017.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO 41 - CMAS

Publicação Nº 1528688

RESOLUÇÃO Nº 41/2017, de 11 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a ampliação do atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da entidade Centro Social Marista-CESMAR de 06 para 05 anos.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016;

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/ LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social; Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, e suas alterações que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas

Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho; Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador nº 47/2014, que dispõe sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC e dá as providências.

Considerando o ofício recebido do CESMAR nº 52/2017.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a ampliação do atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da entidade Centro Social Marista- CESMAR de 06 para 05 anos.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 11 de dezembro de 2017.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO 42 - CMAS

Publicação Nº 1528692

Resolução 42/2017 de 11 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a substituição de membro das Comissões do CMAS Gestão 2017/2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal do Sistema Único de Assistência Social nº 3.331, de 23 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO o ofício nº 001/2017 recebido da conselheira Juliana Aparecida Somenzi solicitando o seu afastamento da comissão de fiscalização, instância de controle social, monitoramento e avaliação do CMAS.

CONSIDERANDO a Reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2017, Ata nº 295.

Resolve:

Art. 1º Substituir membro das Comissões do CMAS, conforme segue:

I. COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

- Governamental: ...
- Governamental: ...
- Não governamental: ...
- Não Governamental: ...

II. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, INSTÂNCIA DE CONTROLE SOCIAL, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Governamental: ...
- Governamental: ...
- Não governamental: Aracely Worel
- Não Governamental: ...

III. COMISSÃO DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANÇAS

- Governamental: ...
- Governamental: ...
- Não governamental: ...
- Não governamental: ...

IV. COMISSÃO DE INSCRIÇÃO

- Governamental: ...
- Governamental: ...
- Não governamental: ...
- Não Governamental: ...

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 11 de dezembro de 2017.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

CÂMARA MUNICIPAL

ADITIVO Nº: 04/2018 - CONTRATO Nº: 08/2012

Publicação Nº 1529123

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 04/2018 - Contrato Nº: 08/2012

Contratante...: CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência : Início: 10/02/2018 Término: 10/02/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2012

Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (3)

Objeto : Aditivo nº 02 - Contratação de serviços postais.

Caçador, 20 de Fevereiro de 2018

Antonio Rubiano Schmitz - Presidente da Câmara Mun

Camboriú

PREFEITURA

DL 008/2018 - PMC

Publicação Nº 1529404

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 008/2018 – PMC

Data: 20/02/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE, TRUCADO E TRAÇADO, COM CAPACIDADE DE 12 M3, PARA TRANSPORTE DE MACADAME/SAIBRO E RECOLHIMENTO DE ENTULHO EM CARATER EMERGENCIAL, CONFORME DECRETO 3.315/2018. QUE DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGENCIA AS AREAS AFETADAS POR CHUVAS E VENDAVAIS NO MÊS DE JANEIRO DE 2018, RESULTANDO ENXURRADAS, ALAGAMENTOS, MOVIMENTAÇÃO DE MASSAS, ASSOREAMENTO DE VIAS E ACÚMULO DE TERRA, AREIA E ENTULHO NAS VIAS PÚBLICAS DOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Empresa: EMERSON JOSÉ ZUCHI - MEI

Embasamento legal: Artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 20 de Fevereiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 237/18

Publicação Nº 1528367

PORTARIA Nº 237 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Designa Comissão Permanente de licitação, para a modalidade Convite, também para Dispensas de Licitações (Chamamento/Chamadas Públicas entre outras), e Inexigibilidade de Licitação da Prefeitura municipal de Camboriú e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Designa os servidores LUIZ ARMANDO DECEZARO, EDUARDO PUGATSCH, JOSUÉ BENTO E LEONARDO TEIXEIRA, para comporem, sob a presidência do primeiro, secretariado pelo segundo, Comissão Permanente de Licitações, para a modalidade Convite, também para Dispensas de Licitação (Chamamento/Chamadas Públicas, entre outras), e Inexigibilidade de Licitação da Prefeitura municipal de Camboriú.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor em 08 de Fevereiro de 2018, revogando a Portaria de nº 114/2018.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA, DIA OITO DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 002/18 - FME

Publicação Nº 1528354

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018- FME – LICITAÇÃO DIFERENCIADA EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS 02, 04, 06 AO 14, 16 AO 24, 26 AO 40, 42 AO 44 E COM COTA PRINCIPAL PARA OS ITENS 01, 03, 05, 15, 25 E 41.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERENDA), COM ENTREGA PARCELADA CONFORME CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 12 (Doze) de março de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 20 de Fevereiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO CHAMAMENTO 001/18 - FMS

Publicação Nº 1528375

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2018-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA "

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 20 de Fevereiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA CHAMAMENTO PÚBLICO 001/18 - FME

Publicação Nº 1528355

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2018-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Chamamento Público 001/2018 - FME, tendo como objeto a "CHAMADA PÚBLICA PARA PROCESSO DE SELEÇÃO DE GRUPOS INFORMAIS,

FORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA MERENDA ESCOLAR, EMBASADA NO ART. 14 DA LEI 11.947/09, QUE DETERMINA SEJA UTILIZADO O MÍNIMO DE 30% DA VERBA DO FNDE DESTINADA AO PNAE, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTI - FRUTI, BISCOITO DOCE E DOCE DE FRUTAS) PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ”, sofreu as seguintes alterações:

Foi alterado o descritivo da cláusula III do Anexo III no modelo de proposta comercial para os grupos informais:

- onde lê-se: III - De acordo com o art. 24 da Resolução 38 do FNDE/2009, o limite de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (Vinte e Mil Reais) por Declaração de Aptidão ao PRO-NAF – DAP por ano civil ;

- leia-se: III - De acordo com o art. 32 da Resolução 26 do FNDE/2013, o limite de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (Vinte e Mil Reais) por Declaração de Aptidão ao PRO-NAF – DAP por ano civil ;

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 20 de Fevereiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2018

Publicação Nº 1528605

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias de fevereiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais escolares didáticos e pedagógicos, para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA, CNPJ: 07.634.816/0001-16, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 89/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	1.500	Unidade	Tubo de cola branca atóxica lavável, contendo 90 gramas. Composição: base em pva, com selo do INMETRO, tubo flexível com abertura da tampa giratória.	0,82	1.230,00
09	225	Unidade	Papel de seda várias cores.	0,12	27,00
12	315	Rolo	Fita durex de 45mm x 50mm(durex) transparente.	1,85	582,75
13	375	Rolo	Fita durex de 12mmx50mm transparente.	0,60	225,00
31	60	Rolo	Papel adesivo contato-largura 45cm-transparente, rolo com 25 metros.	32,00	1.920,00
48	8	Unidade	Barbante 4/8 fios - 100% algodão c/ 80 m.	2,50	20,00
58	8	Unidade	Fitalho plástico p/ embalagem - pequeno. Várias cores.	3,50	28,00
63	225	Unidade	Caixa para arquivo morto em plástico polionda 410x310x190mm.	4,22	949,50
65	38	Caixa	Lâmina apropriada para plastificação de documentos-carteirinha de estudante medidas 80 x 110 x 0,07 modelo rg- caixa com 100 folhas.	9,95	378,10
70	4	Pacote	Papel A4- rosa - 210mmx 297mm - 75gr- pacote com 500 folhas.	20,00	80,00
71	4	Pacote	Papel A4- azul claro - 210mmx 297mm - 75gr- pacote com 500 folhas.	20,00	80,00
72	4	Pacote	Papel A4- verde claro - 210mmx 297mm - 75gr- pacote com 500 folhas.	20,00	80,00
73	4	Pacote	Papel A4- amarelo - 210mmx 297mm - 75gr- pacote com 500 folhas.	20,00	80,00
87	113	Unidade	Espiral para encadernação 17mm-100 fls.	0,35	39,55
88	113	Unidade	Espiral para encadernação 14mm- 70 fls.	0,26	29,38
89	113	Unidade	Espiral para encadernação 9mm- 50 fls.	0,15	16,95
90	113	Unidade	Espiral para encadernação 7mm- 25 fls.	0,12	13,56
96	8	Unidade	Cartucho tinta impressora hp 8100- amarela - original novo - xl 17 ml.	119,00	952,00
108	57	Unidade	Tinta impressora epson i555 refil código t 6643 - 70 ml - magenta - original	46,00	2.668,00
122	4	pacote	Saco plástico A4 com 4 furos, 0,12mm pacote com 50 unidades.	12,38	49,52
123 (1a)	500	Unidade	Tubo de cola branca atóxica lavável, contendo 90 gramas. Composição: base em pva, com selo do INMETRO, tubo flexível com abertura da tampa giratória.	0,82	410,00
128 (6a)	250	Unidade	Caderno com 48 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores.	0,84	210,00
134 (12a)	105	Rolo	Fita durex de 45mm x 50mm(durex) transparente.	1,85	194,25
135 (13a)	125	Rolo	Fita durex de 12mmx50mm transparente.	0,60	75,00
151 (29a)	17	Unidade	Papel camurça- diversas cores - maior quantidade nas cores primárias.	0,58	9,86
153 (31a)	20	Rolo	Papel adesivo contato-largura 45cm-transparente, rolo com 25 metros.	32,00	640,00
168 (48a)	2	Unidade	Barbante 4/8 fios - 100% algodão c/ 80 m.	2,50	5,00
175 (57a)	7	Unidade	Apagador de madeira com feltro macio.	3,38	23,66
176 (58a)	2	Unidade	Fitalho plástico p/ embalagem - pequeno. Várias cores.	3,50	7,00
181 (63a)	75	Unidade	Caixa para arquivo morto em plástico polionda 410x310x190mm.	4,22	316,50
183 (65a)	12	Caixa	Lâmina apropriada para plastificação de documentos-carteirinha de estudante medidas 80 x 110 x 0,07 modelo rg- caixa com 100 folhas.	9,95	119,40

186 (70a)	1	Pacote	Papel A4- rosa - 210mmx 297mm - 75gr- pacote com 500 folhas.	20,00	20,00
187 (71a)	1	Pacote	Papel A4- azul claro - 210mmx 297mm - 75gr- pacote com 500 folhas.	20,00	20,00
188 (72a)	1	Pacote	Papel A4- verde claro - 210mmx 297mm - 75gr- pacote com 500 folhas.	20,00	20,00
189 (73a)	1	Pacote	Papel A4- amarelo - 210mmx 297mm - 75gr- pacote com 500 folhas.	20,00	20,00
190 (74a)	1	Pacote	Papel A4- marfim - 210mmx 297mm - 75gr- pacote com 500 folhas.	26,00	26,00
202 (87a)	37	Unidade	Espiral para encadernação 17mm-100 fls.	0,35	12,95
203 (88a)	37	Unidade	Espiral para encadernação 14mm- 70 fls.	0,26	9,62
204 (89a)	37	Unidade	Espiral para encadernação 9mm- 50 fls.	0,15	5,55
205 (90a)	37	Unidade	Espiral para encadernação 7mm- 25 fls.	0,12	4,44
210 (95a)	2	Unidade	Cartucho tinta impressora hp 8100- azul - original - novo xl 17 ml.	119,00	238,00
218 (107a)	17	Unidade	Tinta impressora epson l555 refil código t 6644- 70 ml - amarelo- refil - original	47,00	799,00
219 (108a)	17	Unidade	Tinta impressora epson l555 refil código t 6643 - 70 ml - magenta - original	46,00	782,00
VALOR TOTAL				R\$ 13.417,54	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA LTDA
Charles Gilson Ritzmann
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018

Publicação Nº 1528607

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017 - Modalidade Pregão
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias de fevereiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais escolares didáticos e pedagógicos, para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, CNPJ: 14.534.916/0001-36, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 89/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	38	Unidade	Cola branca atóxica lavável, contendo 1 litro. Composição: base em pva, com selo do INMETRO.	4,90	186,20
03	1.125	Unidade	Caderno desenho, tamanho aproximado 200 x 275 mm, com 48 folhas brancas, c/ espiral, estampa infantil, (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores.	1,90	2.137,50
04	188	Unidade	Caderno desenho tamanho aproximado 145 x 203 mm, com no mínimo 40 folhas brancas, estampa infantil, ou lisa, diversas cores.	0,90	169,20
08	75	Unidade	Caderno universitário formato 200 mm x 275 mm, com 200 folhas brancas pautadas com capa dura estampa de paisagens.	7,25	543,75
16	225	Unidade	Marcador para quadro branco -composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta à base de álcool e pigmentos - cor: azul.	1,18	265,50
17	53	Unidade	Marcador para quadro branco -composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta à base de álcool e pigmentos - cor: vermelho.	1,18	62,54
18	188	Unidade	Marcador para quadro branco -composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta a base de álcool e pigmentos - cor: preto.	1,16	218,08
19	263	Unidade	Pincel marcador permanente - cor preta - ponta grossa.	1,15	302,45

23	600	Pote	Tinta guache escolar, composição: pigmentos atóxicos, água, espessante, carga inerte, conservantes tipo benzotiazol - pote com 250ml- cores preto, branco, azul, amarelo, verde e vermelho.	2,10	1.260,00
30	150	Unidade	Papel lustroso - diversas cores - maior quantidade nas cores primárias.	0,38	57,00
125 (3a)	375	Unidade	Caderno desenho, tamanho aproximado 200 x 275 mm, com 48 folhas brancas, c/ espiral, estampa infantil, (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores.	1,90	712,50
126 (4a)	62	Unidade	Caderno desenho tamanho aproximado 145 x 203 mm, com no mínimo 40 folhas brancas, estampa infantil, ou lisa, diversas cores.	0,90	55,80
131 (9a)	75	Unidade	Papel de seda várias cores.	0,15	11,25
138 (16a)	75	Unidade	Marcador para quadro branco -composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta à base de álcool e pigmentos - cor: azul.	1,18	88,50
139 (17a)	17	Unidade	Marcador para quadro branco -composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta à base de álcool e pigmentos - cor: vermelho.	1,18	20,06
140 (18a)	62	Unidade	Marcador para quadro branco -composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta a base de álcool e pigmentos - cor: preto.	1,16	71,92
146 (24a)	300	Unidade	Cartolina branca.	0,38	114,00
150 (28a)	187	Unidade	Papel crepom, diversas cores.	0,52	97,24
156 (34a)	125	Unidade	Refil de cola quente fino.	0,25	31,25
159 (37a)	25	Unidade	Grampeador 16cm de metal para grampos de 26/6.	10,30	257,50
VALOR TOTAL				R\$ 6.662,24	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
Neide Alessandra Carl Richter
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

Publicação Nº 1528608

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017 - Modalidade Pregão
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias de fevereiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais escolares didáticos e pedagógicos, para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PEGASUS ATACADISTA LTDA, CNPJ: 14.797.430/0001-90, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 89/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
07	375	Unidade	Caderno caligrafia, 40 folhas branca, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores.	0,82	307,50
11	563	Unidade	Fita adesiva marrom de papel de 25mmx 50mm scotch 1ª linha.	4,00	2.252,00
14	600	Caixa	Giz para quadro negro-branco não tóxico, antialérgico, cx com 64 palitos.	1,15	690,00
15	263	Caixa	Giz para quadro negro - colorido não tóxico, antialérgico cx c/ 64 palitos.	1,60	420,80
20	188	Unidade	Pincel marcador permanente - cor vermelha - ponta grossa.	1,10	206,80
21	188	Unidade	Pincel marcador permanente - cor verde - ponta grossa.	1,09	204,92
22	225	Unidade	Pincel marcador permanente - cor azul - ponta grossa.	1,09	245,25
24	900	Unidade	Cartolina branca.	0,56	504,00
25	675	Unidade	Cartolina - diversas cores.	0,42	283,50
26	900	Unidade	Papel dupla face - diversas cores - maior quantidade nas cores primárias.	0,56	504,00
32	34	Bobina	Papel kraft pardo - 60cm x 100m.	38,90	1.322,60
34	375	Unidade	Refil de cola quente fino.	0,24	90,00
35	188	Unidade	Refil de cola quente-grosso.	0,55	103,40
37	75	Unidade	Grampeador 16cm de metal para grampos de 26/6.	11,00	825,00

38	53	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1,0mm azul, da indústria nacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral - cx com 50 unidades.	19,70	1.044,10
39	15	Unidade	Livro para ata - pag. Numerada.	5,15	77,25
40	8	Unidade	Caneta marca texto - cor amarelo.	0,84	6,72
41	38	Caixa	Lápis preto nº2 ultra resistente, escrita cor grafite dimensões mínimas 173mm x 6mm caixa com 144 unidades.	29,00	1.102,00
45	113	Caixa	Papel A4 branco 210 x297mm, 75gr/m, cx c/10 resmas de 500 folhas cada resma.	154,80	17.492,40
50	8	Unidade	Tesoura de picotar tamanho com total aproximado 23cm- lâmina em aço inox com formato de corte zig/zag marca do fabricante impressa no produto.	41,20	329,60
52	750	Unidade	Tesoura escolar com pontas arredondadas, lâmina de metal, cabo plástico em formato anatômico. Tamanho aproximado 13,5 cm.	0,90	675,00
59	38	Pacote	Palito de sorvete ponta redonda c/ 100 unidades.	2,00	76,00
60	38	Pacote	Palito de churrasco com 100 unidades.	2,00	76,00
61	38	Unidade	Pasta suspensa para arquivo padrão, com haste plástica, visor e etiqueta para identificação dos documentos.	1,00	38,00
62	23	Unidade	Grampo plástico branco com 50 unidades.	5,78	132,94
75	8	Unidade	Aplicador de cola quente fino.	9,26	74,08
77	75	Estojo	Caneta hidrográfica (canetinha), estojo com 06 cores de 1ª qualidade, ponta grossa.	5,40	405,00
78	750	Unidade	Borracha branca oval. Dimensões mínimas: 55mmx28mm, espessura 10 mm, peso 19g.	0,80	600,00
79	750	Unidade	Regua confeccionada em pet, ultra resistente (que possibilite flexionar até encostar as pontas sem quebrar). Dimensões mínimas:30mmx310mm com espessura 2mm, peso 24gramas. Acabamento corte declive (base espessura diminuída 1mm) com gradação impressa de 0 a 30 cm.	1,20	900,00
91	5	Unidade	Corretivo roller 4,2mm x 12mm.	8,83	44,15
95	8	Unidade	Cartucho tinta impressora hp 8100- azul - original - novo xl 17 ml.	162,45	1.299,60
98	27	Unidade	Toner samsung ml 2851- compatível novo.	94,40	2.548,80
104	23	Unidade	Cartucho tinta nº 22- compatível novo.	45,15	1.038,45
105	38	Unidade	Toner para impressora hp laser jet m 1120 mfp compatível novo.	21,99	835,62
111	8	Caixa	Clips metálicos tamanho 8/0 caixa com aproximadamente 180 unidades - peso líquido 500gramas	5,70	45,60
112	8	Caixa	Clips metálico tamanho 6/0 caixa com aproximadamente 180 unidades - peso líquido 500 gramas.	4,99	39,92
120	263	Unidade	Apontador coletor colorido, com lamina resistente, tampa plástica.	0,45	118,35
124 (2a)	12	Unidade	Cola branca atóxica lavável, contendo 1 litro. Composição: base em pva, com selo do INMETRO.	5,77	69,24
129 (7a)	125	Unidade	Caderno caligrafia, 40 folhas branca, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores.	0,82	102,50
133 (11a)	187	Unidade	Fita adesiva marrom de papel de 25mmx 50mm scotch 1ª linha.	4,00	748,00
136 (14a)	200	Caixa	Giz para quadro negro-branco não tóxico, antialérgico, cx com 64 palitos.	1,15	230,00
137 (15a)	87	Caixa	Giz para quadro negro - colorido não tóxico, antialérgico cx c/ 64 palitos.	1,60	139,20
141 (19a)	87	Unidade	Pincel marcador permanente - cor preta - ponta grossa.	1,10	95,70
142 (20a)	62	Unidade	Pincel marcador permanente - cor vermelha - ponta grossa.	1,10	68,20
143 (21a)	62	Unidade	Pincel marcador permanente - cor verde - ponta grossa.	1,09	67,58
144 (22a)	75	Unidade	Pincel marcador permanente - cor azul - ponta grossa.	1,09	81,75
145 (23a)	200	Pote	Tinta guache escolar, composição: pigmentos atóxicos, água, espessante, carga inerte, conservantes tipo benzotiazol - pote com 250ml- cores preto, branco, azul, amarelo, verde e vermelho.	2,49	498,00
147 (25a)	225	Unidade	Cartolina - diversas cores.	0,42	94,50
148 (26a)	300	Unidade	Papel dupla face - diversas cores - maior quantidade nas cores primárias.	0,56	168,00
149 (27a)	350	Unidade	Papel cartão diversas cores - maior quantidade nas cores primárias.	0,70	245,00
152 (30a)	50	Unidade	Papel lustroso - diversas cores - maior quantidade nas cores primárias.	0,51	25,50

157 (35a)	62	Unidade	Refil de cola quente-grosso.	0,55	34,10
160 (38a)	17	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1,0mm azul, da indústria nacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral - cx com 50 unidades.	19,70	334,90
161 (39a)	5	Unidade	Livro para ata - pag. Numerada.	5,15	25,75
162 (40a)	2	Unidade	Caneta marca texto - cor amarelo.	0,84	1,68
165 (45a)	37	Caixa	Papel A4 branco 210 x297mm, 75gr/m, cx c/10 resmas de 500 folhas cada resma.	154,80	5.727,60
166 (46a)	1	Unidade	Apagador para quadro branco.	8,81	8,81
167 (47a)	2	Pacote	Papel vergê A4 210mm x 297mm pacote com 50 folhas -cores marfim/ verde claro. Gramatura de cada folha 90 gramas.	15,60	31,20
172 (52a)	250	Unidade	Tesoura escolar com pontas arredondadas, lâmina de metal, cabo plástico em formato anatômico. Tamanho aproximado 13,5 cm.	0,90	225,00
173 (55a)	325	Unidade	Folhas em eva 600 x 400mm diversas cores.	0,91	295,75
174 (56a)	12	Unidade	Apagador de madeira c/ depósito de giz c/ feltros.	2,70	32,40
177 (59a)	12	Pacote	Palito de sorvete ponta redonda c/ 100 unidades.	2,00	24,00
179 (61a)	12	Unidade	Pasta suspensa para arquivo padrão, com haste plástica, visor e etiqueta para identificação dos documentos.	1,00	12,00
180 (62a)	7	Unidade	Grampo plástico branco com 50 unidades.	5,78	40,46
182 (64a)	37	Jogo	Capa para encadernação (frente e verso).	1,13	41,81
184 (66a)	5	Unidade	Perfurador de papel- metal- 2 furos - 10 folhas preto.	5,85	29,25
194 (78a)	250	Unidade	Borracha branca oval. Dimensões mínimas: 55mmx28mm, espessura 10 mm, peso 19g.	0,80	200,00
195 (79a)	250	Unidade	Regua confeccionada em pet, ultra resistente (que possibilite flexionar até encostar as pontas sem quebrar). Dimensões mínimas:30mmx310mm com espessura 2mm, peso 24gramas. Acabamento corte declive (base espessura diminuída 1mm) com gradação impressa de 0 a 30 cm.	1,20	300,00
214 (103a)	7	Unidade	Cartucho tinta nº 21- compatível novo.	34,45	241,15
215 (104a)	7	Unidade	Cartucho tinta nº 22- compatível novo.	45,15	316,05
216 (105a)	12	Unidade	Toner para impressora hp laser jet m 1120 mfp compatível novo.	21,99	263,88
221 (110a)	5	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1,0mm preta, da indústria nacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral - cx com 50 unidades.	41,20	206,00
222 (111a)	2	Caixa	Clips metalicos tamanho 8/0 caixa com aproximadamente 180 unidades - peso liquido 500gramas	5,70	11,40
223 (112a)	2	Caixa	Clips metalico tamanho 6/0 caixa com aproximadamente 180 unidades - peso liquido 500 gramas.	4,99	9,98
231 (120a)	87	Unidade	Apontador coletor colorido, com lamina resistente, tampa plástica.	0,45	39,15
VALOR TOTAL				R\$ 48.044,84	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PEGASUS ATACADISTA LTDA
Leani Willms
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2018

Publicação Nº 1528609

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias de fevereiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais escolares didáticos e pedagógicos, para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ELMO PAPELARIA LTDA, CNPJ: 03.999.762/0001-31, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 89/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	450	Unidade	Caderno com 60 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores.	1,01	454,50
06	750	Unidade	Caderno com 48 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores.	0,85	637,50
36	75	Caixa	Grampos para grampeador 26/6 - tipo cobreados com 5000 unidades.	2,25	168,75
42	750	Unidade	Lápis de cor longo, com 12 cores.	1,93	1.447,50
55	975	Unidade	Folhas em eva 600 x 400mm diversas cores.	1,35	1.316,25
56	38	Unidade	Apagador de madeira c/ depósito de giz c/ feltros.	2,62	99,56
57	23	Unidade	Apagador de madeira com feltro macio.	1,60	36,80
76	15	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1,0mm vermelha, da indústria nacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral - cx com 50 unidades.	38,25	573,75
86	38	Unidade	Pasta az - lombo largo.	7,73	293,74
92	8	Unidade	Mouse óptico 3 botões - 1200 dpi usb.	11,80	94,40
97	8	Unidade	Cartucho tinta impressora hp 8100- magenta- original novo - xl 17 ml.	128,00	1.024,00
106	57	Unidade	Tinta impressora epson l555 refil código t 6641 - 70 ml - preto - original.	47,55	2.757,90
113	38	Caixa	Clips metálico tamanho 4/0 caixa com aproximadamente 500 unidades - peso liquido 500 gramas.	4,95	188,10
114	38	Caixa	Clips metálico tamanho 3/0 caixa com 500 unidades - peso liquido 500 gramas.	4,95	188,10
116	38	Caixa	Clips metálico tamanho 1/0 caixa com aproximadamente 500 unidades - peso liquido 500 gramas.	4,95	188,10
117	225	Unidade	Pasta com elástico em cartão duplex, tamanho ofício, com aba para fixar documentos no interior da pasta. Capa lisa. Diversas cores.	0,95	213,75
118	15	Unidade	Pasta polionda, ofício, em polipropileno, aba, elastico, com proteção antiumidade, lombo 55mm.	2,38	35,70
127 (5a)	150	Unidade	Caderno com 60 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores.	1,01	151,50
154 (32a)	11	Bobina	Papel kraft pardo - 60cm x 100m.	47,75	525,25
158 (36a)	25	Caixa	Grampos para grampeador 26/6 - tipo cobreados com 5000 unidades.	2,25	56,25
163 (41a)	12	Caixa	Lápis preto nº2 ultra resistente, escrita cor grafite dimensões mínimas 173mm x 6mm caixa com 144 unidades.	18,99	227,88
164 (42a)	250	Unidade	Lápis de cor longo, com 12 cores.	1,93	482,50
171 (51a)	12	Unidade	Tesoura grande tamanho com total aproximado 21cm- lâmina em aço inox com formato de corte liso marca do fabricante impresso no produto.	3,20	38,40
193 (77a)	25	Estojo	Caneta hidrográfica (canetinha), estojo com 06 cores de 1ª qualidade, ponta grossa.	3,97	99,25
201 (86a)	12	Unidade	Pasta az - lombo largo.	7,73	92,76
207 (92a)	2	Unidade	Mouse óptico 3 botões - 1200 dpi usb.	11,80	23,60
211 (96a)	2	Unidade	Cartucho tinta impressora hp 8100- amarela - original novo - xl 17 ml.	128,00	256,00
212 (97a)	2	Unidade	Cartucho tinta impressora hp 8100- magenta- original novo - xl 17 ml.	128,00	256,00
220 (109a)	17	Unidade	Tinta impressora epson l555 refil código t 6642 - azul - 70 ml refil - original	47,02	799,34
225 (114a)	12	Caixa	Clips metálico tamanho 3/0 caixa com 500 unidades - peso liquido 500 gramas.	4,95	59,40
226 (115a)	12	Caixa	Clips metálico tamanho 2/0 caixa com aproximadamente 500 unidades - peso liquido 500 gramas.	4,95	59,40

227 (116a)	12	Caixa	Clips metálico tamanho 1/0 caixa com aproximadamente 500 unidades - peso liquido 500 gramas.	4,95	59,40
228 (117a)	75	Unidade	Pasta com elástico em cartão duplex, tamanho ofício, com aba para fixar documentos no interior da pasta. Capa lisa. Diversas cores.	0,95	71,25
VALOR TOTAL				R\$ 12.976,58	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

ELMO PAPELARIA LTDA
Cátia Aurélia de Oliveira Besen
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2018

Publicação N° 1528614

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 21/2018
PROCESSO LICITATÓRIO N° 89/2017 - Modalidade Pregão
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias de fevereiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais escolares didáticos e pedagógicos, para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA, CNPJ: 20.081.724/0001-14, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 89/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
93	15	Unidade	Pen drive 16 gb.	27,39	410,85
94	8	Unidade	Cartucho tinta impressora hp 8100 preto - original novo - xl 57ml.	156,97	1.255,76
99	2	Unidade	Tinta 1 litro hp officejet pro 8000- enterprise preto.	134,98	269,96
101	2	Unidade	Tinta 1 litro hp officejet pro 8000- enterprise - amarelo.	152,95	305,90
102	2	Unidade	Tinta 1 litro hp officejet pro 8000- enterprise magenta.	153,95	307,90
208 (93a)	5	Unidade	Pen drive 16 gb.	27,39	136,95
209 (94a)	2	Unidade	Cartucho tinta impressora hp 8100 preto - original novo - xl 57ml.	156,97	313,94
213 (98a)	8	Unidade	Toner samsung ml 2851- compatível novo.	84,25	674,00
VALOR TOTAL				R\$ 3.675,26	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA
Gislaine Pacher Bilk
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2018

Publicação N° 1528615

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2018
PROCESSO LICITATÓRIO N° 89/2017 - Modalidade Pregão
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias de fevereiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais escolares didáticos e pedagógicos, para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa N. T. LUIZE, CNPJ: 93.577.427/0001-38, em decorrência da homologação do processo licitatório n° 89/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	4	Unidade	Extrator de grampos espátula.	1,48	5,92

27	1.050	Unidade	Papel cartão diversas cores - maior quantidade nas cores primárias.	1,22	1.281,00
29	53	Unidade	Papel camurça- diversas cores - maior quantidade nas cores primárias.	1,24	65,72
33	8	Unidade	Porta clips c/ tampa e imã.	5,98	47,84
43	3	Unidade	Tinta para carimbo - 40ml azul.	2,43	7,29
44	3	Unidade	Tinta para carimbo - 40ml - preto.	2,09	6,27
46	4	Unidade	Apagador para quadro branco.	8,48	33,92
47	8	Pacote	Papel vergê A4 210mm x 297mm pacote com 50 folhas -cores marfim/ verde claro. Gramatura de cada folha 90 gramas.	13,48	107,84
49	4	Unidade	Limpador para quadro branco spray- 60ml.	9,29	37,16
51	38	Unidade	Tesoura grande tamanho com total aproximado 21cm- lâmina em aço inox com formato de corte liso marca do fabricante impresso no produto.	2,75	104,50
53	3	Caixa	Etiquetas autoadesivas 215,9 x 279,4 brancas cx com 100 folhas.	30,95	92,85
54	3	Caixa	Etiquetas autoadesivas 101,6 x 33,9 brancas cx com 100 folhas.	33,79	101,37
64	113	Jogo	Capa para encadernação (frente e verso).	0,44	49,72
66	15	Unidade	Perfurador de papel- metal- 2 furos - 10 folhas preto.	6,43	96,45
67	3	Unidade	Almofada para carimbo tinta azul.	2,93	8,79
68	3	Unidade	Almofada para carimbo tinta preta.	3,38	10,14
80	2	Caixa	Carbono preto cx c/100fls.	49,98	99,96
81	75	Unidade	Envelope ouro 20x28.	0,20	15,00
82	75	Unidade	Envelope branco 24x34.	0,23	17,25
83	150	Unidade	Envelope branco 20x28.	0,19	28,50
84	38	Unidade	Envelope ouro 31x41.	0,35	13,30
85	38	Unidade	Envelope kraft 20x28.	0,15	5,70
107	57	Unidade	Tinta impressora epson l555 refil código t 6644- 70 ml - amarelo- refil - original	69,45	4.028,10
109	57	Unidade	Tinta impressora epson l555 refil código t 6642 - azul - 70 ml refil - original	66,49	3.856,42
110	15	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1,0mm preta, da indústria nacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral - cx com 50 unidades.	28,48	427,20
115	38	Caixa	Clips metálico tamanho 2/0 caixa com aproximadamente 500 unidades - peso líquido 500 gramas.	9,70	368,60
119	8	Unidade	Pasta polionda, ofício, em polipropileno, aba, elastico, com proteção antiumidade, lombo 30mm.	2,45	19,60
121	375	Unidade	Apontador colorido sem coletor, lamina resistente, um furo.	0,12	45,00
130 (8a)	25	Unidade	Caderno universitário formato 200 mm x 275 mm, com 200 folhas brancas pautadas com capa dura estampa de paisagens.	7,98	199,50
132 (10a)	1	Unidade	Extrator de grampos espátula.	1,48	1,48
155 (33a)	2	Unidade	Porta clips c/ tampa e imã.	5,98	11,96
169 (49a)	1	Unidade	Limpador para quadro branco spray- 60ml.	9,29	9,29
170 (50a)	2	Unidade	Tesoura de picotar tamanho com total aproximado 23cm- lâmina em aço inox com formato de corte zig/zag marca do fabricante impressa no produto.	34,39	68,78
178 (60a)	12	Pacote	Palito de churrasco com 100 unidades.	2,44	29,28
185 (69a)	1	Unidade	Perfurador de papel - metal - 35 folhas.	28,86	28,86
191 (75a)	2	Unidade	Aplicador de cola quente fino.	8,88	17,76
192 (76a)	5	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1,0mm vermelha, da indústria nacional corpo redondo-tampa com furo e corpo com furo lateral - cx com 50 unidades.	42,79	213,95
196 (81a)	25	Unidade	Envelope ouro 20x28.	0,20	5,00
197 (82a)	25	Unidade	Envelope branco 24x34.	0,23	5,75
198 (83a)	50	Unidade	Envelope branco 20x28.	0,19	9,50
199 (84a)	12	Unidade	Envelope ouro 31x41.	0,35	4,20
200 (85a)	12	Unidade	Envelope kraft 20x28.	0,15	1,80
206 (91a)	1	Unidade	Corretivo roller 4,2mm x 12mm.	7,93	7,93

217 (106a)	17	Unidade	Tinta impressora epson l555 refil código t 6641 - 70 ml - preto - original.	54,05	918,85
224 (113a)	12	Caixa	Clips metálico tamanho 4/0 caixa com aproximadamente 500 unidades - peso liquido 500 gramas.	8,55	102,60
229 (118a)	5	Unidade	Pasta polionda, ofício, em polipropileno, aba, elastico, com proteção antiumidade, lombo 55mm.	2,95	14,75
230 (119a)	2	Unidade	Pasta polionda, ofício, em polipropileno, aba, elastico, com proteção antiumidade, lombo 30mm.	2,45	4,90
232 (121a)	125	Unidade	Apontador colorido sem coletor, lamina resistente, um furo.	0,12	15,00
233 (122a)	1	Pacote	Saco plástico A4 com 4 furos, 0,12mm pacote com 50 unidades.	10,22	10,22
VALOR TOTAL				R\$ 12.662,77	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

N. T. LUIZE
Nathan Torres Luize
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 23/2018

Publicação N° 1528620

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 23/2018
PROCESSO LICITATÓRIO N° 89/2017 - Modalidade Pregão
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias de fevereiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais escolares didáticos e pedagógicos, para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa J. P. CAVEDON SOARES, CNPJ: 10.925.677/0001-94, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 89/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
69	4	Unidade	Perfurador de papel - metal - 35 folhas.	31,00	124,00
74	4	Pacote	Papel A4- marfim - 210mmx 297mm - 75gr- pacote com 500 folhas.	29,00	116,00
VALOR TOTAL				R\$ 240,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

J. P. CAVEDON SOARES
João Pedro Cavedon Soares
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2018

Publicação N° 1528624

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2018
PROCESSO LICITATÓRIO N° 89/2017 - Modalidade Pregão
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte dias de fevereiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais escolares didáticos e pedagógicos, para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa EJAK SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, CNPJ: 00.503.028/0001-41, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 89/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
28	563	Unidade	Papel crepom, diversas cores.	1,45	816,35
100	2	Unidade	Tinta 1 litro hp officejet pro 8000- enterprise azul.	149,50	299,00

103	23	Unidade	Cartucho tinta nº 21- compatível novo.	49,50	1.138,50
VALOR TOTAL				R\$ 2.253,85	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ
Pregoeira

EJAK SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Elizete Angela Cadore Kuhn
Representante legal

ATA PREGÃO 04/2018-FMS

Publicação Nº 1528181

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 04/2018 – FMS - modalidade Pregão (na forma presencial)

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil dezoito, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Junior e Daniela Saldanha, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 04/2018 do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC, modalidade Pregão, na forma presencial, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto fixar percentual de desconto que será concedido sobre os valores dos medicamentos constantes da Revista ABC Farma, da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico, para futuras aquisições de medicamentos que não compõe a farmácia básica municipal. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Sesi Serviço Social da Indústria. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação e credenciou como representante o Sr. Reinaldo Cheraim Chedid. O critério de julgamento é o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre os valores dos medicamentos constantes da Revista ABC Farma. Passou-se a abertura do envelope da proposta, o percentual de desconto oferecido inicialmente foi de 15% após o lance concedido pelo representante, a proposta fechou com percentual de desconto de 17,00%. Após o julgamento da proposta, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa Sesi Serviço Social da Indústria, sendo considerada habilitada. Considerando a classificação e habilitação da empresa Sesi Serviço Social da Indústria, a Pregoeira a declara vencedora deste Processo licitatório. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 18/2018

Publicação Nº 1528756

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 18/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: JOÃO LINDOMAR BATISTA, no Cargo Público de Professor II na Função de Professor de Educação Física, portador do CPF/MF nº 901.537.749-91, residente domiciliado na Rua Olga Grossl Olsen, nº 484, Industrial Sul, Município de Rio Negrinho/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Contratação Temporária para suprir necessidades temporárias no corrente ano letivo por aumento de matrículas no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Anna Gorniack Buchmann” e CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Alegre Infância”, conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Educação nº 006/2018.

PRAZO: Início: 21 de fevereiro de 2018;
Término: 19 de dezembro de 2018.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.931,00 (Um mil novecentos e trinta e um reais)

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 30 (trinta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 21 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	JOÃO LINDOMAR BATISTA Contratado
--	-------------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONVOCAÇÃO Nº 055/2018

Publicação Nº 1528668

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016
CONVOCAÇÃO Nº 055/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LISDAIANI TEIXEIRA CARVALHO inscrita no CPF/MF sob nº 061.615.579-40, aprovada em 11º lugar no Concurso Público nº 01/2016, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I na Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de fevereiro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretário Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 056/2018

Publicação Nº 1528674

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016
CONVOCAÇÃO Nº 056/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA CELIA SCHMANSKY, inscrita no CPF/MF sob nº 015.585.729-02, aprovada em 22º lugar no Processo Seletivo nº 02/2016-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I exercendo a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de fevereiro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 057/2018

Publicação Nº 1528677

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016
CONVOCAÇÃO Nº 057/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JUSIANE GOMES DA SILVA DE LIMA, inscrita no CPF/MF sob nº 035.958.649-05, aprovada em 23º lugar no Processo Seletivo nº 02/2016-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I exercendo a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de fevereiro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 058/2018

Publicação Nº 1528683

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016
CONVOCAÇÃO Nº 058/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANGELA SONIA CANDIDO, inscrita no CPF/MF sob nº 062.265.009-21, aprovada em 24º lugar no Processo Seletivo nº 02/2016-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I exercendo a Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de fevereiro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 059/2018

Publicação Nº 1528689

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017
CONVOCAÇÃO Nº 059/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FERNANDA CUBAS HUBNER, inscrita no CPF/MF sob nº 069.837.599-82, aprovada em 17º lugar no Processo Seletivo nº 002/2017-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I exercendo a Função de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 23 de fevereiro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 11.132 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528326

DECRETO Nº 11.132 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.718 de 20 de fevereiro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cincoenta mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do respectivo Fundo Municipal.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
10.302.0055.1.025 -	Convenio com Hospital de Média, Baixa e Alta Complexidade.		
300000.00.1008 -	Despesas Correntes		
330000.00.1008 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.1008 -	Transferência a Instituições Privadas		
335043.00.1008 -	Subvenções Sociais	R\$ 50.000,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.133 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528327

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.133 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

INFORMA OS VALORES DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS E VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos VII e XVI, ambos do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do § 5º do art. 97 da Lei Complementar Municipal nº 06, de 19 de setembro de 2002, da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho 1998 e da Lei Municipal nº 4.716, de 20 de fevereiro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Os valores do subsídio e do vencimento dos Agentes Políticos e Cargos Comissionados do Poder Executivo Municipal, ficam atualizados conforme Demonstrativo do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

§ 1º A atualização a que se refere o art. 1º deste Decreto, dá-se em razão da Revisão Geral Anual, fixada em 2,07 (dois vírgula, zero sete por cento), sobre os valores do subsídio dos Agentes Políticos e vencimento dos Cargos Comissionados, calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2018, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

§ 2º Ficam reajustados a partir de 1º de fevereiro de 2018, em 0,43% (zero vírgula quarenta e três por cento) o valor dos vencimentos dos Cargos Comissionados do Poder Executivo, calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2018, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO

DEMONSTRATIVO DOS SUBSÍDIOS AGENTES POLÍTICOS E VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

NOME	CARGO	SUBSÍDIO/ VENCIMENTO
CAMILA BRAUN MACHADO	AGENTE DE CONTROLE INTERNO	R\$ 3.918,95
CAROLINA DA COSTA TELMA	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 6.424,65
CASSIANO REISER	ADMINISTRADOR DO FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA	R\$ 2.939,19
CLEICIANE CUBAS	ADMINISTRADORA DO PROCON	R\$ 2.939,20
DEISI ESTELA AMORIM	DIRETORA DE SAÚDE	R\$ 3.918,95
DENISE APARECIDA ROCHA	COORDENADORA DE SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E JARDINAGEM	R\$ 1.959,43
EDILSON PRUCHNESKI	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$ 6.424,65
ESTEVÃO SERAFINI	ASSESSOR JURÍDICO	R\$ 9.797,37
FABIANO CLEBER MUNHOZ	COORDENADOR DA DEFESA CIVIL	R\$ 1.959,43
GABRIEL ENGLER	ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	R\$ 3.429,10
GILCIANE FERRARI	COORDENADORA DE TURISMO	R\$ 1.959,43
IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 3.918,95
JANETE ZESZOTKO	ADMINISTRADORA DISTRITAL	R\$ 2.939,19
JEFFERSON JEAN DUVOISIN	DIRETOR EXECUTIVO DO IPRECAL	R\$ 6.451,72
JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA	CHEFE DE GABINETE	R\$ 5.878,41
JOSE LUIS SILVA	ASSESSOR DE GABINETE	R\$ 3.918,95
LEDA CARINA MUNHOZ ODIA	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 6.424,65
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 6.424,65
LUCINEI JOSÉ ODIA	ASSESSOR DE SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA	R\$ 3.918,95
MARCELO LUCAS MACHADO	DIRETOR DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS.	R\$ 3.918,95
MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 6.424,65
MÁRCIO MARCELO MUNHOZ	COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER	R\$ 1.959,43
MARILIA SCHEFFER	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.	R\$ 6.424,65
PETERSON ALUISIO KOHLER	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$ 6.424,65
RUBENS BLASZKOWSKI	PREFEITO MUNICIPAL	R\$ 16.199,22
SEBASTIÃO VENDELINO KONS	VICE PREFEITO	R\$ 6.424,65
WYLLYAN FAGUNDES	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS	R\$ 6.424,65

DECRETO Nº 11.134 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528328

GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 11.134 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018****ATUALIZA VALORES DOS ANEXOS III E V
DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº
006 E ANEXOS II E III.I DA LEI
COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 088.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos VII e XVI, do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 4.716 de 20 de fevereiro de 2018 e, Estabelece Outras Providências”;

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados em 2,5% (dois vírgula cinco por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2018, valores dos vencimentos e gratificações dos Servidores Públicos Municipais, do quadro de pessoal da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, valores estes calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2018, constantes dos Anexos: II; III; V da Lei Complementar Municipal nº 006/02 e os Anexos II e III.I da Lei Complementar Municipal nº 088/12, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos:
www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: **21/02/2018.**

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO III****TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA E SEUS RESPECTIVOS VALORES**

CÓD	QTDE	NOMENCLATURA	NATUREZA	FG
01	01	Chefe do Serviço de Pessoal.	Chefia	FG-1
02	01	Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo.	Chefia	FG-1
03	01	Chefe do Serviço de Contabilidade.	Chefia	FG-1
04	01	Chefe do Serviço de Suprimentos.	Chefia	FG-1
05	01	Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização.	Chefia	FG-1
06	01	Chefe do Serviço de Transporte e Frota.	Chefia	FG-1
07	01	Chefe do Serviço de Obras.	Chefia	FG-1
08	01	Chefe do Serviço de Desenvolvimento Social.	Chefia	FG-1
09	01	Chefe do Serviço de Comércio, Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente.	Chefia	FG-1
10	01	Chefe da Casa da Cidadania e da Junta Militar.	Chefia	FG-1
11	01	Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde.	Chefia	FG-1
12	01	Chefe do Serviço de Ações Básicas da Saúde.	Chefia	FG-1
13	01	Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação.	Chefia	FG-1
14	01	Chefe do Serviço de Serviços Públicos.	Chefia	FG-1
15	01	Chefe do Serviço do Núcleo de Informática.	Chefia	FG-1
16	01	Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde.	Chefia	FG-1
17	01	Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental.	Chefia	FG-1
18	01	Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação.	Chefia	FG-1
CÓDIGO DA FUNÇÃO GRATIFICADA		VALOR PECUNIÁRIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA		
FG-1		R\$ 1.639,80		

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO V – TABELA DE VENCIMENTO DE PROVIMENTO EFETIVO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 006							
NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
6	63	R\$ 5.402,20	R\$ 5.564,23	R\$ 5.731,15	R\$ 5.903,13	R\$ 6.080,22	R\$ 6.262,62
	62	R\$ 4.524,23	R\$ 4.659,97	R\$ 4.799,76	R\$ 4.943,74	R\$ 5.092,08	R\$ 5.244,85
	61	R\$ 3.788,95	R\$ 3.902,62	R\$ 4.019,69	R\$ 4.140,32	R\$ 4.264,51	R\$ 4.392,49
	53A	R\$ 3.511,36	R\$ 3.616,67	R\$ 3.725,20	R\$ 3.836,92	R\$ 3.952,07	R\$ 4.070,62
5A	52A	R\$ 2.940,68	R\$ 3.028,92	R\$ 3.119,75	R\$ 3.213,38	R\$ 3.309,78	R\$ 3.409,10
	51A	R\$ 2.462,79	R\$ 2.536,67	R\$ 2.612,76	R\$ 2.691,13	R\$ 2.771,89	R\$ 2.855,06
	53	R\$ 2.701,08	R\$ 2.782,04	R\$ 2.865,57	R\$ 2.951,51	R\$ 3.040,08	R\$ 3.131,28
5	52	R\$ 2.262,10	R\$ 2.330,00	R\$ 2.399,87	R\$ 2.471,85	R\$ 2.546,00	R\$ 2.622,41
	51	R\$ 1.894,45	R\$ 1.951,31	R\$ 2.009,85	R\$ 2.070,11	R\$ 2.132,22	R\$ 2.196,22
4	43	R\$ 2.077,75	R\$ 2.140,07	R\$ 2.204,26	R\$ 2.270,38	R\$ 2.338,51	R\$ 2.408,65
	42	R\$ 1.740,02	R\$ 1.792,26	R\$ 1.846,05	R\$ 1.901,45	R\$ 1.958,45	R\$ 2.017,20
	41	R\$ 1.457,24	R\$ 1.501,01	R\$ 1.546,02	R\$ 1.592,39	R\$ 1.640,13	R\$ 1.689,37
	33A	R\$ 1.935,10	R\$ 1.993,14	R\$ 2.052,94	R\$ 2.114,52	R\$ 2.177,94	R\$ 2.243,28
3A	32A	R\$ 1.634,31	R\$ 1.683,33	R\$ 1.733,82	R\$ 1.785,84	R\$ 1.824,03	R\$ 1.878,74
	31A	R\$ 1.368,70	R\$ 1.409,76	R\$ 1.452,07	R\$ 1.495,60	R\$ 1.540,55	R\$ 1.586,68
3	33	R\$ 1.806,68	R\$ 1.860,93	R\$ 1.916,74	R\$ 1.974,27	R\$ 2.033,46	R\$ 2.094,45
	32	R\$ 1.513,08	R\$ 1.558,48	R\$ 1.605,20	R\$ 1.653,44	R\$ 1.703,02	R\$ 1.754,08
	31	R\$ 1.267,16	R\$ 1.305,18	R\$ 1.344,35	R\$ 1.384,69	R\$ 1.426,25	R\$ 1.468,99
	23	R\$ 1.571,07	R\$ 1.618,21	R\$ 1.666,72	R\$ 1.716,76	R\$ 1.768,24	R\$ 1.821,27
2	22	R\$ 1.315,72	R\$ 1.355,23	R\$ 1.395,82	R\$ 1.437,74	R\$ 1.480,89	R\$ 1.525,28
	21	R\$ 1.101,89	R\$ 1.134,95	R\$ 1.168,97	R\$ 1.204,14	R\$ 1.240,21	R\$ 1.277,40
1	13	R\$ 1.309,22	R\$ 1.348,46	R\$ 1.388,95	R\$ 1.430,62	R\$ 1.473,49	R\$ 1.517,74
	12	R\$ 1.096,44	R\$ 1.129,30	R\$ 1.163,20	R\$ 1.198,12	R\$ 1.234,06	R\$ 1.271,06
	11	R\$ 918,24	R\$ 945,81	R\$ 974,14	R\$ 1.003,37	R\$ 1.033,49	R\$ 1.064,48
	SUBNÍVEL						
NÍVEL	SUBNÍVEL						
VALORES HORA AULA	R\$ 10,79	R\$ 11,16	R\$ 11,49	R\$ 11,83	R\$ 12,17	R\$ 12,55	R\$ 10,79
	R\$ 9,03	R\$ 9,36	R\$ 9,59	R\$ 9,89	R\$ 10,20	R\$ 10,47	R\$ 9,03
	R\$ 7,54	R\$ 7,77	R\$ 7,98	R\$ 8,30	R\$ 8,51	R\$ 8,74	R\$ 7,54
VALORES HORA PLANTÃO	R\$ 67,48	R\$ 69,53	R\$ 71,60	R\$ 73,73	R\$ 75,97	R\$ 78,24	R\$ 67,48
	R\$ 56,51	R\$ 58,22	R\$ 59,96	R\$ 61,76	R\$ 63,61	R\$ 65,52	R\$ 56,51
	R\$ 47,33	R\$ 48,79	R\$ 50,25	R\$ 51,74	R\$ 53,28	R\$ 54,86	R\$ 47,33

ANEXOII - TABELA DE SALÁRIOS E PROGRESSÕES LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 088

TABELA DE VENCIMENTO DE PROVIMENTO EFETIVO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 014 (EM EXTINÇÃO)														
CARGO	CH/SM	NÍVEL												
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
PROFESSOR	40	1	2.381,86	2.417,61	2.453,85	2.490,67	2.527,47	2.590,65	2.603,85	2.642,92	2.682,55	2.722,80	2.763,66	2805,10
PROFESSOR AUXILIAR	40	2	2.252,85	2.286,63	2.320,93	2.355,73	2.391,07	2.450,85	2.463,35	2.500,29	2.537,80	2.575,88	2.614,51	2653,71
PROFESSOR AUXILIAR	40	1	2.145,55	2.177,75	2.210,40	2.243,56	2.276,71	2.333,63	2.345,53	2.380,71	2.416,41	2.452,67	2.489,48	2526,80

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO III.I – TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA**

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	NATUREZA	UNIDADE	GRATIFICAÇÃO
Diretor Pedagógico Administrativo da Educação Básica	Chefia	Serviço de Apoio à Educação	FG-1
Diretor Pedagógico da Educação Infantil	Chefia	Serviço de Ensino Infantil	FG-1
Diretor Pedagógico do Ensino Fundamental	Chefia	Serviço de Ensino Fundamental	FG-1
Diretor Administrativo de Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares.	Chefia	Serviço de Apoio à Educação	FG-1
Diretor de Escola de Educação Básica/ Ensino Fundamental	Direção	Escola de Educação Básica – até 200 alunos	FG-3A
		Escola de Educação Básica – de 201 a 500 alunos	FG-3B
		Escola de Educação Básica – acima de 500 alunos	FG-3C
Diretor de Centro de Educação Infantil	Direção	Centros de Educação Infantil – até 100 alunos	FG-4A
		Centros de Educação Infantil – de 101 a 200 alunos	FG-4B
		Centros de Educação Infantil – acima de 200 alunos	FG-4C
Coordenador Pedagógico	Assessoramento	Escola de Educação Básica (acima de 200 alunos)	FG-5A
		Centros de Educação Infantil	FG-5B
Diretor Adjunto	Assessoramento	Escola de Educação Básica acima de 500 alunos	FG-5C

FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR
FG-1	R\$ 1.639,80
FG-3A	R\$ 901,88
FG-3B	R\$ 1.229,87
FG-3C	R\$ 1.475,82
FG-4A	R\$ 737,91
FG-4B	R\$ 901,88
FG-4C	R\$ 1.065,86
FG-5A	R\$ 819,90
FG-5B	R\$ 655,91
FG-5C	R\$ 983,88

DECRETO Nº 11.135 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529443

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.135 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial o inciso VII do art. 300 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Contratar JOÃO LINDOMAR BATISTA, registro no sistema sob nº 955774, ao Cargo Público de Professor II, para exercer a Função de Professor de Educação Física, Atividades de Nível Superior, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, pelo período de 21 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, para suprir necessidades temporárias no corrente ano letivo, em razão de aumento de número de matrículas nos CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Anna Gorniack Buchmann” e CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Alegre Infância”.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.931,00 (um mil novecentos e trinta e um reais) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º A presente contratação, dá-se em razão da classificação de JOÃO LINDOMAR BATISTA, aprovado em 9º lugar no Processo Seletivo Municipal nº 02/2017 homologado pelo Decreto nº 10.952 em data de 13 de dezembro de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2018

Publicação Nº 1528765

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: JOÃO LINDOMAR BATISTA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: 21 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.
CARGO E FUNÇÃO: Professor II – Professor de Educação Física
CARGA HORÁRIA: 30 HORAS
SALÁRIO BASE: R\$1.931,00 (Hum mil novecentos e trinta e um reais).

CAMPO ALEGRE/SC., 21 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.715 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528293

LEI Nº 4.715 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018
CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTA REMUNERAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 1º de fevereiro de 2.018, revisão geral anual aplicável de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento) aos subsídios dos Agentes Políticos do Poder Legislativo de Campo Alegre (SC), calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2.018.

Parágrafo único. O percentual fixado no caput deste artigo é representativo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado no exercício de janeiro a dezembro/2.017.

Art. 2º Fica concedido, a partir de 1º de fevereiro de 2.018, revisão geral anual aplicável de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), mais o reajuste de 0,43% (zero vírgula quarenta e três por cento), totalizando o percentual 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento), aos servidores públicos do Poder Legislativo de Campo Alegre (SC), calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2.018.

Art. 3º Fica fixado valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) ao vale alimentação para aos servidores públicos do Poder Legislativo de Campo Alegre (SC), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Fica estendido o vale alimentação aos servidores públicos do Poder Legislativo de Campo Alegre (SC), com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas, devendo ser pago de forma proporcional a respectiva carga horária.

§ 2º - O valor do vencimento limite para o servidor público do Poder Legislativo Municipal perceber o vale alimentação será igual ou inferior à R\$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais).

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação dessa Lei, correrão à conta das respectivas dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.716 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528294

LEI Nº 4.716 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL, REAJUSTA VENCIMENTOS, O VALE ALIMENTAÇÃO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de fevereiro de 2018, a Revisão Geral Anual de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento) sobre os valores dos vencimentos e gratificações dos Servidores Públicos Municipais do quadro de pessoal da Administração Direta e Indireta, Ativos, Inativos, Pensionistas e Agentes Políticos do Poder Executivo, calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2018.

§ 1º Excetua-se da norma prevista no caput deste artigo, os inativos e pensionistas não alcançados pelo disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

§ 2º O percentual fixado no caput deste artigo é concedido a título de Revisão Geral Anual, prevista na Constituição Federal, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado no exercício de janeiro a dezembro de 2017.

Art. 2º Ficam reajustados a partir de 1º de fevereiro de 2018, em 0,43% (zero vírgula quarenta e três por cento) os valores dos vencimentos e gratificações dos Servidores Públicos Municipais, do quadro de pessoal da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, Ativos, Inativos e Pensionistas, calculados sobre os valores percebidos no mês de janeiro de 2018, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

§ 1º O percentual fixado no caput deste artigo é concedido a título de reajuste salarial.

§ 2º Excetua-se da norma prevista no caput deste artigo, os Inativos e Pensionistas não alcançados pelo disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os Agentes Políticos do Poder Legislativo.

Art. 3º Fica fixado o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) ao vale alimentação para os servidores públicos municipais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Fica estendido o vale alimentação aos servidores públicos municipais com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas, devendo ser pago de forma proporcional a respectiva carga horária.

§ 2º O valor do vencimento limite para o servidor público municipal perceber o vale alimentação será igual ou inferior a R\$ 2.870,00 (dois mil oitocentos e setenta reais).

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das respectivas Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.717 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528321

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.717 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. A FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO SANTÉ.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, a firmar Convênio com o Instituto Santé, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sem fins lucrativos, Entidade Filantrópica, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.776.971/0001-30, para viabilizar o repasse de Recursos Financeiros recebidos pela Emenda Parlamentar de Bancada de Santa Catarina nº 7126001, destinados para incremento Temporário do Componente de Custeio do MAC (Média e Alta Complexidade) para atendimentos dos municípios Campoalegrenses e da Região do Planalto Norte Catarinense.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 3º A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da Legislação vigente, instrução normativa IN-14/12-TCE/SC.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

CONVÊNIO Nº 01/2018

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O INSTITUTO SANTÉ.

CONVENIENTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.941.360/0001-50, pessoa jurídica de Direito Público, estabelecido na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 467, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora Srª. Carolina da Costa Telma, brasileira, casada, Secretária Municipal de Saúde, inscrita no CPF/MF sob o nº 061.299.189-09, residente e domiciliada na Rua Cel. Bueno Franco, nº 162, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

CONVENIADO: INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de Direito Privado, entidade filantrópica sem fins lucrativos, com sede na Av. Almirante Tamandaré, nº 94, Bairro Coqueiros, em Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ nº 08.776.971/0001-30, neste ato representado por seu presidente Sr. Tércio Egon Paulo Kasten, brasileiro, divorciado, farmacêutico bioquímico, inscrito no CPF/MF nº 081.735.089-68, residente na Rua Otto Boehm, nº 357, Bairro América, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Os convenientes acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e conforme a autorização de Lei Municipal nº 4.640, de 25 de julho de 2017, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente convênio:

CLÁUSULA I - OBJETO

1.1. O objeto do presente convênio é viabilizar o repasse de Recursos Financeiros recebidos pela Emenda Parlamentar de Bancada de Santa Catarina nº 7126001, destinados para incremento Temporário do Componente de Custeio do MAC (Média e Alta Complexidade) para atendimentos dos municípios Campoalegrenses e da região do Planalto Norte Catarinense.

1.2. O CONVENIADO deverá executar atividades de assistência à saúde envolvendo atendimentos de Média e Alta Complexidade.

1.3. As despesas a serem custeadas com os recursos, constam no Plano de Trabalho, ANEXO I, parte integrante do presente convênio, devendo ser observado os requisitos impostos pela Portaria nº 788/GM/MS de 15 de março de 2017, alterada pela Portaria nº 2.257/GM/MS de 06 de Setembro de 2017.

CLÁUSULA II - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

2.1. Na execução do presente convênio o CONVENIENTE deverá observar as seguintes condições:

- a) realizar a transferência dos recursos financeiros previsto na Cláusula IV deste convênio ao CONVENIADO;
- b) controlar, fiscalizar e avaliar as ações previstas neste convênio;
- c) analisar os relatórios de prestação de contas do CONVENIADO;

CLÁUSULA III - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

3.1. Na execução do presente convênio o CONVENIADO deverá realizar atendimentos de Média e Alta Complexidade aos municípios Campoalegrenses e da região do Planalto Norte Catarinense.

3.2. O CONVENIADO deverá ainda atender a todas as metas definidas e aprovadas pelo Plano de Trabalho (ANEXO I), sob pena de descumprimento do presente convênio.

CLÁUSULA IV - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O valor a ser repassado pelos serviços a serem prestados pelo CONVENIADO será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em única parcela no mês de março de 2018.

4.2. A vigência do convênio será até a data de 31 de dezembro de 2018.

4.3. O repasse do item 4.1 condiciona-se à apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e Certificado de Regularidade do FGTS.

4.4. O CONVENIADO fica obrigado a apresentar a competente prestação de contas, devendo observar as regras estabelecidas pela Instrução Normativa IN. TC nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

4.5. São de inteira responsabilidade do CONVENIADO, todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes do convênio e de sua execução, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade do CONVENIENTE, sendo vedado qualquer tipo de reembolso.

CLÁUSULA V - PRAZOS DE EXECUÇÃO E SUA PRORROGAÇÃO

5.1. O termo inicial de execução dos serviços será a partir da assinatura do presente convênio.

5.2. O presente convênio se encerra em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA VI - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

6.1. As despesas originadas pelas obrigações oriundas deste convênio correrão por conta da rubrica:

91 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

9105 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSIS. HOSPITALAR E AMBULATORIAL

10.302.0055.1.025 - Convênios com Hospitais Média, Baixa e Alta Complexidade

3.3.50.43.00.00.00 - Subvenção Social.

CLÁUSULA VII - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

7.1. A execução do convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo segundo CONVENIENTE (Gestor do Fundo Municipal de Saúde).

7.2. O Fiscal do Convênio anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do convênio.

CLÁUSULA VIII - NORMAS APLICÁVEIS

8.1. São aplicáveis à execução deste convênio as normas constitucionais, legais, regulamentares e hierárquicas pertinentes, entre as quais se destacam a Lei Federal nº 8.080/1990, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Portaria nº 788/GM/MS de 15 de março de 2017, alterada pela Portaria nº 2.257/GM/MS de 06 de Setembro de 2017.

CLÁUSULA IX - FORO LEGAL

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., e da circunscrição federal de Joinville para dirimir, respectivamente na Justiça Comum e na Justiça Federal, toda e qualquer questão judicializada oriunda deste convênio.

E, por estarem as partes de pleno acordo com o aqui disposto, assinam o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Campo Alegre/SC., de fevereiro de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo - Conveniente

INSTITUTO SANTÉ
TÉRCIO EGON PAULO KASTEN
Presidente - Conveniado

TESTEMUNHAS

JOSÉ LUIS SILVA CPF nº 304.385.869-72	ALAOR HANSEN CPF 684.450.249-49
--	------------------------------------

LEI Nº 4.718 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528322

LEI Nº 4.718 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cincoenta mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do respectivo Fundo Municipal.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
10.302.0055.1.025 -	Convenio com Hospital de Média, Baixa e Alta Complexidade.		
300000.00.1008 -	Despesas Correntes		
330000.00.1008 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.1008 -	Transferência a Instituições Privadas		
335043.00.1008 -	Subvenções Sociais	R\$ 50.000,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 15.311 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529485

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.311 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal MÁRIO OSVALDO ATNER, matrícula funcional nº 000055, registro no sistema sob nº 293350, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de novembro de 2016 á 31 de outubro de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 26 de janeiro de 2018, sob nº 000182.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.312 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529486

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.312 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal PEDRO IVONEI GORNIACK, matrícula funcional nº 000702, registro no sistema sob nº 955146, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 26 de janeiro de 2018, sob nº 000191.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.313 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529497

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.313 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal CRISTIANO CUNHA, matrícula funcional nº 000847, registro no sistema sob nº 955541, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III e exercendo a Função de Operador de Máquinas e Equipamentos, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo

Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 26 de janeiro de 2018, sob nº 000192.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.314 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529498

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.314 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, matrícula funcional nº 000266, registro no sistema sob nº 314960, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 20 de junho de 2016 a 19 de junho de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 31 de janeiro de 2018, sob nº 000302.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.315 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529499

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.315 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal PATRICK ONGHERO, matrícula funcional nº 000609, registro no sistema sob nº 954897, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração. Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 02 de fevereiro de 2018, sob nº 000358.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.316 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529500

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.316 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal LEANDRO CASIO MUNHOZ, matrícula funcional nº 000675, registro no sistema sob nº 955106, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 07

de fevereiro de 2018, sob nº 000464.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.319 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529501

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.319 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal VENÍCIO NEGHERBON, matrícula funcional nº 000582, registro no sistema sob nº 954771, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras. Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 14 de fevereiro de 2018, sob nº 000677.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.320 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529502

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.320 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal DANIEL ALBERTO CORREA, matrícula funcional nº 000822, registro no sistema sob nº 955493, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista de Transporte de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 14 de fevereiro de 2018, sob nº 000731.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.321 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529503

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.321 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal PAULO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 0267, registro no sistema sob nº 315000, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2013 a 01 de julho de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 26 de janeiro de 2018 sob o nº 000177.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.322 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529504

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.322 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal CLAUDIO CARDOSO, matrícula funcional nº 000142, registro no sistema sob nº 361000, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo 08 de agosto de 2014 a 08 de agosto de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 26 de janeiro de 2018 sob o nº 000176.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.323 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529505

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.323 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal SENHORIA ANITA CARDOSO TELMA, matrícula funcional nº 000614, registro no sistema sob nº 954946, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2014 a 01 de agosto de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 05 de fevereiro de 2018 sob o nº 000416.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.324 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529506

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.324 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal ANGELA ALVES DOS SANTOS IOHANSON, matrícula funcional nº 000493, registro no sistema sob nº 954516, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo 15 de agosto de 2015 a 15 de janeiro de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo

Municipal, em data de 07 de fevereiro de 2018 sob o nº 000478.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.325 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529507

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.325 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal ROSANI APARECIDA DA SILVA, matrícula funcional nº 000211, registro no sistema sob nº 112070, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II, exercendo atualmente a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Pessoal, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2015 a 01 de fevereiro de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 07 de fevereiro de 2018 sob o nº 000466.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.326 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529508

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.326 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal VANESSA MIRIAM NEUBAUER, matrícula funcional nº 000441, registro no sistema sob nº 954337, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo 14 de setembro de 2012 a 14 de setembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 09 de fevereiro de 2018 sob o nº 000639.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.327 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529509

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.327 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal LAÉRCIO BORGES, matrícula funcional nº 000620, registro no sistema sob nº 955012, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 14 de fevereiro de 2015 a 14 de fevereiro de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo

Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 15 de fevereiro de 2018, sob nº 000756.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.328 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529510

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.328 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal LUCIMARA PRES-
TES DE SOUZA IDALÊNCIO, matrícula funcional nº 000078, registro no sistema sob nº 37000, ocupante do Cargo Público de Fiscal de Tributos, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 28 de janeiro de 2017 a 27 de janeiro de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidora o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 07 de fevereiro de 2018, sob nº 000476.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
20 de fevereiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 28 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528626

PORTARIA Nº 28 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

ATUALIZA OS VALORES DE PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PAGOS PELO IPRECAL.

O Diretor Executivo do IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal em especial a Lei Municipal nº 4.716 de 20 de fevereiro de 2018; Resolve:

Art. 1º Atualizar os valores de proventos dos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo Municipal, pagos pelo IPRECAL ficam atualizados em 2,5% (dois vírgula, cinco por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2018, os quais fazem parte integrante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

IPRECAL Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, 20 de fevereiro de 2018.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC, e no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2017.

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 28/2018.**NOME DOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS COM O VALOR DE PROVENTOS REAJUSTADOS**

Nº MATRÍCULA	NOME	VALOR PROVENTO/BENEFÍCIO
44	AMILCAR JOSE REINHARDT	R\$ 2.092,35
20	ANALIA DE LIMA DZIEDICZ	R\$ 2.145,55
79	ANATALIA SILVIA CORDEIRO	R\$ 1.500,11
57	ANAZILDA CORDEIRO	R\$ 1.582,28
120	ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS	R\$ 2.444,98
33	ANTONIO CARLOS LONGO	R\$ 2.534,65
71	ANTONIO MIGUEL GORNIACK	R\$ 1.101,97
65	ARICE WAGNER BERNARDES	R\$ 2.079,15
96	AUGUSTINHO JOSE DE JESUS MACHADO CUBAS	R\$ 2.470,56
90	BARBARA BRUSKI	R\$ 1.818,37
98	CECILIA MARLENE SCHWARZ	R\$ 3.007,73
21	DAURA SILVA DUVOISIN	R\$ 3.284,44
22	DAVI FARI	R\$ 1.637,47
2	EDITHE MARICLER VIRMOND	R\$ 3.450,39
112	ELISABET SCHINDLER	R\$ 3.802,77
69	ERNA LUIZA PACHECO IENSEN	R\$ 3.504,83
75	ESTER MARIA FORLIN FRITSCH	R\$ 4.033,56
110	GLADIS CONCEIÇÃO BENKENDORF	R\$ 1.519,53
28	INES MENDES DOS SANTOS	R\$ 2.298,48
58	IVONE LENHERT	R\$ 2.304,20
16	IZOE TEREZINHA DE LIMA	R\$ 1.457,24
85	JOÃO DE PAULA MUNHOZ	R\$ 2.655,34
87	JOAO SAMUEL CUBAS	R\$ 2.865,56
95	JOSE FERNANDES DA MAIA	R\$ 2.255,46
116	JOSÉ LUIS SILVA	R\$ 3.777,90
86	JOSE MAURO SCHWARZ	R\$ 2.626,90
53	JOSE SENILDO GODOY	R\$ 1.277,76
17	JULIA MARIA MONEY	R\$ 3.081,15

100	LUIZ CARLOS COTHOVISKY	R\$ 2.260,34
15	MARIA AUGUSTA RIBEIRO DO AMARAL	R\$ 1.069,79
12	MARIA DA GRAÇA DRANKA	R\$ 1.248,12
61	MARIA DE LOURDES PISKE	R\$ 2.559,00
70	MARIA DE LOURDES PISKE	R\$ 2.415,11
59	MARIA ELIANE FRIEDRICH	R\$ 4.049,14
35	MARIA IVONE MUNHOZ	R\$ 3.424,12
72	MARIA ODETE DA CRUZ CHICOVIS	R\$ 630,33
76	MARIA ORINDA FERNANDES	R\$ 1.543,96
80	MARIA OSNILDA MARTINS	R\$ 2.463,67
99	MARILENA PISKE	R\$ 2.529,77
37	MARLENE OSOVSKY	R\$ 2.526,81
34	MARLI LUCIA MILCHASKY CARVALHO	R\$ 1.287,03
47	MAURENE TEREZA CUBAS	R\$ 4.637,18
81	MERCEDES DO ROCIO GODOIS DOS SANTOS KOBUS	R\$ 1.342,19
30	MERI ENGLER NEGHERBON	R\$ 3.052,56
51	MIRIAN LOFFAGUEN FRIEDRICH	R\$ 3.484,20
43	NAIR ALEXANDRE	R\$ 3.414,30
115	NELCI TEREZINHA IDALENCIO DETROZ	R\$ 4.743,82
60	NOELI TEREZINHA DE FARIAS	R\$ 3.221,98
50	OSMAR ALBONI MARIANO	R\$ 1.151,74
114	OSMARIO VERISSIMO MICHALSY	R\$ 1.968,32
1	OTILIA MARIA BORGES	R\$ 1.799,23
13	RAQUEL BENTA PEREIRA	R\$ 2.252,51
26	RAUL JOHANSON	R\$ 3.258,85
14	RENATE TSCHOEKE	R\$ 4.467,12
117	RENY FATIMA FERREIRA REISER	R\$ 1.583,00
109	ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS	R\$ 2.039,43
52	ROSE MARI CUBAS	R\$ 2.652,97
11	SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ	R\$ 5.028,57
107	SILVIA PASDA UHLIG	R\$ 3.950,00
118	SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS	R\$ 4.590,04
10	SIRLEY TEREZINHA BUENO FRANCO	R\$ 1.363,06
66	SOFIA DE JESUS ROCHA DE PAULA	R\$ 630,33
119	SOLANGE REGINA DOS PASSOS	R\$ 3.633,49
25	SONIA MARIA DE AMORIM CUNHA	R\$ 2.284,41
9	THEREZINHA ZENY CORDEIRO	R\$ 2.145,55
63	VALDENIR LADER	R\$ 1.269,63
82	VERONICA GORNIACK SCHROEDER	R\$ 2.012,10
101	VERONICA WOJCIECHOSKI	R\$ 3.753,53
123	LUIZ SILDONIR CARDOSO	R\$ 1.991,82
130	MARCIA REGINA FELICIANO DAMAZIO FRANCO	R\$ 3.758,76
134	TEREZINHA WIELVICK	R\$ 1.669,39
135	MARLENE DE FATIMA PESSOA MACHADO FOITTE	R\$ 3.059,59

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo do IPRECAL.

PORTARIA Nº 29 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528628

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC.
E-mail: iprecal@campoalegre.sc.gov.br fone 47 3632-1574

PORTARIA Nº 29 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018
CONCEDE PENSÃO POR MORTE A CONJUGE DO SERVIDOR INATIVO PÚBLICO MUNICIPAL LÉRCIO PÉRICES VIRMOND, NA FORMA DO INCISO I, § 7º DO ART. 40, DA CF/88, COM REDAÇÃO DADA PELA EC 41/03 INCISO I, §§ 2º E 3º DO ART. 8º, INCISO I DOS ART's. 23 e 24 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14.

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina – IPRECAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o Parecer Jurídico do Processo Administrativo nº 002/2018 emitido pela Assessoria Jurídica do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. – IPRECAL; Resolve:

Art. 1º Conceder PENSÃO POR MORTE, conforme dispõe o Inciso I, Parágrafo 7º do Art. 40, da CF/88 com redação dada pela EC 41/03 pelo Inciso I, Parágrafos 2º e 3º; do Art. 8º, Inciso I dos Art. 23 e 24, da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014, à cônjuge: EDITHE MARICLER VIRMOND, Registro Geral nº 1.198.870 – SSP/SC e Portadora do CPF/MF nº 694.314.779-04, do Servidor Público Municipal Inativo LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND, falecido em data de 04 de fevereiro de 2018, detentor da matrícula funcional nº 000208, Registro no Sistema sob nº 113, do Quadro de Servidores Inativos do IPRECAL.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão correspondente ao valor total bruto de R\$ 2.899,18 (dois mil, oitocentos e noventa e nove reais, e dezoito centavos), que corresponde a 100% do valor de proventos do Servidor Inativo falecido.

Parágrafo único. O valor da Pensão de que trata o caput deste artigo será reajustado anualmente de acordo com a Revisão Geral Anual dos Servidores Públicos Municipais (integralidade pela paridade).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, estabelecendo seus efeitos retroativos a 05 de fevereiro de 2018.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. IPRECAL, 20 de fevereiro de 2018.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 21/02/2018.

Campo Erê**PREFEITURA****EXTRATO ATA RP 08/2018**

Publicação Nº 1529268

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 08/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1974/2017/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê e a empresa HOSPITAL SANTO ANTONIO, inscrita no CNPJ n.º 83.024.968/0001-85, conforme relação abaixo:

Item	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Contratação de PESSOA JURIDICA (HOSPITAL) para prestação de serviço hospitalar de plantão de urgência e emergência médica, incluindo serviços de plantão em obstetrícia e clínica geral, através do corpo clínico nas dependências e instalações do próprio Hospital, para pacientes do Município de Campo Erê, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme condições estabelecidas no presente edital. - Nos serviços estão inseridos Consultas médicas, Ultrassonografia, Radiografia, Observação de 24 horas e de 48 horas, Curativos, Sutura, Tala gessada, Retirada de corpo estranho, Aplicação injetável, Inalação, Cantoplastia, Endoscopia, Eletrocardiograma, Monitoramento de pressão arterial.	Mês	12	65.902,00	790.824,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 22 de janeiro de 2018.

GELSO PALOSCHI Gestor do FMS	HOSPITAL SANTO ANTONIO CNPJ n.º 83.024.968/0001-85
---------------------------------	---

Visto do Departamento Jurídico:

JULIANE SILVESTRI BELTRAME
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/SC n. 21.198

EXTRATO ATA RP 09/2018

Publicação Nº 1529550

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 09/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1975/2017/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2017/FMS

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Erê e a empresa CLINICA MEDIPLAN LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 21.056.224/0001-95, conforme relação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Prestação de serviços de plantão médico de urgência/emergência para atendimento a pacientes do Município de Campo Erê (PRONTO ATENDIMENTO noturno, sábados, domingos e feriados), conforme serviços descritos no ANEXO IV do presente edital, sendo que os serviços de Pronto Atendimento que trata esta licitação deverão ser prestados de segunda a sexta-feira, em período noturno, assim entendido das 19h de um dia até às 7h do dia seguinte (12 h ininterruptas); e, nos sábados, domingos e feriados legalmente instituídos, em regime integral (24 h ininterruptas).	Manutenção de Pronto Atendimento mensalmente, por 30 dias (segunda a sexta-feira, das 19h às 7h - 12 horas ininterruptas), com 4 sábados, 4 domingos e 1 feriado, em regime integral (24 horas ininterruptas), pelo período de 12 meses.	55.763,92	669.167,04
TOTAL DA PROPOSTA				669.167,04

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 22 de janeiro de 2018.

GELSO PALOSCHI Gestor do FMS	CLINICA MEDIPLAN LTDA ME CNPJ n.º 21.056.224/0001-95
---------------------------------	---

Visto do Departamento Jurídico:

JULIANE SILVESTRI BELTRAME
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/SC n. 21.198

EXTRATO CONTRATO 11/2018

Publicação Nº 1528221

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 11/2018.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: CLEUSA MARIA TIBER ME, CNPJ 16.395.483/0001-48. OBJETO: FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO-DE-OBRA PARA RECUPERAÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: VW KOMBI PLACA ARV 8122, VEICULO GM KADETT PLACA ICV 5262, VEICULO FIAT PALIO PLACA MDR 7634, FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 09/2018, Disp. Just. nº 02/2018. DOTAÇÃO: 04.01 – 3.3.90.30.39.00.00 – 3.3.90.39.19.00.00 – 162 VALOR: R\$ 4823,00 (quatro mil oito centos e vinte e três reais). VIGÊNCIA: assinatura até a efetiva prestação e pagamento dos serviços. Campo Erê/SC, em 15/02/2018. SIGNATÁRIOS: Marcos Roberto Mariani, pela Contratante, e Debora Carla Lemos, pela Contratada.

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO TP 01/2018

Publicação Nº 1528225

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA

Prorroga prazo de abertura do:

Processo Licitatório n.º 07/2018– TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

O Município de Campo Erê - SC, através de seu Prefeito em Exercício Sr. Marcos Roberto Mariani, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados no EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018, objetivando EXECUÇÃO DE REFORMA DO GINÁSIO MUNICIPAL JOÃO TELES PADILHA (PADILHÃO), que fica PRORROGADO O PRAZO DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS para o dia 28 de fevereiro 2018, às 08:30horas. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de habilitação e propostas de preços até as 08:00 horas do dia 28/02/2018, junto ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município, no Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. Informações pelo site. www.campoere.sc.gov.br, ou e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br ou pelo fone: (49) 3655 3006. Campo Erê - SC, 20/02/2018. Matheus Bruno Poli Valgoi – Presidente da Comissão Permanente de Licitações // MARCOS ROBERTO MARIANI – Prefeito em Exercício.

HOMOLOGAÇÃO PL 1974/2017/FMS

Publicação Nº 1529262

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1974/2017, na modalidade Pregão de nº 76/2017 tendo como objeto a Contratação de PESSOA JURÍDICA (HOSPITAL) para prestação de serviço hospitalar de plantão de urgência e emergência médica, incluindo serviços de plantão em obstetrícia e clínica geral, através do corpo clínico nas dependências e instalações do próprio Hospital, para pacientes do Município de Campo Erê, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar do Sistema Único de Saúde -SUS, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
HOSPITAL SANTO ANTONIO LTDA	1	1	12,00	65.902,00	790.824,00
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente	Total				
HOSPITAL SANTO ANTONIO LTDA	790.824,00				

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 22 de janeiro de 2018.

GELSO PALOSCHI
Gestor Fundo Mun. Saúde

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 1975/2017/FMS

Publicação Nº 1529277

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1975/2017, na modalidade Pregão de nº 77/2017 tendo como objeto a seleção de propostas para a Contratação de PESSOA JURIDICA para prestação de serviços de plantão médico de urgência/emergência para atendimento a pacientes do Município de Campo Erê (PRONTO ATENDIMENTO noturno, sábados, domingos e feriados), conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
CLINICA MEDIPLAN LTDA ME	1	1	12,00	55.763,92	669.167,04

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
CLINICA MEDIPLAN LTDA ME	669.167,04

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 22 de janeiro de 2018.

GELSO PALOSCHI

ODILSON VICENTE DE LIMA

Gestor Fundo Mun. Saúde

Prefeito Municipal

PORTARIA 717/2018

Publicação Nº 1528810

PORTARIA N. 717, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal DANIELA VAZ, matrícula nº 10662-3, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito, relativas ao período aquisitivo 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 718/2017

Publicação Nº 1528865

PORTARIA N. 718, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal ARLETE RIBOLI, matrícula nº 405-7, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo 2015/2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 719/2017

Publicação Nº 1528896

PORTARIA N. 719, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal MARIA REGINA COSTA, matrícula nº 10487-6, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito, relativas ao período aquisitivo 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 720/2017

Publicação Nº 1528916

PORTARIA N. 720, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal FRANCIUSY HUBNER, matrícula nº 10369-1, ocupante do cargo de Farmacêutica, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativas ao período aquisitivo 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 721/2017

Publicação Nº 1528926

PORTARIA N. 721, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal LILIAN CARVALHO DE FREITAS, matrícula nº 11156-2, ocupante do cargo de Diretor de Gestão de Pessoas, lotado no Gabinete do Prefeito, relativas ao período aquisitivo 2017/2018, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 722/2017

Publicação Nº 1528999

PORTARIA N. 722, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal ANTONIO DOMINGOS ROSENDO DE FARIA, matrícula nº 11026-4, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo 2016/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 723/2017

Publicação Nº 1529047

PORTARIA N. 723, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal GUSTAVO ERVINO BAURMANN, matrícula nº 11151-1, ocupante do cargo de Diretor de Esportes e Juventude, lotado no Gabinete do Prefeito, relativas ao período aquisitivo 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 724/2017

Publicação Nº 1529052

PORTARIA N. 724, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal IRINEI VOLMIR WINDBERG, matrícula nº 10597-0, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, relativas ao período aquisitivo 2013/2014, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 727/2017

Publicação Nº 1529069

PORTARIA N. 726, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal MATHEUS BRUNO POLI VALGOI, matrícula nº 111392, ocupante do cargo de Diretor de Gestão Administrativa, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 15 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 727/2017

Publicação Nº 1529196

PORTARIA N. 727, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal LEONICE DE FATIMA COMIN, matrícula nº 3123, ocupante do cargo de Técnico em Administração, lotado no Gabinete de Planejamento e Gestão, relativas ao período aquisitivo 2014/2015, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PORTARIA 729/2017

Publicação Nº 1529271

PORTARIA N. 729, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, abaixo identificados, a partir de 02 de janeiro de 2018, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
Suziane Teske	11143	Coordenador de Cultura e Eventos	2017/2018
Lisete Terezinha Schmitz	11169-4	Diretor Adjunto 1	2017/2018
Elizandra Fátima Sehnem Coppy	11161-9	Diretor de Centro Educacional Municipal	2017/2018

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 21 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA 728/2017

Publicação Nº 1529242

PORTARIA N. 728, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art.1º. EXONERAR, IONA POLESE PICCOLI, matrícula nº 10617-8, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 19/12/2017.

Campo Erê/SC, 21 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PREGÃO PRESENCIAL 13/2018

Publicação Nº 1528347

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito em Exercício, Sr. MARCOS ROBERTO MARIANI, TORNA PÚBLICO que até às 08:00 horas do dia 06 de março de 2018, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 129/2018 na modalidade de Pregão Presencial Nº 13/2018, tipo menor Menor preço - Global para a contratação de empresa para execução de serviços de limpeza urbana, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:15 às 17:15, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 19 de fevereiro de 2018. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial // MARCOS ROBERTO MARIANI - Prefeito Municipal em Exercício.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº07/2018.

Publicação Nº 1528415

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório Nº 25/2018.

Inexigibilidade de Licitação Nº 072018.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW NO DIA 25/03/2018 PARA FESTIVIDADES ALUSIVAS AOS 137 ANOS DE CAMPOS NOVOS. CONFORME LEI 8.666/93, ART.25, INCISO III.

Fornecedor: PROA- PRODUÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS LTDA: SHOW COM A BANDA MASCAVO.

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

Fornecedor: SANTORO PRODUÇÃO MUSICAL LTDA: SHOW COM A DUPLA ANDRÉ E FELIPE.

Valor R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Campos Novos, 21 Fevereiro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO.

Prefeito Municipal.

AVISO DE PP Nº04/2018

Publicação Nº 1529470

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08 de Março de 2018 às 16 horas e 00 minutos, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL INSTRUTOR DE CURSO BÁSICO E AVANÇADO DE SALÃO DE BELEZA PARA ATUAR NOS PROJETOS SUPERVISIONADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROJETO DE OLHO NO FUTURO PARA ANO DE 2018. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h15min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 22 de Fevereiro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal.

RG 01_18 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E OUTROS NECESSÁRIOS A REFORMA DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR, SEFV

Publicação Nº 1528819

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/9
Processo Nº.: 3/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2018

No dia 19 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.850.671/0001-04, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 2/2018, Processo Licitatório nº. 3/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, INSTALAÇÃO ELÉTRICA, LÓGICA, TELEFÔNICA, ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA COM POSTE, QUE SERÃO DESTINADOS PARA A REFORMA DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CONVIVÊNCIA DO IDOSO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6218	INDUSTRIA E COM.DE CALHAS DEVILA LTDA	2, 3, 36, 44, 47, 53, 66, 69
6845	JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME	11, 12
6540	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	15
6166	JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉT. E DECORAÇÕES LTDA	4, 19, 23, 25, 28, 30, 31, 35, 37, 39, 40, 42, 54, 55, 61, 64, 65
6748	PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA	5, 6, 7, 8, 10, 26, 34, 43, 45, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 67, 68, 70, 71
6198	SÓ LUZ COM.DE MAT.ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA	9, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 27, 29, 33, 41, 46, 48, 49, 50, 57

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
INDUSTRIA E COM.DE CALHAS DEVILA LTDA	02.704.339/0001-02	JOSE DIRCEU BEVILAQUA	019.028.709-80
JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME	26.979.673/0001-29		- - -
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉT. E DECORAÇÕES LTDA	01.276.119/0001-54	LUCAS VITOR KRUTZMANN	097.903.899-57
PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTR	21.563.856/0001-45	LUIZ CARLOS PAGGI	569.098.459-00
SÓ LUZ COM.DE MAT.ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA	07.038.642/0001-29	REINALDO ANGELO WAGNER	045.939.249-28

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A COMPRA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PINTURA, INSTALAÇÃO ELÉTRICA, LÓGICA, TELEFÔNICA, ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA COM POSTE, QUE SERÃO DESTINADOS PARA A REFORMA DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CONVIVÊNCIA DO IDOSO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6166 - JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉT. E DECORAÇÕES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	ADESIVO PVA PARA TACO E PARQUET 1 KG.	UN	AFIX	3,000	12,0000	36,00
19	CABO DE COBRE ISOLADO PVC 450/750V, 2,5 MM2.	M	CABOFIO	600,000	0,5800	348,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/9

Processo Nº.: 3/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2018

Fornecedor: 6166 - JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉT. E DECORAÇÕES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	CABO DE EMBUTIR 4X2 PVC	UN	RF	34,000	0,2400	8,16
25	CANAleta SISTEMA X LARGA 5cm.	mtl	ILUMI	80,000	5,8500	468,00
28	CONJUNTO INTERRUPTOR SIMPLES COM PLACA 4X2	UN	MECTRONIC	15,000	2,5700	38,55
30	CONJUNTO TOMADA 2P + T20 A.	UN	MECTRONIC	9,000	4,6500	41,85
31	CONJUNTO TOMADA RJ 45 (CAT5).	UN	MECTRONIC	17,000	11,9900	203,83
35	ELETRO DUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4")	M	MAESI	90,000	0,6500	58,50
37	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA BIFÁSICA 50A COM POSTE DE CONCRETO PADRÃO CELESC, INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR E ATERRAMENTO.	UN	RETRO CONE	3,000	1.250,0000	3.750,00
39	FECHADURA EXTERNA	UN	ALIANÇA	2,000	24,9800	49,96
40	FECHADURA INTERNA	UN	ALIANÇA	5,000	17,9800	89,90
42	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTI- CHAMA USO 750v em ROLO 19mmX5m.	UN	MANTLEX	35,000	0,9800	34,30
54	PLACA CEGA 4X2	UN	MECTRONIC	15,000	1,0000	15,00
55	PLACA DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA LUMINOSA.	UN	MEPDLAIP	8,000	38,9800	311,84
61	SIFÃO MULTIUSO	UN	LUONE	8,000	2,5000	20,00
64	TOMADA EXTERNA DUPLA SISTEMA X C/ CAIXA 10 A	UN	MECTRONIC	25,000	6,8200	170,50
65	TOMADA PARA TELEFONE RJ11 MODULAR.	UN	MECTRONIC	17,000	6,5000	110,50

Fornecedor: 6198 - SÓ LUZ COM.DE MAT.ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO TAMPA INJETADA EM POLIPROPILENO DE ALTO BILHO. BASE SOPRADA EM POLIETILENO PREENCHIDA COM ESPUMA DE POLIURETANO, COM KIT DE INSTALAÇÃO INCLUSO, NA COR BRANCA.	UN	ALUMASA	3,000	31,8000	95,40
14	BALDE MASSA CORRIDA 18 LITROS.	UN	TINSUL	4,000	40,9000	163,60
16	BALDE TEXTURA BRANCA 18 LITROS.	UN	TINSUL	3,000	67,9000	203,70
17	CABO DE COBRE ISOLADO PVC 450/750 1,50MM2	M	TEKFIO	310,000	0,4000	124,00
18	CABO DE COBRE ISOLADO PVC 450/750V 10MM2	M	TEKFIO	40,000	2,9800	119,20
20	CABO DE COBRE ISOLADO PV 450/750V 4MM2.	M	TEKFIO	100,000	0,9600	96,00
21	CABO DE COBRE ISOLADO PVC 450/750V 6MM2.	M	TEKFIO	200,000	1,5800	316,00
22	CABO UTP CAT 5e PARA REDE.	M	ELGIN	260,000	0,9200	239,20
24	CANAleta RECORDE ABERTO 50X50 mm	mtl	ILUMI	75,000	14,9000	1.117,50
27	CONDULETE PVC MÚLTIPLO TOP 6 ENTRADA 1 CINZA SEM TAMPA.	UN	INPOL	6,000	4,5000	27,00
29	CONJUNTO TOMADA 2P + T10 A.	UN	MECTRONIC	61,000	3,9700	242,17
33	DISJUNTOR MONOFÁSICO DE 10 A 50A.	UN	SOPRANO	9,000	5,8100	52,29
41	FIO TELEFÔNICO INTERNO CCI 50mm X 2 PARES.	M	STE	260,000	0,3300	85,80
46	LAMPADA FLUORESCENTE 40 W	UN	MANPLEX	40,000	4,7000	188,00
48	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 30 LEDs	UN	LUMINUS	8,000	12,4700	99,76
49	LUMINÁRIA DE SOBREPOR 2x 40W.	UN	BLUMENAU	8,000	59,9000	479,20
50	LUMINÁRIA DE SOBREPOR ALETADA + DUAS LÂMPADAS LED T8 LED 18w	UN	BLUMENAU	5,000	59,9000	299,50
57	REATOR PARA LÂMPADA FLUORESCENTE.	UN	ECP	40,000	21,9000	876,00

Fornecedor: 6218 - INDUSTRIA E COM.DE CALHAS DEVILA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AÇO 4,02mm CA 60 BARRA 12 METROS.	BR	BELGO	40,000	6,6500	266,00
3	AÇO 8mm CA 50 BARRA 12 METROS.	BR	BELGO	16,000	24,0000	384,00
36	ENGATE "FLEXÍVEL PVC 1/2"	UN	TIGRE	6,000	2,4500	14,70
44	GUARDA CORPO H 1,10m PADRÃO ACESSIBILIDADE, EM AÇO GALVANIZADO, DIÂMETRO 2"; CORRIMÃO TUBO GALVANIZADO DIÂMETRO 2", PROTEÇÃO INTERMEDIÁRIA TUBO GALVANIZADO DIÂMETRO 1 1/2".	m³	DEVILA	19,650	180,0000	3.537,00
47	LAVATÓRIO PARA BANHEIRO SUSPENSO DE CANTO BRANCO.	UN	ICASA	1,000	179,0000	179,00
53	PEDRA BRITA N° 01	m²	BRITASUL	25,000	58,9000	1.472,50
66	TORNEIRA BANEIRO METAL CROMADO	UN	ALAMO	10,000	50,0000	500,00
69	VASO SANITÁRIO COM CAIXA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, ACESSO PLUS, BRANCO.	UN	FIORI	1,000	529,5000	529,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/9

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 3/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2018

Fornecedor: 6540 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	BALDE SELADOR ACRÍLICO 18 LITROS.	UN	tinsul	10,000	53,0000	530,00

Fornecedor: 6748 - PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	ADITIVO PLASTIFICANTE PARA ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO E REBOCO CONVENCIONAL	L	Maxtom	25,000	6,8000	170,00
6	ARAME RECOZIDO Nº18.	KG	Arcelor	10,000	8,9000	89,00
7	AREIA MÉDIA	m³	Dechamps	14,000	114,0000	1.596,00
8	ARGAMASSA ACII SACO 20 KG.	SC	Ceramfix	50,000	17,0000	850,00
10	AZULEJO.	m²	Angelgres	80,000	12,8000	1.024,00
26	CERÂMICA PEI V	m²	Angelgres	26,000	14,8000	384,80
34	DOBRADIÇA DE FERRO PINO REVERSÍVEL 2 1/2" GALVANIZADO.	UN	Soprano	20,000	8,7000	174,00
43	FORRO PVC 8MM	m²	Real	75,000	13,4000	1.005,00
45	IMPERMEABILIZANTE A BASE DE CIMENTO CRISTALIZANTE EM PÓ MONOCOMPONENTE.	KG	Sana Água	8,000	4,2000	33,60
51	LAVATÓRIO DE LOUÇA PARA BANHEIRO COM COLUNA.	UN	Logasa	2,000	115,0000	230,00
52	PARAFUSO PARA TELHA 5/16 X 110 COM 10 PEÇAS.	UN	leão	2,000	2,8000	5,60
56	PORTA INTERNA COMPLETA 80X2, 10 INCLUSO MARCO/BATENTE E FERRAGENS.	UN	Rio Jordão	4,000	184,0000	736,00
58	REJUNTE COLORIDO CIMENTICIO SACO 1 KG.	KG	Ceramfix	38,000	3,2000	121,60
59	RIPA MADEIRA 2,5X5,00m	mtl	Durli	130,000	1,8000	234,00
60	CIMENTO SACA 50 KG CP2-32	UN	Supremo	90,000	28,0000	2.520,00
62	TELHA FIBROCIMENTO 6,00 MM 1,85X1, 05X6, 00mm	UN	Imbralit	6,000	38,4000	230,40
63	tijolo (9x14x24)	UN	Oliveira	3.300,000	0,5400	1.782,00
67	UNIÃO CANTO INTERNO PVC	UN	Real	12,000	1,7000	20,40
68	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA.	UN	Icasa	2,000	235,0000	470,00
70	VEDA TRINCA MASSA BRANCA ACRÍLICA	UN	Worker	2,000	17,9000	35,80
71	VERNIZ ALTA PERFORMANCE 3,6 LITROS	UN	Eucatex	2,000	55,9000	111,80

Fornecedor: 6845 - JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	BALDE DE TINTA 18 LITROS CORES CLARAS.	UN	SANTA COR	15,000	96,0000	1.440,00
12	BALDE DE TINTA 18 LITROS CORES ESCURAS.	UN	SANTA COR	5,000	127,0000	635,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/9

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 3/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2018**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/9

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 3/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2018****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/9

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 3/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2018****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/9
Processo Nº.: 3/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2018

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/9
Processo Nº.: 3/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2018

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 19 de Fevereiro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

INDUSTRIA E COM.DE CALHAS DEVILA LTDA

CNPJ: 02.704.339/0001-02

JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME

CNPJ: 26.979.673/0001-29

JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

CNPJ: 12.532.054/0001-87

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/9
Processo Nº.: 3/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 19 de Fevereiro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉT. E DECORAÇÕES LTDA CNPJ: 01.276.119/0001-54 _____

PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTR. CNPJ: 21.563.856/0001-45 _____

SÓ LUZ COM. DE MAT. ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA CNPJ: 07.038.642/0001-29 _____

RG 02_18 AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE BOMBAS INJETORAS DOS CAMINHÕES PERTENCENTES A SECRETARIA DE OBRAS

Publicação Nº 1528499

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2018

No dia 14 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2018, Processo Licitatório nº. 5/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE BOMBAS INJETORAS DOS CAMINHÕES PERTENCENTES A SECRETARIA DE OBRAS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10182	CANDIESEL BOMBAS INJETORAS E AUTO ELETRICA LTDA -	12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24
10657	INJETRONICK DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA- ME	1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CANDIESEL BOMBAS INJETORAS E AUTO ELETRICA LTDA -	13.154.966/0001-25	ANGELO RAMON PEDROSO	028.020.359-40
INJETRONICK DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA- ME	09.371.765/0001-02	JONAS MOISES BELOTTO	077.733.299-07

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE BOMBAS INJETORAS DOS CAMINHÕES PERTENCENTES A SECRETARIA DE OBRAS
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10182 - CANDIESEL BOMBAS INJETORAS E AUTO ELETRICA LTDA -						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	BICOS INJ. 1266 BOSCH MB 1113	UN		12,000	74,5633	894,76
13	ELEMENTOS 096 BOSCH MB 1113	UN		12,000	84,5045	1.014,05
14	VALVULA 055 BOSCH MB 1113	UN		12,000	64,6211	775,45
15	JUNTAS MB 1113	UN		16,000	11,9301	190,88
16	JOGO REPARO MB 1113	UN		8,000	54,6794	437,44
17	TUCHOS C/ ROLETES MB 1113	UN		6,000	69,5920	417,55
18	ALAVANCA 132 MB 1113	UN		2,000	159,0674	318,13
19	PISTÃO 022 MB 1113	UN		2,000	74,5628	149,13
20	VALVULA RETORNO MB 1113	UN		2,000	74,5628	149,13
21	ANEL 163 MB 1113	UN		2,000	11,9301	23,86
22	BOMBA MANUAL MB 1113	UN		2,000	89,4754	178,95
23	RETENTOR MB 1113	UN		4,000	49,7085	198,83
24	MÃO DE OBRA CAMINHÃO 1113	UN		20,000	69,5920	1.391,84

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
 Processo Nº.: 5/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

Fornecedor: 10657 - INJETRONICK DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA- ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	INJETORES 0445120212	UN	BOSCH	18,000	1.368,7989	24.638,38
2	JOGO DE REPARO BOMBA ALTA	UN	BOSCH	3,000	247,5032	742,51
3	BOMBA ALIMENTADORA	PÇ	BOSCH	3,000	1.123,4596	3.370,38
4	ELEMENTOS DE BOMBA ALTA	UN	BOSCH	220,000	204,0443	44.889,75
6	VALVULA DE BOMBA ALTA	UN	BOSCH	9,000	157,4970	1.417,47
7	SENSOR DO RAILL	UN	BOSCH	3,000	582,8398	1.748,52
8	VALVULA REGULADORA DE PRESSÃO	UN	BOSCH	3,000	878,4252	2.635,28
9	VALVULA DO RAILL	UN	BOSCH	3,000	873,8019	2.621,41
10	SENSOR ROTAÇÃO	UN	BOSCH	3,000	591,7812	1.775,34
11	MÃO DE OBRA CAMINHÃO VW 24280	UN		30,000	138,6987	4.160,96
25	ELEMENTOS 503 MB 1720=366	UN	BOSCH	6,000	77,0159	462,10
26	VALVULAS 047 MB 1720=366	UN	BOSCH	6,000	57,0824	342,49
27	JOGOS REPARO MB 366	UN	BOSCH	4,000	48,6287	194,51
28	JUNTAS MB 366	UN	BOSCH	8,000	8,7617	70,09
29	PISTÃO MB 366	UN	BOSCH	1,000	54,9712	54,97
30	ANEL MB 366	UN	BOSCH	1,000	11,7789	11,78
31	TUCHOS MB 366	UN	BOSCH	6,000	55,5692	333,42
32	ALAVANCA 132	UN	BOSCH	1,000	140,7398	140,74
33	BICOS INJETORES P 442 MB 366	UN	BOSCH	6,000	112,9597	677,76
34	MÃO DE OBRA CAMINHÃO 1720	UN		20,000	90,6069	1.812,14
35	BICOS INJETORES BOSCH MB 2729	UN	BOSCH	6,000	253,2145	1.519,29
36	DISCO INTERMEDIARIO BOSCH 2729	UN	BOSCH	6,000	135,1353	810,81
37	UNIDADES MB 2729	UN	BOSCH	6,000	2.700,7749	16.204,65
38	MÃO DE OBRA CAMINHÃO 2729	UN		10,000	96,5252	965,25
39	INJETORES 0445120007	UN	BOSCH	18,000	1.321,0717	23.779,29
40	REBOLO ESMERILHO GRANA FINA	UNI	BOSCH	3,000	251,7232	755,17
41	BOMBA ALIMENTADORA IVECO	UN	BOSCH	3,000	1.020,7050	3.062,12
42	ELEMENTOS BOMBA ALTA IVECO	UN	BOSCH	9,000	228,0622	2.052,56
43	VALVULA PRESSÃO	UN	BOSCH	9,000	281,2994	2.531,69
44	SENSOR DO RAILL IVECO	UN	BOSCH	3,000	786,7275	2.360,18
45	VALVULA REGULADORA DE PRESSÃO IVECO	UN	BOSCH	3,000	991,4640	2.974,39
46	VALVULA DO RAILL	UN	BOSCH	3,000	1.079,2067	3.237,62
47	SENSOR DE ROTAÇÃO	UN	BOSCH	3,000	596,4538	1.789,36
48	MÃO DE OBRA IVECO	UN		30,000	98,5874	2.957,62

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 14 de Fevereiro de 2018.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CANDIESEL BOMBAS INJETORAS E AUTO ELETRICA LTDA - CNPJ: 13.154.966/0001-25 _____

INJETRONICK DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA- ME CNPJ: 09.371.765/0001-02 _____

Canelinha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº022/PMC/18

Publicação Nº 1527901

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 022/PMC/2018

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição parcelada, conforme necessidade de gêneros alimentícios para operacionalização dos programas e projetos realizados pelo CRAS do Fundo Municipal de Assistência Social e da Cidadania de Canelinha SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 07 de março de 2018, às 08:30 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 20 de fevereiro de 2018. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

LEI Nº 6.168 DE 09/02/2018

Publicação Nº 1528219

LEI Nº. 6.168 DE 09/02/2018

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 (Lei nº. 6.148/2017) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2018 (Lei nº. 6.149/2017) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.02: FUNPOM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Proj./Ativ. 2.031: Ações do FUNPOM

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 (Lei nº. /2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.02: FUNPOM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Proj./Ativ. 2.031: Ações do FUNPOM

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de fevereiro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/02/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROJETO DE VENDA CHAMADA PÚBLICA 07/2017

Publicação Nº 1528616

ATA DA REUNIÃO RELATIVA À CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2017, QUE TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL.

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano de 2018, às 14:15 horas, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, centro, nesta cidade de Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro,

Sra. Camila Machado dos Santos Melo e Sra. Janice de Fátima Stempinhak, nomeados através da Portaria nº 13/2018, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação dos agricultores ROGELIO FERRAZ, JOAQUIM MELNECENKO e organização COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE SCHROEDER – COOPER SCHROEDER, sem representante presente. Primeiramente foram abertos os envelopes contendo a documentação, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Em razão da documentação apresentada, atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou HABILITADOS os seguintes agricultores e organizações: ROGELIO FERRAZ, JOAQUIM MELNECENKO e COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE SCHROEDER – COOPER SCHROEDER. Aberta a palavra aos participantes, os mesmos declinaram de usá-la. Em seguida foram abertos os projetos de venda, ficando classificados os participantes, conforme discriminado no quadro comparativo abaixo: Para classificação das propostas foram observadas as condições fixadas abaixo, tendo prioridade no fornecimento: 1. Os fornecedores locais do Município; 2. Os fornecedores regionais, 3 Fornecedores estaduais e 4. Fornecedores do país. Para critério de desempate, foi utilizado os seguintes critérios: 1. assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas; 2. Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Resolução FNDE nº 26/2013 (e atualizados pela Resolução FNDE nº 04/2015); 3. Os grupos formais (organizações produtivas detentoras de declaração de aptidão ao PRONAF-DAP jurídica) sobre grupos informais (agricultores familiares, detentores de declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP física, organizados em grupos) e estes sobre os fornecedores individuais; e 4. Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP jurídica. 5. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio.

FORNECEDOR	1. FORNECEDOR LOCAL (do município)	2. FORNECEDOR REGIONAL (região de Canoinhas)	3. FORNECEDOR ESTADUAL (estado de Santa Catarina)	4.1 ASSENTAMENTO REFORMA AGRARIA	4.2 PROD. ORGÂNICO/ AGROECOLÓGICO	4.3 TIPO DE FORNECEDOR	5. N.º DAP PARTICIPANTE	Quantidade	Prioridade do fornecedor 1- Canoinhas 2- Região 3-Estado 4-Outros
ITEM 01 - Morango higienizado e congelado									
JOAQUIM MELNECENKO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	DAP INDIVIDUAL	SDW03532215 29200205170855	1.000KG	4
ITEM 02 - Uva									
ROGELIO FERRAZ	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	DAP INDIVIDUAL	SDW0077476319 100202180235	5.500KG	2
ITEM 03 - Banana Comum									
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE SCHROEDER	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	GRUPO FORMAL	SDW1246373100 011801160449	35.000KG	3
ITEM 04 - Banana Prata									
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE SCHROEDER	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	GRUPO FORMAL	SDW1246373100 011801160449	2.000KG	3

A classificação foi realizada em conformidade com o item 4.2 do edital. Os valores a serem aplicados nos fornecimentos são aqueles fixados em edital, conforme anexo 3. Fica estabelecida a data para entrega das amostras, conforme relação do anexo III do edital, o período de 21 a 27 de fevereiro de 2018. A comissão abre o prazo de 05 dias úteis, a contar da publicação desta ata, para interposição de possíveis recurso quanto ao julgamento da proposta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro
Presidente

Camila Machado dos Santos Melo
Secretária

Janice de Fátima Stempinhak
Membro

ROGELIO FERRAZ

JOAQUIM MELNECENKO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 09/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1528371

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/18
HOMOLOGAÇÃO: 20/02/18

CONTRATADO: TPA TELECOMUNICACOES LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LINKS DEDICADOS DE INTERNET, EM FIBRA ÓPTICA, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HOT SPOT (WI-FI), PARA PROVER INTERNET DISTRIBUIDA POR MEIO DE WI-FI EM PRAÇAS DO MUNICÍPIO, TERMINAL RODOVIÁRIO, PAÇO MUNICIPAL E PARQUE DE EXPOSIÇÃO OURO VERDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I.
VALOR DA DESPESA: R\$ 80.900,00 (oitenta mil novecentos reais) DATA: 20/02/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 130/2017 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1528456

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/17
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 195/17
HOMOLOGAÇÃO: 20/02/18

CONTRATADO: TPA TELECOMUNICACOES LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais)
DATA: 20/02/18 - GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 02/2018

Publicação Nº 1528286

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 12/2018
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 02/2018

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, comunica que a empresa VOLPESA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 08.828.928/0001-70, interpôs recurso administrativo contra a sua inabilitação no referido processo. A íntegra do recurso está disponível no endereço eletrônico: www.pmc.sc.gov.br, no link licitações, na pasta do respectivo processo.

O recurso poderá ser impugnado pelas participantes no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste.

Adilson Fernando Ribeiro
Presidente

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 09/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1528369

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 80.900,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 17/2018

Licitação.....: 9/2018 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LINKS DEDICADOS DE INTERNET, EM FIBRA ÓPTICA, IMPLANTACÃO E MANUTENÇÃO DE HOT SPOT (WI-FI), PARA PROVER INTERNET DISTRIBUIDA POR MEIO DE WI-FI EM PRAÇAS DO MUNICÍPIO, TERMINAL RODOVIÁRIO, PAÇO MUNICIPAL E PARQUE DE EXPOSIÇÃO OURO VERDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411050172 - IMPLANTACÃO DE INTERNET NA PRAÇA LAURO MULLER - Unidade: SER								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	9.106,5710	9.106,57	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA-EPP		1,000	0,0000	13.542,3197	13.542,32	Perdeu	2
Item.....: 2 - 411050173 - SERVIÇO DE INTERNET NA PRAÇA LAURO MULLER - Unidade: MES								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	941,0355	11.292,43	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA-EPP		12,000	0,0000	548,4742	6.581,69	Perdeu	2
Item.....: 3 - 411050174 - IMPLANTACÃO DE INTERNET NA PRAÇA OSVALDO DE OLIVEIRA - Unidade: SER								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	7.631,2294	7.631,23	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA-EPP		1,000	0,0000	9.579,1965	9.579,20	Perdeu	2
Item.....: 4 - 411050175 - SERVIÇO DE INTERNET NA PRAÇA OSVALDO DE OLIVEIRA - Unidade: MES								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	710,5134	8.526,16	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA-EPP		12,000	0,0000	548,4742	6.581,69	Perdeu	2
Item.....: 5 - 411050176 - IMPLANTACÃO DE INTERNET NO TERMINAL RODOVIÁRIO - Unidade: SER								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	4.271,9222	4.271,92	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA-EPP		1,000	0,0000	5.668,7835	5.668,78	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/3

80.900,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 17/2018

Licitação.....: 9/2018 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LINKS DEDICADOS DE INTERNET, EM FIBRA ÓPTICA, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HOT SPOT (WI-FI), PARA PROVER INTERNET DISTRIBUIDA POR MEIO DE WI-FI EM PRAÇAS DO MUNICÍPIO, TERMINAL RODOVIÁRIO, PAÇO MUNICIPAL E PARQUE DE EXPOSIÇÃO OURO VERDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	- 411050177	- SERVIÇO DE INTERNET NO TERMINAL RODOVIÁRIO - Unidade: MES						
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	467,3599	5.608,32	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	548,4742	6.581,69	Perdeu	2
Item.....: 7	- 411050178	- IMPLANTAÇÃO DE INTERNET NO PAÇO MUNICIPAL - Unidade: SER						
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	6.510,1972	6.510,20	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	9.626,6678	9.626,67	Perdeu	2
Item.....: 8	- 411050179	- SERVIÇO DE INTERNET NO PAÇO MUNICIPAL - Unidade: MES						
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	678,9350	8.147,22	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	548,4742	6.581,69	Perdeu	2
Item.....: 9	- 411050180	- IMPLANTAÇÃO DE INTERNET NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO OURO VERDE - Unidade: SER						
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	7.225,1315	7.225,13	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	9.674,5805	9.674,58	Perdeu	2
Item.....: 10	- 411050181	- SERVIÇO DE INTERNET NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO OURO VERDE - Unidade: MES						
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	1.048,4020	12.580,82	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		17/2018		Processo Administrativo:		80.900,00		
Licitação.....:		9/2018 - PR						
Modalidade....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE LINKS DEDICADOS DE INTERNET, EM FIBRA ÓPTICA, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HOT SPOT (WI-FI), PARA PROVER INTERNET DISTRIBUIDA POR MEIO DE WI-FI EM PRAÇAS DO MUNICÍPIO, TERMINAL RODOVIÁRIO, PAÇO MUNICIPAL E PARQUE DE EXPOSIÇÃO OURO VERDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 10	- 411050181 - SERVIÇO DE INTERNET NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO OURO VERDE - Unidade: MES							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	548,4742	6.581,69	Perdeu	2

Canoinhas, Em	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	Pregoeiro(a)
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	PREGOEIRO SUPLENTE
CAMILA MACHADO DOS SANTOS MELO -	EQUIPE DE APOIO
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
BIANCA ROBERTA COSER NEPPEL -	21025/SC

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 130/2017 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1528452

Página: 1/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 195/2017 Processo Administrativo: **Total dos Itens Vencedores: 28.900,00**

Licitação.....: 130/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411049921 - SERVIÇO DE INTERNET - PROCON - Unidade: MES								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	196,4999	2.358,00	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	203,2463	2.438,96	Perdeu	2
Item.....: 2 - 411049922 - IMPLANTACÃO DE INTERNET - PROCON - Unidade: SER								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	642,0011	642,00	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	661,0439	661,04	Perdeu	2
Item.....: 3 - 411049923 - SERVIÇO DE INTERNET - POLICLINICA MUNICIPAL - Unidade: MES								
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 411049924 - IMPLANTACÃO DE INTERNET - POLICLINICA MUNICIPAL - Unidade: SER								
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5 - 411049925 - SERVIÇO DE INTERNET UPA 24 H - Unidade: MES								
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 2/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

28.900,00

Processo Administrativo:

195/2017

Licitação.....: 130/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	- 411049926 - IMPLANTACÃO DE INTERNET UPA 24 H - Unidade: SER							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 7	- 411049927 - SERVIÇO DE INTERNET UBS COHAB II - Unidade: MES							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 8	- 411049928 - IMPLANTACÃO DE INTERNET UBS COHAB II - Unidade: SER							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 9	- 411049929 - SERVIÇO DE INTERNET UBS ARROIOS - Unidade: MES							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 10	- 411049930 - IMPLANTACÃO DE INTERNET UBS ARROIOS - Unidade: SER							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/11

28.900,00

Processo Administrativo:

195/2017

Licitação.....: 130/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11	- 411049931 - SERVIÇO DE INTERNET UBS BARRA MANSA - Unidade: MES							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 12	- 411049932 - IMPLANTACÃO DE INTERNET UBS BARRA MANSA - Unidade: SER							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 13	- 411049933 - SERVIÇO DE INTERNET UBS MARCÍLIO DIAS - Unidade: MES							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 14	- 411049934 - IMPLANTACÃO DE INTERNET UBS MARCÍLIO DIAS - Unidade: SER							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 15	- 411049935 - SERVIÇO DE INTERNET UBS FARTURA - Unidade: MES							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/11

Processo / Ano: 195/2017
Licitação.....: 130/2017 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

28.900,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 16	- 411049936	- IMPLANTACÃO DE INTERNET UBS FARTURA - Unidade: SER						
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 17	- 411049937	- SERVIÇO DE INTERNET UBS PACIENCIA DOS NEVES - Unidade: MES						
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 18	- 411049938	- IMPLANTACÃO DE INTERNET UBS PACIENCIA DOS NEVES - Unidade: SER						
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 19	- 411049939	- SERVIÇO DE INTERNET UBS PINHEIROS - Unidade: MES						
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 20	- 411049940	- IMPLANTACÃO DE INTERNET UBS PINHEIROS - Unidade: SER						
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/11

Processo / Ano: 195/2017
Licitação.....: 130/2017 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

28.900,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 21	- 411049941	- SERVIÇO DE INTERNET UBS FELIPE SCHIMIDT - Unidade: MES						
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 22	- 411049942	- IMPLANTACÃO DE INTERNET UBS FELIPE SCHIMIDT - Unidade: SER						
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 23	- 411049943	- SERVIÇO DE INTERNET UBS CAMPO DA AGUA VERDE - Unidade: MES						
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 24	- 411049944	- IMPLANTACÃO DE INTERNET UBS CAMPO DA AGUA VERDE - Unidade: SER						
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 25	- 411049945	- SERVIÇO DE INTERNET UBS JAIR CORTE - BAIRRO PIEDADE - Unidade: MES						
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/11

28.900,00

Processo Administrativo:

195/2017

Licitação.....: 130/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 26	- 411049946 - INSTALAÇÃO DE INTERNET UBS JAIR CORTE - BAIRRO PIEDADE - Unidade: SER							
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 27	- 411049947 - SERVIÇO DE INTERNET CRAS CAMPO DA AGUA VERDE - Unidade: MES							
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	142,6995	1.712,39	Venceu	1 ****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	143,4595	1.721,51	Perdeu	2
Item.....: 28	- 411049948 - IMPLANTACÃO DE INTERNET CRAS CAMPO DA AGUA VERDE - Unidade: SER							
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	667,6058	667,61	Venceu	1 ****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	667,4854	667,49	Perdeu	2
Item.....: 29	- 411049949 - SERVIÇO DE INTERNET CRAS BAIRRO SOSSEGO - Unidade: MES							
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	142,6995	1.712,39	Venceu	1 ****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	143,4595	1.721,51	Perdeu	2
Item.....: 30	- 411049950 - IMPLANTACÃO DE INTERNET CRAS BAIRRO SOSSEGO - Unidade: SER							
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	667,6058	667,61	Venceu	1 ****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	667,4854	667,49	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/11

28.900,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 195/2017

Licitação.....: 130/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 31	- 411049951 - SERVIÇO DE INTERNET CRAS BAIRRO PIEDADE - Unidade: MES							
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	142,6995	1.712,39	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	143,4595	1.721,51	Perdeu	2
Item.....: 32	- 411049952 - IMPLANTACÃO DE INTERNET CRAS BAIRRO PIEDADE - Unidade: SER							
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	667,6058	667,61	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	667,4854	667,49	Perdeu	2
Item.....: 33	- 411049953 - SERVIÇO DE INTERNET CREAS CENTRO - Unidade: MES							
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	142,6995	1.712,39	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	143,4595	1.721,51	Perdeu	2
Item.....: 34	- 411049954 - IMPLANTACÃO DE INTERNET CREAS CENTRO - Unidade: SER							
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	667,6058	667,61	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	667,4854	667,49	Perdeu	2
Item.....: 35	- 411049955 - SERVIÇO DE INTERNET ABRIGO INSTITUCIONAL SANTA CLARA - Unidade: MES							
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	142,6995	1.712,39	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	143,4595	1.721,51	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/11

28.900,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 195/2017

Licitação.....: 130/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIROS E ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 36	- 411049956	- IMPLANTACÃO DE INTERNET ABRIGO INSTITUCIONAL SANTA CLARA - Unidade: SER						
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	667,6058	667,61	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	667,4854	667,49	Perdeu	2
Item.....: 37	- 411049957	- SERVIÇO DE INTERNET CASA LAR DO IDOSO - Unidade: MES						
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	142,6995	1.712,39	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	143,4595	1.721,51	Perdeu	2
Item.....: 38	- 411049958	- INSTALACÃO DE INTERNET CASA LAR DO IDOSO - Unidade: SER						
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	667,6058	667,61	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	667,4854	667,49	Perdeu	2
Item.....: 39	- 411049959	- SERVIÇO DE INTERNET SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - Unidade: MES						
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	142,6995	1.712,39	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	143,4595	1.721,51	Perdeu	2
Item.....: 40	- 411049960	- INSTALACÃO DE INTERNET SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - Unidade: SER						
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	667,6058	667,61	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	667,4854	667,49	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/11

28.900,00

Processo Administrativo:

195/2017

Licitação.....: 130/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 41 - 411049961 - SERVIÇO DE INTERNET COZINHA COMUNITARIA - Unidade: MES								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	142,6995	1.712,39	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	143,4595	1.721,51	Perdeu	2
Item.....: 42 - 411049962 - IMPLANTACÃO DE INTERNET COZINHA COMUNITARIA - Unidade: SER								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	667,6058	667,61	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	667,4854	667,49	Perdeu	2
Item.....: 43 - 411049963 - SERVIÇO DE INTERNET PAVI - Unidade: MES								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	142,6995	1.712,39	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	143,4595	1.721,51	Perdeu	2
Item.....: 44 - 411049964 - IMPLANTACÃO DE INTERNET PAVI - Unidade: SER								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	667,6058	667,61	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	667,4854	667,49	Perdeu	2
Item.....: 45 - 411049965 - SERVIÇO DE INTERNET CONSELHO TUTELAR - Unidade: MES								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	142,6995	1.712,39	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	143,4595	1.721,51	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/11

28.900,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 195/2017

Licitação.....: 130/2017 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 46 - 411049966 - IMPLANTACÃO DE INTERNET CONSELHO TUTELAR - Unidade: SER								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	667,6058	667,61	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	667,4854	667,49	Perdeu	2
Item.....: 47 - 411049967 - SERVICO DE INTERNET UNIDADE DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR - Unidade: MES								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		12,000	0,0000	122,1477	1.465,77	Venceu	1 *****
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		12,000	0,0000	127,6682	1.532,02	Perdeu	2
Item.....: 48 - 411049968 - IMPLANTACÃO DE INTERNET UNIDADE DE APOIO A AGRICULTURA FAM - Unidade: SER								
17796	TPA TELECOMUNICACOES LTDA		1,000	0,0000	634,2282	634,23	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 195/2017

Licitação.....: 130/2017 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS ATRAVÉS DE LINK DE INTERNET, A SER INSTALADO EM DIVERSOS LOCAIS DO CENTRO, BAIRROS E ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 28.900,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 48	- 411049968	- IMPLANTACÃO DE INTERNET UNIDADE DE APOIO A AGRICULTURA FAM	- Unidade: SER					
17783	WBT INTERNET LTDA -EPP		1,000	0,0000	657,9821	657,98	Perdeu	2

Canoinhas, Em/...../.....

MARCIANO FERNANDES CORREA - - Pregoeiro(a)

ADILSON FERNANDO RIBEIRO - - PREGOEIRO SUPLENTE

CAMILA MACHADO DOS SANTOS MELO - - EQUIPE DE APOIO

BIANCA ROBERTA COSER NEPPEL - - 21025/SC

Capinzal

PREFEITURA

CIALAR PROCESSO LICITATÓRIO 0001/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0001/2018

Publicação Nº 1528087

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAPINZAL
CONSORCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada a fim de elaborar Processo Seletivo para contratação de servidores para o Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR. Com Recursos Próprios.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.300,00 (Sete mil e trezentos reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Os fornecedores participaram de cotação de preços, e o que apresentou menor valor foi selecionado para o fornecimento do objeto.

Capinzal/SC, 20 de fevereiro de 2018.

NILVO DORINI

Presidente

ERRATA TERMO ADITIVO 001/2018 C29

Publicação Nº 1528230

Anulação de publicação

Fica sem efeito a publicação do Extrato do TERMO ADITIVO 001/2018 C29 que teve origem do processo licitatório nº 0010/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº0003/2017, sendo Contratante o Fundo Municipal de Saúde de Capinzal – SC e Contratada Litoral Comercio De Produtos Medicos Eireli, realizada no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM), Edição Nº 2456, Página Nº 214, de 19 de fevereiro de 2018.

Capinzal, 20 de fevereiro de 2018.

FMS CONTRATO 0007/2018

Publicação Nº 1528261

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0007/2018		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada.: CLINICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA ME		
Valor : 150.000,00 (cento e cinquenta mil e reais)		
Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018		
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0006/2018 Processo_Licitatório.....: 0007 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação da empresa CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA ME, inscrita no CNPJ 05.527.987/0001-10, via Inexigibilidade de Licitação nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, conforme Edital de Credenciamento nº 02/2018, cujo objeto trata de credenciamento para realização de consultas médicas em Oftalmologia e teste do Olhinho, para pacientes da Secretaria da Saúde. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 20 de Fevereiro de 2018		

FMS CONTRATO 0008/2018

Publicação Nº 1528356

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0008/2018		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: KEILA RECH - ME		
Valor : 80.000,00 (oitenta mil reais)		
Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018		
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0007/2018 Processo_Licitatório....: 0008 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contrataçõ da empresa KEILA RECH ME, inscrita no CNPJ 28.578.270/0001-01 via Inexigibilidade de Licitação, nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, conforme Edital de Credenciamento nº 001/2018, cujo objeto refere-se ao Credenciamento de Clínicas de Fisioterapia. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 20 de Fevereiro de 2018		

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0007/2018 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0006/2018

Publicação Nº 1528199

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAPINZAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2018

OBJETO: Contratação da empresa CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA ME, inscrita no CNPJ 05.527.987/0001-10, via Inexigibilidade de Licitação nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, conforme Edital de Credenciamento nº 02/2018, cujo objeto trata de credenciamento para realização de consultas médicas em Oftalmologia e teste do Olhinho, para pacientes da Secretaria da Saúde. Com Recursos Próprios.

Item	Qtidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo
1	1,00	UN	Consulta em Oftalmologia, com profissional devidamente habilitado	170,00
2	1,00	UN	Exame - Teste do Olhinho	150,00

VALOR DA DESPESA: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 25 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento nº 002/2018.

Capinzal/SC, 20 de Fevereiro de 2018.

KAMILLE SARTORI BEAL
Gestora

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0008/2018 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0007/2018

Publicação Nº 1528238

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAPINZAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2018
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2018

OBJETO: Contratação da empresa KEILA RECH ME, inscrita no CNPJ 28.578.270/0001-01 via Inexigibilidade de Licitação, nos Termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, conforme Edital de Credenciamento nº 001/2018, cujo objeto refere-se ao Credenciamento de Clínicas de Fisioterapia. Com Recursos Próprios.

Item	Qtidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo
1	1,00	UN	KEILA	Fisioterapia Clínica	37,00
2	1,00	UN	KEILA	Fisioterapia Neurológica	39,00
3	1,00	UN	KEILA	Fisioterapia Domiciliar	46,00

VALOR DA DESPESA: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 25 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2018.

Capinzal/SC, 20 de Fevereiro de 2018.

KAMILLE SARTORI BEAL

Gestora

PMC CONTRATO 0053/2018

Publicação Nº 1528737

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0053/2018	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL	
Valor : 26.250,00 (vinte e seis mil duzentos e cinquenta reais)	
Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018	
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0009/2018 Processo_Licitatório.....: 0032 / 2018	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Contratação de empresa para prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 20 de Fevereiro de 2018	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0025/2018 TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS 0001/2018

Publicação Nº 1528376

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0025/2018

Tomada de Preço para Compras e Serviços Nº 0001/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Elaboração e/ou Renovação de LAO/LAI dos Loteamentos Nova Capinzal, Loteamento Popular Esperança, Condomínio Industrial e Estação de Tratamento de Esgoto, localizados no perímetro urbano do Município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo, até as 08:25 horas, para abertura às 08:30 horas do dia 08/03/2018.

Menor Preço por Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 21 de Fevereiro de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretario de Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0032/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0009/2018

Publicação Nº 1528617

PROCESSO Nº 0032/2018

Dispensa de Licitação Nº 0009/2018

SANDRO LUIZ TOALDO, SECRETARIO DE AGRICULTURA INTERINO, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de 32/2018 conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa para prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural. Com Recursos Próprios

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Contratação de empresa para prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo que são obrigações da empresa contratada: 1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT; 2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais; 3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho - PAT; 4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município contratante; 5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho - PAT no Município contratante; 6. Implementar os trabalhos de interesse do contratante e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho - PAT; 7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo contratante; 8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.		26.250,00	26.250,00
Total						26.250,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL	
26.250,00(vinte e seis mil duzentos e cinquenta reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94
Art. 24. É dispensável a Licitação:

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 70 - Manutenção do convênio com a EPAGRI
Órgão: 4 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 1 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 606 - Extensão Rural
Programa: 45 - AÇÃO RURAL (PAR)
Projeto/Atividade: 2.034 - Manutenção do convênio com a EPAGRI
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 0 - Recursos Ordinários Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 20 de Fevereiro de 2018

SANDRO LUIZ TOALDO

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0033/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0016/2018

Publicação Nº 1528953

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0033/2018
Pregão Presencial Nº 0016/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assistência Técnica e Manutenção Corretiva no Equipamentos de Informática e servidores de dados e rede, pertencentes às Secretarias e Fundos, para o ano de 2018. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 08:25 horas do dia 05/03/2018, para abertura da Seção às 08:30 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zóccoli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739.

Capinzal, 21 de Fevereiro de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 0027/2018

Publicação Nº 1528910

PORTARIA Nº 0027, DE 16 DE JANEIRO 2018**Exonera servidor**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar conforme requerimento protocolado sob o nº 112/2018, Mariane Cristina Correa Cunha Tavares, matrícula nº 407452/03, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0047/2018

Publicação Nº 1529184

PORTARIA Nº 0047, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**Readapta servidor**

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico, até 31 de dezembro de 2018, a servidora Dalva Maria Helt Marques, matrícula nº 307785/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Parágrafo único: A servidora não deve elevar o membro superior direito acima do ângulo de 90 graus e deve evitar atividade de repetitividade de membro superior direito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 25 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0049/2018

Publicação Nº 1529113

PORTARIA Nº 0049, DE 26 DE JANEIRO DE 2018**Readapta servidor**

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico, até o final da gestação, a servidora Sabrina Bazzo, matrícula nº 407478/03, ocupante do cargo de Professor nível especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Parágrafo único: A servidora deve evitar esforço físico.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 26 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0055/2018

Publicação Nº 1529092

PORTARIA Nº 0055, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Readapta servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Readaptar, conforme laudo médico, até 31 de dezembro de 2018, a servidora Salete Savaris de Araújo, matrícula nº 318558/01, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 8, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Parágrafo único: A servidora não pode realizar atividade laboral que exija elevação dos membros superiores acima de 91º e habilidade com as mãos; sugestão: manter a servidora em locais de recepção e biblioteca.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 26 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0056/2018

Publicação Nº 1529039

PORTARIA Nº 0056, DE 26 DE JANEIRO DE 2018
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 23 de janeiro a 22 de maio de 2018, conforme atestado médico, à servidora

Francieli dos Santos Lazzari, matrícula nº 410127/02, ocupante do cargo Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o Anexo VI da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0081/2018

Publicação Nº 1528974

PORTARIA Nº 0081, DE 27 DE JANEIRO DE 2018
Concede licença a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107797 01 55 2018 4 00039 215 0011750 62, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito da mãe, pelo período de 24 a 31 de janeiro de 2018, à servidora Mirian Maria Serena Thomazoni, matrícula nº 324558/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

CÂMARA MUNICIPAL**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 2/2018**

Publicação Nº 1528567

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei Legislativo nº 2/2018 - Ementa: determina os estabelecimentos públicos e privados do Município de Capinzal, a inserirem nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências.

Relator: Vereador Carlos Adriano Zocoli

1.Relatório: O citado Projeto foi protocolado nesta Casa em 9/2/2018, sob o nº 4782, e teve a sua leitura realizada no expediente da Sessão Plenária do dia 14/2/2018, onde na mesma oportunidade foi encaminhado ao Presidente desta Comissão, e entregue cópia do mesmo aos demais Vereadores na mesma sessão plenária, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento

Interno.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado, em parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, apresenta-se legal e constitucional, em conformidade com o disposto no Regimento Interno, na Lei Orgânica Municipal. O Projeto de Lei Legislativo em análise é de autoria do Vereador Bruno Michel Fávero, o qual tem prerrogativa da autoria, onde pretende que os estabelecimentos públicos e privados no município de Capinzal contenham o símbolo mundial do autismo nas placas de atendimento prioritário.

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei Legislativo nº 2/2018. Sala das Comissões, em 19/2/2018.

Vereador Carlos Adriano Zocoli
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Após a análise, os membros desta Comissão acolhem o voto do Relator, exarando Parecer favorável ao Projeto de Lei Legislativo nº 2/2018. Sala das Comissões, em 19/2/2018.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Membros

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-MDB Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB/Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 3/2018

Publicação Nº 1528551

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 3/2018 - Ementa: Autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com a Associação de Inclusão Social Renascer, na forma que especifica.
Relator: Vereador Renato Marcelo Markus

1.Relatório: O citado Projeto foi protocolado nesta Casa em 5/2/2018, sob o nº 4773, tendo sido lido no expediente da Sessão Plenária do dia 6/2/2018, e entregue ao Presidente desta Comissão, com cópia entregue aos demais Vereadores, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno.

2. Análise: A Assessoria Jurídica desta Casa exarou parecer pela legalidade e constitucionalidade, na forma do Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal. A competência originária é do Poder Executivo, o qual requer autorização legislativa para celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com a Associação de Inclusão Social Renascer, sendo o citado Bem Imóvel constituído de uma Sala Comercial localizada no Acesso Cidade Alta, nº 1897, Bairro São Cristóvão, Capinzal-SC. O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso será partir da sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo.

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 3/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Vereador Renato Marcelo Markus
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Após a análise, os membros desta Comissão acolhem o voto do Relator, exarando Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 3/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Membros

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-MDB Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 4/2018

Publicação Nº 1528553

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 4/2018 - Ementa: Autoriza ceder servidores municipais à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na forma que especifica.

Relator: Vereador Alcidir Afonso Coronetti

1.Relatório: O citado Projeto foi protocolado nesta Casa em 5/2/2018, sob o nº 4774, e teve a sua leitura realizada no expediente da Sessão Plenária do dia 6/2/2018, onde na mesma oportunidade foi encaminhado ao Presidente desta Comissão, e entregue cópia do mesmo aos demais Vereadores na mesma sessão plenária, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado, em parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, apresenta-se legal e constitucional, em conformidade com o disposto no Regimento Interno, na Lei Orgânica Municipal e com a Lei Complementar Federal nº 95/1998. A competência originária é do Poder Executivo, o qual requer autorização legislativa para ceder 6 (seis) servidores a APAE, mantendo o ônus na origem.

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 4/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Vereador Alcidir Afonso Coronetti
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Após a análise, os membros desta Comissão acolhem o voto do Relator, exarando Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 4/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Membros

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-MDB/Relator Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 5/2018

Publicação Nº 1528559

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 5/2018 - Ementa: Autoriza a efetuar despesas com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na forma que especifica.

Relator: Vereador Renato Marcelo Markus

1.Relatório: O citado Projeto foi protocolado nesta Casa em 5/2/2018, sob o nº 4775, e teve a sua leitura realizada no expediente da Sessão Plenária do dia 6/2/2018, onde na mesma oportunidade foi encaminhado ao Presidente desta Comissão, e entregue cópia do mesmo aos demais Vereadores na mesma sessão plenária, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado, em parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, apresenta-se legal e constitucional, em conformidade com o disposto no Regimento Interno, na Lei Orgânica Municipal. A competência originária é do

Poder Executivo, o qual requer autorização legislativa para celebrar Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no valor de R\$ 94.887,00 (noventa e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais).

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 5/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Vereador Renato Marcelo Markus
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Após a análise, os membros desta Comissão acolhem o voto do Relator, exarando Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 5/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Membros

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-MDB Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 6/2018

Publicação Nº 1528563

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 6/2018 - Ementa: Autoriza a efetuar despesas com a Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP), na forma que especifica

Relator: Vereador Carlos Adriano Zocoli

1.Relatório: O citado Projeto foi protocolado nesta Casa em 5/2/2018, sob o nº 4776, e teve a sua leitura realizada no expediente da Sessão Plenária do dia 6/2/2018, onde na mesma oportunidade foi encaminhado ao Presidente desta Comissão, e entregue cópia do mesmo aos demais Vereadores na mesma sessão plenária, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno.

2. Análise: O Projeto de Lei ora apreciado, em parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, apresenta-se legal e constitucional, em conformidade com o disposto no Regimento Interno, na Lei Orgânica Municipal. A competência originária é do Poder Executivo, o qual requer autorização legislativa para auxiliar no pagamento de transportes de estudantes associados à Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP), no valor de até R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil) no exercício de 2018. Cabe registrar que a referida associação prestará contrapartida a Administração Pública de Capinzal, onde seus associados auxiliam na realização de eventos promovidos pela Municipalidade, sob pena de suspensão do repasse. Da mesma forma, cabe o registro de que ao invés de repassar os valores diretamente na conta da referida associação, no corrente exercício o Poder Executivo realizará processo licitatório visando a contratação do transporte dos acadêmicos, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014.

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 6/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Vereador Carlos Adriano Zocoli
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Após a análise, os membros desta

Comissão acolhem o voto do Relator, exarando Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 6/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Membros

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-MDB Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB/Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2/2018

Publicação Nº 1528568

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Voto/Parecer - Projeto de Resolução nº 2/2018 - Ementa: altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.

Relator: Vereador Renato Marcelo Markus

1.Relatório: O Projeto de Resolução foi protocolado nesta Casa em 9/2/2018, sob o nº 4784, e teve a sua leitura realizada no expediente da Sessão Plenária do dia 14/2/2018, onde na mesma oportunidade foi encaminhado ao Presidente desta Comissão, e entregue cópia do mesmo aos demais Vereadores na mesma sessão plenária, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno.

2. Análise: O Projeto de Resolução ora apreciado, em parecer exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, apresenta-se legal e constitucional, em conformidade com o disposto no Regimento Interno, na Lei Orgânica Municipal. O Projeto de Resolução em análise é de autoria da Mesa Diretora, que pretende alterar o artigo 139 do Regimento Interno, possibilitando ao Vereador proferir seu voto em plenário através da digitação em painel eletrônico, além da previsão regimental atual, proferida verbalmente no microfone. Da mesma forma, a Mesa pretende alterar a redação do artigo 177 do Regimento Interno, alterando o horário de início das sessões plenárias ordinárias, e acrescentar parágrafo único ao caput do artigo 177, autorizando a transmissão das sessões da Câmara Municipal em tempo real, através da rede mundial de computadores, mídias sociais e emissoras de rádio."

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Resolução nº 2/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Vereador Renato Marcelo Markus
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Após a análise, os membros desta Comissão acolhem o voto do Relator, exarando Parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 2/2018. Sala das Comissões, em 19/2/2018.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Membros

Vereador Renato Marcelo Markus-PR
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-MDB Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 6/2018

Publicação Nº 1528565

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 6/2018 - Ementa: Autoriza a efetuar despesas com a Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP), na forma que especifica.

Relator: Vereador Rafael Edgar Tonial

1. Relatário: O citado Projeto foi protocolado nesta Casa em 5/2/2018, sob o nº 4776, e teve a sua leitura realizada no expediente da Sessão Plenária do dia 6/2/2018, onde na mesma oportunidade foi encaminhado ao Presidente desta Comissão, e entregue cópia do mesmo aos demais Vereadores na mesma sessão plenária, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno.

2. Análise: O Projeto de Lei foi apreciado pela Assessoria Jurídica desta Casa, tendo parecer pela legalidade e constitucionalidade, na forma do Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal. A competência originária é do Poder Executivo, o qual requer autorização legislativa para auxiliar no pagamento de transportes de estudantes associados à Associação dos Acadêmicos de Capinzal (ACAP), no valor de até R\$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil) no exercício de 2018. Em contrapartida associação prestará serviços a Administração Pública de Capinzal através dos seus associados, os quais auxiliarão nos eventos promovidos pela Municipalidade. Da mesma forma, cabe o registro de que ao invés de repassar os valores diretamente na conta da referida associação, no corrente exercício o Poder Executivo realizará processo licitatório visando a contratação do transporte dos acadêmicos, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014.

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 6/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Vereador Rafael Edgar Tonial
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Após a análise, os membros desta Comissão acolhem o voto do Relator, exarando Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 6/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação
Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-MDB
Presidente

Vereador Bruno Michel Fávero-SD Vereador Rafael Edgar Tonial
-PSB/Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 3/2018

Publicação Nº 1528552

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 3/2018 - Ementa: Autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com a Associação de Inclusão Social Renascer, na forma que especifica.

Relator: Vereador Lucas Antônio Dorini

1. Relatário: O Projeto em análise foi protocolado nesta Casa em 5/2/2018, sob o nº 4773 e a sua leitura foi realizada no expediente

da Sessão Plenária do dia 6/2/2018, e entregue ao Presidente desta Comissão, com cópia entregue aos demais Vereadores, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno.

2. Análise: O Poder Executivo requer autorização legislativa para celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com a Associação de Inclusão Social Renascer, o qual está é constituído de uma Sala Comercial localizada no Acesso Cidade Alta, nº 1897, Bairro São Cristóvão, Capinzal-SC. O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso será partir da sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo.

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 3/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Vereador Lucas Antônio Dorini
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Os membros desta Comissão acolhem na íntegra o voto do Relator, exarando Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 3/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação
Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-MDB
Presidente/Relator

Vereador Bruno Michel Fávero-SD Vereador Rafael Edgar Tonial
-PSB

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 5/2018

Publicação Nº 1528556

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 5/2018 - Ementa: Autoriza a efetuar despesas com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na forma que especifica.

Relator: Vereador Bruno Michel Fávero

1. Relatário: O Projeto em tela foi protocolado nesta Casa em 5/2/2018, sob o nº 4775, e foi lido no expediente da Sessão Plenária do dia 6/2/2018, tendo sido encaminhado ao Presidente desta Comissão, c/ cópia aos demais Vereadores, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno.

2. Análise: A Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa exarou parecer pela legalidade e constitucionalidade, na forma do disposto no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal. A competência originária é do Poder Executivo, que requer autorização legislativa para celebrar Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), no valor de R\$ 94.887,00 (noventa e quatro mil, oitocentos e oitenta e sete reais).

3. Do Voto do Relator: Diante do exposto, este Relator é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 5/2018. Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 2018.

Vereador Bruno Michel Fávero
Relator.

4. Do Parecer da Comissão: Após a análise, os membros desta Comissão acolhem o voto do Relator, exarando Parecer favorável

ao Projeto de Lei nº 5/2017. Sala das Comissões, em 5 de fevereiro de 2018.

Presidente

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação
Membros

Vereador Bruno Michel Fávero-SD/Relator

Vereador Rafael Edgar Tonial-PSB

Vereador Lucas Antônio Dorini-MDB

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN02/2018

Publicação Nº 1528459

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN02/2018

PROCESSO Nº CAO/0057/2018

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: FAST ADB INDÚTRIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 08.177.746/0001-87

OBJETO: MANUTENÇÃO NO DECANTER DO MÓDULO Nº 1 DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (ETE ÁREA DE LAZER).

VALOR: R\$ 5.973,00 (CINCO MIL, NOVECENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 25, INCISO I, DA LEI 8666/93.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PP 006/2018 PCS

Publicação N° 1527972

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2018 PCS

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de danças tradicionalistas para o Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 06/03/2018.

Abertura: dia 06/03/2018, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de fevereiro de 2018.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

TP 001/2018 PCS

Publicação N° 1528851

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRA DE ENGENHARIA N° 001/2018 PCS

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de reforma de ginásio de esportes Irineu Bornhausen com área de 1.148,90m², conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma da Tomada de Preços: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 08/03/2018.

Abertura: dia 08/03/2018, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 21 de fevereiro de 2018.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Cerro Negro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO 005/2018

Publicação Nº 1529086

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018 - PMCN

Objeto: Registro de preços para aquisição de outros serviços de terceiros - pessoa física e/ou jurídica in loco para instrução de aulas de canto e violão, destinadas a atender participantes dos programas e projetos sociais realizados pela prefeitura municipal (PM) e dos Fundos Municipais (FM).

Tipo: menor preço por item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 06/03/2018.

Abertura: às 10h00 do dia 06/03/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 20 de fevereiro de 2018.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

094.2018

Publicação Nº 1528312

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 094/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 021/2018.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública ELISÂNGELA SEBOLD MACIEL, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Iniciais - Nível III - 40 horas, Matriculada sob o nº. 2525/11, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

095.2018

Publicação Nº 1528313

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 095/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 022/2018.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública JOSIANI MACHADO DE PINHO, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Iniciais - Nível III - 40 horas, Matriculada sob o nº. 1706/22, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

096.2018

Publicação Nº 1528314

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 096/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 023/2018.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública VALDIRENE MOHR MARQUEZ, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Iniciais - Nível III - 40 horas, Matriculada sob o nº. 2571/09, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 1, para a Referência 2, conforme dispõe os arts. 20, II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

097.2018

Publicação Nº 1528318

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 097/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 024/2018.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação ao Servidor Público MAICON DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física - Nível II - 40 horas, Matriculado sob o nº. 1935/09, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível II – Referência 3, para a Referência 4, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

098.2018

Publicação Nº 1528319

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 098/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 020/2018.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública NEIDE SEBOLD DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professora - Nível III - 20 horas, Matriculada sob o nº. 242/08 na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 5, para a Referência 6, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

099.2018

Publicação Nº 1528320

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 099/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 020/2018.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação a Servidora Pública NEIDE SEBOLD DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professora - Nível III - 20 horas, Matriculada sob o nº. 242/01 na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 8, para a Referência 9, conforme dispõe os arts. 20 II, e 26 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

100.2018

Publicação Nº 1528323

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 100/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 019/2018.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho a Servidora Pública VERA LÚCIA GRACI DEMÉTRIO, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - 40 horas, Matriculada sob o nº. 2063/06, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 4, para a Referência 5, conforme dispõe os arts. 20, I e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

101.2018

Publicação Nº 1528324

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 101/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 017/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho ao Servidor Público CLEBER MEURER, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física - 40 horas, Matriculado sob o nº. 2503/01, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 4, para a Referência 5, conforme dispõe os arts. 20, I e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

102.2018

Publicação Nº 1528325

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 102/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 016/2018.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho a Servidora Pública SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ciências - 34 horas, matriculada sob o nº. 2048/10, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 4, para a Referência 5, conforme dispõe os arts. 20, I e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

103.2018

Publicação Nº 1528329

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 103/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 015/2018.

RESOLVE:

Art.1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho a Servidora Pública EVA APARECIDA KEMPNER ABREU, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - 40 horas, matriculada sob o nº. 218/06, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 4, para a Referência 5, conforme dispõe os arts. 20, I e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

104.2018

Publicação Nº 1528331

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 104/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 014/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho a Servidora Pública ISOLETE SEBOLD PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - 40 horas, matriculada sob o nº. 1239/13, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 4, para a Referência 5, conforme dispõe os arts. 20, I e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

105.2018

Publicação Nº 1528333

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 105/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 013/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho a Servidora Pública JULIANA MARIA LONGEN, ocupante do cargo efetivo de Professora de Português - 20 horas, matriculada sob o nº. 2365/02, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 4, para a Referência 5, conforme dispõe os arts. 20, I e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

106.2018

Publicação Nº 1528335

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 106/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 012/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho a Servidora Pública MARCIA SCHWAMBACH SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de Professora - 20 horas, matriculada sob o nº. 233/09, nomeada pela portaria nº 0402 de 01.06.2000, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 4, para a Referência 5, conforme dispõe os arts. 20, I e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

107.2018

Publicação Nº 1528336

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 107/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 012/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho a Servidora Pública MARCIA SCHWAMBACH SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de Professora - 20 horas, matriculada sob o nº. 233/08, nomeada pela Portaria nº 032 de 04.03.2002, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível III – Referência 4, para a Referência 5, conforme dispõe os arts. 20, I e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

108.2018

Publicação Nº 1528337

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 108/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 011/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho a Servidora Pública SOLANGE DA SILVEIRA MARQUEZ, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Iniciais- 20 horas, matriculada sob o nº. 59/05, nomeada pela Portaria nº 030 de 04.03.2002, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível I – Referência 5, para a Referência 6, conforme dispõe os arts. 20, I e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

109/2018

Publicação Nº 1528338

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 109/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e conforme Parecer Jurídico nº. 011/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Desempenho a Servidora Pública SOLANGE DA SILVEIRA MARQUEZ, ocupante do cargo efetivo de Professora de História - 15 horas, matriculada sob o nº. 59/08, nomeada pela Portaria nº 022 de 06.02.2006, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Nível I – Referência 4, para a Referência 5, conforme dispõe os arts. 20, I e 21 da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir deste mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO 02/2017

Publicação Nº 1528340

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO

MARLI GORETTI KAMMERS, PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, e, em obediência ao que dispõe o Edital de Abertura do Concurso Público nº 02/2017, FAZ SABER que em razão da conclusão dos trabalhos relativos ao Concurso Público em tela, após o cumprimento de todas as etapas previstas, prazos recursais e demais exigências, RESOLVE H O M O L O G A R, o resultado final do Concurso Público nº 02/2017, de acordo com a lista de Classificação Final, anexa ao presente ato homologatório, que será devidamente publicada nos sites: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.chapadaodolageado.sc.gov.br, para todos os efeitos legais.

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Cargo: CONTROLADOR INTERNO										
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	INF	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	44	CARLA FLORIANO BATISTI	11/09/1990	1,00	0,80	1,00	0,80	3,90	7,50
Classificado	2º	23	PAULA CHALTEIN ALMEIDA BELLO	04/01/1985	0,80	1,00	1,00	0,60	3,60	7,00
Classificado	3º	48	JAIR RODRIGO TAVARES CARNEIRO	07/12/1978	1,00	0,80	0,60	1,00	3,30	6,70
Classificado	4º	8	KEITY SEBOLD DA SILVA MONTEIRO	12/02/1995	0,80	0,40	0,60	1,00	3,30	6,10
Classificado	5º	31	ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA	23/11/1985	0,60	0,80	0,60	0,80	3,30	6,10
Classificado	6º	42	ADRIANO VELHO	12/11/1970	0,60	0,60	0,20	1,00	3,60	6,00
Classificado	7º	5	ROBSON DAVID	28/03/1980	0,40	1,00	0,80	0,40	3,30	5,90
Classificado	8º	19	BEATRIZ ROCHA	09/03/1995	0,80	0,80	0,60	0,20	3,30	5,70
Classificado	9º	33	VORLI JOSÉ GUCHERT	19/07/1964	0,60	0,60	0,60	0,60	3,30	5,70
Classificado	10º	21	GREICIANE JASPER	20/11/1995	1,00	1,00	0,60	0,40	2,70	5,70
Classificado	11º	4	ROSIANE MAFRA DAMANN	18/03/1984	0,80	0,40	0,20	0,60	3,60	5,60
Classificado	12º	15	CLAUDIRENE FERREIRA	10/09/1974	0,60	0,20	0,80	1,00	3,00	5,60
Classificado	13º	1	CARINE MACHADO	23/06/1993	0,60	0,60	1,00	0,60	2,70	5,50
Classificado	14º	41	JEFERSON LUCHTEMBERG	04/05/1985	0,80	1,00	0,60	1,00	2,10	5,50
Classificado	15º	29	ROSANA JASPER	16/11/1982	1,00	0,40	0,60	0,40	3,00	5,40
Classificado	16º	13	DEIZE FERNANDA HOFFMANN	23/06/1990	0,60	1,00	0,40	0,40	3,00	5,40
Classificado	17º	24	INARA ANGELINA MARTINS	08/09/1990	0,60	0,80	1,00	0,80	2,10	5,30
Classificado	18º	14	ANA PAULA JASPER DA SILVA	20/09/1993	0,80	0,60	0,40	0,40	3,00	5,20
Classificado	19º	40	JULIANA ALESSI	25/02/1993	0,60	0,40	0,80	0,40	3,00	5,20

Chapadão do Lageado, 20 de fevereiro de 2018.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2018

Publicação Nº 1528361

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018 – PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 05 de Março de 2018, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a Formação de Registro de Preços a aquisição de Leite (Fórmulas Infantis e Suplemento Alimentar), visando atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537-0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 21 de Fevereiro de 2018.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA 3 ° QUADRIMESTRE 2017

Publicação Nº 1528351

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE GESTÃO FISCAL DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, POR INTERMÉDIO DESTA, EM CONSONÂNCIA AO QUE DISPÕE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONVIDA A SOCIEDADE ORGANIZADA E AOS HABITANTES DO MUNICÍPIO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2018(QUARTA-FEIRA), AS 10:00 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL, NA QUAL SERÁ APRESENTADO E AVALIADO A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE GESTÃO FISCAL DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2017.

COCAL DO SUL, 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 01/FMS/2018

Publicação Nº 1528501

CONTRATO Nº: 01/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: CISAMREC – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 12/FMS/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 10/FMS/2018.

Objeto: O presente contrato tem por objeto o rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO, inclusive as pré-operacionais, (parte fixa) bem como aqueles referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO (parte variável).

Assinatura: 02/01/2018.

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$ 45.444,48 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

EXTRATO DO CONTRATO 01/PMCS/2018

Publicação Nº 1527842

CONTRATO Nº: 01/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13/PMCS/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 12/PMCS/2018.

Objeto: Aquisição de merenda aos alunos da referida entidade.

Assinatura: 02/01/2018.

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$ 36.743,40 (trinta e seis mil e setecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos).

EXTRATO DO CONTRATO 02/PMCS/2018

Publicação Nº 1527891

CONTRATO Nº: 02/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15/PMCS/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 14/PMCS/2018.

Objeto: O presente convênio tem por objeto, proceder no repasse para a Conveniada de valores financeiros para atendimento das necessidades de alunos que estejam estudando na entidade.

Assinatura: 02/01/2018.

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$ 36.743,40 (trinta e seis mil e setecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos).

Dotação: Órgão: 12 – Fundo Municipal de Assistência Social; 2.033 – Manutenção do Programa de Proteção Especial – 3.3.50.00.00.00.0080 – Transf, a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

EXTRATO DO CONTRATO 03/PMCS/2018

Publicação Nº 1527980

CONTRATO Nº: 03/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: INSTITUTO MAXIMILIANO GAIDZINSKI - IMG.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 31/PMCS/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 24/PMCS/2018.

Objeto: O presente Convênio tem como objeto a conjugação de esforços no sentido de promover, em cooperação, o desenvolvimento da educação no Município de COCAL DO SUL, mediante assistência financeira à alunos residentes em Cocal do Sul, matriculados nos cursos de Ensino Médio com concomitância nos Cursos Técnicos em Cerâmica e/ou Eletromecânica do Colégio Maximiliano Gaidzinski – CMG conforme os termos da Lei Municipal nº . 1.365, de 30 de agosto de 2017 e Decreto SAF/Nº. 400/17, de 30 de agosto de 2017.

Assinatura: 02/01/2018.

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$ 50.000,04(cinquenta mil reais e quatro centavos).

Dotação: N.º Órgão: 07, Unidade: 01, Projeto/Atividade: 2017 – Manutenção de outros níveis de ensino, 3.3.50.00.00.00.00.0110 – Transferência a Instituição Privadas sem fins lucrativos.

EXTRATO DO CONTRATO 04/PMCS/2018

Publicação Nº 1528028

CONTRATO Nº: 04/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIÃO – AMU.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 32/PMCS/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 25/PMCS/2018.

Objeto: O presente Convênio tem como objeto a cooperação financeira, no valor global de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para a construção de um galpão que servirá como sede da associação de moradores do bairro União, a fim de promover a integração entre os moradores, por meio do acesso a lazer, cultura e

entretenimento..

Assinatura: 02/01/2018.

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/03/2018.

Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Dotação: Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias;

2.004 – Manutenção do Gabinete, Vice e Assessorias;

3.3.50.00.00.00.00.0110 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

EXTRATO DO CONTRATO 05/PMCS/2018

Publicação Nº 1528304

CONTRATO Nº: 05/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL – CIRSURES.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 34/PMCS/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 27/PMCS/2018.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 02/01/2018.

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$ 308.077,20 (trezentos e oito mil e setenta e sete reais e vinte centavos).

EXTRATO DO CONTRATO 06/PMCS/2018

Publicação Nº 1528220

CONTRATO Nº: 06/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 33/PMCS/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 26PMCS/2018.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem transportados até o galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 02/01/2018.

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$ 71.059,30 (setenta e um mil e cinquenta e nove reais e trinta centavos).

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018 – PMC

Publicação Nº 1528853

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018 □ PMC
EXCLUSIVO ME/EPP

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de ornamentação e fornecimento de decoração de Páscoa, a ser instalada na Praça Dogello Goss, Rua Coberta e em frente à Prefeitura de Concórdia, para o período que antecede a Páscoa, conforme descrições constantes dos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 05/03/2018.

Abertura: dia 06/03/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link □ Licitações □. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 20 de fevereiro de 2018.

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2018 - FMAS

Publicação Nº 1527798

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 2/2018 □ FMAS

A Secretária Municipal de Administração, em exercício, torna público que ratificou o ato do Senhor JAIME ESTEVÃO BERNARDI, Diretor de Ação Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Art. 25, caput da Lei 8.666/93. da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 15/02/2018, para a Aquisição estimada de 2.000 (dois mil) créditos de vales-transportes para usuários (crianças, adolescentes e mulheres) participantes das oficinas socioeducativas dos serviços sócio-assistenciais, desenvolvidos nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centros de Convivência, e de 7.950 (sete mil novecentos e cinquenta) créditos de vales-transportes para os usuários dos serviços desenvolvidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, para o exercício de 2018, com recursos próprios do Fundo Municipal de Assistência Social, a favor de HODIERNAL TRANSPORTES LTDA no valor total de R\$ 36.317,50 (trinta e seis mil trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

DENISE JUSTI LOPES

Gestora do FMAS

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2018 - FMS

Publicação Nº 1528586

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 16 de fevereiro de 2018, referente a credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, a favor da empresa LILIAM V. AMPUERO & CIA LTDA ME, no valor estimado de R\$57.600,00.

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA FMC Nº 11/2018

Publicação Nº 1529530

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 11/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 05/2017, de 02 de janeiro de 2017, e considerando;

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;

- a concordância da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 22 de fevereiro de 2018, horário especial de trabalho à servidora KAREN JÚLIA COLDEBELLA FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, na forma abaixo:

I – Segunda a sexta-feira: Das 8h00 às 11h45 e das 13h15 às 17h30;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 22 de fevereiro de 2018 a Portaria nº 27/2016, de 06 de junho de 2016.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

JÚLIO GOMES

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA em 20 de fevereiro de 2018

JÚLIO GOMES

Diretor Geral da FMC

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 01.2018

Publicação Nº 1528391

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018

Pág 1 / 2



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		1.288,52	135.895,55
Ordinária		1.275,14	47.492,64
Vinculada		13,38	88.402,91
Transferências Financeiras Recebidas (II)		100.000,00	1.569.300,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		100.000,00	1.569.300,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		202.456,10	179.238,27
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		185.987,54	10.631,21
Inscrição de Restos a Pagar Processados		3.854,35	245,52
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		12.614,21	168.361,54
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		341.490,43	101.677,35
Caixa e Equivalentes de Caixa		341.490,43	101.677,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		645.235,05	1.986.111,17

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		255.918,70	1.461.821,33
Ordinária		255.918,70	1.337.720,52
Vinculada		0,00	124.100,81
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	3.000,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	3.000,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		17.719,85	179.799,41
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		6.986,54	11.437,87
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		10.733,31	168.361,54
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		371.596,50	341.490,43

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-MHYQ-256822118 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

20/02/2018 10:28



FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		371.596,50	341.490,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		645.235,05	1.986.111,17

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 20/02/2018, Hora emissão 10:28:46

Notas:

JÚLIO GOMES
Diretor Superintendente da FMC

MARLON DE LAI DENECA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-MHYQ-256822118 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

20/02/2018 10:28

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 01.2018

Publicação Nº 1528393

Pág 1 / 2

FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		243,51	15.009,85
Ordinária		216,82	14.385,96
Vinculada		26,69	623,89
Transferências Financeiras Recebidas (II)		100.000,00	928.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		100.000,00	928.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		189.130,19	132.302,81
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		177.725,60	1.000,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		2.469,64	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.934,95	131.302,81
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		95.785,20	108.437,93
Caixa e Equivalentes de Caixa		95.785,20	108.437,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		385.158,90	1.183.750,59

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		220.927,99	956.201,69
Ordinária		220.927,99	956.201,69
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		8.101,17	131.763,70
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		377,90	460,89
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.723,27	131.302,81
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		156.129,74	95.785,20

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6698-SNHQ-256822107 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

20/02/2018 10:28



FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		156.129,74	95.785,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		385.158,90	1.183.750,59

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 20/02/2018, Hora emissão 10:28:33

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

IVETE DAHMER ALBIERO
Tesorreiro
CPF: 712.696.229-00

GILBERTO ANTONIO ROMANI
Diretor Superintendente
CPF: 692.593.809-87

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPR 491103-6598-SNHQ-256822107 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

20/02/2018 10:28

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE ESPORTES 01.2018

Publicação Nº 1528394

Pág 1 / 2

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		1.235,04	182.361,03
Ordinária		1.235,04	182.361,03
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		140.030,00	4.001.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		140.030,00	4.001.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		652.309,17	350.147,39
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		632.461,26	118.484,74
Inscrição de Restos a Pagar Processados		2.887,45	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		16.960,46	231.662,65
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		508.887,01	88.162,27
Caixa e Equivalentes de Caixa		508.887,01	88.162,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.302.461,22	4.621.670,69

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		729.627,27	3.847.155,84
Ordinária		729.627,27	3.566.555,84
Vinculada		0,00	280.600,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	11.400,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	11.400,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		40.019,14	254.227,84
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		24.130,00	22.565,19
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		15.889,14	231.662,65
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		532.814,81	508.887,01

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-FONW-256822131 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

20/02/2018 10:28



FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		532.814,81	508.887,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.302.461,22	4.621.670,69

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 20/02/2018, Hora emissão 10:28:58

Notas:

GIL ARTIFON
Ordenador de Despesa
CPF: 516.584.709-82

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-FONW-256822131 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

20/02/2018 10:28

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 01.2018

Publicação Nº 1528397

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018



Pág 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		3.404,91	983.124,56
Ordinária		1.562,61	49.927,46
Vinculada		1.842,30	933.197,10
Transferências Financeiras Recebidas (II)		432.250,00	2.210.400,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		432.250,00	2.210.400,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recbimentos Extraorçamentários (III)		948.490,10	311.751,30
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		884.378,75	233.602,76
Inscrição de Restos a Pagar Processados		16.400,68	1.386,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		47.710,67	76.761,66
Outros Recbimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		1.398.736,17	542.994,64
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.398.736,17	542.994,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		2.782.881,18	4.048.270,50

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		1.118.513,91	2.537.167,44
Ordinária		1.106.013,91	1.891.170,28
Vinculada		12.500,00	645.997,16
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		134.985,70	112.366,89
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		87.896,07	22.251,12
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	13.354,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		47.089,63	76.761,66
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		1.529.381,57	1.398.736,17

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-ZOVZ-256822143 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

20/02/2018 10:29



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.529.381,57	1.398.736,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		2.782.881,18	4.048.270,50

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 20/02/2018, Hora emissão 10:29:20

Notas:

DENISE JUSTI LOPES
Ordenadora de Despesa
CPF: 638.644.609-72

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6596-ZOVZ-256822143 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

20/02/2018 10:29

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 01.2018

Publicação Nº 1528398

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018

Pág 1 / 2



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		1.050,70	210.659,08
Ordinária		546,50	20.570,22
Vinculada		504,20	190.088,86
Transferências Financeiras Recebidas (II)		10.090,00	109.090,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		10.090,00	109.090,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		32.313,78	36.808,66
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		32.310,00	25.515,96
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	10.841,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3,78	450,98
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		425.660,65	413.196,34
Caixa e Equivalentes de Caixa		425.660,65	413.196,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		469.115,13	769.754,08

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		32.367,00	343.642,45
Ordinária		32.367,00	226.736,50
Vinculada		0,00	116.905,95
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		8.256,13	450,98
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		252,35	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		8.000,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3,78	450,98
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		428.492,00	425.660,65

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-CIWD-256822 161 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

20/02/2018 10:29



FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		428.492,00	425.660,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		469.115,13	769.754,08

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 20/02/2018, Hora emissão 10:29:28

Notas:

DENISE JUSTI LOPES
Ordenadora de Despesa
CPF: 638.644.609-72

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 01.2018

Publicação Nº 1528400

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018



Pág 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		2.628.002,42	36.614.843,91
Ordinária		55.335,27	864.339,72
Vinculada		2.572.667,15	35.750.504,19
Transferências Financeiras Recebidas (II)		2.267.297,50	26.081.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		2.267.297,50	26.081.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		31.335.108,39	6.368.752,11
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		30.749.532,11	1.628.606,69
Inscrição de Restos a Pagar Processados		206.894,69	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		378.681,59	4.740.145,42
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		8.151.940,80	10.436.802,73
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.151.940,80	10.436.802,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		44.382.349,11	79.501.398,75

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		35.124.504,37	65.662.699,52
Ordinária		8.430.316,35	30.461.831,06
Vinculada		26.694.188,02	35.200.868,46
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		1.179.774,80	5.686.758,43
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		801.093,21	663.742,78
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	282.870,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		378.681,59	4.740.145,42
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		8.078.069,94	8.151.940,80

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-XRPP-256822096 - Emitido por: MARLON DE LAIDENEGA

20/02/2018 10:28

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Janeiro / 2018



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.078.069,94	8.151.940,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		44.382.349,11	79.501.398,75

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 20/02/2018, Hora emissão 10:28:32

Notas:

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Gestor do FMS

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 01.2018

Publicação Nº 1528401

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018



Pág 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO**INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		14.759.646,00	191.763.304,96
Ordinária		9.334.530,01	120.512.734,25
Vinculada		5.425.115,99	71.250.570,71
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	413.295,28
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	413.295,28
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recbimentos Extraorçamentários (III)		20.884.402,78	22.563.060,44
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		19.149.429,47	4.004.308,66
Inscrição de Restos a Pagar Processados		459.226,23	210.085,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.275.747,08	18.348.666,05
Outros Recbimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		40.243.313,49	21.673.030,02
Caixa e Equivalentes de Caixa		40.243.313,49	21.673.030,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		75.887.362,27	236.412.690,70

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		25.370.872,90	132.653.006,41
Ordinária		17.322.115,54	59.740.041,40
Vinculada		8.048.757,36	72.912.965,01
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		3.401.816,50	38.635.790,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		3.401.816,50	38.635.790,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		2.484.589,49	24.880.580,80
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.261.973,46	6.198.231,92
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		169.648,85	368.006,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.052.967,18	18.314.342,68
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		44.630.083,38	40.243.313,49

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-DIOK-256824588 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

20/02/2018 11:09



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Janeiro / 2018

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		44.630.083,38	40.243.313,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		75.887.362,27	236.412.690,70

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 20/02/2018, Hora emissão 11:10:17

Notas:

ROGERIO LUCIANO PACHECO
Prefeito

JACIR HERMINIO MAZOCCO
Secretário Municipal de Finanças

MARLON DE LAI DENECA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 2745/2018**

Publicação Nº 1528643

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.745, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.
Exonera, a pedido, a servidora LARISSA CORRADI VOSS.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora LARISSA CORRADI VOSS, do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, a partir de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 8 de fevereiro de 2018.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2746/2018

Publicação Nº 1528646

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.746, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.
Nomeia EDUARDO GUEDES PASSERE – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR o senhor EDUARDO GUEDES PASSERE, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 8 de fevereiro de 2018.

Concórdia, 8 de fevereiro de 2018.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

DECRETO 2747/2018

Publicação Nº 1528648

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.747, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
Nomeia VITÓRIA REGINA GRANDO COLUSSI – Assessor Parlamentar.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com a Lei Complementar nº 660, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR a senhora VITÓRIA REGINA GRANDO COLUSSI, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível CC-3, a partir do dia 15 de fevereiro de 2018.

Concórdia, 15 de fevereiro de 2018.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro Acir Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

RESOLUÇÃO 455/2018

Publicação Nº 1528640

RESOLUÇÃO Nº 455, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre o horário das Reuniões Ordinárias do ano de 2018 do Poder Legislativo Municipal.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 16, inciso XIII do Regimento Interno e consoante deliberação do Plenário,

RESOLVE:

Art. 1º As Reuniões Ordinárias da Segunda Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, ano de 2018, da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, serão realizadas no período matutino com início às oito horas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 9 de fevereiro de 2018.

Artêmio Ortigara
Presidente

Anderson Guzzatto
Vice-Presidente

Mauro A. Fretta
1º Secretário

Claiton Casagrande
2º Secretário

Cordilheira Alta

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO - PROCESSO 22/2018 TP01/2018

Publicação Nº 1527788

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis. Processo Administrativo n. 22/2018.

Tomada de Preço n. 01/2018.

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO E ASSESSORIA NO ÂMBITO DA GESTÃO PÚBLICA, ENVOLVENDO AS ÁREAS CONTÁBEIS, FINANCEIRA, PLANEJAMENTO E DE CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes no anexo "I" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 08/03/2018.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 08/03/2018.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 19 de Fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO - PROCESSO 23/2018 - TP 02/2018

Publicação Nº 1527790

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com a Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis. Processo Administrativo n. 23/2018.

Tomada de Preço n. 02/2018.

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, PROSPECÇÃO DE FONTES DE RECURSOS, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL, conforme especificações constantes no anexo "I" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 09/03/2018.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 09/03/2018.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 20 de Fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 168/2018

Publicação Nº 1528435

DECRETO Nº 168/2018

"DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, a pedido, a partir de 19/02/2018, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 43/2018, com a Sra. LORIANE DE LUCCA, ocupante do cargo de Professor (a) Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 169/2018

Publicação Nº 1528438

DECRETO Nº 169/2018

"DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, a pedido, a partir de 19/02/2018, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 32/2018, com a Sra. MAIQUELI GUSSO, ocupante do cargo de Professor (a) Ensino Fundamental 1º ao 5º ano, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria

Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 170/2018

Publicação Nº 1528439

DECRETO Nº 170/2018

“DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, a pedido, a partir de 19/02/2018, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 47/2018, com o Sr. MAICON ANDRÉ MAROCCO, ocupante do cargo de Professor (a) Ensino Fundamental 1º ao 5º ano, Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 171/2018

Publicação Nº 1528440

DECRETO Nº 171/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e

seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. JAIR BORSOI, cargo de Motorista, matrícula nº 71801, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 17/01/2016 á 16/01/2017, que serão gozadas a partir do dia 05/03/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Fevereiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

JAIR BORSOI

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 172/2018

Publicação Nº 1528441

DECRETO Nº 172/2018

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde do Servidor Municipal, Sr. PAULO ANTONIO RETORE, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, Matrícula nº 430902, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 19 de Fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 173/2018

Publicação Nº 1528442

DECRETO Nº 173/2018

"DISPÕE SOBRE A Nomeação DE Comissão PARA ATUAR NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 01/2018 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições dispostas no Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Especial para a realização de todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2018 - destinado à contratação temporária em caráter excepcional de Professor de Artes Visuais (desenho e pintura), Professor de Dança (dança de salão) e Professor de Música (violão, teclado, flauta e coral), com a finalidade de atender ao programa "Educação, Arte, Esporte e Cidadania", nos termos da Lei Municipal nº 858/2009.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2018 - sob a presidência do primeiro, os seguintes servidores: 1) Flaviano Perim; 2) Emannelle Cella Tozzo; e 3) Liciane Magnanti Pasa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 19 de fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 174/2018

Publicação Nº 1528444

DECRETO Nº 174 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.236/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 253.038,75 (duzentos e cinquenta e três mil, trinta e oito reais e setenta e cinco centavos):

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.004 – Manutenção Convênios Pol.civil/militar, Rádio Patrulha e Bombeiros.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 168

Fonte de Recursos: 30.56 – Vinculados – R\$ 14.986,35

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.004 – Manutenção Convênios Pol.civil/militar, Rádio Patrulha e Bombeiros.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 172

Fonte de Recursos: 30.54 – Vinculados – R\$ 553,49

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.004 – Manutenção Convênios Pol.civil/militar, Rádio Patrulha e Bombeiros.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 173

Fonte de Recursos: 30.55 – Vinculados – R\$ 6.201,93

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção e Gerenciamento das Ações da Secretaria de Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 169

Fonte de Recursos: 30.16 – Vinculados – R\$ 22.488,95

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.013 – Gestão e Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 170

Fonte de Recursos: 30.18 – Vinculados – R\$ 7.704,79

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.017 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar

Modalidade de Aplicação: 339000 – 171

Fonte de Recursos: 30.60 – Vinculados – R\$ 4.777,95

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.023 – Transporte Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 174

Fonte de Recursos: 30.61 – Vinculados – R\$ 20,34

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 – Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 175

Fonte de Recursos: 30.53 – Vinculados – R\$ 19.043,28

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.070 – Manutenção e Gestão do IGDM SUAS.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 176

Fonte de Recursos: 33.52 – Vinculados – R\$ 11.275,63

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 – Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 178

Fonte de Recursos: 30.52 – Vinculados – R\$ 80.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 – Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 179

Fonte de Recursos: 30.52 – Vinculados – R\$ 37.767,87

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 – Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 180

Fonte de Recursos: 31.52 – Vinculados – R\$ 48.218,17

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado superávit financeiro do ano de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 15/02/2018.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 19 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 175/2018

Publicação Nº 1528446

DECRETO Nº 175/2018

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial contidas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 003/2017, com resultado final homologado em 05 de Fevereiro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica Contratada a partir de 19/02/2018, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, a Sra. ANA PAULA WILLENBRING na função de Professor (a) Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º A Servidora se sujeitara ao disposto na Lei Municipal nº 468/2001, e subsidiariamente a Lei Complementar nº 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e Lei Complementar nº 92/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 176/2018

Publicação Nº 1528447

DECRETO Nº 176/2018

"ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 131/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto Nº 131/2018 de 08 de fevereiro de 2018 no seguinte termo:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. FELIPE DA SILVA, cargo de Odontólogo, matrícula nº 1348901, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08/03/2017 á 07/03/2018, que serão gozadas a partir do dia 11/03/2018.

LEIA-SE:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. FELIPE DA SILVA, cargo de Odontólogo, matrícula nº 1348901, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08/03/2017 á 07/03/2018, que serão

gozadas a partir do dia 12/03/2018.

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario de Administração, Fazenda e Planejamento.

FELIPE DA SILVA

Ciente em 19/02/2018

DECRETO Nº 177/2018

Publicação Nº 1528448

DECRETO Nº 177/2018

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial contidas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 003/2017, com resultado final homologado em 05 de Fevereiro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica Contratada a partir de 19/02/2018, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, a Sra. ANA PAULA WILLENBRING na função de Professor (a) Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º A Servidora se sujeitara ao disposto na Lei Municipal nº 468/2001, e subsidiariamente a Lei Complementar nº 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e Lei Complementar nº 92/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 178/2018

Publicação Nº 1528449

DECRETO Nº 178/2018

"DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, a partir de 20/02/2018, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 33/2017, com a Sra. FABIANE SPAGNOL, ocupante do cargo de Farmacêutico (a), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de Fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

Publicação Nº 1528490

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

O Prefeito do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, de Prova de Títulos, para contratação de Professor de Artes Visuais (desenho e pintura), Professor de Dança (dança de salão) e Professor de Música (violão, teclado, flauta e coral), com a finalidade de atender ao programa "Educação, Arte, Esporte e Cidadania", nos termos da Lei Municipal nº 858/2009, e mediante as condições previstas neste Edital.

1. DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO E ESCOLARIDADE

1.1 - Os cargos, vagas, carga horária, vencimento e escolaridade estão definidos no quadro abaixo:

Cargo	Vagas	CH	Vencimento	Escolaridade
Professor de Artes Visuais (desenho e pintura)	01	10h/sem	1.633,96	Ensino médio completo e cursos na área de atuação
Professor de Dança (dança de salão)	01	06h/sem	980,37	Ensino médio completo e cursos na área de atuação
Professor de Música (violão, teclado, flauta e coral)	01	10h/sem	1.633,96	Ensino médio completo e cursos na área de atuação

1.2 - O número de vagas e a carga horária dos cargos objeto deste processo seletivo poderão sofrer alterações no decorrer da sua vigência, conforme interesse público, assegurado ao contratado o recebimento do vencimento de forma proporcional.

2 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:**2.1 - Professor de Artes Visuais (desenho e pintura):**

Orientar oficinas de desenho a partir de observações visando a compreensão de formas abstratas e geométricas, uso de luz e sombras nos desenhos e o desenvolvimento da percepção visual de textura, distância e profundidade; Fazer pintura em tela; participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.

2.2 - Professor de Dança (dança de salão):

Orientar oficinas e atividades de dança de salão desenvolvendo a improvisação, composição coreográfica e interpretação de repertórios especialmente os relativos ao forró, bolero, valsa, tango, fandango, chimarrita, milonga, vaneirão, chula, chamamé e outras danças gauchescas, participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município, executar outras tarefas pertinentes por determinação.

2.3 - Professor de Música (violão, teclado, flauta e coral):

Ensinar teoria musical história da música e do instrumento; apresentar o instrumento e seu manuseio; ensaiar alunos no uso do instrumento e técnicas vocais; criar exercícios para manejo e aperfeiçoamento da técnica; criar e realizar apresentações; pesquisar e recuperar partituras e documentos; participar da organização de eventos e atividades artísticas e culturais promovidas pelo município; executar outras tarefas pertinentes por determinação.

3 - DAS INSCRIÇÕES:

3.1 - No ato da inscrição, o candidato deverá entregar os documentos relacionados a seguir:

3.1.1 - Formulário de Inscrição, devidamente preenchido e assinado (Anexo I);

3.1.2 - Original e cópia do documento de identidade;

3.1.3 - Original e cópia do diploma de conclusão do ensino médio;

3.1.4 - Original e cópia da(s) titulação(ões) informada(s);

3.1.5 - Original e cópia dos documentos comprobatórios da(s) experiência(s) profissional(ais);

3.1.6 - Original e cópia dos certificados de cursos extracurriculares.

3.2 - A inscrição será GRATUITA, realizada exclusivamente na Biblioteca do Município de Cordilheira Alta, localizado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, CEP 89819-000, Cordilheira Alta/SC, nas datas informadas no Cronograma, e deverá ser feita pessoalmente pelo candidato, ou por seu procurador legalmente constituído;

3.3 - A inscrição neste Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e das demais informações que porventura venham a ser divulgadas, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento;

4 – DA CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

4.1 - Encerrando o prazo de inscrições, a Comissão fará publicar no átrio público da prefeitura municipal e no site www.pmcordi.sc.gov.br o edital contendo a relação nominal dos candidatos inscritos;

4.2 - Os candidatos que não tiveram suas inscrições deferidas poderão interpor recursos escritos para a Comissão, mediante apresentação das razões que amparem a sua irrisignação e em não sendo considerado o recurso, o mesmo será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento.

5 – DOS CRITÉRIOS E DA PONTUAÇÃO:

5.1 – Os critérios e a pontuação a serem avaliados pela comissão estão dispostos na tabela abaixo:

Critérios Avaliativos		Pontuação por item	Pontuação máxima por critério
Títulos Acadêmicos	Doutorado (área afim)	30	65
	Mestrado (área afim)	20	
	Especialização (área afim)	10	
	Graduação (área afim)	05	
Experiência Profissional	Exercício da profissão na área de atuação, comprovado através de: Carteira de Trabalho, Certidão de Tempo de Serviço ou Termo de Posse. Obs.: (1) Não serão aceitas declarações; e, (2) Fração de tempo inferior a 12 meses será considerada como 0,5 (zero vírgula cinco) ano.	02 por ano	20
Cursos Extracurriculares	Cursos extracurriculares na área de atuação com carga horária igual ou superior a 08 horas, obtidos nos últimos cinco anos.	0,25 por hora	20

5.2 - Os certificados ou diplomas de títulos acadêmicos deverão ser expedidos por instituição oficial e reconhecida pelo MEC. Será aceita certidão/declaração de conclusão de curso, desde que acompanhada do histórico escolar;

6 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

6.1 - Na hipótese de igualdade de classificação final terá preferência o candidato que:

6.1.1 - Possuir maior tempo de experiência profissional;

6.1.2 - Possuir maior carga horária de cursos extracurriculares;

6.1.3 - Possuir a maior idade.

7 - DOS PRAZOS PARA RECURSOS:

7.1 - O candidato poderá interpor recurso contra o indeferimento da inscrição e/ou contra o resultado da Prova de Títulos, utilizando-se do modelo do Anexo II, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data da sua publicação.

8 - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS:

8.1 - A convocação dos aprovados será publicada no átrio público da prefeitura municipal e no sítio www.pmcordi.sc.gov.br, devendo os mesmos apresentar-se na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Celto Tozzo, 27, Centro, CEP 89819-000.

8.2 - Após o prazo de 02 (dois) dias úteis, o candidato que não atender à convocação reservará, ao Município, o direito de convocar o próximo classificado.

9 - DO CRONOGRAMA

9.1 - O Processo Seletivo Simplificado será realizado de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Período
Publicação do Edital	21/02/2018
Inscrições	21/02/2018 a 05/03/2018
Publicação das inscrições (deferidas/indeferidas) e do resultado da prova de títulos	06/03/2018
Recursos	07/03/2018 a 08/03/2018
Decisão dos recursos e divulgação do resultado final	09/03/2018
Homologação	A partir de 09/03/2018

* As datas e os prazos poderão sofrer alterações mediante justificativa fundamentada.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 - A inscrição pressupõe o conhecimento, por parte do candidato, das normas reguladoras deste Processo Seletivo Simplificado, bem como o compromisso de aceitar as condições estabelecidas neste Edital.

10.2 - A classificação do candidato no Processo Seletivo Simplificado constitui mera expectativa de direito à contratação, ficando este ato condicionado à observância das disposições legais, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do Processo Seletivo e do exclusivo interesse e conveniência da Administração.

10.3 - O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano, contados a partir da publicação da homologação do resultado final.

10.4 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado.

Cordilheira Alta/SC, 20 de fevereiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Cargo: _____

NOME: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE (____) _____ CEL. (____) _____

CHECK-LIST:

(____) Cópia do documento de identidade do candidato, e do procurador, se for o caso;

(____) Comprovante de escolaridade na área para a qual se inscreveu;

(____) Cópia das titulações informadas;

(____) Cópia das comprovações das experiências profissionais;

(____) Cópia dos certificados de cursos extracurriculares.

Total de folhas entregues: _____

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do candidato: _____

Campos abaixo de preenchimento exclusivo de servidor municipal:

Protocolo nº: _____

Total de folhas recebidas: _____

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do servidor: _____

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:

NOME: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE (____) _____ CEL. (____) _____

CARGO PRETENDIDO: _____

À COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O PRESENTE RECURSO REFERE-SE À:

(____) Indeferimento de Inscrição

(____) Prova de Títulos

(____) Outros _____

RAZÕES DE RECURSO: _____

EXTRATO DO EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

Publicação Nº 1528486

EXTRATO EDITAL Nº 001/2018 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O senhor Carlos Alberto Tozzo, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado, de Prova de Títulos, para contratação de Professor de Artes Visuais (desenho e pintura), Professor de Dança (dança de salão) e Professor de Música (violão, teclado, flauta e coral), com a finalidade de atender ao programa "Educação, Arte, Esporte e Cidadania", nos termos da Lei Municipal nº 858/2009. A inscrição será GRATUITA, realizada exclusivamente na Biblioteca do Município de Cordilheira Alta, localizado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, CEP 89819-000, Cordilheira Alta/SC, no período de 21/02/2018 a 05/03/2018. As informações completas constam do inteiro teor deste edital, que se encontra publicado no Diário Oficial da União, no site www.pmcordi.sc.gov.br e no mural oficial do Paço Municipal.

Cordilheira Alta, 20 de fevereiro de 2018.

Carlos Alberto Tozzo

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2018

Publicação Nº 1528205

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 05/2018

Empresa com preços registrados: COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU

CNPJ: 83.220.723/00046-25

Item: 1, 2 e 3

Total: R\$ 1.185.400,00 (um milhão cento e oitenta e cinco mil e quatrocentos reais)

Coronel Freitas (SC), 02 de fevereiro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 16/2018

Publicação Nº 1528154

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº16/2018

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº16/2018

Contratado: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

Objeto: CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO

Valor: R\$ 22.588,20 (Vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte centavos).

Vigência: 31/12/2018.

CONTRATO Nº 17/2018

Publicação Nº 1528157

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº17/2018

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº17/2018

Contratado: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

Objeto: CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL

Valor: R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais).

Vigência: 31/12/2018.

CONTRATO Nº 18/2018

Publicação Nº 1528168

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº18/2018

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº18/2018

Contratado: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROLO COMPACTADOR COM MOTOR BOMAG BW 212 D-40, ANO 2012, Nº 18 DA FROTA. Nº DA SÉRIE: 101583491010.

Valor: R\$6.800,00 (seis mil oitocentos reais).

Vigência: 31/12/2018.

CONTRATO Nº 19/2018

Publicação Nº 1528177

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº19/2018

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº19/2018

Contratado: LOURENÇOS TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE CURSO AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL.

Valor: R\$ 4.476,50 (quatro mil quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).

Vigência: 31/12/2018.

CONTRATO Nº 20/2018

Publicação Nº 1528184

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº20/2018

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº20/2018

Contratado: MARIANE LARISSA BERNARDI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE FARMACÊUTICO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO POSTO DE SAÚDE.

Valor: R\$ 3.533,87 (três mil quinhentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos).

Vigência: 31/12/2018.

CONTRATO Nº 21/2018

Publicação Nº 1528192

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº21/2018

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº21/2018

Contratado: TOPE BRASIL LTDA - ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEIÕES, CAMISAS E TERNOS ESPORTIVOS EM TECIDO DRY 100% POLIESTER COM ESTAMPA DIGITAL QUE SERÁ FORNECIDA. PARA O DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC

Valor: R\$ 33.900,00 (trinta e três mil e novecentos reais).

Vigência: 31/12/2018.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 022/2018

Publicação Nº 1528951

DECRETO Nº 022, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando classificação referente os Processos Seletivos 001/2017 e 002/2017;

Considerando edital de chamamento 001/2018 conforme classificação e escolha de vagas junto à Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Sra Lediane Marin Toigo encontra-se em Licença Maternidade e só assumirá o cargo após o termino da respectiva Licença,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam contratados temporariamente através do edital dos Processos Seletivos 001/2017 e 002/2017, os servidores abaixo relacionados, iniciando as atividades em 19/02/2018 até 19/12/2018, podendo ocorrer à rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

SERVIDOR	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
LUZIA ERLANI GONÇALVES LUSSANI	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AREA I	20H
MARCIA MANERA BRENA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AREA I	20H
EVA DE LURDES INACIO GROLI	PROFESSOR SÉRIES INICIAIS AREA II	20H
GIAMILI ROSSONI TURMINA	PROFESSOR SÉRIES INICIAIS AREA II	20H
ABEL DA SILVA DEBAS-TIANI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA AREA III	20 H
LEDIANE MARIN TOIGO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA AREA III	30H
GILBERTO BETT	PROFESSOR AREA IV- INFORMÁTICA	20H

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
em 19 de Janeiro de 2018.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Munic. de Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 032/2018

Publicação Nº 1528936

PORTARIA Nº. 032 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018
CONCEDE LICENÇA "PATERNIDADE" AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal; Considerando certidão de nascimento entregue pelo servidor no dia 19 de Fevereiro.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Paternidade ao Servidor Público Municipal Sr. Laudinei Bandeira, lotado no cargo de vigia, em disponibilidade devido declaração de desnecessidade do cargo, aguardando o adequado aproveitamento em outro cargo, por um período de 05 (cinco) dias úteis, a partir do dia 15 de Fevereiro de 2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 20 de Fevereiro de 2018.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secr. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 033/2018

Publicação Nº 1528945

PORTARIA Nº. 033 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (Quinze) dias no período de 19 de Fevereiro de 2018 à 05 de Março de 2018

NOME	CARGO	REFERENCIA
Lodacir Spricigo	Motorista	01/08/2016 á 31/07/2017

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 20 de Fevereiro de 2018.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretário de Administração Planejamento e Finanças

Correia Pinto**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 002/2018**

Publicação Nº 1528457

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018

O Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, tendo em vista que foram esgotados e chamados todos os classificados na área segundo a classificação final do Processo Seletivo realizado através do Edital nº 005/2017 da Secretaria Municipal de Educação, bem como pela existência temporária de vagas para o cargo de PROFESSOR, e considerando que não há tempo hábil para aplicação de novas provas objetivas, torna público pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, que será regida pela Lei Complementar nº 179/2017 e pela Lei Municipal nº 1010/2001, que trata das contratações temporárias por excepcional interesse público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Pelo presente edital ficam convocados os interessados em assumir as vagas temporárias existentes, para comparecerem junto à Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Av. Tancredo Neves, nº 1879, Loteamento Gracilio Felipe, Município de Correia Pinto/SC – Fone: (49) 3243-1426, munidos da documentação exigida, a fim de participarem de PROVA DE TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO, nos dias e horários estabelecidos abaixo:

CARGO	DATA	HORÁRIO
Professor de Língua Portuguesa	22/02/2018	09:00 HRS

1.2. O número de vagas/aulas, os valores dos respectivos vencimentos, a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

2. Requisitos Básicos para Contratação

- 2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- 2.3. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- 2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;
- 2.5. Idade mínima de 18 anos;
- 2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício e atribuições do cargo;
- 2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente; registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- 2.8. Apresentar declaração firmada de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Constituição Federal;
- 2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art.º 4º, do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, comprovada através de laudo médico com data inferior a 1 (um) ano, garantida a sua participação desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.
- 3.2. Os candidatos com deficiência participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA

- 4.1. A participação na presente Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e das demais informações que porventura venham a ser divulgadas, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 4.2. É de inteira responsabilidade do candidato à conferência da documentação exigida, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do horário da chamada, pois não será permitida apresentação de documentos após o encerramento do prazo.
- 4.3. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos após a escolha.

5. TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

- 5.1. Serão atribuídos pontos, mediante comprovação de tempo de serviço e aos títulos apresentados pelos candidatos aos cargos de Professor mediante apresentação de documentação original e cópia (a ser autenticada no ato da apresentação) ou cópia autenticada em cartório.
- 5.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:
 - Formação continuada: Cursos de capacitação com certificado de conclusão com registro no MEC, Secretarias Estaduais ou Municipais, desde que sejam relacionados à área de atuação e que realizados nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. Serão creditados 04 (quatro) pontos a cada 40 horas de curso. Máximo a ser considerado: 200 horas.
 - Curso de Magistério – 10 (dez) pontos.
 - Comprovante de matrícula, a partir do 2º semestre, em curso de licenciatura na área, sendo considerado 01 (um) ponto para cada período já concluído.
 - Diploma de conclusão de licenciatura na área, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, ou Declaração/Atestado de conclusão de licenciatura na área com a respectiva colação de grau: 10 (dez) pontos.
 - Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, desde

que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 15 (quinze) pontos. Somente será considerado um certificado.

- **Mestrado:** reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 20 (vinte) pontos.

- **Tempo de Serviço:** Certidão de tempo de serviço emitida por órgão público municipal, estadual ou federal e ou declaração firmada por estabelecimento de ensino particular, certificando o tempo de serviço no exercício de Magistério do requerente, em qualquer nível de escolaridade e ou disciplina, expresso em meses e dias, sendo considerado 01 (um) ponto por período de 12 (doze) meses completos, limitado ao máximo de 120 meses.

- Será considerada como válida a experiência comprovada a partir do mês de janeiro de 2007.

- O tempo de serviço será contado em meses até o dia da Chamada Pública, sendo arredondado para 01 mês quando superior a 15 dias.

- Se duas, ou mais, certidões de tempo de serviço corresponder ao mesmo período, uma única será computada para atribuição de pontuação.

- Não será computado o tempo de estágio ou de serviço em Secretaria, Direção ou Coordenação de qualquer natureza.

5.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto neste Edital, não entregues no prazo e local determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregues pelo próprio candidato.

6. CONTAGEM DOS PONTOS

6.1. A contagem dos pontos será obtida pela soma dos pontos atribuída aos Títulos e ao Tempo de Serviço.

6.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

1º) maior número de filhos;

2º) maior idade;

3º) sorteio.

8. RECURSOS E REVISÕES

8.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Processo de Chamada.

8.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) Seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública e protocolado no setor de Recursos Humanos da Prefeitura, Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro horário das 8h às 11h 30 min e das 13h30min às 17h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) Conste obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, denominação do cargo o qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos.

8.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender ao estabelecido no item 7.2.

8.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

8.5. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Chamada Pública será processada pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação nomeada através do Decreto nº 1275/2018.

9.2. O resultado e demais atos da presente Chamada Pública será homologado pelo Prefeito e publicado no Mural da Prefeitura de Correia Pinto, no Diário Oficial dos Municípios e no site www.correiapinto.sc.gov.br.

9.3. No ato de contratação o candidato deve apresentar os documentos exigidos, bem como os exames médicos admissionais solicitados, sob pena de perda da vaga.

9.4. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da presente Chamada Pública.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A contratação gerada através da presente Chamada Pública terá vigência enquanto perdurar o afastamento do titular, ou condicionado à existência de aluno especial, conforme o caso.

10.2. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa, pelo não cumprimento do horário, pelo excesso de faltas ou por problemas de ordem pedagógica e/ou administrativa, desde que devidamente justificado e registrado em Ata de reunião da equipe gestora da Unidade Escolar e Conselho Municipal de Educação.

10.3. Serão partes integrantes deste Edital o anexo I e II.

Correia Pinto, 19 de fevereiro de 2018.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

ANEXO I

DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA e VENCIMENTO.

1.1 – Os cargos, vagas, carga horária e vencimento, estão definidos no quadro abaixo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Professor de Língua Portuguesa	01	20 h/s Matutino e Vespertino na Escola Básica Municipal José do Patrocínio.	R\$ 1.149,40

ANEXO II
REQUERIMENTO PARA RECURSO**IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

Candidato: _____
Cargo Pretendido: _____ Fone: (____) _____
E-mail: _____

À COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA
O PRESENTE RECURSO REFERE-SE À: _____

RAZÕES DO RECURSO:

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do candidato

DECRETO Nº 1275/2018

Publicação Nº 1528450

DECRETO Nº 1275/2018
DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, pela Lei 1010/2001 e pela Lei Complementar 179/2017;

CONSIDERANDO que a lista de candidatos aprovados através do Processo Seletivo nº 05/2017, da Secretaria Municipal de Educação, não foi suficiente para suprir a necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com as vagas existentes; CONSIDERANDO que não há tempo hábil para aplicação de novas provas objetivas, tendo em vista que o início das aulas se deu em 05/02/2018:

DECRETA:

"NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública nº 002/2018, da Secretaria Municipal de Educação, composta pelos seguintes membros:

I - Cleomara Fiamoncini Rodrigues – Presidente

II - Daiane Pereira Mesquita

III - Angela Maria Goulart

IV - Dr. Julio César Pereira Furtado

V - Vilma das Graças da Silva Wolinger Costa

VI - Nilce Chaves

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de fevereiro de 2018.
Aa

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1276/2018

Publicação Nº 1528451

DECRETO Nº 1276/2018
DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Município, pela Lei 1010/2001 e Lei Complementar 179/2017. DECRETA:

"HOMOLOGA O RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Fica homologado o resultado dos inscritos e aprovados para os cargos de Professor de Língua Inglesa, Professor de Apoio à Inclusão e Professor de Apoio à Inclusão - Intérprete de Libras na Chamada Pública nº 001/2018 da Secretaria Municipal de Educação nos termos do anexo único.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 19 de fevereiro de 2018.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

ANEXO UNICO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018
CLASSIFICAÇÃO FINAL

Professor de Língua Inglesa

1º	Tatiane dos Santos
2º	Edna de Matos

Professor de Apoio à Inclusão

1º	Beatriz de Jesus Antunes
2º	Erli Aparecida Rodrigues França Ribeiro

Professor de Apoio à Inclusão – Intérprete de Libras

1º	Mayco Franciel França da Luz
----	------------------------------

DECRETO Nº 1277/2018

Publicação Nº 1528454

DECRETO Nº 1277/2018
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

"ESTABELECE PRAZO DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU PARA 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica estabelecido prazo para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para 2018, como segue:

I – Parcela única (IPTU)

-até 06 de abril de 2018 com 20% de desconto

-até 20 de abril de 2018 com 15% de desconto

-até 30 de abril de 2018 com 10% de desconto

II – Parcelamento (IPTU)

1ª Parcela: 30 de abril de 2018

2ª Parcela: 30 de maio de 2018

3ª Parcela: 29 de junho de 2018

Art. 2º - Revoga-se o Decreto nº 1264 de 17 de janeiro de 2018 e o Decreto nº 1268 de 02 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 20 de fevereiro de 2018.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº009/18

Publicação Nº 1528378

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO –

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/18

O objeto desta licitação consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA (PMMA)

DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 21/02/2018 às 09h00min do dia 05/03/2018.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 05/03/2018.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 20 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL p

PREGÃO PRESENCIAL Nº012/18

Publicação Nº 1529285

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO –

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/18

O objeto desta licitação consiste no REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 21/02/2018 às 14h00min do dia 05/03/2018.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 05/03/2018.

TIPO: MENOR PREÇO NO LOTE

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 20 de fevereiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL p

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO ERRATA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2018

Publicação Nº 1528159

ERRATA – O Município de Cunha Porã/SC, torna público que houve alteração no extrato da ata de registro de preços nº 12/2018, publicado no dia 14/02/2018, Edição 2453, sendo: onde se lê: Empresa Proponente Vencedora: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Valor total R\$ 50.239,50, Leia-se: Empresa Proponente Vencedora: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Valor total R\$ 56.737,00. Cunha Porã/SC, JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

Errata - Pregão Presencial nº 02-2018

Publicação Nº 1529119

ERRATA – A Câmara de Vereadores de Cunha Porã/SC, torna público que houve alteração no Edital do Processo Licitatório nº 03/2018, Pregão nº 02/2018, publicado no dia 07/02/2018. Exclui-se o item "n) Certidão de Registro e Regularidade fornecida pelo Conselho Regional de Administração." do Anexo II do Edital do Processo Licitatório nº03/2018, Pregão nº 02/2018. Cunha Porã/SC, 20/02/2018. Deisi Marla Kempfer – Presidente.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018

Publicação Nº 1529451

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a LOCAÇÃO DE 2 BANHEIROS QUÍMICOS PORTÁTIL, PARA A PRAÇA CENTENÁRIO, TENDO EM VISTA A OBRA QUE ESTÁ SENDO EXECUTADA E O BANHEIRO DA PRAÇA ESTÁ TEMPORARIAMENTE INDISPONÍVEL, DEVENDO CONTEMPLAR A DESCRIÇÃO MÍNIMA QUE SEGUE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 05/03/2018, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 18:00 horas do dia 05/03/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente(13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 20 de Fevereiro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018

Publicação Nº 1528395

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE APOSTILAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS DOS CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MATERNA I, II, III E PRÉ-ESCOLA, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/03/2018, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 05/03/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 19 de Fevereiro de 2018.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2018

Publicação Nº 1528601

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PÁS DE CHOQUE PARA O DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO - CMOS DRAKE E PÁS PARA DEA, PARA USO DO 2º BBM E FUNDO DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 05/03/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 05/03/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 19 de Fevereiro de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2018

Publicação Nº 1528471

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2018

REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre o Fundo Municipal de Educação e VIOLATUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME no valor de R\$ 11.340,00 (onze mil trezentos e quarenta reais), e MARCO ANTONIO ALVES no valor de R\$ 12.376,00 (doze mil trezentos e setenta e seis reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A MARÇO DE 2018.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No.

8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 19/02/2018.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva Paula Juliana Martins
Presidente da Comissão Membro

Roberto Carlos da Silva
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências Legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XII dou como aprovada.

Curitibanos, 19/02/2018.

Herlon Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 19/02/2018.

Kleberon Luciano Lima
Presidente do Fundo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2018

Publicação Nº 1528345

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 14/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2018

No dia 19 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2018, Processo Licitatório nº. 14/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE TRASLADO, CREMAÇÃO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, PELO PERÍODO DE 2018, NA FORMA DA LEI MUNICIPAL 5.147/2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8310	CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME	1, 2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME	15.312.918/0001-43	ROGÉRIO CRISPIM FLÔRES MONDIN	040.177.349-36

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE TRASLADO, CREMAÇÃO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, PELO PERÍODO DE 2018, NA FORMA DA LEI MUNICIPAL 5.147/2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8310 - CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO FUNERÁRIO INCLUSO: 01 URNA COM VERNIZ E ALÇAS RESISTENTES E ACABAMENTO COM TECIDO QUE CONTEMPLE OS TAMANHOS MEDIO, PEQUENO E GRANDE; REMOÇÃO DO CORPO; ACABAMENTO, 2 VELAS, VÉU, LIVRO DE PRESEÇA E ANÚNCIOS.	UN		100,000	745,0000	74.500,00
OBS.: OS SERVIÇOS DEVEM SER PARA PESSOAS DE TAMANHO PEQUENO, MEDIO OU GRANDE.						
2	SERVIÇO DE CREMAÇÃO DE PESSOAS CARENTES FALECIDAS NO DIA. AS CINZAS SERÃO ENTREGUES EM UMA URNA SIMPLES CONFECCIONADA EM MADEIRA MDF CONFORME DISPONIBILIDADE NO ESTOQUE. MDF É UMA SIGLA INTERNACIONAL E É UM MATERIAL ORIUNDO DA MADEIRA, FBRICADO COM RESINAS SINTÉTICAS. CERTIFICADO DE CREMAÇÃO FORNECIDO PELO CREMATÓRIO.	SERV		100,000	949,9900	94.999,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/7
 Processo Nº.: 14/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

Fornecedor: 8310 - CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	SERVIÇO DE CREMAÇÃO DE OSSADA DE PESSOAS JÁ FALECIDAS E SEPULTADAS NOS CEMITÉRIOS DE CURITIBANOS, CUJA FAMILIAS POSSUEM TERRENO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL E NÃO APRESENTAM CONDIÇÕES PARA CUSTEAR A CREMAÇÃO - AS CINZAS SERÃO ENTREGUES EM UMA URNA SIMPLES CONFECCIONADA EM MADEIRA MDF CONFORME DISPONIBILIDADE NO ESTOQUE. MDF É UMA SIGLA INTERNACIONAL E É UM MATERIAL ORIUNDO DA MADEIRA, FABRICADO COM RESINAS SINTÉTICAS. CERTIFICADO DE CREMAÇÃO FORNECIDO PELO CREMATÓRIO.	SERV		100,000	599,9900	59.999,00
4	TRANSLADO INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, ENCAMINHADOS PELO TFD.	KM		10.000,000	2,3000	23.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 14/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 14/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 14/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 14/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 14/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2018

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitibanos, 19 de Fevereiro de 2018.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

CENTRAL SERVIÇOS FUNERÁRIOS LTDA ME

CNPJ: 15.312.918/0001-43 _____

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 1/2018

Publicação Nº 1528969

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

O Poder Legislativo do Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de empresa especializada para fornecimento de coquetéis, a serem servidos nos eventos solenes de entrega de Título de Cidadão Curitibaense e Comendas de Mérito que realizar-se-ão nesta Casa Legislativa no ano de 2018, conforme cronograma, especificações técnicas e quantidades descritas no Anexo I - Termo de Referência - do Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 05/03/2018, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link Licitações.

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 02/03/2018, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br ou camara@camaracuritiba.sc.gov.br.

A partir das 14:30 horas do dia 05/03/2018, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2018.
Ivan França Moreira Ronaldo Spricigo
Presidente Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 2/2018 - FMAS

Publicação Nº 1529061

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018
O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 2/2018, Edital de Pregão Nº 2/2018, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR ADEQUAÇÕES NECESSARIAS NO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS), NAS UNIDADES 3 FRONTEIRAS E CENTRO, DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA – SC, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO-DE-OBRA, E ENTREGA DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS NECESSARIOS, CONFORME ANEXO I.. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 06/03/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 24/2018 - PMDC

Publicação Nº 1528410

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2018
REGISTRO DE PREÇO
O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 24/2018, Edital de Pregão Nº 24/2018, Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, COM DIAMETROS 200/400/600/800/1000/1500 MM E PISO INTERTRAVADO (PAVER), PARA O MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA – SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 05/03/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07-2017 - ADITIVO - PMDC

Publicação Nº 1528404

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2ºT.A. 019-2017 - Contrato Nº: 019-2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
Valor : 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 19/02/2018 Término: 03/04/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2017
Recursos : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (96) Saldo: 101.253,91
Objeto : AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS AUXILIARES PARA SUBSIDIO DA BOVINOCULTURA LEITEIRA NO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
Dionísio Cerqueira, 20 de Fevereiro de 2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10-2018 - CONTRATO - FMS

Publicação Nº 1528956

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 030-2018 FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: PROTESES DENTARIAS DREHER EIRELI
Valor : 87.480,00 (oitenta e sete mil quatrocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 19/02/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECCÃO DE PRÓTESES TOTAL MANDIBULAR, PROTESES TOTAL MAXILAR, PRÓTESES PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL, E PROTESES PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL, DESTINADA AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
Dionísio Cerqueira, 20 de Fevereiro de 2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10-2018 - HOMOLOGAÇÃO - FMS

Publicação Nº 1528804

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/18
HOMOLOGAÇÃO: 20/02/18
CONTRATADO: PROTESES DENTARIAS DREHER EIRELI
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECCÃO DE PRÓTESES TOTAL MANDIBULAR, PROTESES TOTAL MAXILAR, PRÓTESES PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL, E PROTESES PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL, DESTINADA AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 87.480,00 (oitenta e sete mil quatrocentos e oitenta reais)
DATA: 20/02/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18-2017 - ADITIVO - FMS

Publicação Nº 1528292

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1ºT.A.009-2017 - Contrato Nº: 09-2017
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
CERQUEIRA
Contratada....: LEILA ADRIANA ZUFFO - ME
Valor : 31.950,00 (trinta e um mil novecentos e cinq- enta
reais)
Vigência : Início: 09/02/2018 Término: 08/11/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2017
Recursos : Dotação: 2.062.3.3.90.00.00.00.00 (37) Saldo:
158.550,00
Objeto : A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, QUE FORNEÇA SERVIÇOS TÉCNI-
COS
EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PRÓPRIOS DE SAÚDE, E
CONSULTORIA EM SAÚDE PÚBLICA, COM SUPORTE À GESTÃO DE
SAÚDE PÚBLICA NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS EM SAÚDE, DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DO
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.
Dionísio Cerqueira, 20 de Fevereiro de 2018

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 9-2018 - HOMOLOGAÇÃO
- FMS**

Publicação Nº 1528591

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/18
HOMOLOGAÇÃO: 19/02/18
CONTRATADO: VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS
HOSPITALARES LT
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
CERQUEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS
INFANTIS, bem como FRALDAS GERIÁTRICAS PARA PACIENTES
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, ACAMADOS NA
QUAL PERDERAM A COORDENAÇÃO MOTORA NAS DIVERSAS
PATOLOGIAS CLINICAS
VALOR DA DESPESA: R\$ 350,00 (trezentos e cinq- enta reais)
DATA: 20/02/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.
-----PREGÃO
PRESENCIAL Nº 9/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/18
HOMOLOGAÇÃO: 19/02/18
CONTRATADO: DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS
ODONTOLÓGICOS E
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO
CERQUEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS
INFANTIS, bem como FRALDAS GERIÁTRICAS PARA PACIENTES
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, ACAMADOS NA
QUAL PERDERAM A COORDENAÇÃO MOTORA NAS DIVERSAS
PATOLOGIAS CLINICAS
VALOR DA DESPESA: R\$ 28.425,00 (vinte e oito mil quatrocentos e
vinte e cinco reais)
DATA: 20/02/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 009, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação N° 1528925

DECRETO N.º 009, de 15 de Fevereiro de 2018.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 436/17, de 13/12/2017 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.0093 (8) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0093 (Atenção Básica).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de fevereiro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2018

Publicação N° 1528933

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2018

Objeto: Aquisição de pneus para serem utilizados nas máquinas e veículos da frota municipal, durante o exercício de 2018.

Vencedor: Comercio de Pneus Oenning LTDA

Valor: 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais).

Giane Pires Leonardo - Pregoeiro

Flor do Sertão

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO Nº. 05/2018

Publicação Nº 1529227

AVISO DE LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 300/2018

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE - CREDENCIAMENTO nº. 05/2018

OBJETO. A presente licitação tem por objeto o Credenciamento de PRESTADORES DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS DE MOLDAGEM E CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA BRASIL SORRI-DENTE.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 21 de fevereiro de 2018, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes da proposta de preço e documentos de habilitação a partir do dia 21 de fevereiro de 2018 no departamento de compras e licitações junto ao Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER	DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 083/2018

Publicação Nº 1528504

	PORTARIA Nº 083/2018
DESIGNA FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente portaria DESIGNADA a funcionaria municipal PATRICIA DE FREITAS NORONHA, ocupante do cargo de Professora com Licenciatura Especifica, com carga horária de 40 horas semanais para desempenhar a função de Coordenadora Pedagógica junto ao Centro Educacional Padre Luis Muhl.

Art. 2º - Em razão da designação acima referida, fica concedida vantagem especial na ordem de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento base, conforme Lei Municipal nº 497/2011 art. 94.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 19 dias do mês de Fevereiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 084/2018

Publicação Nº 1528509

	PORTARIA Nº 084/2018
CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária ADRIANE DOPKE por tempo determinado, aprovada pelo Processo Seletivo nº 001/2017, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECIFICA, com carga horária de 40 horas semanais, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 19 dias do mês de Fevereiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 085/2018

Publicação Nº 1528511

	PORTARIA Nº 085/2018
EXONERA FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADA a Funcionaria Municipal SANDRA BATISTA MACHADO MERLO, ocupante do cargo de Professora com Licenciatura Especifica, com carga horária de 20 horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 19 dias do mês de Fevereiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 086/2018

Publicação Nº 1528513

	PORTARIA Nº 086/2018
CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária CALEN JOSIANE SPAGNOL por tempo determinado, aprovada pelo Processo Seletivo nº 001/2017, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECÍFICA, com carga horária de 20 horas semanais, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 20 dias do mês de Fevereiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 087/2018

Publicação Nº 1528611

	PORTARIA Nº 087/2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal KARIN KELLY MASSINHANI VON DENTZ, ocupante do Cargo de Psicóloga lotada na Secretaria Municipal da Saúde, no período de 20/02/2018 a 06/03/2018, conforme Decreto nº 002/2017, relativo ao período aquisitivo 08/16 a 08/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 20 dias do mês de Fevereiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 088/2018

Publicação Nº 1529159

	PORTARIA Nº 088/2018
NOMEIA FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria NOMEADA a Funcionaria Municipal SANDRA BATISTA MACHADO MERLO, no cargo de Diretora de Escola, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Fica também concedido Função Gratificada na ordem de 30% (trinta por cento) calculada sobre o vencimento base para exercer a função de Diretora do Pré-escolar. Conforme Lei Municipal nº 628/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 20 dias do mês de Fevereiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4400/2018

Publicação Nº 1528202

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 4400, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 017 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar N.º 019 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores e posteriores e ainda conforme Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho,

DECRETA :

Art.1º Fica concedido ADICIONAL DE INSALUBRIDADE de Grau Máximo a Servidora Pública Municipal SIMONE MENON DE MATOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, no valor de 40% sobre o vencimento base do município.
Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 20 de fevereiro de 2018.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL
REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4401/2018

Publicação Nº 1528209

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 4401, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, XXIV, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal TAÍSE GRIS, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 20/02/2018 à 21/03/2018, relativas ao período aquisitivo de 08/04/2016 à 07/04/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 20 de fevereiro de 2018.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018 PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018 O

Publicação Nº 1529539

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL****PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018****PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018**

O Município de Formosa do Sul representado pelo Senhor RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Legislação Vigente, TORNA PÚBLICO o Primeiro adendo ao Edital de Processo Seletivo nº 001/2018 nos seguintes termos:

I – Modifica o item 4.12 do edital e acrescenta-se a alínea “f” onde constará:

4.12. Será excluído ou desclassificado do Processo Seletivo o candidato que:

a)....

[...]

f) Não atingir 5,00 (cinco) pontos na nota final (nota de corte).

II - Permanecem inalteradas as demais disposições editalícias.

Publique-se o presente Edital para que surtam seus efeitos legais.

Formosa do Sul - SC, 20 de fevereiro de 2018.

RUDIMAR CONTE
Prefeito Municipal

Avenida Getúlio Vargas, 580
CNPJ: 80.637.424/0001-09

Centro

CEP: 89.859-000
Telefone: (49) 3343-0043

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/PMF/2018;

Publicação Nº 1529558

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 23/PMF/2018;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais para fabricação e assentamento de lajotas para uso da secretaria de Infraestrutura do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de março de 2018 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 21 de fevereiro de 2018.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº.035, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1527976

DECRETO Nº. 035 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 11, Inciso I, Alínea C, da Lei Municipal nº 2.278 de 27 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 43.595,01 (quarenta e três mil, quinhentos e noventa e cinco reais, um centavo), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social
2.022 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação
250 – 3390.00.06.52 – Aplicações DiretasR\$ 30.992,75

2.022 – Manutenção Proteção Social Básica e Especial - FEAS
251 – 3390.00.06.50 – Aplicações DiretasR\$ 12.602,26
TOTALR\$ 43.595,01

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro apurado no encerramento do exercício de 2017, conforme saldo das contas bancárias nº 30.611-8 e nº 26.819-4, ambas do Banco do Brasil S/A
TOTALR\$ 43.595,01

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2018, no valor de R\$ 710.011,87 (setecentos e dez mil, onze reais, oitenta e sete centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde
2.062 – Programa Atenção Básica - PAB
089 – 3390.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 522.128,32
2.063 – Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS
090 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 29.331,32
2.064 – Programa Estratégia Saúde da família - ESF
091 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 14.858,01
2.069 – Programa Núcleo de Apoio a saúde da Família - NASF
092 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 5.110,58
2.068 – Programa Saúde Bucal - PSB
093 – 3190.00.06.64 – Aplicações DiretasR\$ 88.153,84
2.061 – Manutenção Programa Saúde Mental - CAPS
094 – 3190.00.06.65 – Aplicações DiretasR\$ 945,65
2.066 – Programa Vigilância Sanitária
095 – 3190.00.06.66 – Aplicações DiretasR\$ 31.670,39
2.067 – Programa Vigilância Epidemiológica
096 – 3190.00.06.66 – Aplicações DiretasR\$ 17.771,39
2.071 – Manutenção Programa SAMU
097 – 3190.00.06.57 – Aplicações DiretasR\$ 42,06
TOTALR\$ 710.011,87

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro apurado no encerramento do exercício de 2017, conforme saldo das contas, conforme descrição abaixo:

- Nas dotações 89, 90, 91, 92, 93 parte do saldo, já deduzidos os Restos a Pagar, da conta nº 624.001-5, da Caixa Econômica Federal;

- Dotação 94 e 97 parte do saldo, já deduzidos os Restos a Pagar, da conta nº 624.003-1, da Caixa Econômica Federal;

- Dotação 95 e 96: parte do saldo, já deduzidos os Restos a Pagar, da conta nº 624.004-0, da Caixa Econômica Federal;

TOTALR\$ 710,011,87

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de fevereiro de 2018.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de fevereiro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº.036, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1527969

DECRETO Nº. 036, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA JOSÉ RICARDO JUNKES PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE GOVERNO, NÍVEL DAS-1.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado JOSÉ RICARDO JUNKES para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Governo, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, § 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir desta data.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de fevereiro de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de fevereiro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças**DECRETO Nº.037, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1529553

DECRETO Nº. 037 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 11, Inciso I, Alínea C, da Lei Municipal nº 2.278 de 27 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 27.851,50 (vinte e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais, cinquenta centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

1.004 – Aquisição de Terreno, Const. Ampl. Reforma e Reeq. de Unidades Escolares

247 – 4490.00.06.96 – Aplicações DiretasR\$ 8.886,74

2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental

252 – 3190.00.06.19 – Aplicações DiretasR\$ 18.964,76

TOTALR\$ 27.851,50

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será

utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro apurado no encerramento do exercício de 2017, conforme saldo das contas bancárias nº 27.419-4 e nº 17.133-6, ambas do Banco do Brasil S/A

TOTALR\$ 27.851,50

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 15 de fevereiro de 2018.

DIMAS KAMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de fevereiro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças**DECRETO Nº. 017 DE 30 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1527963

DECRETO Nº. 017 DE 30 DE JANEIRO DE 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 11, Inciso I, Alínea C, da Lei Municipal nº 2.278 de 27 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 25.676,55 (vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais, cinquenta e cinco centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.022 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação

250 – 3390.00.06.52 – Aplicações DiretasR\$ 25.676,55

TOTALR\$ 25.676,55

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos, o superávit financeiro apurado no encerramento do exercício de 2017, conforme saldo da conta bancária nº 29.368-7, do Banco do Brasil S/A, já deduzidos os Restos a Pagar.

TOTALR\$ 25.676,55

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de janeiro de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de janeiro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.295, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1527981

LEI Nº 2.295, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

RECONHECE O INTERESSE PÚBLICO E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A READEQUAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA JACOB WESTRUP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Reconhece o interesse público e autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a readequação do projeto de pavimentação da Rodovia Jacob Westrup, que liga o Município de Forquilha à BR-101, passando pelo Município de Maracajá.

§ 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar Termo de Cooperação com o Município de Maracajá para o rateio dos custos da elaboração do projeto.

§ 2º Fica vedado ao Poder Executivo Municipal de celebrar convênio(s) que impliquem, previamente a municipalização da Rodovia Jacob Westrup.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Forquilha.

Forquilha/SC, 15 de fevereiro de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 15 de fevereiro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AP18PMF09

Publicação Nº 1528425

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Contratante...: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Contrato nº...: CT16PMF23
Processo nº...: 34/2016
Contratada....: TRANSVICENTE SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA
CNPJ/CPF.....: 17.716.942/0001-73
Objeto do Apostilamento: REAJUSTE COM BASE NO INPC
FEV/2018
Descrição....: REAJUSTE COM BASE NO INPC DE FEV/2018, NO
PERCENTUAL DE 1,87%, PASSANDO DE R\$ 2,80 PARA R\$ 2,85
KM/R. VEÍCULO TIPO VAN.

Fraiburgo, 20 de Fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA

AP18PMF10

Publicação Nº 1528428

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Contratante...: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Contrato nº...: CT15PMF12
Processo nº...: 3/2015
Contratada....: KARINE DE OLIVEIRA TRANSPORTES EIRELI ME
CNPJ/CPF.....: 17.593.239/0001-15
Objeto do Apostilamento: REAJUSTE COM BASE NO INPC
FEV/2018
Descrição....: REAJUSTE COM BASE NO INPC DE FEV/2018, NO
PERCENTUAL DE 1,87%, PASSANDO DE R\$ 4,74 PARA R\$ 4,83
KM/R. VEÍCULO ÔNIBUS

Fraiburgo, 20 de Fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA

AP18PMF11

Publicação Nº 1528429

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Contratante...: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Contrato nº...: CT15PMF13
Processo nº...: 3/2015
Contratada....: TRANSVICENTE SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA
CNPJ/CPF.....: 17.716.942/0001-73
Objeto do Apostilamento: REAJUSTE COM BASE NO INPC
FEV/2018
Descrição....: REAJUSTE COM BASE NO INPC DE FEV/2018, NO
PERCENTUAL DE 1,87%, PASSANDO DE R\$ 3,55 PARA R\$ 3,62
KM/R. VEÍCULO MICROÔNIBUS.

Fraiburgo, 20 de Fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA

AP18PMF12

Publicação Nº 1528430

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Contratante...: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Contrato nº...: CT16PMF23
Processo nº...: 34/2016
Contratada....: TRANSVICENTE SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA
CNPJ/CPF : 17.716.942/0001-73
Objeto do Apostilamento: INCLUIR DOTAÇÃO REFERENTE AO
REAJUSTE DO INPC DO MÊS DE FEV/2018.
Nova Despesa....: 252/2018
Valor Previsto...: R\$382,20
Dotação Orçamentária....: 07.01.2.016.3.3.90.00.00.00.00.00
Descrição....: MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Fraiburgo, 20 de Fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017_2018-PMF
RP 0012**

Publicação Nº 1528704

Aviso do Pregão Presencial nº 0017/2018 – PMF
Registro de Preços Nº 0012/2018 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de
empresa do ramo para prestação de serviços de propaganda de rua
e sonorização, para uso nas festividades e eventos promovidos pelo
Município de Fraiburgo, Fundo Municipal de Saúde – FMS, Autar-
quia Municipal de Saneamento – SANEFRAI e Fundação Municipal
de Esportes – FME, durante o período de março de 2018 a fevereiro
de 2019. Validade da Ata de Registro de Preços: março de 2018 a
fevereiro de 2019. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/
Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 06.03.2018,
deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central,
localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Cen-
tro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo
dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15
horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edi-
tal: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais
3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.
Fraiburgo (SC), 20 de fevereiro de 2018.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018_2018-PMF
RP 0013**

Publicação Nº 1529319

Aviso do Pregão Presencial nº 0018/2018 – PMF
Registro de Preços Nº 0013/2018 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa do
ramo na prestação de serviços de jardinagem, para o órgão geren-
ciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS e
FME), durante o período de março de 2018 a fevereiro de 2019. Va-
lidade da Ata de Registro de Preços: março de 2018 a fevereiro de
2019. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos
Envelopes: até as 09:00 horas do dia 07.03.2018, deverão ser fei-
tos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na
sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo,

SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 20 de fevereiro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

serviços de recuperação da caçamba (concha), da Escavadeira Hidráulica Komatsu PC 200-8, Frota 263. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 05.03.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 20 de fevereiro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019_2018-PMF

Publicação Nº 1529386

Aviso do Pregão Presencial nº 0019/2018 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 016-2018 (ESCOLHA PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA, AUXILIAR ENSINO FUNDAMENTAL) 2018

Publicação Nº 1528431

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 016/2018

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2018, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0021/2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2018:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
4	Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental	47º ao 52º	20/02/2018 às 10:00 horas
8	Professor Educação Física	15º	20/02/2018 às 13:30 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2016.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0021/2017 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0021/2017, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- 01 foto 3/4 recente;
- Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- Cartão PIS/PASEP;
- CPF;
- Identidade;
- Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Certificado de Reservista (somente para homens);
- Registro Civil de nascimento ou casamento;
- Registro dos filhos menores de 14 anos;

- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 021/2017.

2.4 – De acordo com o item 1.7 do Edital de Contratação nº 021/2017: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – De acordo com o item 12.4 do Edital 021/2017: “O candidato cuja classificação for chamada e não estiver presente no local, data e horário estabelecidos ou que não tiver interesse em ocupar a vaga que lhe foi oferecida, irá para o final da classificação, independentemente de sua classificação original.”

2.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 19 de fevereiro de 2018.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

EXTRATO DA AT18FME07

Publicação Nº 1529175

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18FME07
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER-FME.

Fornecedor: LIGA DESPORTIVA DA REGIÃO DE FRAIBURGO – LIDERFRAY (CNPJ nº 11.666.180/0001-61).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de arbitragens e mesários para competições organizadas ou patrocinadas pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Data da Ata: 20.02.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 20.02.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0002/2018 – FME.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0002A/2017 – FME.

Registro de Preços: nº 0002/2017 – FME.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
1	160	SERVIÇO	SERVIÇO ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIA LIVRE E VETERANO	181,20
2	160	SERVIÇO	SERVIÇO DE AUXILIAR DE FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIA LIVRE E VETERANO COMPOSTA POR 2 ÁRBITROS AUXILIARES	181,20
3	110	SERVIÇO	SERVIÇO DE ARBITRAGEM FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIAS DE BASE E LIVRE FEMININO	123,98
4	110	SERVIÇO	SERVIÇO DE AUXILIAR DE FUTEBOL DE CAMPO CATEGORIAS DE BASE E LIVRE FEMININO COMPOSTA POR 2 ÁRBITROS AUXILIARES	123,98
5	250	SERVIÇO	SERVIÇO DE MESÁRIO DE FUTEBOL DE CAMPO	47,70
6	270	SERVIÇO	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL CATEGORIA LIVRE MASCULINO E VETERANO SUB 19 E SUB 17 COMPOSTA POR 2 ÁRBITROS	152,59
7	150	SERVIÇO	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL CATEGORIA FEMININO, SUB 15, SUB 13, SUB 11, COMPOSTA POR ÁRBITROS	133,52
8	100	SERVIÇO	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL CATEGORIAS SUB 07. E SUB 09 COMPOSTA POR 2 ÁRBITROS	114,42
9	250	SERVIÇO	SERVIÇO DE MESÁRIO FUTSAL	42,92
10	200	SERVIÇO	SERVIÇO DE ARBITRAGEM FUTEBOL SUÍÇO COMPOSTA POR 02 ÁRBITROS	162,13
11	200	SERVIÇO	SERVIÇO DE MESÁRIO DE FUTEBOL SUÍÇO	47,69
12	110	SERVIÇO	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE HANDEBOL VOLEIBOL E BASQUETEBOL COMPOSTA POR 02 ÁRBITROS	123,98
13	100	SERVIÇO	SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE XADREZ	38,14

Fraiburgo (SC), 20 de fevereiro de 2018.

Bruno Everling Boeira – Superintendente

PORTARIA Nº 06852018

Publicação Nº 1529024

PORTARIA Nº 0685, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 077/2018, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foi convocado um Técnico em Enfermagem através do edital do Concurso Público e que ainda está providenciando os documentos, e para que o atendimento na UPA não seja prejudicado durante o processo de convocação/nomeação;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MÔNICA DE OLIVEIRA MEIRELES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 061.445.179-52, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2018 até 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 06862018

Publicação Nº 1529026

PORTARIA Nº 0686, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Prorroga o prazo para conclusão do

Processo Administrativo Disciplinar

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; considerando especialmente o artigo 147 da Lei Complementar nº 109/2010; considerando o pedido da Comissão Especial Disciplinar, anexado ao Processo Administrativo nº 4908/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, do servidor OSMAR ALVES DOS SANTOS, a partir de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 06872018

Publicação Nº 1529029

PORTARIA Nº 0687, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ELIANE APARECIDA RODRIGUES DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 005.868.159-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE INDEFERIMENTO DA OPÇÃO DO SN 20.02.2018

Publicação Nº 1528433

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TERMO DE INDEFERIMENTO DA OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL**

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO NOTIFICA AS EMPRESAS ABAIXO RELACIONADAS DE SEU INDEFERIMENTO À OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL, SENDO QUE TERÃO O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO (Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, art. 16, § 6º; Resolução CGSN nº 94 de 29.11.2011, arts. 13 e 14; Lei Complementar Municipal nº 053/2003, A SABER: PANIFICADORA E CONFEITARIA DOÇURA LTDA - ME - CNPJ: 15.524.436/0001-57; TRANSPORTES SAÓ LTDA. - CNPJ: 00.295.744/0001-80; CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA. - ME - CNPJ: 08.281.254/0001-37; ZEFERINO FERREIRA DA SILVA - CNPJ: 85.169.936/0001-01; AOSB - MANUTENÇÃO INDUSTRIAL EIRELI - CNPJ: 03.678.852/0001-20; EXCLUSIVA VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 04.014.230/0001-60; ELISANGELA DE SOUZA BARELLO MODAS - ME - CNPJ: 19.089.840/0001-09; ACR SERVIÇOS E COBRANÇAS EIRELI - ME - CNPJ: 09.294.979/0001-22; JANDIR PAULO DOS SANTOS 96111232991 - CNPJ: 11.525.113/0001-27; CHAPEAÇÃO, PINTURA E TRANSPORTES J.M.G. EIRELI - ME - CNPJ: 21.953.301/0001-00; VALCIR ALVES 00523751966 - CNPJ: 20.697.468/0001-94; CLEITON ROBERTO RIBEIRO - CNPJ: 17.619.250/0001-07; DUDA FRIOS LTDA. - ME - CNPJ: 14.279.322/0001-26; PAULO ROBERTO DOS SANTOS COMERCIO - ME - CNPJ: 23.447.935/0001-16; ECOVERDE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA. - ME - CNPJ: 10.687.466/0001-60; MARIA LUZZI CONFECÇÕES LTDA. - ME - CNPJ: 18.460.307/0001-30; ROMAR TRANSPORTES LTDA - CNPJ: 03.955.504/0001-53; MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA - CNPJ: 22.407.866/0001-54; CONSULTÓRIO VETERINARIO TORTATO LTDA. - ME - CNPJ: 15.156.829/0001-55; ADRIANA GAI0 06709898946 - CNPJ: 14.329.224/0001-56; TRANS GMR LTDA - CNPJ: 11.966.316/0001-59; BORRACHARIA J.R. LTDA. - ME - CNPJ: 07.983.545/0001-04; NOELI TEREZINHA DOS SANTOS 94721068972 - CNPJ: 26.025.579/0001-30;

DROGARIA ILLETACOL LTDA. - ME – CNPJ: 11.784.647/0001-78; CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO MARCOS SCALABRIN S/S LTDA. - ME – CNPJ: 08.582.036/0001-32; CLAUDIA GONZATTI LAURINDO & CIA. LTDA – CNPJ: 07.964.753/0001-66; WESLEY DE MELO GONÇALVES 06037659982 – CNPJ: 26.040.159/0001-23; R.M.O. BAR E LANCHONETE LTDA – CNPJ: 03.209.700/0001-89; GUILHERME DE LIMA – CNPJ: 02.953.060/0001-54; BLANDIONARA DE VARGAS FORTES EIRELI – ME – CNPJ: 17.794.973/0001-42; EMPREITEIRA ARAUCÁRIA LTDA. - CNPJ: 04.316.070/0001-04; ALEANCE

MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA. - ME – CNPJ: 23.492.611/0001-08; VOGUE SUPERMERCADO LTDA. - CNPJ: 80.501.109/0001-41; ANA CLÁUDIA PIMENTEL 08575637932 CNPJ: 27.758.727/0001-99.

FRAIBURGO-SC., 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

VLADEMIR ANTONIO ZONTA JUNIOR
Auditor Fiscal - Matrícula 11229

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2018

Publicação Nº 1529438

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2018

DISPÕE SOBRE O VETO TOTAL DA PREFEITA MUNICIPAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 242/2017.

ADELAR RIBEIRO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber, que a Câmara Municipal aprovou em Sessão Plenária Ordinária do dia 19/02/2018 e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica mantido o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 242/2017, que “DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 98/2008”, inclusive, a Emenda Modificativa que altera redação e insere os §§ 1º e 2º ao artigo 93 da mesma norma, aprovados nas sessões de 06 e 13 de novembro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 20 de fevereiro de 2018.

ADELAR RIBEIRO DA SILVA
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 006/2018 CANCELADO

Publicação Nº 1528287

EXTRATO DE EDITAL – SOBRE O CANCELAMENTO

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que cancelou, por motivo de haver alterações no Edital, a realização do Processo Licitatório nº 006/2018, Edital de Pregão Presencial 003/2018, tipo menor preço por item que se realizará às 09h:00min. do dia 27 de fevereiro de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, contrato de repasse nº 851755/2017/SEAD/CAIXA, PROCESSO Nº 2623.1044768-68/2017, conforme especificações contidas nos anexos, que são partes integrantes deste ato convocatório. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 20 de fevereiro de 2018.

Em breve será republicado o mesmo.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

RESULTADO RECURSOS PROVAS E HOMOLOGAÇÃO FINAL - CONCURSO PUBLICO 01/2017

Publicação Nº 1528708

	MUNICÍPIO DE GALVÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 EXTRATO DE EDITAL Nº 004/2018 REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA	
--	---	--

TORNA PÚBLICO o resultado dos recursos da Prova Objetiva e a HOMOLOGAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, para o Cargo de Assistente Social. O Edital encontra-se divulgado no Pannel de Publicação da Prefeitura Municipal e nos sites www.objetivas.com.br e www.galvao.sc.gov.br. Galvão, em 21 de fevereiro de 2018. Admir Edi Dalla Cort - Prefeito Municipal.

RESULTADO RECURSOS PROVAS E HOMOLOGAÇÃO FINAL - PROCESSO SELETIVO 01/2017

Publicação Nº 1528710

	MUNICÍPIO DE GALVÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 EXTRATO DE EDITAL Nº 004/2018 REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA	
--	--	--

TORNA PÚBLICO o resultado dos recursos das Provas Objetiva e de Títulos e a HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017, para as Funções de Professor - Anos Finais do Ensino Fundamental - Matemática; Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Professor - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (Artes e Informática); Professor - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (Educação Física e Inglês); Professor - Educação Especial e Professor - Educação Infantil. O Edital encontra-se divulgado no Pannel de Publicação da Prefeitura Municipal e nos sites www.objetivas.com.br e www.galvao.sc.gov.br. Galvão, em 21 de fevereiro de 2018. Admir Edi Dalla Cort - Prefeito Municipal.

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE015/2018

Publicação Nº 1528589

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de peças de reposição, equipamentos e computadores para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 05/03/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 05/03/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 20 de fevereiro de 2018.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 001/2018 – CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1528175

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 001/2018
CONCURSO PÚBLICO 001/2015

ALEXANDRE RICARDO MARQUES DA SILVA
Candidato(a): 261920
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 29º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que em 16/01/2018 o Candidato se manifestou no prazo a ele determinado;

CONSIDERANDO que o Candidato não realizou a entrega dos documentos exigidos no anexo II da carta de convocação no prazo a ele determinado, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 14/02/2018;

Fica o(a) Sr(a). ALEXANDRE RICARDO MARQUES DA SILVA, Candidato sob o nº. 261920, em atenção ao item 16.8 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, EXCLUÍDO e conseq- entemente DESCLASSIFICADO da vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/ CAMINHÃO, para a qual tinha se classificado em 29º lugar.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2018.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 231/2018.

Publicação Nº 1529267

PORTARIA N.º 231, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ELIANE PACHECO DA SILVA, CPF n.º 024.768.969-69, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR PEDAGÓGICO, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 16/02/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/02/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 232/2018.

Publicação Nº 1529275

PORTARIA N.º 232, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ROSINEI RODRIGUES PEREIRA LOPES, CPF n.º 008.235.949-04, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR PEDAGÓGICO, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 16/02/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/02/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 233/2018.

Publicação N° 1529478

PORTARIA N.º 233, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATI-
VA INSTITUÍDA PELA PORTARIA N.º 1349/2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no
uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
Municipal e demais legislação vigente, e

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão Sindicante,
Portaria n.º 1349/2017.
RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a conclusão do Processo Sindicante, instituído pela
Portaria n.º 1349/2017, nos seguintes termos:

I - julgamento: FICA, nos termos do art. 193, da Lei Municipal
n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Sin-
dicância Administrativa, Portaria n.º 1349/2017, que concluiu pelo
arquivamento do processo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de fevereiro de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 21/02/2018, de acor-
do com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 040/2018

Publicação Nº 1527885

DECRETO Nº. 040 de 19 de fevereiro de 2018

“Dispõe sobre a nomeação da servidora Marlene Terezinha Amaral, para a função de Diretora de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeada a servidora MARLENE TEREZINHA AMARAL, para a função de Diretora de Escola, no Pré Escolar Victória Junqueira Pensky, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único – Conceda-se a servidora gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento base, na forma do art. 43, § 4º da LC 045/09.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de 19 de fevereiro de 2018.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 06/2018

Publicação Nº 1528364

Resolução nº 0006/2018

Estabelece jornada de trabalho do Servidor do Poder Legislativo Municipal.

Considerando Decreto Legislativo 10/2017;
Considerando acordo entre as partes.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 50, § 3º II do Regimento Interno desta Casa, Resolve:

Art.1º Estabelece jornada de trabalho do Servidor Orides Negrello Filho:

a – Segunda e quarta-feira, das 08:00h (oito horas) às 18:00h (dezoito horas), com intervalo para almoço, das 12:00h (doze horas) às 13:00h (treze horas).

b – Terça-feira, das 08:00h (oito horas) às 22:00h (vinte e duas horas), com intervalo de almoço das 12:00h (doze horas) às 13:00h (treze horas), além do parágrafo único transcrito abaixo.

Parágrafo Único – De acordo com o Decreto Legislativo 10/2017, art. 1º, §2º, o servidor fara jus a um intervalo de 01h (uma) hora, em horário a ser acordado com a Diretoria Administrativa ou com a Presidência, no período compreendido entre as 15:00h (quinze horas) e as 18:00h (dezoito horas).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução 03/2018.

Garuva, 20 de fevereiro de 2018

Oziel Fernandes Mattos

Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01.2018

Publicação Nº 1528206

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Secretária de Educação

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

O OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, para alimentação escolar com dispensa de licitação. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e o Projeto de Venda deverá ocorrer até às 9h do dia 21/03/2018, no Depto. de Compras e Licitações do Município de Gaspar, com sede no Edifício Edson Elias Wieser, 2º andar, na Rua São Pedro, nº 128, Centro, CEP: 89.110-082, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 21/03/2018 a partir das 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do EDITAL no Depto. de Compras e Licitações ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br, sem custo. Dúvidas: (47) 3331-1847 com Alan Vieira. BASE LEGAL: Lei nº 11.947, Resolução nº 26/2013, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

Gaspar, 08 de fevereiro de 2018.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI – Secretária Municipal de Educação

AVISO DE ABERTURA - CREDENCIAMENTO Nº 01/2018

Publicação Nº 1528437

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE GASPAR/SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE ABERTURA - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2018

OBJETO: credenciamento de coordenadores de árbitros, árbitros gerais, auxiliares e mesários, para atuação nas modalidades esportivas que compõem os eventos esportivos do calendário 2018 da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER e da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Interessados em se Credenciar poderão apresentar a documentação conforme estabelecido no Edital, a partir das 8h de 21/02/2018. Informações através do e-mail credenciamento.fme@gaspar.sc.gov.br. Íntegra do EDITAL no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar, 20 de fevereiro de 2018.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI – Secretária de Educação.

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JUNIOR – Diretor Presidente da FME.

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

Publicação Nº 1528909

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais hidráulicos para manutenção de órgãos do Município. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 05/03/2018, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 20/02/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

ERRATA AO DECRETO Nº 7.916, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529541

ERRATA AO DECRETO Nº 7.916, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 7.916, de 14 de fevereiro de 2018, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2456, de 19 de fevereiro de 2018, nos seguintes termos:

Onde se lê no artigo 2º:

"Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação."

Leia-se:

"Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14 de fevereiro de 2018."

Gaspar, 21 de fevereiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO CONTRATO SAF Nº 24/2014

Publicação Nº 1528845

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO CONTRATO SAF Nº 24/2014

Início da vigência: 01/04/2018 Vencimento: 31/03/2019. Inexigibilidade nº.: 63/2014. Objeto: Prorrogação da contratação de instituição disciplinar para execução do Projeto de Formação Continuada dos professores e funcionários da Rede Municipal de Ensino de Gaspar. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratado: FURB - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (82.662.958/0001-02). Valor total: R\$ 164.205,54 (cento e sessenta e quatro mil duzentos e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 20 de fevereiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 12/2018**

Publicação Nº 1528592

RESOLUÇÃO Nº 12/2018.

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº CM 004/2018, VISANDO A MANUTENÇÃO DO SEU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Gaspar firmou, em 2 de janeiro deste ano, o Contrato nº CM 004/2018, com a empresa Posto Soazu Ltda, visando o fornecimento do combustível gasolina comum, para suprir as necessidades da frota da edilidade;

CONSIDERANDO que na ocasião restou pactuado como valor máximo a ser pago por litro do referido combustível a importância de R\$ 3,73 [três reais e setenta e três centavos];

CONSIDERANDO o teor do pedido apresentado pela empresa contratada, datado de 2 de fevereiro de 2018, através do qual pleiteia o reajuste do preço pactuado, para o valor máximo de R\$ 3,90 [três reais e noventa centavos];

CONSIDERANDO a documentação apresentada pela contratada, notadamente a planilha que instruiu seu pedido;

CONSIDERANDO que simples pesquisa nos estabelecimentos que comercializam combustíveis demonstra que o preço praticado pelo mercado é significativamente superior ao contido no Contrato CM nº 004/2018;

CONSIDERANDO que o artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/1993 permite expressamente alterações contratuais entre a Administração e particular para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, notadamente na hipótese de sobrevirem fatos como os que se revelaram na relação contratual em comento, na medida em que configuram álea econômica extraordinária;

CONSIDERANDO que a manutenção do Contrato CM nº 004/2018 nos moldes inicialmente firmados implicaria em locupletamento sem causa da Administração Pública em face do sacrifício indevido e injustificado de particular;

CONSIDERANDO que o próprio Contrato CM nº 004/2018 traz, em sua cláusula 4.3, a possibilidade de realização do aditivo pretendido;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a Câmara Municipal de Gaspar a celebrar aditivo ao contrato nº CM 004/2018, firmado com a empresa Posto Soazu Ltda, visando o fornecimento de combustível tipo gasolina comum.

§ 1º A aditivação dirá respeito tão somente à majoração do preço máximo pago por litro, que passará a ser de R\$ 3,90 [três reais e noventa centavos].

§2º Os efeitos do aditivo poderão retroagir ao dia 2 de fevereiro deste ano, data da apresentação do pedido pela empresa Posto Soazu Ltda.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 15 de fevereiro de 2018.

MESA DIRETORA

Silvio Cleffi	Roberto Procópio de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Mariluci Deschamps Rosa	Evandro Carlos Andrietti
1ª Secretária	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 14/2018

Publicação Nº 1528594

RESOLUÇÃO Nº 14/2018

DESIGNA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, BEM COMO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 33 E SEGUINTE DA RESOLUÇÃO Nº 8/2011.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar o desempenho dos servidores durante o período de estágio probatório;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade imposta ao Poder Público, a fim de que avalie seus servidores na forma do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que os procedimentos de avaliação dos servidores podem conduzir a melhoria no serviço público, seja pelo aproveitamento ou não do avaliado;

CONSIDERANDO a necessidade de realização, ao longo deste ano de 2018, das avaliações especiais de desempenho dos servidores Célio Giovani da Silva, Geovana Vendruscolo, Marcos Alexandre Klitzke e Vagner Cesar Campos Maciel, todos em estágio probatório;

CONSIDERANDO a necessidade de composição da Comissão de Avaliação de Desempenho nos termos dos artigos 33 e seguintes da Resolução nº 8/2011, para avaliação dos servidores estáveis Clésio da Costa e Morgana Carina Lenzi;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 22/2003, alterada pela Resolução nº 36/2005 e, ainda, o teor das Resoluções números 08/2011 e 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada Comissão de Avaliação composta pelos seguintes servidores estáveis:

I - Emerson Pereira;

II - Marcelo Peterson Pereira;

III - Maurélio Soares.

§1º Em caso de impedimento ou suspeição de qualquer um dos membros titulares, ficam designados os seguintes servidores estáveis, como suplentes da referida Comissão:

I – Clésio da Costa, na qualidade de primeiro suplente;

II – Pedro Paulo Schramm, na qualidade de segundo suplente;

III – Romy Cristini Schneider, na qualidade de terceira suplente.

§2º Os membros da Comissão foram definidos por sorteio realizado no Gabinete da Presidência no dia 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Cumprirá à Comissão designada pelo artigo anterior efetuar as avaliações especiais de desempenho dos servidores em estágio probatório Célio Giovani da Silva, Geovana Vendruscolo, Marcos Alexandre Klitzke e Vagner Cesar Campos Maciel, bem como as avaliações de desempenho dos servidores estáveis Clésio da Costa e Morgana Carina Lenzi.

Art. 3º Os integrantes da Comissão, durante a realização efetiva dos trabalhos de avaliação, farão jus ao recebimento da gratificação prevista no artigo 2º, inciso I, alínea "d", da Lei Municipal nº 3.327/2011.

Art. 4º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 01 - Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 - Folha de Pagamento

e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 - Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 - Vencimentos e Salário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar (SC), em 19 de fevereiro de 2018.

MESA DIRETORA

SILVIO CLEFFI ROBERTO PROCÓPCIO DE SOUZA
Presidente Vice-Presidente

MARILUCI DESCHAMPS ROSA
1ª Secretária

EVANDRO CARLOS ANDRIETTI
2º Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 16/2018

Publicação Nº 1529471

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 16/2018

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITES ESPECIAIS PARA LACTENTES E FRALDAS GERIÁTRICAS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RESIDENTES DO MUNICÍPIO A SEREM SUBSIDIADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 05/03/2018 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 05/03/2018 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governador-celsoramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 20 de Fevereiro de 2018.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 17/2018

Publicação Nº 1529473

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 17/2018

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA COMPREENDENDO, FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO SISTEMA VIÁRIA DO MUNICÍPIO.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 05/03/2018 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 05/03/2018 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governador-celsoramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 20 de Fevereiro de 2018.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2018 DL

Publicação Nº 1529472

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL 4/2018

Câmara Municipal de Governador Celso Ramos
CNPJ: 82.703.018/0001-14
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2018 DL
PROCESSO Nº 4/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, (UM BALCÃO MDF 0,90X0,90X0,50 PARA A PIA COM ESPELHO 0,90X0,70), 04 PORTAS E EXTRUTURAS EM VIDROS E 01 PORTAS EM MDF COM NEGATIVOS, PARA CONCLUSÃO DA REFORMA DOS SANITÁRIOS E COLOCAÇÃO DE PORTAS NO PLENÁRIO DESTA CAMARA MUNICIPAL. A FIM DE ATENDER A ABNT, O SANITÁRIO PRECISOU PASSAR POR UMA REFORMA, ADEQUANDO ÀS NECESSIDADES DE PESSOAS PORTADORAS COM DEFICIÊNCIA E COLOCAÇÃO DE PORTAS NO PLENÁRIO PARA MELHORAR A QUALIDADE DAS SESSOES,

PRINCIPALMENTE A QUALIDADE SONORA.

Empresa: JORGE ROBERTO RAMOS DOS SANTOS - ME
Valor: R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais)
Prazo/Validade: 20/02/2018 à 09/03/2018.
Base Legal: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93

Governador Celso Ramos, 20 de Fevereiro de 2018.
REINALDO ERNI DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 005/2018 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1529141

DECRETO DF N. 005, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADEMIR BONETTI, Prefeito em Exercício de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 2.094, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

15.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
15.01	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
2.031	MANUTENÇÃO DO FORTALECIMENTO DE VINCULOS AO IDOSO		
3.3.90.00.00.00.00.00.3208	Aplicações Diretas	R\$	1.855,11
4.4.90.00.00.00.00.00.3209	Aplicações Diretas	R\$	5.885,07
2.033	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		
3.3.90.00.00.00.00.00.0363	Aplicações Diretas	R\$	7.449,07
4.4.90.00.00.00.00.00.0363	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

Recurso	Descrição	Valor
0363	Bolsa Família - Superávit Financeiro	14.449,07
3208	SCFV Estadual - Custeio – Superávit	1.855,11
3209	SCFV Estadual - Investimento – Superávit	5.885,07

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,

20 de fevereiro de 2018.

ADEMIR BONETTI

Prefeito em Exercício de Grão-Pará

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO DF 006/2018 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1529148

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000006/18 de 20 de Fevereiro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002094/17 de 5 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(084)3.3.90.00.00.00.00.2.016-0001 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
<hr/>	
Total Suplementação:	15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(081)3.1.90.00.00.00.00.2.016-0001 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
<hr/>	
Total Anulação:	15.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 de Fevereiro de 2017.

ADEMIR BONETTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 20 de Fevereiro de 2017.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Gravatal

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PROC 05/2018

Publicação Nº 1528307

ESTADO DE SANTA CATARINA.MUNICIPIO DE GRAVATAL.AVISO DE LICITAÇÃO.PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018.TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018.O Prefeito Municipal de Gravatal/SC, o Sr. EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações e Lei Complementar 123/2006 e alterações, com abertura para dia 09 de março de 2018, às 09h:00min, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DA PONTE DE CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO CAPIVARI NA RODOVIA MUNICIPAL GVT 451, ÁREA TOTAL DE 630M², LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE RIACHO, PARA ATENDER AO CONVÊNIO DE REPASSE: Nº 2017TR001331 JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO AO EDITAL." Mais informações no RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 121 – CENTRO. (048) 3648-8022 - E-mail: licitacao@gravatal.sc.gov.br.Gravatal, 20 de fevereiro de 2018.EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA Prefeito Municipal.

CTR 02/2018 AUTO POSTO CELI - PMG

Publicação Nº 1528201

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEO LUBRIFICANTE E OUTROS PRODUTOS AFINS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS DEPARTAMENTOS."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: AUTO POSTO CELI LTDA

ENDEREÇO: Rod. SC 438, KM 199, nº 11.401 - Bairro Tiradentes, Gravatal, Santa Catarina.

CNPJ: 07.996.426/0001-96.

VALOR: R\$ 154.893,60 (Cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e três Reais e Sessenta Centavos).

VENCIMENTO: 31/12/2018.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 17 de janeiro de 2018.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

CTR 03/2018 ANTONIO PAULO NASCIMENTO- PMG

Publicação Nº 1528207

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2018

OBJETO: "O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A MANUTENÇÃO DE SUAS RETRANSMISSORAS DE SINAL DE TV LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: ANTONIO PAULO NASCIMENTO 22119817987

ENDEREÇO: Rua Sérgio Fernandes Pereira, nº 72 – Bairro: Humaitá, Tubarão/SC.

CNPJ: 15.578.940/0001-30.

VALOR: R\$ 6.000,00 (Seis mil Reais).

VENCIMENTO: 31/12/2018.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 17 de janeiro de 2018.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

CTR 04/2018 AUTO POSTO CELI - PMG

Publicação Nº 1528210

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (BIODIESEL E BIODIESEL S-10) PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS DEPARTAMENTOS."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: AUTO POSTO CELI LTDA

ENDEREÇO: Rod. SC 438, KM 199, nº 11.401 - Bairro Tiradentes, Gravatal, Santa Catarina.

CNPJ: 07.996.426/0001-96.

VALOR: R\$ 149.464,48 (Cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e quatro Reais e quarenta e oito Centavos).

VENCIMENTO: 31/12/2018.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 22 de janeiro de 2018.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA 120/2018 - OSCAR SCHMALFUSS - FÉRIAS

Publicação Nº 1528103

PORTARIA Nº 120/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal OSCAR SCHMALFUSS, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 05/11/2013 a 04/11/2014, devendo ser gozadas no período de 01/02/2018 a 02/03/2018;

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 121/2018 - FATIMA DOS SANTOS LOURENÇO - FÉRIAS

Publicação Nº 1528106

PORTARIA Nº 121/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal FATIMA DOS SANTOS LOURENÇO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Contratada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 22/02/2017 a 21/02/2018, devendo ser gozadas no período de 01/02/2018 a 02/03/2018;

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 122/2018 - SILVIO DOS SANTOS CABRAL JUNIOR - FÉRIAS

Publicação Nº 1528107

PORTARIA Nº 122/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal SILVIO DOS SANTOS CABRAL JUNIOR, ocupante do cargo de Professor Ensino Fundamental - Contratado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 22/02/2017 a 21/02/2018, devendo ser gozadas no período de

01/02/2018 a 02/03/2018;

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 123/2018 - ANGELITA APARECIDA DOS SANTOS - EXONERAR

Publicação Nº 1528108

PORTARIA Nº 123/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

REVOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora ANGELITA APARECIDA DOS SANTOS, do Cargo de Técnica em Enfermagem ESF, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 124/2018 - CLEINILS RODRIGUES DA SILVA - EXONERAR

Publicação Nº 1528111

PORTARIA Nº 124/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

REVOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, do Cargo de Farmacêutico Bioquímico, de provimento efetivo, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 125/2018 - SCHEILA JOCHEN BROGNARA - EXONERAR

Publicação Nº 1528112

PORTARIA Nº 125/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora SCHEILA JOCHEN BROGNARA, do Cargo de Professora Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 30 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 126/2018 - LETICIA RODRIGUES ZANETE - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 1528113

PORTARIA Nº 126/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

CONCEDER 03 (três) meses de Licença Prêmio à servidora municipal LETICIA RODRIGUES ZANETE, matrícula nº 10673/03, ocupante do cargo de Psicóloga - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 02/12/2011 a 02/12/2016, devendo ser gozada no período de 01/02/2018 a 01/05/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

PORTARIA 127/2018 - MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 1528115

PORTARIA Nº 127/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

CONCEDER 03 (três) meses de Licença Prêmio à servidora municipal MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES, matrícula nº 10047/01, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas

semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 04/12/2008 a 04/12/2013, devendo ser gozada no período de 01/02/2018 a 01/05/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

PORTARIA 128/2018 - MARIA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS - LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 1528116

PORTARIA Nº 128/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

CONCEDER 03 (três) meses de Licença Prêmio à servidora municipal MARIA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS, matrícula nº 10501/05, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do art. 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar Municipal nº 157, de 17 de abril de 2012, referente ao quinquênio 07/02/2008 a 07/02/2013, devendo ser gozada no período de 01/02/2018 a 01/05/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publique-se e Cumpra-se.

PORTARIA 129/2018 - GISLANE CORREA MARCOLINO - LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 1528119

PORTARIA Nº 129/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal GISLANE CORREA MARCOLINO, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil - Contratada, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 01/02/2018 até o dia 31/05/2018 de acordo com o inciso XVIII do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 130/2018 - GRAZIELA DE OLIVEIRA LORETO - ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO

Publicação Nº 1528122

PORTARIA Nº 130/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada GRAZIELA DE OLIVEIRA LORETO, para o Cargo de ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO, com carga Horária de 40 horas semanais, a contar de 01 de fevereiro de 2018, percebendo o vencimento relativo ao Grupo VI, do anexo VII, da Lei Complementar Nº 139/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 131/2018 - NACHELI MENDES MACHADO - FÉRIAS

Publicação Nº 1528123

PORTARIA Nº 131/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal NACHELI MENDES MACHADO, ocupante do cargo de Agente Comunitária ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 17/03/2016 a 16/03/2017, devendo ser gozadas no período de 01/02/2018 a 02/03/2018;

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 133/2018 - MARIA GORETE PLACIDO FRANCISCO - APOSENTADORIA

Publicação Nº 1528128

PORTARIA N.º 133/2018 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO: a Carta de Concessão da Previdência Social – INSS, com data de 17/10/2017, que concede aposentadoria por tempo de Contribuição (Professor) a senhora Maria Gorete Placido Francisco, Benefício de Nº 178.600.674-7.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar por aposentadoria por tempo de contribuição (Professor) a Senhora MARIA GORETE PLACIDO FRANCISCO, do cargo de Professora Ensino Fundamental, de provimento efetivo,

com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com base no Art. 173, § único, da Lei Complementar 22/2003, e Art. 40, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a partir de 01/02/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 01 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 134/2018 - CRISTINI MARTINS FERREIRA - FÉRIAS

Publicação Nº 1528129

PORTARIA Nº 134/2018 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal CRISTINI MARTINS FERREIRA, ocupante do cargo de Supervisora Geral dos Serviços da Rede Básica de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, devendo ser gozadas no período de 05/02/2018 a 06/03/2018;

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 05 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 135/2018 - FRANCIELI MENDES - FÉRIAS

Publicação Nº 1528131

PORTARIA Nº 135/2018 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 15 (quinze) dias de férias a servidora municipal FRANCIELI MENDES, ocupante do cargo de Enfermeira ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 02/04/2017 a 01/04/2018, devendo ser gozadas no período de 05/02/2018 a 19/02/2018;

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 05 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 136/2018 - PATRICIA SCHMOELLER CORREA - FÉRIAS

Publicação Nº 1528133

PORTARIA Nº 136/2018 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal PATRICIA SCHMOELLER CORREA, ocupante do cargo de Psicóloga ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 26/12/2016 a 25/12/2017, devendo ser gozadas no período de 05/02/2018 a 06/03/2018;

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 05 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 137/2018 - EDUARDO FERNANDES MENDONÇA - FÉRIAS

Publicação Nº 1528145

PORTARIA Nº 137/2018 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal EDUARDO FERNANDES MENDONÇA, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 04/04/2016 a 03/04/2017, devendo ser gozadas no período de 05/02/2018 a 06/03/2018;

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 05 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 138/2018 - LUIZ VOLNEI DA SILVA CAETANO - ABONO PECUNIÁRIO

Publicação Nº 1528156

PORTARIA Nº 138/2018 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONVERTER 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário ao servidor municipal LUIZ VOLNEI DA SILVA CAETANO, ocupante do cargo de Tesoureiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 04/01/2017 a 03/01/2018.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 05 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 139/2018- IGORMENDES- AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS

Publicação Nº 1528163

PORTARIA N.º 139/2018 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o servidor IGOR MENDES – CNH Nº 06526564505 a dirigir de forma eventual, os veículos da frota da Prefeitura Municipal de Gravatal.

§ 1º - Os veículos poderão ser utilizados pelo servidor em casos de necessidade quando não houver motoristas disponíveis.

§ 2º - O servidor mencionado neste artigo, somente poderá dirigir veículos da frota municipal conforme categoria de habilitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 05 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA 140/2018 - CLEUSA DEMETRIO - EXONERAR

Publicação Nº 1528165

PORTARIA Nº 140/2018 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

REVOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora CLEUSA DEMETRIO, do Cargo de Professora Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 06 de Fevereiro de 2018.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 141/2018 - LUIZ CARLOS MICHELS BARCELOS - SUPERVISOR DE DEPARTAMENTO

Publicação Nº 1528169

PORTARIA N.º 141/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear LUIZ CARLOS MICHELS BARCELOS, para o Cargo de SUPERVISOR DE DEPARTAMENTO, com carga Horária de 40 horas semanais, a contar de 08 de fevereiro de 2018, percebendo o vencimento relativo ao Grupo VII, do anexo VI, da Lei Complementar Nº 139/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 08 de Fevereiro de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 142/2018 - NOMEAÇÃO COMISSÃO PAD INQUÉRITO ANDREZZA 838-2018

Publicação Nº 1528174

PORTARIA Nº 142/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para aplicar a responsabilidade e Aplicação de Penalidade das Servidoras Andrezza Steiner de Araújo e Elânia Carvalho Cargnin, nos termos do despacho de folhas 159/163 dos autos do Inquérito Administrativo 838/2016, para tanto nomeio os seguintes membros:

A- Dra. Bruna Mendonça Leandro OAB/SC 48/956 Presidente;

B- Alexsandro Magaroto de Oliveira Membro

C- Anderson Policarpo Darela Neves Membro

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 08 de Fevereiro de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 35.2018 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1528095

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC
CNPJ: 82.821.216/0001-82

RUA ADEMAR DE BARROS, 85

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 39/2018 (Sequência: 1)

PREGÃO PRESENCIAL 29/2018

Processo Administrativo: 35/2018

Processo de Licitação: 35/2018

Data do Processo: 06/02/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR ATÉ 160 HORAS DE CURSO BÁSICO DE BALLET CLÁSSICO DURANTE O ANO DE 2018, PARA CRIANÇAS DE 04 À 12 ANOS. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE POIS PROPORCIONA O DESENVOLVIMENTO LÚDICO, PSICOLÓGICO, CULTURAL, FÍSICO E EMOCIONAL DAS CRIANÇAS.

Às 09:00 horas do dia 20 (vinte) de fevereiro de dois mil e dezoito, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 35/2018, Pregão Presencial 29/2018 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de novas propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 06/03/2018, às 09:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Publique-se

COMISSÃO:

Guaraciaba, 20 de fevereiro de 2018

ALDO JUSTINI SALVI - PREGOEIRO

LETÍCIA SANTIN DA SILVA - EQUIPE DE APOIO

FÁTIMA HOFFMANN – EQUIPE DE APOIO/SUPLENTE

EXTRATOS CONTRATOS 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 E 44.2018.DOCX

Publicação Nº 1528970

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 35/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: BEDROOM MOVEIS LTDA - EPP

Valor : 40.000,00 (quarenta mil reais)

Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 20/02/2028

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : CONCESSÃO DE USO COM ONUS, CONCORRENCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA INTERESSADA, DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA EM MADEIRA, DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA AMPLIAÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL COMO FORMA DE INCENTIVO À INDÚSTRIA NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.046/17 E QUE TENHA INTERESSE

EM

AMPLIAR GALPÃO INDUSTRIAL, COM INCENTIVO DE ATÉ R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), PARA SER DEVOLVIDO NOS PERCENTUAIS E PRAZOS QUE TRATAM A LEI MUNICIPAL Nº 1.490/99 E ALTERAÇÕES.

Contrato Nº.: 36/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: DOMINGOS MARCON E CIA LTDA

Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 20/02/2028

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONCESSÃO DE USO COM ÔNUS PARA EMPRESA INTERESSADA DO RAMO DE COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIA EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS-SUPERMERCADOS COMO FORMA DE INCENTIVO À INDÚSTRIA NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.048/17 alterada pela

Lei Municipal 3.069/17 E QUE TENHA INTERESSE EM IMPLANTAR OU

AMPLIAR EMPRESA DO RAMO DE COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS- SUPERMERCADOS.

Contrato Nº.: 37/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: TRATAE INDUSTRIA E COMERCIO PARA SANEAMENTO AMBIEN

Valor : 13.200,00 (treze mil duzentos reais)

Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 20/02/2028

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : CONCESSÃO DE USO COM ÔNUS PARA EMPRESA INTERESSADA, DO RAMO DE COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EM GERAL, BENEFICIAMENTO DE CARVÃO ENTRE OUTROS, COMO FORMA DE INCENTIVO À INDÚSTRIA NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.049/17 alterada pela Lei

Municipal 3.068/17 E QUE TENHA INTERESSE EM IMPLANTAR OU AMPLIAR EMPRESA DO RAMO DE COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, BENEFICIAMENTOS DE CARVÃO, ENTRE OUTROS.

Contrato Nº.: 38/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: ANTONIO JOSÉ KNOB

Valor : 4.322,50 (quatro mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SER UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL.

Contrato Nº.: 39/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: DARCI FILLIMBERT

Valor : 122,20 (cento e vinte e dois reais e vinte centavos)
 Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SER UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL.

Contrato Nº.: 40/2018
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: LORENI SALETE MEYER HÜBNER
 Valor : 1.372,00 (um mil trezentos e setenta e dois reais)
 Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SER UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL.

Contrato Nº.: 41/2018
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: CELSO ROSETTI E NAIR ROSSETTI
 Valor : 988,10 (novecentos e oitenta e oito reais e dez centavos)
 Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SER UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL.

Contrato Nº.: 42/2018
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: ASSOCIACAO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI
 Valor : 14.529,80 (quatorze mil quinhentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SER UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL.

Contrato Nº.: 43/2018
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E
 Valor : 17.961,50 (dezessete mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SER UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL. MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contrato Nº.: 44/2018
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: Associação Familiar Balbinot
 Valor : 3.330,60 (três mil trezentos e trinta reais e sessenta

centavos)
 Vigência : Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2018
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SER UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 13.2018.DOCX

Publicação Nº 1528952

CONCORRÊNCIA Nº 01/2018
 PROCESSO Nº 13/2018 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2018
 CONCEDENTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 OBJETO: CONCESSÃO DE USO COM ÔNUS PARA EMPRESA INTERESSADA DO RAMO DE COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIA EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS-SUPERMERCADOS COMO FORMA DE INCENTIVO À INDUSTRIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.048/17 alterada pela Lei Municipal 3.069/17.
 CONCESSIONÁRIO: DOMINGOS MARCON E CIA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 0,00 (zero)
 OBJETO: CONCESSÃO DE USO COM ÔNUS PARA EMPRESA INTERESSADA, DO RAMO DE COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EM GERAL, BENEFICIAMENTO DE CARVÃO ENTRE OUTROS, COMO FORMA DE INCENTIVO À INDÚSTRIA NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.049/17 alterada pela Lei Municipal 3.068/17.
 CONCESSIONÁRIO: TRATAE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PARA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 0,00 (zero)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 146.2017.DOCX

Publicação Nº 1528961

CONCORRÊNCIA Nº 7/2017
 PROCESSO Nº 146/2017 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2018
 CONCEDENTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 OBJETO: CONCESSÃO DE USO COM ONUS, CONCORRENCIA PARA SELEÇÃO DE EMPRESA INTERESSADA, DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA EM MADEIRA, DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA AMPLIAÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL COMO FORMA DE INCENTIVO À INDÚSTRIA NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.046/17 E QUE TENHA INTERESSE EM AMPLIAR GALPÃO INDUSTRIAL, COM INCENTIVO DE ATÉ R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), PARA SER DEVOLVIDO NOS PERCENTUAIS E PRAZOS QUE TRATAM A LEI MUNICIPAL Nº 1.490/99 E ALTERAÇÕES.

CONCESSIONÁRIO: BEDROOM MOVEIS LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 0,00 (zero)

=====

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 30.2018.DOCX

Publicação Nº 1528943

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018
 PROCESSO Nº 30/2018 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2018
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 25 MPA BOMBEÁVEL E ENTREGUE NO LOCAL DA OBRA NO MUNICIPIO DE GUARACIABA, COMO FORMA DE INCENTIVO AO COMERCIO,

CONFORME LEI DE INCENTIVO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.048/17 alterada pela Lei Municipal 3.069/17.

CONTRATADO: BRITADOR OESTE LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 45.2018.DOCX

Publicação Nº 1528964

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2018
PROCESSO Nº 45/2018 HOMOLOGAÇÃO: 20/02/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA SER UTILIZADO NA PREPARAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL.

CONTRATADO: ANTONIO JOSÉ KNOB
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.322,50 (quatro mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso ART.14 CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: CELSO ROSETTI E NAIR ROSSETTI
VALOR DA DESPESA: R\$ 988,10 (novecentos e oitenta e oito reais e dez centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso ART.14 CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: ASSOCIACAO FAMILIAR PLETSCH & SARTORI
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.529,80 (quatorze mil quinhentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso ART.14 CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: LORENI SALETE MEYER HÜBNER
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.372,00 (um mil trezentos e setenta e dois reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso ART.14 CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: Associação Familiar Balbinot
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.330,60 (três mil trezentos e trinta reais e sessenta centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso ART.14 CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.961,50 (dezessete mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso ART.14 CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: DARCI FILLIMBERT
VALOR DA DESPESA: R\$ 122,20 (cento e vinte e dois reais e vinte centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso ART.14 CAPUT da Lei de Licitações.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 06.18 CURSO DE VIOLÃO, FLAUTA E VOCAL.DOC

Publicação Nº 1529088

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2018.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 09/18, Edital de Pregão Presencial Nº 06/18. Objeto: Contratação de Empresa para ministrar aulas de VIOLÃO, FLAUTA E VOCAL; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 06/03/18; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 06/03/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 20 de fevereiro de 2018.

IDIONE KROTH FABBI,
Ordenador do FMAS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 07.18 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SCFV.DOC

Publicação Nº 1529204

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2018.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 10/18, Edital de Pregão Presencial Nº 07/18. Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo e Expediente para uso no SCFV; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 07/03/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 07/03/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 20 de fevereiro de 2018.

IDIONE FABBI KROTH,
Ordenador do FMAS

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO EDITAL Nº 12/2018 - PMG

Publicação Nº 1528678

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 12/2018 – PMG

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na publicação de jornais impressos, com circulação mínima comprovada de 3 (três) edições semanais, de caráter informativo e educativo, campanhas de utilidade pública, divulgação institucional de eventos e campanhas do Poder Público nas diversas áreas da Administração Pública para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade.

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC).

Entrega da documentação a partir de 12 de março de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

O Edital poderá ser adquirido no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, no Setor de Licitações, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, ou pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 20 de fevereiro de 2018.

Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FMS CD 17/2018

Publicação Nº 1527968

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº 17/2018

O município de Guarujá do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material e serviço para revisão obrigatória de 20.000 km do veículo Fiat/Siena Attractiv QIL 8958, utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes.

Fornecedor: GAMBATTO VEICULOSÃO MIGUEL LTDA

Valor Total - R\$ 521,97 (Material – R\$ 359,97 - Serviço R\$ 162,00)

Guarujá do Sul, SC, 20 de fevereiro de 2018.

Volnei Luís Gossler,

Secretaria Municipal de Saúde.

Guatambú

PREFEITURA

EXTRATO ATA RP 04/2018

Publicação Nº 1528427

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE GUATAMBU
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA Nº: 04/2018

DETENTORAS: FONSECA E SERAFINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME; NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME; ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA – EPP; AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP; ADRIANO DAL PIVA – ME; AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS GRUPOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À FAMÍLIA; DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS; GRUPOS DE IDOSOS E CESTA BÁSICA (SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA A FAMÍLIA - PAIF) PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Empresa	Itens	Descrição	Un	Qtde	VL.Unit.	Valor Total Item
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	9	Amido de milho, pacote de 500 gr, embalagem de polietileno resistente, data de fabricação e prazo de validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega.	Pct	60,00	3,30	198,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	11	AVEIA EM FLOCOS PCT 500 GRS	Pct	100,00	6,93	693,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	20	Bolacha tipo rosquinha amanteigado sabor chocolate, embalagem de 330 gr	Pct	200,00	4,74	948,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	25	Café tipo moido, torrado, embalagem aluminizada interna e externa, embalado a vácuo, embalagem de 1 kg	UN	200,00	15,48	3.096,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	28	Canela rama, embalagem de 10 gr	Pct	80,00	3,05	244,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	44	Chá mate tostado diversos sabores caixa c/ 25 saches	CX	40,00	5,69	227,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	46	Colorífico (colorau de urucum), embalagem de 500 gr	UN	40,00	4,17	166,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	49	Cravo da índia embalagem de 10 gr	Pct	10,00	3,14	31,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	55	EXTRATO DE TOMATE 840 GR	UN	200,00	9,09	1.818,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	56	Erva doce embalagem de 20 gr	UN	15,00	3,29	49,35
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	57	Farinha de mandioca torrada, embalagem de 500 gr	UN	15,00	5,14	77,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	67	Gelatina em pó diversos sabores, embalagem de 85 gr	UN	200,00	1,19	238,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	68	Geléia de frutas tipo caseiro/colonial, sabores de figo, uva, abóbora, embalagem de 700 gr	UN	100,00	9,44	944,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	72	Leite longa vida integral UHT, embalagem tetrapark de 1 litro, caixa com 12 unidades	CX	400,00	36,69	14.676,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	74	Louro folha, embalagem de 5 gr, intergro e dentro do prazo de validade	UN	10,00	1,98	19,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	83	Orégano embalagem de 20 gr	UN	20,00	2,79	55,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	90	Pirulito sortido pacote de 1 kg	UN	150,00	15,47	2.320,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	96	Sal marinho iodado refinado, embalagem de 1 kg	UN	60,00	2,11	126,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	98	Suco de uva integral sem adição de açúcares ou água, embalagem de 1,5 lt	UN	50,00	16,79	839,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	151	Conserva de pêssego em lata 500 gr	UN	350,00	9,35	3.272,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	155	Orégano pacote de 500 gr	Pct	100,00	26,99	2.699,00

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	156	Açúcar mascavo	KG	80,00	7,74	619,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	157	Gelatina diversos sabores embalagem de 30 gr	Pct	180,00	1,28	230,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	163	Mistura para bolo sabores diversos 450 gr	Pct	800,00	4,39	3.512,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	166	Erva mate industrializada para chimarrão, pacote de 1 kg	Pct	150,00	9,39	1.408,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	169	Guardanapo de papel pacote com 50 unidades medindo 24cmx22cm	Pct	200,00	2,29	458,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	176	Filtro para café em papel numero 102 com 30 unidades	Pct	50,00	3,64	182,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	182	Filtro para café nº 102 com 30 unidades	UN	30,00	3,92	117,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	183	Água mineral natural sem gás, garrafa plástica 500 ml	UN	500,00	1,44	720,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	3	Açúcar cristal, não refinado, pacote com 5 kg, origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, em embalagem plástica, transparente, resistente. Deve constar data de fabricação e validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega.	Pct	100,00	14,50	1.450,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	5	Achocolatado em pó, instantâneo enriquecido com no mínimo 6 vitaminas, embalagem de 400 gr, prazo de validade mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	Pct	300,00	4,65	1.395,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	8	Amendoim descascado, selecionado, tamanho médio, tipo 1, embalado em saco de polietileno atóxico e resistente, embalagem de 500 gr com selo da ABICAB.	Pct	100,00	4,63	463,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	17	Bolacha tipo Cream Cracker com gergilim, embalagem de 400 gr	UN	200,00	5,35	1.070,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	19	Bolacha tipo maria sabor chocolate, embalagem de 400gr	Pct	150,00	4,60	690,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	22	Bombom 1 kg	Pct	300,00	31,80	9.540,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	23	Cacau em pó sem açúcar, embalagem de 200 gr	Pct	50,00	9,00	450,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	24	Café soluvel granulado, embalagem de 200 gr	UN	100,00	12,85	1.285,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	31	carne bovina moída de 1º qualidade, sem nervos, não congelada	KG	500,00	13,85	6.925,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	33	Carne bovina filé e alcatra de boa qualidade não congelada	KG	250,00	22,55	5.637,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	37	Carne suína, pernil sem osso, sem pele, sem gordura, picada em cubos	KG	700,00	13,39	9.373,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	38	Linguiça de carne suína congelada	KG	500,00	14,00	7.000,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	42	Chá camomila caixa c/ 10 saches	CX	20,00	2,94	58,80
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	43	Chá de erva doce caixa c/ 10 saches	CX	20,00	2,92	58,40
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	52	LEITE CONDENSADO 200 GR EMBALAGEM LONGA VIDA	UN	250,00	3,75	937,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	53	Doce de leite caseiro/colonial, embalagem de 700 gr	UN	40,00	12,10	484,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	60	Farinha de trigo tipo 1 enriquecida com acido fólico e ferro, embalagem de 5 kg	Pct	130,00	10,75	1.397,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	62	Farinha láctea embalagem de 400 gr	Pct	20,00	20,50	410,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	65	Fermento químico em pó embalagem de 250 gr	UN	80,00	3,50	280,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	71	Leite em pó integral instantâneo fortificado com vitaminas: C, A, E e D, embalagem de aluminio de 800 gr	UN	120,00	21,38	2.565,60
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	82	Óleo de soja, refinado, embalagem de 900 ml, prazo de validade minimo de 10 meses a contar da data de entrega.	UN	150,00	3,77	565,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	92	Queijo tipo colonial, embalagem individual selada	KG	150,00	24,80	3.720,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	93	Queijo tipo mussarela fatiado	KG	150,00	33,20	4.980,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	95	Sagu, tipo perola, pacote de 500 gr, prazo de validade minimo de 10 meses a contar da data de entrega.	Pct	100,00	3,58	358,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	101	Refrigerante 2 litros sabores diversos	UN	1.000,00	5,11	5.110,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	113	Bolo de chocolate com cobertura de chocolate em pedaços	KG	80,00	17,40	1.392,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	114	Bolo de fubá sem cobertura em pedaços	KG	80,00	17,40	1.392,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	116	Docinhos diversos (brigadeiro, beijinho, cajuzinhos)	KG	150,00	21,00	3.150,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	117	Enroladinho de salsicha pequeno	KG	100,00	21,00	2.100,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	118	Esfira de carne pequena	KG	100,00	21,00	2.100,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	119	Esfira de frango pequena	KG	100,00	21,00	2.100,00

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	122	Mini cuca	KG	100,00	12,60	1.260,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	125	Palito salgado integral	KG	100,00	21,99	2.199,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	128	Risoles de carne pequeno	KG	100,00	22,00	2.200,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	129	Risoles de frango pequeno	KG	100,00	21,00	2.100,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	130	Risoles de presunto e queijo pequeno	KG	100,00	21,00	2.100,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	135	Torta fria de frango ou frios	KG	30,00	36,90	1.107,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	136	Torta assada salgada tipo empadão de frango	KG	40,00	36,90	1.476,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	137	Torta assada salgada tipo empadão de palmito	KG	40,00	36,90	1.476,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	138	Pastelzinho assado diversos sabores (frango, carne, presunto e queijo)	KG	100,00	21,00	2.100,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	143	Cuca simples	KG	300,00	10,89	3.267,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	150	Caixa de chocolates sortidos ao leite de boa qualidade 375 gr	CX	700,00	9,93	6.951,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	152	Panetones com gotas de chocolate sem danos mecânicos e industriais 500 gr	UN	500,00	15,50	7.750,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	154	Pastel bolha pequeno recheio de frango	KG	100,00	21,00	2.100,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	158	Prato descartável pequeno para sobremesa pacote com 10 unid	Pct	150,00	2,16	324,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	165	Bala mole sortidas sabor frutas, pacote com 01 kg	Pct	250,00	11,89	2.972,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	168	Copo descartável para água 200 ml, pacote com 100 unidades.	Pct	300,00	4,30	1.290,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	170	Prato descartável tamanho grande com 10 unidades	Pct	100,00	4,89	489,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	172	Biscoito recheado 140 gr sabores diversos	UN	500,00	1,97	985,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	177	Prato descartável de papel tamanho médio com 10 unidades	Pct	50,00	4,30	215,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	179	Mini pizza recheada sabores diversos	KG	100,00	21,00	2.100,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	180	Empadas recheadas com palmito e frango	KG	60,00	21,00	1.260,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	181	Walfer (tipo bis) recheado com chocolate e cobertura de chocolate, caixa com 20 unidades	CX	500,00	4,74	2.370,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	185	Cesta de Alimentação contendo: 01 pacote 5kg arroz tipo 01 parboilizado; 01 pacote 5kg de farinha de trigo especial tipo 01; 01 pacote de 5kg de açúcar cristal; 03 pacotes de 01 kg de feijão preto tipo 01; 01 pacote de 01kg de farinha de milho fina; 01 pacote de 01 kg de macarrão tipo parafuso; 02 pacote de leite em pó 400 gr; 02 unidades de óleo de soja 900ml (pet); 01 unidade de café solúvel granulado 200 gr em vidro; 01 pacote de sal refinado 1kg; 01 unidades de mistura doce 400 gr sabores diversos; 01 pacote de biscoito doce tipo maria 400gr; 01 sabonete 90 gr; 01 pacote de sabão em pó multi uso 500 gr; 01 creme dental 90 gr.	UN	600,00	118,95	71.370,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	10	Arroz parboilizado, beneficiado, longo, fino, tipo 1, pacote de 5 kg, com selo da ABIAP, prazo de validade mínimo de 5 meses, a contar da data de entrega.	Pct	250,00	13,91	3.477,50
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	18	Bolacha tipo Maria, embalagem de 400 gr	Pct	200,00	4,61	922,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	21	Bolacha tipo rosquinha sabor coco, embalagem de 330 gr	Pct	200,00	2,00	400,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	29	Canjica amarela tipo 1, embalagem de 500 gr	Pct	60,00	3,35	201,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	35	Carne de frango tipo coxa e sobrecoxa, sem dorso, congelada e sem tempero, em pacotes de 1k, embalagem em polietileno atóxica, resistente, com peso e data de validade, com selo de inspeção sanitária e registros nos órgão competentes.	KG	1.000,00	5,40	5.400,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	41	Cereal matinal sem açúcar, embalagem de 2 kg	UN	150,00	21,80	3.270,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	45	Coco ralado não acrescido de açúcar, em embalagem de 100 gr	UN	40,00	4,05	162,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	51	CREME DE LEITE 200 GR	FR	100,00	2,75	275,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	59	Farinha de milho, enriquecida com ferro e ácido fólico, em embalagem atóxica de 5 kg, prazo de validade mínimo de 5 meses a contar da data de entrega.	UN	50,00	12,60	630,00

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	63	Feijão preto, tipo 1, safra do ano, livre de sujidades, grãos mofados e quebrados, em embalagem de 1 kg, prazo de validade minimo de 5 meses a contar da data de entrega.	KG	300,00	4,45	1.335,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	66	Filé de tilápia congelado, embalagem de 1 kg	KG	30,00	24,99	749,70
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	87	Pó para pudim pacote de 40 gr , com 05 unidades	Pct	150,00	4,70	705,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	89	Polvilho doce, embalagem de 500 gr	UN	30,00	4,50	135,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	100	Vinagre tinto, embalagem de 3 litros	UN	100,00	19,80	1.980,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	148	Pipoca embalagem de 500 gr	Pct	200,00	3,70	740,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	159	Palito de dente, caixa com 10 unid	CX	25,00	2,29	57,25
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	161	Colher descartável p/ sobremesa com 50 unidades	Pct	200,00	4,59	918,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	162	Garfo descartável de sobremesa com 50 unidades	Pct	200,00	4,59	918,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	164	Coco ralado fino úmido e adoçado 100 gr	Pct	40,00	4,10	164,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	167	Suco de laranja natural concentrado congelado	Ltr	500,00	15,74	7.870,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	1	Abacaxi de 1ª qualidade, tamanho grande, isento de danos mecânicos e fisiológicos	UN	100,00	4,55	455,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	4	Alho, in natura, de 1º qualidade, sem réstia, sem casca, bulbo inteiro, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, sem sujidades, parasitas e larvas, com identificação do produto.	KG	50,00	14,50	725,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	12	Banana tipo caturra, de primeira qualidade, com grau médio de amadurecimento.	KG	300,00	2,65	795,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	13	Batata inglesa, de 1º qualidade, tamanho médio, consistência firme, sem indícios de germinação, isenta de sujidades, sem danos mecânicos, parasitas e larvas.	KG	300,00	2,80	840,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	16	Beterraba de primeira qualidade, tamanho médio, ausentes de rachaduras ou cortes na casca, livres de umidade externa, bolor, terra e resíduos de fertilizantes.	KG	200,00	2,80	560,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	39	Cebola de primeira qualidade, redonda ou em formato de pera, bulbos firmes com casca seca sem broto e pescoço seco e cicatrizado, sem presença de feridas, áreas amolecidas, mofos ou manchas.	KG	250,00	2,70	675,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	40	Cenoura, de primeira qualidade, nova, de tamanho médio, com ausência de rachaduras ou cortes na casca, livres de umidade externa, bolor, terra, parasitas e resíduos de fertilizantes.	KG	200,00	2,90	580,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	70	Laranja lima sem danos mecânicos ou biológicos	KG	500,00	2,45	1.225,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	75	Maça fugi sem danos mecânicos ou biológicos	KG	600,00	3,95	2.370,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	76	Mamão formosa sem danos mecânicos ou biológicos	KG	400,00	3,65	1.460,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	77	Manga rosa sem danos mecânicos ou biológicos	KG	240,00	3,80	912,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	79	Melancia sem danos mecânicos ou biológicos	KG	600,00	1,60	960,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	81	PINHÃO	KG	150,00	9,95	1.492,50
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	99	Tomate, frescos íntegros e firmes, sem amassados ou feridas e manchas na casca, ou qualquer alteração que afete a qualidade, grau médio de maturação, não conter terra, isento de corpos estranhos aderidos na casca, com ausência de umidade e bolor.	KG	500,00	3,85	1.925,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	103	CHUCHU	KG	300,00	3,85	1.155,00

AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	107	BATATA DOCE	KG	300,00	3,00	900,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	144	Melão branco doce	KG	120,00	4,50	540,00
FONSECA E SERAFINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	94	Repolho verde, 1º qualidade, isento de fungos, sujidades, danos mecânicos e fisiológicos.	KG	800,00	2,55	2.040,00
FONSECA E SERAFINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	102	Alface, folhas verde, frescas, sem traços de descoloração, ressecamento ou queimaduras. Livres de folhas sujas de terra, com ausência de insetos e resíduos de fertilizantes. Acondicionados individualmente em embalagem transparente e atóxica.	UN	700,00	2,75	1.925,00
FONSECA E SERAFINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	108	COUVE-FLOR	UN	300,00	3,83	1.149,00
FONSECA E SERAFINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	109	Mandioca sem casca congelada e embalada	KG	500,00	3,95	1.975,00
FONSECA E SERAFINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	145	Rúcula - maço	UN	100,00	2,80	280,00
FONSECA E SERAFINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	146	Tempero verde, sem danos mecânicos - maço	UN	400,00	2,89	1.156,00
FONSECA E SERAFINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	147	Almeirão ou escarola, sem danos mecânicos	UN	200,00	2,85	570,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	2	APRESUNTADO FATIADO EMBALADO, 200 GR	Pct	250,00	6,38	1.595,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	14	Bebida a base de soja 1 litro	UN	30,00	7,15	214,50
ADRIANO DAL PIVA - ME	15	Bebida Láctea UHT, diversos sabores em embalagem de 900 ml	UN	350,00	4,20	1.470,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	26	Caldo de galinha com 12 cubos, embalagem de 126 gr	UN	60,00	2,65	159,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	27	Caldo de carne com 12 cubos, embalagem de 126 gr	UN	60,00	2,85	171,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	30	Carvão vegetal, embalagem de 5 kg	SC	150,00	14,30	2.145,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	32	Carne bovina músculo, cortada em cubos de 2x2x2, não congelada	KG	800,00	17,90	14.320,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	34	Carne Bovina sem osso (coxão mole) cortada para bife, não congelada	KG	400,00	22,10	8.840,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	36	Carne de frango tipo peito, sem osso, congelada e sem tempero, em pacotes de um 1kg, embalagem em polietileno atóxica, resistente, com peso e data de validade, com selo de inspeção sanitária e registros nos órgãos competentes.	KG	350,00	10,50	3.675,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	50	Creme vegetal (margarina) com sal enriquecido com vitaminas: E, A, B6, Ácido Fólico, D, E, B12. Com percentual de 3,5g de gorduras em porção de 10 g, embalagem de 500gr.	UN	100,00	4,98	498,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	54	Ervilha desidratada congelada, embalagem de 350 gr	UN	50,00	3,34	167,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	58	Biscoito Wafer sabores diversos 150 gr	UN	1.000,00	1,90	1.900,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	61	Farinha de rosca embalagem de 500 gr	Pct	20,00	5,99	119,80
ADRIANO DAL PIVA - ME	64	Fermento Biológico fresco, embalagem de 60 gr	UN	50,00	3,50	175,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	69	Goiabada embalagem de 500 gr	UN	20,00	8,90	178,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	78	Massa com ovos, tipo caseiro, embalagem de 1 kg fresca.	KG	400,00	10,45	4.180,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	80	Milho desidratado congelado embalagem de 350 gr	UN	150,00	3,80	570,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	84	Ovos vermelhos embalagem com 12 unidades	DZ	200,00	5,80	1.160,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	85	Pão d'água tipo cassetinho/Pão francês, sendo cada unidade com aproximadamente 50 gr	KG	800,00	9,80	7.840,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	86	Pão integral tipo cassetinho, sendo cada unidade de aproximadamente 50gr	KG	300,00	10,60	3.180,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	88	Polpa de frutas congelada pacote com 10 unidades de 100 gr, em embalagem de 1 kg	Pct	200,00	15,80	3.160,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	91	Presunto cozido sem capa de gordura fatiado, embalagem de 200 gr	UN	1.000,00	6,35	6.350,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	97	salsinha tipo longett para cachorro quente, embalagem de 03 kg	Pct	200,00	20,99	4.198,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	104	Figado bovino resfriado	KG	150,00	8,99	1.348,50
ADRIANO DAL PIVA - ME	105	Moela de galinha congelada	KG	150,00	8,85	1.327,50
ADRIANO DAL PIVA - ME	106	EMUSTAB 200gr	UN	20,00	9,79	195,80
ADRIANO DAL PIVA - ME	110	Bolacha tipo caseira sem conservantes	KG	200,00	13,69	2.738,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	111	Bolo com recheio de frutas	KG	150,00	26,78	4.017,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	112	Bolo de cenoura com cobertura de chocolate em pedaços	KG	80,00	18,30	1.464,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	115	Cuca recheada sabores diversos	KG	400,00	15,15	6.060,00

ADRIANO DAL PIVA - ME	120	Grostoli doce simples	KG	300,00	16,00	4.800,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	121	Grostoli salgado	KG	300,00	15,39	4.617,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	127	Pão sovado tipo hot-dog (cada unidade com 70 gr)	KG	200,00	14,50	2.900,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	139	Bolo recheado tipo marta rocha	KG	150,00	28,10	4.215,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	142	Bolo recheado tipo 04 leite	KG	100,00	29,65	2.965,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	149	Queijo ralado seco parmesão	KG	50,00	48,00	2.400,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	153	GALINHA CAIPIRA	KG	50,00	9,70	485,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	160	Fosforo, embalagem com 10 caixas com 40 palitos cada caixa	Pct	100,00	3,49	349,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	171	Conserva de pepinos 560 gr	UN	500,00	5,99	2.995,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	173	Refrigerante lata 350 ml sabores diversos	UN	1.000,00	2,50	2.500,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	174	Banha pacote de 1 kg	Pct	30,00	7,99	239,70
ADRIANO DAL PIVA - ME	175	Sal grosso temperado 1 kg	Pct	100,00	3,69	369,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	178	Creme de leite pasteurizado(nata) 400 gr	UN	100,00	7,05	705,00
ADRIANO DAL PIVA - ME	184	Água mineral natural, acondicionada em galão de 20 litros, com certificados de autorizações dos órgão competentes e com validade de 12 (doze) meses.	UN	200,00	15,40	3.080,00

Vigência : Início : 08/02/2018 Término : 07/02/2019.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 06/2018.

GUATAMBU/SC, 08 de Fevereiro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA – Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA RP 05/2016

Publicação Nº 1528432

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE GUATAMBU

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº: 05/2018

DETENTORAS: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/S.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA COLETA E REALIZAÇÃO DE EXAMES, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Empresa	Itens	Descrição	Un	Qtde	VL.Unit.	Valor Total Item
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	1	AMILASE	UN	140,00	8,42	1.178,80
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	2	FERRO SÉRICO	UN	50,00	10,69	534,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	3	FATOR REUMATÓIDE-QUANT.	UN	110,00	14,85	1.633,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	4	17 ALFA HIDROXIPROGESTERONA	UN	3,00	23,07	69,21
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	5	ALBUMINA	UN	38,00	10,40	395,20
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	6	ALFA - FETOPROTEINA	UN	13,00	24,75	321,75
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	7	ANTI - DNA NATIVO - IFI	UN	4,00	23,56	94,24
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	8	BAAR PESQUISA	UN	20,00	17,03	340,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	9	BETA HCG PESQUISA	UN	300,00	23,27	6.981,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	10	CÁLCIO	UN	150,00	9,80	1.470,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	11	COOMBS INDIRETO	UN	35,00	21,78	762,30
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	12	DENGUE IgG	UN	3,00	38,61	115,83
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	13	DENGUE IgM	UN	3,00	38,61	115,83
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	14	DHEA	UN	4,00	28,02	112,08
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	15	FTA-ABS IgG - TREPONEMA	UN	7,00	30,49	213,43
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	16	FTA-ABS IgM - TREPONEMA	UN	7,00	30,50	213,50

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	17	HELIBACTER PYLORI - IgG	UN	2,00	44,06	88,12
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	18	HEMOSEDIMENTAÇÃO VHS	UN	190,00	8,42	1.599,80
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	19	HERPES SIMPLES I E II IgG	UN	7,00	25,74	180,18
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	20	HERPES SIMPLES I E II IgM	UN	3,00	25,74	77,22
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	21	HIV	UN	410,00	33,17	13.599,70
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	22	HTL V I - II	UN	3,00	45,54	136,62
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	23	INSULINA	UN	15,00	21,49	322,35
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	24	LIPASE	UN	40,00	11,88	475,20
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	25	LITIO	UN	30,00	14,36	430,80
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	26	PARASITOLÓGICO	UN	670,00	13,66	9.152,20
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	27	SDHEA	UN	7,00	28,42	198,94
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	28	TAP - TEMPO PROTROMBINA	UN	370,00	14,16	5.239,20
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	29	TEMPO COAGULAÇÃO	UN	11,00	9,41	103,51
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	30	TEMPO SANGRAMENTO	UN	5,00	9,80	49,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	31	VDRL	UN	500,00	12,08	6.040,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	32	WAALER ROSE	UN	4,00	16,34	65,36
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	33	À FRESCO SECREÇÃO	UN	60,00	12,08	724,80
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	34	ÁCIDO FÓLICO	UN	3,00	30,20	90,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	35	ÁCIDO ÚRICO	UN	780,00	4,85	3.783,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	36	ADENOCORTICOTRÓFICO ACTH	UN	2,00	39,60	79,20
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	37	ÁCIDO VALPRÓICO	UN	5,00	27,72	138,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	38	ALDOSTERONA	UN	3,00	26,73	80,19
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	39	ANDROSTENEDIONA	UN	4,00	32,18	128,72
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	40	ANTI CITRULINA	UN	4,00	83,66	334,64
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	41	ANTI ENDOMISIO IgA	UN	8,00	51,50	412,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	42	ANTI ENDOMISIO IgG	UN	6,00	50,50	303,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	43	ANTI ENDOMISIO IgM	UN	3,00	52,48	157,44
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	44	ANTI GLIADINA IgA	UN	5,00	28,22	141,10
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	45	ANTI GLIADINA IgG	UN	4,00	28,22	112,88
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	46	ANTI GLIADINA IgM	UN	3,00	28,22	84,66
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	47	ANTI MICROSSOMAL (ANTI TIPO)	UN	14,00	26,73	374,22
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	48	ANTI RNP	UN	2,00	34,65	69,30
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	49	ANTI SM	UN	2,00	28,71	57,42

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	50	ANTI SSA (RO)	UN	3,00	30,20	90,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	51	ANTI SSB (LA)	UN	3,00	30,20	90,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	52	ANTI TRANSGLUTAMINASE IgA	UN	8,00	33,17	265,36
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	53	ANTI TRANSGLUTAMINASE IgG	UN	3,00	38,61	115,83
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	54	ANTIBIOGRAMA - TSA	UN	6,00	11,68	70,08
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	55	BETA 2 MICROGLOBULINA	UN	3,00	36,63	109,89
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	56	BILIRRUBINA TOTAL/FRAÇÕES	UN	110,00	9,70	1.067,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	57	BIOTINA	UN	2,00	58,42	116,84
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	58	BNP - PEPTIDEO NATRIURETICO	UN	3,00	215,75	647,25
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	59	CA 125	UN	13,00	35,64	463,32
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	60	CÁLCIO IÔNICO	UN	6,00	14,16	84,96
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	61	CALPROTECTINA FECAL	UN	2,00	168,32	336,64
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	62	CAPACIDADE TOTAL DE LIGAÇÃO DO FERRO (TIBC)	UN	10,00	12,28	122,80
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	63	CARBAMAZEPINA	UN	2,00	33,66	67,32
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	64	CATECOLAMINAS	UN	2,00	117,82	235,64
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	65	CEA - ANTÍGENO CARCINOEMBRIOGÊNIO	UN	10,00	34,65	346,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	66	CHLAMYDIA IgG	UN	9,00	37,03	333,27
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	67	CHLAMYDIA PCR	UN	2,00	103,96	207,92
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	68	CITOMEGALOVÍRUS IgG	UN	26,00	32,28	839,28
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	69	CITOMEGALOVÍRUS IgM	UN	26,00	32,28	839,28
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	70	CITRATO URINÁRIO	UN	2,00	24,75	49,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	71	CLEARANCE DE CREATININA	UN	38,00	27,72	1.053,36
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	72	COAGULOGRAMA	UN	4,00	31,68	126,72
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	73	COLESTEROL - HDL	UN	1.750,00	12,67	22.172,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	74	COLESTEROL - LDL	UN	1.650,00	12,28	20.262,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	75	COLESTEROL - TOTAL	UN	1.850,00	4,85	8.972,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	76	COLINESTERASE	UN	10,00	13,86	138,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	77	COMPLEMENTO C3	UN	4,00	21,78	87,12
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	78	COMPLEMENTO C4	UN	4,00	21,78	87,12
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	79	COMPLEMENTO TOTAL - CH50	UN	2,00	24,75	49,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	80	COPROCULTURA	UN	8,00	27,72	221,76
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	81	CORTISOL	UN	8,00	21,29	170,32
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	82	CREATINA QUINASE - MB MASSA	UN	4,00	31,68	126,72

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	83	CREATINOFOSFOQUINASE - CPK	UN	70,00	16,83	1.178,10
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	84	CRESCIMENTO HORMÔNIO GHG	UN	2,00	28,71	57,42
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	85	CULTURA BK	UN	2,00	43,56	87,12
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	86	CULTURA EM GERAL	UN	2,00	28,42	56,84
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	87	DESIDROGENASE LÁTICA - DHL	UN	10,00	10,40	104,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	88	DISMORFISMO ERITROCITÁRIO	UN	10,00	17,03	170,30
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	89	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS	UN	11,00	18,81	206,91
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	90	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	UN	20,00	22,77	455,40
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	91	EPSTEIN BAAR VÍRUS IgG	UN	2,00	43,56	87,12
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	92	EPSTEIN BAAR VÍRUS IgM	UN	2,00	43,56	87,12
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	93	ESPERMOGRAMA	UN	3,00	25,74	77,22
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	94	ESTRADIOL - E2	UN	65,00	20,99	1.364,35
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	95	FATOR ANTI NUCLEAR - FAN	UN	45,00	29,21	1.314,45
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	96	FATOR DE VON WILLEBRAND	UN	2,00	115,84	231,68
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	97	FATOR V DA COAGULAÇÃO	UN	3,00	31,19	93,57
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	98	FATOR VII	UN	2,00	58,42	116,84
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	99	FATOR VIII	UN	2,00	50,00	100,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	100	FATOR X	UN	2,00	94,06	188,12
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	101	FATOR XI	UN	2,00	119,80	239,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	102	FATOR XII	UN	2,00	116,83	233,66
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	103	FATOR XIII	UN	2,00	140,59	281,18
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	104	FENITOÍNA	UN	2,00	37,62	75,24
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	105	FENOBARBITAL	UN	2,00	39,11	78,22
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	106	FERRITINA	UN	120,00	23,27	2.792,40
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	107	FIBRINOGENIO	UN	2,00	10,89	21,78
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	108	FOSFATASE ÁCIDA PROSTÁTICA	UN	2,00	22,28	44,56
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	109	FOSFATASE ÁCIDA TOTAL	UN	3,00	12,38	37,14
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	110	FOSFATASE ALCALINA	UN	170,00	9,70	1.649,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	111	FOSFATASE ALCALINA OSSEA	UN	170,00	9,70	1.649,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	112	FUNGOS - CULTURA	UN	4,00	31,68	126,72
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	113	FUNGOS-MICOLÓGICO DIRETO	UN	5,00	17,03	85,15
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	114	GMA-GT	UN	180,00	13,27	2.388,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	115	GASOMETRIA	UN	3,00	83,17	249,51

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	116	GLICOSE POS SOBRECARGA 75G	UN	45,00	20,79	935,55
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	117	GLICOSE 6 FOSFATO DE HIDROGENASE	UN	2,00	26,73	53,46
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	118	GLICOSE JEJUM	UN	2.250,00	8,02	18.045,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	119	GLICOSE POS PRANDIAL	UN	3,00	8,02	24,06
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	120	GORDURA FECAL - PESQUISA	UN	2,00	14,85	29,70
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	121	HEMOGLOBINA GLICADA	UN	280,00	22,57	6.319,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	122	HEMOGRAMA	UN	3.200,00	18,12	57.984,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	123	HEPATITE A ANTI-HAV IgG	UN	10,00	25,74	257,40
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	124	HEPATITE A ANTI-HAV IgM	UN	11,00	29,21	321,31
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	125	HEPATITE B ANTI-HBc IgM	UN	65,00	29,21	1.898,65
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	126	HEPATITE B ANTI-HBc TOTAL	UN	65,00	27,23	1.769,95
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	127	HEPATITE B ANTI-HBe	UN	35,00	25,25	883,75
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	128	HEPATITE B ANTI-HBs	UN	380,00	24,75	9.405,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	129	HEPATITE B HBEaG	UN	12,00	25,25	303,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	130	HEPATITE B - HBsAg	UN	560,00	28,71	16.077,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	131	HLA B27	UN	3,00	80,69	242,07
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	132	HOMA-ÍNDICE HOMA - BETA	UN	2,00	33,66	67,32
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	133	HOMA - ÍNDICE HOMA - IR	UN	2,00	33,66	67,32
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	134	IgA IMUNOGLOBINA	UN	10,00	20,30	203,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	135	IgE IMUNOGLOBINA E	UN	60,00	22,28	1.336,80
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	136	IgE RAST	UN	35,00	28,22	987,70
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	137	IgE IMUNOGLOBINA G	UN	4,00	23,76	95,04
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	138	IgM IMUNOGLOBINA M	UN	5,00	20,30	101,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	139	LACTOSE TESTE TOLERÂNCIA	UN	12,00	31,68	380,16
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	140	LEISHMANIOSE IgG	UN	2,00	36,63	73,26
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	141	LEISHMANIOSE IgM	UN	2,00	33,66	67,32
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	142	LEUCÓCITOS FECAIS - PMN	UN	16,00	11,39	182,24
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	143	LEVEDURAS FECAIS	UN	2,00	11,39	22,78
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	144	LUTEINIZANTE - LH	UN	40,00	18,81	752,40
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	145	MAGNÉSIO	UN	20,00	10,40	208,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	146	METANEFRIAS URINÁRIAS	UN	2,00	73,27	146,54
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	147	MICROALBUMINÚRIA AM. ISOLADA	UN	2,00	26,53	53,06
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/C LTDA	148	NEUTRÓFILOS ANTI-ANCA C	UN	30,00	71,29	2.138,70

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	149	NEUTRÓFILOS ANTI-ANCA P	UN	2,00	71,29	142,58
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	150	OXALATO	UN	3,00	18,81	56,43
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	151	PARATORMÔNIO - PTH	UN	15,00	39,60	594,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	152	PEPTÍDEO C DOSAGEM	UN	2,00	30,69	61,38
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	153	pH FECAL	UN	2,00	13,37	26,74
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	154	POTÁSSIO	UN	480,00	10,40	4.992,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	155	PROGESTERONA	UN	30,00	19,80	594,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	156	PROLACTINA	UN	55,00	12,38	680,90
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	157	PROTEINA C ULTRA-SENSÍVEL	UN	230,00	21,29	4.896,70
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	158	PROTEINURIA AMOSTRA ISOLADA	UN	30,00	12,87	386,10
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	159	PSA LIVRE	UN	80,00	32,67	2.613,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	160	PSA TOTAL	UN	600,00	32,67	19.602,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	161	RESISTÊNCIA GLOBULAR OSMÓTICA	UN	2,00	44,55	89,10
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	162	RETICULOCITOS	UN	7,00	13,37	93,59
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	163	ROTAVIRUS NAS FEZES	UN	2,00	25,74	51,48
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	164	RUBÉOLA IgG	UN	25,00	22,77	569,25
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	165	RUBÉOLA IgM	UN	30,00	30,69	920,70
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	166	SANGUE OCULTO NAS FEZES	UN	420,00	16,34	6.862,80
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	167	SECREÇÃO GRAM	UN	60,00	13,27	796,20
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	168	SEDIMENTO URINÁRIO CORADO	UN	2,00	11,39	22,78
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	169	SEROTONINA	UN	3,00	32,67	98,01
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	170	SHBG	UN	2,00	52,18	104,36
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	171	SÓDIO	UN	190,00	10,40	1.976,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	172	SOMATOMEDINA C IGF - A	UN	5,00	50,50	252,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	173	T3 - TRIIODOTIRONINA	UN	25,00	20,30	507,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	174	T3 LIVRE	UN	4,00	21,29	85,16
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	175	T3 - TRIIODOTIRONINA REVERSO	UN	2,00	33,66	67,32
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	176	TESTE GENÉTICO DE INTOLERÂNCIA A LACTOSE	UN	2,00	128,22	256,44
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	177	TESTOSTERONA LIVRE	UN	15,00	25,25	378,75
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	178	TESTOSTERONA TOTAL	UN	15,00	24,26	363,90
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	179	TGO/AST	UN	1.050,00	10,69	11.224,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	180	TGP/ALT	UN	1.050,00	10,69	11.224,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	181	TIPAGEM SANGUÍNEA	UN	110,00	17,82	1.960,20

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	182	TIREOESTIMULANTE TSH	UN	1.550,00	20,30	31.465,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	183	TIROXINA - T4	UN	40,00	20,30	812,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	184	TIROXINA LIVRE T4 LIVRE	UN	400,00	20,30	8.120,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	185	TOXOPLASMOSE AVIDEZ	UN	7,00	59,41	415,87
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	186	TOXOPLASMOSE IgG	UN	400,00	21,78	8.712,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	187	TOXOPLASMOSE IgM	UN	400,00	21,78	8.712,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	188	TRAB	UN	3,00	47,52	142,56
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	189	TRANSFERRINA	UN	2,00	19,80	39,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	190	TRIGLICERÍDEOS	UN	1.950,00	8,91	17.374,50
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	191	UREIA	UN	920,00	8,12	7.470,40
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	192	URINA TIPO I - PARCIAL	UN	2.700,00	10,30	27.810,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	193	UROCULTURA	UN	660,00	32,67	21.562,20
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	194	VITAMINA A	UN	2,00	93,07	186,14
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	195	VITAMINA B12	UN	60,00	29,21	1.752,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	196	VITAMINA D-25 HIDROXI	UN	130,00	46,53	6.048,90
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	197	ZINCO	UN	2,00	29,69	59,38
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	198	FATOR V DE LEIDEN	UN	2,00	117,82	235,64
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	199	PREVENTIVO EM LÂMINA	UN	200,00	28,71	5.742,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	200	ANTI TIREOGLOBULINA	UN	5,00	26,73	133,65
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	201	ASO	UN	40,00	14,16	566,40
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	202	CA 19-9	UN	3,00	38,61	115,83
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	203	CHLAMYDIA IgM	UN	13,00	37,03	481,39
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	204	CREATININA	UN	1.850,00	8,12	15.022,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	205	CULTURA DE STREPTOCOCCUS GRUPO B	UN	28,00	39,11	1.095,08
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	206	FOLÍCULO ESTIMULANTE - FSH	UN	65,00	15,35	997,75
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	207	FÓSFORO	UN	15,00	10,40	156,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	208	HEPATITE C - ANTI-HCV	UN	80,00	39,60	3.168,00
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	209	HOMOCISTEINA	UN	2,00	47,52	95,04
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	210	PROTEINAS TOTAIS/FRAÇÕES	UN	40,00	11,39	455,60
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS MERÍSIO S/C LTDA	211	TTPA - TEMPO TROMBOPLASTINA	UN	130,00	14,16	1.840,80

Vigência : Início : 19/02/2018 Término : 18/02/2019.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 08/2018.

GUATAMBU/SC, 19 de Fevereiro de 2018.

SILVESTRE FAVERO – Prefeito em Exercício.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.813/2018.

Publicação Nº 1528795

DECRETO Nº 3813/2018

"Abre Crédito Adicional Suplementar"

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 3242 de 20 de fevereiro de 2018.

Decreta

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no valor R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), a conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.08.244.0041-1062	Aquisição, Construção e/ou reforma de espaço físico destinado ao Serviço				
44900000	004	153	Investimentos	R\$	100.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar					R\$ 100.000,00

Art. 2º - Com os recursos advindos das anulações de que trata o art. 1º ficam suplementadas no valor R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.08.244.0041-2091	Manutenção, encargos e atividades do Serviço de Acolhimento Institucional.				
33900000	006	153	Outras despesas correntes	R\$	100.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar					R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste.SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.239/2018.

Publicação Nº 1528989

LEI Nº 3.239/2018.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC, DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar baixa nos registros referentes à bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Herval d'Oeste - SC, inservíveis ao Serviço Público Municipal, cujos bens foram adquiridos com recursos da conta vinculada ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina e são utilizados por referida instituição, abaixo especificados:

Item	Patrimônio	Quantidade	Descrição
01	10009	01	Microcomputador 20 Led Acer
02	03017	01	Vídeo Cassete Sansung VM-K 55
03	07346	01	Batedeira Britanea Pérola
04	13533	01	Televisão 21 polegadas
05	07805	01	Notebook Compaq Pentium III
06	09233	01	Micro Computador
07	13170	01	Micro Computador
08	15103	01	Condensadora Carrier 12.000 btus Q/F
09	15104	01	Evapodora Carrier 12.000 btus Q/F
10	14839	01	Capacete para combate a incêndio
11	14840	01	Capacete para combate a incêndio
12	14841	01	Capacete para combate a incêndio

13	14842	01	Capacete para combate a incêndio
14	14843	01	Capacete para combate a incêndio
15	14844	01	Capacete para combate a incêndio
16	14845	01	Capacete para combate a incêndio
17	14846	01	Capacete para combate a incêndio
18	14847	01	Capacete para combate a incêndio
19	14848	01	Capacete para combate a incêndio
20	14849	01	Capacete para combate a incêndio
21	14850	01	Capacete para combate a incêndio
23	05096	01	Capacete para combate a incêndio
24	03072	01	Capacete para combate a incêndio

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito municipal

LEI Nº 3.240/2018.

Publicação Nº 1529008

LEI Nº 3.240/2018.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito do Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural, órgão colegiado de caráter, consultivo, deliberativo e permanente, de composição paritária entre Instituições Públicas e Sociedade Civil organizada, vinculado à Secretaria Municipal de Educação Cultural e Esportes.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Política Cultural é um órgão colegiado com a finalidade de auxiliar no planejamento, na organização e na consolidação das políticas públicas culturais do município.

Art. 3º. Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural:

I - Formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;

II - Apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;

III - Garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de promoção cultural e de preservação das memórias históricas, social, política, artística, paisagística e ambiental, encorajando a distribuição das atividades de produção, construção e propagação culturais no Município;

IV - Defender o patrimônio cultural e artístico do Município e incentivar sua difusão e proteção;

V - Opinar sobre articulações necessárias, com órgãos federal, estadual ou municipal, universidades, escolas e instituições artístico-culturais, para assegurar a coordenação e execução de programas artístico-culturais;

VI - Criar mecanismos de comunicação permanente com a comunidade, cumprindo seu papel articulador e mediador entre a sociedade civil e o poder público no campo cultural;

VII - Supervisionar, acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações da cultura no âmbito do Município de Herval d'Oeste;

VIII - Auxiliar na definição e elaboração do calendário de eventos artístico-cultural do Município;

IX - Apoiar campanhas que visem o desenvolvimento artístico-cultural do Município;

X - Receber, avaliar e emitir parecer referente aos projetos encaminhados pelas instituições artístico-culturais, para efeitos de celebração de convênio nas esferas federal, estadual e municipal;

XI - Instituir ou reformar o seu Regimento Interno;

XII - Opinar, quando consultado, sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros às entidades e associações culturais sediadas no município;

XIII - Acompanhar, a partir de análises orçamentárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades artístico-culturais.

Art. 4º. A composição do Conselho Municipal de Política Cultural será de forma paritária e pelas seguintes representações:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS DE HERVAL D'OESTE

a) 01 representante do Departamento Municipal de Cultura;

b) 01 representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

c) 01 representante dos Professores de artes da rede pública de ensino;

d) 01 representante da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Econômico;

e) 01 representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação.

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DE HERVAL D'OESTE

- a) 02 representantes das associações artístico-culturais;
- b) 02 representantes das associações de moradores;
- c) 01 representante da ESCAJHO (Sociedade de Cultura Artística de Joaçaba e Herval d' Oeste).

§ 1º Os órgãos e entidades de que se tratam esse artigo, indicarão seus representantes e respectivos suplentes, à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para posterior designação do Prefeito Municipal.

§2º Representante do poder público ou de entidade da sociedade civil poderá ser substituído a qualquer tempo por nova indicação do representado.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Política Cultural terá sua organização e normas de funcionamento, definidas em Regimento Interno aprovado pelo Conselho.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Política Cultural terá sua diretoria formada entre seus membros, por meio de eleição direta, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a 03 (três) sessões consecutivas ou à metade das sessões plenárias realizadas no período de um ano, perderá o seu mandato.

Art. 7º. A diretoria do Conselho Municipal de Política Cultural será formada por 03 (três) membros: Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Política Cultural terá sua organização e normas de funcionamento, definidas em Regimento Interno aprovado pelo Conselho.

Art. 9º. As atividades dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural não serão remuneradas em razão da sua relevância social.

Art. 10. O Conselho Municipal de Política Cultural reunir-se-á trimestralmente, e, extraordinariamente, por convocação da Mesa Diretora ou da maioria dos conselheiros.

Art. 11. As deliberações do Conselho serão tomadas pelo voto da maioria dos conselheiros presentes às sessões, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo único. As sessões do Conselho serão instaladas com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) dos conselheiros.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste(SC), 20 de fevereiro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

LEI Nº 3.241/2018.

Publicação Nº 1529015

LEI Nº 3.241/2018.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito do Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Esportes.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Esportes é órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e permanente, de composição paritária entre Instituições Públicas e Sociedade Civil organizada, vinculado à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Esportes tem por finalidade auxiliar na organização do esporte, na consolidação de políticas públicas e na melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do esporte municipal.

Art. 4º. Para a consecução de suas finalidades, o Conselho Municipal de Esportes articular-se-á com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Art. 5º. Ao Conselho Municipal de Esportes compete:

I - Cooperar com o Conselho Estadual de Desporto e com os órgãos federais e estaduais incumbidos da execução das Políticas de Esporte;

II - Adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do incremento da prática do esporte e de atividades físicas e de lazer, objetivando a saúde e o bem-estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;

III - Fornecer, quando solicitados, auxílio e informações ao Poder Público e à comunidade, quanto a programas e projetos que visem à melhoria da prática de atividades físicas e do esporte no Município;

IV - Opinar, quando consultado, sobre a concessão de auxílios e recursos financeiros às entidades e associações esportivas sediadas no

Município;

V - Zelar pela memória do esporte;

VI - Contribuir para a formulação da política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo visando potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade física e esportiva;

VII - Acompanhar, a partir de análises orçamentárias, entre outras que se façam necessárias, a gestão de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte, bem como avaliar os ganhos sociais obtidos;

VIII - Realizar os esforços necessários ao esclarecimento de dúvidas quanto à correta utilização, por parte das entidades beneficiárias, de recursos públicos voltados para a prática de atividades físicas e de esporte; e

IX - Elaborar e aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do Conselho.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Esportes compõe-se dos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS DE HERVAL D'OESTE

a) Um representante do Departamento Municipal de Esportes;

b) Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

c) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

d) Dois representantes de profissionais de Educação Física efetivos na rede municipal ou rede estadual do município.

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DE HERVAL D'OESTE

a) Dois representantes das Associações Desportivas;

b) Três representantes das Associações de Moradores.

§ 1º Os órgãos e entidades de que se tratam esse artigo, indicarão seus representantes e respectivos suplentes, à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para posterior designação do Prefeito Municipal.

§ 2º As funções do membro do Conselho Municipal de Esportes são consideradas serviço público relevante, não lhes cabendo qualquer remuneração.

§ 3º Representante do poder público ou de entidade da sociedade civil poderá ser substituído a qualquer tempo por nova indicação do representado.

Art. 7º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Cultura é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O membro do Conselho que deixar de comparecer, sem justificativa, a 03 (três) sessões consecutivas ou à metade das sessões plenárias realizadas no período de um ano, perderá o seu mandato.

Art. 8º. A diretoria do Conselho Municipal de Cultura será formada por 03 (três) membros: Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Esportes reunir-se-á trimestralmente, e, extraordinariamente, por convocação da Mesa Diretora ou da maioria dos conselheiros.

Art. 10. As deliberações do Conselho serão tomadas pelo voto da maioria dos conselheiros presentes às sessões, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo único. As sessões do Conselho serão instaladas com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) dos conselheiros.

Art. 11. O Conselho Municipal de Esportes pode constituir Comissões integradas por, no mínimo, um de seus membros e por profissionais de notório saber ou representantes de órgãos e entidades diretamente relacionadas com o tema.

Parágrafo único. Cabe à Presidência do Conselho estabelecer a composição das comissões, bem como convidar profissionais ou órgãos e entidades a indicarem seus representantes.

Art. 12. O Conselho Municipal de Esportes terá sua organização e normas de funcionamento, definidas em Regimento Interno aprovado pelo Conselho.

Art. 13. Para a consecução de suas finalidades, o Conselho Municipal de Esportes articular-se-á com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 20 de fevereiro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

LEI Nº 3.242/2018.

Publicação Nº 1529031

LEI Nº 3242/2018

"Abre Crédito Adicional Suplementar"

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), a conta do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.08.244.0041-1062	Aquisição, Construção e/ou reforma de espaço físico destinado ao Serviço				
44900000	004	153	Investimentos	R\$	100.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	R\$ 100.000,00
--	----------------

Art. 2º - Com os recursos advindos das anulações de que trata o art. 1º ficam suplementadas no valor R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.08.244.0041-2091	Manutenção, encargos e atividades do Serviço de Acolhimento Institucional				
33900000	006	153	Outras despesas correntes	R\$	100.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	R\$ 100.000,00
--	----------------

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste,SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 320/2018

Publicação Nº 1528898

PORTARIA Nº 320/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público interrompendo o gozo de férias a partir de 20 de fevereiro de 2018, a servidora JANDIRA FERRANDIN (MATRÍCULA 4019), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 321/2018

Publicação Nº 1528901

PORTARIA Nº 321/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir de 20 de fevereiro de 2018, a servidora CRISTABILIE NEVES DOS SANTOS (MATRÍCULA 3196), ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, conforme o disposto nos art. 94 e

97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 322/2018

Publicação Nº 1528904

PORTARIA Nº 322/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora ANDRIELI ZANOL (MATRÍCULA 4793), para exercer a função de RECEPCIONISTA, Nível - 4/3, Referência - A, 44 horas semanais, art. 10 da Lei Complementar nº 320/2014, para atuar junto a Unidade de Pronto Atendimento Remi Aléssio Mascarello – UPA 24 HORAS, a partir de 20 de fevereiro de 2018, aprovada em 10º (décimo) lugar no Processo Seletivo nº 002/2016/SMS/HO, homologado pelo Decreto nº 3.547/2016 de 23 de junho de 2016. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 323/2018

Publicação Nº 1528907

PORTARIA Nº 323/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora MARINA BEATRIZ PEREIRA CHAVES (MATRÍCULA 4794), para exercer a função de PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, Nível - 1, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto a EBM Cruz e Sousa, a partir de 20 de fevereiro de 2018, até o término do ano letivo de 2018 ou realização de Processo Seletivo ou Concurso Público, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital nº 007/2018/SMECE, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 324/2018

Publicação Nº 1528911

PORTARIA Nº 324/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora GISLEIDE APARECIDA RODRIGUES GAVAZZONI (MATRÍCULA 4795), para exercer a função de PROFESSOR DE GEOGRAFIA, Nível - 1, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 10 horas semanais, turno matutino, junto a EBM Estação Luzerna, a partir de 20 de fevereiro de 2018, até o término do ano letivo de 2018 ou realização de Processo Seletivo ou Concurso Público, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital nº 007/2018/SMECE, de conformidade com o

que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 325/2018

Publicação Nº 1528914

PORTARIA Nº 325/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora NEIDE MARIA DAVID DE AZAVEDO (MATRÍCULA 4796), para exercer a função de SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto a EBM Estação Luzerna, a partir de 20 de fevereiro de 2018, enquanto perdurar o atendimento ao aluno que motivou o contrato, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital nº 005/2018/SMECE, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 326/2018

Publicação Nº 1528915

PORTARIA Nº 326/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o senhor TIAGO COSTA DA SILVA (MATRÍCULA 4797), para exercer a função de PROFESSOR DE MÚSICA, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 30 horas semanais, turno matutino/vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe e ao EBM Estação Luzerna, a partir de 20 de fevereiro de 2018, até o término do ano letivo de 2018 ou realização de Processo Seletivo ou Concurso Público, classificando na Chamada Pública de que trata o Edital nº 007/2018/SMECE, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 327/2018

Publicação Nº 1528917

PORTARIA Nº 327/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR E DAR NOVA REDAÇÃO A PORTARIA Nº 197/2018 que nomeia e concede lotação a servidora LARISSA BEZERRA FRIO (MATRÍCULA 4710), desta forma onde se lê: "Nível - 2, Referência - A", leia-se: "Nível - 6, Referência - A".

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 328/2018

Publicação Nº 1528921

PORTARIA Nº 328/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, a partir de 01 de fevereiro de 2018, de Coordenador de Núcleos de Atividade – FG - 02, para o servidor DIEGO ZAMPIERI (MATRÍCULA 4038), ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Nível – 7, Referência - A, 40 horas semanais, constante do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua a Lei Complementar nº 280/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 036/2018

Publicação Nº 1528521

PORTARIA Nº 036, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores;

Considerando a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, de 6 de fevereiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde a WALDIR ANTONIO RAMPON, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas – Nível 4 – Referência E.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Rodrigo Rosa Sampaio – CRM/SC 12464 - RQE 7980, no período de 06 de fevereiro de 2018 a 07 de março de 2018.

§ 1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento do servidor, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, o servidor estará em auxílio doença (INSS), a contar da data de 22 de fevereiro de 2018 e enquanto ele permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE FEVEREIRO DE 2018.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 040/2018

Publicação Nº 1528523

PORTARIA Nº 040, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o Contrato de Trabalho nº 002, de 12 de janeiro de 2018;

Considerando o retorno ao trabalho do servidor Luis Fernando

Tragancin Rinaldi;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 09.02.2018, o Contrato de Trabalho nº 002/2018, celebrado com CASSIA REGINA COSTA PIVETTA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 041/2018

Publicação Nº 1528526

PORTARIA Nº 041, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018
"DESIGNA SERVIDORES DO MUNICÍPIO PARA ATENDER O SETOR DE PATRIMÔNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados como responsáveis pelo Setor de Patrimônio do Município de Ibiam:

I – JOSÉ ROBERTO GONZATTO – Técnico em Vigilância Sanitária;
II – ROSINEI CERON – Agente Administrativo.

§ 1º. Os servidores continuarão exercendo as atividades correspondentes ao cargo que ocupam atualmente e prestarão exercício junto ao Setor de Patrimônio.

§ 2º. Os servidores continuarão percebendo os vencimentos relativos aos seus cargos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 067, de 19 de janeiro de 2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 042/2018

Publicação Nº 1528529

PORTARIA Nº 042 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"NOMEIA GESTORA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS – GMC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Ibiã, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, RESOLVE:

Art 1º. Nomear a Sra. Flávia Lenita Pelentir, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, para exercer a função de Gestora Municipal de Convênios – GMC, cuja incumbência consiste na coordenação de todos os convênios da Prefeitura junto ao Governo Federal, Estadual e outros Órgãos Públicos.

Parágrafo único. A servidora poderá acessar o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, bem como todos os sistemas relacionados ao acompanhamento de convênios e Obras do Município.

Art 2º. São atribuições do Setor de Gestão de Convênios auxiliar no levantamento e priorização das demandas municipais por projetos, receber as informações estratégicas das Secretarias Municipais, gerenciar e contribuir para a elaboração das propostas de projetos, coordenar o cadastro de propostas nos diversos sistemas públicos, responder ou colaborar na resposta a diligências e pareceres das propostas, elaborar documentos, declarações e planos de trabalho das propostas, realizar a interlocução entre as Secretarias Municipais e os órgãos concedentes, manter a centralidade de informações e documentos das propostas e convênios, coordenar a execução dos convênios, gerenciar o cronograma físico-financeiro dos convênios, zelar pelo cumprimento integral dos objetos dos convênios, identificar e propor soluções aos entraves técnicos e administrativos dos processos, fornecer informações sobre as propostas cadastradas e os projetos em execução aos colaboradores municipais, consolidar as informações dos convênios, acompanhar os pagamentos e a prestação de contas dos convênios, monitorar a aprovação da prestação de contas de convênios e sua publicação no DOU e DOE.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 067, de 19 de janeiro de 2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 046/2018

Publicação Nº 1528531

PORTARIA Nº 046, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONCEDER LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o art. 186, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 297, de 24.11.2005, bem como o requerimento do servidor protocolado em 05.12.2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor GELSON LUIZ TREVISOL, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E, 15 (quinze) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 01.01.1998 a 19.12.2002.

Parágrafo único. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 19 de fevereiro de 2018 a 05 de março de 2018.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibirama

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 26/2018

Publicação Nº 1528346

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 26/2018

Objeto: Credenciamento de administradora(s) de planos de saúde para oferta de plano ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, na modalidade Coletivo Empresarial, para funcionários e servidores deste município de Ibirama. Abertura: 14 de março de 2018, as 09:15 horas, Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibirama, sito a rua Dr. Getúlio Vargas, n.º 70. Recebimento de envelopes até as 09:00 horas do mesmo dia, 14/03/2018, no Protocolo Geral. Informações/Editlal: (47) 3357 8523, www.ibirama.sc.gov.br, compras@ibirama.sc.gov.br ou na Prefeitura Municipal de Ibirama. Ibirama, 20 de fevereiro de 2018.

Adriano Poffo - Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2018

Publicação Nº 1527995

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2018.

Objeto: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae. Entrega dos envelopes até o dia 13 de março de 2018 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h00min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br. - Ibirama, 20 de fevereiro de 2018. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA - DJ 015 2018 - PROCESSO 022 2018

Publicação Nº 1528242

Extrato de Contrato nº 006/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: Dispensa de Licitação nº 011/2018

Objeto: Locação de Imóvel na rua Modesto Vargas, nº 492, bairro Centro, Ilhota/SC. Casa de alvenaria medindo aproximadamente 200m², necessário para atender as necessidades da secretaria de Assistência Social, com fundamento no Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Fornecedor: José Fernando Koehler

Valor mensal: R\$ 1.700,00 (mil setecentos reais) por mês.
Prazo Contratual: 12 Meses
Valor Global: R\$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais).

Assinatura: 30/01/2018

Vigência: 30/01/2019
ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA - DJ 14 2018 - EPAGRI

Publicação Nº 1528227

Extrato de Contrato nº 006/2018
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: Dispensa de Licitação nº 011/2018

Objeto: Locação de Imóvel na rua Modesto Vargas, nº 492, bairro Centro, Ilhota/SC. Casa de alvenaria medindo aproximadamente 200m², necessário para atender as necessidades da secretaria de Assistência Social, com fundamento no Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Fornecedor: José Fernando Koehler

Valor mensal: R\$ 1.700,00 (mil setecentos reais) por mês.
Prazo Contratual: 12 Meses
Valor Global: R\$ 20.400,00 (Vinte mil e quatrocentos reais).

Assinatura: 30/01/2018

Vigência: 30/01/2019
ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO PROCESSO SELETIVO INTERNO

Publicação Nº 1528652

RESULTADO PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA AUMENTO DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 25 e seguintes da Lei Complementar 39/2013, alterada pela lei complementar 112/2017, faz saber o resultado:

MATRÍCULA	CANDIDATO	CARGO	RESULTADO	
5124-1	Adriana Antunes da Silva	Psicólogo	Deferido	

5049-0	Adriane Nascimento Mendonça	Assistente Social	Deferido	
5190-0	Ana Carolina Hoffmann	Psicólogo	Deferido	
5903-0	Ana Carolina Trierveiler	Nutricionista	Deferido	
5486-0	Anna Victória Coelho	Fisioterapeuta	Deferido	
3726-5	Ellen Schramm Zabel	Psicólogo	Deferido	
4293-5	Fabiana Kramer Rodrigues	Fonoaudiólogo	Indeferido	
5164-0	Franciane Cristina Teixeira	Psicólogo	Deferido	
5270-1	Mayara dos Santos Rosa	Farmacêutico	Deferido	

Servidora Fabiana Kramer Rodrigues, teve resultado indeferido devido à efetivação.
Ilhota, 15 de fevereiro de 2018.

DIOGO WERNER
Secretário Municipal de Administração

Imarui

PREFEITURA

047 - ISRAEL CORREA - NOMEAÇÃO PARA O CARGO EFETIVO DE PROFESSOR ARTES

Publicação Nº 1528148

PORTARIA GP Nº 047/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nomeação para o cargo de Professor Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

ISRAEL CORREA com CPF 026.119.389-97 para exercer o cargo efetivo de Professor Artes, com carga horária de 10h semanais, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 19 de fevereiro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 25/2018 PREGÃO 17/2018 SEDUCE

Publicação Nº 1528593

PREFEITURA M. DE IMBITUBA
PMI / SEDUCE
PROCESSO Nº 25/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 06 de março de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço Global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a, CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, MONTAGEM, DESMONTAGEM, MANUTENÇÃO DE TENDAS PARA OS EVENTOS DE FEIRAS CULTURAIS E DE ARTESANATO, NAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO, PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE ATRAVÉS DA DIRETORIA DE CULTURA encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 21 de fevereiro de 2018
Felipe Dias Antônio
Secretário da SEDUCE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 26/2018 PREGÃO 18/2018 SEINFRA

Publicação Nº 1528633

PREFEITURA DE IMBITUBA
SEINFRA
PROCESSO Nº 26/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal da Agricultura, Pesca e Infraestrutura, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 07 de março de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível AQUISIÇÃO DE SACOS PARA LIXO 100 (CEM) LITROS, GRAMATURA 10 (DEZ), PARA USO DE CARRINHOS DE GARIS, PARA LIMPEZA DO CENTRO DA CIDADE E LIMPEZA DE PRAIAS DO MUNICÍPIO, PARA USO DO SEINFRA (SDR Norte, SDR Sul e SDR Oeste), encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 21 de fevereiro de 2018
Alex Sandro Carpes
Secretário da SEINFRA

METAS FISCAIS 3º QUADRIMESTRE 2017

Publicação Nº 1528421

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Audiência Pública
METAS FISCAIS 3º QUADRIMESTRE DE 2017.

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 20, III, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

A prefeitura Municipal de Imbituba, com base no Parágrafo 4º, Art. 9º da Lei complementar (LRF), Nº 101, de 04 de Maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais municípios, a participar da Audiência Pública que será realizada no dia 28 de Fevereiro de 2018, as 18h:00Min, na Câmara Municipal de Imbituba – CMI, referente as Metas Fiscal do 3º Quadrimestre de 2017.

Imbituba/SC, 15 de Fevereiro de 2018.
Jari Luiz Dalbosco
Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA PMI/SEAD Nº 93/2018

Publicação Nº 1528988

PORTARIA PMI/SEAD Nº 93, de 20 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a admissão de Professores e Retificação da PORTARIA PMI/SEAD Nº 88, de 19 de fevereiro de 2018, e dá outras providências

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017, para exercerem a função temporária de Professor(a), conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Isis de Amorim Machado	Prof II Ed Infantil – 40h	079.237.979-94	21/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Cíntia Olegário Nunes
Juliane Martins de Jesus	Prof II Ed Infantil – 20h	066.509.149-40	21/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Cristiane Tokarski Espezim
Karine da Silva Rodrigues	Prof II Educação Física – 40h	086.841.949-42	21/02/2018	Em substituição do Professor Sr. Marcelo Salvador Martins

Art. 2º Retifica-se a PORTARIA PMI/SEAD Nº 88, de 19 de fevereiro de 2018, na admissão abaixo discriminada, tão-somente no item em que consta o motivo da contratação de professor(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Rosangela Vicente	Prof II Anos Iniciais – 20h	987.739.179-15	19/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Adriana Marques

Art. 3º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2018, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2018 até o término da colônia de férias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de 21 de fevereiro de 2018.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 94/2018

Publicação Nº 1529167

PORTARIA PMI/SEAD Nº 94, de 20 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a exoneração de Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 20 de fevereiro de 2018, a Sra. SELMA MARTINS ANDRADE, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 455.230.459-34, do cargo de Chefe de Departamento de Apoio Operacional, junto a Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 353, de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 20 de fevereiro de 2018.

Imbituba, 20 de fevereiro de 2018.

Luiz Gonzaga Carvalho

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

RESOLUÇÃO C.M.D.C.A. Nº 001/2018

Publicação Nº 1529425

RESOLUÇÃO Nº001/2018 - C.M.D.C.A.

Tornar Público a realização da eleição para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no município de Imbituba SC- Gestão 2017-2019.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2017-2019, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

Art. 1º Tornar Público a realização da eleição para o Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no município de Imbituba SC, Gestão 2017-2019.

Art. 2º A Eleição para a Coordenação Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no município de Imbituba SC- Gestão 2017-2019, foi realizada no 19 de dezembro de 2017 na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Imbituba ,sendo eleita por unanimidade a Coordenação assim constituída:

. Presidente - Valéria Maciel Costa Carvalho, Representante da Secretaria de Assistência Social Trabalho e Habitação-SEASTH (Suplente)

-Vice-presidente - Roberta K. B. Inhaia Ripol, Representante da Procuradoria Geral do Município (Titular)

-Secretária. -Ane Carine Ribas Correa –Representante da Secretaria de Assistência Social Trabalho e Habitação-SEASTH (Titular)

Art. 3º A publicação da composição da Coordenação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, realiza-se a partir desta resolução, justificando atraso na publicação da mesma na data oficial de sua realização, estando a ata de aprovação da mesma registrada em cartório.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de dezembro de 2017.

Valéria Maciel Costa Carvalho

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO C.M.D.C.A. Nº 002/2018

Publicação Nº 1529428

RESOLUÇÃO Nº002/2018 - C.M.D.C.A.

Aprova a utilização de recurso do FIA (Fundo Municipal da Infância e da Adolescência) com orçamento previsto no GPSV (Gerenciador de Projetos Sociais Votorantim) para a aquisição de equipamentos/materiais esportivos, para a Oficina de Lutas do Programa Vem Ser.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2017/2019, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a utilização de recurso do FIA (Fundo Municipal da Infância e da Adolescência) com orçamento previsto no GPSV (Gerenciador de Projetos Sociais Votorantim) para a aquisição de equipamentos/materiais esportivos, para a Oficina de Lutas do Programa Vem Ser

Art. 2º A publicação desta resolução, encontra-se em data posterior a da realização da reunião, justificando este atraso pela mudança de Gestão do referido Conselho,

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de dezembro de 2017.

Valéria Maciel Costa Carvalho

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO C.M.D.C.A. Nº 003/2018

Publicação Nº 1529431

RESOLUÇÃO Nº003/2018 - C.M.D.C.A.

Aprova a utilização de recurso do FIA (Fundo Municipal da Infância e Adolescência) com orçamento, previsto no GPSV (Gerenciador de Projetos Sociais Votorantim) para a aquisição cordas e puxadores para os violões da Oficina de Lutas do Programa Vem Ser

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2018, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprova a utilização de recurso do FIA (Fundo Municipal da Infância e Adolescência) com orçamento, previsto no GPSV (Gerenciador de Projetos Sociais Votorantim) para a aquisição de cordas e puxadores para os violões da Oficina de Lutas do Programa Vem Ser

Art. 2º A publicação desta resolução, encontra-se em data posterior a da realização da reunião, justificando este atraso pela mudança de Gestão do referido Conselho, estando, todavia, a ata reconhecida em cartório.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de dezembro de 2017.

Valéria Maciel Costa Carvalho

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO C.M.D.C.A. Nº 004/2018

Publicação Nº 1529432

RESOLUÇÃO Nº004/2018 - C.M.D.C.A.

Aprova a Implantação do Projeto ``Incentivando Famílias ao Acalento``, com a aquisição de materiais/equipamentos, com recursos do FIA(-Fundo Municipal da Infância e da Adolescência) para Crianças e Adolescentes atendidos na Casa Lar.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2017/2019, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprova a Implantação do Projeto ``Incentivando Famílias ao Acalento``, com a aquisição de materiais/equipamentos, com recursos do FIA (Fundo Municipal da Infância e da Adolescência) PARA Crianças e Adolescentes atendidos na Casa Lar.

Art. 2º Os materiais /equipamentos deferidos pelo Conselho para aquisição com recursos do FIA são: 03 cadeiras para o carro; 02 Bebê Conforto; 02 Carrinhos de Bêbe; 03 berço chiqueiro desmontável; 02 cadeiras de alimentação portátil; 02 triciclos infantis; 02 moto andador; 03 mesinhas com cadeirinhas plásticas; 02 Jogo

Perfil;; 02 Jogo Perfil Junior; 02 Jogo Imagem e Ação Junior; 02 Jogo Identidade Secreta; 04 jogo Kit c/ 04 tapete tatame; 04 malas de viagem e 10 Sacolas de Viagem.

Art. 3º A publicação desta resolução, encontra-se em data posterior a da realização da reunião, justificando este atraso pela mudança de Gestão do referido Conselho,

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de dezembro de 2017.

Valéria Maciel Costa Carvalho

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO C.M.D.C.A. Nº 005/2018

Publicação Nº 1529433

RESOLUÇÃO Nº005/2018 - C.M.D.C.A.

Aprova eleição da coordenação geral do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no município de Imbituba SC, Gestão 2017-2019.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2017, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprova eleição da coordenação geral do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA no município de Imbituba SC, Gestão 2017-2019.

Art. 2º Os recursos financeiros serão utilizados pelo ATLÉTICO CLUBE IMBITUBA, para pagamento de instrutores técnicos, preparadores físicos, preparador de goleiro, massagista, fisioterapeuta, psicóloga, custos de alimentação, deslocamento de crianças, adolescentes e equipe técnica para treinamentos, torneios e campeonatos, aquisição de uniformes e material esportivo.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de fevereiro de 2018.

Valéria Maciel Costa Carvalho

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO C.M.D.C.A. Nº 006/2018

Publicação Nº 1529434

RESOLUÇÃO Nº006/2018 - C.M.D.C.A.

Aprova a implantação do Projeto Bem te Quero, de Entidade Executora, o Programa Acalento através da SEASTH, que consiste em Apadrinhamento Afetivo para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2018, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprova a implantação do Projeto Bem Te Quero, de Entidade Executora, o Programa Acalento através da SEASTH, que consiste em Apadrinhamento Afetivo para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de fevereiro de 2018.

Valéria Maciel Costa Carvalho

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO C.M.D.C.A. Nº 007/2018

Publicação Nº 1529435

RESOLUÇÃO Nº007/2018 - C.M.D.C.A.

Aprova o pagamento da capacitação para os Conselheiros Tutelares de Imbituba com o assunto: 12º Edição do Seminário de Acolhimento Institucional e Familiar – Etapa Sul pela Prefeitura Municipal de Imbituba através dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2017/2019, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprova o pagamento da capacitação para os Conselheiros Tutelares de Imbituba com o assunto: 12º Edição do Seminário de Acolhimento Institucional e Familiar – Etapa Sul pela Prefeitura Municipal de Imbituba através dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Os recursos financeiros serão utilizados pelo Conselho Tutelar para pagamento de capacitação para três conselheiros, em Florianópolis, nos dias 05 a 07 de março do corrente ano, no valor de R\$ 2.550,00, incluindo hospedagem e alimentação. O seminário tem o propósito de aprimorar os conselheiros sobre suas atribuições e conhecimentos na área da infância.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de fevereiro de 2018.

Valéria Maciel Costa Carvalho

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018**

Publicação Nº 1529385

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Luiz Cláudio Carvalho de Souza, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Humberto Carlos dos Santos, comunicam que, no dia 28 de fevereiro de 2018, quarta-feira, às 18h00min, no Plenário das dependências da Câmara Municipal de Imbituba, será realizada Audiência Pública com a finalidade de apresentar e avaliar as Metas Fiscais referentes ao Terceiro Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Imbituba. A apresentação das metas fiscais será realizada pela Secretaria da Fazenda do Município de Imbituba.

Imbituba/SC, 14 de fevereiro de 2018.
Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Humberto Carlos dos Santos
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

Publicação Nº 1529388

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Luiz Cláudio Carvalho de Souza, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Humberto Carlos dos Santos, comunicam que, no dia 28 de fevereiro de 2018, quarta-feira, às 19h15min, no Plenário das dependências da Câmara Municipal de Imbituba, será realizada Audiência Pública com a finalidade de promover ampla discussão com os vários setores da sociedade do município e autoridades públicas municipais sobre o Projeto de Lei nº 4.984/2017 que "Dispõe sobre a Criação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Imbituba, como entidade autárquica de direito público, da administração indireta e dá outras providências".

Imbituba/SC, 16 de fevereiro de 2018.
Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Humberto Carlos dos Santos
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Indaial

PREFEITURA

ATO DE POSSE Nº 07/18

Publicação Nº 1527954

ATO DE POSSE Nº 07/18
De 01 de fevereiro de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Wiliam Bezerra de Sant'Anna, nomeado através da Portaria nº 1864/17 para o cargo de Professor de Ciências, 20 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 01 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Wiliam Bezerra de Sant'Anna

Empossado

ATO DE POSSE Nº 120/18

Publicação Nº 1527957

ATO DE POSSE Nº 120/18
De 08 de fevereiro de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Alice Jéssica Silva Macedo de Sousa, nomeada através da Portaria nº 1962/17 para o cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Prefeitura Municipal de Indaial em 08 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Alice Jéssica Silva Macedo de Sousa

Empossada

ATO DE POSSE Nº 121/18

Publicação Nº 1527958

ATO DE POSSE Nº 121/18
De 08 de fevereiro de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Charlene Zermiane, nomeada através da Portaria nº 1968/17 para o cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Prefeitura Municipal de Indaial em 08 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Charlene Zermiane

Empossada

ATO DE POSSE Nº 122/18

Publicação Nº 1527959

ATO DE POSSE Nº 122/18
De 09 de fevereiro de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Daiani Maria Hermes, nomeada através da Portaria nº 1936/17 para o cargo de Professora de Educação Infantil, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Prefeitura Municipal de Indaial em 09 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Daiani Maria Hermes

Empossada

ATO DE POSSE Nº 123/18

Publicação Nº 1529260

ATO DE POSSE Nº 123/18
De 14 de fevereiro de 2018
Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Dielli Larisse Almeida Santos, nomeada através da Portaria nº 1957/17 para o cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Prefeitura Municipal de Indaial em 14 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Dielli Larisse Almeida Santos
Empossada

DECRETO Nº 094/18

Publicação Nº 1528730

. DECRETO Nº 94/18

. De 20 de fevereiro de 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5511 de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 29.811,54 (Vinte e nove mil, oitocentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30.004.0010.0302.0030.2472	CONVENIOS/CONTRATOS DE SERVIÇOS ESPECIAIS EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381701	MAC UNIAO E.A.
	Valor: (29.811,54)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 095/18

Publicação Nº 1529033

. DECRETO Nº 95/18

. De 20 de fevereiro de 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5511 de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30.003.0010.0301.0030.2461	AÇÕES DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03671002	ESF ESTADO E.A.
	Valor: (15.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 096/18

Publicação Nº 1529071

. DECRETO Nº 96/18

. De 20 de fevereiro de 2018

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Saúde, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2016, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

CREDOR: MOCAM SUPERMERCADOS LTDA

CNPJ: 86.378.429/0004-85

Valor R\$ 132,45

Nota Fiscal Nr.55130

DATA: 12/05/2017

CREDOR: MOCAM SUPERMERCADOS LTDA

CNPJ: 86.378.429/0004-85

Valor R\$ 65,25

Nota Fiscal Nr.55037

DATA: 09/05/2017

CREDOR: MOCAM SUPERMERCADOS LTDA

CNPJ: 86.378.429/0004-85

Valor R\$ 127,13

Nota Fiscal Nr.55007

DATA: 08/05/2017

CREDOR: MOCAM SUPERMERCADOS LTDA

CNPJ: 86.378.429/0004-85

Valor R\$ 363,26

Nota Fiscal Nr.58533

Data: 24/10/2017

CREDOR: MOCAM SUPERMERCADOS LTDA

CNPJ: 86.378.429/0004-85

Valor R\$ 530,20

Nota Fiscal Nr.57835

Data: 21/09/2017

CREDOR: MOCAM SUPERMERCADOS LTDA

CNPJ: 86.378.429/0004-85

Valor R\$ 312,35

Nota Fiscal Nr.53863

Data: 07/03/2017

CREDOR: BENKE LETREIROS LTDA EPP

CNPJ: 11.197.710/0001-70

Valor R\$ 170,00

Nota Fiscal Nr.1564

Data: 08/09/2017

CREDOR: ORLANDINA INÊS DAMORI

CPF: 657.781.709-04

Valor R\$ 864,55

Recibo Nr.12/2017

Data: 01/12/2017

CREDOR: ELMO PAPELARIA LTDA ME

CNPJ: 03.999.762/0001-31

Valor R\$ 89,79

Nota Fiscal Nr.4931

Data: 26/11/2015

CREDOR: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 02.255.187/0001-08

Valor R\$ 480,00

Nota Fiscal Nr.046166

Data: 01/11/2017

CREDOR: SR MEDICAL COM. MAT. HOSPITALAR LTDA EPP.

CNPJ: 07.156.004/0001-02

Valor R\$ 35,64

Nota Fiscal Nr.005.309

Data: 30/10/2017

CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

CNPJ: 03.269.695/0001-08

Valor R\$ 8.364,55

Recibo Nr.48/2018

Data: 12/02/2018

CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

CNPJ: 03.269.695/0001-08

Valor R\$ 2.940,01

Recibo Nr.49/2018

Data: 12/02/2018

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através

da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 097/18

Publicação Nº 1529441

. DECRETO Nº 97/18

. De 20 de fevereiro de 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

NO ORÇAMENTO DE 2018 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5511 de 20 de dezembro de 2017.

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 129.270,84(Cento e vinte e nove mil, duzentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30.004.0010.0302.0030.2472	CONVENIOS/CONTRATOS DE SERVIÇOS ESPECIAIS EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381715	MAC UNIÃO – LEITOS DE ENFERMARIA
Valor: (129.270.84)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 098/18

Publicação Nº 1529452

. DECRETO Nº 98/18

. De 20 de fevereiro de 2018

RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO COM JORNADA SUPLEMENTAR EXERCÍCIO 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº105/2010 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica relacionado os Profissionais da Rede Municipal de Educação com Jornada Suplementar Exercício 2018, conforme Anexo I, Folha 2, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

ANEXO I – FOLHA 2

Servidor	Motivo	Valor/Data
Ana Paula Fonseca A. de Assis	Jornada Suplementar 10 horas	05/02/2018
Catiane Henn	Jornada Suplementar 20 horas	05/02/2018
Joacir Tachner	Jornada Suplementar 20 horas	05/02/2018
Lilian Keli de Oliveira	Jornada Suplementar 10 horas	05/02/2018
Maria A. Machado Krauss	Jornada Suplementar 20 horas	05/02/2018
Maria Zenilda da Luz	Jornada Suplementar 20 horas	05/02/2018
Monalisa Ribeiro Camargo	Jornada Suplementar 20 horas	05/02/2018
Patrícia Regiane Tomaselli	Jornada Suplementar 20 horas	05/02/2018
Rose Mary Anacleto	Jornada Suplementar 10 horas	05/02/2018
Vivian Geisler Wendorf	Jornada Suplementar 10 horas	05/02/2018

DECRETO Nº 099/18

Publicação Nº 1529467

. DECRETO Nº 99/18

. De 20 de fevereiro de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 03/2018 – CMDCA / DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO DO CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DECRETO Nº 100/18

Publicação Nº 1529468

. DECRETO Nº 100/18

. De 20 de fevereiro de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 04/2018 / CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA / DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DO FIA / FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PARA O ANO DE 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei Municipal 4.321/2011, Decreto nº 438/17 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 04/2018 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a aprovação do plano de aplicação do FIA – Fundo da Infância e Adolescência para o ano de 2018, a Resolução nº 04/2018 faz parte

e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a resolução nº 03/2018 – CMDCA - Solicita o chamamento de Ricardo Rafael Scheidemantel, Conselheiro Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter, a Resolução nº 03 de 2018, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM
Nº 03/2018
CHAMAMENTO DE CONSELHEIRO
TUTELAR DE INDAIAL SUPLENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2018.

Resolve:

Art. 1º – Solicita o chamamento de Ricardo Rafael Scheidemantel, Conselheiro Tutelar Suplente de Indaial, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter.

Tivemos um primeiro contato via telefone, em 05 de Fevereiro de 2018, a partir de hoje tem seis dias (até 12 de Fevereiro) para assumir o cargo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 05 de Fevereiro de 2018.

Fabio Eduardo Nagel

Coordenador do CMDCA

integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2018.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

	RESOLUÇÃO Nº 04/2018 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PARA O ANO DE 2018.
--	--

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 438/17 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da Plenária realizada em 20 de Fevereiro de 2018.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;
- Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado “Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Plano de Aplicação do FIA – Fundo da Infância e Adolescência para o ano de 2018, da seguinte forma:

Descrição	Valor R\$
0014.0243.0032.1551 Estudos e Diagnósticos:	
Recursos ordinários orçado	0
Total saldo	0
0014.0243.0032.2550 Formação de Recursos Humanos:	
Recursos ordinários orçado	R\$ 10.000,00
Total saldo	R\$ 10.000,00
0014.0243.0032.2551 Manutenção de Projetos Pontuais:	
Recursos ordinários orçado	R\$ 100.000,00
Projeto pontuais	R\$ 100.000,00
Total saldo	R\$ 100.000,00
0014.0243.0032.2552 Divulgação do ECA e Incentivo a Guarda e Adoção:	
Recursos ordinários orçado	R\$ 9.359,53
Total saldo	R\$ 9.359,53
Superavit em conta R\$	R\$ 119.359,53

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 20 de Fevereiro de 2018.

Fabio Eduardo Nagel

Coordenador do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Indaial

DECRETO Nº 101/18

Publicação Nº 1529469

. DECRETO Nº 101/18

. De 20 de fevereiro de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 05/2018 / CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA / DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO DAS PLENÁRIAS DO CMDCA INDAIAL PARA O ANO DE 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei Municipal 4.321/2011, Decreto nº 438/17 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 05/2018 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe o calendário das plenárias do CMDCA para o ano de 2018, a Resolução nº 05/2018 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 05/2018

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DAS PLENÁRIAS DO CMDCA INDAIAL PARA O ANO DE 2018.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 438/17 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações e a Plenária realizada em 20 de Fevereiro de 2018.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do FIA para o exercício de 2017;
- A Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedido a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.
- Resolução nº 137/2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências

RESOLVE:

Art. 1º – Os conselheiros aprovaram o calendário das Plenárias do CMDCA Indaial para o ano de 2018 como sendo a a terceira terça feira de cada mês. E convocados excepcionalmente caso houver necessidade.

JANEIRO	Em recesso
FEVEREIRO	Dia 20
MARÇO	Dia 20
ABRIL	Dia 17
MAIO	Dia 15
JUNHO	Dia 19
JULHO	Dia 17
AGOSTO	Dia 21
SETEMBRO	Dia 18
OUTUBRO	Dia 16
NOVEMBRO	Dia 20
DEZEMBRO	Dia 11

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 20 de Fevereiro de 2018.

Fabio Eduardo Nagel

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Indaial

DECRETO Nº 102/18

Publicação Nº 1529477

. DECRETO Nº 102/18

. De 20 de fevereiro de 2018

ALTERA DECRETO Nº 41 DE 2018 / REGULAMENTA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E DESLIGAMENTO REFERENTE AOS PROGRAMAS BOLSA-ATLETA E BOLSA-TÉCNICO, INSTITUÍDOS PELA LEI 5465, DE 19 DE SETEMBRO DE 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5465, de 19 de setembro de 2017.

DECRETA:

DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art.1º - Fica alterado o Decreto nº 41 de 2018, a Fundação Municipal de Esportes de Indaial – FME publicará no início de cada ano o Edital para inscrição dos interessados em receber os benefícios elencados pelos Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico, previstos pela Lei n.º 5465 de 19 de setembro de 2017.

Parágrafo Único – Os benefícios serão concedidos nas diversas modalidades esportivas e dar-se-ão através de auxílio financeiro para apoio na alimentação, saúde, educação, moradia, transporte, material esportivo, taxas para participação em eventos esportivos e taxas de federação.

Art. 2º. O processo de seleção dos inscritos será conduzido pela Comissão Técnica e compreenderá três etapas consecutivas e eliminatórias, sendo:

- I – análise da documentação apresentada;
- II – entrevista;
- III - julgamento e classificação.

DA COMISSÃO TÉCNICA

Art. 3º. A Comissão Técnica a que se refere o art. 18 da Lei n. 5465/2017 será composta pelos seguintes membros:

- I – 02 (dois) representantes governamentais;
- II – 02 (dois) representantes não-governamentais.

DA BOLSA-ATLETA MUNICIPAL

Art. 4º. A Bolsa-Atleta Municipal será concedida para atletas e paratletas distribuídos nas seguintes categorias, respeitando-se os seguintes requisitos mínimos:

I – Bolsa-Atleta I, cujo valor do auxílio mensal será de R\$ 100,00 (cem reais):

- a) Idade mínima de 14 anos completos no ano em que for concedida a bolsa;
- b) Estar regularmente matriculado em instituição pública ou privada de ensino;
- c) Ter participado de competição do calendário FESPORTE ou do calendário estadual da modalidade, no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa.

II – Bolsa-Atleta II, cujo valor do auxílio mensal será de R\$ 200,00 (duzentos reais):

- a) Idade mínima de 14 anos completos no ano em que for concedida a bolsa;
- b) Ter participado de competição do calendário FESPORTE ou do calendário estadual da modalidade no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa.

III – Bolsa-Atleta III, cujo valor do auxílio mensal será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais):

- a) Idade mínima de 14 anos completos no ano em que for concedido a bolsa;
- b) Ter participado de competição no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa, tendo obtido a seguinte classificação: 1º ao 3º lugar no evento ou competição com abrangência mínima regional promovida pela Federação da respectiva modalidade ou pela FESPORTE ou que tenham obtido classificação para fase estadual Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC, excluídos aqueles atletas que participaram dos JASC sem a necessidade de classificação prévia.

Parágrafo Único - A participação e a obtenção da premiação de que tratam os incisos anteriores, deverá ter ocorrido mediante representação do Município de Indaial ou através de entidades parceiras da Fundação Municipal de Esportes – FME sediadas no município.

DA BOLSA-TÉCNICO MUNICIPAL

Art. 5º A Bolsa-Técnico Municipal será distribuída nas seguintes categorias, respeitando-se os respectivos requisitos mínimos:

I – Bolsa-Técnico I, cujo valor do auxílio mensal será de R\$ 500,00 (quinhentos reais)

- a) Profissional que venha a atuar como Técnico ou Auxiliar Técnico de modalidade, time ou delegação que represente ou tenha expectativas de representar Indaial em eventos municipais, regionais e estaduais, bem como em atividades do desporto escolar, conforme planejamento da Fundação Municipal de Esportes - FME;
- b) Possuir registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) e estar em dia com as obrigações cadastrais e financeiras mediante apresentação de certidão de regularidade;
- c) Nas modalidades de artes marciais, é exigida somente faixa preta com registro na federação ou confederação da modalidade.

II – Bolsa-Técnico II, cujo valor do auxílio mensal será de R\$ 1.000,00 (um mil reais):

- a) Profissional que venha a atuar como Técnico de modalidade, time ou delegação que represente ou tenha expectativas de representar Indaial em eventos municipais, regionais e estadual; bem como em atividades do desporto escolar, conforme planejamento da Fundação Municipal de Esportes – FME;
- b) Possuir registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) e estar em dia com as obrigações cadastrais e financeiras mediante apresentação de certidão de regularidade;
- c) Nas modalidades de artes marciais, é exigido somente faixa preta com registro na federação ou confederação da modalidade.

III – Bolsa-Técnico III, cujo valor do auxílio mensal será de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais):

- a) Profissional que venha a atuar como Técnico de modalidade, time ou delegação que represente ou tenha expectativas de representar Indaial em eventos municipais, regionais e estadual; bem como em atividades do desporto escolar, conforme planejamento da Fundação Municipal de Esportes – FME;
- b) Possuir registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF) e estar em dia com as obrigações cadastrais e financeiras mediante apresentação de certidão de regularidade;

c) Nas modalidades de artes marciais, é exigido somente faixa preta com registro na federação ou confederação da modalidade.

DAS OBRIGAÇÕES DOS BOLSISTAS

Art.6º. São obrigações do beneficiário do Programa Bolsa-Atleta ou Bolsa-Técnico:

- Representar, exclusivamente, o município de Indaial, nas equipes da FME ou entidade parceira, quando solicitado, em competições promovidas e/ou consideradas de interesse da Fundação Municipal de Esportes – FME;
- Participar de treinamentos, das atividades e eventos em prol do desenvolvimento do esporte, bem como em campanhas educativas promovidas pelo Município ou quando solicitado pela Fundação Municipal de Esportes – FME;
- Utilizar o valor do auxílio financeiro somente para os fins previstos no Parágrafo Único do art. 1º do presente Decreto;
- Apresentar à Fundação Municipal de Esportes – FME relatório de atividades esportivas desenvolvidas, de acordo com o plano de trabalho fornecido no momento do processo de seleção, até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela do auxílio financeiro;
- Apresentar prestação de contas à Comissão Técnica em até 30 (trinta) dias após o recebimento da última parcela do auxílio financeiro;

Parágrafo Único. O não cumprimento das obrigações previstas nos incisos anteriores implica na suspensão da bolsa e a devolução dos valores recebidos.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.7º. Os atletas beneficiados com o Programa Bolsa-Atleta ou Bolsa-Técnico deverão apresentar a prestação de contas à Comissão Técnica que emitirá parecer quanto à respectiva aprovação.

Parágrafo Único. A prestação de contas deverá conter:

- I – Declaração própria, ou do responsável, se menor de 18 (dezoito) anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa Atleta e/ou Bolsa-Técnico foram utilizados para custear as despesas do beneficiário com a sua manutenção pessoal e esportiva, de acordo com o plano de trabalho;
- II – Declaração da respectiva entidade esportiva, ou da Fundação Municipal de Esportes – FME, atestando estar o beneficiário em plena atividade esportiva ou afastado por motivo de saúde, neste caso, acompanhado do atestado médico original;
- III – Declaração do estabelecimento de ensino fundamental ou médio atestando a matrícula e o boletim de aproveitamento escolar do beneficiário;

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. As bolsas serão concedidas aos atletas classificados pelo prazo de 10 (dez) meses, no período compreendido entre março e dezembro.

Art. 9º - A FME poderá conceder bolsa a atletas e/ou técnicos, com reconhecido potencial, que não atenderem aos requisitos previstos nas alíneas 'c' do inciso I e alíneas 'b' dos incisos II e III do artigo 4º e alíneas 'b' dos incisos I, II e III do artigo 5º a fim de melhorar a competitividade das equipes que representam o Município de Indaial."

Art. 10 - A concessão da Bolsa-Atleta e da Bolsa-Técnico é eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiário atender as condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

Art. 11 - O processo de desligamento dos Programas Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico respeitará os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 12 - Em caso de desligamento do beneficiário a Comissão Técnica convocará atleta ou técnico constante da lista de espera, que será beneficiado pelo tempo restante para a conclusão do período concedido ao substituído.

Art. 13 – Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, alterando o Decreto nº 41 de 01 de fevereiro de 2018.

Município de Indaial, em 20 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PORTARIA Nº 100/18

Publicação Nº 1527934

PORTARIA Nº 100/18

De 06 de fevereiro de 2018

Exonera /

Sueli Fátima Lopes Linhares

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica

do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido confeccionado pela servidora em 01 de fevereiro de 2018, RESOLVE:

Exonerar a pedido, a servidora Sueli Fátima Lopes Linhares, ocupante do cargo de Professora C 20 h/s, para ser empossada no cargo a que foi nomeada de Professora de C 40 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 101/18

Publicação Nº 1527938

PORTARIA Nº 101/18

De 06 de fevereiro de 2018

Declara vacância do cargo de Professor C 20 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso VII e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de fevereiro de 2018, o cargo de Professor C 20 h/s, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Sueli Fátima Lopes Linhares, conforme portaria nº 100/18 de 06 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 110/18

Publicação Nº 1527942

PORTARIA Nº 110/18

De 07 de fevereiro de 2018

Exonera /

Viviana da Silva

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido confeccionado pela servidora em 01 de fevereiro de 2018, RESOLVE:

Exonerar a pedido, a servidora Viviana da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, para ser empossada no cargo a que foi nomeada de Professora de Educação Infantil 40 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 07 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 111/18

Publicação Nº 1527946

PORTARIA Nº 111/18

De 07 de fevereiro de 2018

Declara vacância do cargo de Auxiliar de Creche

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso VII e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de fevereiro de 2018, o cargo de Auxiliar de Creche, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Viviana da Silva, conforme portaria nº 110/18 de 07 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 07 de fevereiro de 2018.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 147/18

Publicação Nº 1527948

PORTARIA Nº 147/18

De 14 de fevereiro de 2018

Averba Tempo de Contribuição/Servidora

Ademir Cipriano Estevam

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e de mais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pelo servidor em 09 de fevereiro de 2018, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSS, emitida em 30/12/2015, nº 20021040.1.00016/12-1 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 4.405 dias, ou 12 (doze) anos, 0 (zero) meses e 25 (vinte e cinco) dias ao servidor Ademir Cipriano Estevam, ocupante do cargo de Motorista.

Prefeitura de Indaial, 14 de fevereiro de 2018.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 155/18

Publicação Nº 1527950

PORTARIA Nº 155/18

De 15 de fevereiro de 2018

Averba Tempo de Contribuição/Servidora

Sueli Lucia Remane Kriek

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e de mais dispositivos legais em vigor e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 14 de fevereiro de 2018, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSS, emitida em 06/10/2017, nº 20021040.1.00025/17-1 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 7.081 dias, ou 19 (dezenove) anos, 4 (quatro) meses e 26 (vinte e seis) dias a servidora Sueli Lucia Remane Kriek, ocupante do cargo de Professora.

Prefeitura de Indaial, 15 de fevereiro de 2018.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 156/18

Publicação Nº 1529138

PORTARIA Nº 156/18

De 16 de fevereiro de 2018

Torna sem Efeito a Portaria nº 1913/17

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando que a candidata não tem interesse em assumir o cargo no momento, abdicando da sua colocação e passando a ocupar o último lugar entre os aprovados, conforme artigo 14, § 1º, item III, da Lei Complementar 105/10, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 1913/17, que nomeou para o provimento do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, 40 h/s, Angelita Perrony.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 157/18

Publicação Nº 1529168

PORTARIA Nº 157/18

De 16 de fevereiro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4267 de 21 de dezembro de 2010 que criou o cargo de Assistente Administrativo e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Assistente Administrativo, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Fabio Aguilar Pereira, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 158/18**

Publicação Nº 1529178

PORTARIA Nº 158/18

De 16 de fevereiro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4267 de 21 de dezembro de 2010 que criou o cargo de Assistente Administrativo e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Assistente Administrativo, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Taina Fernanda Vitali Santos, aprovada em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 159/18**

Publicação Nº 1529185

PORTARIA Nº 159/18

De 16 de fevereiro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4267 de 21 de dezembro de 2010 que criou o cargo de Assistente Administrativo e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Assistente Administrativo, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Everson Arndt, aprovado em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 160/18**

Publicação Nº 1529189

PORTARIA Nº 160/18

De 16 de fevereiro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4267 de 21 de dezembro de 2010 que criou o cargo de Assistente Administrativo e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Assistente Administrativo, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Matheus Figueiredo Irion da Silva, aprovado em 4º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 161/18

Publicação Nº 1529193

PORTARIA Nº 161/18

De 16 de fevereiro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4267 de 21 de dezembro de 2010 que criou o cargo de Assistente Administrativo e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Assistente Administrativo, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Romulo Fischer, aprovado em 5º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 162/18**

Publicação Nº 1529202

PORTARIA Nº 162/18

De 16 de fevereiro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4267 de 21 de dezembro de 2010 que criou o cargo de Assistente Administrativo e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Assistente Administrativo, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Luciane Yonekawa Schelbauer, aprovado em 6º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 163/18**

Publicação Nº 1529208

PORTARIA Nº 163/18

De 16 de fevereiro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 4530 de 18 de novembro de 2011 que criou o cargo de Auxiliar Administrativo e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Marina Dallabona Bueno, aprovada em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 164/18**

Publicação Nº 1529215

PORTARIA Nº 164/18

De 16 de fevereiro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 2317 de 22 de fevereiro de 1994 que criou o cargo de Licitador e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Licitador, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Taina Fernanda Vitali Santos, aprovada em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 165/18

Publicação Nº 1529219

PORTARIA Nº 165/18

De 16 de fevereiro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 2317 de 22 de fevereiro de 1994 que criou o cargo de Licitador e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Licitador, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Andrea Souto Silva, aprovada em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 166/18**

Publicação Nº 1529237

PORTARIA Nº 166/18

De 16 de fevereiro de 2018

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 3222 de 21 de dezembro de 2003 que criou o cargo de Fiscal de Tributos Municipais e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Fiscal de Tributos Municipais, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Michele Vanessa Jenichen Carvalhaes de Paiva, aprovada em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 168/18**

Publicação Nº 1529247

PORTARIA Nº 168/18

De 16 de fevereiro de 2018

Exonera /

Silvane Kurek Bail

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pela servidora em 02 de fevereiro de 2018, RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora Silvane Kurek Bail, ocupante do cargo de Professora B 20 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 02 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoOZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de EducaçãoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 169/18**

Publicação Nº 1529252

PORTARIA Nº 169/18

De 16 de fevereiro de 2018

Declara vacância do cargo de Professor B 20 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 02 de fevereiro de 2018, o cargo de Professor B 20 h/s, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Silvane Kurek Bail, conforme portaria nº 168/18 de 16 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 16 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER
PrefeitoOZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de EducaçãoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 32/18

Publicação Nº 1527910

PORTARIA Nº 32/18

De 30 de janeiro de 2018

Torna sem Efeito a Portaria nº 1976/17

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, artigo 14, § 2º da Lei Complementar nº 105/10 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando que a candidata não tem interesse em assumir o cargo no momento, abdicando da sua colocação e passando a ocupar o último lugar entre os aprovados, conforme artigo 14, § 1º, item III, da Lei Complementar 105/10, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 1976/17, que nomeou para o provimento do cargo efetivo de Auxiliar de Creche, 40 h/s, Maiara Bastos.

Prefeitura de Indaial, em 30 de janeiro de 2018.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 94/18

Publicação Nº 1527914

PORTARIA Nº 94/18

De 06 de fevereiro de 2018

Exonera /

Daniela Aparecida Andrietti Thiago da Silva

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido de exoneração confeccionado pela servidora em 01 de fevereiro de 2018, RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora Daniela Aparecida Andrietti Thiago da Silva, ocupante do cargo de Professora C 20 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de fevereiro de 2018.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 95/18

Publicação Nº 1527918

PORTARIA Nº 95/18

De 06 de fevereiro de 2018

Declara vacância do cargo de Professor C 20 h/s

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso I e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de fevereiro de 2018, o cargo de Professor C 20 h/s, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Daniela Aparecida Andrietti Thiago da Silva, conforme portaria nº 94/18 de 06 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de fevereiro de 2018.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

OZINIL MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 98/18

Publicação Nº 1527922

PORTARIA Nº 98/18

De 06 de fevereiro de 2018

Exonera /

Rosangela de Souza Saucedo Marques

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 37, inciso I e demais dispositivos legais em vigor e considerando pedido confeccionado pela servidora em 01 de fevereiro de 2018, RESOLVE:

Exonerar a pedido, a servidora Rosangela de Souza Saucedo Marques, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para ser empossada no cargo a que foi nomeada de Auxiliar de Creche 40 h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de fevereiro de 2018.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ADRIANE MACHADO FERRARI
Secretária Municipal de Saúde

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 99/18

Publicação Nº 1527929

PORTARIA Nº 99/18

De 06 de fevereiro de 2018

Declara vacância do cargo de Auxiliar Administrativo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso VII e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 01 de fevereiro de 2018, o cargo de

Auxiliar Administrativo, em virtude da exoneração a pedido, da servidora Rosangela de Souza Saucedo Marques, conforme portaria nº 98/18 de 06 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária Municipal de Saúde

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI

Diretora de Gestão de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

**AUDIÊNCIA PÚBLICA - METAS FISCAIS 3º
QUADRIMESTRE 2017**

Publicação Nº 1528258

CONVITE

A Câmara Municipal de Indaial, estabelecida a rua Prefeito Frederico Hardt, 148, Centro, município de Indaial, estado de Santa Catarina, através da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, torna público e convida a população indaialense para AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação das Metas Fiscais do Município de Indaial, relativas ao 3º Quadrimestre do exercício financeiro de 2017, em cumprimento do disposto no artigo 9º, § 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Local: Plenário da Câmara Municipal de Indaial

Hora : 16horas.

Data : 28 de fevereiro de 2018.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Vereador ANTONIO CARLOS FINK Vereador ALTAIR BRASSIANI
Presidente Vice-Presidente

Vereador FÁBIO FRITZ
Membro

Ipira

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 011/2018 - PMI

Publicação Nº 1529214

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 011/2018 - PMI
Pregão Presencial nº 008/2018 - PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para contratação de seguros para veículos da frota municipal. Entrega dos envelopes até as 13:45 horas do dia 05 de Março de 2018. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 20 de Fevereiro de 2018.
Janete Angeli da Mota
Prefeita Municipal em Exercício

Ipuacú

PREFEITURA

4 ADTO CT PREF 19.2016

Publicação Nº 1528525

DATA DESTE TERMO ADITIVO: 16/02/2018

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº 19 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 06/2016, PREGÃO PRESENCIAL PREF N. 03/2016

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67

OBJETO: Consiste o presente aditivo consiste na alteração do prazo de vigência "clausula quarta – dos prazos".

Este Contrato vigorará pelo prazo inicial de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da data de assinatura do presente compreendendo o período de 23 de fevereiro de 2016 a 21 de fevereiro de 2019.

CT FMS 05.2018

Publicação Nº 1528508

CONTRATO FMS N.º 05 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONTRATADA: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA CNPJ nº 00.867.301.0002-06

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 02/2017, Pregão Presencial FMS 02/2017 e Ata de Registro de Preços FMS n.º 02/2017 datada de 21/02/2017.

OBJETO : O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão da Saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão dos dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Município, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de saúde. Conforme descrito no Anexo I- termo de referência, deste edital. e abaixo disposto:

item	Descritivo	Qtd	Valor und	Valor Total
02	MANUTENCAO MENSAL E ATUALIZAÇÕES LEGAIS, A Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva do sistema contratado, durante a execução do contrato. Em caso de mudança na legislação e que tenha influência direta ou indireta na utilização do sistema, entre outros, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema, durante vigência contratual. A empresa Contratada deverá disponibilizar a atualização de versão do sistema, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente, sem quaisquer ônus adicionais para o Município de Ipuacú-SC, durante a vigência contratual.	12 meses	900,00	10.800,00

VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2018, e perdurará até a data 21 de fevereiro de 2019.

Ipumirim

PREFEITURA

MINUTA PL 11 DISPENSA DE LICITAÇÃO 06-2018

Publicação Nº 1528121

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2018

HILDO CARLOS SABADIN - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso IV, cujo objeto é: contratação de empresa(material + Mao de obra) para lixar, corrigir furos paredes e pintura parte interna do prédio da creche municipal Danilo João cason..Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 20/02/2018

HILDO CARLOS SABADIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

PORTARIA Nº.176/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529257

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal em Exercício de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JANIEL GIRON, matrícula 1727, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 a 2016 a partir de 26 de Fevereiro de 2018 a 17 de Março de 2018.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 26 de Fevereiro de 2018.

Ipumirim - SC, 20 de Fevereiro de 2018.

Hildo Carlos Sabadin

Prefeito em Exercício.

TERMO HOMOLOGAÇÃO DL 06-2018

Publicação Nº 1528195

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2018 - DL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2018 Data do Processo: 20/02/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, HILDO CARLOS SABADIN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2018
b) Licitação Nr.: 6/2018-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 20/02/2018
e) Objeto da Licitação contratação de empresa(material + mão de obra) para lixar, corrigir furos paredes e pintura parte interna do prédio da creche municipal danilo joão cason.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

JEAN CARLOS KEHL-ME (9977)

1	TINTA AGRÍLICA GL 18 LTS.	UN	7,00	0,0000	265,00	1.855,00
2	Tinta agrílica cor anel de jade 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	96,00	96,00
3	Tinta agrílica cor mata virgem 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	98,00	98,00
4	Tinta agrílica cor cereja 3,6 litros	UN	2,00	0,0000	150,00	300,00
5	Tinta agrílica cor natureza 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	126,50	126,50
6	Tinta agrílica cor bosque encantado 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	95,00	95,00
7	Tinta agrílica cor brilho quente 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	117,00	117,00
8	Tinta agrílica cor vida intensa 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	161,00	161,00
9	Tinta agrílica cor vermelho escarlate 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	150,00	150,00
10	Tinta agrílica cor amarelo euforia 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	100,00	100,00
11	Tinta agrílica cor azul royal 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	135,00	135,00
12	Tinta agrílica cor caracau blue 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	130,00	130,00
13	Tinta agrílica cor verde bandeira 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	107,50	107,50
14	Tinta agrílica cor verde folia 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	137,00	137,00

Ipumirim, 20 de Fevereiro de 2018.

HILDO CARLOS SABADIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 6/2018 - DL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 11/2018
Data do Processo: 20/02/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**JEAN CARLOS KEHL-ME (9977)**

15 Tinta agricola cor marrakesh 3,6 litros	UN	1,00	0,0000	120,00	120,00
16 Tinta agricola cor carnaval 3,6 litros	UN	2,00	0,0000	100,00	200,00
17 Tinta agricola cor naturale 3,6 litros	UN	2,00	0,0000	83,00	166,00
18 tapa tudo/veda trinca 250 gramas	UN	4,00	0,0000	15,00	60,00
19 Mao de obra e serviço pintura	SER	1,00	0,0000	2.200,00	2.200,00
				Total do Fornecedor:	6.354,00
				Total Geral:	6.354,00

Ipumirim, 20 de Fevereiro de 2018.

HILDO CARLOS SABADIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 045/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528215

PORTARIA Nº 045/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar nº 42/2009 de 14 de Julho de 2009, Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - CONTRATAR, em Caráter Temporário (ACT), o Sra. MARILDE FACCIO PROVENZI, sendo que todos os classificados do Teste Seletivo 001/2017 já foram chamados, para atuar como PROFESSOR ORIENTADOR, REFORÇO DE APRENDIZAGEM E APURAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO EJA DE IRACEMINHA/SC, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais e com vencimentos constantes no Plano de Cargos e Salários anexo à Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais. A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha 20 de Fevereiro de 2018.

ROBERTO FORESTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA Nº 046/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528218

PORTARIA Nº 046/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar nº 42/2009 de 14 de Julho de 2009, Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - INTERROMPER, por motivo de superior interesse público e necessidade da Administração Municipal, o GOZO DE FÉRIAS concedido através da PORTARIA nº 010/2018, DE 21 DE JANEIRO DE 2018, do Servidor Publico Municipal VILCEU VIVIAN, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha 20 de Fevereiro de 2018.

ROBERTO FORESTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

Publicação Nº 1529527

TERMO DE LICITAÇÃO DESERTA

O Prefeito em Exercício, Sr. Marcelo Pegoraro no uso de suas atribuições legais, torna público que o Processo Licitatório nº 016/2018 - Pregão Presencial 011/2018, exclusivo às beneficiárias da LC 123/2006, agendado para o dia 20 de fevereiro do corrente ano, cujo objeto era a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação de cobertura (Toldo) com fornecimento de material em aluzinco nos passeios públicos da EEBM Sebastião Rodrigues de Souza, restou DESERTO em virtude do não comparecimento de empresas licitantes no certame.

Irani - SC, 20 de fevereiro de 2018.

Marcelo Pegoraro

Prefeito em Exercício

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01 2018 DO PARECER DE CONTAS DO FIA

Publicação Nº 1529554

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

EMITE PARECER SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA REFERENTE AO ANO 2017.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Irani – SC, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 1.749 de 24 de julho de 2015 e em suas alterações posteriores, no Decreto Municipal nº 142 de 16 de outubro de 2015, e por deliberação dos membros do CMDCA na reunião ordinária de 16 de fevereiro de 2018, constando em Ata nº 01/2018, e

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90;

CONSIDERANDO o que dispõe o Manual do Tribunal de Contas de Santa Catarina denominado “Orçamento Público e o Fundo dos Diretos da Criança e do Adolescente” 2010;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.749 de 24 de julho de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo da Infância e Adolescência - FIA;

CONSIDERANDO a Resolução nº 137 do CONANDA, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 77/2013 do Tribunal de Contas de Santa Catarina atribuiu ao CMDCA à competência de emitir parecer sobre a Prestação de Contas do Fundo para Infância e Adolescência;

RESOLVE:

Art. 1º - Emitir parecer favorável a Prestação de Contas do Fundo para a Infância e Adolescência do município de Irani, conforme Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º- Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irani - SC, 16 de Fevereiro de 2018.

Leliz Lenzi Steiner

Presidente do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Aprovado pelo CMDCA em: 16/02/2018

Registrado em Ata CMDCA nº 01/2018

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

PRESTAÇÃO DE CONTAS FIA – 2017

AVISO DE CANCELAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N. 010/2018

Publicação Nº 1529384

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI****AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE IRANI, através do Prefeito em Exercício, Sr. Marcelo Pegoraro, torna publico para o conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018, referente a Aquisição de equipamentos agrícolas destinados ao Fundo Municipal Agropecuário do Município de Irani, SC, em decorrência da falta de publicação em todos os meios oficiais de divulgação. A tempo, informa que o pregão supracitado será realizado brevemente, a data será publicada respeitado a Lei 8.666/93.

Irani - SC, 20 de fevereiro de 2018.

Marcelo Pegoraro
Prefeito em Exercício

RUA EILIRIO DE GREGORI, 207 – CEP: 89680-000 – IRANI – SC.
FONE/FAX: (49) 3432-3214 – licitacao@irani.sc.gov.br – CNPJ: 82.939.455/0001-31

Irati**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2018 - AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS**

Publicação Nº 1529518

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º:	021/2018		
Data:	15/02/2018		
Contratante:	Município de Irati		
Contratada:	SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA		
Objeto:	AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS		
Vigência:	60 DIAS APÓS ENTREGA DA AF.		
Valor:	R\$ 516.900,00 (Quinhentos e desesseis mil e novecentos reais)		
Recursos:	Projeto Atividade:	1031	
	Elemento:	44.90.00.00.0100 (134) – Aplicações Diretas	
Assinaturas:	Neuri Meurer, pela Contratante e Tarsila Luisa Pedron Daniel pela Contratada.		

Irati – SC, 15 de fevereiro de 2018.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 25/2018 - PM

Publicação Nº 1528187

CONTRATO Nº 25/2018

PROCESSO Nº 87/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2014

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2015

Pelo presente instrumento particular, de um lado a Prefeitura Municipal de Irineópolis, com sede à Rua Paraná, 200, na Cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina - CEP 89440-000, CNPJ nº 83.102.558/00001-05, neste ato representada pelo Senhor Luiz Carlos Pazdziora, no Cargo de Prefeito em exercício, residente e domiciliado à Rua Bahia, nº 473, no Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 437.440.529-15, portador da cédula de identidade nº 3.136.022-6 SSP/PR, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa JP Terra Maq Ltda – ME Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.286.088/0001-24, com sede a Estrada Vila Nova do Timbó, S/N, Vila Nova do Timbó, Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, doravante designado(a) simplesmente "CONTRATADO(A)", têm justo e avençado o presente contrato de credenciamento para prestação de serviços de hora/máquina, tudo de acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº. 68/2014, modalidade Credenciamento nº. 03/2014, e Inexigibilidade nº 08/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava do Contrato nº. 26/2015, de acordo com o Ofício nº 27-A/2018, do Senhor Lademir Fernando Arcari - Secretário da Administração, e deferido em 17 de janeiro de 2018 pelo Senhor Luiz Carlos Pazdziora- Prefeito Municipal em Exercício, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 22/01/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima do Contrato nº 26/2015, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas do contrato principal e seus aditivos

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 23 de Janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS LUIZ CARLOS PAZDZIORA Contratante	JP TERRA MAQ LTDA - ME ERNANI JOSE PRETO Contratado
---	---

Testemunhas	
Géssica Greschechen	Josilaine Montoski
CPF: 072.218.599-57	CPF: 081.276.439-04

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2018 - FMAS

Publicação Nº 1528606

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 07 de março de 2018, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇOS POR ITEM de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE KITS MATERNIDADE E VESTUÁRIO PARA ATIVIDADES NAS OFICINAS E GRUPOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV E DO CENTRO DE REFERÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 20 de fevereiro de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018, PP Nº 007/2018

Publicação Nº 1528277

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 009/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2018 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 10 de janeiro de 2018, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silvine Carla Mertins e Felipe Uba Chupel, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº 009/2018, Pregão Presencial nº 007/2018, objetivando a aquisição de material para confecção de cabeamento da rede interna do prédio administrativo municipal. Apresentaram envelopes de Proposta de Preços e Documentação as empresas: AMBAR TECNOLOGIA EIRELI, MICROCABLE SERVIÇO EM TELECOMUNICAÇÃO E ENERGIA LTDA, SATI TELECOM LTDA, neste ato, representada pelos Senhores: Jaison Carlos Bomm, Miguelangelo Domeneghini, Alex de Andrade; Todos os representantes cumpriram com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. As empresas AMBAR TECNOLOGIA EIRELI, MICROCABLE SERVIÇO EM TELECOMUNICAÇÃO E ENERGIA LTDA comprovaram a condição de Micro Empresa. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que a as empresas atenderam à disposição da Lei. Abertos os envelopes de proposta de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: MICROCABLE SERVIÇO EM TELECOMUNICAÇÃO E ENERGIA LTDA se sagrou vencedora no lote 01, do edital com o valor total de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por lote. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope documentação da licitante vencedora do certame; O envelope foi aberto, os documentos nele contidos foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; da análise da documentação, restou em HABILITAR a empresa vencedora por cumprir os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima os Participantes do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número da Ata de Registro de Preços, e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br e entregue pessoalmente às licitantes presentes.

Delso Minski Silvine Carla Mertins
Pregoeiro Equipe de Apoio

Felipe Uba Chupel
Equipe de apoio

AMBAR TECNOLOGIA EIRELI
Licitante

MICROCABLE SERVIÇO EM TELECOMUNICAÇÃO E ENERGIA LTDA
Licitante

SATI TELECOM LTDA
Licitante

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2018

Publicação Nº 1529218

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018 - Objeto: construção do depósito e reforma da cozinha do Centro Educativo Itaiópolis, com fornecimento de mão-de-obra e materiais. Contrato nº 10/2018. Contratada: LN Construções Ltda. EPP. Valor Global: R\$ 60.938,23. Prazo de Execução: 60 dias. Itaiópolis, 07 de fevereiro de 2018. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2018

Publicação Nº 1529228

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018 - Objeto: ampliação da Escola Municipal Bom Jesus – modalidade Pré Escola, com fornecimento de materiais e mão de obra. Contrato nº 11/2018. Contratada: LN Construções Ltda. EPP. Valor Total: R\$ 53.739,70. Prazo de Execução: 60 dias. Itaiópolis, 07 de fevereiro de 2018. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DO PR 01/2018

Publicação Nº 1528434

Resultado do Pregão Presencial Nº 01/2018. Objeto: Aquisição de Aparelhos, Equipamentos e Materiais necessários para a implantação de Academias de Saúde nas localidades de Moema, Distrito de Itaió e Iracema da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contrato nº 07/2018. Contratada: S.O. Ziober & CIA Equipamentos Metalúrgicos Ltda - EPP Valor: 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais). Itaiópolis, 20/02/2018. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 099 - PRORROGAÇÃO DATA VENCIMENTO IPTU E ISS

Publicação Nº 1529479

DECRETO Nº 099/2018

Prorroga os vencimentos da cota única e da primeira parcela do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU exercício 2018 e prorroga o vencimento do ISS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o atraso dos correios no envio dos carnês com vencimento na data de 20 de fevereiro de 2018;

Considerando que os boletos emitidos com valores superiores ao que a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, propôs em sua nova plataforma de cobrança;

Considerando que a Secretaria de Finanças atualizou seu cadastro de forma a implantar e se adequar à nova plataforma de cobrança, proposta pela FEBRABAN,

DECRETA

Art. 1º Prorroga o vencimento da Cota única do IPTU do presente exercício para o dia 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Prorroga o vencimento da primeira parcela do IPTU do presente exercício para o dia 29 de março de 2018.

Parágrafo único. Fica mantido o dia 20 (vinte) dos respectivos meses como data de vencimento das demais parcelas.

Art. 3º Prorroga o vencimento do ISS-QN e ISS-OBRS do mês corrente para o dia 22 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 10 de fevereiro de 2018.

JOÃO LUÍS EMMEL

Prefeito Municipal em Exercício

ERRATA N. 1 - 04.009.2018

Publicação Nº 1528343

ERRATA N. 1

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.007.2018

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de cesto aéreo a ser montado em veículo da Prefeitura de Itapema e utilizado pela Iluminação Pública, conforme especificações e quantitativo constante no Anexo I do Edital Nº. 04.009.2018.

Onde se lê:

Item	Especificação	Unid.	Quant	Preço Unit.	Preço Total
1	Cesto aéreo modelo Micro Sky Simples, Isolado 46 KV Categoria C01 Cesto Caçamba de fiberglãs com capacidade de 136Kg. Altura de Trabalho: 10.000mm. Altura até a base da cesta: 8.500mm. alcance lateral máximo: 4.600mm. Angulo de giro 410º. abertura entre braço e lança 157º. 01 conjunto de sapatas estabilizadoras (traseiras) instaladas no chassi com válvula de retenção pilotada. Reservatório de óleo: 21 Lts. vazão da bomba hidráulica: 11cc³. Pressão de trabalho: 180bar. sistema de nivelamento automático. Lança com válvula holding. adequada a NBR 16092/2012 e ao anexo XII a NR 12. com over center e sistema eletrohidráulico.	Um	1	76.700,00	76.700,00

Leia-se

Item	Especificação	Unid.	Quant	Preço Unit.	Preço Total
1	Cesto aéreo modelo Micro Sky Simples, Isolado 46 KV Categoria C01 Cesto Caçamba de fiberglãs com capacidade mínima de 136Kg. Altura de Trabalho mínima: 10.000mm. Altura mínima até a base da cesta: 8.500mm. alcance lateral máximo: 4.600mm. Angulo de giro 410º. abertura entre braço e lança 157º. 01 conjunto de sapatas estabilizadoras (traseiras) instaladas no chassi com válvula de retenção pilotada. Reservatório de óleo mínimo: 21 Lts. vazão da bomba hidráulica: 11cc³. Pressão de trabalho: 180bar. sistema de nivelamento automático. Lança com válvula holding. adequada a NBR 16092/2012 e ao anexo XII a NR 12. com over center e sistema eletrohidráulico.	Un	1	76.700,00	76.700,00

A data e hora de Entrega dos envelopes e abertura do pregão presencial 04.007.2018 permanecem inalterados.

Itapema, 19 de janeiro de 2018.

RONALDO PAULINO

Secretário Municipal de Administração

Itapiranga

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2016 - FMS

Publicação Nº 1528416

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º T.A 006/2016 - Contrato Nº: 006/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA
Valor : 30.461,28 (trinta mil quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 24/02/2018 Término: 24/02/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016
Recursos : Dotação: 2.122.3.3.90.00.00.00.00.00 (20)
Objeto : PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA DE MOBILIDADE PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, COM CAPACITAÇÃO DAS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE
Itapiranga, 20 de Fevereiro de 2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2018

Publicação Nº 1528399

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: ARP 046/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: ADS COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA - ME
Valor : 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 15/02/2018 Término: 15/02/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2018
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS "GLP" P-13 E P-45, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.
Itapiranga, 20 de Fevereiro de 2018

EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 010 A 013/2018

Publicação Nº 1528390

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 010/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
Valor : 7.588,59 (sete mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)
Vigência : Início: 06/02/2018 Término: 06/08/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.:

31/2018

Recursos : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (256)
Objeto : CONTRATAÇÃO DAS CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC, PARA EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM LINHA SANTA ISABEL, INTERIOR DE ITAPIRANGA.
Itapiranga, 20 de Fevereiro de 2018

Contrato Nº.: 011/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: RADIO ITAPIRANGA LTDA
Valor : 110.000,00 (cento e dez mil e reais)
Vigência : Início: 15/02/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2018
Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (18)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
Itapiranga, 20 de Fevereiro de 2018

Contrato Nº.: 012/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: ESPORTE CLUBE COMETA
Valor : 46.000,00 (quarenta e seis mil reais)
Vigência : Início: 15/02/2018 Término: 31/01/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 38/2018
Recursos : Dotação: 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (156)
Objeto : LOCAÇÃO DO ESTÁDIO DO COMETA PARA TREINAMENTO E PREPARAÇÃO FÍSICA DAS EQUIPES DE COMPETIÇÃO DAS ESCOLINHAS DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS ORGANIZADOS PELA FEDERAÇÃO CATARINENSE, FESPORTE E QUALQUER OUTRA COMPETIÇÃO DE FUTEBOL DE CAMPO REALIZADA PELO MUNICÍPIO.
Itapiranga, 20 de Fevereiro de 2018

Contrato Nº.: 013/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: EMPRESA JORNALÍSTICA JORNAL EXPRESSÃO LTDA - ME
Valor : 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 19/02/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 40/2018
Recursos : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (18)
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA, COM PERIODICIDADE SEMANAL, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DESTA MUNICIPALIDADE.
Itapiranga, 20 de Fevereiro de 2018

PORTARIA Nº 45/2018

Publicação Nº 1528033

Portaria nº 45 de 20 de fevereiro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as férias a partir de 20/2/2018, por motivo de superior interesse público, da servidora municipal Katia da Silva Schossler Grisotti, matrícula nº 10350/01.

Art. 2º - O saldo das férias que corresponde a quinze dias lhe serão concedidos em época oportuna, conforme nova programação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 20 de fevereiro de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 46/2018

Publicação Nº 1528036

Portaria nº 46 de 20 de fevereiro de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Ivair Paulo Tavares, Adrissa Arnhold, Nadir Teresinha Etges e Fabricia Kroetz, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, para comporem a Comissão Municipal de Processo Seletivo, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através dos Editais de Concurso Público 01/2018 e Edital de Emprego Público 02/2018.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga SC, 20 de fevereiro de 2018.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3518, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528408

DECRETO MUNICIPAL Nº 3518, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nomeia Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Itapoá.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Itapoá, com a seguinte composição:

I - representante do Poder Executivo:

- a) Ana Claudia de Oliveira Jacinto – Titular;
- b) Valci Terezinha de Souza – Suplente.

II - representante do Poder Legislativo:

- a) Janayna Gomes Silvino – Titular;
- b) Francisco Xavier Soares Filho – Suplente.

III - representante do Conselho Municipal de Educação:

- a) Lana Bevilaqua – Titular;
- b) Jose Antônio Soares – Suplente.

IV - representante do Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB:

- a) Marcelo Schatzmann – Titular;
- b) Lucy Helena Wielewicksi – Suplente.

V - representante dos Colegiados Escolares:

- a) Roseli Tureck – Titular;
- b) Eliane Rozi Theurer – Suplente.

VI - representante do Fórum Municipal de Educação:

- a) André Geraldo Brauer – Titular;
- b) Sandra Maria Dani Benck – Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 3177/2017, de 19 de abril de 2017 e o Decreto Municipal nº 2774/2016, de 20 de maio de 2016.

Itapoá (SC), 15 de fevereiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

PREGÃO Nº 17/2018 - REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2018 - PROCESSO Nº 21/2018 - GASOLINA E DIESEL

Publicação Nº 1529211

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2018
REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2018
PROCESSO Nº21/2018

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 13h30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 14h00min, do dia 05/03/2018, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, fará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, CONTÍNUO E FRACIONADO POR DEMANDA, (GASOLINA E DIESEL), PARA USO EXCLUSIVO DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, A SEREM FORNECIDOS MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA VENCEDORA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração– Licitações

e Contratos das 13h00min às 19h00min.

Itapoá, 20 de fevereiro de 2018.

JOSELENE G. DO NASCIMENTO CUNHA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE	LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
ELISIANE DE SOUZA MARTINS SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL	ANGELA MARIA PUERARI DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO MUNICIPAL N° 3479/2018

TERMO CONVOCAÇÃO N° 006/2018.

Publicação N° 1528470

TERMO CONVOCAÇÃO N° 006/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital n° 31/2017 – Luíza Montalvão de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 21/02/2018, CONFORME OS HORÁRIOS ESTIPULADOS PARA CADA ÁREA, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
16	20h	Professor Aux. De Turma	Roseane Rosário de Jesus	01/03/2017	19/12/2018
17	40h	Professor Aux. De Turma	Cristiane Ap. Gavleta de Mello	01/03/2017	19/12/2018
18	40h	Professor Aux. De Turma	Francielle de Souza	01/03/2017	19/12/2018
19	20h	Professor Aux. De Turma	Sheila Soares Rosa	01/03/2017	19/12/2018
20	20h	Professor Aux. De Turma	Estela Benkendorf Ramos	01/03/2017	19/12/2018
21	20h	Professor Aux. De Turma	Elaine Cristina Fagundes	01/03/2017	19/12/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 031/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 19 de Fevereiro de 2018

Luíza Montalvão de Oliveira

Secretária de Educação

TERMO DE RENEGOCIAÇÃO-PREGÃO N°118-17-LAVAÇÃO VEÍCULO

Publicação N° 1528359

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE CONVOCAÇÃO PARA RENEGOCIAÇÃO COM PREGOEIRO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DATA: 27 de fevereiro de 2018. HORÁRIO: 16h:30min (sessão pública)

PREGÃO N°118/2017 – REGISTRO DE PREÇO N° 59/2017 - PROCESSO N°163/2017 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E CONVENIADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

AVISO DE REABERTURA DE NEGOCIAÇÃO DE PROPOSTA

O Município de Itapoá através de sua Pregoeira Oficial convoca o representante da Empresa ASSOCIAÇÃO VILAS BOAS através de seu representante legal, Sra. AMANDA TAYNARA DE CARVALHO para que com base nos estudos realizados para ratificação dos preços obtidos na sessão pública do dia 25/01/2018, iniciar as renegociações com base nas cláusulas do edital de licitação pública:

7. DA SESSÃO DO PREGÃO

[..]

6.17. Se, na negociação não for obtido preço compatível com o praticado no mercado, a licitante que ofertou o melhor preço será declarada vencedora e, após encerramento do certame a Pregoeira consultará o titular da Secretaria responsável pela licitação, para que se manifeste formal e motivadamente sobre a adjudicação do item, pela Pregoeira que, juntamente com a Equipe de Apoio registrará a aceitação do item em nova ata.

[..]

7.22. A Pregoeira, sempre que julgar necessário negociará diretamente com a licitante para obtenção de melhor preço.

Deste feito fica estipulada a data de 27/02/2018 às 16h:30min (Terça-feira) para nova renegociação, conforme fls.202 a 205, disponível no site oficial do Município.

Itapoá, 20 de fevereiro de 2018.

FERNANDA CRISTINA ROSA

PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

Publicação Nº 1528182

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

A Prefeitura do Município de Ituporanga, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.640/0001-30, através da Secretária da Administração Sra. Bruna Rudolfo, inscrita no CPF sob o Nº. 038.559.349-08, nomeada pela Portaria nº 003 de 02.01.2017; TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Chamada Pública, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal do Município de Ituporanga constantes na Lei nº 2.189 de 27.09.07 e Lei nº 2.196 de 01.11.07, conforme quadro de Vagas constante do Anexo Único, parte integrante deste Edital, em razão do término de inscritos na lista do processo seletivo, e em obediência dos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa. A coordenação técnico/administrativa da Chamada Pública n. 001/2018 será de responsabilidade da Secretaria da Administração.

A seleção dos candidatos acontecerá no dia 27 de fevereiro de 2018, conforme dados abaixo:

Local: Prefeitura Municipal de Ituporanga – Sala de Reuniões do Paço Municipal – Rua Vereador Joaquim Boing, n. 40 – Centro.

Data: 27/02/2017

Horário: 10:00 hrs 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado, para substituição de servidores afastados temporariamente, decorrente de licenças previstas na Lei Complementar n. 020/2008, inclusive o afastamento por auxílio-doença, e o preenchimento de vagas excedentes.

1.2 Observado o disposto no item 1.1, os candidatos serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.3 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria da Administração.

2. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS

2.2. São requisitos para investidura no cargo público:

- Idade mínima de 18 anos
- Cópia RG
- Cópia CPF
- Cópia Título Eleitor
- Certidão quitação com as obrigações eleitorais – www.tre-sc.jus.br ou no cartório eleitoral
- Cópia do número e série da Carteira Profissional de Trabalho
- Cópia PIS/PASEP
- Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
- Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos
- Cópia quitação com as obrigações militares (certificado de reservista) – homens com menos de 45 anos
- Cópia Comprovante de residência
- Declaração de Antecedentes Criminais - www.tjsc.jus.br
- Declaração de não – acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos
- No caso de acumulação legal de cargo, função emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária

2.3 O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

3.1 Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos:

- 1º. Graduação em Nível Superior na Área e Curso de Pós Graduação na Área;
- 2º. Graduação em Nível Superior na Área;
- 3º. Cursando Ensino Superior na área;
- 4º. Maior experiência comprovada na área de atuação (atestado de capacidade técnica, cursos);
- 5º. Ensino Médio;
- 6º. Maior idade.

3.2 No ato da convocação, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias necessárias para comprovação dos critérios de seleção e classificação.

3.5 Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e para a investidura do cargo no serviço público, conforme consta no item 2.2 deste edital, antes de participar da convocação.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

O presente Edital, bem como quaisquer esclarecimentos aos seus termos, serão obtidos através do site: <http://www.ituporanga.sc.gov.br/prefeitura/editais-prefeitura.html>, ou no Prédio da Prefeitura do Município de Ituporanga, localizado na Rua Presidente Vereador Joaquim Boing, nº 40 – Centro – Ituporanga – SC em horário comercial ou por meio do telefone (47) 3533-1211.

Bruna Rudolfo
Secretária da Administração

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE VAGAS

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Fonoaudióloga Lei nº 2.189 de 27.09.07	01	40 hrs	R\$ 2.613,68	- Possuir diploma devidamente registrado, de curso de graduação em nível superior em Fonoaudiologia. - Registro profissional no órgão de fiscalização da profissão.
Nutricionista Lei nº 2.196 de 01.11.07	01	40 hrs	R\$ 2.613,68	- Possuir diploma devidamente registrado, de curso de graduação em nível superior em Nutrição. - Registro profissional no órgão de fiscalização da profissão.
Psicóloga Lei nº 2.196 de 01.11.07	01	40 hrs	R\$ 2.613,68	- Possuir diploma devidamente registrado, de curso de graduação em nível superior em Psicologia. - Registro profissional no órgão de fiscalização da profissão.
Fisioterapeuta Lei nº 2.189 de 27.09.07	01	40 hrs	R\$ 2.613,68	- Possuir diploma devidamente registrado, de curso de graduação em nível superior em Fisioterapia. - Registro profissional no órgão de fiscalização da profissão.
Farmacêutico	CR	20 hrs	R\$ 2.037,12	- Possuir diploma devidamente registrado, de curso de graduação em nível superior em Farmácia. - Registro profissional no órgão de fiscalização da profissão.
Agente Administrativo Lei nº 2.189 de 27.09.07	CR	40 hrs	R\$ 1.199,20	- Prova de conclusão do ensino médio. - Idade mínima de 18 anos.
Oficial Administrativo Lei nº 2.189 de 27.09.07	CR	40 hrs	R\$ 1.537,45	- Prova de conclusão do ensino médio. - Idade mínima de 18 anos.
Técnico em Enfermagem Lei nº 2.189 de 27.09.07	05	40 hrs	R\$ 1.337,57	- Ensino médio completo. - Prova de conclusão do curso técnico em enfermagem. - Registro profissional no conselho de fiscalização da profissão.
Operador de Equipamentos Lei nº 2.189 de 27.09.07	02	40 hrs	R\$ 1.322,21	- Alfabetizado. - Demonstrar habilidade na função.
Médico	04	40 hrs	R\$ 12.914,64	- Possuir diploma de nível superior com formação em medicina. - Registro profissional no Conselho Regional de Medicina – CRM/SC.
Cirurgião Dentista – Especialista em Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial	01	40 hrs	R\$ 5.675,78	- Possuir diploma de nível superior com formação em odontologia. - Registro profissional no Conselho Regional de Odontologia – CRO/SC. O especialista deverá possuir conhecimentos para prescrever anestesia e operar o paciente sob anestesia geral e local; Realizar e diagnosticar tratamentos cirúrgicos, sisos inclusos e impactados, e coadjuvantes, biópsia de lesões; tratamento de infecções; erupção cirúrgica, reimplantação e transplantes de dentes; cirurgia pré-protética; cirurgia pré e pós-ortodôntica; cirurgia ortognática; tratamento cirúrgico dos cistos; de doenças das glândulas salivares; das doenças de articulação temporomandibular, de lesões de origem traumática na área buco-maxilo-facial; de más formações congênitas ou adquiridas, do aparelho mastigatório e anexos e estruturas craniofaciais associadas, dos tumores benignos da cavidade bucal; dos tumores malignos da cavidade bucal, atuando integrado em grupo de cancerologistas; de distúrbios neurológicos, com manifestação maxilo-facial, em colaboração com neurologista ou neurocirurgião; e, das afecções radiculares e perirradiculares; remoção cirúrgica de corpos estranhos; Para inscrição na especialidade, o cirurgião-dentista deverá ter necessariamente o conhecimento de todas as áreas de competência definidas neste edital. Curso superior em odontologia acrescido de especialização em Buco Maxilo Facial com registro no Conselho Regional de Odontologia – CRO. Atuação no Centro de Especialidades Odontológicas do município de Ituporanga.

Jaborá

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2018

Publicação Nº 1528991

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018

O Pregoeiro do Município de Jaborá/SC, designado pelo Decreto nº 1.708/18, publicada no Diário Oficial Municípios, tendo em vista o que consta do Processo nº 10/2018, torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº 9/2018, que tem por objetivo a AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA MUNICIPAL – ENSILADEIRA E CARRETA AGRÍCOLA METÁLICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENV. RURAL E GESTÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, no quantitativo e especificações detalhadas no Anexo I –, parte inseparável do Edital, com abertura da sessão pública prevista para o dia 21 de fevereiro de 2018, às 09:00 horas, que decide SUSPENDER o certame, em virtude de Pedido de Impugnação do Edital por licitante. Tão logo, atendido, nova data será marcada e comunicada por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Jaborá, 20 de fevereiro de 2018.
Aldo Guaresse
Pregoeiro

LEI 1.608/2018

Publicação Nº 1520665

LEI Nº. 1.608, de 20 de fevereiro de 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ A ALIENAR BENS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam declarados inservíveis os bens constantes no Anexo Único que integra esta Lei, a serem alienados mediante Leilão.

Parágrafo único. O produto financeiro advindo da aplicação deste artigo será aplicado de acordo com o que faculta o artigo 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Os preços mínimos de venda de cada Lote relacionado no Anexo Único desta Lei, são aqueles fixados pela Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, designada pelo Prefeito Municipal para esse fim.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,
em 20/Fevereiro/2018
KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 21/02/2018

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária De Administração

ANEXO ÚNICO

PARECER N. 001, de 02 de fevereiro de 2018.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE JABORÁ – SC

OBJETO:
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS BENS INSERVÍVEIS

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Conforme solicitado, realizou-se a avaliação dos bens mencionados, para fins de alienação de bens móveis a seguir relacionados, de propriedade do Município de Jaborá.

DESCRIPTIVOS DOS BENS – MUNICÍPIO DE JABORÁ

LOTE	BEM	QUANT.	AVALIAÇÃO R\$
1.	Automóvel RENAULT/LOGAN EXPRESSION, 1.6, 5 portas, flex, 2014/2015, branco, Placa MMK 5264, em funcionamento.	01	12.000,00
2.	Automóvel FIAT PALIO FIRE, 5 portas, 75 cv, 2014, branco, Placa MLR3527, em funcionamento	01	10.000,00

É o Parecer.

Jaborá (SC), 02 de fevereiro de 2018.

JEFFERSON CLAUDIMAR DA SILVA	ALDO GUARESE
EMANUELI LUIZA NORA	LEUCIR JOSÉ BELLAVER
REALINO ANTONIO BORIN	

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação N° 1528587

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 4º, III da Lei 5427/2009, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CPF	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Jonas Giacomini	607.248.899-49	23366/2018	Realizar roçada, limpeza do terrenos baldios, cadastros na PMJS 56.371, 56.372 e 56.373.	15 dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7º da Lei 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 008/2018

Publicação N° 1527988

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 008/2018
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 822 – Ermínio Nicolini no Bairro Santa Luzia, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 910,15m (novecentos e dez vírgula quinze metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 26 de março de 2018, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.079.950,09 (hum milhão setenta e nove mil novecentos e cinqüenta reais e nove centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 09 de fevereiro de 2018.
ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2018

Publicação N° 1529515

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2018
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: O presente Edital consiste na aquisição de EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS, destinadas as unidades de saúde da rede do Sistema Único de Saúde – SUS, em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Anexo I e demais Anexos deste Edital.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Item I do Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 horas do dia 06 de março de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Orçamento estimado para aquisição: R\$ 399.569,26 (trezentos e noventa e nove mil quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e seis centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 19 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

JONAS GERMANO SCHMIDT
Secretário Municipal da Saúde

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 88/2018

Publicação Nº 1529557

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 88/2018

PROCESSO: Inexigibilidade 112018 ao CREDENCIAMENTO 209/2017.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES PAULISTA – COOPER PAULISTA

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo de Credenciamento, o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.

PRAZO: O prazo de execução deste termo de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOS RECURSOS FINANCEIROS - Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Credenciamento, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

DATA DA ASSINATURA: 16/02/2018;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Sr. José Antonio Marques.

Argos Jose Burgardt
Secretario Municipal da Administração

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 89/2018

Publicação Nº 1529559

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 89/2018

PROCESSO: Inexigibilidade 12/2018 ao CREDENCIAMENTO 209/2017.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: RECICLA JÁ – COOPERATIVA DE TRABALHO DE RECICLADORES

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo de Credenciamento, o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.

PRAZO: O prazo de execução deste termo de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOS RECURSOS FINANCEIROS - Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Credenciamento, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

DATA DA ASSINATURA: 16/02/2018;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Sr. Jânio Giacomini.

Argos Jose Burgardt
Secretario Municipal da Administração

PORTARIA Nº 014/2018/COGEM

Publicação Nº 1529514

PORTARIANº 014/2018/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 010/2018/4ª CPAD, de 20/02/2018, da 4ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR O RITO DO PROCEDIMENTO DE SUMÁRIO PARA ORDINÁRIO, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 037/2017, instaurado pela Portaria Nº 1199/2017, de 04/12/2017.

Art.2º PRORROGAR, a partir de 19/02/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 037/2017, instaurado pela Portaria Nº 1199/2017, de 04/12/2017.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/02/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de fevereiro de 2018.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Controladora Geral do Município

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2018

Publicação Nº 1529555

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2018
SEDRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES PAULISTA – COOPER PAULISTA

OBJETO: Constitui objeto da presente contratação, o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.

PRAZO: O prazo de execução deste termo de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOS RECURSOS FINANCEIROS - Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Credenciamento, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

Jaraguá do Sul (SC), 16 de fevereiro de 2018.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2018

Publicação Nº 1529556

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2018
SEDRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: RECICLA JÁ – COOPERATIVA DE TRABALHO DE RECICLADORES

OBJETO: Constitui objeto da presente contratação, o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.

PRAZO: O prazo de execução deste termo de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOS RECURSOS FINANCEIROS - Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Credenciamento, sendo que a consecução das ações previstas ocorrerá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

Jaraguá do Sul (SC), 16 de fevereiro de 2018.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

SEMED - PORTARIA Nº 1433/2017

Publicação Nº 1527827

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1433/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2017/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, GISELI APARECIDA BORGES NICOLINI, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Coordenador Pedagógico, para atuar na EMEB Ribeirão Cavallo.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº0136/2016, Nº603/2016, Nº893/2016, Nº445/2017 e Nº1432/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1434/2017

Publicação Nº 1527829

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1434/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, GISLEINE DE BRITO TELES DE CAMPOS, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos iniciais, para atuar na EMEB Anna Towe Nagel.

Em consequência, fica revogada as Portaria Nº1171/2017, no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1435/2017

Publicação Nº 1527830

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1435/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 442/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de GLACI MARIA SCHUSTER, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1436/2017

Publicação Nº 1527831

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1436/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, GLACI MARIA SCHUSTER, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Coordenador Pedagógico, para atuar na EMEB Ribeirão Cavalão.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº0138/2016, Nº598/2016, Nº888/2016, Nº442/2017 e Nº1435/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1437/2017

Publicação Nº 1527832

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1437/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 622/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, GRACIELA DEBIASI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de CIÊNCIAS, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1438/2017

Publicação Nº 1527836

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1438/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de

2010, GRACIELA DEBIASI, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de CIÊNCIAS, na EMEB Ribeirão Cavallo e na EMEB Machado de Assis.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº051/2017, Nº622/2017 e Nº1437/2017 no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1439/2017

Publicação Nº 1527837

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1439/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 628/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, GUIOMAR SCHUNKE KLEIN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de HISTÓRIA, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1440/2017

Publicação Nº 1527838

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1440/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, GUIOMAR SCHUNKE KLEIN, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de HISTÓRIA, na EMEB Anna Towe Nagel.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº175/2017, Nº628/2017 e Nº1439/2017 no que se refere a contratação da

mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1441/2017

Publicação Nº 1527840

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1441/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, HENRIETTE MAYER, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos iniciais, para atuar na EMEB PROF Francisco Solamon.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº 023/2017, Nº699/2017 e Nº828/2017, no que se refere a contratação da mesma e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1442/2017

Publicação Nº 1527844

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1442/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 572/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, IDALINA BEATRIZ MINELLI, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1443/2017

Publicação Nº 1527845

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1443/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, IDALINA BEATRIZ MINELLI, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, na EMEB Ribeirão Cavallo.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº845/2016, Nº1070/2016, Nº572/2017 e Nº1442/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1444/2017

Publicação Nº 1527846

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1444/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 492/2017, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de INES ECCEL HECK, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1445/2017

Publicação Nº 1527848

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1445/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, INES ECCEL HECK, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, na EMEB Cristina Marcatto.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº263/2016, Nº661/2016, Nº1025/2016 Nº492/2017 e Nº1444/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1446/2017

Publicação Nº 1527849

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1446/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, IVANICE CERVELIN, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de CIÊNCIAS, na EMEB Profª Gertrudes Steilein Milbratz e na EMEB Helmuth Guilherme Duwe.

Em consequência, fica revogada a Portaria Nº969/2017 no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1447/2017

Publicação Nº 1527850

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1447/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 502/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de IVANICE DIAS FURTADO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1448/2017

Publicação Nº 1527851

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1448/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, IVANICE DIAS FURTADO, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos iniciais, para atuar na EMEB Rodolpho Dornbusch.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº279/2016, Nº677/2016, Nº1038/2016, Nº502/2017 e Nº1447/2017, no que se refere a contratação da mesma e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1449/2017

Publicação Nº 1527854

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1449/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 453/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de JANAINA APARECIDA MENDES, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, ANOS INICIAIS, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1451/2017

Publicação Nº 1527855

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1451/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 500/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de JANE LUZIA KWIECIEN, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1452/2017

Publicação Nº 1527858

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1452/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JANE LUZIA KWIECIEN, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Administrador Escolar, para atuar na EMEB Helmut Guilherme Duwe.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº281/2016, Nº673/2016, Nº1035/2016, Nº500/2017 e Nº1451/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1453/2017

Publicação Nº 1527860

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1453/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 449/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de JANE MARA MACEDO MACHADO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1454/2017

Publicação Nº 1527861

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1454/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JANE MARA MACEDO MACHADO, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Educação Infantil, para atuar na EMEB Erich Blossfeld.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº149/2016,

Nº608/2016, Nº898/2016, Nº499/2017 e Nº1453/2017, no que se refere a contratação da mesma e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1455/2017

Publicação Nº 1527862

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1455/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 541/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, JANI JOÃO POSSAMAI, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1456/2017

Publicação Nº 1527863

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1456/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JANI JOÃO POSSAMAI, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de MATEMÁTICA, na EMEB Jonas Alves de Souza e na EMEB Loteamento Amizade.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº748/2016, Nº1115/2016, Nº541/2017 e Nº1455/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1457/2017

Publicação Nº 1527865

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1457/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JANY RAMOS BITTENCOURT RIBEIRO, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Coordenador Pedagógico, para atuar na EMEB Santo Estêvão.

Em consequência, fica revogada a Portaria Nº925/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devida prorrogação de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1458/2017

Publicação Nº 1527867

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1458/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JAQUELINE PEREIRA, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos iniciais, para atuar na EMEB Cristina Marcatto, na EMEB Dom Pio de Freitas e na EMEB Ricieri Marcatto.

Em consequência, fica revogada a Portaria Nº1019/2017, no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1459/2017

Publicação Nº 1527868

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1459/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 614/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, JESSICA JUNCES, para em Caráter Temporário atuar como TRADUTOR E INTERPRETE DE LIBRAS DE NÍVEL MÉDIO, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1460/2017

Publicação Nº 1527894

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1460/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JESSICA JUNKS, admitida em Caráter Temporário, para atuar como TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS DE NÍVEL MÉDIO, para atuar na EMEB Machado de Assis.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº042/2017 e Nº614/2017, no que se refere a contratação da mesma, e devida prorrogação de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1461/2017

Publicação Nº 1527897

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1461/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JOSE BERWIG, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de PORTUGUÊS, na EMEB PE Alberto Jacobs.

Em consequência, fica revogada a Portaria Nº1170/2017, no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1462/2017

Publicação Nº 1527898

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1462/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 549/2017, de 26.06.2017, que prorrogou a portaria de, JONAS FURLAN, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 16.12.2017 a 22.12.2017.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 1463/2017

Publicação Nº 1527899

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº1463/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, em 22 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JONAS FURLAN, admitido em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de MATEMÁTICA, na EMEB PROFº Francisco Solamon e na EMEB Antônio Estanislau Ayroso.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº822/2016, Nº1119/2016, Nº549/2017 e Nº1462/2017, no que se refere a contratação do mesmo, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

TERMO DE DESCRENCIAMENTO Nº 01/2018

Publicação Nº 1527814

TERMO DE DESCRENCIAMENTO Nº 01/2018

Termo de Descredenciamento unilateral do Contrato celebrado entre o INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - ISSEM e ERVINO SIEBEL NETO ODONTOLOGIA - ME, na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 033/2003, regulado pelo Decreto nº 5.313/2004, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 623, Centro Comercial Vassel, sala 06, Município de Jaraguá do Sul, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001-70, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Sr. ADEMAR POSSAMAI, doravante denominado simplesmente “ISSEM”, vem rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, celebrado com a empresa ERVINO SIEBEL NETO ODONTOLOGIA - ME, inscrita no CNPJ nº 08.685.568/0001-03, devidamente qualificada no Termo de Credenciamento, doravante designada simplesmente como “CREDENCIADA”, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Descredenciamento é a rescisão do Contrato para FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA BÁSICA, destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos pelo ISSEM – FMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DIREITO À INDENIZAÇÃO

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização

a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pelo Credenciado até a data da assinatura do credenciamento, conforme o item 4.3 do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente termo passa a vigor a partir da data de 13/02/2018, estando a CREDENCIADA impedida de prestar seus serviços para os beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde oferecidos

pelo ISSEM.

O presente Termo vai lavrado em duas vias de igual teor e forma.

Jaraguá do Sul, 13 de fevereiro de 2018.

Ademar Possamai
Diretor Presidente
ISSEM

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 11/2018

Publicação Nº 1528660

PORTARIA Nº 11/2018

Concede Progressão Salarial.

ANDERSON KASSNER, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto na Lei 7.340/2017 de 31 de janeiro de 2017 e na Resolução nº 3/2017, de 19 de maio de 2017,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Progressão Salarial para a letra "B", em conformidade com as Escalas Salariais definidas na Lei supracitada, as Servidoras: Abigail Helena do Nascimento Severiano – Assistente de Cerimonial e Fabiana de Souza Stringari – Assistente de Recursos Humanos.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 20 de fevereiro de 2018.

ANDERSON KASSNER
Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO IN 3/2017/FMS

Publicação Nº 1529195

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2017/FMS
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2017/FMS

A Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, torna pública as seguintes ALTERAÇÕES:

1. No item 3 - DAS CREDENCIADAS - do Edital de Inexigibilidade nº 03/2017/FMS, cujo objeto é o "CREDENCIAMENTO de empresas/ clínicas para a realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba", o CNPJ/MF da CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA (FILIAL Nº 01), passa a ser 09.427.099/0002-68.
2. No preâmbulo do Termo de Credenciamento nº 007/2017/FMS, o CNPJ/MF da CREDENCIADA CDIPSUL – CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA (FILIAL Nº 01), passa a ser 09.427.099/0002-68.

As demais disposições do Edital e do Termo de Credenciamento permanecem inalteradas.

Joaçaba (SC), 20 de fevereiro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

CONTRATO 23/2018/FMS

Publicação Nº 1529223

CONTRATO Nº 23/2018/FMS

CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO, que entre si celebram a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e CLÍNICA IBS LTDA.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, representada neste ato pelo Secretário, Sr. CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado CREDENCIANTE, e CLÍNICA IBS LTDA, estabelecida na Rua Salgado Filho, nº 394, sala 104, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 10.139.675/0001-70, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato por Igor Bernardes da Silva, portador do documento de identidade nº 4.059.598 e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.113.359-16, residente e domiciliado em Joaçaba, SC, celebram entre si o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 02/2017/FMS e Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. É objeto do presente instrumento a realização, pela CREDENCIADA, de consultas médicas especializadas em caráter de urgência e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

1.2. Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do Anexo I do Edital, são os seguintes:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
4	CONSULTA EM ENDOCRINOLOGIA	171,67

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão prestados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa.

2.1.1. A CREDENCIADA deverá realizar os procedimentos em seu estabelecimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação.

2.1.2. Os serviços serão executados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa.

2.1.3. O agendamento de exame só poderá ser feito pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.

2.1.4. No caso das consultas de especialidades o paciente terá direito a retorno em até 30 (trinta) dias para nova consulta ou apresentação de exames, caso o médico entenda necessário.

2.2. Na execução do objeto deste credenciamento a CREDENCIADA deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela mesma, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços.

2.3. A escolha da empresa/clínica credenciada ficará a critério do usuário.

2.4. A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1. Da CREDENCIADA:

3.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, bem como da proposta apresentada, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

3.1.2. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário.

3.1.3. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente.

3.1.4. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.

3.1.5. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos

procedimentos previstos neste credenciamento.

3.1.6. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90.

3.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

3.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento.

3.1.9. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

3.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.

3.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

3.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado.

3.1.13. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. A Secretaria Municipal de Saúde se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

3.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

3.2. Do CREDENCIANTE:

3.2.1. Efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento à CREDENCIADA, de acordo com a cláusula quarta deste Termo.

3.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

3.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

3.2.4. Emitir autorização individualizada para a realização das consultas e/ou procedimentos.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores discriminados no subitem 1.2 deste instrumento.

4.2. A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolo de execução dos serviços, das autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Nota Fiscal/Fatura, atestados por servidor municipal designado.

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital

de Credenciamento.

4.3.1. Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de DOC Eletrônico.

4.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

4.4. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

5.1. Caso ocorra prorrogação do Termo de Credenciamento os preços poderão ser reajustados pela variação do INPC, depois de decorrido 01 (um) ano da data limite de apresentação das propostas, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

5.2. Os valores poderão ser revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CREDENCIADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

6.1. O presente instrumento terá a vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

6.2. Ocorrendo a prorrogação prevista no subitem anterior, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

6.3. A execução do presente instrumento deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora MARIANA ZOPELETO, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

a. Advertência.

b. Multa na forma prevista no subitem 7.2.

c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:

a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços.

b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros.

c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas.

d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde.

e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais.
f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado.
g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.
h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

7.3. A multa poderá ser reiterada e aplicada em dobro, sempre que se repetir o motivo

7.3.1. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O não cumprimento das cláusulas deste Termo, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.

8.1.1. Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. Os recursos financeiros para os encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0619 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0002 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA - GENERALIDADES

10.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 2/2017-FMS e seus anexos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

10.3. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo.

10.4. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FÓRUM

11.1. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Joaçaba, SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

JOAÇABA, SC, 21 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE
CELSE VILMAR BRANCHER – Secretário

CLÍNICA IBS LTDA.
CREDENCIADA
Igor Bernardes da Silva

Testemunhas:

1 _____

2 _____

CONTRATO 24/2018/FMS

Publicação Nº 1529240

CONTRATO Nº 24/2018/FMS

CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO, que entre si celebram a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e CLÍNICA DR. MIRANDA LTDA.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, representada neste ato pelo Secretário, Sr. CELSE VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado CREDENCIANTE, e CLÍNICA DR. MIRANDA LTDA, estabelecida na Rua Veneriano dos Passos, nº 213, centro, Videira, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.472.621/0001-01, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato por May Silvio Chagas da Silveira, portador do documento de identidade nº 7106737864 e inscrito no CPF/MF sob o nº 689.418.541-72, residente e domiciliado em Videira, SC, celebram entre si o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 02/2017/FMS e Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. É objeto do presente instrumento a realização, pela CREDENCIADA, de consultas médicas especializadas em caráter de urgência e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

1.2. Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do Anexo I do Edital, são os seguintes:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
1	CONSULTA PRÉ-OPERATÓRIA DE ORTOPEDIA	206,67
7	CONSULTA EM NEUROLOGIA	200,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão prestados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa.

2.1.1. A CREDENCIADA deverá realizar os procedimentos em seu

estabelecimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação.

2.1.2. Os serviços serão executados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa.

2.1.3. O agendamento de exame só poderá ser feito pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.

2.1.4. No caso das consultas de especialidades o paciente terá direito a retorno em até 30 (trinta) dias para nova consulta ou apresentação de exames, caso o médico entenda necessário.

2.2. Na execução do objeto deste credenciamento a CREDENCIADA deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela mesma, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços.

2.3. A escolha da empresa/clínica credenciada ficará a critério do usuário.

2.4. A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1. Da CREDENCIADA:

3.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, bem como da proposta apresentada, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

3.1.2. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário.

3.1.3. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente.

3.1.4. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.

3.1.5. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento.

3.1.6. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90.

3.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

3.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento.

3.1.9. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

3.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.

3.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

3.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado.

3.1.13. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. A Secretaria Municipal de Saúde se reserva o direito de, a qualquer momento,

solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

3.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

3.2. Do CREDENCIANTE:

3.2.1. Efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento à CREDENCIADA, de acordo com a cláusula quarta deste Termo.

3.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

3.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

3.2.4. Emitir autorização individualizada para a realização das consultas e/ou procedimentos.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores discriminados no subitem 1.2 deste instrumento.

4.2. A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolização, até o dia 25 de cada mês, de relatório comprobatório da execução dos serviços, das autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Nota Fiscal/Fatura, atestados por servidor municipal designado.

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

4.3.1. Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de DOC Eletrônico.

4.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

4.4. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

5.1. Caso ocorra prorrogação do Termo de Credenciamento os preços poderão ser reajustados pela variação do INPC, depois de decorrido 01 (um) ano da data limite de apresentação das propostas, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

5.2. Os valores poderão ser revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CREDENCIADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

6.1. O presente instrumento terá a vigência por 12 (doze) meses,

a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

6.2. Ocorrendo a prorrogação prevista no subitem anterior, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

6.3. A execução do presente instrumento deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora MARIANA ZOPELETTI, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

- a. Advertência.
- b. Multa na forma prevista no subitem 7.2.
- c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos.
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:

- a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços.
- b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros.
- c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas despesas.
- d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde.
- e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais.
- f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado.
- g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.
- h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

7.3. A multa poderá ser reiterada e aplicada em dobro, sempre que se repetir o motivo

7.3.1. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O não cumprimento das cláusulas deste Termo, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.

8.1.1. Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.124 – BLMAC – BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0619 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA - GENERALIDADES

10.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 2/2017-FMS e seus anexos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

10.3. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo.

10.4. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FÓRUM

11.1. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Joaçaba, SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

JOAÇABA, SC, 20 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE

CELSO VILMAR BRANCHER – Secretário

CLÍNICA DR. MIRANDA LTDA
CREDENCIADA

May Silvio Chagas da Silveira

Testemunhas:

1 _____

2 _____

CONTRATO 25/2018/FMS

Publicação Nº 1529249

CONTRATO Nº 25/2018/FMS

CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO, que entre si celebram a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e INSTITUTO ADONHIRAN DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, representada neste ato

pelo Secretário, Sr. CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado CREDENCIANTE, e INSTITUTO ADONHIRAN DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, estabelecida na Rua Alfeu Jerônimo da Conceição, centro, Penha, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.074.062/0001-64, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato por Nilson Santiago Moya, inscrito no CPF/MF sob o nº 652.191.809-59, residente e domiciliado em Penha, SC., celebram entre si o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 02/2017/FMS e Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. É objeto do presente instrumento a realização, pela CREDENCIADA, de consultas médicas especializadas em caráter de urgência e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

1.2. Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do Anexo I do Edital, são os seguintes:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
1	CONSULTA PRÉ-OPERATÓRIA DE ORTOPEDIA	206,67

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão prestados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa.

2.1.1. A CREDENCIADA deverá realizar os procedimentos em seu estabelecimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação.

2.1.2. Os serviços serão executados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa.

2.1.3. O agendamento de exame só poderá ser feito pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba.

2.1.4. No caso das consultas de especialidades o paciente terá direito a retorno em até 30 (trinta) dias para nova consulta ou apresentação de exames, caso o médico entenda necessário.

2.2. Na execução do objeto deste credenciamento a CREDENCIADA deverá manter cadastro dos usuários do SUS encaminhados pela mesma, que permita o monitoramento, o controle e a supervisão dos serviços.

2.3. A escolha da empresa/clínica credenciada ficará a critério do usuário.

2.4. A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1. Da CREDENCIADA:

3.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, bem como da proposta apresentada, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

3.1.2. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário.

3.1.3. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente.

3.1.4. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos.

3.1.5. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento.

3.1.6. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90.

3.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

3.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento.

3.1.9. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

3.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.

3.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

3.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Departamento de Controle e Avaliação dos Serviços de Saúde, o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado.

3.1.13. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. A Secretaria Municipal de Saúde se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento.

3.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

3.2. Do CREDENCIANTE:

3.2.1. Efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento à CREDENCIADA, de acordo com a cláusula quarta deste Termo.

3.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas.

3.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

3.2.4. Emitir autorização individualizada para a realização das consultas e/ou procedimentos.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores discriminados no subitem 1.2 deste instrumento.

4.2. A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante

protocolização, até o dia 25 de cada mês, de relatório comprovatório da execução dos serviços, das autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Nota Fiscal/Fatura, atestados por servidor municipal designado.

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.

4.3.1. Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de DOC Eletrônico.

4.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.

4.4. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

5.1. Caso ocorra prorrogação do Termo de Credenciamento os preços poderão ser reajustados pela variação do INPC, depois de decorrido 01 (um) ano da data limite de apresentação das propostas, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.

5.2. Os valores poderão ser revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CREDENCIADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

6.1. O presente instrumento terá a vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

6.2. Ocorrendo a prorrogação prevista no subitem anterior, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

6.3. A execução do presente instrumento deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora MARIANA ZOPELETO, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:

- a. Advertência.
- b. Multa na forma prevista no subitem 7.2.
- c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos.
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor

total contratado, quando a CREDENCIADA:

- a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços.
- b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros.
- c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas.
- d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde.
- e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais.
- f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado.
- g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.
- h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.

7.3. A multa poderá ser reiterada e aplicada em dobro, sempre que se repetir o motivo

7.3.1. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O não cumprimento das cláusulas deste Termo, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.

8.1.1. Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA - GENERALIDADES

10.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 2/2017-FMS e seus anexos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

10.3. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo.

10.4. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FÓRUM

11.1. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de Joaçaba, SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

JOAÇABA, SC, 21 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE
CELSON VILMAR BRANCHER – Secretário

INSTITUTO ADONHIRAN DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.
CREDENCIADA
Nilson Santiago Moya

Testemunhas:

1 _____

2 _____

DECRETO Nº 5.338 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528832

DECRETO Nº 5.338 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 5.134 DE 14/12/2017 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao orçamento municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.122 – BLATB: BLOCO ATENÇÃO BÁSICA
(45) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619
Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
(42) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619
Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 19 de fevereiro de 2018.
DIOCLELIO RAGNINI
Prefeito

EXTRATO DE ALTERAÇÃO PL 08/2018/PMJ - PP 06/2018/PMJ

Publicação Nº 1529017

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 01
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2018/PMJ
EDITAL PP Nº 06/2018/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 06/2018/PMJ, tendo por objeto o “Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus, câmaras de ar e protetores novos, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal”, conforme segue:

1. Especificações do objeto (Anexo I e subitem 1.1 do Anexo IV), passando a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO
1	30	CJ	Pneu 1400R24 – 24 lonas – radial - 1ª linha - com câmara de ar e protetor
2	08	CJ	Pneu 12R16.5 – 10 lonas – radial - 1ª linha
3	08	CJ	Pneu 12.4R24 – 10 lonas – radial - 1ª linha - com câmara de ar

2. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h do dia 15/03/2018. Processamento do Pregão: às 14h do dia 15/03/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378, telefone 0xx49 3527-8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br, a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 20 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
VILSON SARTORI

EXTRATO PL 17/2018/PMJ - PP 10/2018/PMJ

Publicação Nº 1528372

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2018/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018/PMJ

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito, do Tiro de Guerra, do Cemitério Municipal, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, das Escolas e Centros de Educação Infantil atendidas pela Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 20/03/2018. Processamento do Pregão: às 14h do dia 20/03/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 20 de fevereiro de 2018.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Marilena Zanoello Detoni - Secretária

INEXIGIBILIDADE 01/2018/FMS

Publicação Nº 1529216

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2018 – FMS
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2018 – FMS

1 – DO OBJETO

Credenciamento da CLÍNICA IBS LTDA, INSTITUTO ADONHIRAN DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE e CLÍNICA DR. MIRANDA LTDA, para a realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 02/2017/FMS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DAS CREDENCIADAS

§ CLÍNICA IBS LTDA, estabelecida na Rua Salgado Filho, nº 394, sala 104, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MJ sob nº 10.139.675/0001-70, representada neste ato por Igor Bernardes da Silva, portador do documento de identidade nº 4.059.598 e inscrito no CPF/MF sob o nº 040.113.359-16, residente e domiciliado em Joaçaba, SC.

§ INSTITUTO ADONHIRAN DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, estabelecida na Rua Alfeu Jerônimo da Conceição, centro, Penha, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.074.062/0001-64, representada neste ato por Nilson Santiago Moya, inscrito no CPF/MF sob o nº 652.191.809-59, residente e domiciliado em Penha, SC.

§ CLÍNICA DR. MIRANDA LTDA, estabelecida na Rua Veneriano dos Passos, nº 213, centro, Videira, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.472.621/0001-01, representada neste ato por May Silvio Chagas da Silveira, portador do documento de identidade nº 7106737864 e inscrito no CPF/MF sob o nº 689.418.541-72, residente e domiciliado em Videira, SC.

4 – DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 319.813,80 (trezentos e dezenove mil oitocentos e treze reais e oitenta centavos), considerando o período de 12 (doze) meses.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para os encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 – Aplicações Diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 20 de fevereiro de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CELSO VILMAR BRANCHER
Secretário

RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em 20/02/2018.
Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 20 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

INEXIGIBILIDADE N. 04/2018/FMS

Publicação Nº 1529436

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 – FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 - FMS

1 – DO OBJETO

Contratação da ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA – AFSC, para a realização de consultas médicas pré e pós-operatórias e procedimentos cirúrgicos, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 1/2017/FMS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DA CREDENCIADA

ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA – AFSC, estabelecida na Avenida João Marques Vieira, nº 975, centro, Fraiburgo, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.757.127/0001-52, representada neste ato por Rafael Benincá, portador do documento de identidade nº 4.249.149, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.237.729-63, residente e domiciliado em Fraiburgo, SC.

4 – DO VALOR CONTRATADO

O valor total estimado para os primeiros 12 (doze) meses deste credenciamento é de R\$ 438.646,44 (quatrocentos e trinta e oito mil seiscientos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Os quantitativos e, conseqüentemente, o valor previsto, serão rateados proporcionalmente ao número de credenciados no período de utilização.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para os encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

2.124 – BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0002 – Aplicações Diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Joaçaba (SC), em 21 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em 21/02/2018.
Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 21 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

PORTARIA N.º 1.985

Publicação Nº 1528697

PORTARIA Nº 1.985 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

“RETIFICA PORTRAI N.º 1.938/2018”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR A PORTARIA N.º 1.938/2018 na qual concede a(o) Servidor(a) Sr.(a) IRENE MOREIRA DA SILVA, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 29 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: “... referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 29 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11

de Dezembro de 2003.

Leia-se: “...referente aos períodos de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) e 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 23 de janeiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.986

Publicação Nº 1528705

PORTARIA Nº 1.986 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NEUSA MARIA SCHMITZ, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 275/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de fevereiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.987

Publicação Nº 1528709

PORTARIA Nº 1.987 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DAIANA DUARTE, Profissional de Educação Física, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito,

conforme memorando 275/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 10 de fevereiro de 2014 a 09 de fevereiro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.988

Publicação Nº 1528711

PORTARIA Nº 1.988 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EDOARDO TRINDADE DOS SANTOS, Profissional de Educação Física, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 275/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 06 de março de 2015 a 05 de março de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.989

Publicação Nº 1528712

PORTARIA Nº 1.989 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARISTELA ROSA ABATTI SCHULER, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem

direito, conforme memorando 275/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.990

Publicação Nº 1528718

PORTARIA Nº 1.990 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ACACIO YSAO YAMAGUTI, Professor (Licenciatura – Lei 283/2014), Classe “C-VII”, para a Classe “C-VIII”, de acordo com os anexos III, IV e V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.991

Publicação Nº 1528721

PORTARIA Nº 1.991 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ADELIA ALVES DA CRUZ, Professor Nível “II” (Pós-Graduação), Classe

"A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 200 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.992

Publicação Nº 1528725

PORTARIA Nº 1.992 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADEMAR JOSÉ MARCUS, Operador de Máquinas, Classe "A-VI", para a Classe "A-VII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.993

Publicação Nº 1528732

PORTARIA Nº 1.993 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADILSON SERGIO DE MELO, Operador de Máquinas, Classe "D-VIII", para a Classe "D-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da

Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.994

Publicação Nº 1528735

PORTARIA Nº 1.994 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADONES MARCIANO, Contador, Classe "C-V", para a Classe "C-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.995

Publicação Nº 1528740

PORTARIA Nº 1.995 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS FREIBERGER, Auxiliar de

Serviços Internos, Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.996

Publicação Nº 1528745

PORTARIA Nº 1.996 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ADRIANA MARIA PEDRETTE PASINI, Monitor Social, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.997

Publicação Nº 1528750

PORTARIA Nº 1.997 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a)

ADRIANA ORTIZ HOLLERWEGER, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-II", para a Classe "B-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.998

Publicação Nº 1528753

PORTARIA Nº 1.998 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADRIANO NORA, Técnico de Administração, Classe "D-V", para a Classe "D-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.999

Publicação Nº 1528754

PORTARIA Nº 1.999 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a)

AJONIELSEN BENITES, Motorista, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.000

Publicação Nº 1528757

PORTARIA Nº 2.000 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ALBERI BORGES DA SILVA, Operador de Máquinas, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.001

Publicação Nº 1528760

PORTARIA Nº 2.001 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ALCEMIR LUIZ MARCUS, Motorista, Classe "F-I", para a Classe "F-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.002

Publicação Nº 1528762

PORTARIA Nº 2.002 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ALCEU SEBASTIÃO DE LIMA, Fiscal de Vigilância Sanitária, Classe "C-VII", para a Classe "C-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.003

Publicação Nº 1528764

PORTARIA Nº 2.003 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ALESSANDRO SLOGO, Motorista, Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.004

Publicação Nº 1528766

PORTARIA Nº 2.004 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ALEXANDRE DA SILVA AZEVEDO, Técnico de Administração, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.005

Publicação Nº 1528767

PORTARIA Nº 2.005 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ALINE APARECIDA SCHMIDT DAMBROS, Assistente Social, Classe "C-V", para a Classe "C-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.006

Publicação Nº 1528768

PORTARIA Nº 2.006 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ALINE PIVA, Fiscal de Vigilância Sanitária, Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.007

Publicação Nº 1528770

PORTARIA Nº 2.007 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) AMANDA AMELIA ANTUNES DA SILVA CIDADE, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.008

Publicação Nº 1528771

PORTARIA Nº 2.008 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANA PAULA PEREIRA, Técnico de Administração, Classe "C-III", para a Classe "C-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.009

Publicação Nº 1528773

PORTARIA Nº 2.009 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANA CATARINA ANTES, Psicólogo, Classe "C-V", para a Classe "C-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05

de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 56 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.010

Publicação Nº 1528775

PORTARIA Nº 2.010 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANA JUSSARA DADALT, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 150 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.011

Publicação Nº 1528778

PORTARIA Nº 2.011 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANA PAULA FRANKE, Farmacêutico/Bioquímico, Classe "D-I", para a Classe "D-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.012

Publicação Nº 1528780

PORTARIA Nº 2.012 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANA PAULA VANZ ONEDA, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.013

Publicação Nº 1528781

PORTARIA Nº 2.013 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANDERSON ANDRES, Professor (Licenciatura) – Lei 283/2014, Classe "C-IX", para a Classe "D-I", de acordo com os anexos II, IV e V de Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.014

Publicação Nº 1528787

PORTARIA Nº 2.014 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANDRE LUIZ DRI, Técnico de Administração, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V de Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.015

Publicação Nº 1528789

PORTARIA Nº 2.015 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANDREA MARONI BARBIERI, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.016

Publicação Nº 1528792

PORTARIA Nº 2.016 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANDREA RIEPE PIRES, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.017

Publicação Nº 1528793

PORTARIA Nº 2.017 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANDREIA LISIANE ANTUNES DE SOUZA LOVATEL, Fiscal de Tributos, Classe "D-III", para a Classe "D-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.018

Publicação Nº 1528794

PORTARIA Nº 2.018 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANELIZE LUCIANE MATTEVI, Professor Nível "I" (Licenciatura), Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.019

Publicação Nº 1528796

PORTARIA Nº 2.019 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANGELICA BRANDINI DEMARTINI, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 100 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.020

Publicação Nº 1528799

PORTARIA Nº 2.020 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANGELA SIGNORI, Enfermeiro, Classe "C-III", para a Classe "C-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.021

Publicação Nº 1528801

PORTARIA Nº 2.021 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANGELO AMANIR CANALE, Operador de Máquinas, Classe "D-I", para a Classe "D-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.022

Publicação Nº 1528806

PORTARIA Nº 2.022 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANISIA KRUG BISSANI, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.023

Publicação Nº 1528808

PORTARIA Nº 2.023 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANTENOR FERNANDES DA SILVA, Pedreiro, Classe "B-V", para a Classe "B-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.024

Publicação Nº 1528813

PORTARIA Nº 2.024 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANIZIO LUIZ SUTIL, Mecânico Ajustador, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.025

Publicação Nº 1528815

PORTARIA Nº 2.025 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANTONIO DEOLINO DE LIMA, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "A-IX", para a Classe "B-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.026

Publicação Nº 1528817

PORTARIA Nº 2.026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ANTONIO LUIZ MARIANO, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "C-III", para a Classe "C-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.027

Publicação Nº 1528818

PORTARIA Nº 2.027 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ARI DE SOUZA, Motorista, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.028

Publicação Nº 1528820

PORTARIA Nº 2.028 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ARIELA AUGUSTIN, Cirurgião Dentista, Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.029

Publicação Nº 1528821

PORTARIA Nº 2.029 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ARLENE MARIA FERRI, Professor Pós Graduado Nível I, Classe "J-IV", para a Classe "J-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 100 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.030

Publicação Nº 1528823

PORTARIA Nº 2.030 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) ARLETE TERESINHA CAMPOS PASQUALI, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.031

Publicação Nº 1528825

PORTARIA Nº 2.031 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) AURIEL PARIZOTTO, Fiscal de Vigilância Sanitária, Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.032

Publicação Nº 1528828

PORTARIA Nº 2.032 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) BARBARA BROLLO PICULLI DE CARVALHO, Enfermeiro, Classe "C-V", para a Classe "C-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.033

Publicação Nº 1528829

PORTARIA Nº 2.033 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) BELENICE ASTOLFI KUHN, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.034

Publicação Nº 1528831

PORTARIA Nº 2.034 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) BERNABE LEITE, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "L-III", para a Classe "L-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.035

Publicação Nº 1528835

PORTARIA Nº 2.035 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) BRUNA BENDER PRANDO, Médico Veterinário, Classe "C-III", para a Classe "C-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.036

Publicação Nº 1528838

PORTARIA Nº 2.036 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) BRUNA PEDRINI, Técnico de Administração, Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.037

Publicação Nº 1528840

PORTARIA Nº 2.037 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) BRUNO ROGERIO DA ESPADA, Técnico de Administração, Classe "I-VI", para a Classe "I-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.038

Publicação Nº 1528841

PORTARIA Nº 2.038 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CAMILA BRANCO SGARIA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.039

Publicação Nº 1528842

PORTARIA Nº 2.039 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CAMILA NOEL, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 60 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.040

Publicação Nº 1528843

PORTARIA Nº 2.040 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CANDICE CRISTINA STUMPF SUHNEL, Fonoaudiólogo, Classe "D-I", para a Classe "D-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.041

Publicação Nº 1528844

PORTARIA Nº 2.041 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CARLA DYLCILEIA JACQUELINNE PEREIRA DA SILVA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.042

Publicação Nº 1528847

PORTARIA Nº 2.042 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO DA SILVA, Técnico de Administração, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.043

Publicação Nº 1528848

PORTARIA Nº 2.043 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CARLOS KALBFLEISCH, Operador de Máquinas, Classe "C-III", para a Classe "C-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.044

Publicação Nº 1528850

PORTARIA Nº 2.044 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CAROLINE RECALCATTI DA ESPADA VACCARI, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 240 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.045

Publicação Nº 1528852

PORTARIA Nº 2.045 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CASSIANO JOSE TAPPARO, Motorista, Classe "B-II", para a Classe "B-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.046

Publicação Nº 1528854

PORTARIA Nº 2.046 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CAROLINE ZULIAN BUCCO, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 240 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.047

Publicação Nº 1528855

PORTARIA Nº 2.047 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CELSO JOSE GAVASSO, Operador de Máquinas, Classe "F-I", para a Classe "F-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.048

Publicação Nº 1528857

PORTARIA Nº 2.048 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CESAR LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, Classe "C-VIII", para a Classe "C-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.049

Publicação Nº 1528858

PORTARIA Nº 2.049 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CHRISTINE MATZENAUER, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "C-I", para a Classe "C-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de no mínimo 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.050

Publicação Nº 1528859

PORTARIA Nº 2.050 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLARICE APARECIDA DUTRA, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.051

Publicação Nº 1528861

PORTARIA Nº 2.051 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLARICE MARIA PECCIN ENDERLE, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.052

Publicação Nº 1528862

PORTARIA Nº 2.052 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLAUDIO SLONGO, Motorista, Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.053

Publicação Nº 1528863

PORTARIA Nº 2.053 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLAUDETE MARIA TOSCAN DA SILVA, Técnico de Administração, Classe "L-III", para a Classe "L-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.054

Publicação Nº 1528864

PORTARIA Nº 2.054 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLAUDIA MARIA AMORIN, Técnico em Enfermagem, Classe "C-II", para a Classe "C-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.055

Publicação Nº 1528867

PORTARIA Nº 2.055 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLAUDIA MARIA SIMIONI, Terapeuta Oriental, Classe "C-III", para a Classe "C-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.056

Publicação Nº 1528868

PORTARIA Nº 2.056 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLAUDIA MARIEN ARNHOLD, Professor Nível III (Mestrado), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 100 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.057

Publicação Nº 1528869

PORTARIA Nº 2.057 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLAUDIO TOSCAN, Motorista, Classe "B-II", para a Classe "B-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.058

Publicação Nº 1528872

PORTARIA Nº 2.058 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLAUDIANA FATIMA SANTINI, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de no mínimo 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.059

Publicação Nº 1528875

PORTARIA Nº 2.059 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLAUDIOMAR MARIANO, Auxiliar de Serviços Externos, Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.060

Publicação Nº 1528878

PORTARIA Nº 2.060 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLEUNICE TERESINHA SANTOS ARAÃO, Professor Pós Graduado Nível I, Classe "H-VII", para a Classe "H-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 96 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.061

Publicação Nº 1528881

PORTARIA Nº 2.061 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLEUSA SONEGO, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 100 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.062

Publicação Nº 1528883

PORTARIA Nº 2.062 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLEUSA MARIA SOARES PASTORI, Professor Pós Graduado Nível I, Classe "I-VII", para a Classe "I-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.063

Publicação Nº 1528886

PORTARIA Nº 2.063 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CLIO SANTOS, Técnico de Administração, Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 33 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.064

Publicação Nº 1528890

PORTARIA Nº 2.064 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CRISTIANE GODOY MARCA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.065

Publicação Nº 1528892

PORTARIA Nº 2.065 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CRISTIANE MARTENDAL FACIN, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.066

Publicação Nº 1528893

PORTARIA Nº 2.066 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CRISTIANE RAMOS, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.067

Publicação Nº 1528895

PORTARIA Nº 2.067 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CRISTIANE VOLPATO MICHELON, Farmacêutico, Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.068

Publicação Nº 1528897

PORTARIA Nº 2.068 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidor(a) CRISTINA VIEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 05 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.069

Publicação Nº 1528900

PORTARIA Nº 2.069 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANGELO AMANIR CANALE, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de fevereiro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.070

Publicação Nº 1528902

PORTARIA Nº 2.070 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) VALDIR NISSOLA, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.071

Publicação Nº 1528908

PORTARIA Nº 2.071 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) BRUNA MARIA BARANCELLI ALVES, Professor Nível I (Licenciatura), para exercer a função de Assistente de Direção da Educação Infantil, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Frei Bruno, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 339 de 29 de março de 2017 e em especial pela Lei Complementar nº 350 de 23 de novembro de 2017, conforme memorando 47/2018 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de fevereiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.072

Publicação Nº 1528918

PORTARIA Nº 2.072 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos I, VIII e XII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. – REDUZIR A CARGA HORÁRIA do(a) Sr.(a) SUZIE HELENA MIGNONI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 7º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 05 de fevereiro de 2018, conforme memorando n.º 47/2018 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de fevereiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.073

Publicação Nº 1528920

PORTARIA Nº 2.073 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 04 de fevereiro de 2018, do(a) Sr.(a) MARCIA ARNS DOS SANTOS, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família - PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de fevereiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.074

Publicação Nº 1528924

PORTARIA Nº 2.074 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). JOSIANE DE OLIVEIRA CARPEGIANI, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0000330/2018 de 23 de janeiro de 2018, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) A-I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de fevereiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.075

Publicação Nº 1528930

PORTARIA Nº 2.075 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DAIANE ANTUNES DE OLIVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.076

Publicação Nº 1528932

PORTARIA Nº 2.076 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DAIANA DUARTE, Profissional de Educação Física, Classe "C-III", para a Classe "C-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.077

Publicação Nº 1528934

PORTARIA Nº 2.077 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DAIANE ALVES, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.078

Publicação Nº 1528938

PORTARIA Nº 2.078 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DAIANE APARECIDA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.079

Publicação Nº 1528939

PORTARIA Nº 2.079 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DANIELA APARECIDA MATTOS, Técnico de Administração, Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.080

Publicação Nº 1528942

PORTARIA Nº 2.080 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DANIELA BORSOI DALLA LASTA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.081

Publicação Nº 1528946

PORTARIA Nº 2.081 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DANIELI APARECIDA MACIEL DA SILVA, Técnico em Enfermagem, Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.082

Publicação Nº 1528950

PORTARIA Nº 2.082 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DANIELE PATRICIA PRATO, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.083

Publicação Nº 1528955

PORTARIA Nº 2.083 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DANIELE DEBUS, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.084

Publicação Nº 1528959

PORTARIA Nº 2.084 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DANUSA DE BRITTO OLIVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.085

Publicação Nº 1528966

PORTARIA Nº 2.085 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DARCY ZAGO, Motorista, Classe "D-I", para a Classe "D-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.086

Publicação Nº 1528967

PORTARIA Nº 2.086 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DARLENE DE VARGAS RECK, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.087

Publicação Nº 1528973

PORTARIA Nº 2.087 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCESSO SELETIVO 001/2018"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial para acompanhar o processo de teste seletivo n.º 001/2018 da Secretaria Municipal de Saúde, para contratação de pessoal por prazo determinado para o cargo de Enfermeiro.

Membros: Angela Signori
Desiree Aparecida Pino Gomes
Mariana Zopeletto

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.088

Publicação Nº 1528976

PORTARIA Nº 2.088 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DEBORA MARIA CRESTANI TONET, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.089

Publicação Nº 1528977

PORTARIA Nº 2.089 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DEBORAH APARECIDA SUFREDINI, Professor Nível I (Licenciatura), Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.090

Publicação Nº 1528979

PORTARIA Nº 2.090 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DEISE CRISTINA ALVES BOTH, Professor Nível I (Licenciatura), Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.091

Publicação Nº 1528980

PORTARIA Nº 2.091 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DELCIR DOTTI, Técnico de Administração, Classe "I-I", para a Classe "I-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.092

Publicação Nº 1528982

PORTARIA Nº 2.092 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DENISE DALLA LANA LAZAROTTO, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 100 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.093

Publicação Nº 1528983

PORTARIA Nº 2.093 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DERLI FRANCISCO DA SILVA, Monitor Social, Classe "D-IX", para a Classe "E-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.094

Publicação Nº 1528984

PORTARIA Nº 2.094 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DESIREE APARECIDA PINO GOMES, Fiscal de Vigilância Sanitária, Classe "D-VI", para a Classe "D-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.095

Publicação Nº 1528985

PORTARIA Nº 2.095 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DEYSE ELAINE ROCHA BEVILAQUA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.096

Publicação Nº 1528987

PORTARIA Nº 2.096 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIANA APARECIDA GOTARDO, Técnico de Administração, Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.097

Publicação Nº 1528990

PORTARIA Nº 2.097 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIANA HOFFMANN, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "C-II", para a Classe "C-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.098

Publicação Nº 1528995

PORTARIA Nº 2.098 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIANE CARINA MATANA, Técnico de Administração, Classe "C-VII", para a Classe "C-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.099

Publicação Nº 1529000

PORTARIA Nº 2.099 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIOGO ARRUDA WOLF, Técnico de Administração, Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.100

Publicação Nº 1529003

PORTARIA Nº 2.100 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIOGO SANTOS LOPES, Técnico de Enfermagem, Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.101

Publicação Nº 1529087

PORTARIA Nº 2.101 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIONE MARIA CIELLO PADILHA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 80 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.102

Publicação Nº 1529091

PORTARIA Nº 2.102 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIRCE REGINA FREIBERGER UNGERICH, Técnico de Administração, Classe "E-II", para a Classe "E-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.103

Publicação Nº 1529094

PORTARIA Nº 2.103 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIRCEU CHIAMULERA, Motorista, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.104

Publicação Nº 1529096

PORTARIA Nº 2.104 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIRLANE DA SILVA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.105

Publicação Nº 1529097

PORTARIA Nº 2.105 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIRLEI CARPEGIANI, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.106

Publicação Nº 1529099

PORTARIA Nº 2.106 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DIRLEI DE OLIVEIRA BRESSANELLI, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.107

Publicação Nº 1529102

PORTARIA Nº 2.107 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) DONIZETE MARIA BILIBIO ANGONESE, Técnico de Administração, Classe "I-I", para a Classe "I-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.108

Publicação Nº 1529104

PORTARIA Nº 2.108 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 07 de fevereiro de 2018, do(a) Sr(a) MANUELA DI DOMENICO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 26º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.109

Publicação Nº 1529107

PORTARIA Nº 2.109 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 07 de fevereiro de 2018, do(a) Sr(a) MARIELI DA SILVA, Cuidador, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação em 3º lugar no edital de Teste Seletivo nº 002/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.110

Publicação Nº 1529111

PORTARIA Nº 2.110 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EDEMAR LAGO, Operador de Máquinas, Classe "C-VIII", para a Classe "C-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.111

Publicação Nº 1529116

PORTARIA Nº 2.111 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EDIANE PAVIANE HOPPEN, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.112

Publicação Nº 1529118

PORTARIA Nº 2.112 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EDILAINE COSTA DE SOUZA, Técnico de Administração, Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.113

Publicação Nº 1529120

PORTARIA Nº 2.113 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EDILES DREY DE GIACOMETI, Assistente Social, Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e apresentação de 37 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.114

Publicação Nº 1529125

PORTARIA Nº 2.114 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EDINA BELINI BALBINOT ANDRADE, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.115

Publicação Nº 1529127

PORTARIA Nº 2.115 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EDIVANI BIZOGNIN, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.116

Publicação Nº 1529130

PORTARIA Nº 2.116 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EDMARA APARECIDA FLAMIA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.117

Publicação Nº 1529132

PORTARIA Nº 2.117 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EDNA MARIA FAGANELLO, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 44 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.118

Publicação Nº 1529135

PORTARIA Nº 2.118 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EDOARDO TRINDADE DOS SANTOS, Professor, Classe "C-VIII", para a Classe "C-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.119

Publicação Nº 1529140

PORTARIA Nº 2.119 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EDUARDO DE CARLI BORTOLI, Técnico de Administração, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.120

Publicação Nº 1529143

PORTARIA Nº 2.120 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIANA ZARDO SCHMAUTZ, Técnico de Administração, Classe "E-I", para a Classe "E-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.121

Publicação Nº 1529149

PORTARIA Nº 2.121 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELENICE RIBEIRO CIDADE MARTINI, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-VIII", para a Classe "B-IX", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.122

Publicação Nº 1529154

PORTARIA Nº 2.122 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIANE ALVES CARDOSO, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.123

Publicação Nº 1529157

PORTARIA Nº 2.123 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIANE BONATTO DEMBINSKI ALVES, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.124

Publicação Nº 1529163

PORTARIA Nº 2.124 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIANE DE SOUZA BUTTNER, Professor Pós Graduado Nível I, Classe "I-VI", para a Classe "I-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.125

Publicação Nº 1529164

PORTARIA Nº 2.125 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIANE FERRONATO, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.126

Publicação Nº 1529166

PORTARIA Nº 2.126 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIANE GONÇALVES LAMPERTI, Professor Nível I (Licenciatura), Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.127

Publicação Nº 1529171

PORTARIA Nº 2.127 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIANE NOELI SPIER VANIN, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.128

Publicação Nº 1529174

PORTARIA Nº 2.128 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIEGE DE BRITO PINHEIRO CHIESA, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.129

Publicação Nº 1529176

PORTARIA Nº 2.129 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIO DA SILVA, Técnico de Administração, Classe "K-VIII", para a Classe "K-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.130

Publicação Nº 1529180

PORTARIA Nº 2.130 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELISABETH BARETTA, Professor Pós Graduado Nível II (Mestrado), Classe "I-V", para a Classe "I-VI", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 46 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.131

Publicação Nº 1529183

PORTARIA Nº 2.131 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELISANGELA MARIA ARBURGERI BUCCO, Professor Pós Graduado Nível I, Classe "I-VII", para a Classe "I-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.132

Publicação Nº 1529186

PORTARIA Nº 2.132 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELISEU ELIAS PERUZZO, Professor Nível I (Licenciatura), Classe "C-II", para a Classe "C-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.133

Publicação Nº 1529187

PORTARIA Nº 2.133 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIZALDA CASAGRANDE, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.134

Publicação Nº 1529191

PORTARIA Nº 2.134 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIZETE APARECIDA SEVERGNINI, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.135

Publicação Nº 1529194

PORTARIA Nº 2.135 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIZETE ZANINI ZARPELON, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.136

Publicação Nº 1529199

PORTARIA Nº 2.136 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIZETE MARQUES, Técnico de Administração, Classe "E-VI", para a Classe "E-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.137

Publicação Nº 1529200

PORTARIA Nº 2.137 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELIZEU LOURENÇO ORSO, Motorista, Classe "G-IX", para a Classe "H-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.138

Publicação Nº 1529203

PORTARIA Nº 2.138 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELMA CECILIA ETGES, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.139

Publicação Nº 1529206

PORTARIA Nº 2.139 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELOI MACHADO SOARES, Motorista, Classe "H-I", para a Classe "H-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.140

Publicação Nº 1529209

PORTARIA Nº 2.140 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ELSON CESAR FACIN, Professor Nível III (Mestrado), Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 90 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.141

Publicação Nº 1529212

PORTARIA Nº 2.141 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EMANUEL RICARDO DAROLD DA SILVA, Técnico de Administração, Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.142

Publicação Nº 1529213

PORTARIA Nº 2.142 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EMANUELE HOFFELDER ROVER, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.143

Publicação Nº 1529221

PORTARIA Nº 2.143 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EMERSON VIEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.144

Publicação Nº 1529226

PORTARIA Nº 2.144 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ERONI SCHLINDWEIN, Operador de Máquinas, Classe "C-III", para a Classe "C-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.145

Publicação Nº 1529230

PORTARIA Nº 2.145 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ERTON LUIZ DA SILVA AMORA, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.146

Publicação Nº 1529233

PORTARIA Nº 2.146 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) EUNICE ROSANELLI VAGNER, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.147

Publicação Nº 1529236

PORTARIA Nº 2.147 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FABIANO COLOMBO, Técnico de Administração, Classe "D-III", para a Classe "D-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.148

Publicação Nº 1529239

PORTARIA Nº 2.148 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FABIANO GRANDO POLETO, Fiscal de Tributos, Classe "D-III", para a Classe "D-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.149

Publicação Nº 1529243

PORTARIA Nº 2.149 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FABIANO RODRIGO ZILIO, Motorista, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.150

Publicação Nº 1529246

PORTARIA Nº 2.150 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FABIO JUNIOR ZANIN, Fiscal de Vigilância Sanitária, Classe "B-I", para a Classe "B-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.151

Publicação Nº 1529250

PORTARIA Nº 2.151 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FABIO LAZZARINI, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.152

Publicação Nº 1529251

PORTARIA Nº 2.152 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FABRICIA ZUCCHI CASSOL, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, Classe "C-VII", para a Classe "C-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.153

Publicação Nº 1529254

PORTARIA Nº 2.153 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FATIMA APARECIDA ANTUNES RODRIGUES, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.154

Publicação Nº 1529273

PORTARIA Nº 2.154 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FATIMA PRANDO, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.155

Publicação Nº 1529279

PORTARIA Nº 2.155 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FERNANDO AULER DE OLIVEIRA, Técnico de Administração, Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.156

Publicação Nº 1529281

PORTARIA Nº 2.156 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FERNANDO DA SILVA, Operador de Máquinas, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.157

Publicação Nº 1529284

PORTARIA Nº 2.157 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FIRMINO BUFON, Operador de Máquinas, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.158

Publicação Nº 1529289

PORTARIA Nº 2.158 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FLAVIA REGINA COLUSSO PICOLLI, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 52 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.159

Publicação Nº 1529291

PORTARIA Nº 2.159 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FRANCIELI CARICIMO LAGO, Auxiliar de Creche Nível III, Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.160

Publicação Nº 1529295

PORTARIA Nº 2.160 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) FRANCIANI ALICE RIZZI, Técnico de Administração, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.161

Publicação Nº 1529299

PORTARIA Nº 2.161 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GABRIELA ZUCATI BUTTNER, Técnico de Administração, Classe "B-II", para a Classe "B-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.162

Publicação Nº 1529302

PORTARIA Nº 2.162 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GABRIELLA BALESTRIN, Técnico de Administração, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.163

Publicação Nº 1529304

PORTARIA Nº 2.163 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GENECI MATTOS DE JESUS TERCENIO DA SILVA, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "D-III", para a Classe "D-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.164

Publicação Nº 1529307

PORTARIA Nº 2.164 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN, Advogado, Classe "D-III", para a Classe "D-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.165

Publicação Nº 1529309

PORTARIA Nº 2.165 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GERSON SIMON, Técnico de Administração, Classe "G-VI", para a Classe "G-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.166

Publicação Nº 1529314

PORTARIA Nº 2.166 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GEORGETE REGINA SEBASTIÃO, Professor Nível I (Licenciatura), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.167

Publicação Nº 1529320

PORTARIA Nº 2.167 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GICELI CARVALHO DA SILVA MARCON, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-V", para a Classe "A-VI", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.168

Publicação Nº 1529322

PORTARIA Nº 2.168 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GIOVANE ALVES DE MOURA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 200 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.169

Publicação Nº 1529322

PORTARIA Nº 2.169 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GILVANE RECH, Motorista, Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.170

Publicação Nº 1529330

PORTARIA Nº 2.170 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GIOVANI JOSE MARIANO, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.171

Publicação Nº 1529343

PORTARIA Nº 2.171 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GISLAINE FERREIRA COUTINHO SOARES, Assistente Social, Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.172

Publicação Nº 1529347

PORTARIA Nº 2.172 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GISLAINE GASPARETTO BARCELLA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-VI", para a Classe "B-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.173

Publicação Nº 1529351

PORTARIA Nº 2.173 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GIZELI ALVES DE MOURA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.174

Publicação Nº 1529353

PORTARIA Nº 2.174 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GLADIR SALETE CASTAGNARO MATTEVI, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 45 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.175

Publicação Nº 1529355

PORTARIA Nº 2.175 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GLAUCIO PERGENTINO CARSTEN DA ROSA, Motorista, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.176

Publicação Nº 1529357

PORTARIA Nº 2.176 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GRACIELA GLASENAPP, Fiscal de Obras e Posturas, Classe "D-III", para a Classe "D-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.177

Publicação Nº 1529360

PORTARIA Nº 2.177 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GRACIELI BITTENCOURT DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "C-I", para a Classe "C-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.178

Publicação Nº 1529363

PORTARIA Nº 2.178 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GRACIELLI DALLA VECHIA DE LIMA FRANCO, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 200 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.179

Publicação Nº 1529366

PORTARIA Nº 2.179 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GRAZIELLE CARON, Técnico de Administração, Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.180

Publicação Nº 1529369

PORTARIA Nº 2.180 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) GUILHERME AUGUSTO TRENTIN DA SILVA, Técnico de Administração, Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.181

Publicação Nº 1529370

PORTARIA Nº 2.181 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) HAYDEE ADRIANE SCHNEIDER, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-VI", para a Classe "B-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 52 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.182

Publicação Nº 1529372

PORTARIA Nº 2.182 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) HELIA APARECIDA DE LIMA HARO, Professor Pós Graduado Nível I, Classe "J-IX", para a Classe "K-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.183

Publicação Nº 1529373

PORTARIA Nº 2.183 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, Técnico de Administração, Classe "D-VI", para a Classe "D-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.184

Publicação Nº 1529375

PORTARIA Nº 2.184 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IARA HECKLER VASTRES, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.185

Publicação Nº 1529377

PORTARIA Nº 2.185 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IARA TEREZINHA CASTANHARO SCHNEIDER, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.186

Publicação Nº 1529379

PORTARIA Nº 2.186 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IEDA MARIA AMBROSIO, Técnico em Enfermagem, Classe "B-I", para a Classe "B-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.187

Publicação Nº 1529394

PORTARIA Nº 2.187 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ILMARA SALETE ZAGO, Técnico de Administração, Classe "D-II", para a Classe "D-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.188

Publicação Nº 1529395

PORTARIA Nº 2.188 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ILMARIA GLEICE DA ROCHA SILVA SEIMETZ, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.189

Publicação Nº 1529397

PORTARIA Nº 2.189 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) INES MARIA PICOLI, Técnico de Administração, Classe "D-VI", para a Classe "D-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.190

Publicação Nº 1529400

PORTARIA Nº 2.190 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) INGRID VANESSA STOCK TITON, Assistente Social, Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.191

Publicação Nº 1529401

PORTARIA Nº 2.191 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) INGRID RIEPE, Auxiliar de Enfermagem, Classe "C-II", para a Classe "C-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.192

Publicação Nº 1529402

PORTARIA Nº 2.192 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IRENE MOREIRA DA SILVA, Monitor Social, Classe "D-VII", para a Classe "D-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 05 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.193

Publicação Nº 1529403

PORTARIA Nº 2.193 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) ISABEL DE CARLI BORTOLI, Médico(a), Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.194

Publicação Nº 1529405

PORTARIA Nº 2.194 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVAN PASTORI, Operador de Máquinas, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.195

Publicação Nº 1529406

PORTARIA Nº 2.195 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVANA DE FATIMA SILVA MACHADO, Professor Pós Graduado Nível II (Mestrado), Classe "H-IX", para a Classe "I-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.196

Publicação Nº 1529407

PORTARIA Nº 2.196 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVANEIDE BATISTA DA SILVA, Motorista, Classe "B-II", para a Classe "B-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.197

Publicação Nº 1529408

PORTARIA Nº 2.197 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVANETE ZARPELON FLAMIA, Professor Pós Graduado Nível, Classe "H-IV", para a Classe "H-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.198

Publicação Nº 1529409

PORTARIA Nº 2.198 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVANIA PECCIN, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.199

Publicação Nº 1529410

PORTARIA Nº 2.199 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVANIR JANETE PALHANO, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.200

Publicação Nº 1529412

PORTARIA Nº 2.200 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVETE KARCH, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-III", para a Classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.201

Publicação Nº 1529414

PORTARIA Nº 2.201 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVETE FELIPINI SARTORI, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-II", para a Classe "B-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.202

Publicação Nº 1529415

PORTARIA Nº 2.202 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVETE STELLA, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.203

Publicação Nº 1529416

PORTARIA Nº 2.203 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVO LAMB, Técnico em Topografia, Classe "E-VII", para a Classe "E-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.204

Publicação Nº 1529418

PORTARIA Nº 2.204 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVONE AUGUSTA BRANCO SGARIA, Professor Pós Graduado Nível I, Classe "H-VI", para a Classe "H-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.205

Publicação Nº 1529419

PORTARIA Nº 2.205 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVONE DAGHETTI SIMADON, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 240 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.206

Publicação Nº 1529421

PORTARIA Nº 2.206 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVONE ZANATTA, Professor Pós Graduado Nível I, Classe "J-I", para a Classe "J-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 40 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.207

Publicação Nº 1529422

PORTARIA Nº 2.207 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVONE ZARPELON, Professor Magistério, Classe "D-VIII", para a Classe "D-IX", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e comprovação de 100 horas de curso de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESULTADO PRELIMINAR EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Publicação Nº 1528613

RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL Nº 01/2018 DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Município de Joaçaba, através do Sr. Prefeito, Dioclesio Ragnini torna público:

Art. 1º - A Classificação Preliminar do Edital de Alteração de Carga Horária de Professores, de acordo com as inscrições protocoladas até a data, é o constante do Anexo I.

Art. 2º - A contar da presente data de divulgação da classificação preliminar dos candidatos, os mesmos terão 01 (um) dia útil para interpor recursos mediante protocolo do requerimento para este fim, junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura.

Art. 4º - Após o decurso do prazo de recurso, será publicada a Homologação do Resultado e editada a Portaria de Alteração de Carga Horária para as primeiras classificadas por escola, quando então a nova carga horária deve ser cumprida, a partir de Março/2018.

Art. 5º - O presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município e no site www.joacaba.sc.gov.br. Joaçaba, 21 de Fevereiro de 2018.

Marilena Zanoello Detoni
Secretária de Educação

Dioclesio Ragnini
Prefeito

ANEXO I

ESCOLA	DISCIPLINA/ÁREA	HORAS	CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
NUPERAJO / CEI RITA PETRY	Professor – Artes	1 vaga 40h	1) GERUSA SCAPINI SLONGO
CERT	Professor – Matemática	1 vaga 20h	1) DJWLLY KANAA ROSA DA SILVA
CEI ANZOLIN / CEI CLARA ZOMKOWSKY / EM ROTARY FRITZ LUCHT	Professor – Artes	1 vaga 20h	Não houve inscritos.

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1528381

TERMO DE DESISTENCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) ANDRESSA BRANDT ARALDI, Cargo de Técnico de Administração, referente ao edital de teste seletivo n.º 002/2017, classificado em 19º lugar, fica registrada a desistência do candidato.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1528387

TERMO DE DESISTENCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) ANA CAROLINA OLIVO, Cargo de Técnico de Administração – 2ª chamada, referente ao edital de teste seletivo n.º 002/2017, classificado em 7º lugar, fica registrada a desistência do candidato.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 08 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1528389

TERMO DE DESISTENCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) ROSILEI BORDIN LAGO, Cargo de Técnico de Administração – 2ª chamada, referente ao edital de teste seletivo n.º 002/2017, classificado em 14º lugar, fica registrada a desistência do candidato.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 19 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1528403

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista decorrido o prazo sem manifestação pelo candidato(a) Sr(a) JORGE ELIZARDO CAYOTOPA ESCALANTE, Cargo de Médico Generalista, referente ao edital de teste seletivo n.º 001/2017, classificado em 5º lugar, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1528386

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pela candidato(a) Sr(a) MARIA GABRIELA CORDAZZO, Cargo de Técnico administrativo, referente ao edital de teste seletivo n.º 002/2017, classificado em 05º lugar, fica a registrado a desistência definitiva após a 2ª chamada conforme disposto no referido edital.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 05 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1528388

TERMO DE DESISTENCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) ROBSON FERNANDO DE CAMPOS, Cargo de Técnico de Administração – 2ª chamada, referente ao edital de teste seletivo n.º 002/2017, classificado em 10º lugar, fica registrada a desistência do candidato.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 15 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1528385

TERMO DE DESISTENCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) LUANA CAROLINE DOS SANTOS, Cargo de Técnico de Administração – 2ª chamada, referente ao edital de teste seletivo n.º 002/2017, classificado em 3º lugar, fica registrada a desistência do candidato.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1528412

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) JOSIANE DOS SANTOS RAMOS, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 06º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 004/2017, fica registrado a passagem para o final da lista de

classificados, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 02 de fevereiro de 2018.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1528411

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 05 dias da convocação do candidato(a) Sr(a) ELISE BERRA, Cargo de Enfermeira, classificado em 14º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 002/2017/SMAS, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Publicação Nº 1528392

TERMO DE DESISTENCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) CARLO ADRIANO SOLAR LEITE, Cargo de Técnico de Administração – 2ª chamada, referente ao edital de teste seletivo n.º 002/2017, classificado em 18º lugar, fica registrada a desistência do candidato.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 19 de fevereiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

HOMOLOGAÇÃO PL 01/2018/FMS - IN 01/2018/FMS

Publicação Nº 1529296

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2018 - IL
CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 1/2018 Processo de Licitação: 1/2018 Data do Processo: 31/01/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 1/2018
b) Licitação Nr.: 1/2018-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 21/02/2018
e) Data da Adjudicação: 21/02/2018 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Credenciamento da CLÍNICA IBS LTDA, INSTITUTO ADONHIRAN DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE e CLÍNICA DR. MIRANDA LTDA, para a realização de consultas médicas especializadas em caráter de urgência e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

				(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:				Unid.	Qtidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item
<u>CLINICA DR MIRANDA LTDA - ME (1557)</u>					
3	consulta de neurologia Dr. Miranda	SERV	1	-	200,00 200,00
4	Consulta pré-operatória de ortopedia	SERV	1	-	206,67 206,67
Total do Fornecedor:					406,67
<u>CLÍNICA IBS LTDA (1566)</u>					
1	consulta de endocrinologia Clínica Ibis	SERV	1	-	171,67 171,67
Total do Fornecedor:					171,67
<u>INSTITUTO ADONHIRAN DE ASSISTENCIA A SAUDE (7609)</u>					
2	Consulta pré-operatória de ortopedia inst. adnhiran	SERV	1	-	206,67 206,67
Total do Fornecedor:					206,67
Total Geral:					785,01

Joaçaba, 21 de Fevereiro de 2018.

GESTOR FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

CNPJ: 10.594.533/0001-00
AV. XV DE NOVENBRO, 223
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nr.: 1/2018 - IL

Processo Administrativo: 1/2018
Processo de Licitação: 1/2018
Data do Processo: 31/01/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 21 de Fevereiro de 2018.

GESTOR FMS

HOMOLOGAÇÃO IN 04/2018/FMS

Publicação Nº 1529437

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2018 - IL Processo Administrativo: 4/2018 Processo de Licitação: 4/2018 Data do Processo: 02/02/2018
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 4/2018
b) Licitação Nr.: 4/2018-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 21/02/2018
e) Data da Adjudicação: 21/12/2018 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação da ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, para a realização de consultas médicas pré e pós-operatórias e procedimentos cirúrgicos, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
- 000758 - ASSOCIACAO FRAIBURGUENSE DE SAUDE COLETIVA -	13	0,0000	12.368,62
	13		12.368,62

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 21 de Dezembro de 2018.

GESTOR FMS

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 052/2018**

Publicação Nº 1528445

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 52/2018 de 19.02.2018
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA".

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido o Servidor Marcos Vinicius de Cesaro, do cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.A, Matrícula 199, lotado na Diretoria Administrativa, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de fevereiro de 2018, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Patricia Callegari Warken
Diretora Adjunta

Joaçaba-SC, 19 de fevereiro de 2018.

PORTARIA JHL 54/2018

Publicação Nº 1528453

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 54/2018 DE 20.02.2018

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Volnei Jacob Muller (Matr. 156), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. E-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.01.2017 a 01.01.2018, para serem fruídas no período de 26.02.2018 à 17.03.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 26 de fevereiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 20 de fevereiro de 2018.
Patricia Callegari Warken
Diretora Adjunta

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0002/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1528100

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0002/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2018

PROTOCOLO JHL 0030/2018

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0002/2018 – Licitação 0002/2018, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PVC, PP, PEAD, TAMPÃO CIRCULAR EM FERRO FUNDIDO E ARAME GALVANIZADO, PARA REPOSIÇÃO DO ESTOQUE DO SIMAE, PARA OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE SERRA ALTA E VILA KENEDY E PARA EXECUÇÃO DE REDES E LIGAÇÕES DE ESGOTO, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 06/03/2018 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 06/03/2018 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 21/02/2018 a 06/03/2018.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 20 de fevereiro de 2018.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

RESUMO CONTRATO JHL 0010/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1527773

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0010/2018

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0083/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0095/2017

PROTOCOLO Nº 3471/2017

Data assinatura: 19/02/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DE MOTORES (QCM) PARA EEJ-001, E ADEQUAÇÃO DE QCM COM DOIS MOTORES COM POTÊNCIA DE 20 CV COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DOIS CONVERSORES DE FREQUÊNCIA, PEÇAS E SERVIÇOS PARA A ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA EAT- 003 LOCALIZADA EM LUZERNA-SC.

Contratado: Eletronema Ltda EPP.

Valor Contratado: R\$ 26.750,00 (vinte e seis mil setecentos e cinquenta reais).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 1.051/1052

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.91.00.00.00

Prazo de vigência: 20/02/2018 a 19/08/2018.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae

RESUMO CONTRATO JHL 0011/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1527777

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0011/2018
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0083/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0095/2017
PROTOCOLO Nº 3471/2017
Data assinatura: 19/02/2018
Objeto: AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DE MOTORES
(QCM) PARA EEJ-006 E EEJ-020.
Contratado: Klein & Boesing Materiais e Serviços Elétricos Ltda.
Valor Contratado: R\$ 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais).
Órgão/Unidade: 14.01
Função/Programa: 17.512.0028
Projeto/Atividade: 1.051/1052
Elemento De Despesa: 4.4.90.51.91.00.00.00
Prazo de vigência: 20/02/2018 a 19/08/2018.
Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae

Lacerdópolis

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.122.2018

Publicação Nº 1528278

LEI MUNICIPAL Nº 2.122 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

“Autoriza efetuar despesas com o Programa de Orientação Profissional”.

OLIDES RITA DALL'ORSOLETTA VETORAZI, Prefeita em exercício de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Lacerdópolis, através do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar despesas de R\$ 15.280,00 (Quinze mil duzentos e oitenta reais), para a realização do Curso Modelagem e Costura Básica, em parceria com o SENAI – Luzerna /SC, com uma carga horária prevista de 80 horas.

Art. 2º - As vagas oferecidas para a formação da turma serão no máximo, de 25 alunos, para um bom aproveitamento do curso.

Art. 3º-. As despesas decorrentes do atendimento da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGAO: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS

UNIDADE:01-SECR.DE ADMINISTRAÇÃO E SERV.JURÍDICOS
Proj/At. 04.122.1002.2.003-MANUT.SERV. ADMINSTR.PESSOAL E MATERIAL

Compl.Elem.: 3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviços de Seleção e Treinamento (9)

Recurso: 0000-Recursos Ordinários

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Lacerdópolis - SC, 16 de fevereiro de 2018.

OLIDES RITA DALL'ORSOLETTA VETORAZI

Prefeita em exercício

LEI MUNICIPAL Nº 2.121.2018

Publicação Nº 1528276

LEI MUNICIPAL Nº 2.121 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

“Autoriza efetuar despesas com o Programa de Orientação Profissional”.

OLIDES RITA DALL'ORSOLETTA VETORAZI, Prefeita em exercício de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Lacerdópolis, através do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar despesas de R\$ 790,00 (Setecentos e noventa reais) para cada aluno participante, do Curso de Iniciação Profissional Mecatrônica, com uma carga horária de 140 horas.

Art. 2º . As vagas oferecidas para cada turma serão no máximo de 25 alunos, para um bom aproveitamento do curso.

Art. 3º As despesas decorrentes do atendimento da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGAO: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS

UNIDADE:01-SECR.DE ADMINISTRAÇÃO E SERV.JURÍDICOS
Proj/At. 04.122.1002.2.003-MANUT.SERV. ADMINSTR.PESSOAL E MATERIAL

Compl.Elem.: 3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviços de Seleção e Treinamento (9)

Recurso: 0000-Recursos Ordinários

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º revogam-se as disposições em contrário.

Município de Lacerdópolis – SC em 16 de fevereiro de 2018.

OLIDES RITA DALL'ORSOLETTA VETORAZI

Prefeita em exercício

LEI MUNICIPAL Nº 2.120.2018

Publicação Nº 1528273

LEI MUNICIPAL Nº 2.120 DE 19 DE FEVEREIRO 2018

“Autoriza efetuar despesas com o Programa de Orientação Profissional”.

OLIDES RITA DALL'ORSOLETTA VETORAZI, Prefeita em exercício de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Lacerdópolis, através do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar despesas de R\$ 1.148,00 (hum mil cento e quarenta e oito reais) para cada aluno participante, do Curso de Iniciação Profissional Processos de Fabricação Mecânica, com uma carga horária de 174 horas.

Art. 2º As vagas oferecidas para cada turma serão no máximo de 15 alunos.

Art. 3º As despesas decorrentes do atendimento da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ORGAO: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS

UNIDADE:01-SECR.DE ADMINISTRAÇÃO E SERV.JURÍDICOS
Proj/At. 04.122.1002.2.003-MANUT.SERV. ADMINSTR.PESSOAL E MATERIAL

Compl.Elem.: 3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviços de Seleção e Treinamento (9)

Recurso: 0000-Recursos Ordinários

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário

OLIDES RITA DALL'ORSOLETTA VETORAZI
Prefeita em exercício

LEI MUNICIPAL Nº 2.123.2018

Publicação Nº 1528279

LEI MUNICIPAL Nº 2.123 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

“Autoriza efetuar despesas com Curso de Eletricista Instalador Rural. ”

OLIDES RITA DALL'ORSOLETTA VETORAZI, Prefeita em exercício de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Lacerdópolis, através do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar despesas de R\$11.770,00 (Onze mil setecentos e setenta reais) para a realização do Curso: ELETRICISTA INSTALADOR RURAL, com uma duração prevista de 59 (Cinquenta e nove) horas total.

Art. 2º As despesas decorrentes do atendimento da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Orgão: 03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS

Unidade: 01-SECR.DE ADMINISTRAÇÃO E SERV.JURÍDICOS

Proj/At. 04.122.1002.2.003-MANUT.SERV. ADMINSTR.PESSOAL E MATERIAL

Compl.Elem. 3.3.90.39.48.00.00.00 – Serviços de Seleção e Treinamento (9)

Recurso: 0000-Recursos Ordinários

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Lacerdópolis - SC, 16 de fevereiro de 2018.

OLIDES RITA DALL'ORSOLETTA VETORAZI

Prefeita em Exercício

Lages

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DO PP 02/2018

Publicação Nº 1528811

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

O OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL.

Dos envelopes contendo Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverá ocorrer até às 13h30min do dia 05/03/2018, no Depto. de Compras da Câmara Municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC. A ABERTURA do certame será dia 05/03/2018 às 13h30min, no local anteriormente citado.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras da Câmara Municipal de Vereadores ou PELO site www.camaralages.sc.gov.br, maiores informações pelo fone (49) 3251-5422.

Lages (SC), 20 de fevereiro de 2018.

LUIZ MARIN- Presidente

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 5.002/2018

Publicação Nº 1529461

DECRETO Nº 5.002/2018, de 09 de fevereiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e conforme o inciso I, do art. 6º, da Lei Ordinária nº. 1.971/2017, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 3.526.445,23 (Três milhões, quinhentos e vinte e seis, quatrocentos e quarenta e cinco e vinte e três), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 184 – Educação Básica

Projeto/Atividade: 2.040 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental.

37 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0032 – Aplicações diretas - R\$ 3.524.445,23

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional SUPLEMENTAR de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizado o valor de 3.526.445,23 (Três milhões, quinhentos e vinte e seis quatrocentos e quarenta e cinco e vinte e três mil), oriundos do provável excesso de arrecadação através da proposta do Termo de Compromisso PAR Nº 32881, celebrado entre o Município de Laguna e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, recurso 32 (1.0032 - Transferências de Convênios – União/Educação).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 5.003/2018

Publicação Nº 1529462

DECRETO Nº 5.003/2018, de 14 de fevereiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e conforme o inciso I, do art. 6º, da Lei Ordinária nº. 1.971/2017, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna

Unidade: 11 – Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação

Função: 4 Administração

Sub Função: 122 – Administração Geral

Programa: 122 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2062 – Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação.

Recursos: 123 – 1.0034 – Transferências de Convênios União/Outros

108 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0034 – Aplicações diretas R\$ 500.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional SUPLEMENTAR de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizado o valor de 500.000,00 (quinhentos mil reais), oriundos do provável excesso de arrecadação através da proposta do Termo de Compromisso 0412741-78/2013, celebrado entre o Município de Laguna e o Ministério do Turismo, recurso 34 (1.0034 - Transferências de Convênios – União/Outros).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 5.004/2018

Publicação Nº 1529463

DECRETO Nº 5.004/2018, de 14 de fevereiro de 2018.

REGULAMENTA A LEI Nº. 1.974/2018, QUE DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e na Lei nº. 1.959/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional ESPECIAL no orçamento vigente da Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.710 -Média e Alta Complexidade Ambulatorial Hospitalar/FAEC

Elemento da Despesa:

55 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0101 – Aplicações diretas - R\$ 6.000.000,00

56 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas - R\$ 300.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional ESPECIAL de que trata o artigo 1º, fica utilizado o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões), recursos decorrentes do provável excesso de arrecadação da Receita 4. 1.7.1.8.03.1.1 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo – Principal/Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar, Fonte de Recurso 1.0101 (38 –Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/UNIÃO), e 300.000,00 (trezentos mil) da anulação parcial, na seguinte classificação:

Órgão: 19 – Fundo Municipal de Saúde de Laguna

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde de Laguna

Projeto/Atividade: 2.700 – Estender, equipar e manter a rede básica

Elemento da Despesa:

5 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas - R\$300.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

PROCESSO ADM Nº 007/2018 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018 MENOR PREÇO/POR ITEM OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE PEDRA BASÁLTICA ARGAMASSADA FACE DUPLA, COM LARGURA MÉDIA 85CM.

Publicação Nº 1529004

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 007/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviço especializado de mão de obra para construção de muro de pedra basáltica argamassada face dupla, com largura média 85cm, o qual poderá ser utilizados/adquirido pela Prefeitura de Lajeado Grande/SC.

Entrega dos Envelopes: até às 08h15min do dia 07 de março de 2018

Abertura dos Envelopes: 08h30min do dia 07 de março de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Vitória, nº 503, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min. às 17h00min, pelo fone (0**49) 3355.0012 ou na pagina eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br. Lajeado Grande/SC, 20 de fevereiro de 2018. NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal.

Lauro Muller

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035. PMLM. 2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013. FMS. 2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009.HMHL.2018

Publicação Nº 1528373

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAURO MULLER
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035. PMLM. 2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013. FMS. 2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009.HMHL.2018

Data e horário da sessão de abertura: 07/03/2018 às 09h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de materiais elétricos para atendimento das demandas das secretarias do município durante o exercício de 2018.
Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.
Lauro Muller, 20 de fevereiro de 2018.
Genivaldo da Silva
Pregoeiro

PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/PMLM/2018 COM ALTERAÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIAS

Publicação Nº 1528409

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAURO MULLER
AVISO DE LICITAÇÃO
PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/PMLM/2018 COM ALTERAÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIAS
Alterados data e horário da sessão de abertura: 05/03/2018 às 11h00min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 20 de fevereiro de 2018.
Genivaldo da Silva
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/FMS/2018

Publicação Nº 1528384

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAURO MULLER
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/FMS/2018

Data e horário da sessão de abertura: 06/03/2018 às 09h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.
Objeto: Contratação de empresa empresas do ramo pertinente para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos, com fornecimento de peças das Unidades ESF da Rede Municipal de Saúde do Município de Lauro Muller/SC
Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.
Lauro Muller, 20 de fevereiro de 2018.
Genivaldo da Silva
Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº. 006, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528231

DECRETO Nº. 006, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECÍFICA DE AVALIAÇÃO PARA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 08/2018.

CELSON LUIZ MACIEL, Prefeito do Município de Lebon Régis em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Específica de Avaliação das Amostras de Material Escolar para o Processo Licitatório nº. 08/2018, Pregão Presencial nº. 02/2018, Registro de Preços nº. 01/2018, que será composta pelas seguintes servidoras:

I – Marilce David – Secretária Municipal de Educação e Cultura.

II – Leila Carlím Machado – Diretora de Educação e Assuntos Pedagógicos.

III – Tânia de Fátima Moreira - Diretora de Educação e Assuntos Pedagógicos.

Art. 2º. Caberá a comissão analisar e aprovar as amostras dos materiais escolares a serem fornecidos pelas empresas vencedoras do certame, de acordo com as especificações contidas no edital de licitação e termo de referência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lebon Régis, 09 de fevereiro de 2018.

Celson Luiz Maciel

Prefeito Municipal em Exercício

Maurício Passos Pinheiro

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 007, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528232

DECRETO Nº. 007, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

“REVOGA O DECRETO Nº. 044 DE 27 DE MAIO DE 2015”.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº. 044 de 27 de maio de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lebon Régis, 16 de fevereiro de 2018.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

Maurício Passos Pinheiro

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018 - PMLL

Publicação Nº 1528203

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Leoberto Leal. LEGISLAÇÃO: Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.947/2009 e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 26 de março de 2018. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 20/02/2018. ARNO HASCHEL LOHN - Prefeito Municipal e.e..

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CRED 02/2018 FMS

Publicação Nº 1528539

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02/2018 EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIZAÇÃO CONCENTRAÇÃO EM PSIQUIATRIA E PSICOTERAPIA

Flávio Luiz Benini, Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul – SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Credenciamento de Prestadores de serviços médicos com especialização Concentração em psiquiatria e psicoterapia para o ano de 2018. O credenciamento inicia-se a partir do dia 22 de fevereiro de 2018. Maiores informações e esclarecimentos aos interessados, poderá ser obtido junto ao setor de compras, no Prédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua Tamandaré, 98, Município de Lindóia do Sul - SC, telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis, o edital encontra-se disponível no site www.lindoiadosul.sc.gov.br.

Lindóia do Sul-SC, 20 de fevereiro de 2018.

Flávio Luiz Benini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

empresa especializada, para prestação de serviços de filmagem do Festival Intermunicipal da Canção de Lindóia do Sul, e para fornecimento de plataforma online com formulário preenchível, para realização das inscrições de candidatos do referido Festival, às 14:00 horas do dia 05 de março de 2018, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 20 de março de 2018.

GENIR LOLI- Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 11/2018

Publicação Nº 1528536

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL sistema registro de preços, na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de generos alimentícios compreendendo, doces, salgados e frutas para composição de coffee break, no dia 05 de março de 2018, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 20 de fevereiro de 2018.

Genir Loli - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 12/2018

Publicação Nº 1529108

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, objetivando a contratação de

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 15/2018

Publicação Nº 1528642

DECRETO Nº 15/2018
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial nº 11/2018 em 20 de fevereiro de 2018, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 11/2018, na modalidade de Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 20 de fevereiro de 2018.
MARCIONEI HILLESHEIN
PREFEITO

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO 11/2017

Publicação Nº 1529077

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
Processo Nº 11/2017.

A Prefeitura de Lontras – SC, torna público que realizou aditivo ao contrato referente ao Processo Licitatório nº 11/2017, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA OBJETIVANDO A GESTÃO NA ÁREA DE TI; PRESTAÇÃO DE SUPORTE AOS USUÁRIOS DA REDE DE COMPUTADORES DO MUNICÍPIO DE LONTRAS ABRANGENDO TODAS AS SECRETARIAS NA SEDE DO MUNICÍPIO BEM COMO REMOTAMENTE ATRAVÉS DA INTERNET; ADMINISTRAR E CONTROLAR O ACESSO A INTERNET; CONTATAR FORNECEDORES DE SOFTWARE PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS RELACIONADOS AOS APLICATIVOS ADQUIRIDOS; CONTATAR EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ACESSO A INTERNET PARA SOLUÇÕES RELACIONADAS AOS SERVIÇOS CONTRATADOS; GESTÃO DE E-MAILS DO DOMÍNIO LONTRAS.SC.GOV.BR; AUXILIAR NA CONFIGURAÇÃO EM ESTAÇÕES DE TRABALHO DOS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA; SISTEMA DE GESTÃO DA SAÚDE "CRIADOR" E SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTO "GEDOC". Fornecedor: CTRL INFORMATICA - JAIRO FUSINATO ME, inscrito no CNPJ 08.518.546/0001-40.

Prazo: até 31 de dezembro de 2018.

Valor: R\$ 2.180,00 (dois mil cento e oitenta reais) mensais.

Lontras, 09 de fevereiro de 2018 – MARCIONEI HILLESHEIM – PREFEITO.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL 11/2018

Publicação Nº 1528468

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO N.º 11/2018

EDITAL: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR DESTINADA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL), PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

Alteração dos itens 6.4.3 do edital. Entrega dos Envelopes: até às 08h e 30min do dia 21/02/2018; Abertura dos Envelopes: às 09 horas do dia 21/02/2018. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 20 de fevereiro de 2018. MARCIONEI HILLESHEIN. Prefeito.

Luiz Alves**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 08/2018 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

Publicação Nº 1528280

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 08/2018
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e considerando a homologação final do resultado do Concurso Público nº 01/2016 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado, que não quiser ser nomeado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 30 (trinta) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal nº 62/2014.

DA POSSE

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 20 de fevereiro de 2018.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 08/2018

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Psicólogo

Nº Inscrição	Candidato
295046	Marlon Augusto Lazzarotti

ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 08/2018

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;

2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS
3. Cópia do PIS/PASEP
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. CPF;
 - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF);
 - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certidão de quitação eleitoral;
 - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
 - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
 - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
 - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 - 4.10. Comprovante de residência atualizado;
 - 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
 - 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
 - 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
 - 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
 - 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
 - 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Posso bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura
ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF nº _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.
E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II
TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, frente à aprovação no Concurso Público (Edital nº 01/2016) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de tomar posse no Cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.
Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
TERMO DE NÃO INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, frente à aprovação no Concurso Público n.º 01/2016, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de tomar posse no cargo de _____, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 01/2016.
Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.
E, por ser verdade, firmo a presente declaração.
Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2018
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. Hemograma;
2. Glicemia;
3. Sorologia para LUES;
4. Parcial de Urina;
5. Raio-X de torác com laudo;
6. Raio-X lombar – Sacra-AP e Perfil com laudo (para os cargos de motorista, operário braçal, operador de máquinas, zelador, atendente de educação infantil, professor de educação infantil e professor de séries iniciais);
7. Creatinina;
8. Transaminases;
9. Laudo Otorrinolaringológico com vídeo-laringoscopia (para o cargo de atendente de educação infantil, professor de séries iniciais e professor);
10. Audiometria;
11. ECG de repouso (para os candidatos com mais de 35 anos);
12. Eletrocardiograma (para candidatos maiores de 30 anos).

EXTRATO DE ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1528417

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.
Objeto: O OBJETO DESTA LICITAÇÃO CONSISTE NA SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REPAROS, PEQUENAS REFORMAS NOS PRÉDIOS, PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS.
Por razões inerentes à Administração, altera-se abertura dos envelopes para o dia 13 de março de 2018, às 09h: 00min.
Luiz Alves, 20 de fevereiro de 2018.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1528281

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICRO EMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - COM COTA RESERVADA PARA O ITEM 02.

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços.
Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA, VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES, PARA A FROTA DE ÔNIBUS, CAMINHÕES E VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, OBRAS E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.
Em relação ao Termo de Referência (Anexo V) do Edital e ao subitem 23.4, exclui-se a observação "Os produtos deverão ser fabricados no MERCOSUL". Em relação ao Termo de Referência (Anexo V) do Edital e ao subitem 23.5, quanto à observação "Todos os pneus e câmaras deverão possuir certificação do Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO", inclui-se "os mesmos serão conferidos na entrega, pelo responsável da fiscalização do contrato". Neste sentido, altera-se a abertura dos envelopes para o dia 08 de março de 2018, às 09h: 00min.

Luiz Alves, 20 de fevereiro de 2018.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

PORTARIA 121/2018

Publicação Nº 1529005

PORTARIA N.º 121/2018

Contrata servidor em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;
RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, o servidor Sr. GILSON JOSÉ PEREIRA, para desempenhar a função de mecânico, junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2017.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 05 de fevereiro de 2018.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 122/2018/

Publicação Nº 1529007

PORTARIA N.º 122/2018

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;
RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª DANIELA GAYO, para desempenhar a função de professora de educação física, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 05 de fevereiro de 2018.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 123/2018

Publicação Nº 1529009

PORTARIA N.º 123/2018

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª RAPHAELA BRUM, para desempenhar a função de auxiliar administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 124/2018

Publicação Nº 1529010

PORTARIA N.º 124/2018

Contrata servidor em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, o servidor Sr. JULIANO PACHECO CAMILOTTI, para desempenhar a função de médico especialista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 125/2018

Publicação Nº 1529011

PORTARIA N.º 125/2018

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª BRUNA GOLINSKI, para desempenhar a função de professora de educação física, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria n.º 95/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 07 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 126/2018

Publicação Nº 1529012

PORTARIA N.º 126/2018

Contrata servidor em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, o servidor Sr. GUILHERME CEZAR SOUSA VIEIRA, para desempenhar a função de auxiliar administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 09 de fevereiro de 2018.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 127/2018

Publicação Nº 1529013

PORTARIA N.º 127/2018

Exonera servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora SILVANA HEILER TIEDT, a pedido desta, do cargo de zeladora, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 14 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 128/2018

Publicação Nº 1529016

PORTARIA N.º 128/2018

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao Assessor de Desenvolvimento, Sr. VALMIR FELISBINO, com início no dia 16 de fevereiro de 2018 e término no dia 25 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 129/2018

Publicação Nº 1529020

PORTARIA N.º 129/2018

Nomeia servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Sr.ª ANDREA DA CUNHA VINTER, para o cargo de professora de educação infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua aprovação no Concurso Público n.º 001/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 130/2018

Publicação Nº 1529023

PORTARIA N.º 130/2018

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª FERNANDA CRISTINA PALUACZESKI, para desempenhar a função de instrutora de artes, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 131/2018

Publicação Nº 1529025

PORTARIA N.º 131/2018

Rescinde contrato de servidor admitido em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato do servidor Sr. OSMAR RAMOS, admitido em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento.

Art. 2º Fica revogada a Portaria n.º 92/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 132/2018

Publicação Nº 1529027

PORTARIA N.º 132/2018

Contrata servidores em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, os servidores abaixo elencados com suas respectivas funções, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de suas aprovações no Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017:

I – CAMILA DAIANE CORREIA, professora de educação infantil;

II – CASSIA ELI DE MELLO, professora de educação infantil;

III – GESSICA HERMES BACHMANN, professora de educação infantil;

IV – LUCELIA WILPERT DE OLIVEIRA, professora de educação infantil;

V – ANA PAULA VENTURA HOFFMANN, professora de educação infantil;

VI – IVANIR MULLER, professora de anos iniciais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 133/2018

Publicação Nº 1529030

PORTARIA N.º 133/2018

Contrata servidores em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, os servidores abaixo elencados com suas respectivas funções, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de suas aprovações no Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017:

I – LETÍCIA MICHELIZZI, professora de anos iniciais;

II – ERLI RONCHI, cozinheira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 08 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 134/2018

Publicação Nº 1529032

PORTARIA N.º 134/2018

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina,

no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª CHANARA BEATRIS DA COSTA DIMON, para desempenhar a função de atendente de educação infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 135/2018

Publicação Nº 1529034

PORTARIA N.º 135/2018

Contrata servidores em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, os servidores abaixo elencados com suas respectivas funções, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de suas aprovações no Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017:

I – GIOVANA HOSTERT, professora de educação física;

II – PATRÍCIA SCHNEIDER, professora de educação infantil;

III – MARIA DE FÁTIMA EGER SCHWEITZER, cozinheira;

IV – MARCIA TEREZINHA TIBOLLA SCHWEITZER, cozinheira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 136/2018

Publicação Nº 1529036

PORTARIA N.º 136/2018

Rescinde contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir os contratos dos servidores abaixo elencados, admitidos em caráter temporário, para desempenharem as respectivas funções, junto à Secretaria Municipal de Educação:

I – RAFAELA MAIARA RINCUS, atendente de educação infantil;

II – KATLEIN IANKA FRITZKE, atendente de educação infantil;

III – ROZIMAR TRINDADE, cozinheira;

IV – LENICE GONÇALVES MELCHIORETTO, cozinheira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 15 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 137/2018

Publicação Nº 1529038

PORTARIA N.º 137/2018

Contrata servidores em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, os servidores abaixo elencados com suas respectivas funções, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de suas aprovações no Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017:

I – RAFAELA MAIARA RINCUS, atendente de educação infantil;

II – KATLEIN IANKA FRITZKE, atendente de educação infantil;

III – ROZIMAR TRINDADE, cozinheira;

IV – LENICE GONÇALVES MELCHIORETTO, cozinheira.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de fevereiro de 2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 15 de fevereiro de 2018.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal
Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 138/2018

Publicação Nº 1529040

PORTARIA N.º 138/2018

Contrata servidor em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;
RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, o servidor Sr. ALEXANDRE HENRIQUE DE OLIVEIRA, para desempenhar a função de auxiliar administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 16 de fevereiro de 2018.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 139/2018

Publicação Nº 1529042

PORTARIA N.º 139/2018

Contrata servidor em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a

necessidade temporária de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;
RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, o servidor Sr. GUSTAVO SIMÃO, para desempenhar a função de agente comunitário de saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 16 de fevereiro de 2018.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 140/2018

Publicação Nº 1529044

PORTARIA N.º 140/2018

Contrata servidores em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, os servidores abaixo elencados com suas respectivas funções, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de suas aprovações no Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017:

I – HELDEMI CÉSAR CORREIA DE SALES, professora de educação física;

II – JOSIMAR JOSÉ CORDEIRO, professor de música;

III – ALESSANDRA FIAMONCINI FURLANI, professora de anos iniciais;

IV – AMÉLIA ALTINI, cozinheira;

V – JOSIANI VIGARANI RECH, professora de educação infantil;

VI – JESSICA GERMANO, professora de anos iniciais;

VII – VERÂNIA RECH, cozinheira;

VIII – MARIA FERNANDA FREITAS CHAVES, atendente de educação infantil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 19 de fevereiro de 2018.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 141/2018

Publicação Nº 1529045

PORTARIA N.º 141/2018

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.^a LUCINEIDE DA SILVA, para desempenhar a função de cozinheira, junto à Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 15 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2536

Publicação Nº 1528377

DECRETO Nº 2536 de 20 de fevereiro de 2018.

“REMANEJA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC) no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º da Lei nº 1.547 de 14 de novembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º - Ficam remanejadas as dotações abaixo:

001 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação

Movimento	Órgão. Uni	Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor
Anulação	07.001	2.709	3	90	R\$ 4.700,00
Suplementação	07.001	2.709	4	90	R\$ 4.700,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de fevereiro de 2018.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU DO EXERCÍCIO DE 2018.

Publicação Nº 1528998

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
--	---

EDITAL N.º 001, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Edital de notificação de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício de 2018.

Ficam os Senhores proprietários de imóveis urbanos do Município de Luzerna, notificados do lançamento, ocorrido em 15/02/2018, e intimados a recolher o tributo municipal IPTU, referente ao exercício de 2018, na forma do artigo 93 da Lei nº 053 de 19 de dezembro de 2006. As datas de vencimentos seguem abaixo, na forma estabelecida no DECRETO Nº 2295 de 13 de dezembro de 2016.

1ª Cota Única ou 1ª parcela 15/03/2018

2ª Cota Única ou 2ª parcela 15/04/2018

3ª Cota Única ou 3ª parcela 15/05/2018

4ª parcela 15/06/2018

5ª parcela 15/07/2018

6ª parcela 15/08/2018

Comunicamos ainda que o presente edital está afixado no mural público da Prefeitura Municipal Luzerna e publicado no site www.luzerna.sc.gov.br.

Luzerna, 20 de Fevereiro de 2018.

Maurício José Bittencourt

Fiscal de Tributos, Obras e Posturas

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL 013/2018 - PP 011/2018 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (COMPLEMENTAR) - PML

Publicação Nº 1528102

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA
Processo Licitatório 013/2018 – PML
Pregão Presencial nº 011/2018 – PML

O Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 013/2018, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 06 de fevereiro de 2018 e no site do Município a partir do dia 05 de fevereiro de 2018, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 20 de fevereiro de 2018.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

LEI 1571

Publicação Nº 1528489

LEI Nº 1571 de 20 de fevereiro de 2018.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 269 DE 22 DE MARÇO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica alterado o “caput”, revogados os seus incisos, inseridas alíneas e Parágrafo Único no art. 1º da Lei nº 269 de 22 de março de 2001, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º - O Conselheiro Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, mas a agente honorífico, não gerando, vínculo empregatício com o Poder Público Municipal seja de natureza estatutária ou celetista, sendo-lhe assegurada a percepção das seguintes vantagens:

- a) Férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- b) Licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias;
- c) Licença paternidade, na forma da Constituição Federal;
- d) Inclusão no Regime Geral da Previdência Social - INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social);
- e) Gratificação natalina, correspondente a 1/12 (um-doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês trabalhado, do ano correspondente, sendo que a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral, paga na mesma data dos servidores estatutários.

Parágrafo Único - As férias dos Conselheiros Tutelares serão anuais e usufruídas sucessivamente, permitido o afastamento de um Conselheiro de cada vez.

Art.2º - Ficam revogados os §§ 1º a 4º do art. 2º da Lei nº 269 de 22 de março de 2001.

Art.3º- As demais disposições da Lei nº 269 de 22 de março de 2001 permanecem inalteradas.

Art.4º - As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei

correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 20 de fevereiro de 2018.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

LEI 1572

Publicação Nº 1528491

LEI Nº 1572 de 20 de fevereiro de 2018.

“INSTITUI NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) A BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica instituída no MUNICÍPIO DE LUZERNA a BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL com o objetivo de:

- I. Valorizar e apoiar atletas, paratletas e técnicos, participantes do desporto educacional e de alto rendimento;
- II. Incentivar jovens valores; e
- III. Desenvolver a prática do esporte como meio de promoção social, mediante a concessão de bolsas remuneradas.

Parágrafo Único - A Bolsa Desportiva Municipal atenderá às modalidades constantes dos Programas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com prioridade àquelas em que o Município vem apresentando melhor desempenho técnico, mediante série histórica de resultados em eventos oficiais de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.

Art.2º- A Bolsa de que trata esta Lei consistirá em apoio financeiro a atletas não profissionais, paratletas e técnicos, que será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo e implementada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art.3º- A Bolsa Desportiva Municipal será distribuída diretamente aos atletas não profissionais, paratletas e técnicos que se inscreverem, em atendimento ao Edital publicado para esta finalidade.

Art.4º- A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes constituirá comissão de caráter permanente com o fim de tratar da concessão, da renovação e do desligamento dos beneficiários da Bolsa Desportiva Municipal.

Parágrafo Único - A Comissão da Bolsa Desportiva Municipal será integrada por 05 (cinco) membros da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, composta por:

- I. Secretário(a) Municipal de Cultura, Esporte
- II. Diretor(a) de Esporte;
- III. 03 (três) profissionais do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Luzerna, com formação em Educação

Art.5º- Para pleitear a concessão da Bolsa Desportiva Municipal, o interessado deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- I. Estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;
- II. Ter participado de competições esportivas oficiais em âmbitos municipal, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquela em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa Desportiva Municipal, no caso de atleta e paratleta;
- III. Ter participado de competições esportivas oficiais em âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional, no caso de técnico;

IV. Apresentar Plano Anual de participação em, no mínimo, 01 (uma) competição oficial da modalidade e categoria, e de preparação ou treinamento para competições de âmbito estadual, nacional e internacional, no caso de técnico;

V. Possuir idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, no caso de atleta e paratleta;

VI. Apresentar Autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino público ou privado, ou certificado de conclusão do Ensino Médio, no caso de atleta e paratleta menor de 18 (dezoito) anos de idade.

§1º- Com o deferimento da concessão da Bolsa Desportiva Municipal, o requerente obrigatoriamente representará o Município de Luzerna em todas as competições que a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes for participante e desejar convocá-lo, sob pena de, obrigatoriamente, ter que devolver integralmente os recursos recebidos até 10 (dez) dias após a efetiva recusa por parte do requerente.

§2º- O atleta, paratleta e técnico beneficiado com a Bolsa Desportiva Municipal oferecerá como contrapartida Autorização para o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como usará a marca oficial do Município de Luzerna e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e de seus patrocinadores oficiais em seus uniformes e nas demais matérias de divulgação e marketing.

§3º- Poderá, a qualquer tempo, ser dispensado o requisito do inciso II em caso da ocorrência de situação excepcional, como a de atleta, paratleta ou técnico, com desempenho excepcional, fixação de domicílio neste Município em razão de emprego ou estudo ou outra questão extraordinária, ficando, neste caso, facultada a apresentação de plano de participação de que trata o inciso III com periodicidade inferior a 01 (um) ano.

§4º- A concessão da Bolsa Desportiva Municipal fica limitada a 01 (uma) por atleta não profissional, paratleta e técnico.

§5º- Qualquer interessado poderá impugnar a concessão da Bolsa Desportiva Municipal, devendo a impugnação ser encaminhada à Comissão da Bolsa Desportiva Municipal que analisará, em primeira e única instância administrativa, as razões apresentadas.

Art.6º- A Bolsa Desportiva Municipal será concedida para atletas, paratletas e técnicos, em até 08 (oito) parcelas mensais, sendo para atletas e paratletas até 07 (sete) UFRM's (Unidades Fiscais de Referência Municipal) e para técnicos até 20 (vinte) UFRM's (Unidades Fiscais de Referência Municipal) cada parcela.

§1º- Os valores individuais a serem repassados aos atletas ou paratletas serão definidos pela Comissão da Bolsa Desportiva Municipal, nos limites estabelecidos nesta Lei, considerando histórico do atleta ou paratleta na modalidade, conquistas históricas, competições, medalhas, troféus, categoria na qual se encontra inscrito e a importância do atleta e da modalidade na programação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§2º- Os valores individuais a serem repassados aos técnicos serão definidos pela Comissão de Análise da Bolsa Desportiva Municipal nos limites estabelecidos nesta Lei, considerando histórico do técnico, na modalidade, conquistas históricas, competições, medalhas, troféus, de atletas que treinou ou auxiliou nos treinamentos.

§3º- A concessão de Bolsa Desportiva Municipal não gera vínculo laboral ou de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal, sendo que o valor pago possui caráter indenizatório.

Art.7º- A Bolsa Desportiva Municipal será concedida dentro do exercício fiscal com pagamentos mensais, podendo sua concessão ser renovada por iguais e sucessivos períodos, desde que atendidos os requisitos previstos no artigo 5º, desta Lei, e ainda, se houver previsão de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Os atletas ou paratletas que já receberem o benefício e conquistarem medalhas nas competições de suas categorias de inscrição terão prioridade para a renovação das suas Bolsas.

Art.8º- Será automaticamente desligado da Bolsa Desportiva

Municipal o atleta, paratleta e o técnico que:

I. Quando convocado, deixar de participar das competições sem motivo previamente justificado;

II. For transferido para representação de outro Município, Estado ou País;

III. Abandone os treinamentos ou seja dispensado deles;

IV. Seja considerado inapto pela comissão técnica da modalidade por motivo médico, técnico ou disciplinar;

V. Sofrer punição disciplinar aplicada por qualquer órgão de Justiça Desportiva da respectiva modalidade, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias;

VI. Não cumprir o calendário e as obrigações da prestação de contas; e

VII. Deixar de cumprir quaisquer condições estabelecidas nesta Lei.

Art.9º- A concessão da Bolsa Desportiva Municipal é individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiado atender às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

Art.10 - Os atletas não profissionais, paratletas e técnicos beneficiados pela Bolsa Desportiva Municipal prestarão contas relativas ao plano de trabalho e aos recursos recebidos na forma e nos prazos fixados no Decreto regulamentador desta Lei.

Art.11 - A Administração Pública Municipal fica autorizada a contratar, dentro de sua previsão orçamentária, seguro de vida e acidentes pessoais aos atletas, paratletas e técnicos para cobrir os riscos das atividades esportivas e treinamentos.

Art.12 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 13 - As despesas decorrentes da concessão da Bolsa Desportiva Municipal correrão à conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art.14 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial da Lei nº 1.307 de 04 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 20 de fevereiro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI COMPLEMENTAR 182

Publicação Nº 1528496

LEI COMPLEMENTAR Nº 182 de 20 de fevereiro de 2018.

"ALTERA O "CAPUT" DO ART. 1º E O ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 081 DE 11 DE AGOSTO DE 2009 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Fica alterado o "caput" do art. 1º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º- A licença-maternidade ou licença gestação prevista no inciso XVIII do artigo 7º da Constituição Federal, concedida às

servidoras municipais estatutárias, agentes comunitárias de saúde e agentes de combate a endemias da Prefeitura Municipal de Luzerna será prorrogada por mais 60 (sessenta) dias, passando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o período de licença sem prejuízo do cargo, função pública, da remuneração e das férias.”

Art.2º- Fica alterado o art. 3º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art.3º - As disposições desta lei não se aplicam às servidoras admitidas em caráter temporário pelo Regime Especial de Direito Administrativo, as que exercem exclusivamente cargo comissionado e cargo eletivo, inclusive conselheiras tutelares.”

Art.3º - Os demais artigos e disposições vigentes da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, permanecem inalterados.

Art.4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de fevereiro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI COMPLEMENTAR 183

Publicação Nº 1528500

LEI COMPLEMENTAR Nº 183 de 20 de fevereiro de 2018.

“INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SMHIS E DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS, O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS, O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS E O CONSELHO GESTOR DO FMHIS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º- Esta Lei Complementar institui o SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SMHIS e dispõe sobre a POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS, o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS, o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS e o CONSELHO GESTOR DO FMHIS.

Art.2º- A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO e o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, anteriormente regulados pela Lei nº 044 de 17 de dezembro de 2007, passam a se reger pelo disposto nesta Lei.

Capítulo II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SEÇÃO I

OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º - O SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SMHIS tem por objetivo:

I. Viabilizar, para a população de menor renda, o acesso a áreas urbanizadas e à habitação digna;

II. Implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação para a população de menor renda;

III. Articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das

instituições e órgãos que desempenham funções no setor de habitação e regularização fundiária.

Art.4º- O SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SMHIS compreenderá todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, inclusive os das áreas de regularização fundiária, observada a legislação aplicável.

Art. 5º - Na estruturação, na organização e na atuação do SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SMHIS deve-se observar o seguinte:

I. Princípios:

a) Compatibilizar e integrar as políticas habitacionais locais em consonância com o disposto nas esferas federal e estadual, bem como nas demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais, geológicas e de inclusão social;

b) Produzir moradias dignas como um direito cidadão e fator de inclusão social;

c) Democratizar e descentralizar o acesso aos programas e ao controle social como forma de dar visibilidade e transparência aos procedimentos decisórios;

d) Observar a função social da propriedade urbana visando garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária, permitindo o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;

II. Diretrizes:

a) Prioridade aos planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, não somente na esfera municipal, quanto também em articulação com as esferas federal e estadual;

b) Utilização prioritária de incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infra-estrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana;

c) Utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;

d) Viabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;

e) Incentivo à utilização dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia e à regularização fundiária de interesse social;

f) Incentivo à pesquisa, à incorporação e ao desenvolvimento tecnológico de uso de materiais e técnicas de construção alternativas para a produção de unidades habitacionais;

g) Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;

h) Estabelecimento de mecanismos para reserva de quotas para idosos, deficientes, moradores de áreas de muito alto risco, alto risco e famílias chefiadas por mulheres, dentre o grupo identificado como o de menor renda da alínea "a" deste inciso.

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO

Art.6º- Integram o SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SMHIS, os seguintes órgãos e entidades:

I. Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, órgão central do SMHIS;

II. Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS;

III. Conselho Gestor do FMHIS;

IV. Outros Conselhos no âmbito do Município com atribuições específicas relativas às questões urbanas e/ou habitacionais;

V. Órgãos integrantes da Administração Pública Municipal e instituições locais de caráter regional que desempenham funções complementares ou afins com a política habitacional e ou de regularização fundiária de interesse social;

VI. Fundações, sociedades civis, sindicatos, associações comunitárias, cooperativas habitacionais e quaisquer outras entidades privadas que desempenhem atividades na área habitacional, afins ou complementares, como agentes promotores das ações no âmbito do SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- SMHIS.

Art.7º- O fórum apropriado para discussão entre os membros que integram o SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SMHIS é a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, que está regulado pelo disposto no Capítulo VII desta Lei.

Capítulo III DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 8º- A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS compreende a produção, a requalificação de habitações de interesse social e a regularização fundiária de áreas de ocupação irregular de interesse social.

Art. 9º- São diretrizes da POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS, relativamente à produção e à requalificação de habitações de interesse social:

- I. O pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, conforme diretrizes gerais fixadas pela legislação vigente no país;
- II. A produção de lotes urbanizados e de unidades habitacionais, bem como a requalificação de um ou outro, voltadas ao atendimento de famílias com menor poder aquisitivo;
- III. A formalização de parcerias público/privadas;
- IV. O uso de materiais alternativos e de novas tecnologias na área da construção civil, reduzindo custos e otimizando recursos, atendendo aos requisitos mínimos de qualidade técnica;
- V. O fomento ao uso de processos e de materiais alternativos de produção para baratear e criar mecanismos para agilizar, avaliar, aprovar e liberar projetos arquitetônicos pelos órgãos competentes para a população de baixa renda;
- VI. A identificação e cadastramento de zonas especiais de interesse social, de suas necessidades de programas e/ou projetos para qualificação urbana e social;
- VII. A identificação e cadastramento de imóveis não edificadas, não utilizados e/ou subutilizados, criando legislação que estabeleça parâmetros necessários que definirão os imóveis considerados de interesse social;
- VIII. A integração a consórcios intermunicipais da área habitacional, quando de interesse público.

Art.10 - São diretrizes da POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS, relativamente à regularização fundiária:

- I. A identificação e classificação dos assentamentos precários no que diz respeito à sua regularização e situação fundiária, ambiental e geológica;
- II. A integração das áreas irregulares à cidade e a adoção de medidas de regularização desses assentamentos;
- III. A proposição e/ou participação em parcerias público/privadas;
- IV. A adoção de ações multidisciplinares e intersetoriais, criando mecanismos e parcerias público/privadas para melhorias de sub-habitações como forma de promover cidadania e a efetiva regularização fundiária de áreas consideradas de interesse social, na forma da lei;
- V. A implantação do cadastro municipal de assentamentos precários, identificando seus loteadores, moradores e condições socioeconômicas dos mesmos;
- VI. A fiscalização rigorosa do uso e ocupação do solo urbano, especialmente nas áreas decretadas como zonas especiais de interesse social para fins de regularização ou que tenham condições de, doravante, virem a ser assim declaradas;
- VII. A agilização, desburocratização e simplificação dos processos de legalização das edificações existentes em áreas de interesse social objeto da política de regularização fundiária das situações consolidadas;
- VIII. A proposição, encaminhamento, orientação e emissão de pareceres sobre intervenções em edificações existentes em áreas

decretadas como zonas especiais de interesse social;

IX. A agilização de procedimentos de demolição de edificações situadas em área de elevado risco geológico ou de preservação ambiental.

Art.11- Os recursos a serem utilizados para o financiamento do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PLMHIS são provenientes do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, regulado por esta Lei Complementar.

Capítulo IV DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art.12 - O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS, de natureza contábil, tem por objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os projetos e programas destinados a implementar políticas habitacionais e de regularização fundiária de interesse social direcionados à população de menor renda, em conformidade com os princípios instituídos pelo Plano Diretor do Município e por esta Lei Complementar.

Art. 13 - Constituem receitas do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS:

- I. Dotações orçamentárias próprias;
 - II. Recursos provenientes de outros fundos ou programas governamentais que vierem a ser incorporados ao FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS;
 - III. Recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação e/ou de regularização fundiária;
 - IV. Contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
 - V. Receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS;
 - VI. Outros recursos que lhe vierem a ser destinados.
- Parágrafo Único - Os recursos líquidos provenientes das alienações efetuadas em Programas Habitacionais, serão utilizados para incremento e implantação de novos Programas Habitacionais e demais finalidades do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS.

Art.14- Constituem ativos do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS:

- I. Disponibilidades monetárias em bancos oriundas das receitas especificadas;
- II. Direitos que por ventura vier a constituir;
- III. Bem móveis e imóveis adquiridos e doados, com ou sem ônus, destinados a Programas Habitacionais.

Art.15- As alienações de imóveis do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS aos beneficiários de Programas Habitacionais de Interesse Social serão efetuadas independentemente de licitação, em conformidade com o art. 17, I, "f", da Lei 8.666/93, observados os requisitos estipulados pelo CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS.

Art. 16 - Os recursos do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS serão destinados a ações vinculadas aos programas de habitação e de regularização fundiária de interesse social que contemplem:

- I. Aquisição de terrenos, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
- II. Produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- III. Urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- IV. Implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos complementares aos programas habitacionais de

interesse social;
V. Aquisição de materiais de construção, ampliação e reforma de moradias;
VI. Pagamento de pessoal vinculado a área habitacional do Município;
VII. Serviços de assessoria técnica e jurídica para implementação das ações previstas no PLMHIS;
VIII. Serviços de apoio a organizações comunitárias para ações vinculadas ao PLMHIS;
IX. Outros programas e intervenções vinculadas aos programas de habitação e de regularização fundiária de interesse social, na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS.
X. Pagamento de despesas de custeio e investimento ligadas ao FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS.

Capítulo V DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SEÇÃO I DOS OBJETIVOS

Art. 17 - O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS é órgão de caráter permanente, de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e normativa, integrante da estrutura administrativa municipal e será composto por representantes de entidades governamentais e não governamentais, bem como de segmentos da sociedade civil organizada, observado o princípio democrático de escolha na proporção de, pelo menos, um quarto das vagas aos representantes de movimentos populares.

Art.18 - A Presidência do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS será exercida pelo titular do Órgão Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

§1º- O Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS exercerá o voto de qualidade.

§2º- Competirá ao Poder Público, através do Órgão Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, proporcionar ao CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS os meios necessários ao exercício de suas competências.

SEÇÃO II DAS COMPETÊNCIAS

Art.19 - Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS:

- I. Cumprir e fazer cumprir a POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, bem como toda a legislação pertinente;
- II. Fixar critérios e definir diretrizes e estratégias para a implementação da POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL e do PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLMHIS, observada a legislação que rege as matérias;
- III. Aprovar os PLANOS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS - PUE das ZONAS DE ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL - ZEIS, acompanhando sua execução e recomendar ao Conselho Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS a suspensão do desembolso de recursos, caso sejam constatadas irregularidades na aplicação dos mesmos;
- IV. Deliberar sobre a divulgação das formas e critérios de acesso à POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, bem como as ações a serem realizadas;
- V. Promover e articular, quando necessário, reuniões com os demais Conselhos existentes no Município que tiverem relação com os temas pertinentes à habitação e à regularização fundiária;
- VI. Propor a realização de audiências públicas e seminários pertinentes à POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL;
- VII. Realizar estudos sobre a definição de convênios na área de

- habitação e ou regularização fundiária junto a organismos nacionais ou internacionais, públicos e ou privados;
- VIII. Propor programas, instrumentos e normas a bem dos interesses da POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL;
 - IX. Acompanhar e avaliar a implementação da POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, em especial os programas previstos no PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLMHIS e recomendar as providências necessárias para o cumprimento de seus objetivos;
 - X. Propor a edição de Normas Relativas à Habitação ou Regularização Fundiária de Interesse Social, em sintonia com o Plano Diretor do Município;
 - XI. Encaminhar manifestação sobre propostas de alteração da legislação municipal afeta à POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL;
 - XII. Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social da POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, visando fortalecer o desenvolvimento sustentável;
 - XIII. Editar Resoluções das deliberações tomadas em reuniões plenas;
 - XIV. Convocar e organizar, conjuntamente com o Órgão Gestor da política habitacional do Município, a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL;
 - XV. Propor e aprovar seu Regimento Interno;
 - XVI. Eleger um Vice-Presidente e um Secretário Geral que, juntamente com o Presidente, exercido na forma do art. 16 desta Lei Complementar, comporão a Mesa Diretora do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS;
 - XVII. Constituir Comissões Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões Especiais;
 - XVIII. Promover a formação continuada dos Conselheiros sobre temas afins à POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL;
 - XIX. Propor a criação de mecanismos de informações para subsidiar a formulação, implementação, acompanhamento e controle das ações no âmbito do SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SMHI.

SEÇÃO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 20 - O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS é formado por 08 (oito) Conselheiros, representando órgãos governamentais, não governamentais e movimentos populares, a saber:

- I. 04 (quatro) Conselheiros governamentais vinculados ao Poder Público Municipal, das seguintes áreas:
 - a) um representante da política de habitação;
 - b) um representante da política de assistência social;
 - c) um representante da política de planejamento urbano;
 - d) um representante da política de obras públicas;
 - II. 02 (dois) Conselheiros não governamentais, dos seguintes segmentos:
 - a) um representante de entidade que atue no desenvolvimento econômico;
 - b) um representante de entidades de trabalhadores.
 - III. 02 (dois) representantes de movimentos populares.
- §1º- Cada membro titular do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS terá um suplente, indicado pelo mesmo segmento a que o titular represente.
- §2º- Os Conselheiros não governamentais e os representantes de movimentos populares serão eleitos em fórum próprio, em conformidade com o disposto nesta Lei Complementar.
- §3º- Entendem-se como movimentos populares: associações comunitárias e/ou de moradores, movimentos por moradia, movimentos de luta por terra e demais entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano.
- §4º- Fica proibida a representação de entidades não governamentais

e de movimentos populares por servidores públicos exercentes de cargos comissionados e ou de confiança vinculados, direta ou indiretamente, ao Município de Luzerna e suas entidades.

§5º- Os representantes que compõem o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art.21 - O mandato dos Conselheiros, considerado de relevante interesse público, será exercido gratuitamente pelo período de 02 (dois) anos, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária, exceto o recebimento de diárias e adiantamentos para viagem.

Art.22 - As reuniões ordinárias e extraordinárias do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS serão iniciadas com a presença mínima de 50% mais um de seus membros, em primeira chamada; não havendo quorum, 15 minutos após, com um terço de seus membros e as suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Único - Poderão ser admitidos a participar das Plenárias e das reuniões das Comissões e Grupos de Trabalho do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta tenham interesse ou que sejam previamente convidados.

Capítulo VI DO CONSELHO GESTOR DO FMHIS

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art.23 - O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS será gerido por um CONSELHO GESTOR, cuja composição é idêntica à do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS.

Art. 24 - O Conselho Gestor é órgão de caráter propositivo e deliberativo de análise de todas as operações financeiras e contábeis do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS.

Art.25- A Presidência do CONSELHO GESTOR do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS será exercida pelo titular do Órgão Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

§1º - O Presidente do Conselho Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS exercerá o voto de qualidade.

§2º- Competirá ao Poder Público, através do Órgão Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, proporcionar ao CONSELHO GESTOR os meios necessários ao exercício de suas competências.

SEÇÃO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 26 - Ao CONSELHO GESTOR do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS compete:

I. Estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação na alocação de recursos do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais e de regularização fundiária, observado o disposto nesta Lei, a POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS e o PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLMHIS;

II. Analisar e aprovar as propostas de orçamentos e planos de aplicação, metas anuais e plurianuais dos recursos do FUNDO

MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS que serão submetidos à Câmara de Vereadores;

III. Fixar critérios de inscrição e de acesso a benefícios sociais da área habitacional;

IV. Deliberar e emitir pareceres sobre as contas do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS;

V. Dirimir dúvidas e deliberar quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS, nas matérias de sua competência;

VI. Propor, aprovar e alterar seu Regimento Interno.

§1º- As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do CONSELHO GESTOR do FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, de que trata a Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º- O CONSELHO GESTOR do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS proverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas passíveis de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

Capítulo VII DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 27 - A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL é a instância deliberativa que tem como atribuição avaliar a situação habitacional do Município e definir políticas públicas em resposta às demandas constatadas, estabelecendo diretrizes à POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS.

Art.28 - O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS convocará a Conferência ordinariamente a cada 4 (quatro) anos.

§1º - Ao convocar a Conferência, o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS deverá:

I. Elaborar as normas de seu funcionamento;

II. Constituir a comissão organizadora;

III. Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes após a sua realização;

IV. Desenvolver metodologia de acompanhamento das deliberações das conferências;

V. Adotar estratégias e mecanismos que favoreçam a mais ampla inserção dos usuários, por meio de linguagem acessível e do uso de metodologias e dinâmicas que permitam a sua participação e manifestação.

§2º - O fórum de eleição dos Conselheiros não governamentais e dos representantes de movimentos populares poderá ocorrer durante a realização da Conferência.

Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 - Os Regimentos Internos do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS e do CONSELHO GESTOR do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS complementarão a estruturação, o funcionamento e as atribuições definidas nesta Lei Complementar, devendo ser submetidos à Plenária.

Art. 30 - Os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS e do CONSELHO GESTOR do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS deverão, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei Complementar, aprovar os Regimentos

Internos dos mesmos, que serão baixados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art.31 - Em atendimento à nova composição do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS, deverá ser convocado processo eleitoral para escolha dos Conselheiros não governamentais e de movimentos populares, num prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), a contar da publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo Único - Com a realização da escolha mencionada no caput, ter-se-ão por antecipadamente findados os mandatos dos atuais Conselheiros, inclusive dos governamentais, na data de posse efetiva dos seus novos integrantes.

Art.32- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Lei nº 044 de 26/05/1997, Lei nº 454 de 22/05/2003, Lei nº 790 de 05/06/2008, art. 3º da Lei nº 823 de 19/02/2009 e Lei nº 1126 de 09/07/2013.

Luzerna(SC), 20 de fevereiro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 022/2018 – PP 018/2018 - UNIFORMES E EPIS COM AMOSTRA - PML

Publicação Nº 1529562

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 022/2018 - PML

Pregão Presencial nº 018/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição de uniformes e EPIS, de forma parcelada, com amostra, para merendeiras e auxiliares de copa e higienização da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Escola Municipal São Francisco do Município de Luzerna/SC, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de

21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h45min do dia 06 de março de 2018.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h do dia 06 de março de 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PORTARIA 047/2018

Publicação Nº 1528599

PORTARIA Nº 047/18 de 19 de fevereiro de 2018.

“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, Edital 002/2018”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR a COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO, Edital 002/2018, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que exerçam as atribuições necessárias à realização do Processo Seletivo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do respectivo Edital:

1. LUIZ FERNANDO DAHMER PERUCHINI - Coordenador
2. LIDIA WIETHORN
3. RENATA DALBERTO

Art.2º-As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2018.

Luzerna(SC), 19 de fevereiro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/17

Publicação Nº 1528948

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2018,
DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

“APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC”.

RODRIGO SOUSA, Presidente da Câmara municipal de Luzerna/SC, dentro de suas atribuições descritas no Artigo 17, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os Artigos 283 e ss., e 159, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, faz saber que esta Casa aprovou e a Mesa da Câmara promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas e Balanço Geral da Receita e da Despesa da Prefeitura Municipal de Luzerna/SC, relativos ao

Exercício de 2016.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Luzerna/SC, 05 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Sousa

Presidente da Câmara de Vereadores

Alexander Rover

Vice-Presidente

Luiz Carlos Gonçalves

Primeiro Secretário

Ana Cleusa Dalla Lana

Segunda Secretária

RESOLUÇÃO Nº 001/2018

Publicação Nº 1528965

RESOLUÇÃO Nº 001/2018, de 05 de fevereiro de 2018.

"NOMEIA MEMBROS DAS COMISSÕES LEGISLATIVAS PERMANENTES"

RODRIGO SOUSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município que os Vereadores aprovaram e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art.1º - Ficam nomeados os Vereadores abaixo relacionados, nos termos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Luzerna, para comporem as COMISSÕES LEGISLATIVAS PERMANENTES:

I - Comissão de Constituição, Legislação e Justiça:

Presidente: Alexander Rover

Vice-Presidente: Jonas Dinei Rodrigues Moraes

Relator: Luiz Carlos Gonçalves

II - Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Fiscalização:

Presidente: João Batista Zamboni

Vice-Presidente: Ana Cleusa Dalla Lana

Relator: Mauri José Schlindwein

III - Comissão de Educação, Ciência, Desporto, Saúde Pública e Assistência:

Presidente: Alexander Rover

Vice-Presidente: Helena Reisdorfer

Relator: Mauri José Schlindwein

IV - Comissão de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio, Planejamento e Urbanismo:

Presidente: Lenir Costa Beber

Vice-Presidente: João Batista Zamboni

Relator: Mauri José Schlindwein

V - Comissão de Redação Final:

Presidente: Luiz Carlos Gonçalves

Vice-Presidente: Jonas Dinei Rodrigues Moraes

Relator: Lenir Costa Beber

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/02/2018.

Luzerna (SC), 05 de fevereiro de 2018.

RODRIGO SOUSA

Presidente da Câmara de Vereadores

RESOLUÇÃO Nº 002/2018

Publicação Nº 1528975

RESOLUÇÃO Nº 002/2018, de 05 de fevereiro de 2018

"INSTITUI O CALENDÁRIO DE SESSÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RODRIGO SOUSA, dentro de suas atribuições descritas no artigo 41, parágrafo 1º, inciso I, alínea "a" e parágrafo 2º, alínea "h" do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, faz saber que a

Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art.1º- Fica estabelecido o calendário das sessões ordinárias da Câmara de Vereadores de Luzerna para o ano de 2018:

I - FEVEREIRO:

a) 05/02 – Segunda-feira (1ª sessão ordinária);

b) 15/02 – Quinta-feira (2ª sessão ordinária);

c) 19/02 – Segunda-feira (3ª sessão ordinária);

d) 26/02 – Segunda-feira (4ª sessão ordinária);

II – MARÇO:

a) 05/03 – Segunda-feira (5ª sessão ordinária);

b) 12/03 – Segunda-feira (6ª sessão ordinária);

c) 19/03 – Segunda-feira (7ª sessão ordinária);

d) 26/03 – Segunda-feira (8ª sessão ordinária);

III – ABRIL:

a) 02/04 – Segunda-feira (9ª sessão ordinária);

b) 09/04 – Segunda-feira (10ª sessão ordinária);

c) 16/04 – Segunda-feira (11ª sessão ordinária);

d) 23/04 – Segunda-feira (12ª sessão ordinária);

IV – MAIO:

a) 07/05 – Segunda-feira (13ª sessão ordinária);

b) 14/05 – Segunda-feira (14ª sessão ordinária);

c) 21/05 – Segunda-feira (15ª sessão ordinária);

d) 28/05 – Segunda-feira (16ª sessão ordinária);

V – JUNHO:

a) 04/06 – Segunda-feira (17ª sessão ordinária);

b) 11/06 – Segunda-feira (18ª sessão ordinária);

c) 18/06 – Segunda-feira (19ª sessão ordinária);

d) 25/06 – Segunda-feira (20ª sessão ordinária);

VI – JULHO:

a) 02/07 – Segunda-feira (21ª sessão ordinária);

b) 09/07 – Segunda-feira (22ª sessão ordinária);

c) 16/07 – Segunda-feira (23ª sessão ordinária);

d) 23/07 – Segunda-feira (24ª sessão ordinária);

VII – AGOSTO:

a) 06/08 – Segunda-feira (25ª sessão ordinária);

b) 13/08 – Segunda-feira (26ª sessão ordinária);

c) 20/08 – Segunda-feira (27ª sessão ordinária);

d) 27/08 – Segunda-feira (28ª sessão ordinária);

VIII – SETEMBRO:

a) 03/09 – Segunda-feira (29ª sessão ordinária);

b) 10/09 – Segunda-feira (30ª sessão ordinária);

c) 17/09 – Segunda-feira (31ª sessão ordinária);

d) 24/09 – Segunda-feira (32ª sessão ordinária);

IX – OUTUBRO:

a) 01/10 – Segunda-feira (33ª sessão ordinária);

b) 08/10 – Segunda-feira (34ª sessão ordinária);

c) 15/10 – Segunda-feira (35ª sessão ordinária);

d) 22/10 – Segunda-feira (36ª sessão ordinária);

X – NOVEMBRO:

a) 05/11 – Segunda-feira (37ª sessão ordinária);

b) 12/11 – Segunda-feira (38ª sessão ordinária);

c) 19/11 – Segunda-feira (39ª sessão ordinária);

d) 26/11 – Segunda-feira (40ª sessão ordinária);

XI – DEZEMBRO:

a) 03/12 – Segunda-feira (41ª sessão ordinária);

b) 10/12 – Segunda-feira (42ª sessão ordinária).

Art. 2º- As convocações extraordinárias se darão na forma do art. 19, parágrafo 5º, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/01/2018.

Luzerna (SC), 05 de fevereiro de 2018.

RODRIGO SOUSA

Presidente da Câmara de Vereadores

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO_ DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008/2018

Publicação Nº 1528052

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2018

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. ZELIR CITADIN, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0008/2018 para a contratação de empresa qualificada para fornecimento de peças e serviços destinados ao conserto da parte frontal do ônibus escolar placas QHH 7087, ano 2014, conforme relação de peças e serviços especificadas na proposta. Através da empresa AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, em conformidade com o artigo 24, II, da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0013/2018

Vigência do Contrato: 06 meses

Valor Total do Contrato: R\$ 7.413,72 (sete mil seiscentos e treze reais com setenta e dois centavos).

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente.

Macieira, 20 de fevereiro de 2018.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2018

Publicação Nº 1528931

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2018

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2018

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde, representado pela Sra. Rosemari dos Santos Oliveira, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0002/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0001/2018, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 14h00min, do dia 06 de março de 2018, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3780, de 03 de janeiro de 2018, estará recebendo propostas para a contratação de serviços médicos na área de clínico geral, com profissional habilitado, para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde Sede e KM 30, de acordo com o cronograma da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações do Anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 14h00m horas do dia 06/03/2018, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal

de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0001/2018, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br, através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 13h00min, ou ainda no site do município: www.macieira.sc.gov.br.

Macieira - SC, 20 de fevereiro de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO

PREGOEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2018

Publicação Nº 1528054

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2018

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2018

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0013/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0004/2018, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 06 de março de 2018, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3780, de 03 de janeiro de 2018, estará recebendo propostas para a contratação de serviços especializados na área de segurança e medicina do trabalho, compreendendo: a elaboração de laudo do Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA), elaboração de laudo do Programa de controle médico e saúde ocupacional (PCMSO), elaboração de laudo do Programa de prevenções de riscos ambientais (LTCAT), exames médicos periódicos, admissionais, demissionais, troca de função e retorno ao trabalho, com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), exames de audiometria ocupacional e emissão de perfil profissional gráfico previdenciário (PPP), conforme especificações detalhadas do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 06/03/2018, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0004/2018 através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min. às 17h00min. Ou ainda no endereço eletrônico www.macieira.sc.gov.br

Macieira - SC, 20 de fevereiro de 2018.

IANA SALETE SPANHOLO

PREGOEIRA

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 253/2018

Publicação Nº 1528528

DECRETO Nº 253, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Homologa resultado final do Concurso Público Edital nº 002/2017 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto homologado o Resultado Final do Concurso Público Edital nº 002/2017, conforme segue:

CARGO: MÉDICO PEDIATRA

Classificação	Candidato
1º	Carina Santini Quiben

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 20 de fevereiro de 2018.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

EDITAL DE SUBSTITUIÇÕES Nº 001/2018

Publicação Nº 1528600

EDITAL PARA SUBSTITUIÇÕES 001/2018

Abre inscrições para interessados em substituições nas escolas da Rede Municipal de Ensino

A Secretaria de Educação de Maravilha, Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Educação Roseméri B. Rodrigues da Silva, FAZ SABER, que se encontram abertas as inscrições para os professores interessados em substituições nas escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme Decreto nº 13, de 24 de janeiro de 2014 que regulamenta o parágrafo 4º, do artigo 3º, da Lei Municipal nº 3.694, de 07 de outubro de 2013, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

I - DAS INSCRIÇÕES:

1.1 Estão abertas as inscrições para suprir licenças de até 15 (quinze) dias nos Centros Educacionais de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, na forma do disposto no Decreto nº 13, de 24 de janeiro de 2014 que regulamenta o parágrafo 4º, do artigo 3º, da Lei Municipal nº 3.694, de 07 de outubro de 2013.

1.2 Os interessados deverão efetuar sua inscrição nos dias 22, 23

e 26 de fevereiro de 2018, no horário das 7h 30min às 11h 30min e das 13h às 17h, na Secretaria de Educação.

1.3 Para as Inscrições os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Cópia do Diploma de Licenciatura ou atestado comprobatório do semestre que cursa (somente para os que não realizaram o Processo Seletivo);
- b) Ficha de Inscrição (Anexo I);
- c) Fotocópia da Identidade.

II – DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

2.1 Os critérios para classificação obedecerão o seguinte:

I – Poderão se inscrever no presente Processo Seletivo os professores classificados no Processo Seletivo em vigor interessados nas substituições de que trata o “caput” do presente artigo, bem como para professores habilitados e não habilitados interessados;

II – Os inscritos comporão lista própria conforme disponibilidade de dias e horas do professor, na seguinte ordem: habilitados e não-habilitados classificados no processo seletivo vigente, e habilitados e não habilitados inscritos;

III – Terão preferência às vagas primeiramente os inscritos classificados no processo seletivo, e somente após exaurida referida lista serão chamados os demais inscritos.

IV – A ordem de classificação dos inscritos que não constam da lista de Classificados do Teste Seletivo será por títulos nos seguintes termos:

- Especialização= 3 pontos, limitado a um título;
- Graduação= 2 pontos, limitado a um título;
- Cada semestre cursado= 0,2 pontos;

V- O candidato chamado deverá atender todas as substituições possíveis no período de 30 (trinta) dias, recebendo remuneração de acordo com os dias trabalhados, respeitando o nível inicial da Tabela de Vencimentos do Plano de Carreira do Magistério.

2.2 O resultado quanto a classificação será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Maravilha, Mural Público Oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

2.3 Para casos de desempate serão respeitados os seguintes critérios:

- a) Habilitação na área de atuação;
- b) Especialização na área de atuação;
- c) Idade;
- d) Sorteio.

III- DA CONTRATAÇÃO

3.1 Os contratos respeitarão o disposto no artigo inciso IV do Artigo 1º do Decreto nº 13, de 24 de janeiro de 2014.

IV- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

4.1 Os casos omissos serão resolvidos por Comissão de Substituições, designada pela Secretaria de Educação, de acordo com a legislação vigente.

4.2 Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha, Estado de Santa Catarina, em 16 de fevereiro de 2018.

ROSEMÉRI B. RODRIGUES DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura e Desporto

ANEXO I

Candidato: _____

CPF: _____

Telefones para contato: _____

Dias da semana e turnos disponíveis para substituição:

- ☐ 2ª feira ☐ Matutino ☐ Vespertino
☐ 3ª feira ☐ Matutino ☐ Vespertino
☐ 4ª feira ☐ Matutino ☐ Vespertino
☐ 5ª feira ☐ Matutino ☐ Vespertino
☐ 6ª feira ☐ Matutino ☐ Vespertino

Disciplinas para substituição:

- ☐ Educação Infantil ☐ Ensino Fundamental
☐ Língua Portuguesa ☐ Matemática
☐ História ☐ Geografia
☐ Inglês ☐ Arte
☐ Ciências ☐ Educação Física
☐ Ensino Religioso ☐ Educação Especial

Está classificado no Teste Seletivo 2016:

- ☐ SIM Classificação na Ed. Infantil: _____
Classificação no Ens. Fundam: _____
Classificação na Disciplina: _____

☐ NÃO

Assinatura do candidato: _____

PROCESSO LICITATÓRIO N. 028/2018

Publicação Nº 1528226

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 028/2018 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 010/2018
Chamada Pública n. 002/2018
Contrato Administrativo n. 034/2018
Contratadas: Clínica Médica Longevitta LTDA.
A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço de exames e procedimentos médicos, para atender a demanda do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 16 de fevereiro de 2018. MIRIANE SARTORI – Secretária de Saúde e Saneamento.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 029/2018

Publicação Nº 1528228

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 029/2018 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 011/2018
Chamada Pública n. 002/2018

Contrato Administrativo n. 033/2018

Contratadas: SIIM Serviços de Imagem Integrada Médica LTDA.
A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço médicos de exames de imagem, para atender a demanda do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 16 de fevereiro de 2018. MIRIANE SARTORI – Secretária de Saúde e Saneamento.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 031/2018

Publicação Nº 1527961

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 031/2018 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 012/2018
Chamamento Público n. 004/2018
Contratadas: Everton Boff & Cia Ltda, Farmácia Tarumã Ltda me, Dimeoeste Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda, Farmácia Maravilha me.
A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para aquisição de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoque. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 19 de fevereiro de 2018. MIRIANE SARTORI – Secretária Municipal de Saúde e Saneamento.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 032/2018

Publicação Nº 1528958

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 032/2018 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 013/2018
Chamada Pública n. 002/2018
Contrato Administrativo n. 039/2018
Contratadas: Protegy Sala de Vacinas e Fonoaudiologia Ltda epp.
A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço de sessões de fonoaudiologia domiciliar método bobath, terapia ocupacional e testes da orelhinha e linguinha para o Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 20 de fevereiro de 2018. MIRIANE SARTORI – Secretária Municipal de Saúde e Saneamento.

**RETIFICAÇÃO N. 001/2018 PROCESSO LICITATÓRIO
N. 021/2018**

Publicação Nº 1528972

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Pregão de Presencial n. 012/2018

RETIFICAÇÃO N. 001/2018.

O Diretor de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha - SC, LUIZ ROBERT, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, a retificação n. 001/2018 ao Edital de Pregão Presencial n. 012/2018, a qual passa a alterar os itens 01, 02, 03 e 04 do anexo I do TR. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09h30 do dia 05 de março de 2018, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Maravilha - SC, 20 de fevereiro de 2018. LUIZ ROBERT – Diretor de Transportes, Obras e Urbanismo.

Massaranduba

PREFEITURA

CO 17.2018 - MILIONÁRIO E MARCIANO

Publicação Nº 1528164

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 17/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA E MILIONÁRIO & MARCIANO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI – EPP.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa MILIONÁRIO & MARCIANO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 25.526.019/0001-05, com sede na Avenida Jandira, número 452, salas 03 e 5, bairro Indianópolis, Município de São Paulo, estado de São Paulo, neste ato representada pelo Sra. RENATA MARIA NOGUEIRA FAKRI DE ASSIS, inscrito no CPF sob o nº 064.218.898-08 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2018 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO E VIGÊNCIA

1.1. CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA MILIONÁRIO E MARCIANO, PARA APRESENTAÇÃO NA 16ª FECARROZ – FESTA CATARINENSE DO ARROZ:

- 28 de abril de 2018: 22h30min.
- Duração: 1h30min.

1.2. A vigência deste instrumento contratual é: 28 DE ABRIL DE 2018, data na qual se realizará o show.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela realização do show artístico pactuada neste instrumento, as partes ajustam que o valor total devido pela CONTRATADA a CONTRATANTE será de R\$ 65.000,00 (SESSENTA E CINCO MIL REAIS).

2.2. Fica estabelecido neste instrumento contratual que o pagamento com fulcro no art. 15, em caráter de excepcionalidade, se dará da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) na assinatura do contrato e 50% (cinquenta por cento) no dia 26/04/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. É dever da CONTRATANTE providenciar alvarás e licenças necessárias para a realização das apresentações, no que couber.

3.2. A CONTRATANTE obriga-se a fornecer boas condições para o desempenho do show, tais como, a título exemplificativo:

3.2.1. Rider: palco, som e iluminação.

3.2.2. Dois Camarins.

3.2.3. Garantia de que a apresentação não será perturbada, ficando

sob sua responsabilidade a permanência de seguranças no recinto até o término deste compromisso.

3.2.4. Pagamento do ECAD.

3.3. A segurança dos equipamentos de sonorização, iluminação e instrumentos musicais após a montagem no palco, serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

3.4. Será de exclusiva responsabilidade e expensas da CONTRATANTE a preparação, produção e veiculação de peças publicitárias, bem como, toda a ação de divulgação do evento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA se responsabiliza pela presença dos artistas na data, local e horário, para realizar sua apresentação, sob pena de multa compensatória prevista neste contrato.

4.2. A CONTRATADA se responsabiliza pelo transporte, hospedagem, traslado, abastecimento de camarins, diária de alimentação, carregadores e nota fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CAUSAS DE SUSPENSÃO DO EVENTO

5.1. Caso a apresentação não seja realizada na data, local e horário ora pactuados, por culpa direta ou indireta da CONTRATANTE, a obrigação por parte da CONTRATADA ficará resolvida para todos os fins de direito, não cabendo a CONTRATANTE qualquer tipo de indenização ou ressarcimento, acarretando em multa contratual especificada neste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA IRRETRATABILIDADE E IRREVOGABILIDADE

6.1. As partes dispõem que o presente contrato possui caráter irrevogável e irretratável, para ambas, obrigando ainda herdeiros e possíveis sucessores das pessoas jurídicas responsáveis e representantes das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MULTA CONTRATUAL

7.1. O não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas acertadas neste contrato acarretará em multa de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, bem como devolução dos valores pagos, devidamente corrigidos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PERDAS E DANOS

8.1. Caso não haja cumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento, a parte que der causa se responsabilizará por perdas e danos que causar à outra.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Fica estabelecido entre as partes que a apresentação ora pactuada não poderá, sob hipótese alguma, tomar qualquer tipo de conotação política ou religiosa, bem como associar de alguma forma ou meio, a figura dos artistas às hipóteses acima mencionadas, sem o expresse consentimento da CONTRATADA.

9.2. É facultado a CONTRATADA mencionar em seus shows, os patrocinadores.

9.3. É expressamente vedado a qualquer uma das partes transferir total ou parcialmente os direitos e as obrigações previstas, ou de qualquer forma, fazer-se substituir, salvo com prévia e expressa anuência das demais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento contratual, as partes em comum acordo elegem o foro da comarca de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

10.2. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Círio Martini, servidor público municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 14 de Fevereiro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MILIONÁRIO & MARCIANO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI - EPP
RENATA MARIA NOGUEIRA FAKRI DE ASSIS
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI

Secretário de Administração e Finanças FABIANO SPEZIA
Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

CO 18.2018 - WB SALES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS – REIRELI - ME - FELIPE DURAM

Publicação Nº 1528173

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 18/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA E WB SALES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS – REIRELI - ME

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa WB SALES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS – REIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 28.645.972/0001-52, com sede na Avenida Jandira, número 452, salas 3 e 6, bairro Indianópolis, Município de São Paulo, estado de São Paulo, neste ato representada pelo Sra. RENATA MARIA NOGUEIRA FAKRI DE ASSIS, inscrito no CPF sob o nº 064.218.898-08 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2018 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO E VIGÊNCIA

1.1. CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR FELIPE DURAM, PARA APRESENTAÇÃO NA 16ª FECARROZ – FESTA CATARINENSE DO ARROZ:

- 28 de abril de 2018: 23h59min.
- Duração: 1h30min.

1.2. A vigência deste instrumento contratual é: 28 DE ABRIL DE 2018, data na qual se realizará o show.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela realização do show artístico pactuada neste instrumento, as partes ajustam que o valor total devido pela CONTRATADA a CONTRATANTE será de R\$ 19.800,00 (DEZENOVE MIL E OITOCENTOS REAIS).

2.2. Fica estabelecido neste instrumento contratual que o pagamento com fulcro no art. 15, em caráter de excepcionalidade, se dará da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) na assinatura do contrato e 50% (cinquenta por cento) no dia 26/04/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. É dever da CONTRATANTE providenciar alvarás e licenças necessárias para a realização das apresentações, no que couber.

3.2. A CONTRATANTE obriga-se a fornecer boas condições para o desempenho do show, tais como, a título exemplificativo:

3.2.1. Rider: palco, som e iluminação.

3.2.2. Dois Camarins.

3.2.3. Garantia de que a apresentação não será perturbada, ficando sob sua responsabilidade a permanência de seguranças no recinto até o término deste compromisso.

3.2.4. Pagamento do ECAD.

3.3. A segurança dos equipamentos de sonorização, iluminação e instrumentos musicais após a montagem no palco, serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

3.4. Será de exclusiva responsabilidade e expensas da CONTRATANTE a preparação, produção e veiculação de peças publicitárias, bem como, toda a ação de divulgação do evento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA se responsabiliza pela presença dos artistas na data, local e horário, para realizar sua apresentação, sob pena de multa compensatória prevista neste contrato.

4.2. A CONTRATADA se responsabiliza pelo transporte, hospedagem, traslado, abastecimento de camarins, diária de alimentação, carregadores e nota fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CAUSAS DE SUSPENSÃO DO EVENTO

5.1. Caso a apresentação não seja realizada na data, local e horário ora pactuados, por culpa direta ou indireta da CONTRATANTE, a obrigação por parte da CONTRATADA ficará resolvida para todos os fins de direito, não cabendo a CONTRATANTE qualquer tipo de indenização ou ressarcimento, acarretando em multa contratual especificada neste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA IRRETRATABILIDADE E IRREVOGABILIDADE

6.1. As partes dispõem que o presente contrato possui caráter irrevogável e irretratável, para ambas, obrigando ainda herdeiros e possíveis sucessores das pessoas jurídicas responsáveis e representantes das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MULTA CONTRATUAL

7.1. O não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas acertadas neste contrato acarretará em multa de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, bem como devolução dos valores

pagos, devidamente corrigidos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PERDAS E DANOS

8.1. Caso não haja cumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento, a parte que der causa se responsabilizará por perdas e danos que causar à outra.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Fica estabelecido entre as partes que a apresentação ora pactuada não poderá, sob hipótese alguma, tomar qualquer tipo de conotação política ou religiosa, bem como associar de alguma forma ou meio, a figura dos artistas às hipóteses acima mencionadas, sem o expresse consentimento da CONTRATADA.

9.2. É facultado a CONTRATADA mencionar em seus shows, os patrocinadores.

9.3. É expressamente vedado a qualquer uma das partes transferir total ou parcialmente os direitos e as obrigações previstas, ou de qualquer forma, fazer-se substituir, salvo com prévia e expressa anuência das demais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento contratual, as partes em comum acordo elegem o foro da comarca de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

10.2. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Círio Martini, servidor público municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 09 de fevereiro de 2018

ARMINDO SESAR TASSI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

WB SALES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS – REIRELI - ME

RENATA MARIA NOGUEIRA FAKRI DE ASSIS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI

Secretário de Administração e Finanças FABIANO SPEZIA

Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

CO 19.2018 - F & S – PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - FERNANDO E SOROCABA

Publicação Nº 1528176

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 19/2018
QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA E F
& S – PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito

Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa F & S – PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.515.243/0001-89, com sede na Avenida Jandira, número 452, térreo, bairro Indianópolis, Município de São Paulo, estado de São Paulo, neste ato representada pelo Sra. RENATA MARIA NOGUEIRA FAKRI DE ASSIS, inscrito no CPF sob o nº 064.218.898-08 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2018 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO E VIGÊNCIA

1.1. CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA FERNANDO E SOROCABA, PARA APRESENTAÇÃO NA 16ª FECARROZ – FESTA CATARINENSE DO ARROZ:

· 30 de abril de 2018: 23h59min.

· Duração: 1h30min.

1.2. A vigência deste instrumento contratual é: 30 DE ABRIL DE 2018, data na qual se realizará o show.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela realização do show artístico pactuada neste instrumento, as partes ajustam que o valor estimado máximo devido a CONTRATANTE será de R\$ 260.000,00 (DUZENTOS E SESENTA MIL REAIS).

2.1.1. O pagamento do valor se dará através da arrecadação da bilheteria para o dia 30.04.2018 (incluindo ingressos antecipados e camarotes vendidos para o dia 30.04.2018 e a bilheteria vendida no dia 30.04.2018 a partir das 16h00min). Caso a soma do valor arrecadado para o dia do referido show ultrapasse o valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), o remanescente pertencerá ao Município e, caso não alcançar o valor máximo, o município não se responsabilizará.

2.1. O pagamento, com fulcro no art. 15 da Lei 8666/93, em caráter de excepcionalidade, se dará da seguinte forma:

2.1.1. A venda online dos ingressos para o dia do show ocorrerá até o dia 29.04.2018. Dessa forma, a apuração dos ingressos online se dará toda segunda-feira, dia em que a Prefeitura de Massaranduba repassará o pagamento desses ingressos mediante Nota Fiscal.

2.1.2. A venda antecipada dos ingressos em pontos físicos para o dia do show ocorrerá até o dia 29.04.2018. Dessa forma, a apuração dos ingressos vendidos antecipadamente se dará toda segunda-feira, dia em que a Prefeitura de Massaranduba repassará o pagamento desses ingressos mediante Nota Fiscal.

2.1.3. A venda de ingressos na bilheteria da festa ocorrida a partir do dia 26.04.2018 até às 12h00 do dia 30.04.2018, serão contabilizados e pagos ainda no dia 30.04.2018.

2.1.4. Os ingressos vendidos a partir das 12h00 h do dia 30.04.2018 serão apurados e pagos no próximo dia útil.

2.1.5. O artista se responsabiliza pela taxa de antecipação de valores da empresa responsável pela venda dos ingressos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. É dever da CONTRATANTE providenciar alvarás e licenças necessárias para a realização das apresentações, no que couber.

3.2. A CONTRATANTE obriga-se a fornecer boas condições para o desempenho do show, tais como, a título exemplificativo:

3.2.1. Rider: palco, som e iluminação.

3.2.2. Dois Camarins.

3.2.3. Garantia de que a apresentação não será perturbada, ficando sob sua responsabilidade a permanência de seguranças no recinto até o término deste compromisso.

3.2.4. Pagamento do ECAD.

3.3. A segurança dos equipamentos de sonorização, iluminação e instrumentos musicais após a montagem no palco, serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

3.4. Será de exclusiva responsabilidade e expensas da CONTRATANTE a preparação, produção e veiculação de peças publicitárias, bem como, toda a ação de divulgação do evento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA se responsabiliza pela presença dos artistas na data, local e horário, para realizar sua apresentação, sob pena de multa compensatória prevista neste contrato.

4.2. A CONTRATADA se responsabiliza pelo transporte, hospedagem, traslado, abastecimento de camarins, diária de alimentação, carregadores e nota fiscal.

4.3. A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE 500 (quinhentos) ingressos cortesia.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CAUSAS DE SUSPENSÃO DO EVENTO

5.1. Caso a apresentação não seja realizada na data, local e horário ora pactuados, por culpa direta ou indireta da CONTRATANTE, a obrigação por parte da CONTRATADA ficará resolvida para todos os fins de direito, não cabendo a CONTRATANTE qualquer tipo de indenização ou ressarcimento, acarretando em multa contratual especificada neste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA IRRETRATABILIDADE E IRREVOGABILIDADE

6.1. As partes dispõem que o presente contrato possui caráter irrevogável e irretratável, para ambas, obrigando ainda herdeiros e possíveis sucessores das pessoas jurídicas responsáveis e representantes das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MULTA CONTRATUAL

7.1. O não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas acertadas neste contrato acarretará em multa de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, bem como devolução dos valores pagos, devidamente corrigidos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PERDAS E DANOS

8.1. Caso não haja cumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento, a parte que der causa se responsabilizará por perdas e danos que causar à outra.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Fica estabelecido entre as partes que a apresentação ora pactuada não poderá, sob hipótese alguma, tomar qualquer tipo de conotação política ou religiosa, bem como associar de alguma forma ou meio, a figura dos artistas às hipóteses acima mencionadas, sem o expresse consentimento da CONTRATADA.

9.2. É facultado a CONTRATADA mencionar em seus shows, os patrocinadores.

9.3. É expressamente vedado a qualquer uma das partes transferir total ou parcialmente os direitos e as obrigações previstas, ou de qualquer forma, fazer-se substituir, salvo com prévia e expressa anuência das demais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento contratual, as partes em comum acordo elegem o foro da comarca de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

10.2. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Círio Martini, servidor público municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 14 de Fevereiro de 2018

ARMINDO SESAR TASSI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

F & S – PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

RENATA MARIA NOGUEIRA FAKRI DE ASSIS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI

Secretário de Administração e Finanças FABIANO SPEZIA

Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

Matos Costa

PREFEITURA

DISPENSA 11/2018

Publicação Nº 1529378

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC
DISPENSA DE LICITAÇÃO 5/2018 PROCESSO LICITATÓRIO 11/2018

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 084/2017, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05, artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN n. 274/16. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de licença para uso do Sistema e.ConTributo (cruzamento de informações, autos eletrônicos, suporte e consultas tributárias). Valor total de R\$: 7.020,00 (Sete Mil e Vinte Reais), que deverão ser pagos em parcelas mensais. Matos Costa, 20 de fevereiro de 2018. Marcelo Carneiro Bleixuehl - Presidente da Comissão

ERRATA 05/2018

Publicação Nº 1529374

ERRATA AVISO PREGÃO PRESENCIAL

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

PREGÃO PRESENCIAL 05/2018 PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018

A Pregoeira nomeada pelo Decreto n. 009/2018, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR o que segue: Onde se lê: 6.2.7 - Declaração de que a licitante não tenha feito doação em dinheiro, ou de bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo do Município de MATOS COSTA, conforme definido na Lei Municipal nº 3.280/2015, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo VIII. Leia -se: 6.2.7 - Declaração que não ocupa cargo político em nenhuma das esferas (federal, estadual, municipal), conforme modelo do Anexo VIII.

Matos Costa, 20 de fevereiro de 2018. Eliane Aparecida Castilho - Pregoeira

LICITAÇÃO PR 06/2018

Publicação Nº 1529380

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº06/2018-Processo nº 10/2018

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, objetivando o AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, para as Escolas Municipais, e demanda das Secretarias de Administração, Saúde, Assistência Social e Samu do município de Matos Costa. ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 08:30 horas do dia 06/03/2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:00 horas do dia 06/03/2018. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, fone (49) 35721121, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br. Matos Costa, SC, 20 de Fevereiro de 2018– Eliane Aparecida Castilho-Pregoeira.

LICITAÇÃO PR 07/2018

Publicação Nº 1529381

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº07/2018-Processo nº 12/2018

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, objetivando a AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA, através do Contrato de Repasse n.º 862323/2017/MAPA/CAIXA. ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 08:30 horas do dia 05/03/2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:00 horas do dia 05/03/2018. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, fone (49) 35721121, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br. Matos Costa, SC, 20 de Fevereiro de 2018– Eliane Aparecida Castilho-Pregoeira.

PORTARIA 224/2018

Publicação Nº 1529006

PORTARIA Nº 224/2018 – De 19 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor GABRIEL DE FREITAS, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de PROFISSIONAL na categoria funcional de ENFERMEIRO SOCORRISTA, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 16.10.2012 a 17.01.2018 a serem gozados entre os dias 19.02.18 á 20.03.18, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 19 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRECEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONVITE Nº 016-2018

Publicação Nº 1529043

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE N.º 016/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 02/03/2018 às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de CARTA CONVITE N.º 016/2018, objetivando a IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA RETANGULAR "PAVER" E DRENAGEM PLUVIAL NO PÁTIO DA E.E.B.M. INÊS TONÉLI NÁPOLI, LOCALIZADO A RUA CEL. VIDAL RAMOS, 20 – CENTRO – MELEIRO/SC, conforme Termo de Referência, cujos quantitativos estão indicados no Anexo I – Orçamento Quantitativo e Financeiro.

A integral do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 20 de fevereiro de 2018.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063-2018

Publicação Nº 1528981

PORTARIA n.º 063/2018

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2009 e suas alterações, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo 002/2017, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor CRISTIAN ZANELATTO LODETE, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de Fevereiro de 2018.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006-2018 - 19.02.2018 - IVONE KRETSCHMER GRIEP

Publicação Nº 1528125

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2.996.527 e do CPF/MF nº 987.238.989-68, residente e domiciliado na Rua do Comércio, 1488, Apto 401, Edifício Civitta, Centro, na Cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado:

IVONI KRETSCHMER GRIEP, brasileira, casada, professora de música, portadora da carteira de identidade nº 5.177.988-9 e do CPF/MF nº 470.551.702-49, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos, 2228, Centro, na Cidade de Modelo - SC, doravante somente denominada de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolvem contratar o objeto do presente contrato pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo, a Contratação de Serviços autônomos para ministrar aulas de flauta doce, teclado e trabalhar diferentes habilidades na área da música, canto e espiritualidade com crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos Cultivar no Departamento de Assistência Social do Município de Modelo - SC, com carga horária de 04 (quatro) horas semanais, por 09 (nove) meses, no período de 05 de março à 14 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à contratada o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por hora/aula, na quantidade de 170 (cento e setenta) horas, totalizando o valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), no período de 09 (nove) meses, pela prestação dos serviços do objeto do contrato e nas condições estabelecidas neste contrato. Somente serão pagas as horas efetivamente trabalhadas, não sendo pagos os feriados e pontos facultativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, a vista, mensalmente, conforme a realização do serviço, até o dia 11 do mês subsequente, mediante depósito na Conta Poupança nº 00015127-0, Operação 013, Agência 2894 de Pinhalzinho, da Caixa Econômica Federal. Nenhum pagamento será efetuado antecipadamente, a da prestação de serviço.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

O serviço prestado deverá ser de primeira qualidade, para entrega em um prazo de 09 (nove) meses a partir da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O CONTRATANTE obrigar-se-á:

Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento ficará condicionado a prestação do serviço;

Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações nos objetos fornecidos.

Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga – se – a:

Entregar objeto no prazo estabelecido, obedecendo rigorosamente os critérios estabelecidos neste contrato;

Permitir que os prepostos do Município inspecionem e fiscalizem a qualquer tempo e hora o andamento e as especificações dos serviços prestados.

Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, despesas fiscais comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamento e quaisquer outras necessárias na prestação dos serviços contratados. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços, em qualquer esfera.

Assumir as despesas decorrentes de transporte ferramentas e equipamentos, necessários à entrega do objeto licitado até o município.

CLÁUSULA SETIMA – DA INADIMPLÊNCIA

Em caso de inexecução contratual prevista no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, por culpa da contratada, fica estabelecida a multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado pelos índices oficiais.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido nenhum outro valor a título de indenização ou qualquer outro título, presente ou futuramente, sob qualquer alegação ou fundamento

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Será utilizado para o objeto do presente contrato a dotação orçamentária do orçamento vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no contrato sem o consentimento prévio do município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, por carta ou ofício, em duas vias de igual teor e forma, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de efetiva entrega.

Os recebimentos decorrentes do fornecimento objeto deste contrato deverão ser feitos diretamente ao representante legal da CONTRATADA.

Os casos omissos a este contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, as Leis Federais 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 e 8.883/94.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato de fornecimento, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que

produza seus jurídicos e legais efeitos.
Modelo (SC), aos 19 de fevereiro de 2018.

Município de Modelo Ricardo Luis Maldaner Prefeito Municipal Contratante	Ivoni Kretschmer Griep Contratada
---	--------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto:

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283-Assessor Jurídico	
---	--

EXTRATO DE CONTRATO Nº 070-2018 - OFICINERO - HENRIQUE DANIEL MAYER

Publicação Nº 1528224

Extrato de Contrato nº 070/2018
Processo Licitatório nº 015/2018
Pregão Presencial nº 005/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: HENRIQUE DANIEL MAYER 07685523973, CNPJ sob nº 26.300.441/0001-00
Valor: R\$ 19.800,00
Assinado em: 15/02/2018
Vigente até: 31/12/2018
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINEIRO NAS ATIVIDADES DE MÚSICA/CANTO, CRIAÇÃO E CONTAÇÃO DE HISTÓRIA, PROJETO DE VIDA, ESPIRITUALIDADE E DINÂMICAS DE GRUPO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS.

Modelo/SC, 15 de fevereiro de 2018.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 071-2018 - SERVIÇOS DE MECÂNICA - GB VEÍCULOS

Publicação Nº 1528466

Extrato de Contrato nº 071/2018
Processo Licitatório nº 060/2018
Pregão Presencial nº 006/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO, CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: GB VEÍCULOS LTDA, CNPJ sob nº 07.802.421/0001-85
Valor: R\$ 19.340,00
Assinado em: 15/02/2018
Vigente até: 31/12/2018
OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

Modelo/SC, 15 de fevereiro de 2018.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 072-2018 - SERVIÇOS DE CALÇAMENTO E MEIO FIO - MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 1528905

Extrato de Contrato nº 072/2018
Processo Licitatório nº 1439/2017
Pregão Presencial nº 055/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO, CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: MODELO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA – EPP, CNPJ n.º 09.344.389/0001-67
Valor: R\$ 6.907,00
Assinado em: 15/02/2018
Vigente até: 31/12/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO (CALÇAMENTO) E ASSENTAMENTO DE MEIO FIO PRÉ FABRICADO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS LIMPEZA PÚBLICA E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 15 de fevereiro de 2018.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N 02/2018

Publicação Nº 1529335

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº. 002/2018

NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

VALDIR RUBERT, Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº. 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº. 4.683 de 20 de março de 2015 que regulamenta a notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Mondaí, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Período da liberação dos recursos: 19/02/2018 a 20/02/2018.

ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO (R\$)
	Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	
Programa	ATENÇÃO BÁSICA	108.205,40
Programa	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hosp	58.181,39
	Transferência do Fundo Nacional de Educação – FNDE	
Programa	Salário Educação cota Municipal	77.951,90
TOTAIS GERAIS DO PERÍODOR\$		244.338,69

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionados, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, junto à Prefeitura Municipal de Mondaí, situada na Rua Laju, 420, centro, ou pelo telefone (49) 3674-3100.

Mondaí – SC, 20 de fevereiro de 2018.

Valdir Rubert

Prefeito Municipal

Jonas Carlos Scheffer Demarchi

Coordenador de Controle Interno

EXTRATO DE PREGÃO Nº 005/2018 - FMS

Publicação Nº 1529411

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do F.M.S., torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 005/2018. TIPO: Menor Preço. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos destinados para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí - Farmácia Básica - conforme especificações e

quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 08 de Março de 2018. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 08 de Março de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 20 de Fevereiro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018/PM

Publicação Nº 1528302

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 022/2018/PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018/PM
REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2018/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação futura de pessoa jurídica para fornecimento de CHOCOLATES. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC.

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 21/fevereiro/2018 até as 13:50 horas do dia 08/março/2018. Abertura da sessão no dia 08/março/2018 às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo menor preço por item, com objetivo de selecionar melhor proposta, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/novembro/2006, Decreto Municipal nº 119/2017 de 16/novembro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 20 de fevereiro de 2018

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 9

Publicação Nº 1529496

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2017

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2017, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias uteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00h às 17:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
7º	Giovana Patel Crepaldi

Morro da Fumaça, de 21 de Fevereiro de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2018

Publicação Nº 1528370

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS. RECURSO CONV. nº 2018TR001629. A RELAÇÃO COM DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO ENCONTRA-SE NO ANEXO I DO EDITAL, A EMPRESA ELIZANDRA MACIOROSKI ME VENCEU OS ITEM 1 NO VALOR DE R\$ 107.204,00 HOMOLOGADA EM 09/02/2018. EDUARDO SARTOR GUOLLO – SECRETÁRIO DO SISTEMA ECONOMICO.

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - PREGAO PRESENCIAL N° 2/2018 - PMMG

Publicação N° 1528257

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 2/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, bairro Centro, CEP 88.925-000 Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 2/2018, cujo objetivo o registro de preços para a possível e futura AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos até às 08h30min do dia 07/03/2018, com abertura no mesmo dia às 09h00min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h00min as 13h00min, de segunda a sexta-feira, ou no site www.morrogrande.sc.gov.br. Maiores informações estarão disponíveis os telefones (48) 3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br. Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

Navegantes

PREFEITURA

ERRATA PORTARIA 482/2018

Publicação Nº 1529035

ERRATA

Na publicação da Portaria 482 de 22 de Janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SERGIO NEI DA CRUZ JUNIOR matrícula 388601, ocupante do cargo EFETIVO de GUARDA MUNICIPAL DE TRANSITO, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 06/01/2018.

Leia-se:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SERGIO NEI DA CRUZ JUNIOR matrícula 388601, ocupante do cargo EFETIVO de GUARDA MUNICIPAL DE TRANSITO, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 18/01/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 187/2017 PMN

Publicação Nº 1528308

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 187/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 187/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECADASTRAMENTO DE UNIDADES CONSUMIDORAS, PARA ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DOS USUÁRIOS QUE RECEBEM ÁGUA TRATADA EM TODO MUNICÍPIO, FORNECIDA PELA SESAN-SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 187/2017 PMN

Fornecedor: INTERATIVA INTEGRADORA DE SOLUÇÕES LTDA

CNPJ: 00.934.733/00001-01

Valor: 288.000,00

Vigência: 16/02/2018 a 16/02/2019

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 16 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 21/2017 FMV

Publicação Nº 1528251

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017 FMV

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 21/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 21/2017 FMV - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MOTOSSERRA, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO E ASPIRADOR DE PÓ) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E AUXILIAR NA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 21/2017 FMV

Fornecedor: PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI – ME

CNPJ: 13.060.647/0001-50,

Valor: 3.724,00

Vigência: 20/02/2018 a 20/02/2019

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2018.

LEI 3269/2018 DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE ARTIGOS E PARÁGRAFOS DA LEI Nº 3260 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017. DE INCENTIVO FISCAL PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS.

Publicação Nº 1528992

LEI Nº. 3269 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE ARTIGOS E PARÁGRAFOS DA LEI Nº 3260 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017, DE INCENTIVO FISCAL PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam alterados os seguintes artigos e parágrafos da Lei Municipal nº 3260/2017, os quais passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído no âmbito municipal, incentivo fiscal a ser concedido à pessoa física ou jurídica com domicílio ou sede no Município de Navegantes, em apoio à realização de projetos esportivos a serem realizados no município de Navegantes, nas modalidades desportivas e paradesportivas de iniciação, rendimento, eventos comunitários de lazer e de competição que visem à produção e à difusão de bens e valores esportivos como forma de garantir a preservação do esporte da sociedade Navegantina na forma desta Lei e de regulamento específico aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo."

"Parágrafo 2º do Art. 4º - Os Certificados de Enquadramento, para efeito de captação de recursos, terão validade de noventa dias contado da data de sua expedição, cujos valores serão expressos em moeda corrente, sendo emitidos pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esportes após deliberação do COMEL."

"Parágrafo 3º do Art. 4º - A utilização do benefício por parte do contribuinte deverá ser sempre dentro do mesmo ano fiscal da emissão do Certificado de Enquadramento."

Art. 2º Os demais artigos da Lei Municipal nº 3260/2017 permanecem inalterados.

Art. 3º Esta lei entra vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Donizete José da Silva
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
Secretária de Administração e Logística

PORTARIA 529/2018 LICENÇA SAUDE

Publicação Nº 1528913

PORTARIA Nº 529 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ROSELY OLIVEIRA DA SILVA CARNIEL matrícula 63304601, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 01.02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 568/2018 LICENÇA SAUDE

Publicação Nº 1529188

PORTARIA Nº 568 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) EDICLEIA VEIGA DA SAILVA, matrícula 6322403 ocupante do cargo ACT de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 17/11/2017 a 31/01/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 569/2018 LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 1529083

PORTARIA Nº 569 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFI-CA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora EVELIN APARECIDA CARDOSO MULLER, AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas (matrícula 63295801), pelo período de 31/01/2018 À 29/07/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 613/2018 LICENÇA SAUDE

Publicação Nº 1528922

PORTARIA Nº 613 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) EVANDILMA DA SILVA CAMARGO ROMAO matrícula 6298402, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 09/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 614/2018 LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 1529084

PORTARIA Nº 614 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFI-CA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19

de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora ZAINÉ VIEIRA CUSTÓDIO DOS SANTOS, MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas (matrícula 479004), pelo período de 01/02/2018 À 30/07/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 615/2018 PRORROGA LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES

Publicação Nº 1529041

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 615 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I PRORROGAR a licença para tratamento de assuntos particulares do servidor HERCILIO ANDRE DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, no período de 04.02.2018 a 04.02.2020.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 05/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 616/2018 DETERMINA INTERRUÇÃO

Publicação Nº 1529165

PORTARIA N.º 616 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

DETERMINA INTERRUÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE

ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003.
RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno ao trabalho do servidor DOMENIA PERPETUA CORREIA DA SILVA (1672201), efetivo na função de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, 30 horas, A PEDIDO, a qual estava gozando de Licença para Tratamento de assuntos Particulares.

II A interrupção da licença e o retorno ao trabalho dar-se-ão a partir de 05/02/2018.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 624/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1529190

PORTARIA Nº 624 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SILVANA APARECIDA DA CUNHA BUNDE, matrícula 416302 ocupante do cargo EFETIVA de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 01/02/2018 a 07/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 629/2018 EXONERA

Publicação Nº 1529274

PORTARIA N.º 629 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO a senhora CLAUDIA DENISE ALVES BARBOSA DE BRITTO, com a data de 05/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 636/2018 DETERMINA INTERRUÇÃO

Publicação Nº 1529170

PORTARIA N º 636 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

DETERMINA INTERRUÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003. RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno ao trabalho do servidor ROBERTA CARLA REBELLO (89802), efetivo na função de Auxiliar de Enfermagem, 40 horas, A PEDIDO, a qual estava gozando de Licença para Tratamento de assuntos Particulares.

II A interrupção da licença e o retorno ao trabalho dar-se-ão a partir de 05/02/2018.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 642/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529272

PORTARIA N º 642 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO a senhora CATARINA EDUARDA ANGIOLETTI INÁCIO, com a data de 06/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 643/2018 EXONERA

Publicação Nº 1529287

PORTARIA N º 643 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA DESC-1 o senhor JULIO CESAR MORAES, com a data de 05/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 644/2018 EXONERA

Publicação Nº 1529292

PORTARIA N º 644 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA DESC-2 a senhora NEIDE MARIA BORTOLATO MATHIOLA, com a data de 05/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 650/2018 EXONERA

Publicação Nº 1529300

PORTARIA N º 650 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA DESC-1 o senhor ROBERSON CARLOS KOLLN, com a data de 05/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 651/2018 EXONERA

Publicação Nº 1529308

PORTARIA N º 651 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA DESC-1 a senhora SHERON LUBNA BECK LOTE-RIO, com a data de 05/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 652/2018 EXONERA

Publicação Nº 1529317

PORTARIA N º 652 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA DESC-1 a senhora SILVANA VIVIANE VIEIRA, com a data de 05/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 653/2018 EXONERA

Publicação Nº 1529326

PORTARIA N º 653 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA DESC-2 a senhora TEREZA CRISTINA SOCORRO DOS SANTOS, com a data de 05/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 654/2018 EXONERA

Publicação Nº 1529339

PORTARIA N º 654 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA DESC-1 a senhora WALQUIRIA MELO DE JESUS, com a data de 05/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 655/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529290

PORTARIA N º 655 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA DESC-2 o senhor JULIO CESAR MORAES, com a data de 06/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 656/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529297

PORTARIA N º 656 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA DESC-1 a senhora NEIDE MARIA BORTOLATO MATHIOLA, com a data de 06/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 657/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529305

PORTARIA N º 657 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de

DIRETOR DE ESCOLA DESC-2 o senhor ROBERSON CARLOS KOLLN, com a data de 06/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 658/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529311

PORTARIA N º 658 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA DESC-2 a senhora SHERON LUBNA BECK LOTERIO, com a data de 06/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 666/2018 READAPTA

Publicação Nº 1529153

PORTARIA Nº 666 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I. READAPTAR a servidora MARCIA MENDES, AGENTE SERVIÇOS GERIAS, matrícula 183703, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 01/02/2018, conforme ofício nº 13 da Junta Médica.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA 669/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1529201

PORTARIA Nº 669 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SILVANA APARECIDA DA CUNHA BUNDE, matrícula 416302 ocupante do cargo EFETIVA de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 01/02/2018 a 07/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA 673/2018 PRORROGA LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES

Publicação Nº 1529046

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 673 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I PRORROGAR a licença para tratamento de assuntos particulares do servidor RUTH KOHLER, ocupante do cargo de Atendente Posto de Saúde, no período de 21.01.2018 a 22.01.2020.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 09/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA 676/2018 DETERMINA INTERRUPTÃO

Publicação Nº 1529172

PORTARIA Nº 676 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

DETERMINA INTERRUPTÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003.

RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno ao trabalho do servidor ROSANEGLA DA SILVA DO NASCIMENTO (6279101), efetivo na função de Professora, A PEDIDO, a qual estava gozando de Licença para Tratamento de assuntos Particulares.

II A interrupção da licença e o retorno ao trabalho dar-se-ão a partir de 08/02/2018.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA 678/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1529198

PORTARIA Nº 678 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARIA SOLANGE PEREIRA FORNARI, matrícula 114305 ocupante do cargo EFETIVO de ORIENTADOR SOCIAL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 11/12/2017 a 08/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA 681/2018 DETERMINA INTERRUPTÃO

Publicação Nº 1529177

PORTARIA Nº 681 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

DETERMINA INTERRUPTÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003. RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno ao trabalho do servidor ROBERTA CARLA REBELLO (89802), efetivo na função de Auxiliar de Enfermagem, 40 horas, A PEDIDO, a qual estava gozando de Licença para Tratamento de assuntos Particulares.

II A interrupção da licença e o retorno ao trabalho dar-se-ão a partir de 05/02/2018.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA 685,686,687/2018 LICENÇA SAUDE

Publicação Nº 1529192

PORTARIA Nº 685 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELIANE APARECIDA DA LUZ , matrícula 166212 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 05/12/2016 a 04/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA Nº 686 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELIANE APARECIDA DA LUZ , matrícula 166210 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 05/12/2016 a 04/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA Nº 687 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELIANE APARECIDA DA LUZ , matrícula 166206 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 05/12/2016 a 04/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA 688/2018 LICENÇA SAUDE

Publicação Nº 1528923

PORTARIA Nº 688 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) RONISE DE AZEVEDO matrícula 159701, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 05/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA 689/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529323

PORTARIA N º 689 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA DESC-2 a senhora SILVANA VIANE VIEIRA, com a data de 06/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

BEATRIZ FERREIRA RAMSDORF DE SOUZA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

PORTARIA 690/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529332

PORTARIA N º 690 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA DESC-1 a senhora TEREZA CRISTINA SOCORRO DOS SANTOS, com a data de 06/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

BEATRIZ FERREIRA RAMSDORF DE SOUZA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

PORTARIA 691/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529341

PORTARIA N º 691 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de

DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA DESC-2 a senhora WALQUIRIA MELO DE JESUS, com a data de 06/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

BEATRIZ FERREIRA RAMSDORF DE SOUZA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

PORTARIA 721/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529283

PORTARIA N º 721 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO I o senhor JONES VIEIRA, com a data de 15/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 724/2018 PRORROGA LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES

Publicação Nº 1529050

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 724 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I PRORROGAR a licença para tratamento de assuntos particulares do servidor ROSILENE LUNA - 6217002, ocupante do cargo de Monitora de Educação Infantil, no período de 10.02.2018 a 10.02.2020.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 10/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 735/2018 PRORROGA LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES

Publicação Nº 1529048

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 735 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I PRORROGAR a licença para tratamento de assuntos particulares do servidor ADRIANA BORTOLATTO GUAREZI FELET - 170703, ocupante do cargo de Professora, no período de 15.02.2018 a 15.02.2020.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 15/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 736/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1529075

PORTARIA N º 736 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) LUCIANE BOZA DELGADO (matrícula 6192301), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ENFERMEIRO – 40 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 15.02.2018 a 16.03.2018, referente ao período aquisitivo de 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15 de fevereiro de 2018 a 16 de março de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 15.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 750 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1527801

PORTARIA Nº 750 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços Nº 187/2017 PMN, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECADASTRAMENTO DE UNIDADES CONSUMIDORAS, PARA ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO DOS USUÁRIOS QUE RECEBEM ÁGUA TRATADA EM TODO MUNICÍPIO, FORNECIDA PELA SESAN-SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 187/2017.

FISCAL: PATRICK PAULO DOS SANTOS - (TITULAR)

FISCAL: HUMBERTO GALVEZ JUNIOR - (SUPLENTE)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 752/2018 EXONERA

Publicação Nº 1529280

PORTARIA N º 752 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de GERENTE DE ESPORTE EDUCACIONAL o senhor HÉLIO DEMÉTRIO, com a data de 16/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 753/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529336

PORTARIA N º 753 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de CHEFE DE SEÇÃO o senhor VALMIR MACIEL, com a data de 16/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 774/2018 LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES

Publicação Nº 1529057

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 774 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER a licença para tratamento de assuntos particulares a servidora ADRIANA DE AVILA, ocupante do cargo de VIGIA, com 40 horas, pelo período de 16.02.2018 a 07.07./2019 (506 DIAS RESTANTES)

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 16.02.2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 779/2018 PRORROGA LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES

Publicação Nº 1529053

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 779 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I PRORROGAR a licença para tratamento de assuntos particulares do servidor PRISCILA CRISTINA REGIS, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, no período de 18.02.2018 a 18.02.2020.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 18/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 784/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1529207

PORTARIA Nº 784 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de

maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VALMIR CESAR FRANCISCO , matrícula 1641803 ocupante do cargo COMISSIONADO de SECRETARIO, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 04/01/2018 a 31/01/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 786/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1529313

PORTARIA N º 786 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GERENTE DE ESPORTE EDUCACIONAL o senhor SIDINEY VENTURA, com a data de 19/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 791/2018 LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 1529081

PORTARIA N º 791 DE 205 DE FEVEREIRO DE 2018
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora ELIZABETE CORREIA NEICIAK, AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas (matrícula 63331902), pelo período de 20/02/2018 À 18/08/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos partir de 20/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 525,526,527/2018 DETERMINA
INTERRUPÇÃO**

Publicação Nº 1529162

PORTARIA N º 525 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

DETERMINA INTERRUPÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003.

RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno ao trabalho do servidor RAFAEL DOS SANTOS (464606), efetivo na função de PROFESSOR, 20 horas, A PEDIDO, a qual estava gozando de Licença para Tratamento de assuntos Particulares.

II A interrupção da licença e o retorno ao trabalho dar-se-ão a partir de 01/02/2018.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 526 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

DETERMINA INTERRUPÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003.

RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno ao trabalho da servidora ELIANE ANEZIA DIAS (17987046), efetiva na função de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 30 horas, A PEDIDO, a qual estava gozando de Licença para Tratamento de assuntos Particulares.

II A interrupção da licença e o retorno ao trabalho dar-se-ão a partir de 01/02/2018.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 527 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

DETERMINA INTERRUPTÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003. RESOLVE:

I DETERMINAR o retorno ao trabalho da servidora JANAY CUSTODIO DA SILVA DOS SANTOS (1976505), efetiva na função de MONITORA DE EDCUAÇÃO INFANTIL, 30 horas, A PEDIDO, a qual estava gozando de Licença para Tratamento de assuntos Particulares.

II A interrupção da licença e o retorno ao trabalho dar-se-ão a partir de 01/02/2018.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 528, 570/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1529063

PORTARIA N º 528 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ROSELI MARIA BURGONNOVO (matrícula 244202), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM – 40 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 01.02.2018 a 01.05.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de fevereiro de 2018 a 01 de maio de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 01.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 570 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) JAIRO MANOEL DE SOUZA (matrícula 303101), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas, para usufruir de 60 (SESSENTA) dias, pelo período de 01.02.2018 a 01.04.2018, referente ao período aquisitivo de 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de fevereiro de 2018 a 01 de abril de 2018, restando ainda 30 (trinta) dias deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 01.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 660,661,662/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1529064

PORTARIA N º 660 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) SANDRA RUBIA FERNANDES ROSA (matrícula 20801), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 01.02.2018 a 02.03.2018, referente ao período aquisitivo de 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de fevereiro de 2018 a 02 de março de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 01.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA N º 661 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) DILVA SANTOS DE JESUS (matrícula 2056502), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 01.02.2018 a 01.05.2018, referente ao período aquisitivo de 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de fevereiro de 2018 a 01 de maio de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir

de 01.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA N º 662 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) CATIA CILENE FERREIRA (matrícula 19401), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA DE ANOS INICIAIS – 40 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 01.02.2018 a 01.05.2018, referente ao período aquisitivo de 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de fevereiro de 2018 a 01 de maio de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 01.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIAS 663,664,665/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1529068

PORTARIA N º 663 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) LILIANE MARIA FERREIRA (matrícula 213302), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM – 40 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 05.02.2018 a 05.05.2018, referente ao período aquisitivo de 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de fevereiro de 2018 a 05 de maio de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 05.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA N º 664 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ANA LUCIA SAES AGULHARI (matrícula 222009), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ORIENTADORA ESCOLAR – 40 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 05.02.2018 a 06.03.2018, referente ao período aquisitivo de 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de fevereiro de 2018 a 06 de março de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 05.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA N º 665 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) GERSON ADEMIR FAGUNDES (matrícula 182702), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSOR – 10 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 05.02.2018 a 06.05.2018, referente ao período aquisitivo de 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de fevereiro de 2018 a 06 de maio de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 05.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIAS 667,668/2018 LICENÇA SAUDE

Publicação Nº 1529205

PORTARIA N º 667 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARIA CLARA DE LIMA CONDE, matrícula 63352701 ocupante do cargo ACT de AGENTE SERVIÇOS

GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 09/12/2017 a 31/01/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA Nº 668 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ANDREA CARLA PIMENTA, matrícula 307306 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 19/12/2017 a 07/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIAS 670,671,672,682/2018 LICENÇA MATERNIDADE

Publicação Nº 1529145

PORTARIA N º 670 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora MARIA CLARA DE LIMA CONDE, AGENTE SERVIÇOS GERAIS - ACT – 40 horas (matrícula 63352701), pelo período de 01/02/2018 À 30/07/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA N º 671 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das

suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora PAULA CRISTINA GONÇALVES, PROFESSORA - ACT – 20 horas (matrícula 1974204), pelo período de 05/02/2018 À 03/08/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos partir de 05/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA N º 672 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora MARI JANAINA PASSOS DA LUZ, AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas (matrícula 63352701), pelo período de 01/02/2018 À 30/07/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos partir de 01/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIA N º 682 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora DANIELA DE TOFFEL, PROFESSORA - EFETIVA – 40 horas (matrícula 6241201), pelo período de 05/02/2018 À 03/08/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos partir de 05/02/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretaria de Administração e Logística Interina

PORTARIAS 725,726,727,728/2018 LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 1529078

PORTARIA N º 725 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) GISELE ROCHA BRAGA (matrícula 6256701), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ENFERMEIRO ESF – 40 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 14.02.2018 a 15.03.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de fevereiro de 2018 a 15 de março de 2018, restando ainda 30 (trinta) dias deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 14.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 726 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) MERI ROSANE LOURENÇO DA SILVA (matrícula 71106), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de SUPERVISORA ESCOLAR – 40 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 14.02.2018 a 15.03.2018, referente ao período aquisitivo de 1992/1997.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de fevereiro de 2018 a 15 de março de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 14.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N 727 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ROSANGELA OLIVEIRA MACELAN RAMSDORF (matrícula 62701), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de

PROFESSORA – 40 horas, para usufruir de 30 (TRINTA) dias, pelo período de 09.02.2018 a 10.03.2018, referente ao período aquisitivo de 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de fevereiro de 2018 a 10 de março de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 09.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 728 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) CATIA CRISTINA DA SILVA (matrícula 359505), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas, para usufruir de 90 (TRINTA) dias, pelo período de 14.02.2018 a 14.05.2018, referente ao período aquisitivo de 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de fevereiro de 2018 a 14 de maio de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 14.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1529018

PORTARIA Nº 767 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) KARINE DALL AGNOL matrícula 63359801, ocupante do cargo ACT de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 16/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 771 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ANA MATILDE DA SILVA matrícula 222811, ocupante do cargo EFETIVA de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 15/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 772 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ANA MATILDE DA SILVA matrícula 222812, ocupante do cargo EFETIVA de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 15/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 769 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VARINIA MARISTANY ANDRADE matrícula 154609, ocupante do cargo EFETIVA de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 15/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 770 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SUELY DE LURDES BASSO matrícula 410503, ocupante do cargo EFETIVA de AGENTE SERVIÇOS GERAIS pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 16/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 768 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) DARLANE DOS SANTOS matrícula 63267901, ocupante do cargo EFETIVA de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 16/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 773 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a)

LUCILIA DE SOUZA matrícula 222811, ocupante do cargo EFETIVA de PROFESSORA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 15/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 776,777/2018 LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1529079

PORTARIA N º 777 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) JAISON FERNANDO LOTERIO (matrícula 1673102), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSOR – 20 horas, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 17.02.2018 À 17.05.2018, referente ao período aquisitivo de 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de fevereiro de 2018 a 15 de maio de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 17.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 776 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) NOELI MARTINS DE AZEREDO LEAO COUTINHO (matrícula 6268801), pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM - PSF – 40 horas, para usufruir de 60 (SESSENTA) dias, pelo período de 19.02.2018 a 19.04.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de fevereiro de 2018 a 14 de abril de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 14.02.2018, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 782, 783/2018 LICENÇA SAÚDE

Publicação Nº 1529028

PORTARIA Nº 782 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) LAURA MILENE BANDEIRA CREMONESE matrícula 1736907, ocupante do cargo EFETIVA de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 15/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 783 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) GERSON BORBA matrícula 10201, ocupante do cargo EFETIVO de VIGIA pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 14/02/2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 33/2018 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

Publicação Nº 1528541

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 033, de 07 de Fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1851, de 28 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$519.807,14 (Quinhentos e dezenove mil, oitocentos e sete reais e quatorze centavos) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	09	SECRET.MUNICIPAL DE TURISMO E DES. ECONÔM.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	23	Comercio e Serviços	
Sub-função	451	Infra-Estrutura Urbana	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Atividade	1030	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS MULTIUSO	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.83	R\$519.807,14

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do provável excesso de arrecadação do exercício de 2018, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1851/2017 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 07 de Fevereiro de 2018.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1528027

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, no uso de suas atribuições, com fulcro na lei municipal nº 1.026/2001, e de conformidade com o parágrafo quarto, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 – LRF, faz saber a quem interessar possa, que fará realizar Audiência Pública para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referentes ao terceiro quadrimestre do exercício de 2017, no seguinte local, data e horário:

Local – Sala de Sessões da Câmara de Vereadores

Rua São Pedro , nº 19

Data – 28 de fevereiro de 2018

Horário – 14:00 horas

Desta forma, ficam convocados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública.

Nova Erechim, (SC), 20 de fevereiro de 2018.

Ramirez Tapia

Prefeito Municipal

Leandro da Silva
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N.º 001/2018 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ERECHIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).**

Publicação Nº 1528352

CONTRATO N.º 001/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ERECHIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, a Câmara Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.802.947/0001-89, com sede à Rua São Pedro, NR- 19, CEP 89865-000, na cidade de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Senhor RAFAEL KNAKIEWICZ, brasileiro, solteiro, vereador, inscrito no CPF sob o n.º 080.627.539-13, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1.885, Centro Executivo Imperatriz, sala 1.307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1735, de 20/05/2014. .

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, pela CONTRATADA, ao Sistema Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades:

- I – promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina;
- II – inclusão digital das Câmaras de Vereadores;
- III – disponibilização de informações e serviços ao cidadão;
- IV – acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;
- V – divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;
- VI – promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal;
- VII – economia dos recursos públicos.

Parágrafo único.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no “Caderno de Serviços” do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais), para os serviços previstos na Cláusula Primeira e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2018	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2018
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 280,00	R\$ 3.024,00
VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2018			R\$ 3.024,00

Parágrafo primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2018, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, poderá ser corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.024,00(três mil e vinte e quatro reais), em parcela única com vencimento para 28/02/2018.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2018.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de rescisão contratual, após prévia suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- c.1) A rescisão contratual não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e
- g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;

- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões do sistema contratado pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e rescisão do presente contrato.

Parágrafo primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATADA poderá rescindir o presente contrato.

Parágrafo terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da

publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Florianópolis – SC, 05 de janeiro de 2018.

RAFAEL KNAKIEWICZ
Presidente da Câmara Municipal de Nova Erechim
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ALFREDO CARLOS MERIGO
Secretário Geral da Câmara de Vereadores

FERNANDA ROSA SOCAL
Gestora de Contrato do CIGA

ANEXO I

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

A Câmara Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, constitui o Senhor RAFAEL KNAKIEWICZ, brasileiro, solteiro, vereador, inscrito no CPF sob o n.º 080.627.539-13,, como seu representante no Contrato n.º 001/2018, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis – SC, 05 de Janeiro de 2018.

RAFAEL KNAKIEWICZ
Presidente da Câmara Municipal de Nova Erechim
CONTRATANTE

ANEXO II

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATADA

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) constitui a Gerente Administrativa como sua representante para fiscalizar a execução do Contrato n.º 001/2018, celebrado com o Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina.

Florianópolis – SC, 05 de Janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 073/2018

Publicação Nº 1527823

PORTARIA Nº 073/2018
Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal JUCILANIA TAMANINI, matrícula nº 6567, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência C, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, do Quadro de Servidores Efetivos deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 05 de fevereiro de 2018 a 05 de maio de 2018, conforme resultado pericial datado de 05/02/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 074/2018

Publicação Nº 1527820

PORTARIA Nº 074/2018
Concede Readaptação

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 090/2017, que Prorrogou a Readaptação ao Servidor Público Municipal NORBERTO CIPRIANI, matrícula nº 10, concursado, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência I, (Ensino Fundamental - Geografia), com 15 (quinze) horas semanais, lotado na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 04 de fevereiro de 2018 a 02 de agosto de 2018, conforme resultado pericial datado de 06/02/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 080/2018 "A"

Publicação Nº 1527870

PORTARIA Nº 080/2018 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocada conforme Decreto nº 018/2017, EDNA MAGOLI KOERICH, matrícula nº 7294, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi – Centro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 07 de fevereiro de 2018 a 06 de fevereiro de 2019, em Substituição a Titular Daiane Facchin Till, afastada conforme Portaria nº 046/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2017

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EDNA MAGOLI KOERICH, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Gentil Bottamedi, nº 280, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 046.636.469-56, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada

Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2018 a 30 de junho de 2018, em Substituição ao Titular Élio Will, afastado conforme Portaria nº 065/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 048/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor PAULO ROBERTO RODRIGUES, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 117, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 494.282.099-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.544,48 (hum mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2018 a 30 de junho de 2018, em Substituição ao Titular Élio Will, afastado conforme Portaria nº 065/2018.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa

equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 048/2018)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Paulo Roberto Rodrigues
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2018.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 102/2018

Publicação Nº 1527833

PORTARIA Nº 102/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 001/2018, de 29 de janeiro de 2018, convocada conforme Decreto nº 012/2018, SUELI DE FÁTIMA RODRIGUES GOMES, matrícula nº 7702, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 05 (cinco) horas semanais (Ensino Fundamental – Disciplina Matemática) na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer

Sobrinho, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2018 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público, consoante com o art. 2º da Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014 .

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 049/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SUELI DE FATIMA RODRIGUES GOMES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Érico Osvaldo Feller, 290, Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 281.900.410-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, com 05 (cinco) horas semanais (Ensino Fundamental – Disciplina Matemática) , na Escola Municipal de Educação Básica João bayer Sobrinho – Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 373,55 (trezentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de a contar de 15 de fevereiro de 2018 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público, consoante com o art. 2º da Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014 .

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado,

mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 049/2018)

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 01 (uma) hora diária, totalizando 05 (cinco) horas semanais obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 fevereiro de 2018

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Sueli de Fatima Rodrigues Gomes
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 103/2018

Publicação Nº 1527841

PORTARIA Nº 103/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 001/2018, de 29 de janeiro de 2018, convocada conforme Decreto nº 012/2018, ELIANA BATTISTI LACERDA, matrícula nº

7703, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A com 20 (vinte) horas semanais (Educação Especial - Libras) na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2018 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público, consoante com o art. 2º da Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014 .

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 050/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora ELIANA BATTISTI LACERDA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Estrada Geral – Alto Pitanga, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 081.743.799-16, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A com 20 (vinte) horas semanais (Educação Especial - Libras) na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2018 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público, consoante com o art. 2º da Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014 .

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena

de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 050/2018)

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04(quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 fevereiro de 2018

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Eliana Battisti Lacerda
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 104/2018

Publicação Nº 1527847

PORTARIA Nº 104/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo

Simplificado nº 003/2017, de 20 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, KAMILA TRINOTTI, matrícula nº 7704, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Disciplina – Educação Física), sendo 10h na Escola Municipal de Educação Básica Pe José da Poian, 05h Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho e 05h no Centro Municipal de Educação Infantil Pe. Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público consoante com o artigo 2º da Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 051/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora KAMILA TRAINOTTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Estrada do Morro da Cruz, 2015, Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 051.930.409-85, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Disciplina – Educação Física) sendo 10h na Escola Municipal de Educação Básica Pe José da Poian, 05h Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho e 05h no Centro Municipal de Ed Infantil Pe. Rossi, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (um mil, quatrocentos e noventa e quatro e reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado contar de 15 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público consoante com o artigo 2º da Lei Municipal nº

2.553, de 21 de outubro de 2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso prévio.

(Contrato 051/2018)

- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Kamila Trainotti
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 105/2018

Publicação Nº 1527853

PORTARIA Nº 105/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de

acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,;

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2018, de 20 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, ADRIÉLIA MARTIM, matrícula nº 7705, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola –), no Centro Municipal de Educação Infantil Pe. Rossi, Centro, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, em substituição a Titular, Rosimar Darós, afastada conforme Portaria Nº 283/2017A.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 052/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ADRIÉLIA MARTIM, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Geral Colônia, s/o, Bairro Colônia, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 072.219.319-09 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escola), no Centro Municipal de Educação Infantil Pe. Rossi, - Centro, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22(hum mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato podrá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato 052/2018)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Adriélia Martim
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2018.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA N° 106/2018

Publicação Nº 1527857

PORTARIA N° 106/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2017, de 20 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, JULIANA DA SILVA, matrícula nº 7706, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 15 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2018

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 053/2018**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JULIANA DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Joaquim Geraldo, nº 819, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 038.831.259-97, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.988,44 (dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 15 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 053/2018)

- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Juliana da Silva
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 107/2018

Publicação Nº 1527866

PORTARIA Nº 107/2018**Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº

095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2017, de 20 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, JANDERLENE LAURINDO, matrícula nº 7707, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche/Itinerante), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 16 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma) e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de fevereiro de 2018

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 054/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JANDERLENE LAURINDO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José Antônio Soares, nº 1650, Bairro Ribanceira do Sul, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 045.390.089-51, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche/Itinerante), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 16 de fevereiro de 2018 a 19 de

dezembro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 054/2018)

- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 16 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Janderlene Laurindo
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 16 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 109/2018

Publicação Nº 1527892

PORTARIA Nº 109/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de

acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de 21 de outubro de 2017, convoca da conforme Decreto nº 003/2018, ALICE MAZERA, matrícula nº 7709, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais (Disciplina Artes), na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito de Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 19 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público, consoante artigo 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 055/2018**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ALICE MAZERA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Felipe Schimidt, nº 4079, Bairro Ponta Fina Sul, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 096.768.959-70, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, (Disciplina Artes), com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Distrito de Agutí, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 19 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público, consoante artigo 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

(Contrato 055/2018)

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal.

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Alice Mazera
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 048, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528066

DECRETO N.º 048, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM MÓVEL QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em especial o Artigo 53 VII c/c o Decreto Lei n.º 3.365/41 e demais alterações,

CONSIDERANDO que no início do corrente ano, por conta da mudança da sede da empresa Indústria e Comércio de Laticínios Veneza LTDA., inscrita no CNPJ 04.915.352/0001-28, foi colocado a disposição do Município através de termo de cessão gratuita pelo prazo de 01 (um) ano, no pátio da garagem municipal, um contêiner refrigerado com as seguintes características: 40' x 12m x 2,90m, (comp. 12m x larg. 2,40m x alt. 2,90m,);

CONSIDERANDO que a cessão de uso de forma gratuita ficou condicionada tão somente a conservação do equipamento até a solicitação de devolução por parte da empresa;

CONSIDERANDO que referido equipamento passou a ser utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, para acondicionamento da merenda escolar, garantindo assim a qualidade/durabilidade dos alimentos perecíveis, fator que facilitou a logística de distribuição dos alimentos para as unidades escolares e creches do Município a partir da Garagem Municipal, mantendo os custos da operação sob controle;

CONSIDERANDO que ficou constatado que a utilização desse equipamento para armazenamento da merenda escolar se mostrou eficiente, gerando por consequência, menor custo aos cofres públicos, diante da possibilidade de realização de compras em maiores quantidades, oportunizando oferta de preços melhores;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público, ante comprovação da eficácia do equipamento no sistema de abastecimento/distribuição de merenda escolar no Município de Nova Veneza/SC, conforme relatório técnico em anexo;

CONSIDERANDO o princípio da menor onerosidade aos cofres públicos, diante da viabilidade em desapropriar o equipamento já alocado na garagem municipal, que recebeu ao longo do ano investimento/adequação para garantir o acondicionamento da merenda escolar da rede Municipal de Ensino de Nova Veneza.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, o bem móvel consubstanciado em 01 (um) contêiner refrigerado com as seguintes características: 40' x 12m x 2,90m, (comp. 12m x larg. 2,40m x alt. 2,90m,), avaliado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Parágrafo único: Para fins de avaliação da área de terra mencionada deverá ser considerada a avaliação realizada pela Comissão Permanente de Avaliação, nomeada através do Decreto Municipal n.º 177, de 20 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta de orçamento próprio do Município de Nova Veneza.

Art. 3º - A desapropriação a que se refere o presente Decreto é considerada de urgência, para os efeitos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941, com suas modificações posteriores.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 01 de fevereiro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 01 de fevereiro de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 053, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528038

DECRETO N.º 053, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

"REGULAMENTA OS ARTS. 14 E 15 DA LEI MUNICIPAL N.º 2.580, DE 25 DE AGOSTO DE 2017, QUE DISPÕEM SOBRE A EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO FIRMADOS COM O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 44, caput, da Instrução Normativa n.º 14/2012 do TCE/SC,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta a execução e fiscalização dos contratos de gestão firmados entre o Poder Público e as entidades qualificadas como organização social, nos termos da Lei Municipal n.º 2.580, de 25 de agosto de 2017.

Art. 2º - A execução dos contratos de gestão celebrados por organização social será fiscalizada:

I - pelo órgão, entidade ou Secretaria supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada;

II - por comissão de monitoramento e avaliação designada.

Art. 3º - A entidade qualificada apresentará ao órgão, entidade ou Secretaria do Poder Público supervisora signatária do contrato, a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao período.

§1º - O prazo para apresentação dos documentos elencados no caput não poderá ultrapassar 60 (sessenta) dias corridos, contados

a partir do efetivo desembolso financeiro por parte do Poder Público.

§2º - Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§3º - A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Art. 4º - Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência a autoridade competente, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 01 de fevereiro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 01 de fevereiro de 2018.

PREGÃO PRESENCIAL 09/2018-FMS - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1528289

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2018-FMS - AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL.

O Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza/SC, TORNA PÚBLICO a todos os interessados em participar do processo de licitação relativo ao edital supramencionado, cujo objeto é a aquisição de produtos de uso e consumo médico, cirúrgico e de enfermagem, destinados às unidades de saúde da rede de atenção básica do Município de Nova Veneza/SC, a retificação da descrição dos itens 57, 58, 59 e 60 constantes no anexo I – Termo de Referência que segue ao edital

Ainda, nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, comunica que esta prorrogando a data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 07/03/2018 às 8:30 horas, na sala de licitações deste Município.

A retificação encontra-se disponível no site oficial do Município, www.novaveneza.sc.gov.br.

Nova Veneza, 20 de fevereiro de 2018.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL 32/2018 - I RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1528912

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2018 - AVISO DE REABERTURA DE EDITAL.

O Município de Nova Veneza/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, TORNAR PÚBLICO a todos os interessados, a retificação do Anexo I – Termo de Referência, do edital supramencionado, o qual possui como objeto, a locação de caminhão prancha, retroescavadeira e trator de esteira, com inclusão de operador, manutenção e combustível, destinados aos serviços efetuados pelas Secretarias de Agricultura e de Transportes e Obras do Município

de Nova Veneza/SC

A retificação encontra-se disponível no site oficial do Município, www.novaveneza.sc.gov.br.

Nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, determina a data para entrega e abertura dos envelopes deste certame para o dia 07/03/2018 às 13:30 horas, na sala de licitações deste Município.

Nova Veneza, 20 de fevereiro de 2018.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Orleans

PREFEITURA

2.791 FIXA O PISO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA ED BASICA

Publicação N° 1527947

LEI N. 2.791 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

FIXA O PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito do Município de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Orleans, em R\$ 2.455,35 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), para a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentarias constantes do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.

Orleans/SC, 16 de fevereiro de 2018; 134 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito.

MARIO COAN
Secretario de Administração

2.792 RECONHECE DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES (CIGA)

Publicação N° 1527941

LEI N. 2.792 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR, PAGAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito do Município de Orleans, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas de exercícios anteriores, em favor do credor, conforme abaixo relacionado:

Credor	CNPJ	Valor R\$
CIGA – Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.	09.427.503/0001-12	945,00

Parágrafo Único. A despesa a que se refere esse artigo trata da contratação de serviços de tecnologia da informação, referentes ao ano de 2013, contratados no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, e não pagos.

Art. 2º Em conformidade com os prescritos no artigo anterior deste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder o reconhecimento, empenhamento, liquidação e pagamento das respectivas despesas de exercícios anteriores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 16 de fevereiro de 2018; 134 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito.

MARIO COAN
Secretario de Administração

2.793 ALTERA A LEI 1.957

Publicação Nº 1528461

LEI COMPLEMENTAR N. 2.793 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.957 DE 09 DE MAIO DE 2006.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito do Município de Orleans, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo XII da Lei nº 1.957, de 09 de maio de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XII**HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO****SÉRIES INICIAIS**

Nº	CARGO	ESCOLARIDADE MÍNIMA E JORNADA DE TRABALHO
01	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	Alfabetizado. Jornada Semanal: 40 horas
02	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	Alfabetizado. Jornada Semanal: 40 horas
03	Gari	Alfabetizado. Jornada Semanal: 40 horas
04	Lixeiro	Alfabetizado. Jornada Semanal: 40 horas
05	Pintor	Alfabetizado. Jornada Semanal: 40 horas
06	Cozinheiro	4ª Série do 1º Grau. Jornada Semanal: 40 horas
07	Motorista	4ª Série do 1º Grau; Carteira Nacional de Habilitação "AD". Jornada Semanal: 40 horas
08	Vigia	4a. Série do 1o. Grau Jornada Semanal: 40 horas

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

01	Contínuo	8ª Série do 1º Grau. Jornada Semanal: 40 horas
02	Carpinteiro	8ª Série do 1º Grau. Jornada Semanal: 40 horas
03	Pedreiro	8ª Série do 1º Grau com, experiência na área, comprovada em carteira. Jornada Semanal: 40 horas.
04	Auxiliar de Manutenção de Máquinas e Equipamentos	8ª Série do 1º Grau. Jornada Semanal: 40 horas
05	Operador de Equipamentos	8ª Série do 1º Grau. Carteira Nacional de Habilitação "AD". Jornada Semanal: 40 horas

ENSINO MÉDIO

01	Almoxarife	2º Grau Completo e conhecimento em informática Jornada Semanal: 40 horas
02	Auxiliar Administrativo	2º Grau Completo e conhecimento em informática. Jornada Semanal: 40 horas
03	Desenhista	Escolaridade: a) 2º Grau completo profissionalizante. b) 2º Grau completo. Conhecimento de programas de computação gráfica. Jornada Semanal: 40 horas
04	Auxiliar de Fiscalização de Saúde	2o. Grau Completo; Carteira Nacional de Habilitação B; Conhecimento de Informática: Word, Excel e Access;
05	Recepcionista	2o Grau Completo e conhecimentos de informática Jornada Semanal: 40 horas

06	Secretária Executiva	2º Grau Completo e conhecimento em informática e Redação. Jornada Semanal: 40 horas
07	Técnico Agrícola	2º Grau Completo Profissionalizante Jornada Semanal: 40 horas
08	Topógrafo	2º Grau completo Profissionalizante Jornada Semanal: 40 horas
09	Técnico em Contabilidade	Escolaridade: 2º Grau completo profissionalizante e conhecimento de informática. Jornada Semanal: 40 horas.
10	Técnico de Informática	Escolaridade 2º Grau completo Profissionalizante Jornada Semanal: 40 horas
11	Telefonista	Escolaridade: 2º Grau Completo ou Cursando Jornada Semanal: 40 horas.
12	Eletricista	Escolaridade: 2º Grau Completo e Curso Técnico na Área. Jornada Semanal: 40 horas.
13	Mecânico	Escolaridade: 2º Grau Completo e Curso Técnico na Área. Jornada Semanal: 40 horas
14	Auxiliar Tributário	Escolaridade: 2º Grau Jornada Semanal: 40 horas

NÍVEL SUPERIOR

01	Administrador	Curso Superior em Administração e registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas
02	Arquiteto	Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo, com registro no Conselho ou Órgão competente Jornada Semanal: 40 horas
03	Assistente Social	Curso Superior de Assistência Social, com registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas
04	Analista de Sistemas	Curso Superior de Analista de Sistemas, com registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas
05	Auditor Fiscal de Tributos	Curso Superior de Direito, Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Arquitetura, Engenharia, Matemática, Informática. Jornada Semanal: 40 horas
06	Bioquímico	Curso Superior de Farmácia com especialização em Bioquímica, com registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas
07	Contador	Escolaridade: Curso Superior em Ciências Contábeis e registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas
08	Enfermeiro	Curso Superior de Enfermagem e registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas
09	Engenheiro Agrônomo	Curso Superior em Agronomia e registro no Conselho ou Órgão Competente Jornada Semanal: 40 horas
10	Engenheiro Civil	Curso Superior em Engenharia Civil e registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas
11	Farmacêutico	Escolaridade: Curso Superior em Farmácia e registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas
12	Fiscal de Saúde	Ensino Superior completo, em nível de bacharelado, nos cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Farmácia-Bioquímica, Ciências Biológicas, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia, Nutrição, Engenharia Física, Administração, Direito e em áreas a serem definidas em regulamento desta Lei.
13	Fiscal de Obras	Ensino Superior Completo, em nível de bacharelado nos cursos de engenharia civil ou Arquitetura. Jornada Semanal: 40 horas
14	Fonoaudiólogo	Curso Superior em Fonoaudiologia e registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas
15	Psicólogo	Curso Superior em Psicologia e registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas
16	Médico	Curso Superior em Medicina e registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 20 horas
17	Médico Veterinário	Curso superior em Medicina Veterinária e registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 40 horas

18	Nutricionista	Curso Superior em Nutrição e registro no Conselho ou Órgão competente. Jornada Semanal: 20 horas
19	Odontólogo	Curso Superior em Odontologia e Registro no Conselho competente. Jornada Semanal: 20 horas

HABILITAÇÃO DOS CARGOS ISOLADOS

SERVIDORES EM ATIVIDADE

01	Auxiliar de Laboratório	2o Grau Profissionalizante Jornada Semanal: 40 horas semanais
02	Atendente de Enfermagem	Escolaridade: 1º Grau completo. Curso de Auxiliar de Enfermagem . Jornada Semanal: 40 horas
03	Datiloscopista	2o Grau Completo; Jornada: 40 horas semanais
04	Tesoureira	Segundo Grau Completo Jornada: 40 horas semanais
05	Diretor de Planejamento	Curso Superior de Engenharia Civil, com registro no CREA. Jornada Semanal: 40 horas
06	Mestre de Obras	Escolaridade: 4ª Série do 1º Grau Jornada Semanal: 40 horas

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor os demais dispositivos da Lei nº 1.957 de 09 de maio de 2006.

Orleans/SC, 20 de fevereiro de 2018; 134 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente lei nesta secretaria de administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN
Secretário de Administração

2.974 - ALTERA A LEI 2.333 - CH/ESCALA SAMU

Publicação Nº 1528464

LEI COMPLEMENTAR N. 2.794 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.333 DE 29 DE JUNHO DE 2010.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito do Município de Orleans, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o O artigo 1º da Lei nº 2.333 de 29 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º Fica o Município autorizado a criar cargos e vagas de motorista socorrista e técnico de enfermagem socorrista, por tempo determinado, para execução dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, conforme quadro a seguir:

Nome do Cargo	Vagas	Requisitos/Exigências	C.H. com Escala	Vencimento
Motorista Socorrista	05	* Ensino médio Completo. * Carteira Nacional de Habilitação "D" ou "E", com atividade remunerada. * certificado de participação em Curso de Direção Defensiva.	12h (doze) ininterruptas por 48h (quarenta e oito) de descanso.	R\$ 1.683,83
Técnico de Enfermagem/Socorrista	05	* Ensino médio completo e Curso Regular de Técnico em Enfermagem. * Certificado ou Diploma de Técnico em Enfermagem, devidamente registrada no Conselho Regional de Enfermagem (COREN)	12h (doze) ininterruptas por 48h (quarenta e oito) de descanso.	R\$ 1.683,83
Total de vagas	10			

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor os demais dispositivos da Lei nº 2.333

de 29 de junho de 2010.

Orleans/SC, 20 de fevereiro de 2018; 134 anos da Fundação e 104 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicada a presente lei nesta secretaria de administração, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN
Secretário de Administração

CONVITE AUDIENCIA PUBLICA TERCEIRO QUADRIMESTRE

Publicação Nº 1528465

C O N V I T E

A Prefeitura Municipal de Orleans, em cumprimento ao que determina a Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de responsabilidade Fiscal) convida Vossa Senhoria para a Audiência Pública de Prestação de Contas, referente à execução orçamentária do terceiro quadrimestre de 2017.

Data: 27 de fevereiro de 2018

Horário: 18h.

Local: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Orleans.

Desde já contamos com Sua participação.

Atenciosamente,

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PROCESSO Nº 28/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1529383

PROCESSO Nº 28/2018

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 9/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 13/03/2018 às 08h30min. Abertura das Propostas: dia 13/03/2018, às 09h00min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 20 de Fevereiro de 2018.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL 12/2018

Publicação Nº 1528298

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2018

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 09 de março de 2018, às 14:00 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão publica para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 12/2018, que consiste na contratação de empresa para, fornecimento de veículo Okm e motocicletas para uso dos Agentes de Transito do Municio de Palhoça conforme edital. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de Fevereiro de 2018. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

PREGAO PRESENCIAL RP 11/2018

Publicação Nº 1528260

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2018

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 07 de março de 2018, às 14:00 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão publica para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP - Nº. 11/2018, que consiste na contratação de empresa para, fornecimento de materiais de construção e elétrico para o Município de Palhoça conforme edital. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de Fevereiro de 2018. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

Publicação Nº 1528380

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2018

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de utensílios de cozinha para uso nas unidades de ensino do município de Palhoça, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

CÉLIA REGINA WAMBOMMEL ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01, 02, 03, 04 e 05, totalizando R\$191.334,73 (cento e noventa e um mil e trezentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos).

Palhoça, 20 de fevereiro de 2018.

RESULTADO HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 137/2017

Publicação Nº 1528363

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº137/2017

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº137/2017, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que consiste na contratação de empresa para desenvolvimento de projeto executivo de engenharia para construção de uma ponte rodoviária sobre o Rio Cubatão, entre as ruas João Carlos Ferreira e Jacob Villain Filho, no bairro Guarda do Cubatão, neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS:
ESTEL ENGENHARIA LTDA EPP
IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

Palhoça, 20 de fevereiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 21/2018

Publicação Nº 1528714

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 21/2018. Modalidade: Pregão Presencial 11/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS. Data da entrega dos envelopes: 06/03/2018 até as 08:30 horas. Data da abertura: 06/03/2018 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 20 de Fevereiro de 2018. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 22/2018

Publicação Nº 1528717

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 22/2018. Modalidade: Pregão Presencial 12/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL. Data da entrega dos envelopes: 07/03/2018 até as 08:30 horas. Data da abertura: 07/03/2018 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 20 de Fevereiro de 2018. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 23/2018

Publicação Nº 1528719

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 23/2018. Modalidade: Tomada de Preço 01/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM POSTES DE REDE ELÉTRICA DA CELESC. Data da entrega dos envelopes: 09/03/2018 até as 08:30 horas. Data da abertura: 09/03/2018 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 20 de Fevereiro de 2018. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE 3º ADITIVO AO CONTRATO 030/2017 - STARJET CARTUCHOS REM LTDA

Publicação Nº 1528288

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao contrato Nº 030/2017 , vinculado ao Processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2017. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA : STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA , com sede em Rua : Dona Francisca ,4349 , Santo Antônio ,Joinville/SC . Objeto : Aditamento de prazo de validade com vigência até 31 de Dezembro de 2018 .Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 20 de Fevereiro de 2018. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

1992/2018

Publicação Nº 1529073

DECRETO Nº 1992/2018

"Dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, Elisandro dos Santos Costa e dá outras providências".

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes conferem o Art. 64, Inciso VI, XIV, XXIII, XLIII.

DECRETA

Art. 1º Fica delegado competência a Servidor Público Municipal ELISANDRO DOS SANTOS COSTA, ocupante do cargo de Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento para responder, interinamente, por todos os atos inerentes a processos Licitatórios tais como, solicitação, autorização para abertura de processo administrativo de licitação, assinatura em editais, publicações, relatórios, pareceres, atas de registro de preço, contratos, podendo para tanto praticar todos os atos necessários.

§ 1º A delegação será válida até a data de 23 de Fevereiro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos até o dia 23 de Fevereiro de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Paraíso (SC), em 16 de Fevereiro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e

Publicado na forma da Lei.

Paraíso(SC), 16 de Fevereiro de 2018.

Servidor) Responsável

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2018

Publicação Nº 1528263

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/8
Processo Nº.: 13/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2018

No dia 16 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 583, bairro CENTRO, CEP nº. 8906-000, nesta cidade de Paraisópolis/SC, representado pelo(a) SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO, o Sr(a). ELISANDRO DOS SANTOS COSTA, inscrito no CPF sob o nº. 028.708.259-86, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 6/2018, Processo Licitatório nº. 13/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GRUPOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8241	CAYE & MOURA COMÉRCIO LTDA ME	28, 69, 100, 104, 105, 106, 107, 115
8482	D&G CONSULTORIA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI -ME	5, 11, 23, 31, 38, 40, 41, 46, 51, 52, 60, 65, 68, 76, 79, 98, 103
7303	DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME	2, 7, 8, 9, 12, 29, 42, 48, 61, 77, 110, 117
8441	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	25, 26, 27, 59, 62, 63, 102, 108, 109, 111
8337	LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME	1, 22, 30, 35, 36, 37, 50, 53, 58, 71, 72, 81, 101, 112, 116
8403	MAICON NARCISO-ME	4, 13, 14, 15, 24, 32, 33, 34, 43, 44, 45, 47, 54, 55, 56, 57, 64, 74, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 114, 118, 120
8780	PEGASUS ATACADISTA LTDA - EPP	19, 39, 73, 80
8781	PREMIER COMERCIO LTDA - ME	3, 10, 16, 17, 18, 20, 21, 49, 66, 67, 70, 75, 91
7888	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CAYE & MOURA COMÉRCIO LTDA ME	13.519.726/0001-87	JEFFERSON LUIZ CAYÊ	892.333.609-20
D&G CONSULTORIA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI -ME	79.515.722/0001-39	DANILO NARDI	076.168.999-00
DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME	03.508.291/0001-11	IVANETE MARTA DALLA VECCHIA MAF	430.205.509-04
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	13.772.057/0001-50	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI	041.562.419-39
LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME	15.082.583/0001-14	CLEYTON RICARDO LAZAROTTO	884.567.571-87
MAICON NARCISO-ME	08.869.085/0001-50	MAICON NARCISO	049.413.729-05
PEGASUS ATACADISTA LTDA - EPP	14.797.430/0001-90	UYLSON CARDOSO THOMÉ	071.887.989-90
PREMIER COMERCIO LTDA - ME	11.688.438/0001-20	MARCIO LUIZ ELEODORO	016.976.359-54
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME	04.303.600/0001-80	LUIZ FLACH	883.832.700-97

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GRUPOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DE PARAISO/SC
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7303 - DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	BARBANTE 08 FIOS 100% ALGODÃO - ROLO COM 300 METROS	RL	EUROROMA	30,000	8,2500	247,50
11	CADERNO ESPIRAL 96 FOLHAS - CAPA FLEXIVEL - PEQUENO	UND	PANAMERICA	250,000	1,9300	482,50
23	CLIPS COLORIDO MEDIO Nº 3/0 - caixa com 50 UND	CX	BACCHI	155,000	2,4400	378,20
31	E.V.A. DECORADO TAM 40X60 2MM (CORES E DECORAÇÕES SORTIDAS)	UND	HAITI	540,000	2,4500	1.323,00
38	ESTILETE LARGO COM TRAVA	UND	BRW	125,000	1,1000	137,50
40	E.V.A. ESCOVADO TAM. 40X60 2MM (CORES SORTIDAS)	UND	HAITI	720,000	2,0800	1.497,60
41	E.V.A. LISO TAM. 40X60 2MM (CORES SORTIDAS)	UND	HAITI	2.870,000	1,0000	2.870,00
46	GIZ BRANCO C/ 64 BASTÕES	CX	DELTA	15,000	1,4000	21,00
51	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR GALVANIZADO 23/8, CAIXA C/ 5.000 UND	CX	BRW	80,000	8,5000	680,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/8
 Processo Nº.: 13/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

Fornecedor: 7303 - DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
52	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR COBREADOS 26/6 FABRICADOS COM ARAME DE AÇO REVESTIDO RESISTENTE A OXIDAÇÃO. CAIXA COM 5.000 UNIDADES - Indicados para grampear até 20 folhas	CX	BRW	250,000	2,5500	637,50
60	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO	UND	BRW	1.336,000	1,3500	1.803,60
65	PAPEL CAMURÇA - CORES SORTIDAS	UND	VMP	210,000	0,4900	102,90
68	PAPEL DOBRADURA CORES SORTIDAS	FLS	VMP	310,000	0,2200	68,20
76	PAPEL SEDA - CORES SORTIDAS	UND	VMP	50,000	0,1400	7,00
79	PASTA PLASTICA COM ELASTICO - SORTIDAS	UND	VMP	780,000	1,1600	904,80
98	TESOURA GRANDE	UND	BRW	30,000	3,6300	108,90
103	TINTA P/ CARIMBO 40ML PRETO	UND	CARBRINK	20,000	2,2000	44,00

Fornecedor: 7888 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	APONTADOR DE PLASTICO SEM DEPÓSITO, RETANGULAR, LÂMINA DE AÇO - CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	LIKE	51,000	2,2000	112,20
10	CADERNO ESPIRAL 48 FOLHAS - CAPA FLEXIVEL - PEQUENO	UND	PANAMERICA	570,000	0,8800	501,60
16	CANETAS HIDROCOR COM 24 UND	PCT	LEO E LEO	340,000	4,5000	1.530,00
17	CARTOLINA AMARELA	UND	SÃO MIGUEL	700,000	0,3900	273,00
18	CARTOLINA AZUL	UND	SÃO MIGUEL	700,000	0,3900	273,00
20	CARTOLINA ROSA	UND	SÃO MIGUEL	720,000	0,3900	280,80
21	CARTOLINA VERDE	UND	SÃO MIGUEL	700,000	0,3900	273,00
49	GRAMPEADOR METALICO PROFISSIONAL CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATE 210 FOLHAS, PINTURA EPOXI (LIQUIDA), MOLA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMATICA, GRAMPO ABERTO E FECHADO - COM AJUSTE DE PROFUNDIDADE, GRAMPOS TIPO 23/8	UND	JOCAR	17,000	64,0000	1.088,00
66	PAPEL CONTACTIL TRANSPARENTE	MTS	IMPRI	760,000	1,4800	1.124,80
67	PAPEL CREPOM - CORES SORTIDAS	UND	RST	550,000	0,5500	302,50
70	PAPEL DUPLEX - CORES SORTIDAS	UND	RST	1.700,000	0,6600	1.122,00
75	PAPEL PARDO 20 KG	RL	IRATI	10,000	98,5000	985,00
91	PINCEL PARA PINTURA Nº 14	UND	LEO E LEO	30,000	1,7500	52,50

Fornecedor: 8337 - LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25	COLA BASTAO 9G	UND	make	275,000	0,5700	156,75
26	COLA BRANCA 1KG	UND	piratininga	80,000	4,7900	383,20
27	COLA BRANCA 40GR C/6	PCT	frama	205,000	3,0200	619,10
59	MARCADOR DE TEXTO C/12 UND - SORTIDOS	CX	radex	29,000	9,8900	286,81
62	MASSA PARA MODELAR COM 12 CORES, A BASE DE AMIDO, NÃO TÓXICA. EMBALAGEM 180G.	UND	acrilix	600,000	1,9900	1.194,00
63	MOLHA DEDO GLICERINA 12G	UND	radex	80,000	1,4500	116,00
102	TINTA GUACHE 250 ML - CORES DIVERSAS	FR	piratininga	650,000	2,0000	1.300,00
108	TINTA TECIDO 250ML - CORES SORTIDAS	UND	acrilix	120,000	8,8000	1.056,00
109	TNT 1,40 X 50M - CORES SORTIDAS	M	sb	3.000,000	0,8200	2.460,00
111	CALCULADORA GRANDE 12 DIGITOS	UND	classe	12,000	8,4500	101,40

Fornecedor: 8403 - MAICON NARCISO-ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALGODÃO 25 GR	CX	ALGOBOM	15,000	1,5000	22,50
22	CD-RW	UN	MULTILASER	180,000	0,6700	120,60
30	DVD VIRGEM	UND	MULTILASER	140,000	0,5800	81,20
35	ENVELOPE 24 X 34 - BRANCO	UND	FORONI	1.000,000	0,2000	200,00
36	ENVELOPE 24 X 34 - PARDO	UND	FORONI	800,000	0,1400	112,00
37	ENVELOPE 24 X 34 AMARELO	UND	FORONI	800,000	0,1600	128,00
50	GRAMPEADOR METALICO CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 25 FOLHAS, PINTURA EPOXI (LIQUIDA), APOIO DA BASE MATERIAL PLASTICO POLIETILENO, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO, MOLA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMATICA, GRAMPO ABERTO E FECHADO - GRAMPEAR ATÉ 25 FOLHAS E ALFINETA ATÉ 15 FOLHAS, CAPACIDADE DE CARGA DE UM PENTE DE 208 GRAMAS TIPO 26/6	UND	ADECK	60,000	10,1000	606,00
53	GRAMPOS PARA PASTAS - TIPO TRILHO 80 mm - CAIXA COM 50 UNIDADES - AÇO ESTANHADO - COMPRIMENTO DA LINGUETA (HASTE) 50mm. Capacidade para prender até 300 folhas de papel ofício.	CX	ACC	125,000	5,1500	643,75
58	LIVRO PONTO TIPO OFÍCIO COM 100 FOLHAS, FOLHAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE, POSSUIR CAMPO PARA 4 ASSINATURAS (EXPEDIENTE NORMAL E PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO: HORA EXTRA) MINIMO: 218MMX319MM	UND	SD	20,000	11,0000	220,00
71	PAPEL LAMINADO - CORES DIVERSAS	UND	VMP	290,000	0,6000	174,00
72	PAPEL MICROONDULADO - CORES SORTIDAS	UND	VMP	550,000	1,0200	561,00
81	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS P/70 FOLHAS	UND	CIS	22,000	66,9000	1.471,80
101	TINTA FACIAL com 20 gr - CORES DIVERSAS	UND	YUR	140,000	10,0000	1.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 3/8
 Processo Nº.: 13/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

Fornecedor: 8403 - MAICON NARCISO-ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
112	BLOCO AUTOADESIVO 50X50MM NEON CORES C/ 250FLS	UND	NOTEFIX	230,000	3,2000	736,00
116	PERFURADOR DE PAPEL PROFISISONAL COM 02 FUROS, ESTRUTURA DE METAL CAPACIDADE ATÉ 150 FOLHAS PERFURADORES EM AÇO TEMPERADO E AFIADOS ESCALA PARA AJUSTE DO FORMATO DE PAPEL. DIMENSÕES COM EMBALAGEM: 16X15X36 cm (LxAxC)	UND	CIS	5,000	66,9000	334,50

Fornecedor: 8441 - JP EQUIPAMENTOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	UND	Carbrink	31,000	2,4000	74,40
7	CADERNO BROCHURA 48 FOLHAS - CAPA FLEXIVEL - PEQUENO	UND	Credeal	1.000,000	0,8300	830,00
8	CADERNO BROCHURA CAPA DURA COM 48 FOLHAS - pequeno	UND	Credeal	350,000	1,7500	612,50
9	CADERNO DE DESENHO ESPIRAL COM 48 FOLHAS - GRANDE	UND	Credeal	570,000	1,8900	1.077,30
12	CAIXA ARQUIVO MORTO - PAPELÃO - TAMANHO: 25x35, 5x13,5	UND	Braga	920,000	1,1500	1.058,00
29	CORRETIVO LIQUIDO 18 ML C/12	CX	Frama	19,000	9,7000	184,30
42	FITA EMPACOTAMENTO 45X45MT	RL	Adelbras	180,000	1,8000	324,00
48	GIZ DE CERA FINO - CAIXA COM 12 CORES - NÃO TÓXICO - MEDINDO APROXIMADAMENTE 9 cm de altura	CX	Acrillex	250,000	1,1500	287,50
61	MASSA PARA MODELAR 150G - CORES DIVERSAS	UND	Splash Acrylic	1.100,000	2,2000	2.420,00
77	PAPEL VERGE C/100 FLS	PCT	Masterprint	28,000	10,9600	306,88
110	ISOPOR FOLHA	UND	Placterm	50,000	2,1000	105,00
117	CLIPS COLORIDO CX C/100 UN	CX	Bachi	50,000	2,3000	115,00

Fornecedor: 8482 - D&G CONSULTORIA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI -ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
28	COLA GLITER 35GR - CORES SORTIDAS	UND	Acrillex	360,000	1,7900	644,40
69	PAPEL DUPLA FACE - CORES SORTIDAS	UND	VMP	1.750,000	0,3600	630,00
100	TESOURA PARA TECIDO	UND	MaxPrint	92,000	9,3100	856,52
104	TINTA PARA PINCEL ATOMICO 37 ML - COR AZUL	FR	Pilot	10,000	6,3800	63,80
105	TINTA PARA PINCEL ATOMICO 37 ML - COR PRETO	FR	Pilot	10,000	6,3800	63,80
106	TINTA PARA PINCEL ATOMICO 37 ML - COR VERMELHO	FR	Pilot	10,000	6,3800	63,80
107	TINTA PARA PINCEL ATOMICO 37 ML - COR VERMELHO	FR	Pilot	10,000	6,3800	63,80
115	TINTA SPRAY - SECAGEM RAPIDA - 400 ML - TODAS AS CORES	UND	Vonder	25,000	9,2500	231,25

Fornecedor: 8780 - PEGASUS ATACADISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	BALÃO LISO SORTIDO Nº 07 - PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	JOY	100,000	3,9500	395,00
13	CANETAS ESFEROGRAFICAS AZUL CX C/ 50 (MARCAS ACEITÁVEIS: BIC, FABER CASTELL E PILOT)	CX	BIC	58,000	22,5000	1.305,00
14	CANETAS ESFEROGRAFICAS PRETO CX C/ 50 (MARCAS ACEITÁVEIS: BIC, FABER CASTELL E PILOT)	CX	BIC	33,000	22,5000	742,50
15	CANETAS ESFEROGRAFICAS VERMELHA CX C/ 50 (MARCAS ACEITÁVEIS: BIC, FABER CASTELL E PILOT)	CX	BIC	17,000	22,5000	382,50
24	CLIPS METAL Nº 04 - 500GR	CX	MASTER	52,000	4,9000	254,80
32	ENVELOPE 16 X 22 - BRANCO	UND	IPECOL	1.000,000	0,1300	130,00
33	ENVELOPE 16 X 22 - PARDO	UND	IPECOL	800,000	0,0900	72,00
34	ENVELOPE 16 X 22 AMARELO	UND	IPECOL	800,000	0,1300	104,00
43	FITA PAPEL 19X50	RL	EUROCEL	159,000	2,6500	421,35
44	FITA PAPEL 25X50	RL	EUROCEL	142,000	3,5000	497,00
45	FITA PAPEL 38X50	RL	EUROCEL	152,000	5,9500	904,40
47	GIZ COLORIDO C/ 64 BASTOES	CX	DELTA	15,000	1,6500	24,75
54	LAPIS DE COR GRANDE C/24 CORES	CX	INJEX	850,000	4,6000	3.910,00
55	LAPIS DE COR GRANDE COM 12 CORES	CX	INJEX	550,000	2,0500	1.127,50
56	LAPIS PRETO CX C/144 UN	CX	INJEX	41,000	18,9000	774,90
57	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS	UND	TILIBRA	10,000	5,1000	51,00
64	NOVELO DE LÃ COM 10 gramas - CORES DIVERSAS	UND	CWB	25,000	3,9500	98,75
74	PAPEL OFICIO COLORIDO 100 FL - cores sortidas	PCT	SENINHA	148,000	4,1500	614,20
78	PASTA CATÁLOGO COM 100 FOLHAS DE PLASTICO - COR PRETA	UND	DAC	20,000	13,4500	269,00
82	PINCEL ATOMICO PONTA FINA CX C/12 UN	CX	LEONORA	24,000	12,3000	295,20
83	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA CX C/12 UN	CX	BRW	43,000	13,6400	586,52
84	PINCEL PARA PINTURA Nº 06	UND	LEONORA	30,000	1,2500	37,50
85	PINCEL PARA PINTURA Nº 12	UND	LEONORA	30,000	1,6000	48,00
86	PINCEL PARA PINTURA Nº 00	UND	LEONORA	100,000	1,0900	109,00
87	PINCEL PARA PINTURA Nº 02	UND	LEONORA	70,000	1,0900	76,30
88	PINCEL PARA PINTURA Nº 04	UND	LEONORA	70,000	1,1500	80,50
89	PINCEL PARA PINTURA Nº 08	UND	LEONORA	70,000	1,3000	91,00
90	PINCEL PARA PINTURA Nº 10	UND	LEONORA	70,000	1,4000	98,00
92	PINCEL PARA PINTURA Nº 16	UND	LEONORA	30,000	1,7400	52,20
93	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	UND	JL	94,000	9,7000	911,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/8
 Processo Nº: 13/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

Fornecedor: 8780 - PEGASUS ATACADISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
94	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE	UND	JL	30,000	12,4000	372,00
95	REFIL COLA QUENTE FINA	UND	JL	2.200,000	0,2100	462,00
96	REFIL COLA QUENTE GROSSA	UND	JL	600,000	0,5000	300,00
97	REGUA PLASTICA 30CM - TRANSPARENTE	UND	WALEU	650,000	0,4600	299,00
99	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA - CORES DIVERSAS	UND	LEONORA	730,000	1,5500	1.131,50
114	PAPEL PARANÁ	UND	UNIAO	60,000	2,3000	138,00
118	CLIPS METAL Nº 06 - 500 GR	CX	MASTER	30,000	5,1000	153,00
120	PILHA PALITO AAA	UND	ALFACEL	100,000	0,4700	47,00

Fornecedor: 8781 - PREMIER COMERCIO LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	CARTOLINA BRANCA	UND	STAMARIA	1.220,000	0,2900	353,80
39	EXTRATOR PARA GRAMPO EM AÇO INOX - TIPO ESPATULA	UND	CARBRINK	70,000	1,0400	72,80
73	PAPEL OFICIO A4 210X297MM CX C/5.000 FOLHAS	CX	GLOBOTEC N	280,000	136,9000	38.332,00
80	PERCEVEJOS LATONADO - CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	PRAYON	20,000	1,0500	21,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/8
Processo Nº.: 13/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/8
Processo Nº.: 13/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 7/8
Processo Nº.: 13/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 8/8
Processo Nº.: 13/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2018**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 16 de Fevereiro de 2018.

ELISANDRO DOS SANTOS COSTA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENT

Empresas Participantes:

CAYE & MOURA COMÉRCIO LTDA ME	CNPJ: 13.519.726/0001-87	_____
D&G CONSULTORIA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI -ME	CNPJ: 79.515.722/0001-39	_____
DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME	CNPJ: 03.508.291/0001-11	_____
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CNPJ: 13.772.057/0001-50	_____
LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - ME	CNPJ: 15.082.583/0001-14	_____
MAICON NARCISO-ME	CNPJ: 08.869.085/0001-50	_____
PEGASUS ATACADISTA LTDA - EPP	CNPJ: 14.797.430/0001-90	_____
PREMIER COMERCIO LTDA - ME	CNPJ: 11.688.438/0001-20	_____
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME	CNPJ: 04.303.600/0001-80	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2018

Publicação Nº 1528413

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 11/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2018

No dia 19 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO, o Sr(a). ELISANDRO DOS SANTOS COSTA, inscrito no CPF sob o nº. 028.708.259-86, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2018, Processo Licitatório nº. 11/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PARA ATENDER OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASS DA JUVENT. DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO DE PARAISO, COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 1235/2011; E TRANSPORTE DE ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO NAS COMPETIÇÕES E EVENTOS ESPORTIVOS E RECREATIVOS FORA DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC, COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 1202/2010 Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8692	PARAISENSE TRANSPORTES LTDA	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PARAISENSE TRANSPORTES LTDA	24.261.536/0001-29	RODRIGO SCHEFFLER	066.481.139-60

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PARA ATENDER OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASS DA JUVENT. DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO DE PARAISO, COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 1235/2011; E TRANSPORTE DE ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO NAS COMPETIÇÕES E EVENTOS ESPORTIVOS E RECREATIVOS FORA DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC, COM BASE NA LEI MUNICIPAL Nº 1202/2010

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8692 - PARAISENSE TRANSPORTES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DESCONTINUADO DE PASSAGEIROS PARA EVENTOS ESPORTIVOS, CULTURAIS, RECREATIVOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM VIAGENS INTRAMUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS, COM VEICULO TIPO ONIBUS COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS MINIMAS: - CAPACIDADE MINIMA DE 45 PASSAGEIROS; - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2003.	KM	PARAISENSE	2.500,000	6,5500	16.375,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DESCONTINUADO DE PASSAGEIROS PARA EVENTOS ESPORTIVOS, CULTURAIS, RECREATIVOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM VIAGENS INTRAMUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS, COM VEICULO TIPO MICRO ONIBUS COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS MINIMAS: - CAPACIDADE MINIMA DE 25 PASSAGEIROS; - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2003.	KM	PARAISENSE	2.000,000	5,4500	10.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 2/6
Processo Nº.: 11/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 11/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 11/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 11/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do prego registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 11/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 19 de Fevereiro de 2018.

ELISANDRO DOS SANTOS COSTA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENT

Empresas Participantes:

PARAISENSE TRANSPORTES LTDA

CNPJ: 24.261.536/0001-29 _____

Passos Maia

PREFEITURA

ATO Nº 001 DE PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2018 DE PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1529217

ATO Nº 001 DE PRIMEIRA RETIFICAÇÃO
DO EDITAL Nº 001/2018 DE PROCESSO SELETIVO

O Senhor LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo, torna público a retificação do Edital nº 001/2018 de Processo Seletivo, nos seguintes termos:

1. Fica Excluído deste edital de Processo Seletivo o Cargo de Agente Comunitário de Saúde (micro área 08).
2. Fica alterada a Carga Horária do Cargo de Agente Comunitários de Saúde (todas as micro áreas), para 40h/s, conforme legislação vigente.
3. Fica alterada a Carga Horária e o Salário do Cargo de Agente de Combate às Endemias, para 20h/s e consequentemente o Salário para R\$ 507,00.
4. Fica alterada a Carga Horária e o Salário do Cargo de Fonoaudiólogo, para 20h/s e consequentemente o Salário para R\$ 1.726,31.
5. As demais regras e normas do edital permanecem inalteradas.

PASSOS MAIA, 20 de fevereiro de 2018.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 0010/2018

Publicação Nº 1528299

CONTRATO n. 0010/2018
PROCESSO LICITATORIO n. 0010/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0003/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: ALDIR CAPELETTI 92765424932

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de pessoa jurídica para ministrar aulas de violão, as quais a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2018

Passos Maia, SC, 20 de fevereiro de 2018.

Leomar Roberto Listoni
Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO 05/2018**

Publicação Nº 1528300

DECRETO Nº 05, de 21/02/2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 1.742 de 20 de dezembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Paulo Lopes, crédito adicional SUPLEMENTAR de acordo com a lei 1.742 de 20 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 236.312,00 (duzentos e trinta e seis mil trezentos e doze reais), para a suplementação do seguinte programa:

0901- SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 236.312,00

26.782.0009.1.046 - Pavimentação de Ruas R\$ 236.312,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.90.000024 - Aplicações Diretas R\$ 236.312,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito SUPLEMENTAR as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1.689, de 14 de março de 2017.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 21 de fevereiro de 2018

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretaria Municipal de Administração

EXTRATOS DE CONTRATOS - FEVEREIRO-2018

Publicação Nº 1528341

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do Contrato nº 07/2018 conforme Processo Licitatório nº 04/2018, PR Nº01/2018. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA-ME. Contratação de empresa especializada em Assessoria, supervisão do processo de controle e avaliação dos dados vinculados a educação continuada e replicação de conhecimento para os trabalhos de utilização do prontuário eletrônico, além do fornecimento de ferramentas complementares de envio de dados de produção ambulatorial da atenção básica, média e alta complexidade das Unidades de Saúde de Paulo Lopes. O valor total deste contrato é de R\$ 31.921,00 (trinta e um mil e novecentos e vinte e um reais). Data Assinatura: 07/02/2018.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do Contrato nº 08/2018 conforme Processo Licitatório nº 02/2018, CC Nº01/2018. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: VOLGELSANGER ENGENHARIA LTDA ME. O objeto desta licitação consiste na Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização de parte da Rua Heleodoro Serafim Schmidt no Bairro Ribeirão Grande - (Estaca 0 = PP à estaca 22 + 16, 746m) com extensão aproximada de 460 metros, localizada no bairro Ribeirão Grande, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. O valor total deste contrato é de R\$ 330.997,30 (trezentos e trinta mil novecentos e noventa e sete reais e trinta centavos). Data Assinatura: 16/02/2018.

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº062/2018 - PMP

Publicação Nº 1528147

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEIO FIO DE CONCRETO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI-EPP, estabelecida à Rodovia Ingo Hering nº_5.311 km 35, Bairro Margem Esquerda, CEP:89116-622 na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.567.076/0001-04, Telefone: 473332-1161, Dados Bancário: Banco Caixa Econômica Federal, Ag. 1073, C/C: 1619-0, representada, neste ato pelo Sr. Gian Carlos Alves, CPF sob o nº_721.627.759-72, Cargo/Função: Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 007/2018-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de meio fio de concreto, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 269/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 059/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	MEIO FIO	MEIO FIO 65 X 30 X 12	UN	10.000	R\$ 8,50	R\$ 85.000,00
TO-TAL						R\$ 85.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do material/produto até o local indicado na Autorização de Fornecimento, após o pedido, no prazo de até 2 (dois) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

6.2 - A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração do produto, escolhidos de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 19 de fevereiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPARELI EPP
Gian Carlos Alves
Fornecedor

TESTEMUNHAS

Nome: _____
C.P.F. nº _____

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária de Administração
De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018 - FMS

Publicação Nº 1528597

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018 - FMS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 - FMS
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E PEQUENOS REPAROS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público

interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ICOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, estabelecida à Avenida Beira Mar, nº_13.824, Bairro Ilha Comprida, CEP 11.925-000, na cidade de Balneário Monte Carlo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.524.136/0001-99, Telefone: (13) 3842-2350, E-mail: icom-sp@gmail.com, Dados Bancários: Banco do Brasil, Ag. 4.656-6, C/C: 20.335-1, representada, neste ato pelo Sr. Marcos Magno Brighenti dos Santos, CPF sob o nº_592.968.366-20, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 002/2018-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura execução de serviços de pequenos reparos e manutenção de prédios públicos mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, conforme solicitação nº 76/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores registrados para o objeto encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da execução não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de correção será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO R\$ UNITÁRIO	PREÇO R\$ TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pequenos reparos e manutenção de prédios públicos do Fundo Municipal de Saúde do Município, incluindo pedreiro, carpinteiro, pintor, Calheiro, encanador, serralheiro, calceteiro, roçador, vidraceiro e serviços gerais.	Hora/Homem	8.500	R\$ 16,00	R\$ 524.110,00
TOTAL GERAL				R\$ 136.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Para a efetiva execução do objeto da presente Ata, caberá a Empresa:

- executar os serviços disponibilizando até 4 (quatro) profissionais conforme a necessidade dos serviços;
- responsabilizar-se pela mobilização e transporte dos profissionais até o Município de Penha (no local da prestação do serviço), bem como ao local de origem, sem custos para o Município;
- realizar os serviços de acordo com normas técnicas e legislações pertinentes e vigentes a cada tipo de serviço solicitado, bem como determinações de órgãos competentes, disponibilizando pessoal qualificado para a perfeita execução do objeto, utilizando sinalização se for necessária, bem como limpeza do local;
- as despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, se necessárias, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.
- executar os serviços conforme a necessidade e solicitação da Secretaria, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;
- substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver realizando os serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os serviços de manutenção e reparos registrados neste instrumento serão efetuadas por meio Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a execução dos serviços, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta de pessoal, materiais, equipamentos e ou ferramentas que sejam necessários à execução dos serviços, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Fiscalizar o fornecimento dos serviços, o qual ficará sob responsabilidade do responsável requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica de serviços, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo ou Fundação Requisitante.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para

verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Saúde e Cultura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 19 de fevereiro de 2018.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

ICOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP
Marcos Magno Brighenti dos Santos
Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:
CPF nº.:

Nome Completo:
CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2018-FMS

Publicação Nº 1528807

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2018-FMS

Objeto: O objeto da presente chamada pública consiste no Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas, que deverão prestar serviços na realização de exames laboratoriais de diagnose em Patologia Clínica através de Requisições/Guias de Autorizações emitidas pela Secretaria de Saúde do Município de Penha, de acordo com as condições e especificações constantes no Edital.

O presente edital ficará aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 08 de março de 2018 às 09:30 horas, podendo os interessados solicitarem o credenciamento a qualquer tempo, desde que respeitadas as condições do Edital.

Local: Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 20 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO AGENTE ENDÊMICO 13º

Publicação Nº 1528651

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 02/03/2018, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 07/2017.

Cargo: AGENTE ENDEMICO
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
13º. 111172 KENNEDY CARVALHO DE AMORIM

O (a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br/ Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 20 de fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2018.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), __, de __, de ____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES 4º

Publicação Nº 1529244

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR ARTES

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 297107 Maria Luzia Stahelin Richter

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IX;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária da Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____

_____, nº. _____
 de de _____, Bairro: _____ Cida-
 _____/SC, telefone: _____
 _____/_____ e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o

crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

ANEXO IX DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES 5º

Publicação Nº 1529255

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR ARTES
 COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
 5º. 296577 Marcia Helena Wagner

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;
- l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IX;
- o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____

_____, nº. _____

Bairro: _____, Cidade: _____

de de _____/SC, telefone: _____

_____/_____/_____ e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada _____

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores

ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

ANEXO IX DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES 6º

Publicação Nº 1529256

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR ARTES

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

6º. 294718 Adriana De Oliveira Ferreira

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IX;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade: _____

de _____ de _____/SC, telefone: _____

_____, e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____

_____, residente e domiciliado na Rua _____

_____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ANEXO IX DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____

_____, residente e domiciliado na Rua _____

_____, nº. _____, Cidade de _____

pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

ANEXO IX DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 39º

Publicação Nº 1529261

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

39º. 297259 Renata Terezinha Da Silva

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos,

nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
 k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;
 l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
 m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
 n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IX;
 o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
 p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
 q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
 r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
 s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
 t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
 u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER
 Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
 () SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
 () SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
 () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____
 CPF nº. _____, RG nº. _____
 Rua= _____, nº. _____
 de _____, Bairro: _____, Cidade: _____
 de _____/SC, telefone: _____
 e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
 () SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
 () SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
 () Efetivo Cargo: _____
 () Contratado (ACT) Cargo: _____
 () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
 () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
 () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
 ENDEREÇO: _____
 RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____
 Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?
 () SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC
 () SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica,

nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ANEXO IX DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40º

Publicação Nº 1529264

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

40º. 292531 Flavia Marcelino Porto

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IX;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____,
nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____, nº. _____
_____, Bairro: _____, Cidade: _____
de _____ de _____/SC, telefone: _____
_____/_____ e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada _____
() Efetivo Cargo: _____
() Contratado (ACT) Cargo: _____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
() Efetivo em função gratificada Cargo: _____
() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS

ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____
Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____
Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC
() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____,
nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-
ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, esta-
dual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____,
nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-
ressar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO 2º

Publicação Nº 1529269

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

2º. 295700 Paulo Roberto Kuster

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IX;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2018.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____
de de _____, Bairro: _____, Cidade: _____
de de _____/SC, telefone: _____
_____/_____ e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____
() Contratado (ACT) Cargo: _____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo:

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

ANEXO IX
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE HISTÓRIA 3º

Publicação Nº 1529276

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR DE HISTORIA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

3º. 296713 Maria De Fatima De Moraes Ilha

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Original Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria,

autenticada em cartório, conforme anexo IX;

o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____

_____, nº. _____
de _____, Bairro: _____, Cidade: _____
de _____/SC, telefone: _____
_____/_____, e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o

crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

ANEXO IX DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS 4º

Publicação Nº 1529282

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR DE INGLES

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 298208 Osvado Correa De Mello Junior

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IX;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
- () SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2018.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

Bairro: _____, Cidade: _____

de de _____/SC, telefone: _____

_____/_____/_____, e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores

ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), __, de __, de ____.

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2018.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS 5º

Publicação Nº 1529286

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 284960 Greici De Almeida Gomes Chaves

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IX;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária da Administração

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2018.

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____, nº. _____
Bairro: _____, Cidade: _____
de _____ de _____/SC, telefone: _____
e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____
() Contratado (ACT) Cargo: _____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

**ANEXO IX
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
4º**

Publicação Nº 1529312

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 298095 Marina Buriol Zampirolo

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IX;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

- q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
 r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
 s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
 t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
 u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade: _____

de _____ de _____/SC, telefone: _____

_____/_____/_____ e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ANEXO IX DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE MATEMÁTICA 4º

Publicação Nº 1529328

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2018, das 08h00 às 11h30 ou das 13h30 às 17h, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2016.

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 293280 Stanley Stewart Sonnesen

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos,

nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo I;

k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo II;

l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;

m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, conforme anexo III;

n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IX;

o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 21 de Fevereiro de 2018.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade: _____

de _____ de _____/SC, telefone: _____

_____/_____/_____ e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica,

nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

**ANEXO IX
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

DECRETO Nº 3258/2018 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PENHA.

Publicação Nº 1529110

DECRETO Nº 3258/2018

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PENHA.

O Senhor Aquiles José Schneider da Costa, Prefeito do Município de

Penha, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere art. 89, inciso I, da Lei Orgânica do Município e,

DECRETA:

Art.1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 561.768,69 (Quinhentos e sessenta e um mil setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias, consoante preconiza o art. 43, §1º, I, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2914, de 30 de novembro de 2017 (LOA):

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.244.0008

Fonte de Recursos: 0.3.0035.0000 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social – IGD – SUAS

Atividade: 2.069 – Aprimoramento da Gestão do SUAS

Elemento: 3.3.90.00.00.00/43 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.951,28

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.244.0008

Atividade: 2.070 – Proteção Social Básica

Fonte de Recursos: 0.3.0035.544 - Recursos FNAS – Superávit Financeiro – BPC

Elemento: 3.3.90.00.00.00/36 – Aplicações Diretas
..... R\$ 726,74

Fonte de Recursos: 0.3.0035.542 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social – PAIF

Elemento: 3.1.90.00.00.00/39 – Aplicações Diretas
..... R\$ 64.111,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00/40 – Aplicações Diretas
..... R\$ 72.475,96

Fonte de Recursos: 0.3.0035.580 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social – Acessuas trabalho

Elemento: 3.3.90.00.00.00/44 – Aplicações Diretas
..... R\$ 145.470,72

Fonte de Recursos: 0.3.0065.582 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – Proteção Social Básica – Estado

Elemento: 3.3.90.00.00.00/49 – Aplicações Diretas
..... R\$ 6.382,19

Elemento: 4.4.90.00.00.00/50 – Aplicações Diretas
..... R\$ 24.204,86

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.244.0008

Atividade: 2.071 – Proteção Social Especial de Média Complexidade- PAEFI

Fonte de Recursos: 0.3.0035.0000 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social – PAEFI

Elemento: 3.1.90.00.00.00/41 – Aplicações Diretas
..... R\$ 47.785,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00/42 – Aplicações Diretas
..... R\$ 58.338,18

Fonte de Recursos: 0.3.0065.0000 – Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado

Elemento: 3.3.90.00.00.00/51 – Aplicações Diretas
..... R\$ 17.712,21

Elemento: 4.4.90.00.00.00/52 – Aplicações Diretas
..... R\$ 35.939,41

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.244.0008

Atividade: 2.072 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Fonte de Recursos: 0.3.0035.0000 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social – Alta Complexidade

Elemento: 3.3.90.00.00.00/45 – Aplicações Diretas
..... R\$ 52.528,41

Fonte de Recursos: 0.3.0065.0000 – Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado

Elemento: 3.3.90.00.00.00/46 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15,52

Elemento: 4.4.90.00.00.00/47 – Aplicações Diretas
..... R\$ 253,90

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 08.244.0008

Fonte de Recursos: 0.3.0035.0000 - Superávit Transf.Recursos - Bolsa Família - IGD

Atividade: 2.097 – Gestão do Bolsa-Família – IGD/PBF

Elemento: 3.3.90.00.00.00/37 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.911,18

Elemento: 4.4.90.00.00.00/38 – Aplicações Diretas
..... R\$ 8.961,94

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
Programa de Trabalho: 8.244.0008

Fonte de Recursos: 0.3.0065.0000 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – Benefícios Eventuais - Estado

Atividade: 2.098 – Gestão Benefícios Eventuais

Elemento: 3.3.90.00.00.00/48 – Aplicações Diretas
..... R\$ 0,19

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior, oriundo de repasse da União e Estado para os Programas de Assistência Social, como segue:

a) BPC – Benefício de Prestação Continuada	726,74
b) Programa Bolsa Família – Apoio à Gestão Descentralizada	29.873,12
c) Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	136.586,96
d) Piso Fixo de Média Complexidade – PAEFI	106.123,18
e) IGD – SUAS	5.951,28
f) Acessuas Trabalho	145.470,72
g) Alta Complexidade - FNAS	52.528,41
h) Proteção Social Especial de Alta Complexidade – FEAS – Custeio	15,52
i) Proteção Social Especial de Alta Complexidade – FEAS - Investimento	253,90
j) Benefícios Eventuais – FEAS	0,19
k) Proteção Social Básica – FEAS - Custeio	6.382,19
l) Proteção Social Básica – FEAS - Investimento	24.204,86
m) Proteção de Média Complexidade – FEAS - Custeio	17.712,21
n) Proteção Social Básica – FEAS - Investimento	35.939,41

Art.3ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha/SC, 20 de fevereiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte dias de fevereiro de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária da Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2018 - FMS

Publicação Nº 1529361

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura confecção e impressão de lacres de garantia (casca de ovo) para atender necessidades do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município de Penha, conforme solicitação nº 154/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 06/03/2018 às 9:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 20 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 163/2018

Publicação Nº 1528657

PORTARIA N.º 163/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, o Sr. LUIZ FERNANDO DE SOUZA, para exercer a função de Estagiária, no período de 15/02/2018 a 14/02/2019, de acordo com o Termo de Compromisso de Estágio nº 03/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 164/2018

Publicação Nº 1528676

PORTARIA N.º 164/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. PAMELA MARIA DE SOUZA LOUREIRO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 03/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA Nº 165/2018

Publicação Nº 1528684

PORTARIA N.º 165/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. KARLA CRISTINA THOMASSEN, para exercer a função de Professor Habilitado – Educação Especial, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 04/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA Nº 166/2018

Publicação Nº 1528695

PORTARIA N.º 166/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MONICA THAI-SE FISCHER LIMA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 05/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 167/2018

Publicação Nº 1528723

PORTARIA N.º 167/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. VALERIA DOS SANTOS SCHELL, para exercer a função de Professor Habilitado – Anos Iniciais, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 06/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 168/2018

Publicação Nº 1528741

PORTARIA N.º 168/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARILZA TRISTÃO DA SILVA, para exercer a função de Professor Habilitado

de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 07/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 169/2018

Publicação Nº 1528802

PORTARIA N.º 169/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CYNTHIA KOTZIAS BAPTISTA BARROSO DANKER, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 08/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 170/2018

Publicação Nº 1528805

PORTARIA N.º 170/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JOSIANE D'AVILA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 09/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA Nº 171/2018

Publicação Nº 1528809

PORTARIA N.º 171/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. PATRICIA APARECIDA SOUZA, para exercer a função de Professor Habilitado de Educação Especial, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 10/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA Nº 172/2018

Publicação Nº 1528812

PORTARIA N.º 172/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANA LUCIA BROCKWELD, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 11/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA Nº 173/2018

Publicação Nº 1528814

PORTARIA N.º 173/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARIA APARECIDA DE LIMA, para exercer a função de Professor Habilitado de Artes, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 12/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA Nº 174/2018

Publicação Nº 1528816

PORTARIA N.º 174/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ADRIELLY ANDREA DA SILVA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 13/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

PORTARIA Nº 175/2018

Publicação Nº 1528822

PORTARIA N.º 175/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CAROLAINÉ SILVEIRA KOSKUR, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 08/02/2018 a 17/12/2018, de acordo com o Contrato Temporário nº 14/2018 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

--	--

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PL 05/2018 - IN 02/2018 - FMS

Publicação Nº 1529021

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 05/2018 FMS – Inexigibilidade de Licitação 02/2018 - FMS

Objeto: A contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de Fisioterapia e Auriculoterapia conforme relação abaixo, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 04/2017 - Data do Contrato: 20/02/2018

Contratado: FISIOTERAPIA WEBER E VIEIRA LTDA ME

CNPJ: 05.591.331/0001-67

Para efeitos contábeis o valor estimado do Contrato: R\$ 30.600,00 (Trinta mil e seiscentos reais).

Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25. Site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/>, e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 20 de Fevereiro de 2018

ADRIANO JOSE KRINDGES

Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

AVISO DE LICITAÇÃO PL 22/2018 – PP 10/2018

Publicação Nº 1528860

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 22/2018 – Pregão Presencial 10/2018.

Objeto: Aquisição de peças e serviços para reforma de caminhão VW modelo 17180 ano 2001/2002, placa MER 1428 e Retro escavadeira Caterpillar 416E

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h30min do dia 07/03/2018.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 14h15min do dia 07/03/2018.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 20 de Fevereiro de 2018

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PL 23/2018 - PE 01/2018

Publicação Nº 1528866

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PERITIBA torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 23/2018 – Pregão Eletrônico 01/2018.

Objeto: Aquisição de 02 (dois) tratores agrícolas e roçadeira (contrato de repasse OGU nº 862145/2017 e 859739/2017).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 17:30 horas do dia 20/02/2018 até às 08h00min do dia 07/03/2018.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08h01 horas do dia 07/03/2018.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h30min do dia 07/03/2018.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>, www.bll.org.br e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 20 de Fevereiro de 2018

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE REVOGAÇÃO PL 17/2018 - PP 06/2018

Publicação Nº 1528871

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Estado de Santa Catarina

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba informa a todos os interessados que fica Revogado o Processo de Licitação nº 17/2018 – Pregão Presencial nº 06/2018 realizado pelo Município de Peritiba, sendo que não houveram empresas interessadas em participar do certame.

Peritiba/SC 20 de Fevereiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

PORTARIA N- | 019/2018

Publicação Nº 1527990

PORTARIA Nº 019/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os servidores de cargo do tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
MARIO RICARDO BONGIOLO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE INFORMATICA	COMISSIONADO

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 26 de Janeiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N- | 020/2018

Publicação Nº 1527994

PORTARIA Nº 020/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER a servidora Itamara Rodrigues Correa, Chefe de Setor lotada na Secretaria de Administração e Finanças, LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS por atender as exigências do Artigo 7, inciso XVIII da Constituição Federal e a ainda a Lei Municipal n.º 72/2014 (Dispõe sobre a ampliação do período de licença maternidade à servidora pública municipal para 180 dias) a contar de 09 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Fevereiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N- | 021/2018

Publicação Nº 1527998

PORTARIA Nº 021/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os servidores de cargo do tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
FELIPE AGUIAR DE OLIVEIRA	CHEFE DE SETOR DE CADASTRO RURAL	COMISSIONADO
MARILIA BARCELOS DE SOUZA	CHEFE DE SETOR DE MATERIAIS	COMISSIONADO

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Fevereiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N- | 022/2018

Publicação Nº 1527999

PORTARIA Nº 022/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Dispensar à pedido os servidores de cargo do tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
MICHELE DE MEDEIROS CASTRO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	CONTRATADO
GUILHERME STAICHOK	MEDICO ESF	CONTRATADO
HUMBERTO DE SOUZA ALANO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CONTRATADO

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Fevereiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N- | 023/2018

Publicação Nº 1528000

PORTARIA Nº 023/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o cargo dos servidores de cargo do tipo

"COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
MARIA APARECIDA ALVES MACHADO	ASSESSOR DE GABINETE	COMISSIÃO
GABRIEL DE SOUZA MEDEIROS	DIRETOR DE DEPARTAMNTO DE VIGILANCIA SANITARIA	COMISSIÃO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Fevereiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA N- 024/2018

Publicação Nº 1528003

PORTARIA Nº 024/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar o servidor de cargo do tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
MATHEUS DE SOUZA VICENTE	CHEFE DE SETOR DE ALMOXA-RIFADO	COMISSIÃO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Fevereiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA N- 025/2018

Publicação Nº 1528004

PORTARIA Nº 025/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a servidora de cargo auxiliar de serviços gerais licença sem vencimento pelo período de um ano, conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
ANGELA JULIO DE FREITAS SIMIANO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário

Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Fevereiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA N- 026/2018

Publicação Nº 1528005

PORTARIA Nº 026/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o cargo do servidor de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
FABIANO MEDEIROS DOMINGOS	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	COMISSIÃO
SILIANE DE ABREU RAMOS SILVA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA	COMISSIÃO
CRISTIANE LUIZ PABST	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	COMISSIÃO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Fevereiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA N- 027/2018

Publicação Nº 1528007

PORTARIA Nº 027/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os servidores de cargo do tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
FELIPE DA SILVA BOENO	SECRETARIO ADJUNTO DE ADMINISTRACÃO E FINANÇAS	COMISSIÃO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Fevereiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA N-! 028/2018

Publicação Nº 1528009

PORTARIA Nº 028/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os servidores de cargo do tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
MAYARA ROMAGNA BONGIOLO	MEDICA AUTORIZADORA	COMISSIO-NADO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de Fevereiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N-! 029/2018

Publicação Nº 1528010

PORTARIA Nº 029/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os servidores de cargo do tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
ISABELA NOLA DA SILVA	CHEFE DE SETOR DE PROTO-COLO	COMISSIO-NADO
ANA CRISTINA LINO MEDEIROS	ASSESSOR PEDAGOGICO	COMISSIO-NADO
JOEL DE SOUZA NASCIMENTO	SECRETARIO ADJUNTO DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE	COMISSIO-NADO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 05 de Fevereiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N-! 030/2018

Publicação Nº 1528012

PORTARIA Nº 030/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença prêmio de 90(noventa)dias, ao servidora Raquel da Silveira Barreto, matr.304, Professor, a partir de 05 de Fevereiro de 2018.

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
RAQUEL DA SILVEIRA BARRETO	PROFESSORA	EFETIVO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 05 de Fevereiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N-! 031/2018

Publicação Nº 1528014

PORTARIA Nº 031/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o cargo da servidora do tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
DINILANY AFONSO DA SILVA	CHEFE DE SETOR DE COBRANÇA	COMISSIO-NADO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 05 de Fevereiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N-! 032/2018

Publicação Nº 1528017

PORTARIA Nº 032/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002,

RESOLVE

Art. 1º. - CONCEDER a servidora ANA PAULA DELFINO EVARISTO, Professor lotada na Secretaria de Educação, LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS por atender as exigências do Artigo 7, inciso XVIII da Constituição Federal e a ainda a Lei Municipal n.º 72/2014 (Dispõe sobre a ampliação do período de licença maternidade à servidora pública municipal para 180 dias) a contar de 01 de FEVEREIRO de 2018.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 05 de Fevereiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA N-1 033/2018

Publicação Nº 1528021

PORTARIA Nº 033/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os servidores de cargo do tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
ALEXSANDRO DA LUZ VICENTE	MOTORISTA I	CONTRATADO
ROBERTO MARTINHO ROSA	MOTORISTA I	CONTRATADO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 05 de Fevereiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA N-1 034/2018

Publicação Nº 1528023

PORTARIA Nº 034/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a servidora de cargo de merendeira licença sem vencimento pelo período de seis meses com efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2018, conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo
CLEONICE MENEGALI NANDI	MERENDEIRA

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 05 de Fevereiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA N-1 035/2018

Publicação Nº 1528024

PORTARIA Nº 035/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a servidora de cargo do tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
SAMARA DOS SANTOS	CHEFE DE SETOR DE APOIO AGROPECUARIO E PESCA	COMISSIÃO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 05 de Fevereiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 09 2018 - ARBITRAGEM

Publicação Nº 1527871

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 11/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2018 – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS MUNICIPAIS 2018, NAS DIVERSAS MODALIDADES DESPORTIVAS. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h no dia 05/03/2018, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 21 de fevereiro de 2018. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL 10 2018 - PNEUS NOVOS

Publicação Nº 1528092

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 12/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (TRANSPORTE ESCOLAR). O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 06/03/2018, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 21 de fevereiro de 2018. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal em Exercício

Pinheiro Preto

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 008/2018

Publicação Nº 1528256

TERMO ADITIVO 008/2018

CONTRATO ADITADO N.º 361/2017

Termo aditivo ao Contrato de "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE"

A Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, N.º 111, inscrita no CNPJ sob n.º 82.827.148/0001-69, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Pedro Rabuske, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ALCIR ZANELLA, com situado à Rua Antonio Costenaro Filho- Centro do município de Pinheiro Preto/SC, inscrito no CPF sob n.º 295.205.689-72, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 002/2017, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o 2º semestre de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Fica aditado o contrato na seguinte forma:

CHAMADA PÚBLICA 2017.2						
Nº	Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de entrega	*Preço de aquisição (R\$)	
					Unitário (divulgado na chamada pública)	Valor Total
2	ABOBRINHA ITALIANA	Kg	3	Semanal	3,25	9,75
3	ACELGA	UND	2	Semanal	2,75	5,50
4	ALFACE	UND	4	Semanal	1,75	7,00
6	ALMEIRAO	UND	1	Semanal	2,50	2,50
7	AGRIÃO	MÇ	2	Semanal	3,45	6,90
8	BATATA DOCE	Kg	4	Semanal	3,15	12,60
10	BATATA SALSA	Kg	5	Semanal	7,49	37,45
11	BETERRABA	Kg	4	Semanal	4,40	17,60
12	BROCOLIS	Kg	2	Semanal	7,00	14,00
14	CENOURA	Kg	6	Semanal	4,00	24,00
15	CHICÓRIA	MÇ	3	Semanal	2,50	7,50
17	COUVE FLOR	Kg	4	Semanal	7,20	28,80
18	COUVE FOLHA	MÇ	4	Semanal	2,25	9,00
20	PEPINO	Kg	4	Semanal	3,00	12,00
25	REPOLHO	Kg	3	Semanal	2,50	7,50
26	RÚCULA	Kg	4	Semanal	2,50	10,00
27	TEMPERO VERDE	MÇ	8	Semanal	2,45	19,60
28	TOMATE	Kg	13	Semanal	3,75	48,75
29	VAGEM	Kg	3	Semanal	6,75	20,25
30	BANANA DO TIPO CATURRA	Kg	91	Semanal	4,15	377,65
40	DOCE DE FRUTAS	Kg	1	Semanal	22,00	22,00
					TOTAL:	R\$: 700,35

Para fins de execução, o contrato fora prorrogado para até 15/02/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 361/2017 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA
Função:10 - Saúde
Subfunção:301 - Atenção Básica
Programa:10 - Alimentação Escolar
Ação:2.31 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Despesa 109 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 137 - Outras Transferências FNDE

3.3 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como o item 13.2 do edital convocatório da licitação e cláusula VII, item 7.1, do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 30 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
ALCIR ZANELLA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Piratuba

PREFEITURA

CANCELAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 001/2018

Publicação Nº 1527936

PREFEITURA MUNICIPAL PIRATUBA - SC

CANCELAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 001/2018

Objeto: Seleção de empresa para a outorga com direito real de uso de bem publico do Projeto Municipal de Internet e Telefonia Fixa (IP) denominado "Piratuba Digital".

Do Cancelamento: Fica Cancelado o Edital em questão, em atendimento ao despacho do Secretário de Administração e Finanças do Município.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Compras do Município, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, Piratuba, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288, ou através do e-mail licitacao@piratuba.com.br.

Piratuba, SC, 19 de fevereiro de 2018.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2018

Publicação Nº 1528015

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2018

Objeto: Registro de Preços para possível fornecimento de Lanches destinados as ações desenvolvidas e acompanhadas pelo CRAS e Departamento de Assistência Social.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 15/03/2018.

Abertura: às 08h30 do dia 15/03/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 14 de fevereiro de 2018.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDDL016_2018

Publicação Nº 1527864

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº DL/PM-016/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE – APACO. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA ATENDIMENTO NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 A) Art . 24 VIII - Para aquisição por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior a vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; B) Lei Municipal nº 552/2010. Valor Total: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais) Vigência: 19/02/2018 a 31/12/2018.
Planalto Alegre- SC em 19 de Fevereiro 2018.
JUARES BET
Prefeito

EDPP017_2018

Publicação Nº 1529519

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 017/2018
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR.
Entrega dos Envelopes: 09:00hs. do dia 28 de Fevereiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 09:00hs. do dia 28 de Fevereiro de 2018.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 19 de Fevereiro de 2018.
JUARES BET
Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3364 /18 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528180

DECRETO MUNICIPAL Nº 3364 /18
DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIAS AOS SECRETARIOS MUNICIPAIS E OUTROS AGENTES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Lei Orgânica do Município e ainda,

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 62, parágrafo primeiro, e art. 74, parágrafo único, ambos da Lei Orgânica do Município de Pomerode a Lei Municipal nº 2819/2016,

DECRETA :

Art. 1º Em razão de circunstâncias de índole técnica e com intuito de dinamizar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais, nas respectivas áreas de atuação, as seguintes competências:

I) Homologar das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, assim como, as solicitações de compras referentes a contratações da respectiva Secretaria;

II) Assinar as Portarias de provimento e vacância de cargos públicos e demais de efeito individual relativos aos servidores públicos municipais;

III) Assinar as Portarias de lotação e relocação nos quadros de pessoal;

IV) Assinar as Portarias de criação de comissões e designação de seus membros;

V) Assinar as Portarias de instituição e dissolução de grupos de trabalho;

VI) Assinar as Portarias de autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa, assim como, firmar os contratos de trabalho temporários, conforme autorizado em lei;

VII) Ordenar as despesas, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara Municipal;

VIII) Resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Prefeito e forem de responsabilidade de sua pasta;

§ 1º As decisões adotadas por delegação considerar-se-ão editadas pelo delegado.

§ 2º Não é autorizada a subdelegação.

§ 3º Contra decisão delegada do Secretário, caberá revisão fundamentada por parte do Chefe do Poder Executivo, caso seja verificada erro formal ou material.

§ 4º Permanece com a Chefia do Executivo Municipal a competência de autorizar a deflagração do processo licitatório, de dispensa e inexigibilidade de licitação e outros processos de compras e contratações.

§ 5º As dispensas e inexigibilidade de licitação e outros processos

de compras e contratações diretas serão homologadas, ao final, pelo respectivo Secretário.

§ 6º Os documentos previstos no Inciso VI do Artigo 1º deste Decreto, serão assinados conjuntamente com o Diretor de Recursos Humanos, sendo co-delegada tal competência com o Secretário Municipal da respectiva pasta.

Art. 2º Poderão ser avocadas a qualquer tempo, e ao exclusivo critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, as competências delegadas neste Decreto.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pomerode, 09 de fevereiro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2018 - FAP / FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE - FAP

Publicação Nº 1528297

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES - FAP

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2018 - FAP

Processo Administrativo n.º 001 / 2018 - FAP.

Pregão Presencial n.º 001 / 2018 - FAP.

Contratante: FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE - FAP.

Contratada: SERVMED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL PARA OS SERVIDORES EFETIVOS E SEGURADOS DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE - FAP, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor mensal contratado: R\$4.690,00 (quatro mil e seiscentos e noventa reais).

Valor total contratado – 12 meses: R\$56.280,00 (cinquenta e seis mil e duzentos e oitenta reais).

Prazo de vigência contratual: 12 meses – Prazo final: 04/02/2019.

Ass.: Edoardo Riemer – Diretor Superintendente FAP – Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Pomerode – Contratante / Valter Nave Tavares – Diretor Administrativo – Servmed Clínica de Medicina do Trabalho Ltda. – Contratada.

Pomerode / SC, 05 de Fevereiro de 2018.

EDOARDO RIEMER

Diretor Superintendente - FAP

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2018 - SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1529115

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2018 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 001 / 2018.

Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento n.º 001 / 2018.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Credenciada: LABORATÓRIO SANDRINI S/S LTDA.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA DE EXAMES LABORATORIAIS E ANÁLISES CLÍNICAS, PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE POMERODE DE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, EM CONFORMIDADE COM OS PRAZOS, PROCEDIMENTOS E DEMAIS CONDIÇÕES DESCRITAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

Prazo de vigência contratual: conforme necessidade da Secretaria de Saúde ☐ até 31/12/2018.

Ass.: Rafael Ramthun – Secretário Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de Pomerode – Contratante / Vilson Sandrini – Sócio Administrador – Laboratório Sandrini S/S Ltda. – Credenciada.

Pomerode / SC, 19 de Fevereiro de 2018.

RAFAEL RAMTHUN
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 23.448, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529387

PORTARIA Nº 23.448, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

HOMOLOGA REPRESENTANTES PARA COMPOREM A COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Pomerode, Ércio Kriek, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município de Pomerode combinado com o artigo 1º do Decreto nº 3129, de 15 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art.1º homologar os representantes para comporem Comissão Coordenadora do plano municipal de educação, a saber;

a) Representante do COMED - Conselho Municipal de Educação
Ranice Dulce Trapp

b) Representante do CAE - Conselho de Alimentação Escolar
Aline Beatris Pruner

c) Representante do CACS FUNDEB - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
Sirley Maria Moreira Loureiro;

d) Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora
Roberto Carlos Maske e Jaqueline Beatriz Rahn;

e) Dez representantes das comissões de trabalho que elaboraram as proposições do Plano
Carmem Schuldt Völz
Deisileia Nitzke Resner
Arthur Matheus Gewehr
Geani Gnewuch Kraeft
Dayane Marquardt Kava
Gisela Elisabeth Ewald
Scheila Maas
Malaica Hille
Elisângela Souza Saiber da Silva
José Amarildo da Silva

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 20 de fevereiro de 2018.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

COTAÇÃO PLANILHA DE PREÇOS PORTAL 001-2018

Publicação Nº 1528436

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO COTAÇÃO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO

O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FUNCIONÁRIOS DA USINA DE RECICLAGEM DO SAMAE.

Item	Unidade	Qtde	Descrição
1	UNIDADE	150	Camiseta cor laranja, malha fio 30/1 penteada. 100% algodão. Gola redonda. Uma estampa nas costas (SAMAE POMERODE). Um bordado no peito (símbolo reciclagem)
2	UNIDADE	130	Calça cor cinza escuro, confeccionado em brim (sarja 2x1. 226g/m²), composição: 67% poliéster e 33% algodão, bolso lateral (altura do joelho) com logo do SAMAE bordado, 2 bolsos externos traseiros e 2 bolsos na frente. Cós meio elástico.

Entrega das propostas: Até as 09:00 horas do dia 23/02/2018

Local: Portal do Cidadão endereço eletrônico www.pomerode.atende.net ou acesso pelo site do WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samae-pomerode.com.br

demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 - email: samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 19 de fevereiro de 2018.
RICARDO CAMPESTRINI
Presidente do SAMAE

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

PORTARIA - 040/2018

Publicação Nº 1528255

PORTARIA N.040/2018

FICA CONCEDIDO FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal e art. 76 da Lei Complementar nº 006/2001.

RESOLVE

Art.1º- Fica concedido férias a servidor municipal, ANTONIO CARLOS FRANÇA DE ALMEIDA, matrícula nº 436, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, referente ao período aquisitivo de 11 de julho de 2016 a 10 de julho de 2017 e gozada as férias, no período de 19 de fevereiro de 2018 a 01 de março de 2018, equivalente a 11 (onze) dias.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 20 de Fevereiro de 2018.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos vinte e um dias do mês de Fevereiro do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Ponte Serrada

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018 INSTRUTORES

Publicação Nº 1529197

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR, NAS ÁREAS DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTE SERRADA E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Valor: RS 34.000,00 (Trinta e Quatro Mil Reais). O julgamento será por MENOR PREÇO POR ÍTEM. Recebimento dos Envelopes até às 08:00 horas e 15 minutos (horário de Brasília) do dia 06/03/2018. Abertura da Sessão às 08:30 horas (horário de Brasília) do dia 06/03/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br. Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 20 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

DECRETO 098/2018

Publicação Nº 1527793

DECRETO Nº 098/2018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. FERNANDA JANTARA DE MORAIS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestados médico é de 16 dias, a contar do dia 05 de fevereiro de 2018, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO

DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS

Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 099/2018

Publicação Nº 1527817

DECRETO Nº 099/2018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. PATRICIA FRANZEN, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 04 dias, a contar do dia 06 de fevereiro de 2018, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS

Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 100/2018

Publicação Nº 1527819

DECRETO Nº 100/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“NOMEIA CHEFE DE SETOR”

FERNANDA SILVERIA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. BRUNA ALVES RIBEIRO MORAIS, portadora do CPF 100.216.369-23, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão “CC”, Nível “05”, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para desempenhar suas funções Centro de Referência e Assistência Social – CRAS.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a contar de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeito Municipal Em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 101/2018

Publicação Nº 1527826

DECRETO Nº 101/2018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. DIEINI RIBEIRO, ocupante do cargo de FISCAL DA VIGILANCIA SANITARIA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 60 dias, a contar do dia 08 de fevereiro de 2018, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 102/2018

Publicação Nº 1527873

DECRETO Nº 102/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“NOMEIA DIRETORA”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. FABIANA SCUSSIATO PEROSA, portadora do CPF 006.773.489-83, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, Padrão “CC”, Nível “12”, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a contar de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeito Municipal Em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 103/2018

Publicação Nº 1527875

DECRETO Nº 103/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“NOMEIA ASSESSORA”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. VIVIAN GIZELE MARCOLAN, portadora do CPF 032.477.149-52, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão “CC”, Nível “11”, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a contar de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal Em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 104/2018

Publicação Nº 1527879

DECRETO Nº 104/2018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MARLI TEREZINHA FOPPA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015 para serem gozadas de 14/02/2018 a 15/03/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 105/2018

Publicação Nº 1527884

DECRETO Nº 105/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO classificação no Concurso Público 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ADILSO ADRIANO TEIXEIRA, portador do RG n. 5.129.044 e do CPF n. 073.725.969-80 para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal Em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 106/2018

Publicação Nº 1527889

DECRETO Nº 106/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. JAIR ANTONIO FERREIRA MACHADO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde, por um período de 30 dias referente a período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2017, e que serão gozadas de 26/02/2018 a 27/03/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 107/2018

Publicação Nº 1527890

DECRETO Nº 107/2018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. EDINA GUGEL DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 45 dias, sendo 15 dias referente ao período aquisitivo de 18/06/2015 a 17/06/2016 e 30 dias referente ao período aquisitivo de 18/06/2016 a 17/06/2017 para serem gozadas de 28/02/2018 a 13/04/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 108/2018

Publicação Nº 1527895

DECRETO Nº 108/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO classificação no Concurso Público 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JEQUELIA DIAVÃO BERTOL, portador do RG n. 3.807.534 e do CPF n. 032.644.739-33 para exercer o cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal Em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 109/2018

Publicação Nº 1527923

DECRETO Nº 109/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO classificação no Concurso Público 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. GILVANE ARALDI, portadora do RG n. 5.696.860 e do CPF n. 068.415.369-67 para exercer o cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal Em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 110/2018

Publicação Nº 1527926

DECRETO Nº 110/2018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIO DA ÁREA DE TÉCNICO AGRÍCOLA PARA ATUAR JUNTO À SECRETARIA DA AGRICULTURA”.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal n. 1.638/2001, e,

Considerando que a Lei Municipal n. 1.638/2001 prevê a possibilidade de contratação de Estagiários no Serviço Público Municipal, seja em se tratando de ensino superior ou ensino profissionalizante de 2º Grau;

Considerando que a demanda de serviços no setor agrícola, bem como a necessidade de o município contribuir na capacitação de

profissionais para no futuro prestarem serviços de relevante interesse social, sobretudo na área agrícola, que configura a principal fonte de renda do município;

Considerando que a relação custo/benefício na contratação de estagiários é extremamente positiva ao município, tendo em vista que, além da necessidade desses serviços na situação em apreço, não haverá despesa ao erário, ao mesmo tempo em que o Poder Executivo está contribuindo da formação profissional de um de seus municípios;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado, na condição de estagiário da área de Técnico Agrícola, o Sr. ALEXANDRE OLTRAMARI BISATTO, portador do RG n. 6.293.238 e do CPF n. 089.151.429-50, com lotação na Secretaria de Agricultura, sem remuneração, por se tratar de mister voluntário.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 22 de Janeiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 112/2018

Publicação Nº 1527949

DECRETO Nº 112/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO o Edital de Chamada Pública n. 001/2018/SME;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARIA MADALENA TRATES, portadora do RG n. 6.028.302 e do CPF n. 997.666.550-87 para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na Educação Especial (Deficiência intelectual moderada e deficiência auditiva), na Escola de Tempo Integral Tancredo de Almeida Neves.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal Em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 113/2018

Publicação Nº 1527951

DECRETO Nº 113/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MIDORY RODRIGUES RIBEIRO, portadora do RG n. 6.657.840 e do CPF n. 096.085.219-04 para exercer o cargo de MONITORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para desempenhar suas funções no SCFV Reviver.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal Em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 114/2018

Publicação Nº 1527956

DECRETO Nº 114/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

☐DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS☐.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.237, de 19 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2018 no valor de até R\$ 562.649,61 (Quinhentos e Sessenta e dois Mil Seiscentos e quarenta e nove Reais e Setenta e um centavos) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.2.036 – Manutenção das Atividades Da Saúde

Modalidade de Aplicação: 33.93.00.00

Fonte de Recursos: 1338 000000 - 39 - R\$ 301.282,04

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.2.039 - Manutenção do Bloco MAC Amb. Hosp. E Lim. Finan.

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 1338 000000 - 40 - R\$ 161.221,93

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.2.041 - Manutenção do Bl. Assistência Farmacêutica

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 1338 000000 - 41 - R\$ 44.580,11

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.1001.2.043 - Manutenção Programas SUS/ Estado

Modalidade de Aplicação: 33.90.00.00

Fonte de Recursos: 1367 000000 - 42 - R\$ 55.565,53

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, no valor de até R\$ 562.649,61 (Quinhentos e Sessenta e dois Mil Seiscentos e quarenta e nove Reais e Setenta e um centavos) serão utilizados recursos do Superávit financeiro 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal Em Exercício

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 115/2018

Publicação Nº 1527971

DECRETO Nº 115/2018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica interrompida a partir de hoje, as férias do Servidor Público Municipal Sr. JULIANO CESAR DAVI, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 116/2018

Publicação Nº 1527975

DECRETO Nº 116/2018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECÍFICA"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas

atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

“A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)”.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MAIELI APARECIDA LAMP, matrícula 5930, MONITORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, exercendo suas funções no PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 117/2018

Publicação Nº 1527978

DECRETO Nº 117/2018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

“A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo

diverso. (...)”.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. LETICIA MARIA RIBAK PIMENTEL RODRIGUES, MONITORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, exercendo suas funções no PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 118/2018

Publicação Nº 1527979

DECRETO Nº 118/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MORGANA TONELLO, portadora do RG n. 4.454.041 e do CPF n. 010.241.719-90 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Hermínia Severgnini.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 119/2018

Publicação Nº 1527985

DECRETO Nº 119/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LUCINEIA DE OLIVEIRA BOENO VICENSI, portadora do RG n. 5.373.677-0 e do CPF n. 072.805.679-83 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Hermínia Severgnini.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 120/2018

Publicação Nº 1527987

DECRETO Nº 120/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO o Edital de Chamada Pública n. 001/2018/SME;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SILVANA BATISTA DA SILVA, portadora do RG n. 3.342.714 e do CPF n. 803.361.359-20 para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na Educação Especial (Transtorno do espectro autista), na Escola de Tempo Integral Tancredo de Almeida Neves.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE

SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 121/2018

Publicação Nº 1527991

DECRETO Nº 121/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO o Edital de Chamada Pública n. 001/2018/SME;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. PATRICIA REGINA CORONETTI, portadora do RG n. 3.623.350 e do CPF n. 025.748.289-09 para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar 20:00 horas semanais na Educação Especial (Deficiência intelectual moderada) e 20:00 horas semanais na Educação Especial (Deficiência intelectual moderada, baixa visão, TDAH), na Escola Básica Municipal Antônio Paglia.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 122/2018

Publicação Nº 1527993

DECRETO Nº 122/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO o Edital de Chamada Pública n. 001/2018/SME;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. EULA PAULA DA SILVA RODRIGUES DA CRUZ, portadora do RG n. 5.413.966 e do CPF n. 075.664.319-86 para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar 20:00 horas semanais na Educação Especial (Transtorno do espectro autista) e 20:00 horas semanais na Educação Especial (RDH, dislexia e deficiência

intelectual), na Escola Básica Municipal Antônio Paglia.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 123/2018

Publicação Nº 1527997

DECRETO Nº 123/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LILIANA CARLA DE MELLO PAIN, portadora do RG n. 6.120.914 e do CPF n. 110.706.009-54 para exercer o cargo de AGENTE EDUCACIONAL II, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Cantinho do Saber.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 124/2018

Publicação Nº 1528011

DECRETO Nº 124/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. NOELI PALIANO AMPEZE, portadora do RG n. 2.071.392 e do CPF n. 653.459.839-68 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Tereza Ferronato Fávero.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 125/2018

Publicação Nº 1528016

DECRETO Nº 125/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSANGELA ALVES PEREIRA DOS SANTOS, portadora do RG n. 4.454.684 e do CPF n. 048.375.949-05 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Hortência Rodrigues de Almeida.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 06 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 126/2018

Publicação Nº 1528034

DECRETO Nº 126/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SIDIANE LOURDES PAGLIA BERTÉ, portadora do RG n. 5.003.785 e do CPF n. 010.469.109-30 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Pequeno Cidadão.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 127/2018

Publicação Nº 1528037

DECRETO Nº 127/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MIRIAN TESSARO, portadora do RG n. 4.030.083 e do CPF n. 008.015.219-80 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Gerônimo Emílio Marini, na vaga vinculada a Professora Daiane Basi.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 128/2018

Publicação Nº 1528039

DECRETO Nº 128/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. HELENA MARIA DA COSTA SANTIN, portadora do RG n. 3.054.305-3 e do CPF n. 886.69.139-00 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Hortência Rodrigues de Almeida.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 129/2018

Publicação Nº 1528041

DECRETO Nº 129/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ANDRESSA APARECIDA MORAIS, portadora do RG n. 6.046.942 e do CPF n. 012.374.259-56 para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na Escola de Educação Básica Antônio Paglia.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 130/2018

Publicação Nº 1528043

DECRETO Nº 130/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. MAURICIO IVAN TOBIAS, portador do RG n. 5.563.777 e do CPF n. 082.278.879-96 para exercer o cargo de PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Hortência Rodrigues de Almeida.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 131/2018

Publicação Nº 1528045

DECRETO Nº 131/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. HEVELIN ADRIANA DE SOUZA DALLA VECCHIA, portadora do RG n. 5.129-983 e do CPF n. 051.932.189-89 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Pequeno Cidadão.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 132/2018

Publicação Nº 1528046

DECRETO Nº 132/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“ALTERA CARGA HORARIA DE SERVIDORA EM CARATER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a carga horaria da Sra. DACIENE PAULA BERTOL, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer mais 10:00 horas até o encerramento do ano letivo escolar, para atuar no Centro de Educação Infantil Tereza Ferronato Fávero.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 133/2018

Publicação Nº 1528048

DECRETO Nº 133/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LUCIANA APARECIDA BATISTA, portadora do RG n. 5.696.579 e do CPF n. 068.021.659-61 para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Pequeno Cidadão.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCICIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 134/2018

Publicação Nº 1528056

DECRETO Nº 134/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. JUCELI FERREIRA DA CRUZ, portadora do RG n. 5.626.398 e do CPF n. 071.031.879-08 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Hortência de Almeida.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCICIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO

DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 135/2018

Publicação Nº 1528061

DECRETO Nº 135/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSENILDA MONTEIRO, portadora do RG n. 10.910.524-4 SSP - PR do CPF n. 062.296.219-16 para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Pequeno Cidadão.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCICIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 136/2018

Publicação Nº 1528058

DECRETO Nº 136/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSENILDA MONTEIRO, portadora do RG n. 10.910.524-4 SSP - PR do CPF n. 062.296.219-16 para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Pequeno Cidadão.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 137/2018

Publicação Nº 1528064

DECRETO Nº 137/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARISA SALETE DARTORA, portadora do RG n. 1.144.530 e do CPF n. 005.703.079-02 para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na APAE, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 138/2018

Publicação Nº 1528067

DECRETO Nº 138/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARLI FRANCISCA FORNARI DE MELO, portadora do RG n. 3.581.746 e do CPF n. 034.509.209-01 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no Centro de Educação Infantil Hortência Rodrigues de Almeida, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 139/2018

Publicação Nº 1528068

DECRETO Nº 139/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. JAQUELINE HAUSCHILD FRIGHETTO, portadora do RG n. 4.108.660 e do CPF n. 038.709.079-75 para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no CEI Pequeno Cidadão vinculada ao CEI Carmelina Menin Rossi, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 140/2018

Publicação Nº 1528071

DECRETO Nº 140/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. DANIELA VIVIANE ROCKENBACH MACHADO, portadora do RG n. 6120693 e do CPF n. 097.139.949-22 para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 141/2018

Publicação Nº 1528072

DECRETO Nº 141/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSELI APARECIDA RIBEIRO, portadora do RG n. 4244911 e do CPF n. 005.385.359-89 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar 20 horas na EBM Antonio Paglia e 20:00 na ETI Tancredo de Almeida Neves, até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 142/2018

Publicação Nº 1528076

DECRETO Nº 142/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARA REGINA BATISTA DA SILVA COPPINI, portadora do RG n. 17846196 e do CPF n. 573.615.179-00 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na EBM Antônio Paglia, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 143/2018

Publicação Nº 1528081

DECRETO Nº 143/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CLAUDIA DO AMARAL LUBACHEVSKI, portadora do RG n. 7098050 e do CPF n. 636.357.390-49 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na EBM Antônio Paglia, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 144/2018

Publicação Nº 1528083

DECRETO Nº 144/2018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência, CONSIDERANDO o requerimento do pedido de exoneração;

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JOSIANE RIBEIRO MARTINS DIAS ocupante do cargo AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a contar do dia 07 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 145/2018

Publicação Nº 1528088

DECRETO Nº 145/2018 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. GIOVANA VRUBLESCKI VICENSI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 60 dias a contar do dia 12 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE

SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 146/2018

Publicação Nº 1528093

DECRETO Nº 146/2018 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. LENIR DE FATIMA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018 para serem gozadas de 06/03/2018 04/04/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 147/2018

Publicação Nº 1528096

DECRETO Nº 147/2018 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Sr. FERNANDO ALFREDO ARCA-RI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016 para serem gozadas de 16/02/2018 a 17/03/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE

SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 150/2018

Publicação Nº 1528099

DECRETO Nº 150/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. DANRLEI GIOVANI LAMP, portadora do RG n. 5.003.092 e do CPF n. 086.331.829-04 para exercer o cargo de AGENTE DE INFORMÁTICA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na Escola de Tempo Integral Tancredo de Almeida Neves e Unidade de Ensino de Jovens e Adultos, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 151/2018

Publicação Nº 1528104

DECRETO Nº 151/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. PRICILA ALINE MAIER, portadora do RG n. 6028781 e do CPF n. 081.796.989-63 para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar 20:00 horas semanais na EBM Antonio Paglia e 10:00 horas semanais na ETI Tancredo de Almeida Neves, com

vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 152/2018

Publicação Nº 1528110

DECRETO Nº 152/2018 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. DIRCE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2017 a 01/01/2018 para serem gozadas de 12/03/2018 a 26/03/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 153/2018

Publicação Nº 1528114

DECRETO Nº 153/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. ADAIR RENAN SOARES DE OLIVEIRA, portadora do RG n. 5249475 e do CPF n. 077.978.529-01 para

exercer o cargo de PROFESSOR, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no CEI Gerolimo Emilio Marini, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 154/2018

Publicação Nº 1528135

DECRETO Nº 154/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CACIA DE FATIMA CAMARGO, portadora do RG n. 5626479 e do CPF n. 074.183.039-63 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na ETI Tancredo de Almeida Neves, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 155/2018

Publicação Nº 1528137

DECRETO Nº 155/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada,

combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSANE TEREZINHA LODI RIBEIRO, portadora do RG n. 2076761 e do CPF n. 058.082.939-10 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na CEI Pequeno Cidadão, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 156/2018

Publicação Nº 1528141

DECRETO Nº 156/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CECILIA BORG ALVES PEREIRA, portadora do RG n. 3330572 e do CPF n. 042.341.659-64 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na Educação Especial na EBM Antonio Paglia, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 157/2018

Publicação Nº 1528152

DECRETO Nº 157/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CAROLINE BRUXEL BARBIERO, portadora do RG n. 4739673 e do CPF n. 053.085.869-00 para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na EBM Antonio Paglia, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 158/2018

Publicação Nº 1528158

DECRETO Nº 158/2018 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL."

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. DILCE SALETE ANDRIN CALIARI, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 02/04/2014 A 01/04/2015 para serem gozadas de 20/02/2018 A 21/03/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 159/2018

Publicação Nº 1528167

DECRETO Nº 159/2018 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL."

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Sra. MARIA NILMA DE MORAES BARRETO, ocupante do cargo de ASSESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018 para serem gozadas de 05/03/2018 a 03/04/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 160/2018

Publicação Nº 1528189

DECRETO Nº 160/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. DANUZA LOVATO, portadora do RG n. 4244932 e do CPF n. 052.734.539-33 para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na CEI Tereza Ferronato Fávero, vaga vinculada a professora Eliane Gonçalves Meira Cason.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 161/2018

Publicação Nº 1528208

DECRETO Nº 161/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo n. 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. DAIANE LUZIA TOBIAS, portadora do RG n. 55199399 e do CPF n. 072.531.239-48 para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na EBM Antonio Paglia, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 162/2018

Publicação Nº 1528211

DECRETO Nº 162/2018 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde da Função Pública Municipal Srª. LORECI APARECIDA NISSEL, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 13 dias, a contar do dia 11 de fevereiro de 2018, em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 163/2018

Publicação Nº 1528213

DECRETO Nº 163/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO o edital de chamada pública n. 001/2018/SME;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. KELER CRISTINA VALSOLER DE OLIVEIRA, portadora do RG n. 4121773 e do CPF n. 026.627.819-12 para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 10:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar no ETI Tancredo de Almeida Neves, vigente até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 164/2018

Publicação Nº 1528217

DECRETO Nº 164/2018, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, Prefeita Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 138/2013;

CONSIDERANDO o edital de chamada pública n. 001/2018/SME;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARIVANI DE FATIMA PALIANO MARIANI, portadora do RG n. 2427535 e do CPF n. 927.723.409-10 para exercer o cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para atuar na Educação Especial (deficiência intelectual e síndrome de down) na EBM Antonio Paglia, com vigência até o encerramento do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 05 de fevereiro de 2018.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2018

Publicação Nº 1528654

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2018-DL

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO COM O OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CONSULTORIA EM VITIVINICULTURA DESTINADA ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. Valor global: 5.187,00 (Cinco Mil Cento e Oitenta e Sete Reais) e Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, nº 264, Bairro Centro, no horário das 7 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (0XX49) 34350122. Ponte Serrada, 20 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 11/2018

Publicação Nº 1528379

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2018 – PREGÃO PRESENCIAL
11/2018

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM JARDINAGEM, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL, SERVIÇO DE CARPINTARIA E INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA IMÓVEIS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. O julgamento será por MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 07/03/2018. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 07/03/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br em 20/02/2018. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na

Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 21 de fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 12/2018

Publicação Nº 1529067

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19/2018 – PREGÃO PRESENCIAL
12/2018

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, HOSPEDAGEM DO SISTEMA EM SERVIDOR VIRTUAL DATACENTER, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. O julgamento será por MENOR PREÇO POR LOTE. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 08/03/2018. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 08/03/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br em 21/02/2018. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 21 de fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

PUBLICAÇÃO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO FOMENTO Nº 001/2017 APAE

Publicação Nº 1528105

SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO TERMO DE FOMENTO N.º 001/2017

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.777.236/0001-01, com sede administrativa na Rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, nesta cidade de Ponte Serrada/SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal em Exercício, FERNANDA SILVEIRA CHAGAS, brasileira, portadora do CPF nº. 031.211.749-32, RG nº 3.406.107, de acordo com a lei Orgânica do Município, doravante denominado CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTE SERRADA/SC – APAE, entidade de utilidade pública, através da Lei Municipal nº 884/1985, inscrita no CNPJ sob o nº 78.502.960/0001-47, com sede na Rua José Bortolaz, 790, neste ato representado por seu Presidente, VALMIR ZANCANARO, brasileiro, portador do CPF sob o nº 938.192.009-15 e CI de nº 2.876.513 doravante denominado PROPONENTE, em conformidade com o Art. 33 do Decreto Municipal nº 803/2017, celebram o presente termo aditivo visando aditar

a Cláusula Sexta do Termo de Fomento 001/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios n.º 2.349 de 27/09/2017, de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

Cláusula Primeira – Fica aditada a Cláusula Sexta do termo que a este deu causa, passando a vigorar as cláusulas aditadas com a presente redação:

“CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do presente Termo de Fomento terá início na data de sua publicação até o dia 28 de maio de 2018, podendo ser prorrogado mediante justificativa e em conformidade com o Decreto Municipal nº 803/2017.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do termo original e/ou de seu sucessor.

E por assim estarem acordes, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo signatárias.

Ponte Serrada/SC, 19 de fevereiro de 2018.

FERNANDA SILVEIRA CHAGAS Prefeita Municipal em Exercício	VALMIR ZANCANARO Presidente da APAE
---	--

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 397/2018

Publicação Nº 1528383

DECRETO Nº 397, de 20 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, observado o disposto no Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, ao Servidor Público Municipal Sr. RENATO DE OLIVEIRA SANTOS, portador do RG nº 1.104.975/SSP/SC e CPF nº 418.757.029-20, no Cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de fevereiro de 2018.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

EXTRATO DE CONTRATO 001/2018 - IMPRESS

Publicação Nº 1528603

Extrato de Contrato 001/2018 - IMPRESS

Partes: IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União e Caixa Econômica Federal.

Objeto: Prestação de serviços de cálculos atuariais da Previdência do Município.

Valor Total: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Processo de Licitação 001/2018 – Inexigibilidade de Licitação 001/2018, Lei nº 8.666/93.

Porto União SC, 16 de fevereiro de 2018.

Margareth Flissak.

Presidente IMPRESS

Caixa Econômica Federal.

Contratada

PORTARIA Nº 013/2018

Publicação Nº 1529352

PORTARIA Nº 013, de 20 de fevereiro de 2018.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, constituída pela Portaria nº 062, de 27 de outubro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 60 (sessenta) dias, sem ônus para o Município, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, nomeada pela Portaria nº 062, de 27 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de janeiro de 2018.

Porto União (SC), 20 de fevereiro de 2018.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2018 - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2018**

Publicação Nº 1528198

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 017/2018 - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 011/2018

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n.º 83.529.933/0001-06).

Contratada: Luciano Edinei Karpovisch e Cia Ltda. ME (CNPJ nº 85.479.087/0001-84).

Objeto: Contratação de empresa para manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas.

Valores: R\$ 375,00 (Trezentos e setenta e cinco reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.30.44.00.00 – Material de Sinalização Visual e Afins

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Christian Agenor Martins

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2018 - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2018

Publicação Nº 1528196

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 019/2018 - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 013/2018

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB n.º 83.529.933/0001-06).

Contratada: W.F. Comércio e Distribuição de Gás Ltda. - ME. (CNPJ nº 08.986.187/0001-56).

Objeto: Contratada empresa para aquisição de carga para gás engarrafado.

Valores: R\$ 395,00 (Trezentos e Noventa e cinco reais).

Vigência: de fevereiro a dezembro 2018.

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento: 3.3.90.30.04.00.00.00 - Gás engarrafado.

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

Christian Agenor Martins

Presidente

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 013/2018 de 15/02/2017 Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

Publicação Nº 1528269

DECRETO Nº 013/2018 de 15/02/2017

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

RUY MARCOS FRITSCHKE, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, e conforme Lei nº 2.689/17 de 20/12/17.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Funcional: 26.782.0039.2.026 - Manutenção do depto de Serviços urbanos

(112) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Art. 2º - O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Funcional: 26.782.0039.2.026 - Manutenção do depto de Serviços urbanos

(115) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de fevereiro de 2018.

RUY MARCOS FRITSCHKE

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 014/2018 de 19/02/2018 Cancela lançamento de dívida ativa e dá outras providências.

Publicação Nº 1528402

DECRETO Nº 014/2018 de 19/02/2018

Cancela lançamento de dívida ativa e dá outras providências.

RUY MARCOS FRITSCHKE, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO certidão emitida pelo setor de tributos em anexo; CONSIDERANDO que referida certidão consta a informação de que o lançamento de dívida ativa em nome do contribuinte Silvio Marcos Santos, referente ao imposto sobre a propriedade predial

e territorial urbana - IPTU exercício de 2012 a 2016 e taxa de resíduos sólidos - TRS de 2012 à 2014, objeto de execução fiscal registrado sob nº 0900143-97.2017.8.24.0074, são indevidos em virtude do imóvel não possuir escritura pública de compra e venda, estando localizado em área de abrangência do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC II, possuindo ainda divergência de valores pelo fato da área a ser tributada ser menor; CONSIDERANDO que o contribuinte não pode arcar com erro da Administração Pública.

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado a dívida ativa correspondente a IPTU (2012 à 2014) e TRS (2012 à 2014), com valor total de R\$ 1.708,02 (hum mil setecentos e oito reais e dois centavos) referente a imóvel de Silvio Marcos dos Santos, inscrito no CPF nº 677.697.059-91, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 604, bairro Boa Vista, município de Pouso Redondo - SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de fevereiro de 2018

RUY MARCOS FRITSCHKE

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 015/2018 de 19/02/2018 - Cancela lançamento de dívida ativa e dá outras providências.

Publicação Nº 1528443

DECRETO Nº 015/2018 de 19/02/2018

Cancela lançamento de dívida ativa e dá outras providências.

RUY MARCOS FRITSCHKE, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO certidão emitida pelo setor de tributos em anexo; CONSIDERANDO que referida certidão consta a informação de que o lançamento de dívida ativa em nome do contribuinte Silvio Marcos Santos, referente ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU exercício de 2003 a 2009 e taxa de resíduos sólidos - TRS de 2009, objeto de execução fiscal registrado sob nº 074.08.003271-4 e 074.07.001811-5, é indevida em virtude do imóvel não possuir escritura pública de compra e venda, estando localizado em área de abrangência do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC II, possuindo ainda divergência de valores pelo fato da área a ser tributada ser menor;

CONSIDERANDO que o contribuinte não pode arcar com erro da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado a dívida ativa correspondente a IPTU (2003 a 2009) e TRS (2009), com valor total de R\$ 4.212,86 (quatro mil duzentos e doze reais e oitenta e seis centavos) referente a imóvel de Silvio Marcos dos Santos, inscrito no CPF nº 677.697.059-91, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 604, bairro Boa Vista, município de Pouso Redondo - SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de fevereiro de 2018

RUY MARCOS FRITSCHKE

Prefeito Municipal em Exercício

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 12/2018 - SAUDE

Publicação Nº 1528310

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC
COMPRA DIRETA Nº 05/2018
CONTRATO Nº 12/2018
CONTRATADA: PONTONET COMPUTADORES E REDES LTDA-EPP.
OBJETOS: CONTRATAÇÃO DO SISTEMA DE INTERNET PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CACHOEIRA e UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MÃE DOS HOMENS.
DO VALOR: R\$ 2.757,60
DA VIGENCIA: 04 /01/2018 à 31/12/2018.
Praia Grande, 04 de Janeiro de 2018.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

CONTRATO 13/2018 - SAUDE

Publicação Nº 1528311

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2017
CONTRATO Nº. 13/2018
CONTRATADA: REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL PÁRA VEÍCULOS AUTOMOTORES.
OBJETOS: O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO (GÁS NATURAL VEÍCULAR - GNV) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC
DO VALOR: R\$ 20.000,00
DA VIGENCIA: 15/01/2018 à 31/12/2018.
Praia Grande, 15 de Janeiro de 2018.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

CONTRATO 14/2018 - SAUDE

Publicação Nº 1528315

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC
COMPRA DIRETA Nº 07/2018
CONTRATO Nº. 14/2018
CONTRATADA: CONSULTING – CURSOS E TREINAMENTOS E ASSESSORIA LTDA OBJETOS: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NOS CONTROLES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE), COM ACOMPANHAMENTO NAS DOCUMENTAÇÕES E CADASTROS, JUNTO AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NA CAPITAL DO ESTADO (FLORIANÓPOLIS) E 22ª REGIONAL DE SAÚDE (ARARANGUÁ e SUPORTE TÉCNICO, NA IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO, E CONTROLE NAS VIGÊNCIAS DOS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE: AL-SIGAS (AL- SISTEMA DE GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO EM SAÚDE).
DO VALOR: R\$ 7.800,00
DA VIGENCIA: 15/01/2018 à 31/12/2018.
Praia Grande, 15 de Janeiro de 2018.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

CONTRATO 15/2018 - SAUDE

Publicação Nº 1528316

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2018
CONTRATO Nº 15/2018
CONTRATADA: BRANET GESTÃO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA – ME.
OBJETOS: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA
DO VALOR: R\$ 124.500,00
DA VIGENCIA: 26/01/2018 à 31/12/2018.
Praia Grande, 26 de Janeiro de 2018.
HENRIQUE MATOS MACIEL
Prefeito Municipal.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 51/2018

Publicação Nº 1528884

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 51/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades das Escolas da Rede Municipal de Ensino, durante o ano letivo de 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento é de R\$ 4.270,10 (Quatro mil, duzentos e setenta reais e dez centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	20/02/2018 à 31/12/2018

VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 23.075,20 (Vinte e três mil, setenta e cinco reais e vinte centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	20/02/2018 à 31/12/2018

EXTRATO CONTRATO Nº 54/2018

Publicação Nº 1528899

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 54/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	PRE-MOLDADOS CATANDUVAS - LTDA
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de tubos de concreto para execução da rede pluvial nas vias públicas do Município de Presidente Castello Branco/SC no ano de 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 37.920,00 (Trinta e sete mil, novecentos e vinte reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	20/02/2018 à 31/12/2018

EXTRATO CONTRATO Nº 52/2018

Publicação Nº 1528889

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 52/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONCRETOS BORSATTI LTDA - ME
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de tubos de concreto para execução da rede pluvial nas vias públicas do Município de Presidente Castello Branco/SC no ano de 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 25.960,00 (Vinte e cinco mil, novecentos e sessenta reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	20/02/2018 à 31/12/2018

EXTRATO CONTRATO Nº 55/2018

Publicação Nº 1528903

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 55/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	PRE-FABRICADOS SGANZERLA LTDA - ME
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de tubos de concreto para execução da rede pluvial nas vias públicas do Município de Presidente Castello Branco/SC no ano de 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 16.850,00 (Dezesseis mil, oitocentos e cinquenta reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	20/02/2018 à 31/12/2018

EXTRATO CONTRATO Nº 53/2018

Publicação Nº 1528894

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 53/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	DELCIR BOESING - ME
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de tubos de concreto para execução da rede pluvial nas vias públicas do Município de Presidente Castello Branco/SC no ano de 2018.

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO 08/2018. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, NO SETOR DE OBRAS.

Publicação Nº 1528557



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

EDITAL Pregão Presencial Nº8/2018 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 135/ de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 2/2018, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, NO SETOR DE OBRAS.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 06/03/2018
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Prefeitura Municipal De Presidente Nereu - Sala De Licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h30min.
- e) Abertura do processo: 06/03/2018 às 09h00min.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. __/2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. __/2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 06/03/2018 às 08:30:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte **(deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).**

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item **1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2017 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. **(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).**

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item "7"** deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

13.1 **Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.**

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

qualquer título causar á Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
0801. 1013. 3449 5238 3890000	

XV - DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de **PRESIDENTE NEREU**, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela **CONTRATANTE**, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados **de forma TOTAL**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXI - DA VIGÊNCIA

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO**).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).

ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no **Diário Oficial do Estado**, Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 20 de fevereiro de 2018.

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°./20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°/20.....****PREGÃO PRESENCIAL N°/20....****PROCESSO N°/20.....****INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça Leão Dehon nº 50, Centro, deste município, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços paraPrefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE.....**1º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****2º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****3º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO****CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, NO SETOR DE OBRAS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
0801. 1013. 3449 5238 3890000	

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ R\$ #,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) **Executar os objetos licitados de forma total**, , rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de <05> nº <01>/<02>, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do **art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993**, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no **art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993**, de acordo com o **art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços**

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal

Pregoeiro

Assinaturas fornecedores:

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, NO SETOR DE OBRAS

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
0801. 1013. 3449 5238 3890000	

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ #,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas

decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) **Executar os objetos licitados de forma total**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 2/2018, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu, 20 de fevereiro de 2018

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIMAR ANTONIO CUCCHI
Assessor Jurídico
OAB/SC

ANEXO III**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****TERMO DE REFERÊNCIA**

Objeto: aquisição de equipamentos para manutenção de maquinas, no setor de obras.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	TAMBOR DE NO MINIMO, 170 KG DE GRAXA DE SABÃO DE LÍTIO DO TIPO MULTIFUNCIONAL, ELABORADAS COM ÓLEOS MINERAIS DE ALTO ÍNDICE DE VISCOSIDADE ADEQUADAMENTE ADITIVADOS, O QUE CONFERE EXCELENTES PROPRIEDADES PARA SUAS MÚLTIPLAS APLICAÇÕES. FORMULADA COM ADITIVOS DE EXTREMA PRESSÃO PARA SERVIÇO SEVERO, ALTAS CARGAS E IMPACTO, DE APLICAÇÃO AUTOMOTIVA E INDUSTRIAL, LUBRIFICAÇÃO DE CHASSIS, PONTA DE EIXOS, CRUZETAS, MANCAIS PLANOS E ROLAMENTOS, RESISTENTES A ÁGUA E A OXIDAÇÃO. GRAU NO MUINIMO NLGI 2, PENETRAÇÃO NO MINIMO A 25°C 0,1MM MÉTODO ASTM D-217 265 - 295, PONTO DE GOTA MÉTODO ASTM D-2265 MÍNIMO DE 199Cº , COR VISUAL VERMELHA, PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO COBRE MÉTODO ASTM D-130 1B, RESISTENCIA A OXIDAÇÃO MÉTODO ASTM 40PSI. APRESENTAR FISP DESTE PRODUTO	R\$3.055,00	R\$ 3.055,00
2	1	UNIDADE	PROPULSORA DE GRAXA PNEUMÁTICA PARA TAMBOR DE NO MINIMO 170 LT COM GATILHO DE APLICAÇÃO E BICO ENGRAXADOR, COM MANGUEIRA DE MINIMO 15 METROS.	R\$2.076,28	R\$ 2.076,28
3	1	UNIDADE	COMPRESSOR DE AR MÍNIMO 20 PES 200 LITROS 140PSI ATG2 COM MÍNIMO DE 15 METROS DE MANGUEIRA, SISTEMA DE CORREIAS POLI EM V	R\$4.152,65	R\$ 4.152,65
4	1	UNIDADE	CHAVE DE IMPACTO PARA SOLTAR E APERTAR PORCAS E PARAFUSOS, COM ENCAIXE DE NO MINIMO 1", COM SISTEMA DE IMPACTO PINLESS, VELOCIDADE LIVRE DE NO MINIMO 3.200 RPM , PESO MAXIMO DE 16KG DO EQUIPAMENTO, TOQUE MÁXIMO DE 367 KGF.M COM CONSUMO MÁXIMO DE AR DE 22PCM, QUE ACOMPANHE OS SOQUETES DE,24MM,27MM, 28MM, 30MM, 32MM, 33MM DE CR-MO.	R\$2.104,69	R\$ 2.104,69

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

ANEXO IV**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega**
menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____, e CPF sob nº. --- _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de _____ (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de
comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei
Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete
a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para
este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o
lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação
para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e
consideração.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****PROPOSTA COMERCIAL**

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____

BAIRRO: _____

CEP: _____
 CIDADE: _____ UF: _____
 FONE: (____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando pregão para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, NO SETOR DE OBRAS, da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	TAMBOR DE NO MINIMO, 170 KG DE GRAXA DE SABÃO DE LÍTIO DO TIPO MULTIFUNCIONAL, ELABORADAS COM ÓLEOS MINERAIS DE ALTO ÍNDICE DE VISCOSIDADE ADEQUADAMENTE ADITIVADOS, O QUE CONFERE EXCELENTES PROPRIEDADES PARA SUAS MÚLTIPLAS APLICAÇÕES. FORMULADA COM ADITIVOS DE EXTREMA PRESSÃO PARA SERVIÇO SEVERO, ALTAS CARGAS E IMPACTO, DE APLICAÇÃO AUTOMOTIVA E INDUSTRIAL, LUBRIFICAÇÃO DE CHASSIS, PONTA DE EIXOS, CRUZETAS, MANCAIS PLANOS E ROLAMENTOS, RESISTENTES A ÁGUA E A OXIDAÇÃO. GRAU NO MUINIMO NLGI 2, PENETRAÇÃO NO MINIMO A 25°C 0,1MM MÉTODO ASTM D-217 265 - 295, PONTO DE GOTA MÉTODO ASTM D-2265 MÍNIMO DE 199Cº, COR VISUAL VERMELHA, PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO COBRE MÉTODO ASTM D-130 1B, RESISTENCIA A OXIDAÇÃO MÉTODO ASTM 40PSI. APRESENTAR FISP DESTE PRODUTO		
2	1	UNIDADE	PROPULSORA DE GRAXA PNEUMÁTICA PARA TAMBOR DE NO MINIMO 170 LT COM GATILHO DE APLICAÇÃO E BICO ENGRAXADOR, COM MANGUEIRA DE MINIMO 15 METROS.		
3	1	UNIDADE	COMPRESSOR DE AR MÍNIMO 20 PES 200 LITROS 140PSI ATG2 COM MÍNIMO DE 15 METROS DE MANGUEIRA, SISTEMA DE CORREIAS POLI EM V		
4	1	UNIDADE	CHAVE DE IMPACTO PARA SOLTAR E APERTAR PORCAS E PARAFUSOS, COM ENCAIXE DE NO MINIMO 1", COM SISTEMA DE IMPACTO PINLESS, VELOCIDADE LIVRE DE NO MINIMO 3.200 RPM, PESO MAXIMO DE 16KG DO EQUIPAMENTO, TOQUE MÁXIMO DE 367 KGF.M COM CONSUMO MÁXIMO DE AR DE 22PCM, QUE ACOMPANHE OS SOQUETES DE,24MM,27MM, 28MM, 30MM, 32MM, 33MM DE CR-MO.		

1 UI

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

EDITAL DE PREGÃO 09/2018.CONTRATAÇÃO DE UM (A) PROFESSOR (A) OU EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA DE PINTURA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC,

Publicação Nº 1529234

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2018
PREGÃO PRESENCIAL N º 09/2018

O pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendem participar de Pregão Presencial nº09/2018, do tipo por item, menor preço, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº subsidiariamente a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas Alterações e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a CONTRATAÇÃO DE UM (A) PROFESSOR (A) OU EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA DE PINTURA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo VIII – Termo de Referência deste Edital.

2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE firmará contrato na qual deverá a CONTRATADA ficar à disposição da Secretaria DA CULTURA, todas as terças-feiras e quintas-feiras, no horário vespertino e noturno com total de doze (12) horas semanais, para realizar as aulas no Centro de Presidente Nereu, em local a definir.

3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada item cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo VIII do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido item.

4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

- 4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 06/03/2018 às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC, SALA DE LICITAÇÕES.
- 4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.
- 4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser entregues em envelopes separados e fechados até as 13h35min horas do dia 06/03/2018.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderão participar desde Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.
- 5.2. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 5.3. Cada proponente deve apresentar um representante legal que, devidamente munido de contrato social ou credencial, será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua empresa representada.
- 5.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

- do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;
- do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos;
- de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto;
- Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo;
- Em sendo pessoa física apresentar cópia de Identidade e CPF, exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto;
- Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);
- DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL (se for o caso), enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), acompanhado com a Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (conforme modelo anexo).

7. NÃO PODERÃO CONCORRER DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

- 6.1. Empresas ou pessoas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
- 6.2. Empresas ou pessoas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 6.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

8.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelopes nº 1: Proposta de Preços; e
- b) Envelope nº 2: Documentos de habilitação.

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 18/2017

Razão Social ou Nome do Proponente:

CNPJ ou CPF nº: Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 18/2017

Razão Social ou Nome do Proponente:

CNPJ ou CPF nº: 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando item cotado, conforme descrito no termo de Referência, Anexo VIII, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERENCIA - Anexo VIII, para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pelo Pregoeiro, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

- 9.1.1. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame;
- 9.1.2. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo);
- 9.1.3. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520;
- 9.1.4. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

- 10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.
- 10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo VIII – Termo de referência serão Desclassificadas.
- 10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentados proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.
- 10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.
- 10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando

não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pelo Pregoeiro o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

10.17. Em caso da empresa desejar usufruir dos direitos de ME, EPP e MEI, as mesmas deverão apresentar DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL (modelo em Anexo), enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), acompanhado com a Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição, (estes documentos devem vir fora dos envelopes de Proposta e Habilitação);

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

10.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir.

10.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

10.1.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA: PESSOA JURÍDICA

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

b) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;

d) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

e) Certificado de Formação técnica na área de pintura, com Porcelana; Aquarela; Tinta Óleo; Tecido e tela, com experiência de no mínimo dois anos em nome do professor que irá executar os trabalhos, que deverá comprovar o vínculo com a empresa.

11.2.1.1. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

a) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação;

c) Certidão Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal;

e) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

f) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

11.2.3. RELATIVAMENTE À PESSOA FÍSICA

a) Certificado de Formação técnica na área de pintura, com Porcelana; Aquarela; Tinta Óleo; Tecido e tela, com experiência de no mínimo dois anos.

11.2.3.1. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual;

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal de seu domicílio;

d) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

- e) Cópia de Identidade e CPF;
- f) Certidão de Insolvência Financeira (falência pessoal).

11.3. AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

- 11.3.1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 11.3.2. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.
- 11.3.3. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:
 - a) Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;
 - b) A Entidade de Licitação reserva-se o direito de fazer cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade;
 - c) Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão;
 - d) A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção;
 - e) Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente;
 - f) Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.
 - g) O participante deverá apresentar, certificado de no mínimo uma participação em exposições no estado de Santa Catarina, deverá apresentar certificado de pintura em porcelana, certificado de pintura em tela, que comprovem seu conhecimento técnico na área.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 12.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.
- 12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e consequentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.
- 13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

14. DAS PENALIDADES

- 14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto nº 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.
- 14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras comissões legais.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:
 - I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;
 - II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;
 - III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
- 15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente após a execução do objeto, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº

06
001
2013
3339
03999
2013
333903999
01000000
06
001
2013
03339
03699
2013
333903699
01000000

18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão reajustáveis pelo índice IGPM após o prazo não inferior a 12 meses da assinatura do contrato.

19 DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1 Executar o objeto licitado conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, todas as terças-feiras e quintas-feiras, no horário vespertino e noturno com total de doze (12) horas semanais, no Centro de Presidente Nereu, em local a definir.

19.2 o presente contrato tem validade ate dia 31/12/2018, podendo ser prorogado,se ambas as partes aceitarem.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

20.2 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

20.3 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

20.3.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento ao sinteressados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24(vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

20.3.2. Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados;

20.3.3. Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações;

20.3.4. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso;

20.3.5. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública;

20.3.6. A licitante vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a execução do objeto, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação;

20.3.7. A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, ate 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos , dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação;

20.3.8. Após o contrato assinado poderá ser suspenso pelo prazo de 30 dias ou mais durante o recesso de fim de ano sem vencimentos para o licitante contratado.

20.3.9. Solicitar consultas:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina

Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108

compras@presidentenereu.sc.gov.br

21. DOS ANEXOS:

- Anexo I – Minuta do Contrato;

- Anexo II – Declaração que não emprega menor;
- Anexo III – Carta de Credenciamento;
- Anexo IV – Declaração para Habilitação;
- Anexo V – Declaração de Idoneidade;
- Anexo VI - Declaração de Porte Empresarial;
- Anexo VII - Declaração de Comprometimento;
- Anexo VIII - Termo de Referência;
- Anexo IX – Modelo de Proposta.

22. DO FORO

22.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 20 de JANEIRO de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-28, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr., inscrito no CPF sob o nº de ora em diante denominada de CONTRATANTE, e de outro lado, inscrita no CNPJ ou CPF sob n.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob n.º de ora em diante denominada de CONTRATADA, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato a CONTRATAÇÃO DE UM(A) PROFESSOR(A) OU EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA DE PINTURA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

06	
001	
2013	
3339	
03999	
2013	
333903999	
01000000	
06	
001	
2013	
03339	
03699	
2013	
333903699	
01000000	

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$(.....), sendo o valor de R\$ (.....) mensais.

II - Os pagamentos devidos à adjudicada será efetuado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados pelo índice IGPM a cada final de exercício de 12 meses.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A vigência da contratação se estenderá até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado desde que haja interesse entre as partes, através de termo aditivo de contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido no objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Arcar com a responsabilidade das obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) Executar o objeto licitado conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço. A CONTRATADA ficar à disposição da Secretaria todas as terças-feiras e quintas-feiras, no horário vespertino e noturno com total de doze (12) horas semanais, para realizar as aulas no Centro de Presidente Nereu, em local a definir.
- b) Após o contrato assinado poderá ser suspenso pelo prazo de 30 dias ou mais durante o recesso de fim de ano sem vencimentos para o licitante contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 18/2017, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem

emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC,de de 2017.

CONTRATANTE CONTRATADO

Prefeito Municipal

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIMAR ANTONIO CUCHHI

13.237/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL N ° 18/2017

ANEXO II

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

CARIMBO DA EMPRESA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL N ° 18/2017

ANEXO III

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 18/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)

eNome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18/2017

PREGÃO PRESENCIAL N ° 18/2017

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2017, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
eNome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N ° 18/2017

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. 18/2017, instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----,----- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
eNome e Assinatura do Representante Legal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N ° 18/2017

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ ou nome e CPF), , declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ----- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
eNome e Assinatura do Representante Legal.

(Obs.: Deve vir fora dos envelopes de habilitação e proposta).

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N ° 18/2017

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A , CNPJ ou CPF n.º , declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. 18/2017

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ----- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)
eNome e Assinatura do Representante Legal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N ° 18/2017

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA

UN	QNT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
1	10	MES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE PINTURA EM PORCELANA; AQUARELA; TINTA ÓLEO; TECIDO E TELA. PARA ATENDER TODAS AS TERÇAS-FEIRAS E QUINTAS-FEIRAS, NO HORÁRIO VESPERTINO E NOTURNO COM TOTAL DE DOZE (12) HORAS SEMANAIS.	1.500,00	15.000,00

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2017
PREGÃO PRESENCIAL N º 18/2017

ANEXO IX

PROPOSTA COMERCIAL

NOME: _____

CNPJ OU CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

FONE: (____) _____

Apresento(amos) nossa(minha) proposta para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA DE PINTURA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA DE PRESIDENTE NEREU, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. 18/2017, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

UN	QNT	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	8	MES	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSOR DE PINTURA EM PORCELANA; AQUARELA; TINTA ÓLEO; TECIDO E TELA. PARA ATENDER TODAS AS TERÇAS-FEIRAS E QUINTAS-FEIRAS, NO HORÁRIO VESPERTINO E NOTURNO COM TOTAL DE DOZE (12) HORAS SEMANAIS.		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/ ____/ ____

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social (se empresa)

eNome e Assinatura do Representante Legal.

Princesa

PREFEITURA

ATA 01.2108-FMS - MATERIAL AMBULATORIAL

Publicação Nº 1528418

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: ALTERMED
AMARILDO BASEGGIO
DAMEDI
DENTAL OESTE
DENTAL SHOW
LA DALLA PORTA
POSSATTO E POSSATTO
SANTA LÚCIA PRODUTOS PARA SAÚDE

Ata de Registro de Preços: 01.2018-FMS

Processo Licitatório: 01.2018-FMS

Pregão Presencial: 01.2018-FMS

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de MATERIAL AMBULATORIAL"

Data da Assinatura: 20.02.2018

Data da Publicação: 21.02.2018

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor TOTAL (previsto): R\$ 26.365,96 (vinte e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

DECRETO Nº 66 DE 20.02.2018

Publicação Nº 1528368

DECRETO Nº. 66, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

"REGULAMENTA MATRÍCULA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL. "

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e de acordo com os Parâmetros Nacionais Curriculares do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º. A matrícula da Rede Municipal de Ensino no Ensino Fundamental e Educação Infantil deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis.

Parágrafo Único - O aluno que tiver 18 (dezoito) anos de idade completos poderá realizá-la pessoalmente.

Art. 2º. No ato de renovação da matrícula serão exigidos documentos pessoais atualizados, não será cobrado qualquer valor de taxa de matrícula.

Parágrafo Único - os documentos como certidão de nascimento e histórico escolar, serão exigidos para alunos novos, transferidos ou que não possuam a documentação escolar em dia.

Art. 3º. A matrícula no 1º ano do ensino fundamental será obrigatória para crianças a partir dos seis anos de idade completos, até

31 de Março.

Art. 4º. As matrículas na Educação Infantil serão oferecidas:

I - Jardim de Infância, para as crianças de quatro anos completos até 31 de Março;

II -Pré-escola, para as crianças de cinco anos completos até 31 de Março.

Art. 5º. As matrículas serão realizadas anualmente em períodos definidos pela Unidades Escolares.

Art. 6º. Encerrada a matrícula, a unidade escolar procederá a Organização, reestruturação e desdobramento de turmas por profissional, respeitados os seguintes critérios, desde que o número de alunos permaneça estável pelo período de 06 meses.

I - 1º ao 5º ano -30 alunos por profissional;

II - Reforço - 20 alunos por profissional;

III - Pré-Escola - 25 alunos por profissional;

IV- Jardim de infância - 25 alunos por profissional;

V - Centro de Educação Infantil Pequenos Anjos:

Berçário I -06 alunos por profissional;

Berçário II -08 alunos por profissional;

Maternal I -15 alunos por profissional;

Maternal II -15 alunos por profissional.

Art. 7º. O responsável pela secretaria Municipal terá autonomia, consultado o Conselho Municipal de Educação, para efetuar o desdobramento quando a Unidade escolar apresentar a matrícula conforme consta no Artigo 6º deste Decreto.

§ 1º - Para que haja desdobramento deverá haver disponibilidade na área física da unidade escolar que não implique na implantação de terceiro turno.

§ 2º- Desdobramentos fora do período estabelecido no parágrafo anterior só poderão ser realizados para atender a excepcional interesse público.

§ 3º - No caso de haver redução no número de alunos na unidade escolar, deverá ser suspenso o desdobramento conforme consta no Artigo 6º deste Decreto.

§ 4º - No caso de fechamento de turmas o professor poderá ser remanejado e quando for contratado pelo regime de Admitido em Caráter Temporário, seu contrato será rescindido.

Art. 8º. Este Decreto é parte integrante do Sistema Municipal de Ensino e segue as normas contidas nos Parâmetros Nacionais Curriculares do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto número 47 de 08 de Fevereiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO, SC, EM 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Edilson Miguel Volkweis,

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 65 DE 20.02.2018

Publicação Nº 1527983

DECRETO Nº. 65, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO TEMPORARIAMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, POR TÉRMINO DE CONTRATO, ESTER VERNILDA NARDES, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Princesa, SC, Linha Moquéim, Interior, portadora do CPF nº. 012.387.379-78, Monitora de Creche, a partir de 16.02.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 16.02.2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 20 de Fevereiro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 67 DE 20.02.2018

Publicação Nº 1529037

DECRETO Nº. 67, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO TEMPORARIAMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, JOSSIEL BECKER, brasileiro, convivente, residente e domiciliado no Município de Princesa, Rua Mato Grosso, nº. 959, SC, portador do CPF nº. 043.718.489-74, Professor de Educação Física, 10 horas semanais, a partir de 20.02.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20.02.2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 20 de Fevereiro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

LEI Nº. 922 DE 20.02.2018

Publicação Nº 1528357

LEI Nº. 922, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PRINCESA A ADQUIRIR POR DOAÇÃO PARTE DE IMÓVEL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, autorizado a receber por doação parte do lote rural número 150, situado na linha Jatobá, neste Município, Comarca de São José do Cedro, com área de 2.678,10 m² (dois mil seiscentos e setenta e oito metros quadrados e dez centímetros quadrados), pertencente a matrícula nº 3.654/CRI - São José do Cedro, conforme planta de localização e memorial descritivo, com as seguintes confrontações: “ao norte, pelo eixo da estrada; ao leste, por linha seca, com parte do mesmo lote rural nº 150, de propriedade de Celso Franco; ao sul, por linha seca, com parte do mesmo lote rural nº 150, de

propriedade de Celso Franco; ao sudoeste, por linha seca, com parte do mesmo lote rural nº 150, de propriedade de Celso Franco; ao noroeste por linha seca, com parte do lote rural nº 150 de propriedade da Mitra Diocesana, novamente ao sudoeste por linha seca, com parte do lote rural nº 50, de propriedade da Mitra Diocesana”. §1º Para efeitos contábeis e patrimoniais atribui-se a área o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§2º Integram a presente Lei memorial descritivo e mapa de localização.

Art. 2º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a assinar os atos cartoriais referentes a presente aquisição e proceder aos lançamentos patrimoniais pertinentes.

Art. 3º. As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão a conta do orçamento geral do município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 923 DE 20.02.2018

Publicação Nº 1528290

LEI Nº. 923, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“INSTITUI CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO, SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE VAGAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL - CRECHES MUNICIPAIS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam instituídos os critérios para a distribuição, seleção e classificação das vagas nas instituições de Educação Infantil – Creches Municipais.

Art. 2º. Serão aceitos na(s) Creche(s) Municipal, Crianças de 4 (quatro) meses à 4 (quatro) anos de idade completados até 31 de Março do ano letivo e residentes no Município de Princesa/SC.

Art. 3º. No início de cada ano letivo, as vagas serão distribuídas na seguinte ordem:

I – Crianças filhos de mães menores de 18 (dezoito) anos de idade que estudam no período diurno;

II- Crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar e Assistência Social desde que comprovada situação de vulnerabilidade;

III - Crianças filhos de mães que trabalham em atividades urbanas;

IV – Crianças filhos de mães que trabalham na agricultura;

Art. 4º. As vagas excedentes serão destinadas as demais crianças residentes no Município de Princesa e inscritas na creche.

Art. 5º. Quando houver disputa por vagas, observar-se-á a seguinte preferência:

I - Crianças de mães com a menor renda familiar per capita;

II - Crianças de mães com maior número de filhos menores de 12 (doze) anos;

III - Sorteio público.

Art. 6º. A lista anual de espera será formada por aqueles que não obtiveram vaga no início do ano, e serão convocados com o surgimento de novas vagas.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 924 DE 20.02.2018

Publicação Nº 1528353

LEI Nº. 924, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“INSTITUI PROGRAMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO ESCOLAR GRATUITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Transporte Coletivo Escolar Gratuito no Município de Princesa, a ser prestado aos alunos matriculados na rede pública de ensino municipal, abrangendo o jardim de infância, a pré-escola e o ensino fundamental e o ensino médio, residentes na área rural deste município e que cumpram os demais requisitos desta Lei.

§1º. O Município poderá firmar termo de convênio com o Estado para o transporte dos alunos que freqüentam a rede estadual de ensino.

§2º. O serviço de transporte escolar será realizado com veículos próprios ou terceirizado.

Art. 2º. O Programa de Transporte Coletivo Escolar Gratuito constitui-se em transportar alunos dos pontos de embarque até os estabelecimentos de ensino localizados na sede deste Município, e destes até os pontos de desembarque, mediante itinerário determinado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Caberá a direção das escolas enviar no início de cada período letivo, para a Secretaria Municipal de Educação, a relação contendo nomes dos alunos, o período em que cada um está matriculado, endereço e a distância entre a sua residência e a escola. Parágrafo único. A relação referida no caput deste artigo deverá ser mantida atualizada pelo educandário durante o ano letivo, com comunicação a Secretaria Municipal de Educação eventuais alterações.

Art. 4º. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deverá satisfazer os requisitos previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503 de 23.09.1997) e normas correlatas.

Art. 5º. Quando o transporte for realizado por veículo da municipalidade, o município fornecerá ao condutor crachá específico, que deverá ser portado em local visível durante a execução do serviço. Parágrafo primeiro. Quando o transporte for terceirizado, a empresa fornecerá o documento ao condutor.

Art. 6º. Somente poderão ser condutores de escolar, aqueles que preencham os requisitos estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro e normas correlatas editadas pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. Requisitos mínimos:

I - Habilitação para dirigir veículos Escolares.

II - Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos.

III - Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar.

IV - Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos doze meses, na condução de veículos.

VI - Não ter sofrido nos últimos 12 (doze) meses penalidades em processo administrativo disciplinar.

Art. 7º. A gestão, a operacionalização e a fiscalização do programa de transporte coletivo escolar municipal ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação, que definirá anualmente:

I - Os itinerários e os horários;

II - Os pontos de embarque e desembarque, quando necessários;

III - Os critérios de acompanhamento e fiscalização do programa;

IV - A fiscalização dos contratos terceirizados.

Art. 8º. Serão autorizados para transporte escolar, veículos automotores destinados ao transporte de passageiros como ônibus, micro-ônibus, vans e veículos adaptados para tal finalidade, desde que sejam licenciados pelo órgão competente.

Art. 9º. Os veículos autorizados para o transporte escolar terão, na parte externa, a pintura padronizada de uma faixa amarela, com quarenta centímetros de largura das partes laterais e traseiras do veículo, com o dístico escolar em cor preta e com trinta centímetros de largura. Para veículos na cor amarela a faixa será na cor preta com o dístico na cor amarela.

Art. 10. A lotação máxima dos veículos autorizados para o transporte escolar será igual ao número de usuários sentados, determinado no certificado de propriedade dos veículos.

Art. 11. Os veículos pertencentes à frota de serviço de transporte escolar deverão ser vistoriados pelo órgão competente credenciado pelo Departamento Estadual de Trânsito ou por oficinas autorizadas por este, na periodicidade da legislação vigente, devendo o responsável pelo mesmo apresentar o respectivo laudo de vistoria ao setor responsável da Secretaria de Municipal de Educação.

Art. 12. Além da observância das obrigações expressas no artigo anterior, bem como no Código Nacional de Trânsito e seu regulamento, é obrigação do condutor:

I - Tratar com polidez e urbanidade aos passageiros do transporte escolar;

II - Não permitir excesso de lotação;

III - Cumprir rigorosamente os horários e itinerários estabelecidos;

IV - Manter a higiene adequada no veículo;

V - Comunicar imediatamente a Secretaria de Municipal de Educação qualquer anormalidade ocorrida;

Parágrafo único. O condutor é autoridade máxima no veículo escolar, devendo recusar o transporte daqueles que não se comportarem adequadamente à segurança no trânsito, comunicando a autoridade superior para que sejam tomadas as medidas pertinentes.

Art. 13. As despesas para a execução desta Lei correrão a conta do orçamento municipal, em cada exercício financeiro, com recursos provenientes de União, do Estado e do Município.

Art. 14. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, instituído pela Lei Municipal nº. 694 de 28 de Maio de 2013 e constituídos de acordo com a Lei Federal nº. 10.880 de 9 de Junho de 2004, é o órgão de acompanhamento e o controle social sobre a transferência e a aplicação dos recursos do PNATE e por recursos deste programa.

Art. 15. A aplicação desta Lei poderá ser regulamentada por decreto do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS
PREFEITO MUNICIPAL

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 047/2018 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528839

DECRETO Nº 047/2018 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS, ORIUNDAS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina em exercício, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Art.65, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Composição do Superávit Financeiro, publicada através do Decreto 025/2018, de 23 de janeiro de 2018, apurado no Balanço Anual Consolidado de 2017 do Município de Quilombo – SC e seus Fundos que obedecerão aos valores de acordo com as destinações de recursos conforme relacionado abaixo:

POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS:

DESTINAÇÃO DE RECURSOS – DE 2017	VALORES (R\$)
0.3.00 – Recursos Ordinários (Esp.TCE:00)	2.009.803,87
0.3.16 – Contribuição de Domínio Econômico-Cide (Esp.TCE:07)	26.227,00
0.3.18 – Transferências do FUNDEB 60% (Esp.TCE:18)	24.459,20
0.3.22 – Transferências de Convênios – Educação (Esp.TCE:62)	13.144,40
0.3.24 – Transferências de Convênios – Outros (Esp.TCE:34)	53.447,49
0.3.44 – Fundo Especial do Petróleo (Esp.TCE:39)	56.436,93
0.3.52 – Outras Transf.de Rec.do Fundo de Assist.Social-FNAS (Esp.TCE:35)	324.015,81
0.3.54 – Convênio Trânsito – Militar (Esp.TCE:10)	16.957,88
0.3.55 – Convênio Trânsito – Civil (Esp.TCE:11)	18.759,58
0.3.56 – Convênio Trânsito – Prefeitura (Esp.TCE:12)	35.066,47
0.3.58 – Salário Educação (Esp.TCE:36)	66.950,43
0.3.59 – Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE (Esp.TCE:37)	3.365,43
0.3.60 – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Esp.TCE:37)	48.360,55
0.3.61 – Programa Nacional de Apoio Transp.Escolar-PNATE (Esp.TCE:37)	65,49
0.3.62 – Outros Recursos do FNDE (Esp.TCE:37)	3.069,92
0.3.77 – Fia Imposto de Renda (Esp.TCE:09)	916,93
0.3.87 – Alienações de Bens destinados a Educação Básica (Esp.TCE:87)	27.874,64
0.3.89 – Alienações de Bens Destinados a Outros Programas (Esp.TCE:89)	28.083,64
0.3.510 – Transferências de Convênios-Estado/Outros (Esp.TCE:64)	232,19
SUPERÁVIT DO MUNICÍPIO	2.757.237,85
0.3.02 – Receitas de Transferências Impostos – Saúde (Esp.TCE:02)	1.317,66
0.3.57 – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU (Esp.TCE:38)	1.226,22
0.3.64 – Atenção Básica (Esp.TCE:38)	406.782,08
0.3.65 – Atenção de Média e Alta Compl.e Amb. e Hospitalar (Esp.TCE:38)	349.053,43
0.3.66 – Vigilância em Saúde (Esp.TCE:38)	45.435,82
0.3.67 – Assistência Farmacêutica Básica (Esp.TCE:38)	10.934,06
0.3.509 – Transf.do Sistema Único de Saúde-SUS/Estado (Esp.TCE:67)	152.912,94
SUPERÁVIT DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	967.662,21
SUPERÁVIT TOTAL - CONSOLIDADO	3.724.900,06

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário, de modo especial o Decreto 025/2018, de 23 de janeiro de 2018.

Gabinete do Executivo Municipal, em 19 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA

TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicado

Em 19/02/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado**DECRETO Nº 050/2018 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1529338

DECRETO Nº 050/2018 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei nº 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar a dotação orçamentária no orçamento do Município para o ano de 2018, no valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, conforme abaixo especificado:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE		06
Unidade	DPTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE		01
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO		0008
Atividade	TRANSPORTE ESCOLAR/FUNDAMENTAL		2.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(53)	Da Aplicação Direta – 3.1.90	01.19 – Transferências do FUNDEB	35.000,00
(55)	Para a Aplicação Direta – 3.3.90	01.19 – Transferências do FUNDEB	35.000,00
Valor Total R\$:			35.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 19 de fevereiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA
TC/CRC/SC 15.171/0/1Registrada e Publicado
Em 19/02/2018.
Lei Municipal nº 1087/1993Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado**DECRETO Nº 051/2018 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1529346

DECRETO Nº 051/2018 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei nº 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar a dotação orçamentária no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo para o ano de 2018, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, conforme abaixo especificado:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07
Unidade	FDO MUN DE SAÚDE DE QUILOMBO		01
Função	Saúde		10
Sub-função	Vigilância Epidemiológica		305
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL		0016

Atividade	SAÚDE BUCAL/SB/FMS		2.079
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Da Aplicação Direta – 3.3.90	01.38 - Recursos do SUS	25.000,00
()	Para a Aplicação Direta – 3.1.90	01.38 - Recursos do SUS	25.00000
Valor Total R\$:			25.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Executivo Municipal, em 19 de fevereiro de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA
TC/CRC/SC 15.171/0/1

Registrada e Publicado
Em 19/02/2018.
Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

DECRETO Nº 052/2018 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529348

DECRETO Nº 052/2018 – DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO NO ANO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Art.7º da Lei nº 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo para o ano de 2018 no valor de R\$ 45.435,82 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017 de 22 de dezembro de 2017, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		07
Unidade	FDO MUN DE SAÚDE DE QUILOMBO		01
Função	Saúde		10
Sub-função	Vigilância Epidemiológica		305
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL		0016
Atividade	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SAÚDE/FMS		2.085
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicação Direta – 3.1.90	03.38 - Recursos do SUS (Vigilância em Saúde)	40.000,00
()	Aplicação Direta – 3.3.90	03.38 - Recursos do SUS (Vigilância em Saúde)	5.435,82
Valor Total R\$:			45.435,82

Art.2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares, de que trata o artigo anterior, serão provenientes do superávits financeiros apurados no exercício de 2017 nas DR 03.38 (Recursos do SUS).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Executivo Municipal, em 19 de fevereiro de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA
TC/CRC/SC 15.171/0/1
Registrada e Publicado
Em 19/02/2018.
Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

EXTRATO 28/2018

Publicação Nº 1528849

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	28/2018
Contratante.:	MUNICIPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	S & W MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP
Objeto :	AQUISIÇÃO DE VEICULOS NOVOS, DESTINADOS PARA UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE QUILOMBO, EM ATENDIMENTO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 859740/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
Valor :	R\$ 103.000,00 (Cento e três mil reais).
Vigência :	Início : 19/02/2018 Término : 19/06/2018.
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018
Recursos :	1.041 4.4.90.00 0.1.00/0.1.24
QUILOMBO/SC, 16 de Fevereiro de 2018.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE RESUMO DE DL N° 0001/2018 - PMRA

Publicação N° 1529114

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0001/2018 – PMRA

O Município de Rio das Antas (SC), baseado nos termos do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO n° 0001/2018 - PMRA, tendo como Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFEÇÃO, IMPRESSÃO E FINALIZAÇÃO (ACABAMENTO) DE 2.500 UNIDADES DE CALENDÁRIOS 2018 DE PAREDE COM OS EVENTOS DO MUNICÍPIO, E DAS COMUNIDADES DO INTERIOR. CONFORME MODELO DO MUNICÍPIO. CALENDÁRIO DUPLEX:240G 4X0 TAMANHO A3, 12 FOLHAS EM OFFSET 90G 4X0 NO TAMANHO 27,8 X 26CM, COM FURO, 2 GRAMPOS E PICOTES. Sendo Contratada: GRÁFICA E EDITORA BLUMEN LTDA, inscrito no CNPJ n° 00.082.647/0001-00. O MUNICÍPIO PAGARÁ À CONTRATADA O VALOR TOTAL DE R\$ 5.898,00 (cinco mil e oitocentos e noventa e oito reais). Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 22, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 20 de fevereiro de 2018/Jairo Biramar de Oliveira-Prefeito Municipal em Exercício

Rio do Campo

PREFEITURA

117 PORTARIA Nº 117 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ANA LUCIA DE SOUZA

Publicação Nº 1528786

Portaria nº. 117, de 20 de Fevereiro de 2018.

"Dispõe sobre a contratação de ANA LUCIA DE SOUZA, Admissão em Caráter Temporário - ACT".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 04/2017, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, ANA LUCIA DE SOUZA, a partir de 15 de fevereiro de 2018, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Educação Infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, com vigência para o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 20 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

118 PORTARIA Nº 118 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ELIANE AGOSTINI GIHOTSKI

Publicação Nº 1528788

Portaria nº. 118, de 20 de Fevereiro de 2018.

"Dispõe sobre a contratação de ELIANE AGOSTINI GIHOTSKI, Admissão em Caráter Temporário - ACT".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 04/2017, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, ELIANE AGOSTINI GIHOTSKI, a partir de 15 de fevereiro de 2018, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Educação Infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de

Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, com vigência para o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 20 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

119 PORTARIA Nº 119 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ALEXANDRA GARLINI ALVES

Publicação Nº 1528790

Portaria nº. 119, de 20 de Fevereiro de 2018.

"Dispõe sobre a contratação de ALEXANDRA GARLINI ALVES, Admissão em Caráter Temporário - ACT".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 04/2017, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, ALEXANDRA GARLINI ALVES, a partir de 15 de fevereiro de 2018, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor Ensino Fundamental, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 15 (Quinze) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, com vigência para o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 20 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 3.912

Publicação Nº 1529482

"Abre Crédito Adicional Suplementar, por superávit financeiro e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de RIO DO CAMPO e autorização contida na Lei Municipal nº 2.179/17 de 30 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 245.299,75(duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390 0000000000.06380501	19.588,20
Suplementar	Manutenção das Unidades de Saúde	11.001.0010.0301.0014.2092.33390 0000000000.06380500	120.000,00
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390 0000000000.06380500	33.377,16
Suplementar	Equipamento para Atendimento à Atenção Básica	11.001.0010.0301.0014.2090.34490 0000000000.06380500	52.106,39
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33191 0000000000.06380499	658,61
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33191 0000000000.06380498	584,48
Suplementar	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário.	11.001.0010.0304.0014.2088.33390 0000000000.03060489	6.984,91
Suplementar	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário.	11.001.0010.0304.0014.2088.33191 0000000000.03060489	3.500,00
Suplementar	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário.	11.001.0010.0304.0014.2088.33190 0000000000.03060489	8.500,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03060489	18.984,91
Superávit		06380498	584,48
Superávit		06380499	658,61
Superávit		06380500	205.483,55
Superávit		06380501	19.588,20

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 140.698,76(cento e quarenta mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Controle Epidemiológico	11.001.0010.0305.0014.2087.333900 0000000000.06380511	936,60
Suplementar	Controle Epidemiológico	11.001.0010.0305.0014.2087.344900 0000000000.06380510	6.835,04
Suplementar	Controle Epidemiológico	11.001.0010.0305.0014.2087.333900 0000000000.06380510	10.000,00
Suplementar	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário	11.001.0010.0304.0014.2088.33390 0000000000.06380509	1.105,52
Suplementar	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário	11.001.0010.0304.0014.2088.34490 0000000000.06380508	8.036,55

Suplementar	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário	11.001.0010.0304.0014.2088.33390 0000000000.06380508	18.000,00
Suplementar	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.33390 0000000000.06380507	1.710,89
Suplementar	Atendimento Odontológico na Atenção Básica	11.001.0010.0302.0014.2093.33390 0000000000.06380506	16.689,13
Suplementar	Equipamento para Atendimento à Atenção Básica	11.001.0010.0301.0014.2090.34490 0000000000.06380506	7.000,00
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33191 0000000000.06380504	19.898,16
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33190 0000000000.06380504	50.000,00
Suplementar	Assistência Farmacêutica Básica	11.001.0010.0301.0014.2094.33390 0000000000.06380503	486,87

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		06380503	486,87
Superávit		06380511	936,60
Superávit		06380510	16.835,04
Superávit		06380509	1.105,52
Superávit		06380504	69.898,16
Superávit		06380506	23.689,13
Superávit		06380507	1.710,89
Superávit		06380508	26.036,55

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 27.086,36(vinte e sete mil, oitenta e seis reais e trinta e seis centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.34490 0000000000.06380836	887,60
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.34490 0000000000.06380556	50,39
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.34490 0000000000.06380555	1.021,34
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390 0000000000.06380554	1.886,86
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390 0000000000.06380551	23.240,17

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		06380551	23.240,17
Superávit		06380836	887,60
Superávit		06380556	50,39
Superávit		06380555	1.021,34
Superávit		06380554	1.886,86

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 31.954,54(trinta e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sanitárias	11.001.0010.0301.0014.1036.34490 0000000000.06380860	3.183,10
Suplementar	Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sanitárias	11.001.0010.0301.0014.1036.34490 0000000000.06380859	10.122,96

Suplementar	Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sanitárias	11.001.0010.0301.0014.1036.34490 0000000000.06380850	146,61
Suplementar	Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sanitárias	11.001.0010.0301.0014.1036.34490 0000000000.06380848	469,26
Suplementar	Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sanitárias	11.001.0010.0301.0014.1036.34490 0000000000.06380846	17.898,21
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33390 0000000000.06380844	134,40

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		06380844	134,40
Superávit		06380846	17.898,21
Superávit		06380848	469,26
Superávit		06380850	146,61
Superávit		06380859	10.122,96
Superávit		06380860	3.183,10

Art. 9 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 29.377,66(vinte e nove mil, trezentos e setenta e sete reais e sessenta e seis centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390 0000000000.06381019	6,15
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390 0000000000.06381018	146,16
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33191 0000000000.06381001	1.274,28
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33390 0000000000.06380980	2.941,20
Suplementar	Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sanitárias	11.001.0010.0301.0014.1036.34490 0000000000.06380961	13.775,61
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390 0000000000.06380867	178,92
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390 0000000000.06380864	11.055,34

Art. 10 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		06380864	11.055,34
Superávit		06380867	178,92
Superávit		06380961	13.775,61
Superávit		06380980	2.941,20
Superávit		06381001	1.274,28
Superávit		06381018	146,16
Superávit		06381019	6,15

Art. 11 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 5.297,54(cinco mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e quatro centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Veículo	11.001.0010.0301.0014.1035.34490 0000000000.06630491	1.197,54
Suplementar	Aquisição de Veículo	11.001.0010.0301.0014.1035.34490 0000000000.06630490	4.100,00

Art. 12 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		06630490	4.100,00
Superávit		06630491	1.197,54

Art. 13 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 23.319,33(vinte e três mil, trezentos e dezenove reais e trinta e três centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33390 0000000000.06670950	35,34
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.34490 0000000000.06670865	10,79
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33390 0000000000.06670862	77,06
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33390 0000000000.06670521	211,80
Suplementar	Tratamento Médico de Média e Alta Complexidade	11.001.0010.0302.0014.2091.33390 0000000000.06670520	100,00
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390 0000000000.06670515	2.886,82
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390 0000000000.06670514	10.000,00
Suplementar	Campanhas Educativas para Gestantes, Hipertensos e Diabéticos.	11.001.0010.0301.0014.2084.33390 0000000000.06670514	9.492,61
Suplementar	Assistência Farmacêutica Básica	11.001.0010.0301.0014.2094.33390 0000000000.06670513	504,91

Art. 14 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		06670513	504,91
Superávit		06670950	35,34
Superávit		06670865	10,79
Superávit		06670862	77,06
Superávit		06670521	211,80
Superávit		06670520	100,00
Superávit		06670514	19.492,61
Superávit		06670515	2.886,82

Art. 15 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 691,59(seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Veículo	11.001.0010.0301.0014.1035.34490 0000000000.06880519	691,59

Art. 16 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		06880519	691,59

Art. 17 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 15.223,29(quinze mil, duzentos e vinte e três reais e vinte e nove centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Construção e Reforma de Pontes	04.001.0026.0782.0003.1004.33390 0000000000.03070407	607,23
Suplementar	Construção e Reforma de Pontes	04.001.0026.0782.0003.1004.33390 0000000000.03070406	14.616,06

Art. 18 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03070406	14.616,06
Superávit		03070407	607,23

Art. 19 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 53.951,35(cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2029.33390 0000000000.03620458	12.844,71
Suplementar	Transporte Escolar para o Ensino Médio	06.004.0012.0362.0006.2038.33390 0000000000.03620459	209,91
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2029.33390 0000000000.03620838	378,13
Suplementar	Manutenção do Cras -centro de Referência da Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2103.33390 0000000000.03650869	11.360,61
Suplementar	Manutenção do Cras -centro de Referência da Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2103.33390 0000000000.03650891	717,80
Suplementar	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.344900 0000000000.03650969	27.558,19
Suplementar	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.344900 0000000000.03650970	882,00

Art. 20 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03620458	12.844,71
Superávit		03650970	882,00
Superávit		03650969	27.558,19
Superávit		03650869	11.360,61
Superávit		03650891	717,80
Superávit		03620459	209,91
Superávit		03620838	378,13

Art. 21 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 80,33(oitenta reais e trinta e três centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção à Crianças e Adolescentes em Risco Social	10.002.0008.0243.0011.2064.33390 0000000000.03800487	80,33

Art. 22 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03800487	80,33

Art. 23 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 139.240,29(cento e trinta e nove mil, duzentos e quarenta reais e vinte e nove centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Pavimentação de Vias Públicas Urbanas	05.003.0015.0451.0005.1009.34490 0000000000.03830840	1.545,00
Suplementar	Construção do Centro de Eventos	03.001.0004.0122.0002.1045.34490 0000000000.03830558	110.001,46
Suplementar	Pavimentação de Vias Públicas Urbanas	05.003.0015.0451.0005.1009.34490 0000000000.03830558	27.693,83
Art. 24 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03830558	137.695,29
Superávit		03830840	1.545,00
Art. 25 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 6.000,00(seis mil reais)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos	04.001.0026.0782.0003.1006.34490 0000000000.03890403	6.000,00
Art. 26 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03890403	6.000,00
Art. 27 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 14.960,60(quatorze mil, novecentos e sessenta reais e sessenta centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Sinalização e Informação de Trânsito	05.001.0006.0183.0005.2015.33390 0000000000.03120947	2.305,51
Suplementar	Sinalização e Informação de Trânsito	05.001.0006.0183.0005.2015.33390 0000000000.03120414	12.655,09
Art. 28 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 27 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03120414	12.655,09
Superávit		03120947	2.305,51
Art. 29 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 68.665,84(sessenta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.33190 0000000000.03190455	1.706,95
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.33191 0000000000.03190454	7.000,00
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.33190 0000000000.03190454	21.276,10
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.33190 0000000000.03180453	2.798,32
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.33191 0000000000.03180452	8.000,00

Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.33190 0000000000.03180452	27.884,47
Art. 30 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 29 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03180452	35.884,47
Superávit		03190454	28.276,10
Superávit		03180453	2.798,32
Superávit		03190455	1.706,95
Art. 31 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 103.386,22(cento e três mil, trezentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Reforma, Construção e Ampliação do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.1046.34490 0000000000.03320892	29.674,11
Suplementar	Reforma, Construção e Ampliação do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.1046.34490 0000000000.03320887	73.712,11
Art. 32 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 31 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03320887	73.712,11
Superávit		03320892	29.674,11
Art. 33 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 99.324,28(noventa e nove mil, trezentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Implementos e Máquinas Agrícolas	09.001.0020.0601.0010.1026.34490 0000000000.03341017	8.698,79
Suplementar	Pavimentação de Vias Públicas Urbanas	05.003.0015.0451.0005.1009.34490 0000000000.03341002	5.065,58
Suplementar	Manutenção e Reabertura de Estradas	04.001.0026.0782.0003.2010.33390 0000000000.03340979	22.827,54
Suplementar	Manutenção e Reabertura de Estradas	04.001.0026.0782.0003.2010.33390 0000000000.03340978	62.732,37
Art. 34 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 33 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03340978	62.732,37
Superávit		03340979	22.827,54
Superávit		03341002	5.065,58
Superávit		03341017	8.698,79
Art. 35 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 140.321,13(cento e quarenta mil, trezentos e vinte e um reais e treze centavos)			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.33390 0000000000.03350868	1.554,10
Suplementar	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.33390 0000000000.03350847	51.213,52

Suplementar	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.33390000000000.03350555	293,17
Suplementar	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.33390000000000.03350554	990,04

Suplementar	Manutenção do Cras -centro de Referencia da Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2103.33390000000000.03350485	2.224,89
Suplementar	Manutenção do Cras -centro de Referencia da Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2103.33390000000000.03350484	22.757,68
Suplementar	Manutenção do Cras -centro de Referencia da Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2103.33191000000000.03350484	16.000,00
Suplementar	Manutenção do Cras -centro de Referencia da Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2103.33190000000000.03350484	36.000,00
Suplementar	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.33390000000000.03350482	67,00
Suplementar	Proteção Especial a Pessoa com Deficiência, Idosos e Suas Famílias	10.001.0008.0242.0016.2068.33390000000000.03350481	31,08
Suplementar	Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos	10.001.0008.0244.0012.2117.33390000000000.03350480	83,61
Suplementar	Manutenção de Veículos da Secretaria de Assistência Social	10.001.0004.0122.0018.2107.33390000000000.03350479	8.346,09
Suplementar	Proteção Especial a Pessoa com Deficiência, Idosos e Suas Famílias	10.001.0008.0242.0016.2068.33390000000000.03350477	759,95

Art. 36 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 35 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03350477	759,95
Superávit		03350479	8.346,09
Superávit		03350480	83,61
Superávit		03350481	31,08
Superávit		03350482	67,00
Superávit		03350484	74.757,68
Superávit		03350485	2.224,89
Superávit		03350554	990,04
Superávit		03350555	293,17
Superávit		03350847	51.213,52
Superávit		03350868	1.554,10

Art. 37 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 19.005,92(dezenove mil, cinco reais e noventa e dois centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Móveis e Equipamentos para o Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2033.34490000000000.03360456	16.798,53
Suplementar	Aquisição de Móveis e Equipamentos para o Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2033.34490000000000.03360457	2.207,39

Art. 38 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 37 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03360456	16.798,53
Superávit		03360457	2.207,39

Art. 39 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 23.630,62(vinte e três mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e dois centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
--------------	----------------	--------------	-------

Suplementar	Transporte Escolar na Educação Infantil	06.001.0012.0365.0006.2021.3339000000000000.03370460	544,89
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2029.3339000000000000.03370461	1.621,18
Suplementar	Transporte Escolar para o Ensino Médio	06.004.0012.0362.0006.2038.3339000000000000.03370462	1.765,85
Suplementar	Alimentação na Educação Infantil - Creche.	06.006.0012.0306.0006.2019.3339000000000000.03370465	14.406,49
Suplementar	Alimentação na Educação Infantil - Pré Escolar	06.006.0012.0306.0006.2035.3339000000000000.03370466	422,09
Suplementar	Alimentação no Ensino Fundamental	06.006.0012.0306.0006.2028.3339000000000000.03370467	571,52
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3339000000000000.03370561	2.140,00
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3339000000000000.03370607	2,74
Suplementar	Manutenção do Ensino Pré-escolar	06.001.0012.0365.0006.2023.3339000000000000.03370609	975,74
Suplementar	Alimentação na Educação Infantil - Pré Escolar	06.006.0012.0306.0006.2035.3339000000000000.03370839	72,53
Suplementar	Alimentação no Ensino Fundamental	06.006.0012.0306.0006.2028.3339000000000000.03370842	74,27
Suplementar	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2029.3339000000000000.03370845	494,65
Suplementar	Alimentação na Educação Infantil - Creche.	06.006.0012.0306.0006.2019.3339000000000000.03370866	538,67

Art. 40 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 39 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03370460	544,89
Superávit		03370866	538,67
Superávit		03370845	494,65
Superávit		03370842	74,27
Superávit		03370839	72,53
Superávit		03370609	975,74
Superávit		03370607	2,74
Superávit		03370561	2.140,00
Superávit		03370467	571,52
Superávit		03370466	422,09
Superávit		03370465	14.406,49
Superávit		03370462	1.765,85
Superávit		03370461	1.621,18

Art. 41 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 7.653,41(sete mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Pavimentação de Vias Públicas Urbanas	05.003.0015.0451.0005.1009.3449000000000000.03390408	6.101,39
Suplementar	Iluminação Pública	05.001.0025.0752.0005.2013.3339000000000000.03390409	1.552,02

Art. 42 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 41 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03390408	6.101,39
Superávit		03390409	1.552,02

Art. 43 - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 19 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 2.186

Publicação Nº 1528085

LEI Nº. 2.186, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018. "Concede reposição salarial aos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo e dos Agentes Políticos do Município de Rio do Campo e dá outras providências."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, FAÇO SABER a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido reposição salarial, conforme determina o artigo 68, da Lei 1.570, de 02 de janeiro de 2007 (redação dada pela lei 1.705/2010), no percentual de 2,8 % (dois virgula oito pontos percentuais) aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, aos agentes políticos, com base no que determina o artigo 2º, da Lei 2.092, de 31 de março de 2016, e aos vereadores do município de Rio do Campo, com base no que determina o artigo 6º, da lei 2.093, de 31 de março de 2016.

Parágrafo Único. Excetuam-se desta lei, os servidores do magistério.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 20 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATORIO 12 2018

Publicação Nº 1528777

PROCESSO LICITATORIO NR 12/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 09/2018

O Município de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 09/2018, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de acesso contínuo através de circuito dedicado à rede mundial de computadores (internet), por meio de cabos, modems, fibras ópticas e roteadores ou qualquer outro material ou equipamento que se fizerem necessários à prestação do serviço. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes documentos e propostas para o dia 06 de março de 2018 até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo - SC, sendo o certame regido pela Lei n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net. Rio do Campo, 20 de fevereiro de 2018. Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 2304_2018

Publicação Nº 1528284

DECRETO Nº 2304 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

“Prorroga o prazo de validade do Processo Seletivo n. 001/2017”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2156 de 07/12/2016.

CONSIDERANDO o disposto no item 1.3 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por um ano o prazo de validade do Processo Seletivo n. 001/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Rio do Oeste para preenchimento de vagas de caráter temporário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Oeste – SC, 16 de fevereiro de 2018

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no mural da Prefeitura em 16/02/2018

FLÁVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

PORTARIA 8041

Publicação Nº 1528935

PORTARIA Nº 8041 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

“Transfere Lotação de Servidor”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE

Art. 1º TRANSFERE de lotação a servidora VILMA APARECIDA ELEUTERIO, matrícula 90018-00, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, para a Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 20 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE:

VILMA APARECIDA ELEUTERIO

CÂMARA MUNICIPAL**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12**

Publicação Nº 1527915


BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d)=(c-b)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI = IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VII)			810.310,40	810.310,40
TOTAL (VIII = VI + VII)	0,00	0,00	810.310,40	810.310,40
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		0,00		
Reabertura de créditos adicionais		0,00		

e-Sfinge Web - Gerado em: 22/01/2018 - 13:39

1



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f-g)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	864.000,00	864.000,00	810.310,40	810.310,40	810.310,40	53.689,60
Despesas Correntes (IX)	842.000,00	859.000,00	806.670,40	806.670,40	806.670,40	52.329,60
Pessoal e Encargos Sociais	675.000,00	665.000,00	628.858,32	628.858,32	628.858,32	36.141,68
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	167.000,00	194.000,00	177.812,08	177.812,08	177.812,08	16.187,92
Despesas de Capital (X)	22.000,00	5.000,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	1.360,00
Investimentos	22.000,00	5.000,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	1.360,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida(*)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (XI)	0,00	0,00				0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	864.000,00	864.000,00	810.310,40	810.310,40	810.310,40	53.689,60
Superávit (XIV)						
TOTAL (XV = XIII + XIV)	864.000,00	864.000,00	810.310,40	810.310,40	810.310,40	53.689,60
Reserva do RPPS	0,00	0,00				0,00

(*) Incluída a Amortização da Dívida/Refinanciamento

**AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00



EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-c-e)
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

Publicação Nº 1527912

**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Investimento do RPPS	0,00	0,00
Aplicações em segmentos de Imóveis	0,00	0,00
(-) Ajustes de Perdas e Investimentos de aplicações temporários	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda	0,00	
Variação Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00

**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Participação Permanente	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada de Investimentos	0,00	0,00
(-) Redução do Valor Recuperável de Propriedade para Investimento	0,00	0,00
Investimento do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento do RPPS	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento - Demais	0,00	0,00
Imobilizado	106.451,90	107.407,23
Bens Móveis	128.858,57	125.218,57
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis	-22.406,67	-17.811,34
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Móveis	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável do imobilizado - Bens Imóveis	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	106.451,90	107.407,23
TOTAL DO ATIVO	106.451,90	107.407,23

**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
Total do Passivo Circulante	0,00	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00

**BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	106.451,90	107.407,23
Resultado do Exercício	-955,33	-14.260,34
Resultado de Exercícios Anteriores	107.407,23	121.667,57
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
outros Resultados	0,00	0,00
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	106.451,90	107.407,23
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	106.451,90	107.407,23

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	106.451,90	107.407,23
Total do Ativo	106.451,90	107.407,23
PASSIVO (II)		
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
Total do Passivo	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL(III) = (I - II)	106.451,90	107.407,23

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00



BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL	0,00	0,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - ANEXO 11

Publicação Nº 1527932

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11



Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)
Competência: 2017

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
01001	Câmara Municipal de Vereadores	864.000,00	0,00	864.000,00	53.689,60
01001.01	Legislativa	864.000,00	0,00	864.000,00	53.689,60
01001.01.031	Ação Legislativa	864.000,00	0,00	864.000,00	53.689,60
01001.01.031.02.002001	Manutenção das Atividades Legislativas	864.000,00	0,00	864.000,00	51.996,80
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	675.000,00	0,00	675.000,00	46.141,68
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)			511.148,94	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários			476.681,13	
3.1.90.11.43	13º salário			16.979,06	
3.1.90.11.46	ferias - pagamento antecipado			17.488,75	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais			114.222,30	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias - INSS			114.222,30	
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas			3.487,08	
3.1.90.94.09	ferias - abono pecuniário - RGPS			3.487,08	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	30.000,00	0,00	30.000,00	2.340,00
3.3.50.41.00	Contribuições			27.660,00	
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado			27.660,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	129.000,00	0,00	129.000,00	-12.844,88
3.3.90.14.00	Diárias Civis			55.448,00	
3.3.90.14.14	diárias no país - civil			55.448,00	
3.3.90.30.00	Material de Consumo			10.924,33	
3.3.90.30.04	gas engarrafado			171,00	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação			3.118,63	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens			825,00	
3.3.90.30.16	material de expediente			2.131,78	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados			832,00	
3.3.90.30.19	material de acondicionamento e embalagem			27,20	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha			231,29	

1 / 4

e-Sfinge Web - Gerado em: 22/01/18 - 13:39



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2017

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização			1.067,56	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis			420,40	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis			340,00	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico			451,27	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança			32,00	
3.3.90.30.29	material para áudio, vídeo e foto			546,00	
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos			250,20	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			480,00	
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras			1.420,00	
3.3.90.31.05	ordens honoríficas			485,00	
3.3.90.31.99	outras premiações			935,00	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção			7.748,95	
3.3.90.33.01	passagens para o país			7.748,95	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			570,00	
3.3.90.36.27	serviços de comunicação em geral			570,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			56.151,25	
3.3.90.39.01	assinatura de periódicos e anuidades			807,00	
3.3.90.39.08	manutenção de software			445,00	
3.3.90.39.11	locação de softwares			16.823,88	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis			720,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			97,00	
3.3.90.39.20	manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas			2.790,00	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			706,25	
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral			869,54	
3.3.90.39.48	serviços de seleção e treinamento			6.700,00	
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações			8.368,58	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			1.904,00	

e-Sfinge Web - Gerado em: 22/01/18 - 13:39

2 / 4

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11



Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)
Competência: 2017

Código	Títulos	Autorizada R\$			Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total	
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados			320,00	
3.3.90.39.97	despesas de teleprocessamento			15.600,00	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas			114,00	
3.3.90.47.18	contribuição previdenciária sobre serviços de terceiros - PF			114,00	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições			9.468,35	
3.3.90.93.02	restituições			167,20	
3.3.90.93.04	indenização de transporte			9.301,15	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	6.360,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente			3.640,00	
4.4.90.52.18	coleções e materiais bibliográficos			1.250,00	
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto			2.390,00	
01001.01.031.02.002002	Manutenção do Programa Vereador Mirim	10.000,00	0,00	10.000,00	1.692,80
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	1.692,80
3.3.90.30.00	Material de Consumo			990,00	
3.3.90.30.16	material de expediente			135,00	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins			855,00	
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras			525,00	
3.3.90.31.99	outras premiações			525,00	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção			1.100,00	
3.3.90.33.05	locação de veículo para locomoção - pessoa jurídica			1.100,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)			2.131,70	
3.3.90.36.96	outros serviços de terceiros - pessoa física - pago antecipado			2.131,70	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)			3.373,74	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação			2.179,74	
3.3.90.39.59	serviços de áudio, vídeo e foto			1.194,00	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições			186,76	

e-Sfinge Web - Gerado em: 22/01/18 - 13:39

3 / 4



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)
Competência: 2017

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.93.04	Indenização de transporte			186,76		
	Total da Unidade Gestora	864.000,00	0,00	864.000,00	810.310,40	53.689,60
	Total Geral	864.000,00	0,00	864.000,00	810.310,40	53.689,60

DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES - ANEXO 07

Publicação Nº 1527935



Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07
Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)
 Competência: 2017

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	810.310,40	810.310,40
01.031	Ação Legislativa	0,00	0,00	810.310,40	810.310,40
01.031.0101	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS/CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	0,00	802.003,20	802.003,20
01.031.0101.02.002001	Manutenção das Atividades Legislativas	0,00	0,00	802.003,20	802.003,20
01.031.0102	VEREADOR MIRIM/CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	0,00	8.307,20	8.307,20
01.031.0102.02.002002	Manutenção do Programa Vereador Mirim	0,00	0,00	8.307,20	8.307,20
Total Geral		0,00	0,00	810.310,40	810.310,40

e-Sfinge Web - Gerado em: 22/01/18 - 13:38

1 / 1

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Publicação Nº 1527911

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	864.000,00	864.000,00
Transferências Intragovernamentais	864.000,00	864.000,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução orçamentária delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências Delegadas Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	0,00	0,00
Reversão da Redução do Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	864.000,00	864.000,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Pessoal e Encargos	628.858,32	623.541,31
Remuneração a Pessoal	514.636,02	505.935,48
Encargos Patronais	114.222,30	110.274,91
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	7.330,92
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	143.033,30	138.423,50
Uso de Material de Consumo	11.914,33	10.879,79
Serviços	126.523,64	109.732,37
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.595,33	17.811,34
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 06/2017

Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	81.349,60	105.146,88
Transferências Intragovernamentais	53.689,60	75.746,88
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências às Instituições Privadas	27.660,00	29.400,00
Transferências às Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências aos Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Reavaliação, redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	114,00	114,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	114,00	114,00
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custo de Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo de Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.600,11	11.034,65
Premiações	1.945,00	2.214,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15****Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)****Competência: 06/2017**

Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	9.655,11	8.820,65
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	864.955,33	878.260,34
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I -II)	-955,33	-14.260,34

DEMOSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA - ANEXO 1

Publicação Nº 1527907



Demonstrativo da Receita e Despesa
Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2017

Títulos	R\$	Títulos	R\$
RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	0,00	Despesas Correntes	806.670,40
Receita Tributária	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	628.858,32
Receita de Contribuições	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receita Patrimonial	0,00	Outras despesas correntes	177.812,08
Receita Agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Serviços	0,00		
Transferências Correntes	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00		
Déficit	806.670,40	Superávit	
Total	806.670,40	Total	806.670,40
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	3.640,00
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00	Investimentos	3.640,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Transferências de Capital	0,00	Amortização da Dívida	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00		
		Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00		
Déficit	3.640,00	Superávit	
Total	3.640,00	Total	3.640,00
RESUMO			
Receitas Correntes	0,00	Despesas Correntes	806.670,40
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Capital	0,00	Despesas de Capital	3.640,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Subtotal	0,00	Subtotal	810.310,40
Déficit	810.310,40	Superávit	
TOTAL	810.310,40	TOTAL	810.310,40

NATUREZA DE DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS - ANEXO 02

Publicação Nº 1527944



Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas
Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2017

Unidade Orçamentária: 1001 - Camara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			806.670,40
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			628.858,32
3.1.90.00	Aplicações Diretas		628.858,32	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	511.148,94		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	114.222,30		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.487,08		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			177.812,08
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		27.660,00	
3.3.50.41	Contribuições	27.660,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		150.152,08	
3.3.90.14	Diárias Civil	55.448,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	11.914,33		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	1.945,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	8.848,95		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	2.701,70		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	59.524,99		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	114,00		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	9.655,11		
4.0.00.00	Despesas de Capital			3.640,00
4.4.00.00	Investimentos			3.640,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		3.640,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	3.640,00		
Total Unidade Orçamentária				810.310,40

PROGRAMA DE TRABALHO POR ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - ANEXO 06

Publicação Nº 1527939

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06

Administração Direta, Indireta ou Fundacional



Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)
Competência: 2017

Unidade Orçamentária: 01001 Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
1	Legislativa	0,00	0,00	810.310,40	810.310,40
1.031	Ação Legislativa	0,00	0,00	810.310,40	810.310,40
01.031.0101	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS/CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	0,00	802.003,20	802.003,20
01.031.0101.02.002001	Manutenção das Atividades Legislativas	0,00	0,00	802.003,20	802.003,20
01.031.0102	VEREADOR MIRIM/CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO OESTE	0,00	0,00	8.307,20	8.307,20
01.031.0102.02.002002	Manutenção do Programa Vereador Mirim	0,00	0,00	8.307,20	8.307,20
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	810.310,40	810.310,40
	Total da Unidade Gestora	0,00	0,00	810.310,40	810.310,40
	Total Geral	0,00	0,00	810.310,40	810.310,40

e-Sfinge Web - Gerado em: 22/01/18 - 13:38

1 / 1

RESUMO GERAL DAS DESPESAS - ANEXO 02

Publicação Nº 1527945

**Resumo Geral da Despesa - Anexo 2**

Unidade Gestora: (1867 / Câmara Municipal de Rio do Oeste)

Competência: 2017

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			806.670,40
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			628.858,32
3.1.90.00	Aplicações Diretas		628.858,32	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	511.148,94		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	114.222,30		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.487,08		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			177.812,08
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		27.660,00	
3.3.50.41	Contribuições	27.660,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		150.152,08	
3.3.90.14	Diárias Civil	55.448,00		
3.3.90.30	Material de Consumo	11.914,33		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	1.945,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	8.848,95		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	2.701,70		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	59.524,99		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	114,00		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	9.655,11		
4.0.00.00	Despesas de Capital			3.640,00
4.4.00.00	Investimentos			3.640,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		3.640,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	3.640,00		
Total Geral				810.310,40

Rio dos Cedros

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CT Nº. 043/2017 DATA: 16/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO- TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM- FORMAR DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO FINALIDADE: CREDENCIAMENTO DE TAXISTA CONTRATO: ARISTIDES MASTELOTTO OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE V

Publicação Nº 1529489

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO CT nº. 043/2017
DATA: 16/02/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO- TIPO DE LICITAÇÃO: Por Item- FORMAR DE JULGAMENTO: Menor Preço FINALIDADE: CREDENCIAMENTO DE TAXISTA
CONTRATO: ARISTIDES MASTELOTTO
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 20/02/2018
TÉRMINO: 20/02/2018
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 16/2017

1º TAAO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 042/2017 DATA: 16/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO- TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM- FORMAR DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO FINALIDADE: CREDENCIAMENTO DE TAXISTA CONTRATO: ITAMAR DE SOUZA MARTINS OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE

Publicação Nº 1529488

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 042/2017
DATA: 16/02/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO- TIPO DE LICITAÇÃO: Por Item- FORMAR DE JULGAMENTO: Menor Preço FINALIDADE: CREDENCIAMENTO DE TAXISTA
CONTRATO: ITAMAR DE SOUZA MARTINS
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 20/02/2018
TÉRMINO: 20/02/2018
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 16/2017

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 177/2017 DE 10/10/2017 DATA: 16/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM- JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: ANSELMO SCHMOLLER ME OBJETO: ACRÉSCIMO DO ITEM 1

Publicação Nº 1529493

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 177/2017 de 10/10/2017
DATA: 16/02/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item- JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: ANSELMO SCHMOLLER ME
OBJETO: ACRÉSCIMO DO ITEM 1
INÍCIO: 16/02/2018

TÉRMINO: 10/10/2018

VALOR: R\$ 2.352,00 (dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais)

1º TAAO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 052/2017 DATA: 13/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: GIOVANI BRUNO GIRARDI ME (MERCADO PACKER) OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1529490

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 052/2017
DATA: 13/02/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: GIOVANI BRUNO GIRARDI ME (MERCADO PACKER)
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 03/03/2018
TÉRMINO: 03/03/2019
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 19/2017

1º TAAO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 097/2017 DATA: 15/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: TECTONER RECARGA DE TONER LTDA OBJETO: ACRÉSCIMO DO ITEM 5

Publicação Nº 1529491

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 097/2017
DATA: 15/02/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: TECTONER RECARGA DE TONER LTDA
OBJETO: ACRÉSCIMO DO ITEM 5
INÍCIO: 15/02/2018
TÉRMINO: 02/05/2018
VALOR: R\$ 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta reais)

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 106/2017 DE 26/05/2017 DATA: 05/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: IGF COMERCIO DE PNEUS LTDA (TEREZA PNEUS) OBJETO: ACRÉSCIMO DO ITEM 2

Publicação Nº 1529492

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 106/2017 DE 26/05/2017
DATA: 05/02/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: IGF COMERCIO DE PNEUS LTDA (TEREZA PNEUS)
OBJETO: ACRÉSCIMO DO ITEM 2
INÍCIO: 05/02/2018
TÉRMINO: 26/05/2018
VALOR: R\$ 1.538,00 (um mil, quinhentos e trinta e oito reais)

1º TAO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 196/2017 DE 22/11/2017 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1529494

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 196/2017 de 22/11/2017
DATA: 19/02/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
DATA: 20/02/2018
TÉRMINO: 20/04/2018
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 96/2017

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 197/2017 DE 22/11/2017 DATA: 19/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MM COMÉRCIO- COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE

Publicação Nº 1529495

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 197/2017 de 22/11/2017
DATA: 19/02/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: MM COMÉRCIO- COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
DATA: 20/02/2018
TÉRMINO: 20/04/2018
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 96/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

Publicação Nº 1528271

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

Considerando que a empresa licitante VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ ME (CNPJ: 11.664.269/0001-99) apresentou, tempestivamente, a CND Federal, conforme protocolo nº 264, de 08 de fevereiro de 2018 e, tendo em vista que a mesma apresentou através do protocolo nº324/2018 requerimento informando que o veículo de placas MBH 9229, foi queimado no incêndio, comprovando, através da juntada de Certificado de Segurança Veicular e certificado de registro de veículo a disponibilidade de bem para realização dos itens quotados, através do veículo de placas ILB5258 o qual substituirá

aquele que foi queimado, passo a decidir: tendo em vista o cumprimento tempestivo da apresentação de regularidade fiscal junto à fazenda federal, DECLARADO HABILITADA a empresa, em CARÁTER DEFINITIVO. Considerando que as fases do certame não retornam e tendo em vista que a sua proposta já havia sido classificada, diante do incêndio ocorrido, que se configura como caso fortuito ou de força maior, convalido a documentação apresentada, apregoando que o veículo de placas ILB5258 será utilizado no transporte escolar dos trajetos quotados, em substituição ao veículo placas MBH 9229 e por esta razão determino que tal observação seja arquivada para fins de registro e anotação ao futuro contrato administrativo, e, portanto, ACOLHO as justificativas apresentadas cancelando a diligência designada para o dia 20/03/2017, às 09:30, ao passo em que declaro a empresa VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ ME (CNPJ: 11.664.269/0001-99) e a empresa TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA (CNPJ: 06.298.016/0001-09), VENCEDORAS, em caráter definitivo dos itens por si respectivamente quotados. Adotem-se as demais medidas de praxe destinadas a homologação, final adjudicação e lavratura dos contratos administrativos respectivos.

Rio dos Cedros, 19 de Fevereiro de 2018.

Mikael F. Spiess
Pregoeiro

Paula Wackernagel
Equipe de Apoio

Pedro Claudino dos Santos Júnior
Equipe de Apoio

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS - 3º QUADRIMESTRE/2017 - RELATÓRIO

Publicação Nº 1529098

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS



3º QUADRIMESTRE/2017

EXIGÊNCIA LEGAL

Lei Complementar nº101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9º, § 4º

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de **Maio, Setembro e Fevereiro**, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

TEMAS A SEREM APRESENTADOS

- Execução Orçamentaria
- Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
- Aplicação de Recursos em Educação (25%)
- Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
- Despesas com Pessoal
- Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA
- Recursos Financeiros (Saldo Bancários)

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Lei 4.320/64, Art. 2º - A **Lei do Orçamento** conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

- I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
- II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;
- III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

- I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
- II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nº6 a 9;
- III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Receita Arrecada em Exercícios Anteriores

Exercício	Valores
2013	22.872.232,23
2014	26.527.878,10
2015	25.184.869,52
2016	29.166.729,80

Receita Arrecadada até 3º Quadrimestre/2017

Receita Orçamentária	29.027.748,96
Média Mensal	2.418.979,08

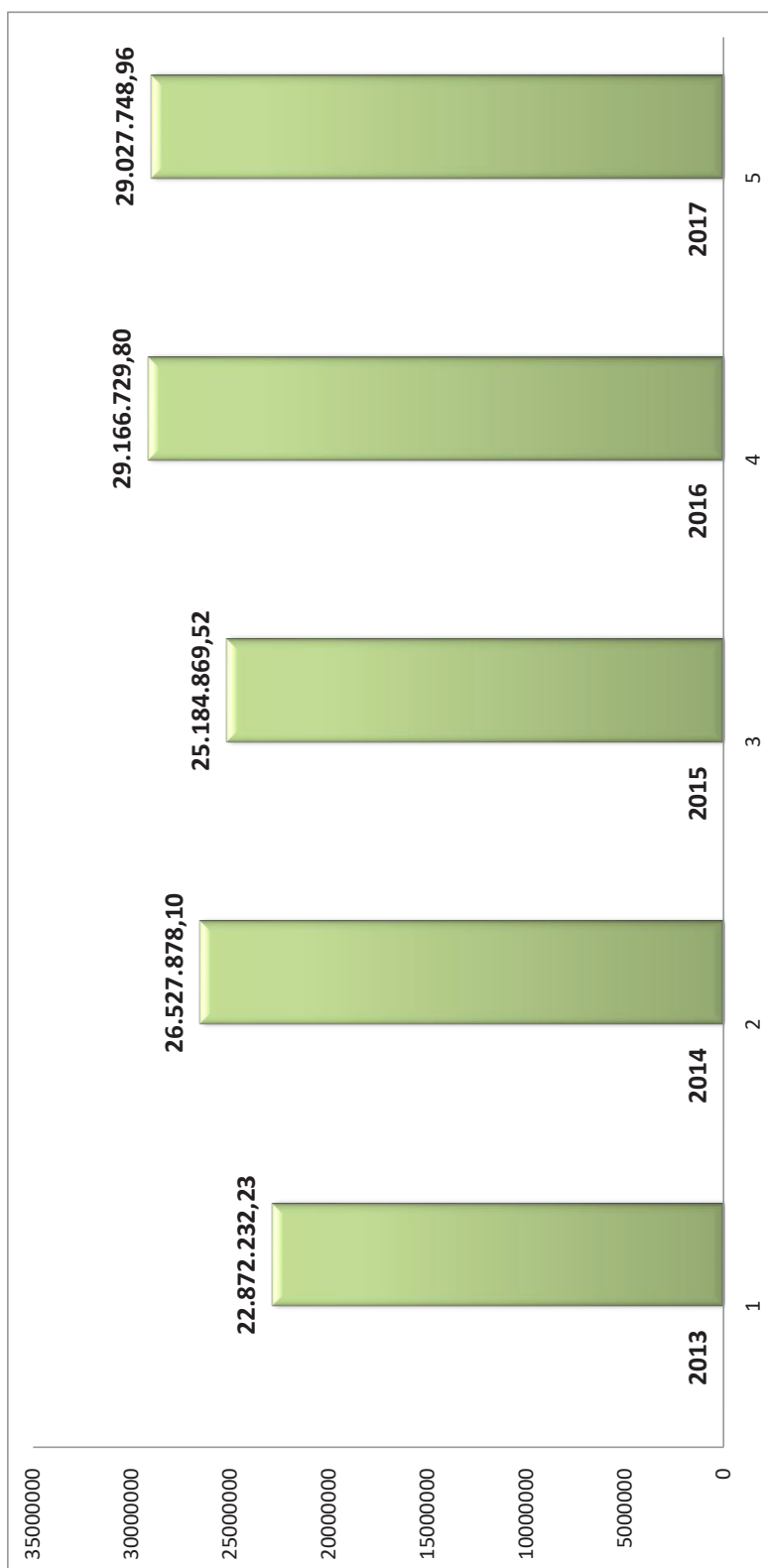
Crescimento Percentual

	2013	2014	2015	2016	2017
		13,78%	-5,33%	13,65%	-0,48%

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Evolução da Receita Orçamentaria



DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Despesa Realizada em Exercícios Anteriores

Exercício	Empenhado	Liquidado
2013	24.524.056,42	22.655.591,33
2014	26.369.191,87	23.815.915,23
2015	25.072.257,03	24.314.589,74
2016	29.134.315,93	27.460.458,31

Despesa até 3º Quadrimestre/2017

Despesa Orçamentária	29.312.477,17	28.258.030,67
Média Mensal	2.442.706,43	2.352.245,40

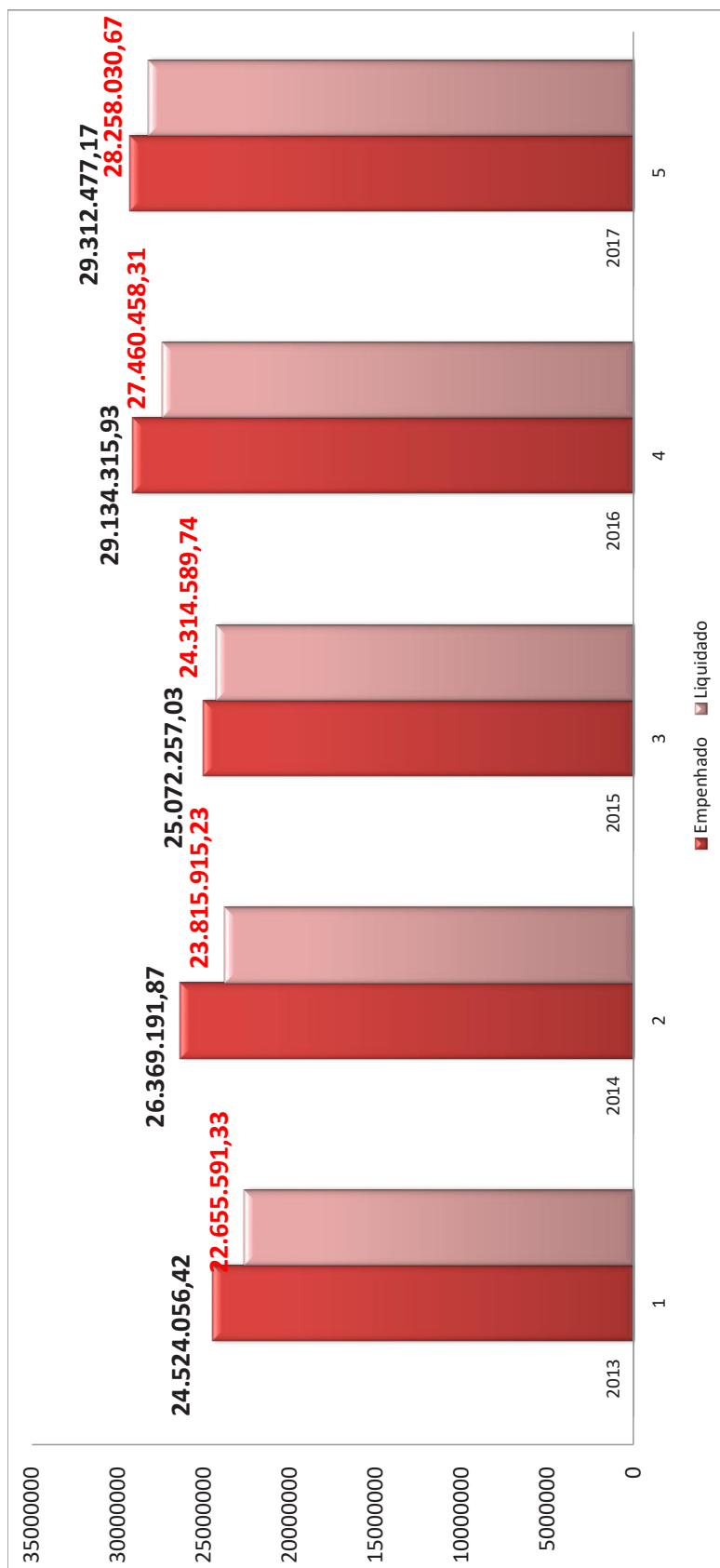
Crescimento Percentual

2013	2014	2015	2016	2017
	4,87%	2,05%	11,46%	2,82%

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

LRF, Art. 2º - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: **SOMATÓRIO DAS RECEITAS** tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, **DEDUZIDOS**:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu **sistema de previdência** e assistência social e as receitas **provenientes da compensação financeira (FUNDEB)** citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos **ONZE ANTERIORES**, excluídas as duplicidades.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores

Exercício	Valores
2013	21.130.092,96
2014	23.736.122,31
2015	23.468.748,61
2016	26.630.128,69

Receita Corrente Líquida - Arrecadada até 3º Quadrimestre/2017

Receita Corrente Líquida	27.440.266,44
Média Mensal	2.286.688,87

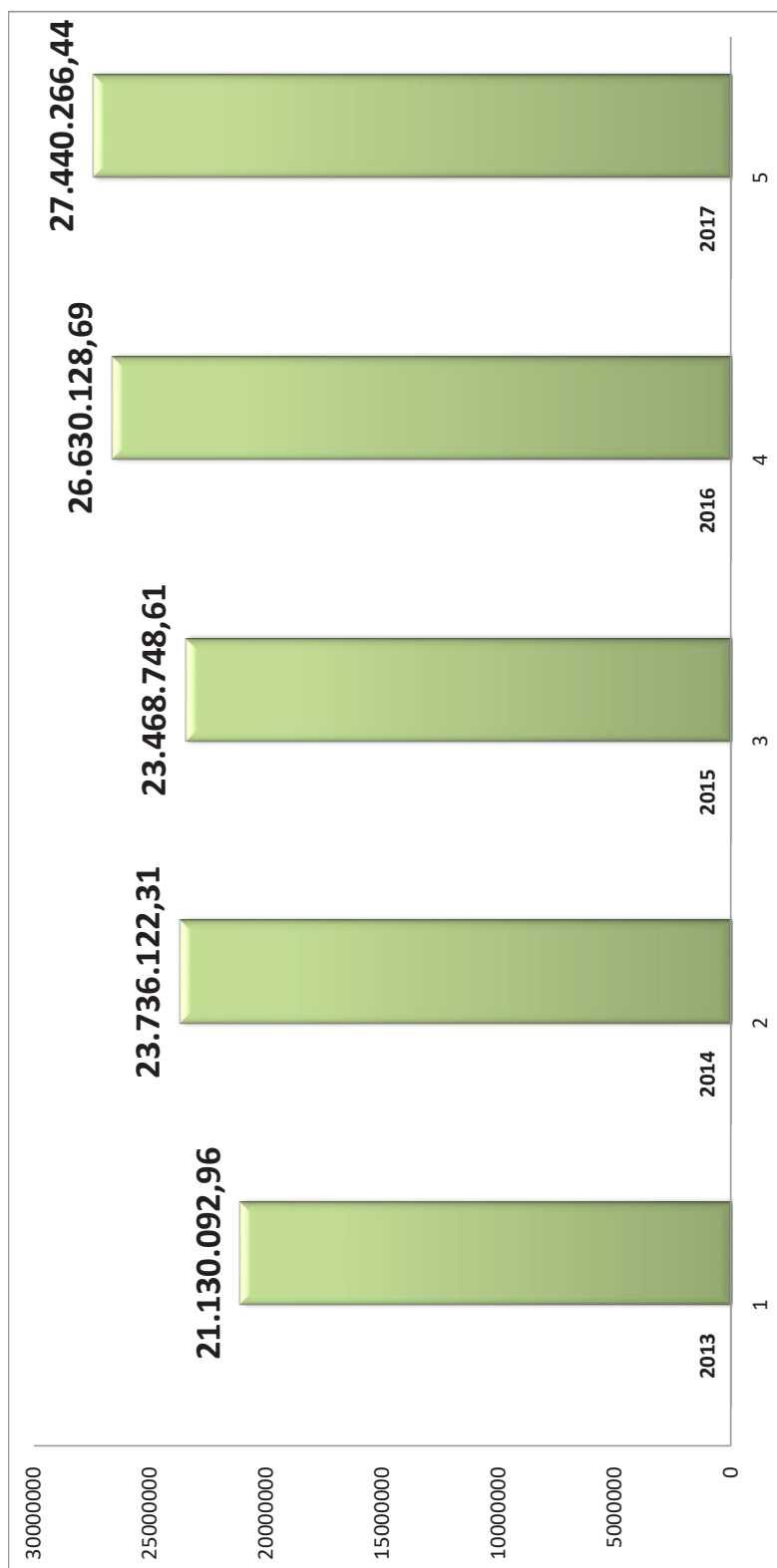
Crescimento Percentual

	2014	2015	2016	2017
2013	10,98%	-1,14%	11,87%	2,95%

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL)



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

- a) receitas, por **categoria econômica e fonte**, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por **categoria econômica** e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
- c) despesas, **por função e subfunção**.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Receitas Correntes (I)	27.440.266,44
Receita Tributária	3.056.410,08
Receita de Contribuições	1.045.830,81
Receita Patrimonial	505.572,87
Receita Agropecuária	0
Receita Industrial	0
Receita de Serviços	65.860,51
Transferências Correntes	25.730.582,37
(-) Deduções das Transferências Correntes	-3.326.653,66
Outras Receitas Correntes	362.663,46
Receitas de Capital (II)	1.587.482,52
Operações de Crédito	675.634,05
Alienação de Bens	140.164,80
Amortização de Empréstimos	0
Transferências de Capital	771.683,67
Outras Receitas de Capital	0
Total (III) = (I+II)	29.027.748,76

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Despesas Liquidadas Por Função de Governo	
01 - Legislativa	497.640,95
04 - Administração	2.894.659,17
06 - Segurança Pública	222.703,77
08 - Assistência Social	610.500,11
09 - Previdência Social	574.120,69
10 - Saúde	6.632.349,47
12 - Educação	8.978.969,42
13 - Cultura	157.125,16
15 - Urbanismo	3.211.110,98
17 - Saneamento	170.051,45
18 - Gestão Ambiental	30.994,00
20 - Agricultura	971.229,64
23 - Comércio e Serviços	86.616,10
26 - Transportes	2.203.054,36
27 - Desporto e Lazer	207.836,24
28 - Encargos Especiais	809.069,16
99 - Reserva de Contingência	0,00
Total (IV)	28.258.030,67

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

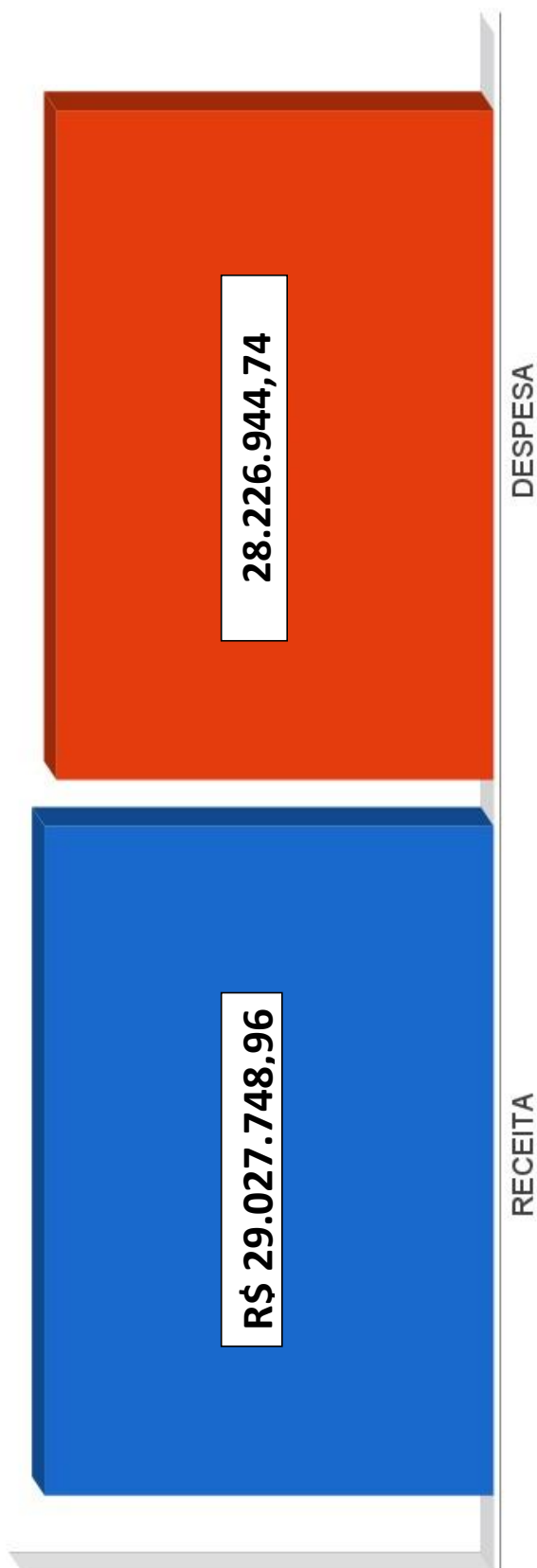
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Execução Orçamentária e Financeira

Receitas Arrecadadas	R\$ 29.027.748,96
Despesas Pagas	R\$ 28.226.944,74
Resultado Apurado (Superávit/Déficit)	R\$ 800.804,22

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

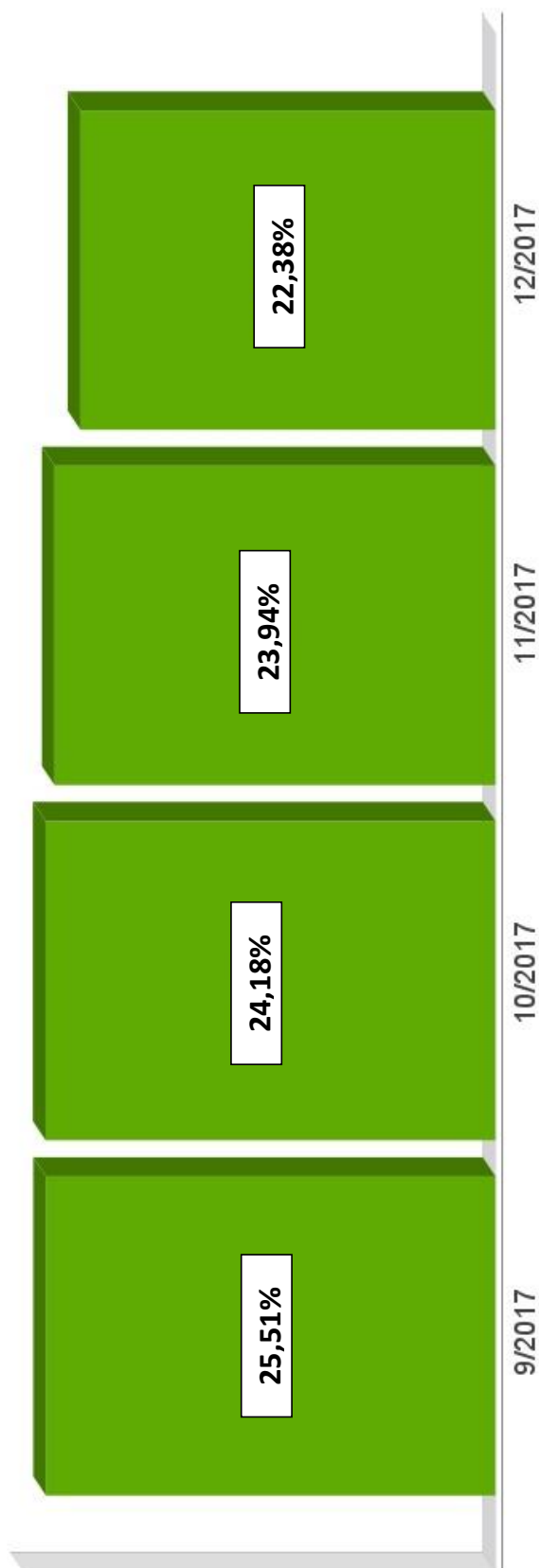
EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art's. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	19.255.000,99
Despesas por função/subfunção (II)	6.632.349,47
Deduções (III)	2.342.884,47
Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)	4.289.465,00
Mínimo a ser aplicado	2.888.250,00
Aplicado à maior	1.401.215,00
Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100	22,38 %

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo**, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	20.023.750,68
Despesas por função/subfunção (II)	8.342.983,24
Deduções (III)	1.488.505,47
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)	1.581.273,94
Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)	5.273.203,83
Mínimo a ser aplicado	5.005.937,50
Aplicado à Maior	267.266,33
Percentual aplicado = (V) / (I) x 100	26,33%

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72



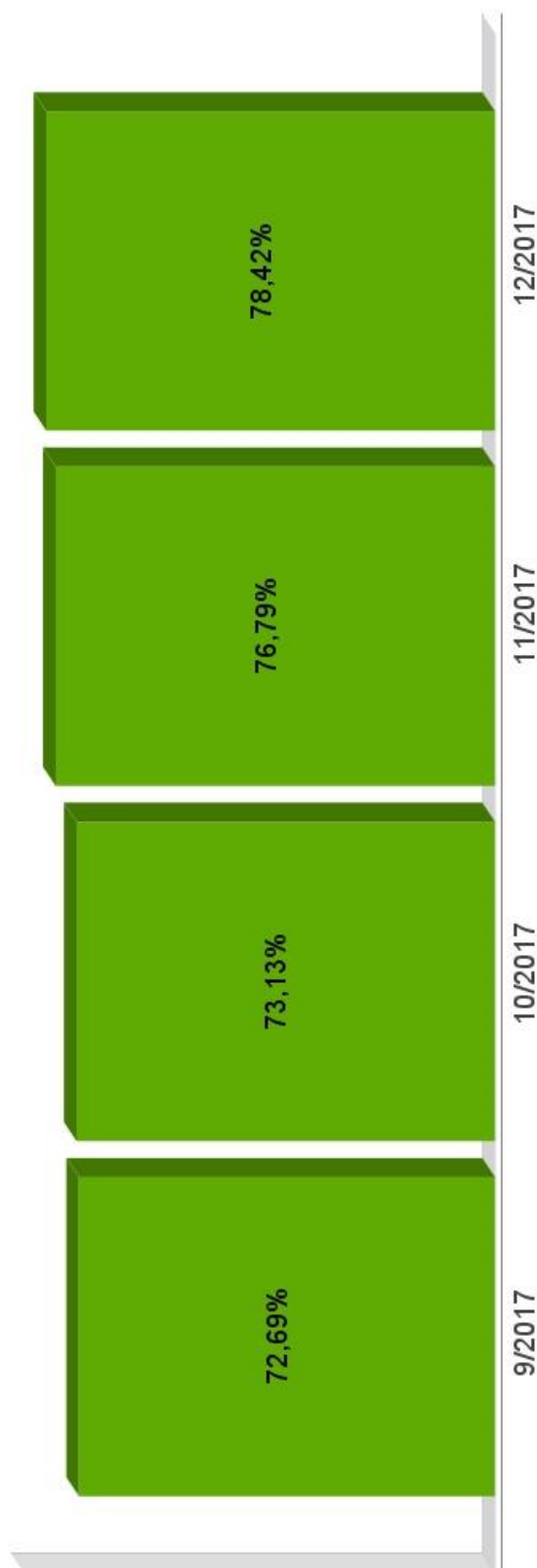
APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal nº 9.424/96

Receita do FUNDEB (I)	4.937.168,58
Despesas (II)	3.871.607,78
Mínimo a ser Aplicado	2.962.301,00
Aplicado à Maior	909.306,78
Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100	78,42%

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal nº 9.424/96



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

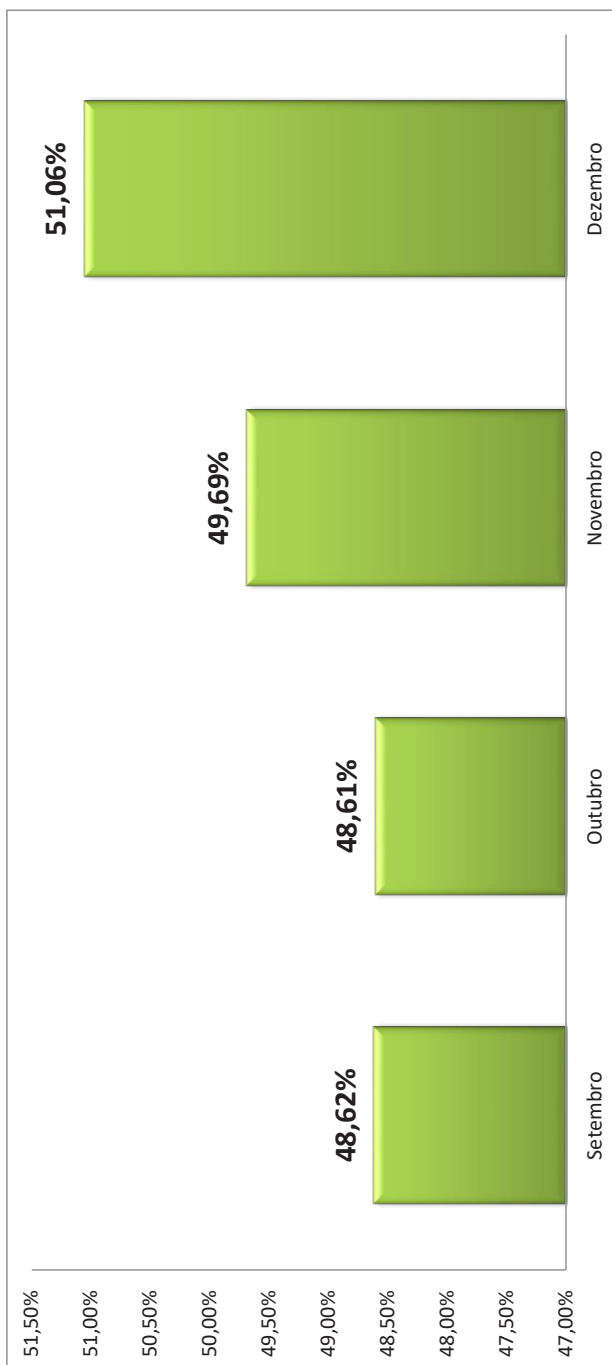
DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	27.440.266,44
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	14.010.551,73
Limite Prudencial - 51,30%	14.076.856,69
Limite Máximo - 54,00%	14.817.743,88
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	51,06%

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

2017		Executivo - Exercício 2017		
	Meses	RCL Mês	Folha Mês	Percentual
1º bimestre	Janeiro	R\$ 1.991.832,80	R\$ 960.341,26	48,21%
	Fevereiro	R\$ 2.202.855,85	R\$ 1.079.556,76	49,01%
2º bimestre	Março	R\$ 2.109.651,99	R\$ 1.075.159,44	50,96%
	Abril	R\$ 1.992.542,22	R\$ 1.072.024,40	53,80%
3º bimestre	Maiο	R\$ 2.259.127,71	R\$ 1.096.562,74	48,54%
	Junho	R\$ 2.060.635,24	R\$ 1.449.386,83	70,34%
4º bimestre	Julho	R\$ 3.307.584,09	R\$ 1.137.174,87	34,38%
	Agosto	R\$ 2.179.273,31	R\$ 1.130.902,16	51,89%
5º bimestre	Setembro	R\$ 2.030.629,11	R\$ 1.100.256,97	54,18%
	Outubro	R\$ 2.245.419,41	R\$ 1.086.274,06	48,38%
6º bimestre	Novembro	R\$ 2.074.090,17	R\$ 1.526.338,63	73,59%
	Dezembro	R\$ 2.986.582,16	R\$ 1.296.573,61	43,41%
	Média	R\$ 27.440.224,06	R\$ 14.010.551,73	51,06%

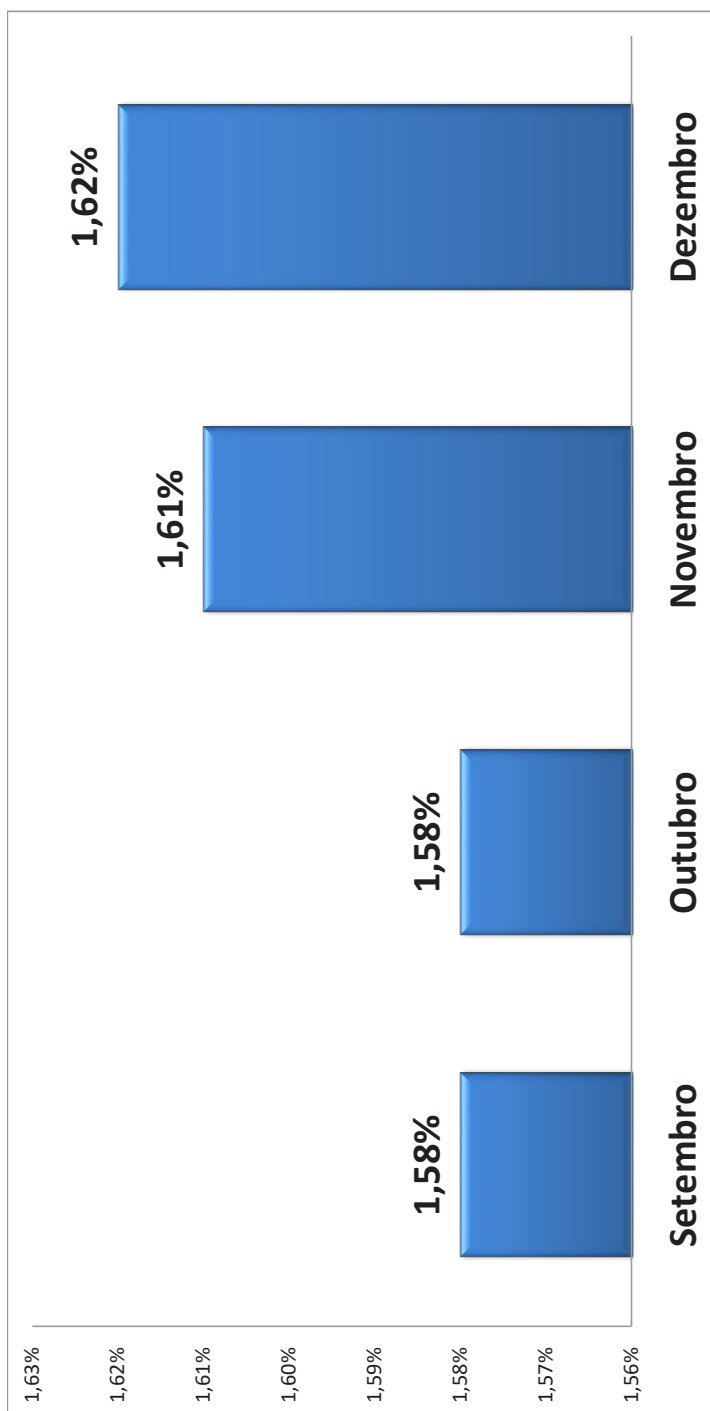
DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	27.440.266,44
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	445.516,91
Limite Prudencial - 5,70%	1.564.095,19
Limite Máximo - 6,00%	1.646.415,99
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	1,62%

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III



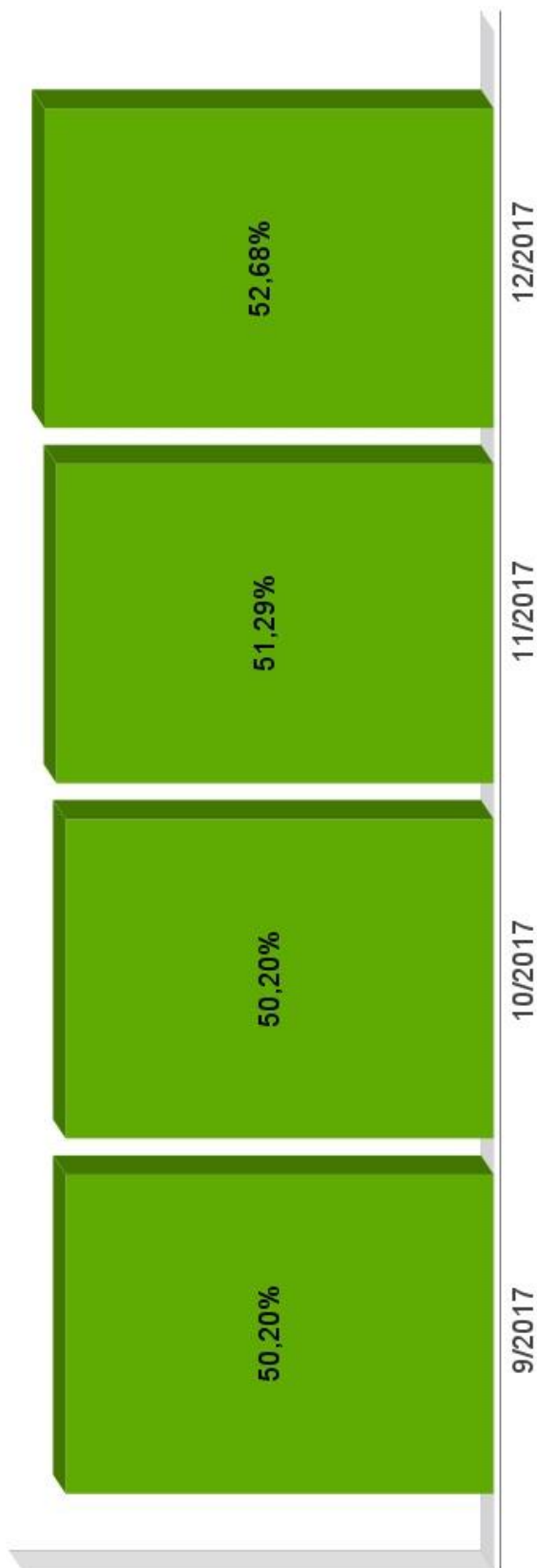
DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	27.440.266,44
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	14.456.068,64
Limite Prudencial - 57,00%	15.640.951,87
Limite Máximo - 60,00%	16.464.159,86
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	52,68%

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III



ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 9º, § 4º

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Entidade: Câmara Municipal

Conta	Créditos				Despesas		
	Orçado	Suplementado	Anulado	Total	Valor/Mês	Acumulado	Saldo
Ação: 2001 - Manutencao das Atividades do Poder Legislativo							
3300000000000000 - Despesas correntes	795.812,35	3.360,00	213.360,00	585.812,35	490.498,95	490.498,95	95.313,40
3400000000000000 - Despesas de capital	126.776,73	0,00	60.000,00	66.776,73	7.142,00	7.142,00	59.634,73
Total Ação	922.589,08	3.360,00	273.360,00	652.589,08	497.640,95	497.640,95	154.948,13
Total Geral	922.589,08	3.360,00	273.360,00	652.589,08	497.640,95	497.640,95	154.948,13

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

Conta	Créditos			Despesas		
	Orçado	Suplementado	Anulado	Total	Valor/Mês	Acumulado
Ação: 1014 - Construção, Ampliação e Melhorias Unidades Saúde						
3400000000000000 - Despesas de capital	491.322,00	486.241,78	46.883,81	930.679,97	97.248,36	97.248,36
Total Ação	491.322,00	486.241,78	46.883,81	930.679,97	97.248,36	97.248,36
Ação: 1025 - Aquisição de Imóvel - Unidade de Saúde						
3400000000000000 - Despesas de capital	47.609,62	352.390,38	200.000,00	200.000,00	195.000,00	195.000,00
Total Ação	47.609,62	352.390,38	200.000,00	200.000,00	195.000,00	195.000,00
Ação: 2014 - Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde						
3300000000000000 - Despesas correntes	4.547.221,02	2.300.065,14	227.139,27	6.620.146,89	5.971.798,29	5.971.798,29
3400000000000000 - Despesas de capital	131.748,00	170.000,00	131.748,00	170.000,00	82.190,78	82.190,78
Total Ação	4.678.969,02	2.470.065,14	358.887,27	6.790.146,89	6.053.989,07	6.053.989,07
Ação: 2070 - Aquis. Equipamentos e Veículos para Secret.Saude						
3400000000000000 - Despesas de capital	188.111,30	49.500,00	36.407,30	201.204,00	49.500,00	49.500,00
Total Ação	188.111,30	49.500,00	36.407,30	201.204,00	49.500,00	49.500,00
Ação: 2074 - Manutenção Atividades Vigilância Sanitária						
3300000000000000 - Despesas correntes	114.278,43	189.086,05	74.232,70	229.131,78	10.888,21	10.888,21
3400000000000000 - Despesas de capital	1.050,00	10.000,00	0,00	11.050,00	5.250,00	5.250,00
Total Ação	115.328,43	199.086,05	74.232,70	240.181,78	16.138,21	16.138,21
Ação: 2086 - Cisa - Manutenção						
3300000000000000 - Despesas correntes	26.255,28	0,00	0,00	26.255,28	26.255,28	26.255,28
3400000000000000 - Despesas de capital	1.380,72	0,00	0,00	1.380,72	1.380,72	1.380,72
Total Ação	27.636,00	0,00	0,00	27.636,00	27.636,00	27.636,00
Ação: 2087 - Cisa - Serviços Ambulatoriais Hospitalares						
3300000000000000 - Despesas correntes	196.796,26	8.995,50	176.879,05	28.912,71	19.832,88	19.832,88
Total Ação	196.796,26	8.995,50	176.879,05	28.912,71	19.832,88	19.832,88
Ação: 2088 - Cisa - Medicamentos						
3300000000000000 - Despesas correntes	138.915,01	109.159,82	173,00	247.901,83	173.004,95	173.004,95
Total Ação	138.915,01	109.159,82	173,00	247.901,83	173.004,95	173.004,95
Ação: 9998 - Reserva de Contingência - Fundo de Saúde						
3900000000000000 - Reserva de contingência	3.472,87	0,00	0,00	3.472,87	0,00	0,00
Total Geral	5.888.160,51	3.675.438,67	893.463,13	8.670.136,05	6.632.349,47	6.632.349,47
						2.037.786,58

Entidade: Prefeitura Municipal

Conta	Créditos		Despesas		
	Orçado	Suplementado	Anulado	Total	Valor/Mês
Ação: 0001 - Manut. da Divida Fundada da Administração					
3300000000000000 - Despesas correntes	63,00	0,00	0,00	63,00	0,00
3400000000000000 - Despesas de capital	168,52	0,00	0,00	168,52	0,00
Total Ação	231,52	0,00	0,00	231,52	0,00
Ação: 0002 - Manut da Divida Fundada Serviços Urbanos					
3300000000000000 - Despesas correntes	153.300,00	0,00	0,00	90.000,00	63.300,00
3400000000000000 - Despesas de capital	749.647,50	0,00	0,00	175.000,00	574.647,50
Total Ação	902.947,50	0,00	0,00	265.000,00	637.947,50
Ação: 0003 - Encargos Inativos e Pensionistas - Administração					
3300000000000000 - Despesas correntes	138.915,00	0,00	0,00	138.915,00	117.732,71
Total Ação	138.915,00	0,00	0,00	138.915,00	117.732,71
Ação: 0004 - Encargos de Inativos e Pensionistas Ensino Fund.					
3300000000000000 - Despesas correntes	64.827,00	4.500,00	0,00	69.327,00	67.319,23
Total Ação	64.827,00	4.500,00	0,00	69.327,00	67.319,23
Ação: 0005 - Manut da Previdência Social Municipal					
3300000000000000 - Despesas correntes	575.339,62	36.161,07	0,00	587.339,62	574.120,69
Total Ação	575.339,62	36.161,07	0,00	587.339,62	574.120,69
Ação: 0006 - Manutenção da Divida Fundada- Serviços					
3300000000000000 - Despesas correntes	63,00	0,00	0,00	63,00	0,00
3400000000000000 - Despesas de capital	168,52	0,00	0,00	168,52	0,00
Total Ação	231,52	0,00	0,00	231,52	0,00
Ação: 1001 - Ampl. Rede Abastecimento Água Tratada					
3400000000000000 - Despesas de capital	694,57	0,00	0,00	578,81	115,76
Total Ação	694,57	0,00	0,00	578,81	115,76
Ação: 1004 - Pavimentação de Ruas e Avenidas					
3400000000000000 - Despesas de capital	3.084.025,25	146.831,72	0,00	419.402,50	2.811.454,47
Total Ação	3.084.025,25	146.831,72	0,00	419.402,50	2.811.454,47
Ação: 1005 - Construção, Ampl. Ref. Espaços Esportivos					
3400000000000000 - Despesas de capital	16.253,98	0,00	0,00	16.253,98	0,00
Total Ação	16.253,98	0,00	0,00	16.253,98	0,00
Ação: 1007 - Construção de Pontes e Pontilhões					
3400000000000000 - Despesas de capital	111.242,15	30.902,20	0,00	4.841,71	137.302,64
Total Ação	111.242,15	30.902,20	0,00	4.841,71	137.302,64
Ação: 1008 - Construção e Ampliação de Creches					
3400000000000000 - Despesas de capital	115.762,50	115.762,50	0,00	214.762,50	16.762,50
Total Ação	115.762,50	115.762,50	0,00	214.762,50	16.762,50
Ação: 1009 - Construção e Ampliação de C e I					
3400000000000000 - Despesas de capital	71.772,75	71.772,75	0,00	143.545,50	0,00
Total Ação	71.772,75	71.772,75	0,00	143.545,50	0,00

Ação: 1012 - Ampliação da Rede de Esg. Sanit.pluvial Area Urb.											
34000000000000000000 - Despesas de capital	3.938.915,00	0,00	138.915,00	3.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800.000,00
Total Ação	3.938.915,00	0,00	138.915,00	3.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800.000,00
Ação: 1013 - Construção do Portal da Cidade											
34000000000000000000 - Despesas de capital	694,57	0,00	115,76	578,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,81
Total Ação	694,57	0,00	115,76	578,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,81
Ação: 1015 - Abertura de Novas Ruas											
34000000000000000000 - Despesas de capital	694,57	0,00	578,81	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,76
Total Ação	694,57	0,00	578,81	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,76
Ação: 1016 - Aquisição Imóvel e Contrução de Garagem											
34000000000000000000 - Despesas de capital	231,52	0,00	115,76	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,76
Total Ação	231,52	0,00	115,76	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,76
Ação: 1017 - Const. Muros de Arrimo e Proteções Laterais											
34000000000000000000 - Despesas de capital	231,52	0,00	115,76	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,76
Total Ação	231,52	0,00	115,76	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,76
Ação: 1018 - Construção de Rotulas											
34000000000000000000 - Despesas de capital	231,52	0,00	115,76	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,76
Total Ação	231,52	0,00	115,76	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,76
Ação: 1019 - Construção de Mirantes de Observação											
34000000000000000000 - Despesas de capital	231,52	0,00	115,76	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,76
Total Ação	231,52	0,00	115,76	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115,76
Ação: 1020 - Construção e Ampliação de Escolas											
34000000000000000000 - Despesas de capital	723.433,43	782.174,94	306.515,00	1.199.093,37	634.832,49	634.832,49	634.832,49	634.832,49	634.832,49	634.832,49	564.260,88
Total Ação	723.433,43	782.174,94	306.515,00	1.199.093,37	634.832,49	634.832,49	634.832,49	634.832,49	634.832,49	634.832,49	564.260,88
Ação: 1026 - Saneamento Básico											
33000000000000000000 - Despesas correntes	12.308,00	0,00	3.572,00	8.736,00	8.736,00	8.736,00	8.736,00	8.736,00	8.736,00	8.736,00	0,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	34.944,00	0,00	0,00	34.944,00	34.944,00	34.944,00	34.944,00	34.944,00	34.944,00	34.944,00	0,00
Total Ação	47.252,00	0,00	3.572,00	43.680,00	43.680,00	43.680,00	43.680,00	43.680,00	43.680,00	43.680,00	0,00
Ação: 1029 - Desassoreamento de Vias Fluviais											
34000000000000000000 - Despesas de capital	694,57	0,00	115,76	578,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,81
Total Ação	694,57	0,00	115,76	578,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,81
Ação: 2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito											
33000000000000000000 - Despesas correntes	297.650,00	28.309,42	3.184,02	322.775,40	318.086,26	318.086,26	318.086,26	318.086,26	318.086,26	318.086,26	4.689,14
34000000000000000000 - Despesas de capital	3.332,50	0,00	1.263,50	2.069,00	2.069,00	2.069,00	2.069,00	2.069,00	2.069,00	2.069,00	0,00
Total Ação	300.982,50	28.309,42	4.447,52	324.844,40	320.155,26	320.155,26	320.155,26	320.155,26	320.155,26	320.155,26	4.689,14
Ação: 2003 - Manutenção da Assessoria Jurídica											
33000000000000000000 - Despesas correntes	73.670,00	79.157,36	536,89	152.290,47	150.834,87	150.834,87	150.834,87	150.834,87	150.834,87	150.834,87	1.455,60
34000000000000000000 - Despesas de capital	1.575,62	0,00	1.575,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ação	75.245,62	79.157,36	2.112,51	152.290,47	150.834,87	150.834,87	150.834,87	150.834,87	150.834,87	150.834,87	1.455,60
Ação: 2004 - Manut. Atividades Diretoria Administrativa											
33000000000000000000 - Despesas correntes	1.097.200,00	454.192,46	18.646,45	1.532.746,01	1.453.492,57	1.453.492,57	1.453.492,57	1.453.492,57	1.453.492,57	1.453.492,57	79.253,44
34000000000000000000 - Despesas de capital	9.489,50	13.440,00	3.901,50	19.028,00	5.588,00	5.588,00	5.588,00	5.588,00	5.588,00	5.588,00	13.440,00
Total Ação	1.106.689,50	467.632,46	22.547,95	1.551.774,01	1.459.080,57	1.459.080,57	1.459.080,57	1.459.080,57	1.459.080,57	1.459.080,57	92.693,44
Ação: 2005 - Manut.atividades da Diretoria Fazenda											

33000000000000000000 - Despesas correntes	745.649,62	229.252,43	4.598,06	970.303,99	915.779,53	915.779,53	54.524,46
34000000000000000000 - Despesas de capital	14.910,00	82,34	2.753,40	12.238,94	12.028,94	12.028,94	210,00
Total Ação	760.559,62	229.334,77	7.351,46	982.542,93	927.808,47	927.808,47	54.734,46
Ação: 2006 - Manutenção dos Serviços Urbanos							
33000000000000000000 - Despesas correntes	1.944.307,22	94.177,06	151.000,00	1.887.484,28	1.848.093,82	1.848.093,82	39.390,46
34000000000000000000 - Despesas de capital	48.400,00	5.032,00	0,00	53.432,00	52.850,66	52.850,66	581,34
Total Ação	1.992.707,22	99.209,06	151.000,00	1.940.916,28	1.900.944,48	1.900.944,48	39.971,80
Ação: 2007 - Manut. e Melhoria Iluminação Pública Municipal							
33000000000000000000 - Despesas correntes	470.050,00	453.912,07	1.050,00	922.912,07	889.605,07	889.605,07	33.307,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	25.181,98	0,00	25.181,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ação	495.231,98	453.912,07	26.231,98	922.912,07	889.605,07	889.605,07	33.307,00
Ação: 2008 - Manutenção dos Serviços Rodoviários							
33000000000000000000 - Despesas correntes	2.101.712,89	471.345,85	19,49	2.573.039,25	2.102.536,66	2.102.536,66	470.502,59
34000000000000000000 - Despesas de capital	24.137,88	179,28	21.556,40	2.760,76	2.760,76	2.760,76	(0,00)
Total Ação	2.125.850,77	471.525,13	21.575,89	2.575.800,01	2.105.297,42	2.105.297,42	470.502,59
Ação: 2009 - Manut. do Fundo Municipal da Cultura - Fmc							
33000000000000000000 - Despesas correntes	161.450,00	21.075,00	3.075,00	179.450,00	154.930,32	154.930,32	24.519,68
34000000000000000000 - Despesas de capital	2.710,12	0,00	0,00	2.710,12	1.974,00	1.974,00	736,12
Total Ação	164.160,12	21.075,00	3.075,00	182.160,12	156.904,32	156.904,32	25.255,80
Ação: 2010 - Manut. e Desenv. Ensino Fundamental							
33000000000000000000 - Despesas correntes	2.587.247,96	386.906,97	28.807,00	2.945.347,93	2.887.005,49	2.887.005,49	58.342,44
34000000000000000000 - Despesas de capital	75.289,52	215.225,75	31.050,05	259.465,22	237.944,26	237.944,26	21.520,96
Total Ação	2.662.537,48	602.132,72	59.857,05	3.204.813,15	3.124.949,75	3.124.949,75	79.863,40
Ação: 2011 - Manutenção de Creches							
33000000000000000000 - Despesas correntes	1.491.924,62	737.987,11	492.540,27	1.737.371,46	1.701.245,40	1.701.245,40	36.126,06
34000000000000000000 - Despesas de capital	14.689,57	104.990,27	17.771,34	101.908,50	92.604,52	92.604,52	9.303,98
Total Ação	1.506.614,19	842.977,38	510.311,61	1.839.279,96	1.793.849,92	1.793.849,92	45.430,04
Ação: 2012 - Manut. Centros Educacionais Infância - jardins							
33000000000000000000 - Despesas correntes	461.617,87	193.307,37	12.268,12	642.657,12	616.829,10	616.829,10	25.828,02
34000000000000000000 - Despesas de capital	18.796,50	80.515,00	20.600,00	78.711,50	49.610,50	49.610,50	29.101,00
Total Ação	480.414,37	273.822,37	32.868,12	721.368,62	666.439,60	666.439,60	54.929,02
Ação: 2013 - Manut. Transp. escolar-ensino Fundamental							
33000000000000000000 - Despesas correntes	666.792,00	331.250,58	5.788,12	992.254,46	981.875,53	981.875,53	10.378,93
34000000000000000000 - Despesas de capital	666.792,00	331.250,58	5.788,12	992.254,46	981.875,53	981.875,53	10.378,93
Total Ação	1.333.584,00	662.501,16	11.576,24	1.984.508,92	1.963.751,06	1.963.751,06	20.757,86
Ação: 2015 - Manutenção do Cemitério Municipal							
33000000000000000000 - Despesas correntes	3.472,87	2.685,00	0,00	6.157,87	5.410,01	5.410,01	747,86
34000000000000000000 - Despesas de capital	3.472,87	2.685,00	0,00	6.157,87	5.410,01	5.410,01	747,86
Total Ação	6.945,74	5.370,00	0,00	12.315,74	10.820,02	10.820,02	1.495,72
Ação: 2016 - Manutenção do Clube do Idoso							
33000000000000000000 - Despesas correntes	23.152,50	1.988,00	0,00	25.140,50	23.634,17	23.634,17	1.506,33
34000000000000000000 - Despesas de capital	23.152,50	1.988,00	0,00	25.140,50	23.634,17	23.634,17	1.506,33
Total Ação	46.305,00	3.976,00	0,00	50.281,00	47.268,34	47.268,34	3.012,66
Ação: 2017 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura							
33000000000000000000 - Despesas correntes	667.690,00	20.056,20	0,00	687.746,20	656.823,49	656.823,49	30.922,71
34000000000000000000 - Despesas de capital	4.275,00	0,00	1.556,20	2.718,80	2.718,80	2.718,80	0,00
Total Ação	671.965,00	20.056,20	1.556,20	690.465,00	659.542,29	659.542,29	30.922,71

Ação: 2018 - Desenv. de Programas de Reflorestamento												
33000000000000000000 - Despesas correntes	578,81	0,00	0,00	578,81	274,00	274,00	304,81					
Total Ação	578,81	0,00	0,00	578,81	274,00	274,00	304,81					
Ação: 2019 - Manut.transp. Escolar - Ensino Infantil												
33000000000000000000 - Despesas correntes	115.762,50	171.751,43	0,00	287.513,93	268.896,18	268.896,18	18.617,75					
Total Ação	115.762,50	171.751,43	0,00	287.513,93	268.896,18	268.896,18	18.617,75					
Ação: 2020 - Apoio ao Desenvolvimento Ensino Especial												
33000000000000000000 - Despesas correntes	57.881,25	62.118,75	0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	0,00					
Total Ação	57.881,25	62.118,75	0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	0,00					
Ação: 2021 - Manutenção e Conservação Canais de Irrigação												
33000000000000000000 - Despesas correntes	2.315,25	0,00	2.315,25	0,00	0,00	0,00	0,00					
Total Ação	2.315,25	0,00	2.315,25	0,00	0,00	0,00	0,00					
Ação: 2022 - Apoio a Especialização de Professores												
33000000000000000000 - Despesas correntes	115,76	0,00	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00					
Total Ação	115,76	0,00	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00					
Ação: 2023 - Man. do Cons. Tutelar da Criança e Adolescente												
33000000000000000000 - Despesas correntes	85.771,87	29.146,22	3.250,66	111.667,43	108.249,84	108.249,84	3.417,59					
34000000000000000000 - Despesas de capital	1.050,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Total Ação	86.821,87	29.146,22	4.300,66	111.667,43	108.249,84	108.249,84	3.417,59					
Ação: 2024 - Manut.da Oficina Profissionalizante												
33000000000000000000 - Despesas correntes	1.156,43	0,00	1.156,43	0,00	0,00	0,00	0,00					
34000000000000000000 - Despesas de capital	580,00	0,00	580,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Total Ação	1.736,43	0,00	1.736,43	0,00	0,00	0,00	0,00					
Ação: 2025 - Gestão Administrativa na Educação												
33000000000000000000 - Despesas correntes	861.396,84	80.000,00	333.000,00	608.396,84	564.126,42	564.126,42	44.270,42					
34000000000000000000 - Despesas de capital	12.610,00	35.610,00	12.610,00	35.610,00	25.275,20	25.275,20	10.334,80					
Total Ação	874.006,84	115.610,00	345.610,00	644.006,84	589.401,62	589.401,62	54.605,22					
Ação: 2026 - Manut. do Fundo Municipal de Turismo - Fumtur												
33000000000000000000 - Despesas correntes	68.360,00	25.000,00	15.000,00	78.360,00	70.344,10	70.344,10	8.015,90					
34000000000000000000 - Despesas de capital	2.255,12	0,00	0,00	2.255,12	0,00	0,00	2.255,12					
Total Ação	70.615,12	25.000,00	15.000,00	80.615,12	70.344,10	70.344,10	10.271,02					
Ação: 2027 - Manut. Merenda Escolar - Ensino Fundamental												
33000000000000000000 - Despesas correntes	162.067,50	81.122,41	0,00	243.189,91	181.931,85	181.931,85	61.258,06					
Total Ação	162.067,50	81.122,41	0,00	243.189,91	181.931,85	181.931,85	61.258,06					
Ação: 2028 - Manutenção da Patrulha Agrícola Municipal												
33000000000000000000 - Despesas correntes	170.715,00	147.472,70	0,00	318.187,70	311.687,35	311.687,35	6.500,35					
34000000000000000000 - Despesas de capital	5.244,00	0,00	5.244,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Total Ação	175.959,00	147.472,70	5.244,00	318.187,70	311.687,35	311.687,35	6.500,35					
Ação: 2029 - Desenv.projetos Preservação do Meio Ambiente												
33000000000000000000 - Despesas correntes	1.157,62	0,00	1.157,62	0,00	0,00	0,00	0,00					
34000000000000000000 - Despesas de capital	1.157,63	0,00	1.157,63	0,00	0,00	0,00	0,00					
Total Ação	2.315,25	0,00	2.315,25	0,00	0,00	0,00	0,00					
Ação: 2030 - Promoção de Eventos Esportivos												
33000000000000000000 - Despesas correntes	46.305,00	21.000,00	0,00	67.305,00	49.573,47	49.573,47	17.731,53					

Total Ação		46.305,00	21.000,00	0,00	67.305,00	49.573,47	49.573,47	17.731,53
Ação: 2031 - Manutenção do Desenvolvimento Econômico								
3300000000000000 - Despesas correntes		5.788,12	0,00	5.788,12	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ação		5.788,12	0,00	5.788,12	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação: 2032 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos								
3300000000000000 - Despesas correntes		17.364,37	8.080,15	4.500,00	20.944,52	20.944,52	20.944,52	(0,00)
Total Ação		17.364,37	8.080,15	4.500,00	20.944,52	20.944,52	20.944,52	(0,00)
Ação: 2033 - Manutenção Municipal da Infância e Adolescência								
3300000000000000 - Despesas correntes		138.605,00	0,00	122.508,23	16.096,77	16.096,77	16.096,77	0,00
3400000000000000 - Despesas de capital		2.625,25	0,00	2.625,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ação		141.230,25	0,00	125.133,48	16.096,77	16.096,77	16.096,77	0,00
Ação: 2034 - Manutenção Programa Habitacional Social								
3300000000000000 - Despesas correntes		1.157,62	400,00	0,00	1.557,62	1.137,88	1.137,88	419,74
3400000000000000 - Despesas de capital		1.050,00	0,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	1.050,00
Total Ação		2.207,62	400,00	0,00	2.607,62	1.137,88	1.137,88	1.469,74
Ação: 2035 - Manutenção Municipal de Assistência Social								
3300000000000000 - Despesas correntes		251.531,00	337.701,97	282.082,40	307.150,57	304.671,23	304.671,23	2.479,34
3400000000000000 - Despesas de capital		14.722,75	88.374,02	24.353,65	78.743,12	30.692,30	30.692,30	48.050,82
Total Ação		266.253,75	426.075,99	306.436,05	385.893,69	335.363,53	335.363,53	50.530,16
Ação: 2036 - Manutenção Merenda Escolar - Ensino Infantil								
3300000000000000 - Despesas correntes		57.881,25	74.753,71	0,00	132.634,95	100.806,30	100.806,30	31.828,65
Total Ação		57.881,25	74.753,71	0,00	132.634,95	100.806,30	100.806,30	31.828,65
Ação: 2037 - Manutenção Transporte Escolar - Ensino Médio								
3300000000000000 - Despesas correntes		208.372,49	358.660,07	1.736,43	565.296,13	437.165,11	437.165,11	128.131,02
Total Ação		208.372,49	358.660,07	1.736,43	565.296,13	437.165,11	437.165,11	128.131,02
Ação: 2038 - Manutenção Transporte Escolar - Ensino Superior								
3300000000000000 - Despesas correntes		57.881,25	0,00	0,00	57.881,25	57.876,55	57.876,55	4,70
Total Ação		57.881,25	0,00	0,00	57.881,25	57.876,55	57.876,55	4,70
Ação: 2039 - Apoio Ações da Polícia Civil								
3300000000000000 - Despesas correntes		6.725,00	50.227,89	0,00	56.952,89	27,00	27,00	56.925,89
3400000000000000 - Despesas de capital		799,56	0,00	0,00	799,56	0,00	0,00	799,56
Total Ação		7.524,56	50.227,89	0,00	57.752,45	27,00	27,00	57.725,45
Ação: 2041 - Manutenção da Casa da Cidadania								
3300000000000000 - Despesas correntes		35.994,00	114.950,00	14.000,00	136.944,00	120.607,91	120.607,91	16.336,09
3400000000000000 - Despesas de capital		1.050,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ação		37.044,00	114.950,00	15.050,00	136.944,00	120.607,91	120.607,91	16.336,09
Ação: 2042 - Limpeza - Resíduos Sólidos								
3300000000000000 - Despesas correntes		105.989,40	19.338,09	10.903,04	114.424,45	111.599,80	111.599,80	2.824,65
3400000000000000 - Despesas de capital		90,60	0,00	0,00	90,60	0,00	0,00	90,60
Total Ação		106.080,00	19.338,09	10.903,04	114.515,05	111.599,80	111.599,80	2.915,25
Ação: 2043 - Atualização do Plano Diretor Municipal								
3300000000000000 - Despesas correntes		115,76	0,00	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ação		115,76	0,00	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação: 2044 - Manutenção do Programa Coleta Seletiva de Lixo								

33000000000000000000 - Despesas correntes	9.261,00	5.640,00	0,00	14.901,00	14.771,65	14.771,65	129,35
Total Ação	9.261,00	5.640,00	0,00	14.901,00	14.771,65	14.771,65	129,35
Ação: 2045 - Aquisição Equipamento P/coleta e Compactação							
34000000000000000000 - Despesas de capital	694,57	0,00	115,76	578,81	0,00	0,00	578,81
Total Ação	694,57	0,00	115,76	578,81	0,00	0,00	578,81
Ação: 2047 - Revitalização do Centro da Cidade							
33000000000000000000 - Despesas correntes	1.050,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	589.338,75	0,00	10.511,90	578.826,85	17.718,74	17.718,74	561.108,11
Total Ação	590.388,75	0,00	11.561,90	578.826,85	17.718,74	17.718,74	561.108,11
Ação: 2048 - Manutenção do Fundo Defesa Civil - Fumdec							
33000000000000000000 - Despesas correntes	16.314,37	0,00	14.280,00	2.034,37	1.200,00	1.200,00	834,37
34000000000000000000 - Despesas de capital	1.050,00	1.180,00	1.050,00	1.180,00	1.180,00	1.180,00	0,00
Total Ação	17.364,37	1.180,00	15.330,00	3.214,37	2.380,00	2.380,00	834,37
Ação: 2049 - Retificação de Estradas							
33000000000000000000 - Despesas correntes	115,76	0,00	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ação	115,76	0,00	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação: 2050 - Recup. e Manut. de Pontes e Pontilhões							
33000000000000000000 - Despesas correntes	81.033,75	0,00	24.000,00	57.033,75	47.548,80	47.548,80	9.484,95
Total Ação	81.033,75	0,00	24.000,00	57.033,75	47.548,80	47.548,80	9.484,95
Ação: 2051 - Aquisição Equip. Maq. e Veículos para o Setor							
34000000000000000000 - Despesas de capital	185.836,98	1.355,15	185.836,98	1.355,15	1.355,15	1.355,15	0,00
Total Ação	185.836,98	1.355,15	185.836,98	1.355,15	1.355,15	1.355,15	0,00
Ação: 2053 - Capacitação de Servidores Municipais							
33000000000000000000 - Despesas correntes	578,81	0,00	578,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ação	578,81	0,00	578,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação: 2054 - Informatização dos Serviços Administrativos							
34000000000000000000 - Despesas de capital	57.881,25	0,00	39.581,25	18.300,00	18.300,00	18.300,00	0,00
Total Ação	57.881,25	0,00	39.581,25	18.300,00	18.300,00	18.300,00	0,00
Ação: 2055 - Manut. das Atividades do Desporto							
33000000000000000000 - Despesas correntes	123.460,50	76.151,00	16.000,00	183.611,50	155.462,77	155.462,77	28.148,73
34000000000000000000 - Despesas de capital	7.351,12	0,00	0,00	7.351,12	2.800,00	2.800,00	4.551,12
Total Ação	130.811,62	76.151,00	16.000,00	190.962,62	158.262,77	158.262,77	32.699,85
Ação: 2056 - Aquisição Equip. Maq. e Veículos P/setor Agricultura							
34000000000000000000 - Despesas de capital	46.305,00	511.695,00	0,00	558.000,00	0,00	0,00	558.000,00
Total Ação	46.305,00	511.695,00	0,00	558.000,00	0,00	0,00	558.000,00
Ação: 2076 - Sinalização Turística no Município							
33000000000000000000 - Despesas correntes	16.530,00	0,00	16.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	6.622,49	0,00	3.149,62	3.472,87	0,00	0,00	3.472,87
Total Ação	23.152,49	0,00	19.679,62	3.472,87	0,00	0,00	3.472,87
Ação: 2077 - Manut. da Biblioteca Pública Municipal							
33000000000000000000 - Despesas correntes	115,76	0,00	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	115,76	0,00	115,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ação	231,52	0,00	231,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação: 2079 - Manutenção da Capela Mortuária							

33000000000000000000 - Despesas correntes	766,00	0,00	0,00	0,00	766,00	0,00	0,00	0,00	766,00	0,00	766,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	391,62	0,00	0,00	0,00	391,62	0,00	0,00	0,00	391,62	0,00	391,62
Total Ação	1.157,62	0,00	0,00	0,00	1.157,62	0,00	0,00	0,00	1.157,62	0,00	1.157,62
Ação: 2080 - Implantação e Manutenção das Repetidoras de Tv.											
33000000000000000000 - Despesas correntes	5.895,75	0,00	5.674,91	220,84	220,84	220,84	220,84	220,84	220,84	0,00	0,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	1.050,00	0,00	1.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Ação	6.945,75	0,00	6.724,91	220,84	220,84	220,84	220,84	220,84	220,84	0,00	0,00
Ação: 2081 - C. Corp - Convênio Corpo de Bombeiros											
33000000000000000000 - Despesas correntes	136.317,48	31.450,51	13.657,18	154.110,81	141.018,66	141.018,66	141.018,66	141.018,66	141.018,66	13.092,15	13.092,15
34000000000000000000 - Despesas de capital	16.491,25	0,00	0,00	16.491,25	10.356,85	10.356,85	10.356,85	10.356,85	10.356,85	6.134,40	6.134,40
Total Ação	152.808,73	31.450,51	13.657,18	170.602,06	151.375,51	151.375,51	151.375,51	151.375,51	151.375,51	19.226,55	19.226,55
Ação: 2082 - Apoiar Ações da Polícia Militar											
33000000000000000000 - Despesas correntes	28.048,06	66.974,67	0,00	95.022,73	58.962,41	58.962,41	58.962,41	58.962,41	58.962,41	36.060,32	36.060,32
34000000000000000000 - Despesas de capital	892,56	10.000,00	0,00	10.892,56	9.958,85	9.958,85	9.958,85	9.958,85	9.958,85	933,71	933,71
Total Ação	28.940,62	76.974,67	0,00	105.915,29	68.921,26	68.921,26	68.921,26	68.921,26	68.921,26	36.994,03	36.994,03
Ação: 2089 - Cimvi - Turismo											
33000000000000000000 - Despesas correntes	23.700,00	0,00	7.584,00	16.116,00	16.116,00	16.116,00	16.116,00	16.116,00	16.116,00	0,00	0,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	240,00	0,00	84,00	156,00	156,00	156,00	156,00	156,00	156,00	0,00	0,00
Total Ação	23.940,00	0,00	7.668,00	16.272,00	16.272,00	16.272,00	16.272,00	16.272,00	16.272,00	0,00	0,00
Ação: 2090 - Cimvi - Manutenção											
33000000000000000000 - Despesas correntes	26.748,00	0,00	8.568,00	18.180,00	18.180,00	18.180,00	18.180,00	18.180,00	18.180,00	0,00	0,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	444,00	0,00	144,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	0,00	0,00
Total Ação	27.192,00	0,00	8.712,00	18.480,00	18.480,00	18.480,00	18.480,00	18.480,00	18.480,00	0,00	0,00
Ação: 2091 - Cimvi - Recursos Naturais											
33000000000000000000 - Despesas correntes	22.455,01	0,00	4.023,01	18.432,00	18.432,00	18.432,00	18.432,00	18.432,00	18.432,00	0,00	0,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	14.288,00	0,00	2.000,00	12.288,00	12.288,00	12.288,00	12.288,00	12.288,00	12.288,00	0,00	0,00
Total Ação	36.743,01	0,00	6.023,01	30.720,00	30.720,00	30.720,00	30.720,00	30.720,00	30.720,00	0,00	0,00
Ação: 9999 - Reserva de Contingência - Prefeitura Municipal											
39000000000000000000 - Reserva de contingência	32.413,50	0,00	0,00	32.413,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.413,50	32.413,50
Total Ação	32.413,50	0,00	0,00	32.413,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.413,50	32.413,50
Total Geral	26.789.250,41	7.523.326,44	3.590.124,82	30.722.452,03	21.128.040,25	21.128.040,25	21.128.040,25	21.128.040,25	21.128.040,25	9.594.411,78	9.594.411,78

RECURSOS FINANCEIROS (SALDOS BANCÁRIOS)

Estão elencados por entidade os saldos financeiros das contas correntes relativas ao município de Rio dos Cedros com seus respectivos saldos em **31 de dezembro de 2017**.

Os recursos estão divididos em:

Recursos Ordinários, receitas cuja aplicação é livre, ou seja, isenta de qualquer tipo de vinculação ou destinação específica.

Recursos Vinculados, arrecadada com finalidade específica previamente determinada. Normalmente tem sua destinação vinculada a um órgão ou a um programa governamental, com base em disposição constitucional ou legal.

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL

Recurso Ordinário					
Banco	Conta	Nº da Conta	Reduzido	Conta Contábil	Saldo
BANCO DO BRASIL	Bco. Brasil C/Câmara N.14738-9	14738-9	1	11111900011700	469,72
			Total Recurso		469,72
Total Geral					469,72

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Recurso Ordinário						
Banco	Conta	Nº da Conta	Reduzido	Conta Contábil	Saldo	
BANCO DO BRASIL	Aplic. financ.- Bco. Brasil C/movto. Patrimônio N. 12.083-9	12083-9	5568	111115099011200	43.059,90	
BANCO DO BRASIL	Aplic. financ. - Bco. Brasil C/movto. N. 6717-2	6717-2	5573	111115099011500	64.532,04	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/car.nutr. N. 6079-8	6079-8	5574	111115099011600	492,54	
Total Recurso					108.084,48	

Recurso Vinculado					
Banco	Conta	Nº da Conta	Reduzido	Conta Contábil	Saldo
BANCO DO BRASIL	Bco. Brasil - C/vigilancia Sanitaria - Tfs N.1.1.200-3	11200-3	5535	111111900022900	1.163,87
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.b.b. Fms - fns Binv N.13530-5 (investimento, Programa de Requalificação de Ubs - Constr	13530-5	5558	111115002020400	9.452,82
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - Fms - progr. req. UBS N.14.836-9(Programa de Requalificação de UBS	14836-9	5571	111115002021300	4.621,97
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - Fms - fns invVAN N.14.984-5 (Programa de Financiamento da Ações de Alimentação e Nutrição VAN	14984-5	5572	111115002021400	9.550,66
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- B.br C/far.basica 74730-0	74730-0	5559	111115099022200	3.951,09
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- B.b.s.aux.saú C/c.505267-x	505267-X	5560	111115099022300	337,94
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - C/fns Blatb-pab N.11198-8 (bb Fix)	11198-8	5561	111115099022400	692.653,48
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - C/vig.sanit.tfs N.11200-3 (bb Cp Admin Classico)	11200-3	5562	111115099022500	259.227,89
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - C/farmacia Basica - Blafb N.11.197-x (bb Cp Admin Classico)	11197-X	5563	111115099022600	12.283,24
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - C/media Alta Complexidade - Blmac N.11.199-6 (bb Cp Admin Supremo	11199-6	5564	111115099022700	192.406,69
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco.brasil -cofin.saúde Fam C/c.505036-7	505036-7	5565	111115099022800	62.187,34
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bb Mac Estadual N.14062-7	14062-7	5566	111115099022900	13.234,76
Total Recurso					1.261.071,75
Total Geral					1.369.156,23

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Recurso Ordinário						
Banco	Conta	Nº da Conta	Reduzido	Conta Contábil	Saldo	
BANCO DO BRASIL	Bco. Brasil-c/simpl. Nacional C/10.064-1	10064-1	5322	111111900010200	210,06	
BANCO DO BRASIL	Bco. Brasil C/ipm-ipi Exp N.7.261-3	7261-3	5330	111111900011000	2.342,13	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Bco. C e F - C/movto. N. 112-8	112-8	5374	111111900030200	6.042,10	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ. - Bco. Brasil C/ics-icms Estad N.11.269-0	11269-0	5382	111115002010100	15.462,58	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Aplic.financ.- Cef Ação Fpm 48.168-8	48168-8	5383	111115002030100	111.028,79	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- B.brASIL C/movimento 19-1	19-1	5395	111115099010100	2.995,35	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/ipm-ipi Exp N.7.261-3	7261-3	5396	111115099010200	6.745,68	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - C/ipva N.11.260-7	11260-7	5397	111115099010300	14.655,45	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.-bb C/f.p.m. N. 73.078-5	73078-5	5400	111115099010600	8.910,02	
BANCO DO BRASIL	Aplic. Financ. - Bb C/afm N.13.583-6	13583-6	5402	111115099010800	5,17	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bb Repasse Casan 14.364-2	14364-2	3364	111115099011100	4.226,91	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/ics/export. N. 283.141-4	283141-4	5615	111115099011700	3.942,09	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/movto. N. 73.057-2	73057-2	5616	111115099011800	23.077,37	

BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/comp.expert. N. 8.050-0	8050-0	5617	111115099011900	600,88
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/pavimentacao N. 8.866-8	8866-8	5618	111115099012000	11.515,86
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/prov.13 Salario N. 8726-2	8726-2	5619	111115099012100	8.696,40
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/f.especial N. 26.189-0	26189-0	5620	111115099012200	14.870,01
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/it.r N. 22.087-6	22087-6	5621	111115099012300	458,36
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Aplic.financ.- Cef Cc/casas Pop. 121-7	121-7	5393	111115099030100	130.915,65
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Aplic.financ.- C.e.f. - Cc/112-8	112-8	5394	111115099030200	1.491.062,26
Total Recurso					1.857.763,12

Recurso Vinculado					
Banco	Conta	Nº da Conta	Reduzido	Conta Contábil	Saldo
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.b.b. Apoio Creche - brasil Carinhoso N.14236-0	14236-05392		111115002020300	13.997,48
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ. BB C/PRIOR DOS CEDROSFMASIGDBF N.14671-4	14671-45588		111115002020600	51.853,53
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ. BB C/PRIOR DOS CEDROSFMASIGDBF N.14672-2	14672-25590		111115002020700	21.637,57
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ. Bco. Brasil C/Fundo Infância e Adolescência - FIA N.14.615-3	14615-35623		111115002021500	3.048,40
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Aplic.financ. Bco. C.E.F. C/Pav.Drenagem RCD 080 - IV Et. N. 647.139-8	647139-5605		111115002040800	23.405,48
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Aplic.financ. Bco. C.E.F C/Revitalização Av. Tiradentes V Etapa N. 647144-4	647144-5610		111115002040900	7.320,27
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Aplic.financ. Bco. C.E.F C/Aquisição Caminhão N. 647.158-4	647158-5625		111115002041000	146.292,38
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- B.brasil C/cosip 78140-1	78140-15403		111115099020100	455.613,82
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- B.br C/patrimonio 78115-0	78115-05404		111115099020200	122.700,87
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil - C/merenda N.11.252-6	11252-65405		111115099020300	64.246,92
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/caução C-11.985-7	11985-75406		111115099020400	14.916,09
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bb C/munic.ensino	59773-25407		111115099020500	201.678,26

	N. 059.773-2								
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/ multa Munic.ssp N.11.114-7	11114-7	5408	111115099020600				60.969,06	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. B.br.pol Militar-transito N.86835-3	86835-3	5409	111115099020700				12.196,83	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. B.br.pol.militar Rad.patr.n.86843-4	86843-4	5410	111115099020800				54.010,36	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. B.br Cta Policia Civil N.86851-5	86851-5	5411	111115099020900				83.847,25	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ - Bco. Brasil Cta Fbe - FUNDEB C/c-9825-6	9825-6	5412	111115099021000				198.403,00	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.b.b. Munut. Apoio Creche N.13077-x	13077- X	5415	111115099021300				2.791,54	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ. - Bco. Brasil C.corp Bombeiros N.193000-1	193000- 1	5417	111115099021500				26.061,73	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/ Pav. R. Amazonas (Badesc) N. 15.041-X	15041- X	5608	111115099023000				868,32	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/denai N. 81.468-7	81468-7	5611	111115099023100				23.471,76	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/pnate N. 8259-7	8259-7	5612	111115099023200				9.696,86	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/fnde Sal Educ. N. 8033-0	8033-0	5613	111115099023300				2.096,61	
BANCO DO BRASIL	Aplic.financ.- Bco. Brasil C/ Cide N. 8.387-9	8387-9	5614	111115099023400				12.179,52	
Total Recurso								1.613.303,91	
Total Geral								3.471.067,03	

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS



OBRIGADO A TODOS.

Romelândia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20/2018

Publicação Nº 1527928

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2018

Processo Licitatório Nº. 168/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 8/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 20/02/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 8/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP

CNPJ: 02.805.371/0001-76, FONE:

ENDEREÇO: RUA VICTORINO ALBA, 104, PROGRESSO, 89900-000, SÃO MIGUEL DO OESTE, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 168/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 8/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL OU FUTURA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO DE VÁRIOS DIÂMETROS E GALERIAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	300,0	UN	TUBO DE CONCRETO COM DIÂMETRO DE 30 CM	33,50	EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
4	300,0	UN	TUBO DE CONCRETO COM DIÂMETRO DE 60 CM	77,50	EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
6	100,0	UN	TUBO DE CONCRETO COM DIÂMETRO DE 100 CM COM DUAS ARMAÇÕES DE FERRO	375,00	EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha ☐d☐, do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item ☐I☐ será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea ☐b☐.

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 20/02/18.

VALMIR BIRKHEUER		EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
Prefeito Municipal em Exercício		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19/2018

Publicação Nº 1527925

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19

Processo Licitatório Nº. 168/2018

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 8/2018

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 20/02/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 8/2018, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: PRÉ - MOLDADOS MARAVILHA LTDA.

CNPJ: 86.739.364/0001-03, FONE:

ENDEREÇO: RUA NEREU RAMOS, 63, CENTRO, 89874-000, MARAVILHA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 168/2018 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 8/2018, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL OU FUTURA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE TUBOS DE CONCRETO DE VÁRIOS DIÂMETROS E GALERIAS DE CONCRETO ARMADO PRÉ-FABRICADA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	25,0	UN	GALERIA DE CONCRETO ARMADO, PRÉ-FABRICADA, MEDINDO 2m X 2m X 1m DE COMPRIMENTO, ENCAIXE MACHO E FÊMEA, PAREDE 20 CM, CLASSE 45	1.750,00	PRÉ - MOLDADOS MARAVILHA LTDA.
3	300,0	UN	TUBO DE CONCRETO COM DIÂMETRO DE 40 CM	43,00	PRÉ - MOLDADOS MARAVILHA LTDA.
5	100,0	UN	TUBO DE CONCRETO COM DIÂMETRO DE 80 CM COM UMA ARMAÇÃO DE FERRO	208,00	PRÉ - MOLDADOS MARAVILHA LTDA.

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de

habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha ☐d☐, do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I - A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item ☐I☐ será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea ☐b☐.

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 20/02/18.

VALMIR BIRKHEUER		PRÉ - MOLDADOS MARAVILHA LTDA.
Prefeito Municipal em Exercício		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

PORTARIA 8771/2018

Publicação Nº 1528480

PORTARIA Nº 8771/2018

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALMIR BIRKHEUER, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PREMIO à Servidora Pública Municipal Sra VERA LUCIA DASSOLER PEREIRA, cargo de carreira de AGENTE DE RECURSOS HUMANOS, 40 horas semanais, pelo período de 03(três) meses.

Art. 2º- O período de concessão será de 19 de fevereiro de 2018 à 19 de maio de 2018, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 19 de fevereiro de 2018.

Valmir Birkheuer

Prefeito Municipal de Romelândia em Exercício

pp Milton Aimi

Designado decreto municipal nº 3.947/18

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 8772/2018

Publicação Nº 1528484

PORTARIA Nº 8772/2018

SUSPENDE FÉRIAS REGULAMENTARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR BIRKHEUER, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender FÉRIAS, a partir da data de 20 de fevereiro de 2018, da Servidora Pública Municipal Sra. ADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG, cargo de Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, concedida pela Portaria n.º 8731/2018, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº

005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os dias restantes das férias em período oportuno de convênência do Município.

Art. 2º - O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidores.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 20 de fevereiro de 2018.

Valmir Birkheuer

Prefeito Municipal de Romelândia em Exercício

pp Milton Aimi

Designado decreto municipal nº 3.947/18

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

TERMO ADITIVO CONTRATUAL Nº 62/2017

Publicação Nº 1528747

TERMO ADITIVO CONTRATUAL Nº 62/2017

Aditivo nº 01/2017 ao Contrato nº 50/2017

TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 001 RELATIVO AO CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA/SC E A EMPRESA TRANSPORTES E OBRAS HAAS LTDA - ME.

O Município de Romelândia/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua 12 de Outubro nº 242, inscrito no CNPJ nº 82.821.182/0001-26, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF nº 304.788.399-87, RG Nº 899.689 - SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa TRANSPORTE E OBRAS HAAS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 17.561.194/0001-05, estabelecida Rua Getulio Vargas, 146, Centro, ROMELÂNDIA/SC, CEP: 89908-000:, neste ato representada por JONES VANDERLEI HAAS, inscrito no CPF nº 942.252.739-20, RG nº 3.330.545, residente e domiciliada no Município de ROMELÂNDIA/SC, Rua Getulio Vargas, 146, Centro, ROMELÂNDIA/SC, doravante denominado CONTRATADA, de acordo comum e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores e Processo de Licitação Nº 526/2017, na modalidade Pregão nº 10/2017, resolvem ADITAR o Contrato nº 50/2017, conforme segue:

CLAUSULA I – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência para o novo período: 31/12/2018.

CLÁUSULA II - Todas as demais Cláusulas permanecem em pleno vigor e inalteradas.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Romelândia/SC, 29/12/2017.

VALDIR BUGS	TRANSPORTES E OBRAS HAAS LTDA - ME
Prefeito Municipal	CONTRATADA
CONTRATANTE	

Testemunhas:

Dariz Genz
CPF 052.284.969-55

Milton Aimi
CPF 477.330.399-91

Salto Veloso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 1529544

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0002/2018
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
CONTRATADO : LUCAS DA SILVA GODINHO
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 01/02/2018 a 14/12/2018
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014
FUNÇÃO : PROFESSOR DE HISTÓRIA / GEOGRAFIA
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS
SALÁRIO BASE: R\$ 3.020,49

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018

Publicação Nº 1529545

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0003/2018
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
CONTRATADA : LUCILENE PASSONI ABATI
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
VIGÊNCIA : 01/02/2018 a 14/12/2018
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014
FUNÇÃO : PROFESSORA DE ARTES
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA...: 20 HORAS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.510,24

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018

Publicação Nº 1529546

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0004/2018
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
CONTRATADA : VIRIDIANE LAÍS BETIOLLO
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
VIGÊNCIA : 01/02/2018 a 14/12/2018
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014
FUNÇÃO : PROFESSORA DE INGLÊS
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA...: 30 HORAS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.265,37

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2018

Publicação Nº 1529547

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0005/2018

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
CONTRATADA : ANA CÉLIA DE OLIVEIRA RIBEIRO
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
VIGÊNCIA : 01/02/2018 a 14/12/2018
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014
FUNÇÃO : PSICOPEDAGOGA
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.660,49

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018

Publicação Nº 1529548

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0006/2018
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
CONTRATADA : FRANCIELE ALVES DE GOIS
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 05/02/2018 a 14/12/2018.
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : PROFESSORA PEDAGOGA
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS
SALÁRIO BASE: R\$ 3.020,49

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2018

Publicação Nº 1529551

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0007/2018
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO
CONTRATADO : MIGUEL ÂNGELO SARTOR
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
VIGÊNCIA : 05/02/2018 a 14/12/2018
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014
FUNÇÃO : PROFESSOR DE INFORMÁTICA
LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA...: 30 HORAS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.265,37

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2018

Publicação Nº 1529552

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º : 0008/2018.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : IVONE CAMARGO DOS SANTOS DE ANDRADE.
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 14/02/2018 a 28/12/2018.
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.

FUNÇÃO : AUXILIAR DE LIMPEZA.
LOCAL : SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 1120,29.

DECRETO MUNICIPAL Nº 006/2018

Publicação Nº 1528382

DECRETO Nº 06 de 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 001/2018, DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 001/2018, de 15 de fevereiro de 2018, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, que dispõe sobre "Aprovação da prestação de contas constantes no relatório de gestão inerente ao exercício de 2017".

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO**RESOLUÇÃO Nº 001/2018**

O Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso - IPRESVEL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 75, inciso VIII, da Lei Complementar nº 035, de 23 de setembro de 2015; CONSIDERANDO a análise e emissão do Parecer nº 001/2018 do Conselho Fiscal, recomendando a aprovação das contas do exercício de 2017.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 15 de fevereiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade, a Prestação de Contas constante do Relatório de Gestão inerente ao exercício de 2017 do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso – IPRESVEL.

Art. 2º Recomendar o encaminhamento da Prestação de Contas, bem como Relatório de Gestão ao Órgão de Controle Interno para emissão de Relatório e Parecer, nos termos do art. 11 da IN. TC-0020/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), 15 de fevereiro de 2018.

PAULO HOFFELDER

PRESIDENTE

ERRATA PORTARIA Nº 111/2018

Publicação Nº 1529543

Errata - Portaria Nº 111 de 05 de fevereiro de 2018.

ERRATA

Informamos que a "Portaria Nº 111 de 05 de fevereiro de 2018", foi publicada com erro na edição 2447, veiculada em 05 de fevereiro de 2018, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

PORTARIA Nº 111 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de Férias, no período compreendido de 05 de fevereiro de 2018 a 24 de fevereiro de 2018, totalizando 20 dias de férias à servidora VANESSA VEDANA do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 16/04/2016 a 15/04/2017, correspondente a 20 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 05 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 114/2018

Publicação Nº 1529521

PORTARIA Nº. 114 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 08 de fevereiro de 2018 a 08 de maio de 2018, conforme Artigo 83 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, à servidora MIRIAN GIACOMIN, ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotada no cargo de Agente de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 08 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 115/2018

Publicação Nº 1529522

PORTARIA Nº 115 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 08 de fevereiro de 2018 a 09 de março de 2018, totalizando 30 dias de férias à servidora JUSARA TEREZINHA DALPIZZOL ABATI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 01/03/2016 a 28/02/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 08 de fevereiro de 2018.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 116/2018

Publicação Nº 1529523

PORTARIA Nº 116 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
EXONERA SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir de 10 de janeiro de 2018, a Sra. IVONE CAMARGO DOS SANTOS DE ANDRADE, do cargo de Auxiliar de Limpeza, admitida em caráter temporário pela Portaria nº 083/2017, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 09 de fevereiro de 2018.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 117/2018

Publicação Nº 1529524

PORTARIA Nº 117 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A CONSELHEIRO TUTELAR DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 12 de fevereiro de 2018 a 26 de fevereiro de 2018, totalizando 15 dias de férias ao conselheiro tutelar JANI CARLOS CONTE do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 10/01/2017 a 09/01/2018, correspondente a 15 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 09 de fevereiro de 2018.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 118/2018

Publicação Nº 1529525

PORTARIA Nº 118 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 14 de fevereiro de 2018 a 28 de fevereiro de 2018, totalizando 30 dias de férias ao servidor CAMILO DORNELES do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 02/02/2017 a 01/02/2018, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 14 de fevereiro de 2018.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 119/2018

Publicação Nº 1529526

PORTARIA Nº. 119 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. DALMIR ZIMMER, pelo período de 30/01/2018 a 01/03/2018, correspondente a 31 dias conforme atestado médico e perícia médica, partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 14 de fevereiro de 2018.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 120/2018

Publicação Nº 1529528

PORTARIA Nº 120 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

ADMISSÃO DE SERVIDORA EM CARATER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a Sra. IVONE CAMARGO DOS SANTOS DE ANDRADE para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde, na função de AUXILIAR DE LIMPEZA, 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 14 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 121/2018

Publicação Nº 1529531

PORTARIA Nº. 121 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. SIBELE SANTIAN GAIO, pelo período de 15/02/2018 a 09/09/2018, correspondente a 207 dias conforme atestado médico e perícia médica, partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 15 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 122/2018

Publicação Nº 1529532

PORTARIA Nº. 122 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 15 de fevereiro de 2018 a 15 de maio de 2018, conforme Artigo 83, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor

DANILO TOMAZI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Técnico Agrícola.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 15 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 122/2018

Publicação Nº 1529533

PORTARIA Nº. 122 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 15 de fevereiro de 2018 a 15 de maio de 2018, conforme Artigo 83, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor DANILO TOMAZI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Técnico Agrícola.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 15 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 123/2018

Publicação Nº 1529534

PORTARIA Nº 123 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 19 de fevereiro de 2018 a 20 de março de 2018, totalizando 30 dias de férias à servidora FABIANA GODINHO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 02/02/2016 a 01/02/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 124/2018

Publicação Nº 1529535

PORTARIA Nº 124 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de Férias, no período compreendido de 19 de fevereiro de 2018 a 10 de março de 2018, totalizando 20 dias de férias à servidora GENI SALETE ALBONICO DE BASTIANI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 16/02/2016 a 15/02/2017, correspondente a 20 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 125/2018

Publicação Nº 1529537

PORTARIA Nº 125 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 19 de fevereiro de 2018 a 20 de março de 2018, totalizando 30 dias de férias à servidora MARIZETE MARIA HENZEL do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 09/02/2017 a 08/02/2018, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 126/2018

Publicação Nº 1529538

PORTARIA Nº 126 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 19 de fevereiro de 2018 a 20 de março de 2018, totalizando 30 dias

de férias ao servidor RUDIMAR CORNELLI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 17/02/2012 a 16/02/2013, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 127/2018

Publicação Nº 1529540

PORTARIA Nº 127 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeito Municipal de Salto Veloso- SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º Alterar carga horária do servidor EDIVAR ANTÔNIO DONADEL, Secretário de Administração e Finanças, nomeado pela Portaria nº 001 de 01 de janeiro de 2017, de 40 horas semanais para 30 horas semanais, a partir de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 19 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 128/2018

Publicação Nº 1529542

PORTARIA Nº 128 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

EXONERA SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica exonerada a pedido, a partir de 19 de fevereiro de 2018, a Sra. FRANCIELE ALVES DE GOIS, do cargo de Professora Pedagoga, admitida em caráter temporário pela Portaria nº 107/2018, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 19 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 021/2018

Publicação Nº 1529368

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de pacientes para Tratamento Fora do Domicílio (TFD), conforme relação, quantitativos e especificações constantes no Edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.
E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br ,site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 07/03/2018.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h15min do dia 07/03/2018

Santa Cecília, 20 de Fevereiro de 2018.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 01/2018 FMAS

Publicação N° 1528236

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) CESTAS BÁSICAS PARA FUNDO MUNICÍPIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 07 de março de 2018, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, n° 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 20 de fevereiro de 2018. ou pelo

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

Publicação N° 1528235

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 06/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, CAPINA MANUAL, PODA DE ARVORES E LIMPEZA EM GERAL DAS ESTRADAS VICINAIS CONFORME A NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCÍCIO DE 2018.

Data, Horário e Local de Abertura: 06 de março de 2018, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, n° 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000. ou pelo

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 20 de fevereiro de 2018.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1062 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529390

LEI Nº 1062 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir por desapropriação amigável ou judicial uma área de terra que especifica e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos os habitantes do Município que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, uma área de terra urbana, localizada na Av. Jaguarari / BR 101, no Km 441, em Vila Maria na cidade de Santa Rosa do Sul-SC; com área total de 528,00m² (quinhentos e vinte e oito metros quadrados), cuja área possui atualmente as seguintes medidas e confrontações:

NORTE na extensão de 48,00 metros, confrontando-se com terras de Anoir dos Santos Machado (mat. Nº 48.136, do Of. de Sombrio).

SUL na extensão de 40,00 metros, confrontando-se com terras dos herdeiros de Carlos Machado, Trans. Nº. 27.872.

LESTE na extensão de 14,42 metros, confrontando-se com o alinhamento da faixa de domínio da Av. Jaguarari / BR 101, Km 441.

OESTE na extensão de 12,00 metros, confrontando-se com terras dos herdeiros de Carlos Machado (Transcrição nº 27.872)

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo anterior, destina-se à ampliação da área do Posto de saúde.

Art. 3º Fica revogada na íntegra a Lei nº 1035 de 31 de julho de 2017.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de fevereiro de 2018.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2018

Publicação Nº 1528342

CONTRATO Nº 17/ 2018

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Tancredo Neves, CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito, brasileiro, portador do CPF n. 036.693.579-80, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MAXI SERVIÇOS MECÂNICOS EIRELI EPP estabelecida na cidade de Chapecó – SC, CNPJ n 14.958.840/0001-76 neste ato representado pelo Sr. Marcela Fernanda Damaceno, residente e domiciliado em Chapecó – SC, CPF: 008.669.269-09 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de Prestação de serviços mão de obra e aquisição de peças para reparos nas Ducatos placa MGC 0247 pertencente a Secretaria Municipal de Educação e também do veículo Ducato OKH 7923 pertencente a Secretaria Municipal de Saúde e mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA GARANTIA

Este contrato tem por objeto o fornecimento pela CONTRATADA, de Prestação de serviços mão de obra e aquisição de peças para reparos nas Ducatos placa MGC 0247 pertencente a Secretaria Municipal de Educação e também do veículo Ducato OKH 7923 pertencente a Secretaria Municipal de Saúde conforme especificações e quantidades a seguir, pelos preços registrados em decorrência da proposta de preços apresentada no Pregão nº 2/2018.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo de garantia será de 06 (seis) meses contados a partir da data do aceite do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo para entrega dos bens, objeto do presente Contrato será de 15 (quinze) dias, a partir da emissão de autorização de fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento provisório ocorrerá por ocasião da entrega dos produtos no local indicado, mediante assinatura do responsável pelo órgão.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e Legislação específica no que couber.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O recebimento definitivo dos bens contratados se dará após: a) a verificação física do objeto para a constatação da integridade física do mesmo; b) a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada/Fornecedora;

PARÁGRAFO QUARTO - Sendo satisfatórias as verificações será declarado aceite, bem como se resultarem insatisfatórias as verificações será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências.

PARÁGRAFO QUINTO - O(s) item(ns) que for(em) recusado(s) deverá(o) ser substituído(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data da notificação da Fornecedora, sem qualquer ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a substituição dos bens cotados não for realizada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

PARÁGRAFO OITAVO - O recebimento dos bens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da fornecedora pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos, durante o prazo de garantia do bem entregue.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, REAJUSTE E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 19.461,50 (dezenove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos) correspondente às quantidades fornecidas e de acordo com os preços devidamente registrados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto, mediante crédito direto na conta bancária da CONTRATADA, cujo Banco, número da Agência e da Conta Corrente, será fornecido na data da assinatura do presente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A nota fiscal deverá ser emitida em nome da MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, localizada Avenida Tancredo Neves, n. 337, município de Santa Terezinha do Progresso – SC – CNPJ Nº 01.612.847/0001-90, e informar o Banco, a Agência e a Conta Corrente para depósito.

CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DA PARTE

Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na lei nº 8.666/93, Lei nº. 8.078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro e Lei n. 10.520/2002.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Termo de Contrato, de acordo com o estabelecimento na Cláusula Terceira.

A CONTRATADA obriga-se fornecer os bens objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada no processo do Pregão nº 2/2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA dará ao CONTRATANTE total garantia de qualidade dos materiais, e ficará obrigada a arcar com o ônus, quando for constatado irregularidades, de acordo com os termos da lei Federal nº 8.666/93 e com a Legislação de defesa do Consumidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA será responsabilizada civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do objeto do presente Termo de Contrato, será efetuado através do item orçamentário: Desp.: 53 – Compl. Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00 e desp.: 14 – Complemento Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A recusa na assinatura do contrato ou a inexecução parcial ou total do mesmo, acarretará nas seguintes penalidades:

a) No caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do saldo a executar, conforme o caso.

b) No caso de não cumprimento do prazo de entrega proposto, ficará a CONTRATADA, sujeita à multa de 0,33 (trinta e três décimos

por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento).
c) No caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nas alíneas "a" e "b", multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor do Contrato, de acordo com a gravidade da infração.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderá ser aplicada penalidade de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade, de acordo com a gravidade da infração.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado na entrega dos materiais;
- e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;
- i) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- l) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- m) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- n) a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;
- o) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- p) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço executado, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- q) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- r) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência à Administração;
- s) judicialmente, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente

em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO

O contrato terá vigência da data da assinatura até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, ou seja, 31/12/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002, recorrendo-se aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato vincula-se à Pregão nº 2/2018 e à proposta do Contratado, nos Termos da Lei de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Campo Ere – SC, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Terezinha do Progresso – SC, 15 de fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO PREFEITO MUNICIPAL E.E	MAXI SERVIÇOS MECÂNICOS CONTRATADA
1) Testemunha	2) Testemunha

ELENICE ELECIR PORSCHE MARGARIDA ELY
ASSESSORA DE PROJETOS SEC. MUNICIPAL DE ADM.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 20/ 2018

Publicação Nº 1528623

DECRETO Nº 020/2018

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, NEIDE TEREZINHA DALALIBERA, CPF nº031.707.709-00, RG nº365.552.4, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Ensino Fundamental, carga horária de 20 horas semanais, código 1049 lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.
CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 21/2018

Publicação Nº 1528630

DECRETO Nº 021/2018
NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, NEIDE TEREZINHA DALALIBERA, CPF nº031.707.709-00, RG nº365.552.4, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Ensino Fundamental, carga horária de 20 horas semanais, código 1049 lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.
CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 22/2018

Publicação Nº 1528632

DECRETO Nº 022/2018
NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, Glaucia dos Santos Tonin, CPF nº084.814.509-79, RG nº6.009.383, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Ensino Fundamental, carga horária de 20 horas semanais não habilitada, código 1060, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.
CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 23/2018

Publicação Nº 1528639

DECRETO Nº 023/2018
NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, Mariele Josiane Zanon, CPF nº063.359.889-50, RG nº4.828.308, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Educação Física, carga horária de 20 horas semanais, código 1052, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.
CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 24/2018

Publicação Nº 1528641

DECRETO Nº 024/2018
NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, Rosani Hoffmann, CPF nº044.987.749-30, RG nº4.303.338, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Educação Infantil, carga horária de 20 horas semanais, código 1059, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.
CRISTIANO BATISTA MACHADO
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 25/2018

Publicação Nº 1528644

DECRETO Nº 025/2018

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, Carla Paula Nohatto, CPF nº342.064.208-31, RG nº486.942.2, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Língua Estrangeira Espanhol, carga horária de 20 horas semanais, código 1058, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 26/2018

Publicação Nº 1528645

DECRETO Nº 026/2018

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, Adriane Maria Spiscker, CPF nº911.400.800-91, RG nº3368497, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Ensino Fundamental, carga horária de 20 horas semanais, código 1060, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 27/2018

Publicação Nº 1528647

DECRETO Nº 027/2018

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, Paula Regina Gnoatto, CPF nº053.870.909-02, RG nº4.283.330, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Educação Infantil, carga horária de 20 horas semanais, código 1059, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 28/2018

Publicação Nº 1528649

DECRETO Nº 028/2018

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, Daiana Cristina Staudt, CPF nº098.311.729-22, RG nº6.009.315, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Artes, carga horária de 20 horas semanais, código 1053, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 29/2018

Publicação Nº 1528650

DECRETO Nº 029/2018

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, Daiana Cristina Staudt, CPF nº098.311.729-22, RG nº6.009.315, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Artes, carga horária de 20 horas semanais, código 1053, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 30/2018

Publicação Nº 1528653

DECRETO Nº 030/2018

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, Janaina Luana da Silva Staudt, CPF nº100.480.709-04, RG nº6844877, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Educação Física, carga horária de 20 horas semanais não Habilitada, código 1052, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO MUNICIPAL Nº. 31/2018

Publicação Nº 1528656

DECRETO Nº 031/2018

NOMEIA SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora, Elenice Pacheco Poncio, CPF nº098.648.078-78, RG nº6747071, aprovada no PROCESSO SELETIVO nº 001/2017, para desempenhar a função de Professora de Ensino Fundamental, carga horária de 20 horas semanais, código 1060, lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 15 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de Fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERRATA DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018 - PP 04/2018

Publicação Nº 1528358

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

ERRATA DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 09/2018 – PP 04/2018.

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, vem a público retificar o TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 09/2018 – PP 04/2018, onde se lê o nome do prefeito Municipal Derli Furtado, passa a vigorar com a seguinte redação: "CRISTIANO BATISTA MACHADO, Prefeito Municipal, em exercício, os demais itens ficam inalterados.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 20 de fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal, E.E.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 15/2018 - PP 08/2018

Publicação Nº 1529513

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 15/2018

PREGAO PRESENCIAL – Registro de Preço Nº. 8/2018

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, em exercício, Sr. Cristiano Batista Machado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 13:30 horas do dia 05 DE MARÇO de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial tendo como objeto: CONTRATAÇÃO

DE SERVIÇOS DE LAVAGENS DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, CONserto DE PNEUS DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, CâMERAS DE AR, ÓLEOS LUBRIFICANTES E DEMAIS ITENS AFIN, PARA TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINSTRAÇÃO MUNICIPAL.

.O processo será regido pelas Leis Federais, n. 10520 e 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezhaprogreso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogreso.sc.gov.br

Santa Terezinha do Progresso – SC – 21 de fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal, em exercício

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2018 PP 11/2018

Publicação Nº 1529517

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2018

PREGAO PRESENCIAL – Registro de Preço Nº. 11/2018

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, em exercício, Sr. Cristiano Batista Machado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 08:30 horas do dia 05 de março de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL S500 PARA ENTREGA EM TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE USO PRÓPRIO DO MUNICÍPIO, PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

.O processo será regido pelas Leis Federais, n. 10520 e 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezhaprogreso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogreso.sc.gov.br

Santa Terezinha do Progresso – SC – 16 de fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal, em exercício

Santiago do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 16-2018 - AQUISIÇÃO DE CARNE SUÍNA

Publicação Nº 1528997

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 25/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.16/2018.
Objeto: Aquisição de carne suína para premiação em competições esportivas a serem realizadas no município de Santiago Do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 08 de março de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 08 de março de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 20 de Fevereiro de 2018.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

Seletivo nº001/2018.
DECRETA:

Art. 1º Fica homologada as inscrições e definido o ensalamento do Processo Seletivo nº001/2018, conforme relação a seguir:

Art. 2º Não houve inscrições de Portadores de Necessidades Especiais, nem de condições especiais para realização das provas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 14 de fevereiro de 2018.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

AVISO PREGÃO FMS 02-2018 ARTE TERAPIA

Publicação Nº 1528566

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 06/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº.02/2018.
Objeto: Aquisição de materiais e produtos para utilização nas atividades do grupo arteterapia do NASF.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 07 de março de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 07 de março de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 20 de Fevereiro de 2018.
LILIAN BLANGER
GESTORA DO FMS

DECRETO Nº 066/2018 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528060

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 066/2018 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal PATRICIA FIORELI BRUNETTO, aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº003/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, PATRICIA FIORELI BRUNETTO, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, percebendo vencimento constante no anexo III, código 07.02 da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

DECRETO Nº 058/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528044

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 058/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018
Dispõe sobre a Homologação das inscrições e o Ensalamento do Processo Seletivo 001/2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Edital de Processo

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 15 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº060/2018 – DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1528049

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº060/2018 – DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018

Nomeia Comissão Especial do Processo Seletivo 001/2018, para contratação por prazo determinado e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial responsável pela realização do Processo Seletivo Nº 001/2018, a ser realizado pela Prefeitura Municipal de Santiago do Sul.

Art. 2º A Comissão de que trata o Artigo 1º compor-se-á:
I – Vanderlei Paulo Backes - Coordenador;
II – Camila Lazarin - Secretário;
III – Clesiana Ferrarri Comachio - Membro

Art. 3º A Comissão do Processo Seletivo compete efetuar o acompanhamento, fiscalização, avaliação e apuração da classificação final do processo seletivo e resolver os casos omissos.

Art. 4º As decisões da Comissão do Processo Seletivo serão tomadas por maioria dos votos, cabendo ao Coordenador o voto de desempate.

Art. 5º Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços prestados pela Comissão Especial não serão remunerados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 14 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº061/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528050

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº061/2018 - DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

Exonera a Servidora Pública Municipal CARMEM MARIA RIVIEIRA GUIDOLIN e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso II, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido, a partir desta data, a Servidora Pública Municipal CARMEM MARIA RIVIEIRA GUIDOLIN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º ao 5º ano, matrículas 213/01 e 43/01, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015, e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 14 de fevereiro de 2018.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº062/2018 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528053

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº062/2018 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal ANGELA KARINA MARTINS aprovada em Concurso Público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores e Edital de Concurso Público 001/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 15 de fevereiro de 2018, ANGELA KARINA MARTINS para desempenhar as atribuições do Cargo Efetivo PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20

Horas Semanais, percebendo o vencimento constante no anexo III, código 07.02 da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 15 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº063/2018 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528055

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº063/2018 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal ELIEZER TECCHIO BRUNETTO aprovada em Concurso Público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores e Edital de Concurso Público 001/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 15 de fevereiro de 2018, ELIEZER TECCHIO BRUNETTO para desempenhar as atribuições do Cargo Efetivo PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo o vencimento constante no anexo III, código 07.02 da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 15 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº064/2018 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528057

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº064/2018 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal CLAUDIA KELY ENDERLE aprovada em Concurso Público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores e Edital de Concurso Público 001/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 15 de fevereiro de 2018, CLAUDIA KELY ENDERLE, para desempenhar as atribuições do Cargo Efetivo PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, percebendo o vencimento constante no anexo III, código 07.02 da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 15 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº065/2018 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528059

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº065/2018 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal DAIANE GEREMIA SOMAVILLA aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº003/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 15 de fevereiro de 2018, DAIANE GEREMIA SOMAVILLA, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 30 Horas Semanais, no período compreendido entre 15 de fevereiro

de 2018 a 19 de dezembro de 2018, percebendo vencimento constante no anexo III, código 07.02 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 15 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº067/2018 - DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528062

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº067/2018 - DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal KASSIA RECKTENWALD TARGA, aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº003/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 16 de fevereiro de 2018, KASSIA RECKTENWALD TARGA, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 40 Horas Semanais, no período compreendido entre 16 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, percebendo vencimento constante no anexo III, código 07.02 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 16 de fevereiro de 2018.
De Florianópolis para Santiago do Sul

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº059/2018 – DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528047

DECRETO Nº059/2018 – DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, no valor de R\$ 7.993,99 (Sete mil, novecentos e noventa e três reais e noventa e nove centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.063 – Manutenção Atividades da Creche
Atividade: 2.063 – Manutenção Atividades da Creche
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas.....R\$ 3.492,00

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.014 – Manut. Atividades Ensino Fundamental
Atividade: 2.014 – Manut. Atividades Ensino Fundamental
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas
..... R\$ 4.501,99

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários – Exercício Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 14 de fevereiro de 2018.
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº068/2018 – DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528063

DECRETO Nº068/2018 – DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 44.494,11 (Quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e onze centavos), conforme discriminação abaixo:

Entidade: Fundo Municipal de Saúde - FMS
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 302 – Assistência Médica e Ambulatorial
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade
Ação: 2.076 – Assistência de Média e Alta Complexidade
Atividade: 2.076 – Assistência de Média e Alta Complexidade
Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.3.38 – Aplicações Diretas.
(66).....R\$ 44.494,11

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/ União – MAC (Próteses Dentárias), disponíveis na Conta Corrente Nº.25.808-3 Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 16 de fevereiro de 2018.
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº069/2018 – DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528065

DECRETO Nº069/2018 – DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, no valor de R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 – Agricultura
Sub-Função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0024 – Assistência ao Produtor Rural
Ação: 1.042 – Aquisição de Implementos Agrícolas
Projeto: 1.042 – Aquisição de Implementos Agrícolas
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.34-Aplicações Diretas
..... R\$ 97.500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do provável Excesso de Arrecadação na Rubrica da Receita 4.2.4.1.8.10.9.1.01.00.00 – Outras Transferências de Convênio da União – Contrato de Repasse Nº.861382/2017/ MAPA/CAIXA, Fonte de Recursos/Iduso 0.1.34 – Transf.de Convênios da União/Outros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 16 de fevereiro de 2018.
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

EXTRATO CONTRATO 23-2018 ADITIVO CONTRATO TRANS. PACAZZA

Publicação Nº 1528267

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	23/2018
Contrato Principal Nº	18/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	TRANSPORTE PACAZZA LTDA - ME
Objeto	Prestação de serviço de Transporte Escolar.
Valor	R\$ 5.185,80 (Cinco mil cento e oitenta e cinco reais e oitenta centavos)
Vigência	16 de fevereiro à 31 de dezembro de 2018.
Processo Nº. 112/2014.	
Pregão Nº. 84/2014.	
Santiago do Sul, 16 de fevereiro de 2018.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº033/2018 - DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528030

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº033/2018 - DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
Concede Licença por motivo de Casamento a Servidora ANGELA CRISTINE TOAZZA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo

77, inciso II, alínea "a" da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA EM RAZÃO DE CASAMENTO a servidora ANGELA CRISTIANE TOAZZA, ocupante do Cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO FÍSICA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar do dia 05 de fevereiro de 2018 até dia 09 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de janeiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018

Publicação Nº 1529089

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 05 de março de 2018, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE AVALIAÇÕES MERCADOLÓGICAS PTAM DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO, CONFORME DETERMINA A NBR 14653 NO MÉTODO COMPARATIVO DIRETO DE DADOS DO MERCADO, E DEMAIS LEGISLAÇÕES QUE EXIGEM AVALIADOR MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 36316044 ou retirar o Edital completo através do site: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 8 de fevereiro de 2018.

ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS

Secretária de Finanças

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

MARCIO DREVECK

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES

Secretário de Planejamento e Urbanismo

FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

Secretária de Assistência Social

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

Pregoeira Municipal

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA FC 01/2018

Publicação Nº 1529019

PORTARIA Nº 001 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Autoria dirigir veículos oficiais"

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionário Patrick Lemos, lotado na Fundação Cultural de São Bento do Sul, a dirigir eventualmente e quando necessário, o veículo abaixo especificado:

Renault/Sandero MJY 1988

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2018.

MÁRCIO BROSOWSKY

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

São Bernardino

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 15.2018 PREF

Publicação Nº 1528262

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2018.

O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar Licitação, tipo menor preço, por item, para aquisição de um rolo compactador através da prosposta Nº 020662/2017, contrato de repasse OGU nº850458/2017, processo n. 2623.1044039-02/2017 celebrado entre a União Federal, e o município. Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 07/03/2018. A íntegra deste Edital estará publicado no site: www.saobernardino.sc.gov.br, e no DOM/SC, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014 e no site São Bernardino-SC, aos 20/02/2018. ADELI JOSÉ RIFFEL - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 42/2018

Publicação Nº 1527913

DECRETO Nº 042/2018 DE 20/02/2018

DISPÕE SOBRE INDEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO REQUERIDA DO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018, DEFLAGRADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto na Lei nº 10.520 e Lei subsidiária nº 8.666/93 suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO:

· A análise da impugnação feita pela empresa BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI – EPP, no Processo Licitatório nº 009/2018 na Modalidade de Pregão Presencial nº 006/2018, que versa sobre a aquisição e pneus novos, câmaras de ar e protetores, entre outros, eis que não vislumbra ilegalidade e tampouco inconstitucionalidade na exigência de data de fabricação não superior a 06 (seis) meses na data da entrega da mercadoria, devendo ser integralmente o texto editalício inaugural.

DECRETA:

Art. 1º - Fica rejeitada a impugnação protocolada pela Empresa BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI – EPP, junto ao Processo Licitatório nº 009/2018, modalidade de Pregão Presencial nº 006/2018, que foi devidamente rejeitado pelo Pregoeiro e equipe de Apoio do Município de São Bernardino – SC.

Art. 2º - Fica determinado o prosseguimento do Processo Licitatório nº 009/2018 e providenciada a sua respectiva publicação nos termos da Lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 20/02/2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 43/2018

Publicação Nº 1527916

DECRETO Nº 043/2018 DE 20/02/2018

DISPÕE SOBRE INDEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO REQUERIDA DO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018, DEFLAGRADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto na Lei nº 10.520 e Lei subsidiária nº 8.666/93 suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO:

· A análise da impugnação feita pela empresa LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA, no Processo Licitatório nº 009/2018 na Modalidade de Pregão Presencial nº 006/2018, que versa sobre a aquisição e pneus novos, câmaras de ar e protetores, entre outros, eis que não vislumbra ilegalidade e tampouco inconstitucionalidade na exigência de data de fabricação não superior a 06 (seis) meses na data da entrega da mercadoria, devendo ser integralmente o texto editalício inaugural.

DECRETA:

Art. 1º - Fica rejeitada a impugnação protocolada pela Empresa LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA, junto ao Processo Licitatório nº 009/2018, modalidade de Pregão Presencial nº 006/2018, que foi devidamente rejeitado pelo Pregoeiro e equipe de Apoio do Município de São Bernardino – SC.

Art. 2º - Fica determinado o prosseguimento do Processo Licitatório nº 009/2018 e providenciada a sua respectiva publicação nos termos da Lei.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 20/02/2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 37/2018

Publicação Nº 1528475

PORTARIA Nº 037/2018 DE 20/02/2018

	DEFINIR HORARIO DE TRABALHO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - DEFINIR, horário de trabalho 20 horas semanais, a Servidor Público Municipal SR VALMIR JOSE KRINDGES, matrícula nº 139/02, CPF nº 800.000299-04, ocupante do cargo de Técnico em Administração Rural, Vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, do Município de São Bernardino – SC, a partir de 01 de Março de 2018, por período indeterminado, conforme abaixo identificado:

2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
	07,30 às 11,30 horas			
13,00 às 17,00 horas	13,00 às 17,00 horas	13,00 às 17,00 horas		13,00 às 17,00 horas

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, em 20 de Fevereiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILEINE GOMES WERNER
Secretario da ADM e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO 15/2018 PP 11/2018

Publicação Nº 1528264

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2018
PREGÃO No 11/2018

01. PREÂMBULO

1.1 O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela portaria n. 026/2018, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 11/2018, na Modalidade Pregão, do tipo menor preço por item e Presencial, sob regime de entrega parcelada, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, Decreto n. 254/2012 e Decreto n. 09/2018, Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.1 - JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.2 JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICAÇÃO DO ARTIGO 48 INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006, Tal medida se justifica devido ao fato que após pesquisa de mercado, foi verificado que não houveram fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

1.3 Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N– Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 07/03/2018 iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.4 – Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a

documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.5- Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

02. OBJETO

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR NOVO ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 020662/2017, CONTRATO DE REPASSE OGU Nº850458/2017, PROCESSO N. 2623.1044039-02/2017 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA ECONOMICA, PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO- AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA, PARA ATENDER DIVERSOS SERVIÇOS DE COMPACTAÇÃO, RECUPELAÇÃO, ABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E ACESSOS RURAIS.
ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Rolocompactador vibratório de solo, novo, zero horas de trabalho, ano de fabricação 2017 ou superior, que apresente no mínimo as seguintes características: acionamento por motor a diesel, 04 cilindros, potencia 110HP, que atenda as normas de emissão de poluentes do sistema de emissão TIER 3 ou MAR- I, equipado com cinta kit patas quadradas, o Rolo com tambor liso de 2.000 mm de largura e 1.500mm de diâmetro, com tração no cilindro, cinta cilindro e espessura da chapa do cilindro mínimo 25mm de aço, sistema de freio hidrostático e com sistema de emergência, cabine ROPS FOPS fechada com ar condicionado, assento para operador ajustável, com devido molejo, visando perfeita condições para evitar danos a saúde, com duas faixas de velocidade, impacto dinâmico na alta de 30.000 Kgf e na baixa mínimo de 18.000 Kgf, frequência e amplitude mínima de 1980vpm, com sensor de compactação original do fabricante do rolocompactador, peso operacional mínimo 10.800 Kg sendo peso estático do tambor na dianteira de mínimo 6.000 Kg, pneus novos tipo tração com mínimo de 12 lonas, com capacidade de inclinação em subida de rampas de mínimo 60%, sistema de tração para os pneus e cilindro e transmissão hidrostática. Da dimensão do comprimento: o comprimento máximo do equipamento deverá ser até 5.850mm, (este item se justifica tendo em vista que o equipamento tem que ser transportado por caminhão com capacidade de transporte nessa medida. O Município não possui condições financeiras para adquirir outro caminhão nem para contratar serviços de fretamento deste equipamento). Apresentar atestado de capacidade técnica de no mínimo três empresas privadas instaladas no país do modelo proposto, podendo o Município realizar consulta imediata junto a estas empresas. Com plano de manutenção de Zero horas a 2.000 horas, capacitação para o operador, incluso no preço o deslocamento, a assistência técnica, estadia dos técnicos, troca de óleos, lubrificantes, filtros, anéis, retentores, elementos, graxas conforme a recomendação do fabricante. Garantia mínima de 12 meses do equipamento.	Und	1,00	340.000,00	340000,00
Total					340.000,00

OS ITENS QUE ULTRAPASSAR O VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ESTABELECIDO NO EDITAL, NÃO APRESENTAR A MARCA E OU NÃO OBEDECER AS DESCRIÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS ESTABELECIDAS PELO SETOR DE PROJETOS E PELA SECRETARIA INTERESSADA, SERÃO DESCLASSIFICADOS.

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.1-2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- Estrangeiras que não funcionem no País.

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2018
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 01 – Proposta Comercial
Empresa:

B) PREGÃO PRESENCIAL Nº
11/2018
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 02 – Documentação
Empresa:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5 - A ausência do Credenciado, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 – a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

- Se for Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para que possa se beneficiar das disposições Lei Complementar n.123/2006 de 14/12/2006 atualizada, deverá comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, com data de emissão não superior a 90 (Noventa) dias. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será analisada segundo o regramento padrão.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

f) Anexo a proposta sob pena de desclassificação apresentar atestado de capacidade técnica de no mínimo três empresas privadas instaladas no país do modelo proposto, podendo o Município realizar consulta imediata junto a estas empresas.

Parágrafo único — Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.1. Habilitação Jurídica:

6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.6 – Declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. (conforme modelo constante do Anexo VI do Edital).

6.7-Atestar por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas(CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público em atendimento ao disposto na Portaria CGU n. 516, de 15 de março de 2010 em conformidade com o item XXXIII do Contrato de repasse OGU n.850458/2017, Operação n. 1044039-02 Programa Fomento ao Setor Agropecuário-Aquisição de patrulha mecanizada. (informação obtida no site <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>)

6.8 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões originais emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.9 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no Anexo I a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

- Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocorrendo empate proceder -se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no § 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no inciso I, II e III do Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 – Os equipamentos deverão ser entregues até no máximo 08(oito) dias úteis, diretamente na secretaria solicitante mediante autorização do responsável que ocorrerá somente após a autorização da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

9.2 – A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal, ficando condicionado a liberação dos recursos por parte do Governo Federal. Ressaltando de que é exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, número do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018:

2.037.4490.00 - 3890 - 157/2018 - Manutenção da Agricultura 2.037.4490.00 - 1340 - 163/2018 - Manutenção da Agricultura

12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de São Bernardino - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

13.3 – A CONTRATADA é responsável pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado em conformidade com o item 2.2- XVIII do Contrato de repasse n. OGU n.850458/2017, Operação n. 1044039-02 Programa Fomento ao Setor

Agropecuário-Aquisição de patrulha mecanizada.

14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.

17.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

17.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.

17.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexeqüível, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.

17.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.

17.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).

17.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012 e decreto n. 09/2018.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VI- Declaração em conformidade com o item 2.2 XXX do contrato de repasse OGU n.850458/2017, Operação n. 1044039-02 Programa Fomento ao Setor Agropecuário-Aquisição de patrulha mecanizada

§ ANEXO VII -Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

São Bernardino – SC 20/02/2018

Prefeito Municipal
Adeli José Riffel

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica
Rudimar Borcioni
OAB-SC 15.411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2018
PREGÃO No 11/2018

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de -SC, na modalidade Pregão n.º, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2018

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2018
PREGÃO No 11/2018

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º do município de-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2018

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2018
PREGÃO No 11/2018

A Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

_____, em ____ de _____ 2018

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2018
PREGÃO No 11/2018

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 11/2018 acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR NOVO ATRAVÉS DA PROPOSTA Nº 020662/2017, CONTRATO DE REPASSE OGU Nº850458/2017, PROCESSO N. 2623.1044039-02/2017 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA ECONOMICA, PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO- AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA, PARA ATENDER DIVERSOS SERVIÇOS DE COMPACTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, ABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E ACESSOS RURAIS.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Rolocompactador vibratório de solo, novo, zero horas de trabalho, ano de fabricação 2017 ou superior, que apresente no mínimo as seguintes características: acionamento por motor a diesel, 04 cilindros, potencia 110HP, que atenda as normas de emissão de poluentes do sistema de emissão TIER 3 ou MAR- I, equipado com cinta kit patas quadradas, o Rolo com tambor liso de 2.000 mm de largura e 1.500mm de diâmetro, com tração no cilindro, cinta cilindro e espessura da chapa do cilindro mínimo 25mm de aço, sistema de freio hidrostático e com sistema de emergência, cabine ROPS FOPS fechada com ar condicionado, assento para operador ajustável, com devido molejo, visando perfeita condições para evitar danos a saúde, com duas faixas de velocidade, impacto dinâmico na alta de 30.000 Kgf e na baixa mínimo de 18.000 Kgf, frequência e amplitude mínima de 1980vpm, com sensor de compactação original do fabricante do rolocompactador, peso operacional mínimo 10.800 Kg sendo peso estático do tambor na dianteira de mínimo 6.000 Kg, pneus novos tipo tração com mínimo de 12 lonas, com capacidade de inclinação em subida de rampas de mínimo 60%, sistema de tração para os pneus e cilindro e transmissão hidrostática. Da dimensão do comprimento: o comprimento máximo do equipamento deverá ser até 5.850mm, (este item se justifica tendo em vista que o equipamento tem que ser transportado por caminhão com capacidade de transporte nessa medida. O Município não possui condições financeiras para adquirir outro caminhão nem para contratar serviços de fretamento deste equipamento). Apresentar atestado de capacidade técnica de no mínimo três empresas privadas instaladas no país do modelo proposto, podendo o Município realizar consulta imediata junto a estas empresas. Com plano de manutenção de Zero horas a 2.000 horas, capacitação para o operador, incluso no preço o deslocamento, a assistência técnica, estadia dos técnicos, troca de óleos, lubrificantes, filtros, anéis, retentores, elementos, graxas conforme a recomendação do fabricante. Garantia mínima de 12 meses do equipamento.	Und	1,00	340.000,00	340000,00
Total					340.000,00

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: Imediato mediante solicitação e autorização

DATA:

NOME E ASSINATURA DO

REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2018

PREGÃO No 11/2018

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2018

PREGÃO No 11/2018

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa _____

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

_____, / _____
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2018

PREGÃO No 11/2018

Declaramos que a empresa CNPJ n. Localizada na rua Cidade/Estado não possui em
seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista em conformidade
com o item 2.2 XXX do Contrato de repasse n. OGU n.850458/2017, Operação n. 1044039-02 Programa Fomento ao Setor Agropecuário-A-
quisição de patrulha mecanizada

Local e Data

.....
Nome e Assinatura do representante legal da empresa

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa NomeContratado, inscrita no CNPJ nº CNPJContratado, localizada na Rua EnderecoContratado, na Cidade São Bernardino, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua

EnderecoContratado, na Cidade CidadeContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire ObjetoContrato, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens " ", do Processo Licitatório nº 15/2018 modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 15/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato (ValorContratoExtenso), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguinte dotações orçamentárias:

2.037.4490.00 - 3890 - 157/2018 - Manutenção da Agricultura 2.037.4490.00 - 1340 - 163/2018 - Manutenção da Agricultura

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos equipamentos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de DataAssinatura até DataVencimento, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos equipamentos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os equipamentos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que coincidirem sobre os equipamentos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os equipamentos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 15/2018 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer equipamentos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

VII - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

VIII - A CONTRATADA é responsável pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado em conformidade com o item 2.2- XVIII dos Contratos de repasse n. 850458/2017 operação nº 1044039-02 Programa Fomento ao Setor Agropecuário-Aquisição de patrulha mecanizada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos equipamentos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 15/2018, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 15/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - Fica por desde já, designado o Sr. xxxxxxxxxxxx, Secretário da xxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município

NomeRespContratado
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC/Nº 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

São Bonifácio

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2018

Publicação Nº 1528612

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2018

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratada: LVM Transportes Ltda - ME, Avenida 29 de Dezembro, 169 - Centro – São Bonifácio/SC, CNPJ: 10.661.772/0001-28.

Valor do contrato: R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) por km rodado.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO/SC, itens 1 e 2 do processo licitatório (17.300 km).

Vigência: 05/02/2018 a 31/12/2018.

Processo de Licitação nº 06/2018, modalidade Pregão Presencial nº 03/2018.

São Domingos

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 023/2018

Publicação Nº 1528703

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 023/2018

Município de São Domingos

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 023/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 006/2018

Objeto: contratação direta de show com a dupla Alex & Ronaldo, a ser realizado no dia 06 de abril de 2018, nesta cidade de São Domingos para realização da 6ª FAIC São Domingos e festividades em comemoração ao 55º aniversário do Município. Valor e pagamento: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a ser pago em uma única parcela.

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

São Domingos, SC, 19 de fevereiro de 2018.

Elieze Comachio - Prefeita Municipal.

TERMO ADITIVO: PREFE N. 005 DE 24/03/2018

Publicação Nº 1528476

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2018

TERMO ADITIVO: PREFE N. 005 DE 24/03/2018- 6º Termo Aditivo ao Contrato n. 9912346564 DE 25/03/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/03/2018

LICITAÇÃO: Processo PREFE N. 014/2014 – Dispensa de Licitação n. 007/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: RUDIMAR BORCIONI OAB/SC 15.411

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 25/03/2019

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.798/2018

Publicação Nº 1528473

DECRETO Nº 2.798, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o Art. 6º e inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2018, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

15.002 – COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1017 – Recuperação Ambiental.

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras despesas correntes

339000.000 – Aplicações diretas

Fonte de Recurso: 013.40000 – Transf. convênios - união/outros não rel....R\$ 175.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 175.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

15.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

15.002 – COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1017 – Recuperação Ambiental.

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações diretas

Fonte de Recurso: 013.40000 –Transf. convênios - união/outros não rel R\$ 175.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 175.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	GABRIEL DANIEL CONORATH Secretário Municipal de Meio Ambiente
---	--

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.798, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Justificamos a presente suplementação devido o andamento do Projeto nº PRM-JOI-SC-00001931/2014, referente a proposta para criação de Unidade de Conservação "Nascentes da Vila da Glória" de autoria da SMMA/SFS e ACP nº 2008.71.01.000630-2 do Ministério Público Federal – MPF.

O Projeto "Nascentes da Vila da Glória" já selecionado e aprovado pelo Ministério Público Federal foi considerado como de grande relevância para a região.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

GABRIEL DANIEL CONORATH
Secretário Municipal de Meio Ambiente

DECRETO Nº 2.799/2018

Publicação Nº 1528477

DECRETO Nº 2.799, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o Art. 9º, inciso III, da Lei Municipal nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2018 e suas alterações, combinado com o inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

15.002 – COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1017 – Recuperação Ambiental.

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras despesas correntes

339000.000 – Aplicações diretas

Fonte de Recurso: 013.40000 – Transf. Convênios - união/outros não rel R\$ 395.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 395.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos de transferência de convênios união/outros não relacionados dentro da conta 417181091060000 - Transferências de convênios da união destinadas a programas de meio ambiente – principal, conforme demonstrado no anexo I do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário de Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

GABRIEL DANIEL CONORATH
Secretário Municipal de Meio Ambiente

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.799, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Justificamos a presente suplementação devido o andamento do Projeto nº PRM-JOI-SC-00001931/2014, referente a proposta para criação de Unidade de Conservação “Nascentes da Vila da Glória” de autoria da SMMA/SFS e ACP nº 2008.71.01.000630-2 do Ministério Público Federal – MPF.

O Projeto “Nascentes da Vila da Glória” já selecionado e aprovado pelo Ministério Público Federal foi considerado como de grande relevância para a região.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário de Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

GABRIEL DANIEL CONORATH
Secretário Municipal de Meio Ambiente

DECRETO Nº 2.800/2018

Publicação Nº 1528481

DECRETO Nº 2.800, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO
CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil Reais) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2018, combinado com o inciso I, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações:

10 - Secretaria Municipal de Educação
10 - 002 - Ensino Fundamental
008 - Gestão da Educação
1009 - Aquisição de móveis e equipamentos nas Escolas
34490 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Vínculos de Recursos: 033600 - Salário Educação

10 - Secretaria Municipal de Educação
10 - 001 - Educação Infantil
008 - Gestão da Educação
1010 - Aquisição de móveis e equipamentos nos CMEIS
34490 - Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

Vínculos de Recursos: 033600 - Salário Educação

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 420.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior das receitas provenientes dos recursos do Salário Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO Secretário Municipal de Educação
---	--

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.800, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Justificamos a presente suplementação por Superávit Financeiro dos recursos do exercício de 2017 oriundos do salário educação para custear despesas com aquisição nesse exercício de móveis para serem utilizados nas escolas municipais e nos centros municipais de educação infantil.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO Secretário Municipal de Educação
---	--

DECRETO Nº 2.801/2018

Publicação Nº 1528487

DECRETO Nº 2.801, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

ALTERA O DECRETO Nº 2.794, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o elemento de despesa constante no art. 1º do Decreto nº 2.794, de 14 de fevereiro de 2018, que Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Corrente Exercício, da seguinte dotação orçamentária:

“Art. 1º [...]”

10 - Secretaria Municipal de Educação
10 - 003 - Assessoria Administrativa
003 - Gestão Administrativa
2052 - Manutenção das atividades da Secretaria de Educação
34490 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Vínculos de Recursos: 030620 - Iniciativa Privada”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 20 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 14.705/2018

Publicação Nº 1528493

PORTARIA nº 14.705, de 9 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017, e de acordo com a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, e conforme Processo nº 3288/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal ANGELA MARIA LASALA DE ALMEIDA, matrícula nº 783447, inscrita no CPF sob o nº 248.413.079-15, ocupante de cargo público efetivo de Técnico Pedagógico – Supervisora Escolar, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, referente aos seguintes períodos:

INSS

INÍCIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
14/02/2005	02/01/2006	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 10 meses, 19 dias. TA: 0 ano, 10 meses, 19 dias.
07/02/2006	31/12/2006	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 10 meses, 24 dias. TA: 0 ano, 10 meses, 24 dias.
15/03/2007	24/12/2007	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 9 meses, 10 dias. TA: 0 ano, 9 meses, 10 dias.
18/02/2008	31/12/2008	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 10 meses, 13 dias. TA: 0 ano, 10 meses, 13 dias.
04/02/2009	14/12/2009	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 10 meses, 11 dias. TA: 0 ano, 10 meses, 11 dias.
08/02/2010	20/12/2010	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 10 meses, 13 dias. TA: 0 ano, 10 meses, 13 dias.
02/02/2012	18/12/2012	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 0 ano, 10 meses, 17 dias. TA: 0 ano, 10 meses, 17 dias.
04/02/2013	07/07/2015	MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	TC: 2 anos, 5 meses, 4 dias. TA: 2 anos, 5 meses, 4 dias.

Tempo de Contribuição (TC) = 3.091 dias, correspondendo a 8 anos, 5 meses e 21 dias.

Tempo Aproveitado (TA) = 3.091 dias, correspondendo a 8 anos, 5 meses e 21 dias.

Essas informações foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição - Protocolo nº 20024070.1.00001/18-8, expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, no dia 1º de fevereiro de 2018.

PORTARIA nº 14.705, de 9 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 9 de fevereiro de 2018.

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.711/2018

Publicação Nº 1528495

PORTARIA nº 14.711, de 16 de fevereiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com art. 81, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o art. 2º da Portaria nº 14.694, de 31 de janeiro de 2018, que nomeou os membros do Conselho Fiscal da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os membros titulares do Conselho Fiscal terão o prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de exoneração, para apresentar a certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo atenda aos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social, os quais farão jus ao recebimento da gratificação mencionada no art. 78, da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, após a sua apresentação.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 16 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.713/2018

Publicação Nº 1528658

PORTARIA nº 14.713, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR o servidor CARLOS ROBERTO SANTOS DE CARVALHO, matrícula nº 221791, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Pedagógico – Supervisor Escolar, do exercício da função gratificada de Diretor da Escola Básica Municipal Ida Beatriz Brunato de Camargo, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.714/2018

Publicação Nº 1528659

PORTARIA nº 14.714, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR a servidora ADRIANE KOCH CORREA, matrícula nº 423963, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do exercício da função gratificada de Coordenadora do CMEI Bem Me Quer, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.715/2018

Publicação Nº 1528662

PORTARIA nº 14.715, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR a servidora FRANCINE LOUISE GOMES DA SILVA, matrícula nº 488232, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do exercício da função

gratificada de Diretora da Escola Básica Municipal Izidoro Curvello, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.716/2018

Publicação Nº 1528666

PORTARIA nº 14.716, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR a servidora ANA CRISITNA DE SOUZA, matrícula nº 228087, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, do exercício da função gratificada de Auxiliar de Direção da Escola Básica Municipal Waldemar da Costa, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.717/2018

Publicação Nº 1528669

PORTARIA nº 14.717, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR a servidora ROSANA MARA IGNÁCIO, matrícula nº 7959249, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II, do exercício da função gratificada de Diretora da Escola Básica Municipal Álvaro Tancredo Dippold, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.718/2018

Publicação Nº 1528673

PORTARIA nº 14.718, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR a servidora LIZANE GONÇALVES, matrícula nº 228052, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, do exercício da função gratificada de Auxiliar de Direção da Escola Básica Municipal Dr. Franklin de Oliveira, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.719/2018

Publicação Nº 1528680

PORTARIA nº 14.719, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor CARLOS ROBERTO SANTOS DE CARVALHO, matrícula nº 221791, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Pedagógico – Supervisor Escolar, para exercer a função gratificada de Auxiliar de Direção da Escola Básica Municipal Franklin de Oliveira, com o percentual de 50%, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.720/2018

Publicação Nº 1528687

PORTARIA nº 14.720, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor EVERTON KANZLER, matrícula nº 8117926, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de

Ensino Fundamental II, para exercer a função gratificada de Diretor da Escola Básica Municipal Ida Beatriz Brunato de Camargo, com o percentual de 60%, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.721/2018

Publicação Nº 1528691

PORTARIA nº 14.721, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora SIMONE MARIA LIMA AMARAL, matrícula nº 8173885, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Especial, para exercer a função gratificada de Auxiliar de Direção da Escola Básica Municipal Ida Beatriz Brunato de Camargo, com o percentual de 50%, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.722/2018

Publicação Nº 1528693

PORTARIA nº 14.722, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora FLAVIA REGINA DOS SANTOS, matrícula nº 577456, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, para exercer a função gratificada de Auxiliar de Direção da Escola Básica Municipal João Dias, com o percentual de 40%, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.723/2018

Publicação Nº 1528696

PORTARIA nº 14.723, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora FRANCINE LOUISE GOMES DA SILVA, matrícula nº 488232, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, para exercer a função gratificada de Coordenadora do CMEI Bem Me Quer, com o percentual de 50%, a partir de 2 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 2 de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.724/2018

Publicação Nº 1528698

PORTARIA nº 14.724, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora ANA CRISITNA DE SOUZA, matrícula nº 228087, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, para exercer a função gratificada de Auxiliar de Direção da Escola Básica Municipal Álvaro Tancredo Dippold, com o percentual de 60%, a partir de 2 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 2 de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.725/2018

Publicação Nº 1528699

PORTARIA nº 14.725, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora ELEONORE APARECIDA RAUEN DE SOUZA, matrícula nº 8094128, ocupante do cargo de provimento

efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, para exercer a função gratificada de Diretora da Escola Básica Municipal Izidoro Curvello, com o percentual de 40%, a partir de 2 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 2 de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.726/2018

Publicação Nº 1528701

PORTARIA nº 14.726, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESTITUIR a servidora RITA DE CASSIA GONÇALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 225274, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do exercício da função gratificada de Coordenadora do CMEI Mickey Mouse, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 14.727/2018

Publicação Nº 1528702

PORTARIA nº 14.727, de 19 de fevereiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora ADRIANE KOCH CORREA, matrícula nº 423963, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, para exercer a função gratificada de Coordenadora do CMEI Mickey Mouse, com o percentual de 60%, a partir de 2 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 2 de fevereiro de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 19 de fevereiro de 2018.

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**28ª ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL - 16.02.18**

Publicação Nº 1528535

Ata da 28ª Reunião do Conselho Fiscal do IPRESF
Reunião Extraordinária

Maurício

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito (16/02/2018), às 09:00h (nove horas); na Sala de Reuniões do IPRESF, na Rua Barão do Rio Branco nº 377 – 2º piso sala 200, Centro, São Francisco do Sul, SC, reuniram-se os servidores membros efetivos do Conselho Fiscal do IPRESF: Maria José Costa, Darlan Elias de Mira Cidral e Cristiane Fernandes de Macedo Gomes, sob presidência da primeira, para deliberações sobre a nova composição do Conselho Fiscal nomeado através da Portaria Nº. 14.694/2018, a elaboração e aprovação do calendário anual de reuniões deste Conselho para o exercício de 2018 e análise dos documentos contábeis do IPRESF referente à competência dezembro e balanço anual do exercício de 2017. Em conformidade com os membros deste Conselho, a composição do mesmo ficou assim discriminada: Presidente – Maria José Costa; Vice-presidente – Darlan Elias de Mira Cidral; Secretária – Cristiane Fernandes de Macedo Gomes. Como indicação do Conselho Fiscal para compor o Comitê de Investimento, ficou nomeada a presidente do Conselho Maria José Costa. Foi aprovado o calendário anual de reuniões, onde ficou estabelecido que este Conselho Fiscal se reunirá mensalmente às 09:00h (nove horas), na Sala de Reuniões do IPRESF, ficando as datas assim estabelecidas: 21/02 – 21/03 – 18/04 – 23/05 – 20/06 – 18/07 – 22/08 – 19/09 – 24/10 – 21/11 e 19/12 de 2018. O presente calendário pode ser alterado de acordo com as necessidades deste Conselho, inclusive podendo haver reuniões extraordinárias. Os conselheiros ficam cientes que de acordo com Art. 88, § 1º e 2º da Lei Complementar nº 72/2015, conforme segue: §1º Os membros dos Conselhos terão o prazo de noventa dias para apresentar a certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado de capitais, cujo conteúdo atenda aos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social, ultrapassado esse período e não apresentado a respectiva certificação será o servidor exonerado do cargo. §2º Os membros dos Conselhos somente terão direito ao recebimento da gratificação após apresentar a certificação de que trata o parágrafo anterior. Para que este Conselho possa dar cumprimento ao seu calendário de obrigações se faz necessário que a documentação para a análise seja entregue no máximo até o dia 15 do mês subsequente ao mês de fechamento, sem prorrogações, em meio documental e magnético. Caso haja alguma dificuldade, pelo IPRESF, no encerramento das contas mensais e formulação dos documentos para entrega a este Conselho, para análise, o mesmo deverá informar com antecedência de no mínimo 2 (dois) dias para que seja possível reagendar nova data de reunião. Após a resolução dos assuntos iniciais (composição e calendário anual de reuniões) os membros do Conselho Fiscal do IPRESF, passaram a analisar os documentos contábeis do IPRESF referente ao mês de dezembro e Balanço anual do exercício de 2017, cuja documentação foi entregue no dia 17/01/2018. Para a análise da competência de dezembro e balanço anual de 2017, por este Conselho foram apresentados os seguintes documentos Contábeis: Balancete Analítico; Livro Razão; Anexos TCs – 01 Balancete do Razão; 02 Demonstrativos das Contas Bancárias; 03 Conciliação Bancária; 05 Balanço Financeiro; 06 Demonstrativos de Recursos Recebidos a Qualquer Título; 08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada e os anuais Anexo 10 - Demonstrativa da Receita Orçada com a Receita Arrecadada, os Relatórios referente aos Anexos 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada; 12 – Balanço

Orçamentário, 13 - Balanço Financeiro, 14 – Balanço Patrimonial e o 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais, relatórios de empenhos, folha de pagamento, Demonstrativo da Receita Corrente líquida, Demonstrativo da Despesa com Pessoal; relatório de saldo de DDO e de notas extras, demonstrativo da disponibilidade de fonte e restos a pagar que foram analisados por este Conselho Fiscal e de acordo com as informações contidas nos documentos analisados verificou-se que valores pendentes referente a Conciliação Bancária – Conta 111-7 foram resolvidos. Observou-se uma diferença de R\$55,13 sendo R\$ 9,78 referente retenção efetuada em maio de 2017 e R\$45,35 de retenção efetuada em novembro de 2017, entre o relatório de saldo de DDO por fonte e o relatório de notas extras a pagar período de 01/12/2017 até 31/12/2017, a qual solicitamos que sejam apresentadas as devidas resoluções e explicações do porque não foram quitados à época própria. Novamente este Conselho salienta que os responsáveis pela contabilização e lançamentos de obrigações e créditos do IPRESF tomem as providências para equacionar as pendências apresentadas, bem como a devida atenção no lançamento de sua arrecadação e escrituração e pagamentos de despesas, dentro do que determina a legislação em vigor, a fim de se evitar lançamentos pendentes de resolução. Com base nas análises feitas dos documentos relativos ao mês de dezembro e balanço anual de 2017, este Conselho Fiscal, recomenda que o responsável pela contabilização do IPRESF e responsável pela Gestão do IPRESF tomem as providências para equacionar as pendências apresentadas, dentro do que determina a legislação em vigor. A título de orientação, este Conselho orienta que os registros das despesas devem ser efetuados de acordo com o Regime de Competência e que para sua realização seja obedecido o que estabelece a legislação e normas contábeis e o pagamento dos DDOs (retenções de terceiros), despesas empenhadas e liquidas, sejam efetuados mensalmente dentro da estrita ordem cronológica de vencimento. No mais, e diante da análise dos documentos apresentados, não foram observados mais nenhum fato além dos relatados nesta ata, estando aptas à emissão de parecer por este Conselho. Reiteramos a solicitação que seja informado a este conselho caso tenha sido efetuado alguma alteração contábil após o relatório ter sido entregue a este conselho através de Notas explicativas com as devidas justificativas e também que os documentos sejam apresentados devem ser entregues a este Conselho devidamente assinados pelo Gestor do IPRESF, Contador e os demais responsáveis pelo registro e contabilização dos mesmos e também sejam encaminhadas a este Conselho Fiscal as Resoluções e/ou determinação do Conselho Administrativo que venham a ser emitidas para análise, reiterando-se que a documentação para a análise seja entregue a este Conselho Fiscal no máximo até o dia 15 do mês subsequente ao mês de fechamento, em meio documental e magnético. Fica agendada a próxima reunião deste Conselho Fiscal para o dia 21/02/2018 às 09:00 horas na sala de reuniões da sede do IPRESF. Nada mais a tratar para esta reunião, o qual declaro encerrada pela Presidente e determinada a lavratura desta ata por mim, Cristiane Fernandes de Macedo Gomes, Secretária do Conselho Fiscal, que digitei a presente ata em 3 (três) vias de igual teor, na presença dos demais Conselheiros.

Maria José Costa	Darlan Elias de Mira Cidral	Cristiane Fernandes de Macedo Gomes
Conselho Fiscal do IPRESF	Conselho Fiscal do IPRESF	Conselho Fiscal do IPRESF
Presidente	Vice-Presidente	Secretário

2ª ATA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPRESF

Publicação Nº 1528414

Ata da 2ª Reunião do Comitê de Investimentos do IPRESF
Reunião Ordinária – 02/2018

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito (16/02/2018), às 11:30 na Sala de Reuniões do IPRESF, à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no segundo piso, sala 200-A, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos: Luciane Janaína Cardoso Romão, Roberson Alberto Maciel, Maximilian Scharmitzel, Maria José Costa e a Sra. Beatris Dircelha dos Santos. Com quórum a reunião ordinária teve seus trabalhos instalados com os seguintes assuntos em pauta: 1) Apresentação dos Resultados de investimentos de Janeiro/18; 2) Análise e Credenciamento dos Fundos: a) FI CAIXA JUROS E MOEDAS MULTIMERCADO (CNPJ: 14.120.520/0001-42); e b) BB PREVIDENCIÁRIO MULTIMERCADO (CNPJ:10.418.362/0001-50); 3) Destinação dos recursos relativos aos repasses mensais; e 4) Destinação dos proventos referentes aos pagamentos de cupons de juros de títulos que compõe carteiras de fundos de investimentos do IPRESF. Quanto ao item 1, apresentação dos resultados de janeiro de 2018, foram demonstradas as rentabilidades dos fundos de Renda Variável que receberam investimentos em janeiro, sendo que o Próprio Capital FIA rendeu 5,14% e o Caixa FI Ações Consumo rendeu 0,62%. O Caixa Capital Protegido, que em janeiro ainda não possuía operações montadas, rendeu 0,19%. No total a carteira do IPRESF rendeu em janeiro 0,95% contra 0,72% da meta atuarial. Quanto ao item 2, análise e credenciamento de fundos de investimentos, temos o seguinte: O fundo "a)" FI Caixa Juros e Moedas Multimercados constitui um fundo de operação cambiais, que no longo prazo que tem por objetivo a superação do CDI. O gestor faz alocação de recursos em taxas de juros pré-fixada, no mercado de câmbio (moedas) e em indicadores de preços. Este fundo apresentou rentabilidades superiores ao benchmark (CDI) em 12, 24 e 36 meses. Tem Patrimônio Líquido de R\$705,68 milhões, custodiado e administrado pela Caixa Econômica Federal. O segundo fundo, "b)" BB Previdenciário Multimercado é um fundo com possibilidades diversas (títulos do tesouro federal, ações, operações compromissadas, crédito privado, opções e outros. O fundo apresentou rentabilidades superiores ao seu benchmark (CDI) nos 12, 24 e 36 meses. Seu Patrimônio Líquido é de R\$144,2 milhões e tem administração e custódia do Banco do Brasil (BB DVTM). Após esclarecimentos, a decisão unânime foi pelo credenciamento dos dois fundos. Com isto, teríamos como resultado do processo de credenciamento a seguinte conclusão: CAIXA JUROS E MOEDAS MULTIMERCADO / 14.120.520/0001-42 / SIM; Motivo: Atende todos os critérios da Política de Investimentos e Resolução CMN 3922/2010 e 4604/2017, com o cenário posto, oferece condições de rentabilidade adequada à nossa meta atuarial. Tem gestor e administrador já credenciados (CEF). Possui Patrimônio Líquido de R\$705,7 milhões em janeiro. Não possui carência e prazo de resgate é D+0. Enquadrado na Resolução CMN 4604/2017 no Artigo 8º Inciso II, com limite de 10% do patrimônio do RPPS e 5% do PL do Fundo. Seu benchmark é o CDI – superado nos 12, 24 e 36 meses pelo fundo. Taxa de administração de 0,70% sem taxa de performance. BB PREVIDENCIÁRIO MULTIMERCADO / 10.418.362/0001-50 / SIM; Motivo: Atende aos critérios da Política de Investimentos e Resolução CMN 3922/2010 e 4604/2017, oferecendo possibilidade de retorno acima da meta atuarial, ainda que com mais risco; sem carência. É administrado e tem gestão da BB DTVM, possui PL de R\$144,2 milhões em janeiro. Não possui carência e o resgate ocorre em D+4. Enquadramento: Art.8º III Resolução CMN 3922 e PL2018. Seu benchmark é o CDI, o qual o fundo superou nos 12, 24 e 36 meses. Taxa de administração é de 0,60% e não

possui taxa de performance. Cabe dizer que estes fundos passaram por análise da consultoria contratada pelo IPRESF, que os recomendou à contratação. Ainda, na fase de análise foram verificados regulamento, lâmina ou prospecto do fundo, carteira de investimentos, número de cotistas e destes quantos RPPS, patrimônio e obrigações, bem como rentabilidade, volatilidade e performance. Estes fundos, bem como os credenciados em janeiro são resultados da busca do comitê e da equipe de gestão por produtos e instituições confiáveis, produtos sólidos, seguros, líquidos no mercado, que atendam à legislação em vigor e sejam transparentes – disponibilizem suas informações por canais oficiais em prazos adequados à prestação de contas com os órgãos fiscalizadores. Já em meados de 2017 vislumbrava-se a dificuldade na superação da meta atuarial com o advento de estabilidade econômica mínima. Embora estejamos sofrendo com a estabilidade política, temos projeções econômicas confiáveis. Com o Boletim Focus apontando no fim de 2018 a redução da SELIC (6,75%), consequentemente do CDI, redução do IPCA (3,84%) recuperação do crescimento, empregos e produção os RPPS do Brasil não terão outro meio de superar suas metas atuariais senão assumindo maior volatilidade. Ainda que eventualmente a carteira do IPRESF possa ter algum produto com resultado mensal insatisfatório é preciso que se tenha o longo prazo no horizonte de trabalho. Sem isto esta parte da amortização do passivo atuarial teria de recair sobre outras fontes. Passando ao item 3, destinação dos recursos mensais (aporte e repasses), após consulta à SMI Consultoria e análises a recomendação deste comitê foi pelos investimentos abaixo relacionados: PRÓPRIO CAPITAL FIA / 10.756.685/0001-54 / R\$100.000,00 // CAIXA AÇÕES CONSUMO / 10.577.512/0001-79 / R\$100.000,00 // CAIXA JUROS E MOEDAS MULTIMERCADO / 14.120.520/0001-42 / R\$440.000,00 // BB PREVIDENCIÁRIO MULTIMERCADO / 10.418.362/0001-50 / R\$350.000,00. Subtotal – Fundo Previdenciário R\$990.000,00. CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS IRF-M1 (APORTE PREVIDENCIÁRIO) /10.740.670/0001-06 / R\$373.649,08 / Permanecerá na conta 112-5 da Caixa (disponibilidades) R\$3762,30. TOTAL R\$1.367.411,38 (Um milhão, trezentos e sessenta e sete, quatrocentos e onze reais com trinta e oito centavos). Quanto ao item 4, destinação dos proventos referentes aos pagamentos de cupons de juros de títulos que compõe carteiras de fundos de investimentos da carteira do IPRESF, embora ainda não seja possível precisar o valor dos proventos, sabe-se que estarão disponíveis para investimento na próxima semana. Assim, os membros concordam na utilização do FUNDO CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS IRF-M1 (10.740.670/0001-06) para crédito dos valores recebidos na Caixa Econômica Federal; e FUNDO BB FIC PREV. TÍTULOS PÚBLICOS IRF-M1 (11.328.882/0001-35) para crédito dos valores recebidos no Banco do Brasil. Assim, nada mais havendo a ser tratado, a Presidente deu a reunião por encerrada às 12:15. Eu, Roberson Alberto Maciel, digitei a presente ata, que segue em três vias para providências. Luciane Janaína C. Romão – Presidente; Beatris Dircelha dos Santos - Membro; Maximilian Scharmitzel – Membro; Maria José Costa – Membro; Roberson Alberto Maciel - Secretário

2ª ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1528405

Ata da 02ª Reunião do Conselho Administrativo do IPRESF

Reunião Ordinária – 02/2018 Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito (07/02/2018), às 14:30 horas, na Sala de Reuniões do IPRESF, situada à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no segundo piso, sala 200-A, reuniram-se os Conselheiros Administrativos: Beatris Dircelha dos Santos, Roberson Alberto Maciel, Eduarda Alcione da Silva Kirchchoff da Rocha, Maximilian Scharmitzel e Vanessa Regina De Lara Souza. Na ordem do dia consta, discussão sobre o Plano de Carreira e Enquadramento de Relatórios de Servidores de acordo com a escolaridade, Horário de funcionamento e atendimento, Resolução de Prestação de Contas e Assuntos diversos. O primeiro item da pauta será discutido na próxima reunião do Conselho, que será no dia 26 de fevereiro de 2018. Em seguida, a Presidente Eduarda apresentou a Portaria de nomeação da servidora Vanessa Regina De Lara Souza, como membro do Conselho Administrativo, observando que a mesma tem o prazo de 90 dias para apresentar a certificação a este Conselho, a contar da data da portaria de nomeação, sendo a mesma de 31 de janeiro de 2018. Em seguida discutiu-se sobre o horário de atendimento do IPRESF, sendo que a Conselheira Beatris informou que já foi enviado ao Prefeito ofício pleiteando um horário diferenciado em função dos servidores, pontuou que o foco do órgão é o atendimento ao servidor. A Presidente Eduarda falou que deve ser elaborado um relatório de atendimento e também dos gastos que reflitam no desembolso financeiro. Observou-se que esse horário diferenciado será mais eficiente para os servidores que ficam impossibilitados se saírem de seu local de trabalho no horário estabelecido atualmente. Conforme solicitação da Presidente, será entregue na próxima reunião ordinária do Conselho, relatório contendo as informações acima mencionadas, para embasamento de deliberação deste Conselho. O próximo item da pauta é a reformulação da Resolução do Conselho para análise da prestação de contas, a Conselheira Beatris, fez a leitura da resolução nº 19, de 07 agosto de 2017, disse que a análise deve ser eficiente, observando o conhecimento técnico de cada Conselheiro, sendo que buscando referência em outros Institutos de Previdência, observou-se que o Conselho Administrativo faz análise e dá seu Parecer sobre a análise já realizada pelo Conselho Fiscal, no tocante aos relatórios contábeis. Pontuou ainda que devem ser observados algumas informações diferenciadas, que será detalhada no relatório de gestão, fluxo de receitas recebidas com as despesas realizadas, detalhadas e comentadas, também contendo os investimentos realizados, e outros tópicos já discutidos anteriormente. A Presidente Eduarda, disse que o Conselho deve receber a documentação, junto com a parecer do Conselho Fiscal, e após apuração destes em conjunto com o relatório de gestão, deliberar sobre a prestação de contas. O Conselheiro Roberson pontuou que o relatório de gestão fará parte da documentação para prestação de contas, juntamente com os documentos que compõe o relatório e parecer do Conselho Fiscal. A Presidente Eduarda propôs que deverá ser entregue a cópia do relatório com a documentação analisada pelo Conselho Fiscal, Parecer, e o relatório de gestão que será apresentado pela gestora do IPRESF, devendo esta documentação ser entregue para o relator do Conselho Administrativo. Aprovado por unanimidade a Resolução com o rol de documentação e procedimentos para aprovação de contas do IPRESF. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por encerrada às 15:56. Assim, eu Beatris Dircelha dos Santos, Secretária deste Conselho, digitei a presente ata, que segue em três vias para providências. //////////////////////////////////////

Eduarda Alcione da S. K. da Rocha
PRESIDENTE

Beatris D. dos Santos
SECRETÁRIA

Vanessa Regina De Lara
CONSELHEIRO

Roberson Alberto Maciel
CONSELHEIRO

Maximilian Scharmitzel
CONSELHEIRO

São João Batista

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 158/PMSJB/2017

Publicação Nº 1528827

PREFEITURA MUNICIPAL DE São João Batista
ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 158/PMSJB/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/PMSJB/2017

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 158/PMSJB/2017 – Pregão Presencial 118/PMSJB/2017 foi ANULADO, conforme decisão proferida pela Secretária de Administração, Rosane Sartori Rosa, anexa ao processo licitatório em epígrafe. São João Batista, 20 de fevereiro de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO 003/FMS/2018

Publicação Nº 1528598

Extrato do Contrato nº 003/FMS/2018

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de São João Batista - SC; Contratada: RESIDENCIAL BOM VIVER EIRELI ME – CNPJ nº 17.854.416/0001-70; Processo Licitatório 005/FMS/2018 – Inexigibilidade nº 001/FMS/2018; Objeto: ATENDIMENTO INTEGRAL, ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO PSQUIÁTRICO E AFINS À J. S. DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL DOS AUTOS Nº 092017.00009903-9; Valor global: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), sendo 12 parcelas mensais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); Item orçamentário / Projeto: (10) 3.3.90.39.53.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 20/02/2018; Vigência: 12 meses.

PROCESSO LICITATÓRIO 006/FMAS/2018 - DISPENSA 001/2018

Publicação Nº 1529136

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO 006/FMAS/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMAS/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito sob o CNPJ nº 11.588.933/0001-68, neste ato representado pela Secretária de Assistência Social, Jânifer Otto, comunica que dispensou o processo licitatório conforme: Processo Licitatório 006/FMAS/2018 - Dispensa 001/FMAS/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE 64 HORAS DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E SUPERVISÃO DO TRABALHO, INDISPENSÁVEIS PARA O PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; CONTRATADA: Práticas Assessoria LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 12.038.574/0001-38. VALOR GLOBAL: R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais), mediante apresentação de nota fiscal. DESPESA: A despesa decorrente da presente contratação correrá por conta do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme segue: (37) 3.3.90.39.99.00.00.00.00.00, (38) 3.3.90.39.99.00.00.00.00.00.00. BASE LEGAL: Artigo 24, II, da Lei 8.666/93. São João Batista, 20 de fevereiro de 2018. Jânifer Otto – Secretária de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO 19/PMSJB/2018 - TOMADA DE PREÇOS 002/2018

Publicação Nº 1528109

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/PMSJB/2018 - TOMADA DE PREÇOS 002/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Giuvano de Souza, Secretário de Infraestrutura, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/PMSJB/2018 – Tomada de Preços 002/PMSJB/2018, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA CAETANA LOZ MARCELINO, COM APROXIMADAMENTE 1.251,00 METROS QUADRADOS E RUA DIRCEU DUARTE, COM APROXIMADAMENTE 1.571,61 METROS QUADRADOS, AMBAS NO BAIRRO CARMELO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 13/03/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 13/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, através dos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou no endereço eletrônico www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 20 de fevereiro de 2018. Giuvano de Souza – Secretário de Infraestrutura

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/FMS/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/FMS/2018

Publicação Nº 1528462

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO 006/FMS/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/FMS/2018 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 006/FMS/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/FMS/2018 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES CONSTANTES NA TABELA ABC FARMA DE A A Z PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 8h45min do dia 12/03/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 12/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 ou através dos e-mails licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 20 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/PMSJB/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/PMSJB/2018**

Publicação Nº 1527921

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO 017/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/PMSJB/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 017/PMSJB/2018 - Pregão Presencial 013/PMSJB/2018, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 08/03/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 08/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 20 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/PMSJB/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/PMSJB/2018**

Publicação Nº 1528086

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO 018/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/PMSJB/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 018/PMSJB/2018 - Pregão Presencial 014/PMSJB/2018, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO MUCK COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 TONELADAS COM OPERADOR E AUXILIAR, DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 09/03/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 09/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 20 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/PMSJB/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/PMSJB/2018**

Publicação Nº 1528672

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO 020/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/PMSJB/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 020/PMSJB/2018 - Pregão Presencial 015/PMSJB/2018, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO, LIMPA FOSSA E CAMINHÃO PIPA DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS, AUTARQUIA E FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 13h45min do dia 13/03/2018. Abertura dos envelopes: 14h do dia 13/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 20 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/PMSJB/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/PMSJB/2018**

Publicação Nº 1529225

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO 021/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/PMSJB/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 021/PMSJB/2018 - Pregão Presencial 016/PMSJB/2018, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS CRECHES, NÚCLEOS INFANTIS, ESCOLAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 14/03/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 14/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 20 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 37/2018

Publicação Nº 1528738

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 37/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Astra Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial 18/2018

OBJETO: "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho, compreendendo elaboração de laudo técnico de condições ambientais de trabalho LTCAT, programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO), programa de prevenção de riscos ambientais PPRA, nas unidades operacionais e administrativas da prefeitura municipal de São João do Oeste e das atividades realizadas pelos servidores, realização de exames médicos ocupacionais e audiometria, entre outros."

VALOR: R\$ 26.300,00

PRAZO: 21.02.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 20 de Fevereiro de 2018

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

COMUNICADO DE RECURSO

Publicação Nº 1528993

COMUNICADO

A Pregoeira e sua equipe de apoio informa as empresas participantes do Pregão nº 03/2018 Processo 07/2018, que estão a disposição dos interessados na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de São Joaquim, as razões dos recursos apresentados pelas licitantes, Transfloripa Transportes Ltda - ME CNPJ: 13.071.796/0001-15 e Nevatur Transportes e Turismo LTDA CNPJ: 86.157.781/0001-48

Lembro, outrossim, que o prazo para apresentar contrarrazões é de 3 (três) dias a partir de 21/02/2018.

Adriana Baesso
Pregoeira

ROL DE INSCRITOS CONCURSO PÚBLICO Nº01/2018

Publicação Nº 1528665

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

GIOVANI NUNES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O ROL DE INSCRITOS DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 01/2018, conforme segue:

ROL DE INSCRITOS

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-BRAÇAL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000039	ANDRIEL DOS SANTOS LUCRECIO	6450109
000015	ANTONIO CARLOS DA ROSA	3672470
000010	FABRICIO CASSETTARI DO AMARAL	4149011
000071	JAIR JOSÉ DIAS	7416660
000024	JOAO CARLOS LAURINDO	41174054
000112	JOAQUIM ADILTON MARAFIGO	3.662,887
000101	JOHN VICTOR BERNARDO	5042703
000060	JOVANE DA SILVA OLIVEIRA	3.856.335
000080	LEONARDO DE OLIVEIRA NUNES	5792295
000048	MARCOS CARDOSO	1439396
000108	MARLUS DA SILVA OLIVEIRA	4.669.058
000028	MICHAEL WILLIAN DA ROSA	5792826
000008	PAULO ROBERTO BIANCHINI	4777076

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-SERVENTE/FAXINEIRA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000072	ADRIANA APARECIDA ARTISMO GUIMARAES	4955959
000092	ANA CARLA BORGES DE SOUZA	5472758
000083	ANA MARIA DE SOUZA	3962147
000047	ARIANA RODRIGUES VIEIRA	5903900
000073	CELINA DE FIGUEREDO	04691949562
000057	CINTIA ANTUNES DO AMARAL	4149504
000009	CLAUDIA VELHA DA SILVA BIANCHINI	4117317
000104	DAIANA DA SILVA	53497686
000079	DAIANE FURTADO RIBEIRO NUNES	5903126
000065	DANIELA APARECIDA ALANO	5.266.421
000093	DIANA CLAUDIA MENDES DA SILVA	4117630
000117	ELIZABETE DE FÁTIMA DOS SANTOS	2899843
000118	ELIZETE APARECIDA OLIVEIRA	3926032
000068	ELZA DOS SANTOS	4178290
000058	EZOLENE DE PAULA PADILHA	5774572
000086	FALANE DE OLIVEIRA LIMA	4419603

000043	IARA APARECIDA DE SOUZA HUGEN	1.967.474
000033	IDONE DE SOUZA GUALBERTO	1822977
000035	ISRAEL ARTISMO	4117195
000006	JADI CAMARGO MATOS	4.955.646
000037	JAQUELINE CUSTODIO	4419526
000059	JESSICA MACEDO PEREIRA	5349508
000040	JOSIANI MATOS SOARES	3926961
000017	JOZE CARLA DE SOUZA	5266972
000036	JULIANA DE FÁTIMA MARTINS	4149488
000087	KELLY MATOS ZWETSCH	5061568
000097	LILIAN PAULA NUNES	4419833
000023	MAIARA CASSAO SILVA	5.792.524
000105	MARCILEIA BORGES	4.768.959-5
000031	MARIA IRMA BONALDO	4472139
000051	MARIA IVONE PEREIRA	01427581410
000113	MARIA IZABEL PEREIRA	27013103
000088	MARIBEL PROCHONOFF GIL	2676653
000089	MARISETE APARECIDA RIBEIRO	34796002
000069	MÉRI TEREZINHA DE OLIVEIRA SEIFERT	1966148
000016	MICHELE CASSAO MUNIZ	5266765
000046	NAZARA DA SILVA	3075353452
000045	NAZARETE DA SILVA	3198486
000056	OSMAR SERGIO DE OLIVEIRA	1117203
000026	ROSANA NUNES DE JESUS	4178212
000106	ROSILENE RODRIGUES DA SILVA	3783688
000081	ROSINERE APARECIDA LAURINDO	4117331
000064	SABRINA MACEDO ANDRADE	4669553
000074	SALETE DO AMARAL SILVA	00003042742
000050	VANESSA ELISTE ROTTA	4472802
000020	VANUSA APARECIDA PINTO	3262244
000022	VIVIANE DOS SANTOS LUCRECIO	4955720

EDUCADOR SOCIAL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000115	BEATRIZ CRISTINA GODOI GOULART YAMAGUCHI	2.708.454
000125	CLAUDIA RODRIGUES LIMA	2709498
000004	CLAUDIANE ALVES	6.716.915
000030	CLEUSA MARIA VENSON	7109384
000055	CRISTIANI RIBEIRO SOUZA FLORES	3926442
000052	DAIANE BRANCO DUTRA	4398167
000003	DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA	4472832
000095	DANIELA DE SENA AMARAL	4149474
000091	FRANCIELI MACHADO DE SOUZA	4.117.666
000076	GRAZIELA RAIZER DA CRUZ	53497538
000102	JANAINA UIARA DE ANDRADE	5042367
000099	JAQUELINE JOVITA NATALINA BORGES MACEDO	5349027
000066	LETICIA BORGES KOERICH	5792460
000054	LUCIANA CAPPELLARI DE OLIVEIRA	6074914711
000109	MARIÉLA TAINÁ DE JESUS	4149959
000011	PRICILA VALERIA NUNES	5792522
000078	REGIANE HUGEN GUIMARÃES	5682211
000063	RITA DE CASSIA BORGES	3783766
000085	TATIANE APARECIDA DE ANDRADE	4.149.054
000041	TATIANI REGINA ROSA	5223005
000027	TEREZINHA GORETI DO NASCIMENTO PEREIRA	054358340066
000122	VIVIANE PEREIRA DA SILVA	05707168082

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-BRAÇAL

Inscrição	Candidato
000119	FERNANDO DE OLIVEIRA MACHADO
000007	FLAVIO DE SENA OLIVEIRA

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS-SERVENTE/FAXINEIRA

Inscrição	Candidato
000044	DERCILIA APARECIDA DA SILVA
000025	ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA PADILHA
000100	ELIZANGELA DOS SANTOS ANDRADE
000084	EVENIZE SOUZA BARBOSA
000013	FABIANA DA SILVA PEREIRA
000061	FATIMA PINTO DE ARAUJO
000096	GRACIELLE DA CRUZ
000110	IVANA CANDIDO GUIMARAES
000067	IZABELLA ZANONI SANTIN
000075	JESSICA MARIA FELICIO NUNES
000038	JOSIANE CARVALHO PAZ
000120	LIDIANE POLLI
000107	LIZANGELA RAZERA BORGES SILVA
000053	LUCAS SANTOS ROSA
000077	MAELE FERREIRA DE OLIVEIRA
000103	MARCELO LUIS HINKEL
000005	MARLENE MIGUEL DE SOUZA
000098	OSMARINA ROGERIA PALHANO
000029	TATIANE BENTO PEREIRA
000014	ZENAIDE RAMOS DE CHAVES

EDUCADOR SOCIAL

Inscrição	Candidato
000111	ANTONINHA DOS SANTOS LUZ
000042	ARIANA DE FATIMA DA CRUZ
000070	CAMILA DIAS DUTRA
000116	CLAUDIA REGINA DE LIMA
000002	DAIANE MARTINS DE SOUZA
000018	DALCIANE DE OLIVEIRA
000019	DEBORA NUNES
000123	ELADIO NASCIMENTO DOS SANTOS JUNIOR
000082	GABRIELA VENZON GONÇALVES DE AZEVEDO
000032	GISLANE BORGES FIGUEREDO
000021	JANAÍNA VARGAS DA ROSA
000121	JOARES WAHLBRINK PIRES
000114	JOSE TEODORO DE SENA AMARAL
000090	LUZIA GERUZA FERREIRA
000012	MARISTELA SCHMIDT LIMA
000124	MAYRA MIDORI FURIHATA
000094	POLIANA MENDES DOS SANTOS
000034	THIAGO SANTOS ANDRADE
000062	VINICIUS CRUZ MEDEIROS

Prefeitura Municipal de São Joaquim 20 de fevereiro de 2018

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA

Presidente da Comissão

ROL DE INSCRITOS PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

Publicação Nº 1528856

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

GIOVANI NUNES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O ROL DE INSCRITOS DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 01/2018, conforme segue:

ROL DE INSCRITOS**INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

2º PROFESSOR - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000318	SILVANE DE FATIMA SIQUEIRA	8.003.082-7

2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000213	ANA PAULA DE LIMA.	4117939
000396	CRISTIANE STACHE	3.675.730
000268	DAIANE FOGAÇA VELHO	4300325
000387	DANYELLA CANDIDO DOS SANTOS	4669597
000042	FERNANDA PEREIRA MATTOS	4300844
000149	MARLENE AMARAL	4.117.850
000205	NEOMAR NESI DE MATOS	8/C-3.348.841
000271	SABRINA ARCARO MATOS	6.075.403
000246	SABRINA MACEDO DA ROSA	4.472.570

AGENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000089	ANDRÉ ZANETE DE SOUZA	6075221
000005	DALIANE DE SOUZA ANTUNES UMEMIYA	4271442
000137	DARLENE DA SILVA RODRIGUES	4.419.469
000255	DAYANNE PEREIRA OLIVEIRA	4154069
000040	DEISE ALANO PADILHA	5042379
000339	DIEGO DA SILVA PACHECO	4102554617
000111	GESSICA CRISTINA MELO	4472457
000367	ISAAC EMMANOEL PALMA DE OLIVEIRA	6075235
000176	JAQUELINE PEREIRA BORGES	4472772
000124	JOANA MARCIA AMARANTE DE SOUZA	5266933
000313	JOANITA PACHECO	53491874
000197	JOSE LUIZ MACHADO JUNIOR	2422554
000030	JOSIANI DE SOUZA RIBEIRO	6.450.485
000327	JULIANA APARECIDA FRANZOI	2.702.177
000392	KARINA FARIAS KAULING	3619523
000280	LETÍCIA ANDRADE DE OLIVEIRA	5.682.239
000024	LINDA SAYOHO KOBAYASHI	3664991
000116	LUCAS BORGES ANDRADE	5409681
000071	LUCAS HUGEN RODRIGUES	5409641
000388	LUCAS LIMA DOS SANTOS	5349052
000402	MAIARA ARTISMO PALHANO	4472435
000375	MAIARA NUNES DA ROSA	5.682.757
000230	MAICON FIGUEIREDO NUNES	4149634
000292	MARCIÉLE APARECIDA OLIVEIRA LEMOS	5266115
000119	MARIA EDUARDA SILVA	5266566
000353	MARIA GORETTI RODRIGUES DA CRUZ	25706586
000061	MARISA FIGUEIREDO DE SENA	4300222
000309	MARLI DE FATIMA GREFF	4419000
000337	MARLUS DA SILVA BORGES	6660048
000406	MATHEUS DE SOUZA DIAS	39536307x
000073	MAURICIO TOMI KOBAYASHI	3293448
000099	MAYARA NUNES PANHO	4149781
000004	MAYARA ZAGO MUNARETTO	5080247
000196	MYCHELLY VARGAS SEIFERT	5349781
000364	PATRICIA BORGES VIEIRA	2709535
000114	PRICILA DE SOUZA OLIVEIRA	5042763
000320	RIEL NUNES RIBEIRO	5682732
000039	SABRYNA AGUIAR VIEIRA	4.300.830
000225	TASIANE SEIFERT CARDOSO	4777052
000077	THAISE DO NASCIMENTO PEREIRA	102602129
000361	THIAGO FLORENCIO	4955015
000244	THIAGO SANTOS ANDRADE	052887942014-4
000063	VINÍCIUS DA SILVEIRA BETT	6797668
000362	WILLIAN DIAN BARRO LIMA	5.349.375

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000316	MAIKON PADILHA DE ALMEIDA	4117821

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SERVENTE/FAXINEIRA/MERENDEIRA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000290	ADRIANA APARECIDA ARRUDA FRONZA CAMARGO	2598985
000044	AMANDA OLIVERIO DE LIMA	5.682.217
000035	ANA MARIA RODRIGUES DE LIMA	2.890.809
000263	ANDREA ANTUNES DA SILVA	4149969
000220	BRUNA AMARAL ISIDORIO	5042411
000094	CARLA RENATA VERTUOSO	4419257
000095	CATILCI WOLFF DA SILVA	3926567
000278	CLAUDETE APARECIDA RODRIGUES GOULART	3.565.450
000319	DAIANA DA SILVA	53497686
000269	DANIELA DAS GRAÇAS ANDRADE	4300778
000129	DERCILIA APARECIDA DA SILVA	4472710
000092	EMILIA MARCIA RODRIGUES	1754088
000091	FABIANA DA SILVA PEREIRA	4768972
000248	IARA APARECIDA DE SOUZA HUGEN	1.967.474
000179	IDONE DE SOUZA GUALBERTO	1822977
000300	JAINÉ HASCKEL NUNES	5.349960
000365	JEAN MICHEL BATISTA DA LUZ	45109737
000168	LENITA DE FATIMA SOUZA DIEL	5349785-6
000065	MUNIQUE RODRIGUES DE SOUZA	4.300.731
000207	NAIR MATTOS DE SOUZA	1060625
000086	ORALICE SANTOS DE OLIVEIRA GODINHO	3646356
000107	RENATA BORGES SOUZA	5.266.316

AUXILIAR ODONTOLÓGICO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000265	LARISSA ROSA BARBOSA	5903149
000002	SILVANA SANTOS ROSA	4149051
000377	TEREZINHA MENDES	1067647

CARPINTEIRO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000249	MARCUS PAULO DE OLIVEIRA TEXEIRA	4117076

ENGENHEIRO CIVIL

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000174	AUDRIN SANTOS VERONEZI	4379112
000383	DANILO SOLIMAN	4149755
000062	DIEGO OLIVEIRA AMARAL	5903262
000145	HELOISE ARRUDA SOUSA	5201874
000356	JIAN CARLOS CARVALHO DA ROSA	3622803
000051	JOÃO CARLOS DE BEM JUNIOR	5042635-4
000373	JOÃO EDUARDO SCHLICKMANN DE SOUZA	5409831
000315	JOSELIAS MOREIRA	13.209.774-7
000310	LEANDRO PINHEIRO FOLSTER	4169207
000210	PAULA ADAGHINARI PALUDO	91852624
000083	RAFAELA MARCELE BRESSAN BARBOZA	00000770936
000296	SAMARA WOLFF SAVOLDI	4257599
000081	TIAGO GUIZONI NETO	5752851
000208	VINICIUS OLIVEIRA NUNES	5266578
000322	WILLIAM MORCH	2897446

FISCAL DE TRIBUTOS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000126	ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS	4508514
000371	ANDRÉIA CRISTIANE BIOLO	3375854
000214	BRUNA SANTOS DA COSTA PARADA	7336970
000369	DIEGO MURILO CARDOSO	3499558
000291	DOUGLAS FONTANA SIRTOLI	4574375
000165	ELIANE APARECIDA CORRÊA	6150193

000142	FLAVIO GRAZZIOTIN VENSON	7118388
000192	HENRIQUE HELION CAVALHEIRO DUTRA	4149817
000370	JOSE CARLOS RIBEIRO DE MELO	02261932215
000163	LUIZ GONZAGA DE SOUZA JUNIOR	3263258
000074	MORGANA SA PEREIRA HOSOI	5266698
000026	PATRICIA APARECIDA CARBONI DA SILVA	4178222
000397	PATRICIA MATOS DE JESUS	4300.637

MOTORISTA DA EDUCAÇÃO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000037	FABIANO BORGES DE SOUZA	3.750.611
000056	VARLON LIMA AQUES	4.528.123

MOTORISTA DEMAIS SECRETARIAS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000125	ADRIANO BATISTA PEREIRA	3926939
000069	ADRIANO DA SILVA	4178679
000308	ADRIANO QUIRINO DA SILVA	3926941
000283	ALEXSANDRA CAVALHEIRO VARGAS BERNARDO	04091345700
000331	ANDERSON ANSELMO PEREIRA	8/C-3.241.478
000023	CLAUDIO VALCIR MACIEL FONTANELLE	2897524
000273	DANIEL DA SILVA GUIMARAES	8/R - 3.048.877
000305	DEIVIDY SOUZA RIBEIRO	5792344
000297	EDSON FABIANO MARQUES	02459313962
000302	EURIPEDES SANTOS ANDRADE	3158569
000199	FABIANO HASCKEL	4149976
000191	JAISON DOS SANTOS	4472725
000113	JOCELINO CLAUDIANO DA ROSA	30932300
000181	LEONARDO DE LIMA	5349783
000150	MARCELO VITORIA ROCHA	4300822
000187	PABLO ANSELMO AMARAL	4955440
000169	PAULO CESAR DE OLIVEIRA	3794065
000324	RENALDO DE OLIVEIRA PINTO	3926167
000096	SANTELMO XAVIER DE LIMA FILHO	01868971456

ODONTÓLOGO - CEO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000184	CAROLINA DE LIZ WALTRICK SILVA	4602937
000106	FÁBIO BARZAN DE SOUZA	5166451
000050	GUILHERME CARVALHO PADILHA	5903754
000307	JÉSSICA BONIN SCHMITZ	4.817.524

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000140	JOVANE DA SILVA OLIVEIRA	3.856.335
000070	JULIANO CLAUDIO CABRAL	5042641

ORIENTADOR DE DANÇA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000342	PABLO CRISTIANO BIRK DA SILVA	4.669.024

ORIENTADOR DE MEIO AMBIENTE E RECICLAGEM

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000403	ALVARO PALMA NUNES	1170728
000239	ANDRESSA DA SILVA NUNES	5409590
000235	CRISTINA POIER GUALBERTO	4.300.709
000064	EDU DE SOUZA MELO	6665269
000270	JOSEFFER BITTENCOURT FLORES	6.958.621
000376	JOYLSO RODRIGUES OLIVEIRA	64500131
000224	LARISSA PADILHA MACEDO	5349374
000405	MAYRA MIDORI FURIHATA	3926339
000334	RODRIGO DE LIMA GOMES	4.178.683
000294	SEBASTIANA REGINA NUNES FARIAS	882943

ORIENTADOR DE TEATRO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000267	ANA CAROLINE LIMA	5903769
000281	DENISE L MENDER	4117099
000253	JOSÉ ARGEU VELHO GOULART	8/R 1821301
000346	SCARLLETI SILVEIRA MATIAS	6450428

PROFESSOR DE AEE - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000251	DANIELA DE SENA AMARAL	4149474
000104	JOSÉ LEONARDO DO NASCIMENTO	3263255

PROFESSOR DE AEE - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000332	KARINE JORDÃO	5.155.502

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000146	ALINE DA SILVA RODRIGUES	4419401
000351	ANA PAULA DOS SANTOS	4300484
000034	CLEUZA APARECIDA BORGES	3602251
000053	DAIANE APARECIDA VITORINO	4178317
000085	DEIZIANE PADILHA	4149037
000112	ELANE OLIVEIRA NUNES	1822871
000333	ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSÃO	4178344
000223	GABRIELA VENZON GONÇALVES DE AZEVEDO	3686944
000312	JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI	5.409.874
000102	JULIARA COSTA DA SILVA	6.075.460
000298	KATIA CILENE MESQUITA LUCIANO	4300395
000180	MARIA GORETE GARCIA	750.206
000170	MARIA IOLANDA MACEDO	3794812
000284	MARIA IZABEL BORGES	4149180
000352	MARLI DA ROSA QUIRINO	1828100
000386	MARLY DE FATIMA PEREIRA MARTINS	1067374
000232	PAULA MARTORANO NUNES	4178913
000372	RITA DE CASSIA JESUS	1963670
000068	ROSEMIRA DE SOUZA RIBEIRO	3783024
000299	SAIARA PEREIRA FIGUEREDO	4669782
000286	SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING	4.178.846
000167	SILVIA RIBEIRO DE LIZ DA SILVA	4,306,175-3
000156	SUZETE DE SOUZA AGUIDA	3326533
000340	TATIANI FOGAÇA VELHO	4300341
000117	VERONICA RODRIGUES BORGES	5266153

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000016	ANDRÉA ARRUDA CAMARGO	2.590.850
000110	ARMANDA NATALINO MELO	5.042.251
000161	DAIANE BRANCO DUTRA	4398167
000401	DEBORA SOUZA SILVA	4955854
000195	ELAINE SILVA ROCHA ROSA	4117226
000067	EVANIR CEQUINEL DO AMARAL	3042725
000164	FRANCIELLY SOUZA DE ABREU	3706755
000049	INDIARA CORDOVA FERON	4419478
000282	JANAÍNA UIARA DE ANDRADE	5042367
000058	JANAÍNA VARGAS DA ROSA	4149617
000173	LUCIANA CAPPELLARI DE OLIVEIRA	6074914711
000393	MAIANA PEREIRA OLIVEIRA NUNES	4669421
000366	MARIANA RICARDO PEREIRA DE SOUZA	4472611
000379	MARIÉLA TAINÁ DE JESUS	4149959
000211	MARILDA DA SILVA CRUZ	4419229
000128	MILENE FÁTIMA DE SOUZA	3292825
000120	PATRICIA DEMESSIANO	4419532
000237	RINARA SILVA TEODORO	5409427
000133	SIRLEI SILVEIRA LEMOS	3196007

PROFESSOR DE ARTE - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000054	ANDREIA RAMOS FLORES	2090.188
000382	ANGELITA DEUCHER GOULART	22699260
000022	ERICA DE SOUZA AMARAL	4214415
000358	MARCIA RIBEIRO	41494520
000323	MARIA ELIZANDRA PADILHA	4300714
000277	ROSEMARY DA SILVA MELO	4178333

PROFESSOR DE ARTE - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000158	ADRIANA DE FATIMA NUNES	4333153
000330	FRANCIELI MACHADO DE SOUZA	4.117.666
000374	GRAZIELI CRISTINI DA SILVA	5.042.660
000229	KEILA DA SILVA MATOS	4117754
000131	MARIA ELENA DA SILVA	4419503
000047	PATRÍCIA DE JESUS FLORÊNCIO	4.149.306

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000148	ADRIANA APARECIDA MACEDO	3926394
000136	CÉLIA TEREZINHA PEREIRA	5.074.036
000015	DAIANE MARTINS DE SOUZA	4419649
000245	DANIELA MARTINS DE SOUZA	5.349.320-6
000036	PRICILA VALERIA NUNES	5792522
000218	TATYANA VIEIRA DE SOUZA DA SILVA	4419495

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000241	ANDRESSA PAGANINI	5382941
000217	DAÇAÉLEN SOUZA SANTOS	4.419.535
000276	EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA	4149672
000390	GUILHERME AMARAL ANTUNES	4300738
000006	JACKELINE SOUZA	53498623
000019	JUCELINO HECK	2817349
000046	LARISSA RAMOS FLORES	5266479
000057	SIMONE APARECIDA PALUDO RIBAS	63978663

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000021	ADRIELI COSTA MARTINS	4300864
000060	CAMILA DA SILVA RODRIGUES	5.266.439

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000243	ADRIANA MATIAS DO AMARAL MATOS	047921785643
000349	CHARLÔ PEREIRA DA SILVA	05377889586
000348	CLEIDE ELISE SOUZA WALTRICK VIEIRA	2707006
000233	EDNA VICENTE	3.225.954-9
000266	ELIANA OLIVEIRA DA SILVA	4.178.855
000295	JANETE APARECIDA DA SILVA LIMA	25905368
000027	JOICE KELLY DE OLIVEIRA MACEDO SILVA	341562026
000275	KELEN APARECIDA VARGAS	4117725
000098	LEOMAR CECHINEL RODRIGUES	3048111
000121	MARIA ADRIANA DA SILVA	39260127
000101	MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA	5266375
000355	MARIA HELENA NUNES RIBEIRO	8/R-2261270
000201	MARIA ISABEL PEREIRA DO ROZARIO	1068348
000328	NEURA MARA DOS SANTOS CÓRDOVA	3534719
000206	ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL	3926862
000115	SUZANA RAMOS NUNES RIBEIRO	1629349

000279	TAILAINE MORAIS QUIRINO	5042745
000261	VANEZA GODINHO	4.419.252
000252	VIVIANE PEREIRA DA SILVA	05707168082

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000029	ANA MARIA MARAFIGO	4149253
000013	DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA	4472832
000014	DAIANE SOUZA DE LIMA HUFF	7126499453
000190	EDMARA MARTINS	4419581
000399	ELIZABETE GUEDES DE LIMA	2708467
000204	GRAZIELA RAIZER DA CRUZ	53497538
000182	IVONETE DOS PRAZERES RODRIGUES DO AMARAL	8/R883913
000020	JAQUELINE APARECIDA SERAFIM HUGEN	6663930
000152	JOELMA APARECIDA DA LUZ	4669616
000075	JULIANA APARECIDA VALTRIQUE MATOS	5.903.099
000055	KARLINE LEITE IZIDORO	5042834
000226	LAURA MARISTELA ROCHA MORAES	7.538.542
000154	LURDES DANIELA CRUZ OLIVEIRA	6.867.475
000231	MAIKELI SILVA PEREIRA	5.042.415
000303	MARA SUZANA FERREIRA MATTOS	2598553
000127	MARCILEA PEREIRA MARAFIGO	3.292.821/1
000160	REGIANE HUGEN GUIMARÃES	5682211
000398	RITA APARECIDA NUNES	3622444
000109	SARA GOMES PADILHA	4.117.856
000183	SARINA GOMES PADILHA	4117857
000341	SILVANA NUNES DA SILVA	3417981
000188	SILVIA TEREZINHA SANTOS MACEDO	7.360.646
000391	TÂNIA APARECIDA CORRÊA RODRIGUES	3.197.319
000076	TEREZINHA GORETI DO NASCIMENTO PEREIRA	054358340066
000209	VALDETE ALVES DE ARAÚJO ESTEVES	2898656
000144	VANESSA ELISTE ROTTA	4472802

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000157	JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA	124023696

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000378	JOSIELLE DA SILVA PADILHA	4669560

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000272	CLAUDIA GÓSS	4300514
000100	CLAUDIONEI GÓSS	4117878
000258	MARIA ZALMIRA PEREIRA DA SILVEIRA	3.048.164
000317	MARITA JOSE DE SOUZA	1820097
000219	VERA LUCIA DE ALMEIDA	8/R-3045636

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000247	LUZIANI RIBEIRO SOUZA	3926996
000194	SABRINA GOULART ROSA	4419484
000354	VALÉRIA DA SILVA BATISTA	3.926.346

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000172	ELAINE RODRIGUES DO AMARAL	4419727

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000151	DIENIFER DUARTE MACEDO	5682164

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000189	GISELA MENDONÇA GOULART	4777075-9
000011	MARIA JULIA RUPNIEVSKI	3348832
000078	MARICRIS TEREZINHA VELHO DE ANDRADE MATOS	4117035
000045	MARISTELA SCHMIDT LIMA	2.188.127
000043	PATRICIA NUNES DE BRIDA	4168380
000162	RENATA SILVÉRIO DE SOUZA	4117674
000177	THAISE COSTA CAMASSOLLA	4178962
000166	VANUZA RODRIGUES DOS SANTOS	4472557

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000171	CRISTIANI RIBEIRO SOUZA FLORES	3926442

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000385	JANAINA BORGES HABITZREUTER	4955475
000010	TAIZE DE SOUZA VELHO	5266554

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000012	LETICIA DA SILVA BORGES	7.058.638
000395	LUAN ALVES DUARTE	4149779
000285	STEFANI SILVA BARBOSA	5792888

PROFESSOR DE MÚSICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000003	SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA	5349441

PROFESSOR DE MÚSICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - HABILITADO - 20 HORAS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - HABILITADO - 30 HORAS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000238	CLEBER DE SOUZA NEVES	08845003-6

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - HABILITADO - 40 HORAS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000326	ELIAS JOSÉ DA LUZ	7.649.027

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - NÃO HABILITADO - 20 HORAS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000093	LUCILENE DA SILVA RODRIGUES	4149699

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - NÃO HABILITADO - 30 HORAS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - NÃO HABILITADO - 40 HORAS

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

PROFESSOR PRÉ - ESCOLAR - HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000329	MARIA KÁTIA DA SILVA	1820095
000325	PATRICIA DA SILVA	4.149.981

PROFESSOR PRÉ - ESCOLAR - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
-----------	-----------	--------------------

TÉCNICO INFORMÁTICA

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000186	BRUNO DA ROSA OLIVEIRA	5903562
000234	FABIANO DE OLIVEIRA BARBOSA	

000363	FRANCISCO CARLOS MONDADORI JUNIOR	45549087
000359	LUCAS GUSTAVO DOS SANTOS DA SILVA	6282409
000360	RAFAEL TOSHIO SAKUMA	48223999
000306	SEBASTIÃO VIEIRA BORGES JUNIOR	4777048

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

2º PROFESSOR - HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
000236	BRUNA DE SA MAMLAK
000017	RAFAELA VITÓRIA FRANCISCO

AGENTE ADMINISTRATIVO

Inscrição	Candidato
000336	ANDREA DE ANDRADE FOGACA MORIYAMA
000122	ANTONIO DA SILVA
000274	ANTONIO SILVA MORAES
000008	CAMILA CAPRARO
000018	ELISANGELA VELHO RITA
000059	ELLEN ANDRADE DO AMARAL
000088	GABRIELLE FABRIS MATTOS
000009	GISLANE BORGES FIGUEREDO
000314	IVANA CANDIDO GUIMARAES
000321	JOAQUIM ADILTON MARAFIGO
000103	JOSE CRISTOVÃO DA CRUZ FILHO
000038	KARIN TOEBE
000264	KEILA NORONHA DAS CHAGAS
000090	LARA KANTOVICK
000212	LEONARDO DE OLIVEIRA NUNES
000130	MARIANA SOUZA OLIVEIRA
000293	MICHEL SILVEIRA PEREIRA
000394	MIRISRELE KATTIA PRIES
000139	NAZARA DA SILVA
000311	PAMELA CRISTINA DE SOUZA
000250	POLIANA MENDES DOS SANTOS
000257	SAMIRA DA FONSECA

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - BRAÇAL

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS SERVENTE/FAXINEIRA/MERENDEIRA

Inscrição	Candidato
000287	EVENIZE SOUZA BARBOSA
000288	FLAVIANE OLIVEIRA DA SILVA
000143	HELEN BEATRIZ DOS SANTOS
000097	JOSIANE CARVALHO PAZ
000227	MARISETE APARECIDA RIBEIRO
000347	PAULA BORGES VELHO

AUXILIAR ODONTOLÓGICO

Inscrição	Candidato
000123	MARLUZE DA SILVA OLIVEIRA
000254	SAMYL ALMEIDA DE SOUSA SILVA
000400	TALYA CANDIDO DE OLIVEIRA

CARPINTEIRO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

ENGENHEIRO CIVIL

Inscrição	Candidato
000193	DENER KISNER
000381	ISAEEL BERND SOUZA

000134	JULIO HIDEKI WATANABE
000256	MAGNUS PASA
000345	MONIQUE SIEBEN
000404	NICHOLAS GOMES DE OLIVEIRA
000155	VICTOR SANTOS MORAES

FISCAL DE TRIBUTOS

Inscrição	Candidato
000240	ANILDO FOGAÇA JUNIOR
000216	JOÃO BEZERRA GOMES NETO
000033	MARIA EDUARDA MUNIZ
000228	RACHEL DE ALMEIDA

MOTORISTA DA EDUCAÇÃO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

MOTORISTA DE MAIS SECRETARIAS

Inscrição	Candidato
000072	GILMAR GOEDERT JUNIOR
000138	LINDOMAR DA SILVA GUIMARAES
000048	LUCAS SANTOS ROSA
000007	LUIZ ALBERTO ARRUDA DELFININO
000260	MARCOS DOS REIS MARAFIGO
000135	OSMAR MOTA

ODONTÓLOGO - CEO

Inscrição	Candidato
000108	AMANDA NUNES ROCHA
000215	MONIQUE LUSTOSA PINTO
000304	RAQUEL DA SILVA ZUCCOLOTTO

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Inscrição	Candidato
000031	MAICON ARI DE ANDRADE
000289	VALDEMAR BRUCH

ORIENTADOR DE DANÇA

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

ORIENTADOR DE MEIO AMBIENTE E RECICLAGEM

Inscrição	Candidato
000159	JOSIANE PEREIRA
000384	MARIA BENTA MACHADO VIEIRA
000105	RAFAEL FABIANO PADILHA MORE

ORIENTADOR DE TEATRO

Inscrição	Candidato
000153	ARIANA DE FATIMA DA CRUZ
000028	GINAMAR SEIFERT DE SOUZA

PROFESSOR DE AEE - HABILITADO

Inscrição	Candidato
000242	LUZIA GERUZA FERREIRA

PROFESSOR DE AEE - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - HABILITADO

Inscrição	Candidato
000202	IOLANDA RODRIGUES ALMEIDA
000389	RITA DE CASSIA CANDIDO

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
000335	JAQUELINE JOVITA NATALINA BORGES MACEDO

000338	MARI ADRIANA MELLO DOS SANTOS
000350	TAIMARA PEREIRA

PROFESSOR DE ARTE - HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE ARTE - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Inscrição	Candidato
000147	BRUNO ZANELATTO SCHLICHTING

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
000185	ELADIO MOREIRA DA COSTA JUNIOR

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Inscrição	Candidato
000380	ANGELINA COSTA LINHARES
000368	CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES
000259	ROSILDA RAMOS NUNES

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
000198	CAMILA DIAS DUTRA
000118	DAIANE BIRK DA SILVA
000221	JULIANA BORGES ANSELMO
000343	MARIA ANGELITA PADILHA CAMARGO
000079	MICHELE DE OLIVEIRA MOREIR

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
000082	GIOVANE ROSA ZIMMERMANN

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
000203	ANA KARINY PEREIRA DE SOUZA
000025	JOELMA ALVES BARBOSA

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
000357	ALEXSSANDRO FURTADO
000175	JESSICA DE SOUZA OLIVEIRA

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
000041	MARINÊS IUNG FIGUEIREDO

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE MÚSICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE MÚSICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - HABILITADO - 20 HORAS

Inscrição	Candidato
000080	JULIANA VIEIRA GRILLO

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - HABILITADO - 30 HORAS

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - HABILITADO - 40 HORAS

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - NÃO HABILITADO - 20 HORAS

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - NÃO HABILITADO - 30 HORAS

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS - NÃO HABILITADO - 40 HORAS

Inscrição	Candidato
000032	RAFAEL RIBEIRO SOUZA

PROFESSOR PRÉ - ESCOLAR - HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

PROFESSOR PRÉ - ESCOLAR - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato
-----------	-----------

TÉCNICO INFORMÁTICA

Inscrição	Candidato
000066	GUILHERME FLORES PEREIRA
000087	JEAN CLOVIS PEREIRA
000084	TIAGO MATOS FELICIO

Prefeitura Municipal de São Joaquim 20 de fevereiro de 2018

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA

Presidente da Comissão

São José

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES

Publicação Nº 1529439

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE CADASTRO

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES
A Secretaria da Administração do município de São José, estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os interessados que, de acordo com art. 34, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que se encontra aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder ao REGISTRO CADASTRAL, como fornecedor da Administração Pública Municipal de São José/SC, conforme segue:

Iº.- DO CADASTRO DE FORNECEDORES:

As pessoas jurídicas que tenham interesse em fornecer ao MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, materiais e bens de consumo, de manutenção e de investimento, duráveis ou não, execução de obras e serviços, inclusive de publicidade, deverão REQUERER, junto ao Setor de Cadastro de Fornecedores deste município sua inscrição no CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES.

IIº.- DA HABILITAÇÃO E INSCRIÇÃO:

O Interessado deverá acessar o link http://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Instru%C3%A7%C3%A3o_normativa_001.2018.pdf, para ter acesso à relação de documentos necessários ao seu cadastramento na PMSJ.

IIIº.- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As empresas cadastradas cujos documentos e cadastro estejam fora do prazo de validade, deverão providenciar a sua atualização para fins de participação em licitações desta municipalidade, sob pena do cancelamento do respectivo registro. Havendo também alteração dos atos constitutivos, o fornecedor deverá providenciar a sua juntada e imediata substituição. Os documentos deverão ser encaminhados ao Setor de Cadastro de Fornecedores, 3.º andar da Sede Administrativa, sito à Rua Acioni Souza Filho, 403, bairro Praia Comprida, São José/SC, CEP 88.103-790. Maiores informações pelo fone (48) 3381-0028.

São José, 20 de Fevereiro de 2018.

Vera Suely de Andrade
Secretária de Administração da PMSJ

DECRETO Nº 9582/2018

Publicação Nº 1529393

DECRETO Nº 9582/2018

APROVA O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ – FUNDESJ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica aprovado o Estatuto da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ, pessoa jurídica de direito público interno, que integra a Administração Pública indireta do Município de São José.

Parágrafo único – O estatuto, aprovado conforme o caput deste artigo, consta do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de fevereiro de 2018.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN
Superintendente da Fundação Educacional de São José

ANEXO ÚNICO

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ – FUNDESJ

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E REGIME JURÍDICO

Art. 1º – A Fundação Educacional de São José, neste Estatuto denominada simplesmente FUNDESJ ou Fundação, instituída pela Lei Complementar Municipal nº. 014, de 06 de dezembro de 2.004, tem sede e foro no Município de São José, Estado de Santa Catarina, onde funciona à Av. Acioni Souza Filho, 403 (Beira Mar de São José).

Art. 2º – A FUNDESJ é entidade integrante da administração pública indireta do Município de São José, tendo personalidade jurídica de direito público, com prazo de duração indeterminado, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, econômico-financeira e didático-disciplinar, e reger-se-á pelas disposições da Lei Complementar nº. 014/04 e suas alterações, pela Constituição Federal, pelo presente Estatuto, e pelas normas de direito aplicáveis.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 3º – A FUNDESJ operacionalizará suas finalidades e objetivos diretamente, através de entidades mantidas ou através de instituições formalmente conveniadas.

Art. 4º – A FUNDESJ tem como finalidade a educação, pesquisa e extensão, especialmente de nível superior e técnico, bem como a manutenção do Centro Universitário Municipal de São José e de outras mantidas para as quais disponibilizará recursos humanos, financeiros e materiais destinados à consecução dos seus objetivos e prestação de serviços comunitários.

Art. 5º – Constituem também finalidades da Fundação:

- I. realizar programas educacionais e executar políticas de ensino superior, técnico ou de outros níveis de ensino, visando o desenvolvimento educacional, econômico, cultural e social do Município;
- II. diretamente ou através de parcerias, criar e executar projetos na área de educação e trabalho;
- III. manter o Centro Universitário Municipal de São José e outras mantidas que venham a ser criadas;
- IV. criar, manter ou administrar novas unidades de ensino ou unidades de apoio e/ou produção de recursos técnico-científico-operacionais que forem essenciais ao cumprimento das suas finalidades, integrando-as às existentes, podendo inclusive desmembrá-las, agrupá-las ou extingui-las para atender às exigências de desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e ainda de prestação de serviços;

V. articular-se com entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, visando o aprimoramento de recursos técnicos e operacionais;

VI. promover a divulgação de assuntos de natureza científica, educacional, técnica e cultural;

VII. diretamente ou através de parcerias, criar e executar projetos e atividades na área de seleção e treinamento de pessoal;

VIII. executar e coordenar ações que visem ao aprimoramento e bem-estar do homem na sociedade, valendo-se de meios próprios ou disponibilizados por entidades públicas ou privadas, para a consecução dos seus objetivos institucionais.

Parágrafo único – No desenvolvimento das suas atividades, a FUNDESJ adotará práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação das suas atividades, assim como obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO

Art. 6º – Para consecução de suas finalidades, a Fundação poderá:

I. coordenar e gerenciar as unidades de ensino superior e técnico mantidas pela Administração Pública Municipal de São José, observado o princípio da autonomia universitária;

II. celebrar convênios, contratos, acordos e outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou internacionais, garantindo a aplicação de seus recursos de forma integral em território do Município de São José e em seus fins.

III. realizar programas educacionais, conceder honrarias, prêmios ou ajudas de custo;

IV. desenvolver programas de promoção comunitária, apoiando a implementação de projetos voltados ao aprimoramento de pessoas da comunidade;

V. planejar, coordenar e dirigir a execução de programas, projetos e atividades que visem ao desenvolvimento da educação superior e técnica no âmbito da Administração Pública Municipal;

VI. ministrar e/ou promover cursos, programas de capacitação, concursos e processos seletivos, individualmente ou em parcerias com entidades públicas e/ou privadas;

VII. manter ou administrar unidades de apoio e/ou produção de recursos técnico-científico-operacionais que forem essenciais ao cumprimento das suas finalidades;

VIII. constituir parcerias com entidades públicas ou privadas de objetivos afins, voltadas ao desenvolvimento de projetos que visem o alcance das finalidades institucionais, podendo, para tanto, administrar unidades e/ou gerenciar atividades, instituir ou participar da composição de novas pessoas jurídicas.

Parágrafo único – Para a realização de contratos ou acordos onde ocorra o recebimento de receita pela Fundação, cujo valor ultrapasse o percentual de 70% do seu patrimônio líquido, a Fundação precisará da aprovação prévia de seu Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA DA FUNDAÇÃO

Art. 7º– O patrimônio da FUNDESJ é constituído por:

I. bens já adquiridos e os que vier a adquirir;
legados e doações já recebidos e os que vier a receber.

§ 1º – Os bens e direitos da Fundação serão utilizados e aplicados exclusivamente na consecução de sua finalidade.

§ 2º – Os recursos financeiros, os bens e direitos da Fundação serão administrados e aplicados exclusivamente na execução de seus objetivos.

§ 3º – A alienação de bens da Fundação dependerá de prévia aprovação de seu Conselho Fiscal, avaliação, licitação e, no caso de

bens imóveis, também de autorização legislativa

§ 4º – Em caso de extinção, os bens e direitos da Fundação serão incorporados ao patrimônio do Município de São José.

Art. 8º – Constituem receitas da Fundação:

I. as dotações que lhe forem destinadas no orçamento do Município;

II. renda resultante da remuneração de serviços prestados, da execução de contratos, convênios e acordos celebrados para prestação de serviços;

III. renda patrimonial, inclusive a proveniente de cessão, concessão e permissão de uso de bens imóveis;

IV. subvenção ou auxílio de órgão ou entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira;

V. contribuição e donativos em geral;

VI. operação de crédito, financiamentos e empréstimos;

VII. renda proveniente da aplicação financeira;

VIII. doações, legados e outros recursos que conseguir a qualquer título;

IX. os recursos financeiros resultantes de:

a) saldos de exercícios financeiros encerrados;

b) arrecadações de fundos especiais que proporcionem recursos financeiros para o funcionamento da Fundação;

c) receita oriunda da comercialização de produtos elaborados por suas entidades mantidas;

d) quaisquer outras receitas inerentes às suas atividades.

Parágrafo único – É vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

CAPÍTULO V

DA AUTONOMIA

Art. 9º– A FUNDESJ goza de autonomia administrativo-financeira e disciplinar no âmbito de sua competência, nos termos da Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica Municipal, deste Estatuto e das normas legais pertinentes.

Art. 10 – A autonomia administrativo-financeira consiste na faculdade de:

I. editar e alterar este Estatuto, observando a legislação em vigor, com a posterior aprovação do Prefeito Municipal;

II. aprovar a edição ou as alterações dos regimentos das entidades mantidas, que não poderão contrariar as normas previstas neste Estatuto e na legislação em vigor;

III. juntamente com o Prefeito Municipal, participar da escolha dos dirigentes das entidades mantidas;

IV. planejar, elaborar e executar o seu orçamento e das entidades mantidas;

V. promover, de acordo com a legislação específica, a elaboração de processo seletivo ou concurso público com o fim de contratação de recursos humanos para as entidades mantidas, estabelecendo as normas para a admissão, remuneração, promoção, remanejamento e dispensa de pessoal, nos termos da legislação vigente;

VI. aceitar subvenções, doações e legados, bem como buscar a co-operação financeira, mediante convênios com pessoas ou entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, pessoas físicas e jurídicas;

VII. fixar valores para produtos ou serviços elaborados ou prestados de forma direta ou através das entidades mantidas.

§ 1º – A autonomia disciplinar consiste na faculdade de fixar normas de comportamento e o regime de sanções aplicáveis a seu quadro de pessoal, obedecendo às disposições legais.

§ 2º – A FUNDESJ zelará também para que as mantidas cumpram as normas de comportamento e o regime de sanções, o que deverá

ser feito pela adequação de seus regimentos e a condução exclusiva pela Fundação dos processos disciplinares que envolvam seu quadro de pessoal.

§ 3º – A aprovação de orçamentos prevista no inciso IV deverá obedecer ao seguinte procedimento:

até o dia 15 de agosto de cada ano, a entidade mantida deverá enviar sua proposta de planejamento orçamentário para análise da FUNDESJ;

I. a FUNDESJ terá o prazo de 15 (quinze) dias para promover os ajustes necessários, que serão comunicados à entidade mantida, e encaminhar o orçamento final para aprovação do Conselho Fiscal; após as devidas adequações, a FUNDESJ encaminhará a sua proposta de orçamento para a Prefeitura Municipal de São José até o dia 30 de setembro, para que ela possa ser incluída no orçamento do Município;

toda e qualquer despesa a ser realizada pelas entidades mantidas dependerá de previsão no orçamento aprovado;

II. caso se faça necessária a realização de despesa ou investimento não previsto no orçamento, a entidade mantida deverá efetuar solicitação à FUNDESJ devidamente fundamentada, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para se manifestar sobre a possibilidade de sua realização.

Art. 11 – As disposições atinentes à autonomia didática, científica, administrativa e disciplinar das instituições mantidas pela Fundação Educacional de São José – FUNDESJ, estarão consubstanciadas em ordenamentos administrativos próprios e na legislação em vigor, que deverão sempre observar as regras do presente estatuto.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA E DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 – A FUNDESJ disporá da estrutura administrativa necessária e própria, destinada ao seu funcionamento, representação legal e coordenação operacional das atividades exercidas pelas mantidas. Parágrafo único – Todos os ocupantes de cargos em comissão e os que exercem Funções Gratificadas da FUNDESJ e de suas mantidas, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 – A FUNDESJ será composta pelos seguintes órgãos:

- I. a Superintendência;
- II. o Conselho Fiscal;
- III. órgãos de direção e assessoramento;
- IV. entidades mantidas.

Parágrafo único – A FUNDESJ, incluindo-se as mantidas, terá estrutura fixada nos termos de lei municipal.

SEÇÃO II

DA SUPERINTENDÊNCIA DA FUNDAÇÃO

Art. 14 – Compete ao Superintendente da Fundação:

- I. cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto, bem como as decisões do(a) Prefeito(a) Municipal e Tribunais de Contas, especialmente aquelas emanadas acerca dos relatórios do Conselho Fiscal;
- II. representar a Fundação ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele;
- III. prever e buscar formas para que sejam providos os recursos necessários ao bom andamento dos serviços, observando-se sempre as previsões orçamentárias e demais disposições aplicáveis à natureza da Fundação e de suas mantidas;
- IV. movimentar as contas bancárias da Fundação, em conjunto

com o Diretor Administrativo e Financeiro e, na ausência deste, com o Assessor Técnico Contábil;

V. praticar os atos necessários e legais à administração de recursos humanos, inclusive determinando a lotação do pessoal técnico-administrativo para atender às necessidades dos serviços e à manutenção da ordem e da disciplina, na instituição e em suas mantidas;

VI. orientar e controlar as atividades operacionais, bem como gerir o patrimônio da Fundação;

VII. manter contatos com órgãos federais, estaduais e municipais, visando à captação de recursos para a elaboração de programas e projetos especiais;

VIII. assinar e ajustar acordos, contratos, convênios e termos de compromissos, tudo em conjunto com o Prefeito Municipal;

IX. baixar atos normativos decorrentes das decisões da Fundação, determinando o seu cumprimento;

X. constituir comissões e grupos de trabalho específicos e não remunerados;

XI. exercer o poder disciplinar na forma da Lei e deste Estatuto;

XII. delegar competência a dirigentes das entidades mantidas pela Fundação Educacional de São José – FUNDESJ, para prática de atos administrativos vinculados às atividades acadêmicas;

XIII. encaminhar o orçamento das unidades mantidas, com as devidas adequações, para aprovação do Conselho Fiscal, e após a devida incorporação ao seu orçamento, encaminhar para o Prefeito Municipal;

XIV. enviar anualmente prestação de contas com parecer do Conselho Fiscal, ao Prefeito Municipal de São José;

XV. exercer outras funções ou atribuições definidas em Lei.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 15 – O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da administração contábil-financeira da Fundação e das entidades mantidas, e será constituído por um representante da Secretaria da Casa Civil, que o presidirá, um representante da Secretaria da Administração e um representante da Secretaria de Finanças, designados pelo Prefeito Municipal de São José, sendo uma unidade colegiada.

Art. 16 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar os demonstrativos contábeis e papéis de escrituração da Fundação, bem como sua situação financeira e contábil;
- II. lavrar em atas e pareceres do próprio Conselho, os resultados dos exames a que proceder;
- III. emitir e encaminhar relatório conclusivo, ordinariamente ao final de cada semestre e, extraordinariamente, a pedido do Prefeito Municipal, ou quando julgar de extrema urgência;
- IV. avaliar previamente a proposta de orçamento das entidades mantidas e da Fundação, que já inclui as previsões para as mantidas, para envio para inclusão no orçamento geral do Município;
- V. manifestar-se sobre a alienação de imóveis e aceitação de doações com encargos.

Art. 17– O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, em cada semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por maioria de seus membros.

SEÇÃO IV

DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS

Art. 18 – À Assessoria Técnica de Planejamento Institucional, compete:

prestar assessoramento com relação à reformulação de diretrizes e metas para o desenvolvimento das atividades educacionais e dos demais serviços prestados pela Fundação;

assessorar tecnicamente no planejamento de ações educacionais e institucionais, no âmbito da Fundação e de suas mantidas;

executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Art. 19 – À Assessoria Técnico-Jurídica, compete:

prestar assessoramento e consultoria de natureza jurídica no âmbito da Fundação e de suas mantidas;
assessorar os dirigentes da Fundação e das entidades mantidas, por meio da elaboração de expedientes, manifestações e pareceres de natureza jurídica referente aos processos e procedimentos em tramitação;
assessorar a elaboração de propostas de alteração de atos normativos que integram o ordenamento jurídico vigente;
assessorar na elaboração e revisão de documentos e contratos vinculados às atividades da Fundação e suas entidades mantidas;
executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Parágrafo único – A edição ou alteração de normas internas da Fundação e de suas entidades mantidas deve ser sempre previamente submetida a parecer da Assessoria Técnica Jurídica ou da Procuradoria Geral do Município, ficando vedada a aprovação de normas em desacordo com o parecer.

Art. 20 – À Assessoria Técnico-Contábil, compete:

I. prestar assessoramento técnico na área contábil no âmbito da Fundação e de suas mantidas;
II. assessorar a elaboração de balancetes mensais, demonstrativos e balanço anual, relatórios contábeis;
III. assessorar a realização de registros e controles contábeis;
IV. assessorar as ações de planejamento e execução orçamentária pertinentes ao respectivo órgão;
V. executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Art. 21 – Os órgãos da Fundação serão, ainda, integrados por assessores administrativos cujas funções e atribuições encontram-se definidas em lei.

SEÇÃO V**DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Art. 22 – São atribuições da Diretoria Administrativa e Financeira:
I. dirigir as ações e atividades de cunho administrativo e financeiro da Fundação e das entidades mantidas;
II. administrar, planejar, organizar, orientar, coordenar e controlar as atividades relativas à administração financeira, contábil, orçamentária, patrimonial e de pessoal da Fundação e de suas entidades mantidas;
III. gerenciar a elaboração de proposta orçamentária e o plano anual de atividades; gerenciar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o Superintendente;
IV. executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SEÇÃO VI**DOS ÓRGÃOS DE SUPERVISÃO**

Art. 23 – São atribuições do Órgão de Supervisão de Gestão de Pessoas:
supervisionar, promover, planejar e controlar as atividades de seleção, avaliação de desempenho, remuneração, capacitação, qualificação, acompanhamento e controle, assim como as atividades relativas à preservação da saúde e segurança no ambiente do trabalho dos empregados públicos docentes e técnico-administrativos da Fundação e suas mantidas;
executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Art. 24 – São atribuições do Órgão de Supervisão Administrativa:
I. supervisionar, planejar e orientar as atividades administrativas da Fundação e das entidades mantidas, observando a política de gestão administrativa, bem como as normas e diretrizes estabelecidas;
II. executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem

designadas.

SEÇÃO VII**DAS COORDENADORIAS**

Art. 25– São atribuições da Coordenadoria de Eventos.

I. coordenar e executar atos relativos a eventos necessários à consecução dos objetivos da Fundação e de suas entidades mantidas;
executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Art. 26 – São Atribuições da Coordenadoria de Tecnologia da Informação:

I. coordenar, planejar, organizar, fiscalizar e executar as atividades relativas aos sistemas de tecnologia e infraestrutura da informação da Fundação e de suas entidades mantidas;
II. organizar, processar e disseminar as informações através de planejamento, integração, desenvolvimento, suporte e operação de sistemas e recursos tecnológicos de informática;
III. executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SEÇÃO VIII**DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ**

Art. 27 – O Centro Universitário Municipal de São José – USJ, mantido pela Fundação, é regido pelo seu Regimento Geral, aprovado pela FUNDESJ, e homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 28 – O USJ contará com uma estrutura deliberativa e uma executiva, da seguinte forma:

I – Órgão deliberativo: Conselho Universitário – CONSUNI;

II – Órgãos executivos:

- a) Reitoria;
- b) Vice-Reitoria Acadêmica e Administrativa;
- c) Assessorias;
- d) Secretaria Acadêmica;
- e) Coordenadorias de Cursos;
- f) Biblioteca.

Art. 29– O Conselho Universitário – CONSUNI, é um órgão de natureza normativa, deliberativa e consultiva do USJ em assuntos de ensino, de pesquisa e extensão, sendo constituído:

I. do Reitor, como Presidente;

II. do Vice-Reitor Acadêmico e Administrativo, como Vice-Presidente;

III. do Assessor de Graduação;

IV. dos Coordenadores de curso de graduação em oferta;

V. de 2 (dois) docentes indicados pelos seus pares, vinculados aos cursos de graduação em oferta;

VI. de 2 (dois) representantes do corpo técnico-administrativo do USJ;

VII. de 1 (um) representante da mantenedora;

VIII. de 1 (um) representante da Administração Pública Municipal;

IX. de 1 (um) representante do corpo discente;

X. de 1 (um) representante da comunidade, preferencialmente, egresso do USJ.

§ 1º – Os representantes, mencionados nos itens V, VI e IX e seus respectivos suplentes são escolhidos dentre seus pares, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida apenas uma recondução.

§ 2º – O representante, mencionado no item X, e seu respectivo suplente são de livre escolha do Chefe do Poder Executivo Municipal, para um período de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 3º – A representação no CONSUNI, prevista nos incisos I a VIII, é vinculada ao exercício do cargo ou função, sendo que sua

modificação implicará, automaticamente, na exclusão da sua participação no CONSUNI, assumindo imediatamente o respectivo suplente ou substituto legal, que concluirá o mandato então vigente.

§ 4º – A representação no CONSUNI, prevista no inciso IX, é vinculada à condição de acadêmico, regularmente matriculado.

§ 5º – O trancamento ou desistência ou quaisquer outras formas de desligamento do curso implicará, automaticamente, na exclusão da participação do representante previsto no inciso IX, junto ao CONSUNI, assumindo imediatamente o respectivo suplente, que concluirá o mandato então vigente.

§ 6º – A representação, prevista no inciso X, pode ser alterada a qualquer tempo, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 7º – A escolha dos representantes docentes e discentes dar-se-á por voto direto que resultará na lista dos nomes mais votados, sendo os suplentes, aqueles mais votados na sequência dos eleitos.

Art. 30 – Compete ao CONSUNI:

- I. fazer cumprir o Regimento Geral do USJ, aprovado pela Fundação;
- II. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quinquênio, bem como suas revisões anuais;
- III. propor normas complementares ao Regimento Geral que se relacionem às atividades de ensino, de pesquisa, e de extensão;
- IV. aprovar o calendário acadêmico e o horário de funcionamento dos cursos;
- V. analisar e opinar sobre a criação e a extinção de cursos de graduação, de pós-graduação e sequencial de formação específica, cuja decisão final caberá à FUNDESJ;
- VI. aprovar a criação e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados pelo USJ, bem como a criação e revisão de matrizes curriculares, desde que não haja impacto financeiro;
- VII. julgar, como instância revisora, e/ou decidir representações ou recursos, no âmbito acadêmico, que lhe forem encaminhados pelo Reitor;
- VIII. deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de infração ao Regimento Geral do USJ;
- IX. analisar e opinar sobre o número de vagas dos cursos sequenciais de formação específica, de graduação e de pós-graduação stricto-sensu, bem como outros que a legislação vigente estabelecer, obedecidos os parâmetros previstos no presente Estatuto e no PDI submetendo à aprovação da FUNDESJ;
- X. deliberar sobre o veto do Reitor às decisões deste Conselho, e às dos Colegiados de Curso, podendo rejeitá-lo somente pela maioria de 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros;
- XI. aprovar a concessão de títulos honoríficos;
- XII. aprovar normas complementares ao Regimento Geral do USJ, que tenham por objeto questões acadêmicas e educacionais, sempre mediante prévio parecer da Assessoria Técnica Jurídica ou da Procuradoria Geral do Município, ficando a vigência das normas condicionada à comunicação oficial à FUNDESJ;
- XIII. constituir comissões e comitês para analisar e emitir parecer sobre matérias de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º– Caso haja impacto financeiro, a criação, alteração e/ou revisão de PPC's (Projetos Pedagógicos de Cursos) ou matrizes curriculares deverão ser previamente aprovadas pela FUNDESJ.

§ 2º – Todo ato normativo a ser apreciado pelo CONSUNI somente será colocado em deliberação após manifestação prévia favorável à respectiva proposta proferida pela Assessoria Jurídica da FUNDESJ ou pela Procuradoria Geral do Município.

§ 3º – As reuniões do CONSUNI somente poderão ser iniciadas com a presença do seu Presidente e/ou de seu Vice-Presidente, bem como do representante da entidade mantenedora, sob pena de nulidade dos atos produzidos sem a observância desta exigência.

§ 4º – A oferta de novos cursos ou a continuidade da oferta de cursos existentes ficará sempre condicionada à existência de dotação orçamentária e à aprovação da FUNDESJ.

§ 5º– Cabe ao secretário das reuniões do CONSUNI, encaminhar à FUNDESJ a cópia de todos os atos normativos expedidos por este órgão.

§ 6º – Das decisões do CONSUNI, caberá recurso à FUNDESJ.

Art. 31 – A Reitoria é composta pelo Reitor, pelo Vice-Reitor e pelos seus órgãos de assessoramento, sendo sua estrutura definida em ato normativo específico.

Parágrafo único – Todos os cargos comissionados e as funções gratificadas serão nomeadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 32 – À Reitoria, órgão executivo superior do USJ, compete planejar e administrar todas as suas atividades, especialmente no que se refere a:

elaborar a política global e as diretrizes gerais de funcionamento do USJ;

I. promover e coordenar a execução do planejamento estratégico do USJ;

II. administrar os recursos humanos, tecnológicos e materiais do USJ, colocados à sua disposição pela FUNDESJ, visando ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração universitária;

III. formular o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quinquênio subsequente, bem como as suas revisões anuais, o Plano Anual de Trabalho e a proposta de Planejamento Orçamentário Anual do USJ do ano subsequente, encaminhando-os à apreciação da FUNDESJ, até 15 de agosto do ano em curso;

IV. elaborar o Relatório Anual de Atividades do USJ, submetendo-o à apreciação da FUNDESJ, até 10 de dezembro de cada ano;

V. definir as atribuições e competências dos órgãos que integram a estrutura administrativa do USJ, observado o presente Estatuto e o Regimento Geral;

VI. acompanhar a execução da proposta de planejamento orçamentário do USJ, sugerindo as alterações que se fizerem necessárias, obedecidos os critérios estabelecidos pela FUNDESJ;

VII. recomendar ao CONSUNI, a quantidade de vagas dos cursos sequenciais de formação específica, de graduação e de pós-graduação stricto-sensu, bem como outros que a legislação vigente estabelecer, obedecidos os parâmetros previstos no presente Estatuto e no PDI, para aprovação final da FUNDESJ;

estabelecer normas, critérios e áreas prioritárias para elaboração e aprovação de planos, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão;

VIII. acompanhar e avaliar as atividades de administração universitária, de ensino, de pesquisa e de extensão;

IX. aprovar os programas e projetos de pesquisa e de extensão, acompanhando a sua execução e avaliando os resultados;

X. promover e aprovar ações de intercâmbio do USJ com a comunidade, com instituições congêneres e com organismos nacionais e internacionais, que possam contribuir para o alcance dos seus objetivos;

XI. exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Fundação, pelo Regimento Geral e por resoluções, convênios e outros atos decorrentes de competência legal.

Parágrafo único – Somente será efetivada a abertura de novas turmas de cursos de graduação, tanto para novos cursos como para cursos já ofertados, nas seguintes condições:

Se houver, no mínimo, 40 (quarenta) alunos matriculados como ingressantes por curso, por semestre; ou

Havendo, no mínimo, 40 (quarenta) candidatos classificados no vestibular por curso e por semestre, e destes, 30 (trinta) matriculados, cabendo à FUNDESJ decidir sobre a oferta ou não desta circunstância.

Art. 33 – Compete ao Reitor do Centro Universitário Municipal de São José:

- I. representar o USJ, interna e externamente, ativa ou passivamente;
 - II. executar e fazer cumprir as diretrizes globais e as políticas da instituição, à luz da missão, dos valores e da visão estratégica;
 - III. administrar, coordenar, integrar, acompanhar e avaliar todas as atividades do USJ;
 - IV. encaminhar à FUNDESJ, convocação de abertura do processo de escolha do ocupante da função de Reitor do USJ, previsto neste Estatuto, com no mínimo dois meses de antecedência à realização do processo de escolha;
 - V. convocar e presidir o CONSUNI, cabendo-lhe o voto de qualidade;
- presidir os demais Órgãos Colegiados do USJ;
- VI. promover, em conjunto com o Vice-Reitor, a integração no planejamento, e a harmonização na execução das atividades do USJ;
 - VII. zelar pela fiel observância da legislação vigente, do Estatuto da Fundação, do Regimento Geral do USJ e dos demais atos normativos aplicáveis;
 - VIII. normatizar de forma complementar as atribuições e competências dos órgãos que integram a estrutura administrativa do USJ, observado o presente Estatuto, e a legislação vigente;
- recomendar ao CONSUNI, a criação e/ou a extinção e/ou a continuidade da oferta de cursos, cuja aprovação final caberá à FUNDESJ;
- baixar resoluções referentes às deliberações do CONSUNI e da Reitoria, submetendo à homologação do Superintendente da Fundação;
- IX. firmar convênios e acordos, quando de natureza acadêmica, em conjunto com o Superintendente da Fundação, sempre que implicar na necessidade de recursos financeiros, humanos e/ou materiais;
 - X. conferir grau aos diplomados pelo USJ, podendo delegar esta atribuição aos integrantes da Reitoria ou aos Coordenadores de Curso;
 - XI. assinar os diplomas e/ou Certificados dos Cursos Sequenciais de Formação Específica, de Graduação, de Pós-Graduação, bem como outros que a legislação venha a estabelecer;
 - XII. resolver, em regime de urgência, os casos omissos no Regimento Geral do Centro Universitário, mediante posterior aprovação da FUNDESJ;
- propor ao CONSUNI emendas ao Regimento Geral do USJ;
- XIII. instaurar processos administrativos e sindicâncias que envolvam a comunidade discente;
 - XIV. solicitar para a FUNDESJ a instauração de processos administrativos e sindicâncias que envolvam o quadro de pessoal;
- desempenhar outras atividades inerentes ao cargo de Reitor.

Art. 34 – O Reitor pode vetar decisões dos Colegiados do USJ, até 15 (quinze) dias após a publicação do ato.

§ 1º – Vetada uma decisão, o Reitor convoca o CONSUNI para dar conhecimento das razões do veto, em reunião que será realizada dentro de 15 (quinze) dias da publicação deste, para deliberar acerca da manutenção do veto.

§ 2º – A rejeição do veto pela maioria de 2/3 (dois terços) da totalidade de membros do CONSUNI importa em aprovação definitiva da decisão em exame.

Art. 35 – Ao Vice-Reitor Acadêmico e Administrativo, compete:

promover a integração das atividades acadêmicas de ensino de graduação, de pós-graduação, de pesquisa, de atualização e de extensão, coordenando-as e supervisionando-as;

tomar decisões, em conjunto com o Reitor, sobre assuntos de caráter didático-pedagógico, administrativo e financeiro, no âmbito do USJ;

promover, em conjunto com o Reitor, a integração no planejamento,

e a harmonização na execução das atividades do USJ;

zelar pela fiel observância da legislação vigente, do Estatuto da Fundação, do Regimento Geral do USJ e dos demais atos normativos a elas aplicados;

acompanhar e avaliar, em conjunto com o Reitor, as atividades de administração universitária, de ensino, de pesquisa e de extensão;

acompanhar e avaliar a elaboração e aprovação de planos, programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão;

substituir o Reitor nas suas ausências e impedimentos;

definir o cronograma docente para orientação de alunos;

estabelecer os programas e parâmetros para publicações de trabalhos científicos;

elaborar a proposta de calendário acadêmico, enviando-a para prévio parecer da FUNDESJ para adequações, e submetê-la à apreciação do CONSUNI;

executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Art. 36 – Ao Assessor Técnico de Graduação, compete:

assessorar, planejar e controlar as atividades acadêmicas de graduação do USJ;

auxiliar o Vice-Reitor Acadêmico e Administrativo no planejamento e no acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas desenvolvidas no USJ;

acompanhar as atividades prestadas pelos coordenadores de curso, e respectivos coordenadores de estágio;

executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Art. 37 – Ao Assessor Técnico de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, compete:

assessorar, planejar e controlar as atividades relativas à pesquisa, pós-graduação, cultura e extensão do USJ;

formular políticas que visem a implementação e o incremento de atividades relativas à pesquisa, pós-graduação e extensão do USJ

executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Art. 38 – Ao Assessor Técnico em Regulação de Ensino Superior, compete:

assessorar a Reitoria e à Vice-Reitoria quanto aos documentos institucionais relacionados aos processos de regulação e avaliação requisitados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e/ou Ministério da Educação (MEC);

analisar as demandas relativas ao cumprimento das exigências do MEC e do CEE, com vistas à previsão e cumprimento de prazos;

manter-se atualizado em relação às normas de regulação e supervisão aplicáveis aos níveis de ensino do USJ;

atuar como procurador do USJ nos sistemas utilizados pelos órgãos oficiais de regulação e supervisão, atualizando a base de dados com as informações solicitadas e atendendo aos prazos estabelecidos;

sugerir adequações aos Projetos Pedagógicos e Planos de Ensino em vigência, de modo a atualizá-los e adequá-los às diretrizes estabelecidas pelos órgãos oficiais e legislação vigente;

executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Parágrafo único – A aprovação de Projetos Pedagógicos, projetos acadêmicos, Planos de Ensino, normas de funcionamentos do Núcleo Docente Estruturante e da Comissão Própria de Avaliação, assim como quaisquer outros documentos ou órgãos colegiados exigidos pelas normas reguladoras, deverá ser sempre precedida de parecer desta assessoria, ficando vedada a deliberação de quaisquer documentos que não atendam às normas reguladoras da atividade educacional envolvida.

Art. 39 – Ao Coordenador de Secretaria Acadêmica, compete:

coordenar e organizar os serviços da secretaria acadêmica,

concentrando nela a escrituração do estabelecimento referente ao corpo discente;
manter a escrituração do estabelecimento, referente ao corpo discente, rigorosamente atualizada e conferida;
coordenar e expedir diplomas, certificados e títulos honoríficos
executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

Art. 40 – Às Coordenadorias de Curso, órgãos executivos setoriais do USJ, competem planejar e administrar todas as atividades relacionadas aos respectivos cursos de graduação, especialmente no que se refere a:

- I. elaborar, em cada período letivo, o plano de atividades do respectivo Curso;
- II. acompanhar, avaliar e aprovar os planos de ensino das disciplinas do respectivo curso, elaborados e/ou reformulados pelos respectivos professores que deverão observar fielmente as ementas e bibliografias previstas no Projeto Pedagógico em vigência;
- III. acompanhar, planejar e avaliar a distribuição de disciplinas e de estágios relacionados ao respectivo curso;
- IV. acompanhar e avaliar os indicadores de captação, de evasão e de distribuição do corpo docente do respectivo curso;
- V. realizar a programação e o planejamento das atividades de ensino, extensão, atualização e pesquisa e encaminhá-los à aprovação final pelo Reitor do USJ;
- VI. decidir sobre os assuntos de ordem didática, no âmbito do respectivo Curso;
- VII. levantar a necessidade de treinamento do seu pessoal docente, elaborando plano de atividades para supri-la, submetendo-o à apreciação do Reitor do USJ, após deliberação pelo Colegiado de Curso, e em caso de despesa financeira, o plano deve ser previamente submetido à FUNDESJ, para aprovação;
- VIII. orientar a biblioteca na aquisição de obras, mediante bibliografias aprovadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- IX. elaborar, anualmente, a relação de material didático-pedagógico necessário, a ser solicitado ao Reitor do USJ;
- X. planejar eventos de ensino, de promoção e de capacitação para os respectivos corpos docente e discente;
- XI. acompanhar, planejar e avaliar atividades de pesquisa, de iniciação científica e de extensão, relacionados ao respectivo curso;
- XII. acompanhar e fiscalizar a elaboração e entrega de relatórios relacionados ao respectivo curso;
- XIII. acompanhar e fiscalizar constantemente o lançamento das informações acadêmicas e de presença, bem como a entrega dos diários de classe de todos os professores do respectivo curso;
- XIV. convocar e presidir as reuniões do NDE e do Colegiado de Curso;
- XV. apresentar sugestões e planos de desenvolvimento do USJ, no âmbito de sua competência;
- XVI. realizar o levantamento das informações relativas à avaliação docente, com a apresentação de relatório de avaliação de desempenho docente individual, ao término de cada semestre;
- XVII. executar outras atribuições correlatas ou que lhe forem designadas.

SEÇÃO IX DO PROCESSO DE ESCOLHA DO REITOR

Art. 41 – O processo de escolha do Reitor será regulamentado através de ato próprio do Poder Executivo Municipal.

Art. 42 – Para assumir o cargo de Reitor, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

- I. pertencer ao quadro docente do USJ por mais de 03 (três) anos;
- II. não estar afastado, nem ter o contrato de trabalho suspenso, por período superior a 30 (trinta) dias, nos últimos 3 (três) anos;
- III. possuir experiência comprovada na administração dos serviços educacionais de ensino superior;
- IV. não possuir qualquer dos impedimentos mencionados no artigo

2º da Lei Municipal nº 5.327/2013;

V. não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade transitada em julgado ou qualquer condenação incompatível com o cargo pretendido;

VI. não possuir relação de parentesco considerado nepotismo, nos termos da Lei Municipal nº 4.315/2007 e suas alterações posteriores;

VII. não ter sido, nos últimos 5 (cinco) anos, penalizado mediante sanção administrativa relacionada ao exercício de qualquer função pública, no âmbito da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal;

VIII. declarar disponibilidade e dedicação integral ao cargo;

§ 1º– Por administração dos serviços educacionais de ensino superior, mencionado no inciso III, entende-se o exercício nos cargos ou funções de Reitor, Vice-reitor, Diretor de Instituição de Ensino, Coordenador de curso de graduação, Assessor de Graduação, ou cargos equivalentes exercidos em instituições de ensino superior;
§ 2º –A comprovação da experiência dar-se-á mediante apresentação do Currículo Lattes com seus respectivos documentos comprobatórios.

Art. 43– Para ser nomeado no cargo de Reitor, o docente deverá declarar não estar acumulando cargo, emprego ou função pública, de acordo com art. 37 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS

Art. 44 – O Quadro de Pessoal da FUNDESJ e suas mantidas é composto pelos servidores e empregados públicos nela devidamente lotados.

Parágrafo único –O regime jurídico do pessoal da Fundação e de suas entidades mantidas será definido na Legislação Municipal.

SEÇÃO I DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 45 – A carga horária de todos os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão da FUNDESJ e de suas mantidas obedecerão à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que o pagamento do vencimento mensal ficará condicionado ao devido registro de frequência laboral, quando esta for exigida para o cargo.

Art. 46 – A carga horária de todos os servidores do USJ, inclusive docentes, será de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º – Os docentes deverão registrar sua frequência através do controle de frequência eletrônico, e deverão ainda efetuar o registro formal de todas as atividades acadêmicas realizadas, até o primeiro dia útil do mês subsequente, o que inclui, dentre outras:

- I. o preenchimento do diário do professor, por meio físico e/ou no sistema acadêmico;
- II. a apresentação das atas das reuniões das quais participar;
- III. a apresentação dos relatórios de atividades, quando se tratar de extensão, orientação ou supervisão.

§ 2º –Considerando que se trata de instituição mantida com recursos públicos, o não preenchimento ou entrega, pelos docentes, dos registros de frequência e atividades mencionados no parágrafo anterior no prazo estabelecido, implicará em falta grave e poderá implicar na suspensão do pagamento dos salários.

Art. 47 – A atribuição de carga horária para os professores de ensino superior do USJ deverá observar àquela estabelecida no edital de sua respectiva contratação.

Art. 48 – Todo professor contratado em caráter permanente deverá

cumprir, em sala de aula, a carga horária mínima para a qual foi contratado, de acordo com o edital de sua respectiva contratação.

§ 1º – Caso a disciplina para a qual o professor foi contratado deixe de ser ofertada, o professor passará a ter prioridade na alocação de carga horária em outra disciplina, observando-se sua formação acadêmica e experiência profissional.

§ 2º – A recusa do professor em assumir disciplina dentro da sua área de conhecimento poderá caracterizar falta grave na forma da legislação em vigor.

§ 3º – Quando o professor for nomeado para exercer a função de Reitor ou de Vice-Reitor, deverá afastar-se da função docente, devendo cumprir sua carga horária integralmente junto à Reitoria, até o final do respectivo mandato.

Art. 49 – A ampliação de carga horária será sempre temporária, e somente poderá ser realizada mediante classificação em processo de ampliação de carga horária divulgado por meio de edital expedido para essa finalidade.

Parágrafo Único – O pagamento relativo à ampliação da carga horária será devido somente durante o semestre letivo especificado em edital e será imediatamente suspenso no término do mesmo.

Art. 50 – A carga horária máxima para os membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE, será de 1 (uma) hora semanal para o exercício dessa atribuição, sendo que o pagamento da hora ficará condicionado à apresentação mensal das atas das reuniões realizadas no mês.

Art. 51 – A carga horária máxima para os membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA será:

I. de 1 (uma) hora semanal para cada membro da CPA, excetuando-se o Presidente dessa comissão; e

II. de 4 (quatro) horas semanais para o docente que exerça a função de Presidente dessa comissão.

Parágrafo único – O pagamento das horas ficará condicionado à apresentação mensal das atas das reuniões e outras atividades relacionadas à função, realizadas no mês.

Art. 52 – A carga horária para orientação de estágio/TCC aos alunos de ensino superior será de 1 (uma) hora por semana para cada aluno orientado, limitada a 20 (vinte) orientandos por docente, sendo que o pagamento da hora ficará condicionado à apresentação mensal dos relatórios de orientação, e do registro de ponto eletrônico.

§ 1º – A carga horária definida no caput deverá ser efetivada mediante encontros presenciais do professor com o aluno, com o prévio agendamento na sede do USJ, sendo que 50% dessa carga poderá ser prestada utilizando-se a Plataforma Virtual de Aprendizagem como ferramenta de auxílio, a critério do professor.

§ 2º – Caso o aluno requeira o cancelamento ou trancamento de matrícula na disciplina atinente a estágio ou TCC ou, ainda, se for considerado reprovado por falta de frequência nessa disciplina, a carga horária atribuída ao docente referente àquele aluno deverá ser destinada a outras atividades docentes ou, não sendo isso possível, deverá ser suspensa.

Art. 53 – Para o exercício da atribuição de tutor na Plataforma Virtual de Aprendizagem, a carga horária semanal será de, no máximo, até 10 (dez) horas, sendo que o docente deverá disponibilizar horário fixo no período de funcionamento do USJ para atendimento a alunos e professores.

Art. 54 – Para o exercício da atribuição de orientação discente junto ao Serviço de Orientação e Atendimento ao Aluno – SOA, a carga horária máxima semanal será de 5 (cinco) horas para o docente responsável pela prestação desse serviço, sendo que o pagamento da hora ficará condicionado à apresentação de relatório mensal e da efetiva prestação do serviço.

Art. 55 – Para os Projetos de Extensão Universitária, Pós-Graduação

e Programas de Iniciação Científica, a carga horária máxima semanal será de 20 (vinte) horas semanais por Curso de Graduação ou de Pós-Graduação, sendo que o pagamento das horas ficará condicionado à apresentação mensal do relatório das atividades realizadas no mês.

Art. 56 – A carga horária para o Coordenador de Curso será de, no máximo, 20 (vinte) horas semanais para o exercício dessa atribuição, a qual deverá ser prestada de forma presencial, incluindo a disponibilização de horário fixo no período de funcionamento do USJ, para atendimento de alunos e professores.

Parágrafo único – A carga horária de trabalho dos Coordenadores de Curso dar-se-á em conformidade com a quantidade de alunos matriculados no respectivo curso sob sua coordenação, devendo ser respeitada a seguinte distribuição:

I. Para cursos contendo de 50 a 100 alunos, o respectivo coordenador deverá prestar uma carga horária de 10 horas semanais para o exercício dessa atribuição, a qual deverá ser cumprida de forma presencial, incluindo a disponibilização de horário fixo no período de funcionamento do USJ, para atendimento de alunos e professores;

II. Para cursos contendo de 101 a 200 alunos, o respectivo coordenador deverá prestar uma carga horária de 15 horas semanais para o exercício dessa atribuição, a qual deverá ser cumprida de forma presencial, incluindo a disponibilização de horário fixo no período de funcionamento do USJ, para atendimento de alunos e professores;

III. Para cursos contendo acima de 200 alunos, o respectivo coordenador deverá prestar uma carga horária de 20 horas semanais para o exercício dessa atribuição, a qual deverá ser cumprida de forma presencial, incluindo a disponibilização de horário fixo no período de funcionamento do USJ, para atendimento de alunos e professores.

Parágrafo único – Os cursos com menos de 50 alunos matriculados terão a sua coordenação atribuída a um coordenador de outro curso de área afim.

Art. 57 – Para o exercício da atribuição de Coordenação de Estágio/TCC do Curso de Pedagogia, o que inclui, dentre outras atribuições fixadas nas normas internas, o acompanhamento de discentes e docentes em todas as questões relativas a Estágio/TCC e apoio ao Coordenador de Curso em todas as suas atribuições, fica autorizada a atribuição de até 20 (vinte) horas semanais, para um único docente.

§ 1º – O estágio curricular supervisionado do Curso de Pedagogia terá como supervisor um docente vinculado a este curso que poderá assumir, no máximo, dois grupos de estágio com até dez alunos cada.

§ 2º – A função de Coordenação de Estágio/TCC do Curso de Pedagogia se destina à articulação das condições que favoreçam aos discentes a aprendizagem profissional dos conteúdos formativos, supervisionando, no local, a realização dessas atividades.

§ 3º – O Coordenador de Estágio/TCC do Curso de Pedagogia deverá executar as atribuições correlatas a sua função, ou aquelas que lhe forem atribuídas pelo Coordenador do Curso de Pedagogia.

§ 4º – O exercício da função de Coordenação de Estágio/TCC do Curso de Pedagogia deverá ser prestado de forma presencial, incluindo a disponibilização de horário fixo no período de funcionamento do USJ, para atendimento a alunos e professores.

Art. 58 – Para o exercício da atribuição de Coordenação Geral de Estágio/TCC, que ficará encarregado de, dentre outras atribuições fixadas nas normas internas, acompanhar os discentes e docentes dos demais Cursos de Graduação ofertados pelo USJ, exceto de Pedagogia, em todas as suas atribuições, fica autorizada a atribuição de até 20 (vinte) horas semanais, para um único docente.

§ 1º – O exercício da função de Coordenação Geral de Estágio/TCC deverá ser prestado de forma presencial, incluindo a disponibilização de horário fixo no período de funcionamento do USJ, para atendimento a alunos e professores.

§ 2º – O Coordenador Geral de Estágio/TCC deverá executar as atribuições correlatas a sua função, ou aquelas que lhe forem

atribuídas pelo Coordenador do respectivo Curso de Graduação.

Art. 59 – Os funcionários técnico-administrativos ficarão sujeitos à jornada de trabalho estabelecida em seu Contrato de Trabalho, em conformidade com a legislação trabalhista em vigor, sendo que o pagamento do salário mensal ficará condicionado ao devido registro de frequência laboral.

SEÇÃO II

DOS DEVERES DO CORPO DOCENTE

Art. 60 – São deveres do corpo docente, composto pelo corpo permanente e temporário:

- I. aplicar a máxima diligência no exercício das atividades educacionais de que esteja incumbido, obrigando-se a um desenvolvimento constante da qualidade do processo de ensino a seu cargo;
- II. qualificar-se, permanentemente, em busca de uma formação científica e técnica que lhe assegure condições efetivas de contribuir para a boa formação do acadêmico;
- III. submeter, a cada semestre letivo, o plano de aulas da sua disciplina ao Coordenador de Curso;
- IV. ministrar aulas, cumprindo rigorosamente os horários estabelecidos, registrando os conteúdos lecionados e anotando a frequência dos acadêmicos na forma regimental;
- V. responder pela ordem na sala de aula, laboratórios e demais locais destinados às atividades acadêmicas e pelo bom uso e conservação do material utilizado;
- VI. orientar os trabalhos acadêmicos e quaisquer atividades extra-curriculares relacionados à sua disciplina;
- VII. cumprir e fazer cumprir as disposições regimentais, em especial as referentes ao calendário acadêmico e à verificação do desempenho acadêmico;
- VIII. entregar os diários de classe devidamente anotados e preenchidos e efetuar o registro no sistema acadêmico disponibilizado, observando, rigorosamente, os prazos e conteúdos estabelecidos, sob pena de advertência e responsabilização pelos prejuízos causados aos acadêmicos e à Instituição;
- IX. comparecer, de forma prioritária, às reuniões dos Conselhos da Instituição de que participe;
- X. realizar ou promover pesquisas, estudos e publicações;
- XI. participar, salvo impedimento legal ou regimental, de comissões julgadoras, revisoras e de outras para as quais for designado;
- XII. manter o respeito à ética na pesquisa e na produção científica;
- XIII. zelar pelo patrimônio moral, físico e de produção intelectual da Instituição e seus prepostos; e
- XIV. cumprir outras obrigações que decorram do exercício da sua função e responsabilidade, ou quando for convocado pelas autoridades constituídas.

Parágrafo Único –É obrigatória a frequência do professor às atividades de sua atribuição, bem como a execução integral dos programas de Ensino.

SEÇÃO III

DA DISCIPLINA

Art. 61 – Os servidores comissionados, os membros do corpo docente, do corpo técnico-administrativo e do corpo discente deverão contribuir para a ordem, o respeito, os bons costumes, a disciplina e os preceitos morais em todas as dependências da FUNDESJ e de suas mantidas.

Art. 62 – Sem prejuízo das disposições legais, constituem infrações à disciplina, dentre outras que vierem a ser fixadas nos Regimentos das mantidas:

- I. apresentar comportamentos e atitudes incompatíveis com a dignidade da vida institucional;
- II. praticar abuso, negligência e omissão no exercício de funções;
- III. cometer ato de desrespeito, desobediência, desacato ou que, de qualquer forma, importe em indisciplina;
- IV. portar ou fazer uso indevido de substâncias entorpecentes, bebidas alcoólicas e/ou psicotrópicos, sem autorização legal, no local

de trabalho;

V. recorrer ou propiciar o uso de meios fraudulentos na produção de documentos oficiais ou de controle (relatórios, atas, listas de frequência, assinaturas, projetos, e outros), com ou sem propósito de lograr promoção ou privilégio, próprio ou de terceiros;

VI. praticar atos definidos como infração pelas leis penais, tais como calúnia, injúria, difamação, assédio moral, bullying, rixa, lesão corporal, dano, desacato, jogos de azar e atos similares;

VII. promover algazarra ou distúrbio, no ambiente de trabalho;

VIII. praticar manifestações, propaganda ou atos de discriminação religiosa e/ou racial, de incitamento ou de apoio à ausência do trabalho;

IX. utilizar tecnologia da informação para invadir sistemas computacionais;

X. agredir, física e/ou verbalmente, colegas de trabalho, discentes, ou superiores, inclusive através de meios eletrônicos e redes sociais;

XI. atentar contra o decoro e os bons costumes, comprometendo a imagem de pessoas ou de órgãos da instituição;

XII. desrespeitar o exercício das condições pedagógicas, científicas e administrativas;

XIII. desrespeitar a integridade física e moral de cada membro da comunidade acadêmica envolvida no convívio educacional, inclusive em redes sociais, mesmo que em situação não vinculada às atividades acadêmicas;

XIV. adotar atitudes que atentem contra a preservação do patrimônio moral, científico, cultural e material da Instituição; e

XV. deixar de observar as normas internas, regimento, regulamento, portarias, resoluções, entre outras.

Art. 63 - As infrações definidas no artigo anterior, quando praticadas pelo corpo docente e técnico administrativo, incorrem nas seguintes sanções disciplinares, independentemente da ordem, conforme a gravidade da falta cometida:

I - advertência verbal;

II - advertência escrita;

III - suspensão;

IV - dispensa (desligamento).

§ 1º – Advertência Verbal: nos casos de desrespeito às normas disciplinares constantes deste Estatuto, de Regimentos Internos, Regulamentos ou de outras normas internas, qualquer que seja a modalidade e reconhecida a sua mínima gravidade e, ainda, por desrespeito ou desobediência às autoridades da instituição, superiores, servidores comissionados ou com função gratificada, ou a qualquer membro dos corpos docente ou técnico-administrativo.

§ 2º – Advertência Escrita: nos casos de reincidência das práticas previstas no parágrafo anterior, ou sempre que ficar configurado um deliberado procedimento de indisciplina, reconhecido como de média gravidade e, ainda, por ofensa ou agressão a outrem, ou pela prática de atos incompatíveis com a moralidade ou dignidade da vida humana.

§ 3º – Suspensão: nos casos de reincidência em infração já punida com advertência escrita, ou sempre que a transgressão da ordem se revestir de maior gravidade, sendo casos de suspensão também:

I. atos de agressão física e ou verbal em face de outrem;

II. ofensa moral às autoridades, a servidores comissionados, a membros dos corpos docente, discente ou técnico-administrativo;

III. danificação do patrimônio da Administração Pública Municipal, em especial da FUNDESJ e de suas mantidas, caso em que, além da penalidade, ficará obrigado a reparar o dano;

IV. prática de atos de improbidade na execução de trabalhos e/ou nas dependências da Administração Pública Municipal, em especial da FUNDESJ e de suas mantidas;

V. desobediência no exercício regular de suas funções;

VI. calúnia, injúria ou difamação de autoridades, superiores, membros dos corpos docente, discente, comissionado ou técnico-administrativo, membros da comunidade universitária ou usuários dos serviços e visitantes;

VII. retirada, sem permissão da autoridade competente, de objeto

ou documento da Administração Pública Municipal, em especial da FUNDESJ e de suas mantidas;

VIII. prática de insubordinação grave;

IX. apresentação sob efeito de qualquer substância que possa provocar distúrbio comportamental durante o período de exercício laboral ou nas atividades desenvolvidas no local de trabalho;

X. porte de substância tóxica, sem autorização legal;

XI. portar, de forma ilegal, no local de trabalho, arma de fogo ou artefatos que possam ferir pessoas;

XII. falsificação de documentos para obter vantagem pessoal ou de outrem;

XIII. extrema ameaça ao pudor.

§ 4º – A penalidade de dispensa (desligamento) será aplicada em conformidade com a legislação vigente.

§ 5º – O termo de aplicação de penalidade disciplinar constará da pasta funcional do infrator.

§ 6º – As sanções referidas neste artigo não isentarão o infrator da responsabilidade criminal ou civil em que haja incorrido.

Art. 64 – A competência para reconhecer a infração é determinada:

I. em razão da autoridade contra quem for cometida;

II. em razão da jurisdição a que estiver sujeito o infrator;

III. em razão do lugar onde se verificar a infração.

Parágrafo único – Na aplicação das sanções disciplinares previstas neste artigo, são considerados obrigatoriamente, os seguintes elementos:

I – a existência de culpa ou dolo na conduta do infrator, e seu grau de intensidade;

II – o valor e a utilidade dos bens atingidos;

III – primariedade ou grau de reincidência do autor.

Art. 65 – A aplicação de sanção disciplinar a membro dos corpos docente e/ou técnico-administrativo, que implique em suspensão ou desligamento, sempre será precedida de processo disciplinar instaurado por comissão composta de 03 (três) membros designados pelo Superintendente da FUNDESJ, ou autoridade por ele designado, por meio de portaria, que assegure amplo direito de defesa e contraditório ao indiciado.

Parágrafo único – O procedimento mencionado neste artigo será presidido por um membro da comissão anteriormente especificada, especialmente designado pelo Superintendente da FUNDESJ, ou autoridade por ele designado, que efetuará as diligências necessárias e citará o indiciado para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, apresentar sua defesa prévia por escrito.

Art. 66 – Apresentada a defesa prévia, a comissão deverá instaurar a fase de instrução processual, na qual serão produzidas as provas que se julgar necessárias para a averiguação acerca do efetivo cometimento de infração administrativa.

Art. 67 – Encerrada a fase de instrução, o indiciado será notificado para apresentar sua defesa final, por memoriais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 68 – Apresentada a defesa final, a comissão elaborará parecer dentro de até 3 (três) dias úteis e, caso exista mais de um indiciado, dentro de até 5 (cinco) dias úteis, especificando, em relatório circunstanciado, a infração cometida, a autoria e as razões do seu convencimento.

Art. 69 – Recebido o processo disciplinar, o Superintendente da FUNDESJ, ou autoridade por ele designado, proferirá decisão fundamentada, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

Art. 70 – Dos atos que imponham penas disciplinares, cabe recurso, em instância final, ao Chefe do poder Executivo Municipal, que decidirá após parecer da Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo único – O recurso será interposto pelo interessado, em petição devidamente fundamentada, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da ciência da decisão pelo recorrente, sob pena de não conhecimento, por intempestividade.

Art. 71 – Quando a infração se revestir da figura tipificada como crime, contravenção penal, ou ato de improbidade, deverá ser remetida cópia do procedimento às autoridades competentes para as respectivas investigações e demais providências que o caso requer.

Art. 72 – Comprovada a existência de dano patrimonial de quaisquer órgãos da Administração Pública, o autor do ato danoso fica obrigado, desde logo, a ressarcir os danos, independentemente das sanções disciplinares e criminais cabíveis.

Art. 73 – Aplicam-se, de modo subsidiário, as normas procedimentais pertinentes a processo administrativo disciplinar aplicáveis aos demais servidores públicos da Administração Pública Municipal de São José.

Art. 74 – As sanções aplicáveis ao corpo discente serão definidas no Regimento Geral das entidades mantidas.

CAPÍTULO VIII

DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Art. 75 – O presente Estatuto só poderá ser alterado por Decreto do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO IX

DA CESSÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS PARA A FUNDAÇÃO

Art. 76 – Fica autorizada a cessão temporária de servidores efetivos do quadro da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de São José, para trabalharem à disposição nesta Fundação, desde que haja interesse expresso da FUNDESJ.

Art. 77 – A cessão temporária de que trata o artigo anterior deverá ser requerida pelo Superintendente da FUNDESJ e autorizada pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 78 – A duração do mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 79 – Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de seus mandatos, não perceberão qualquer remuneração específica referente a essa função.

Art. 80 – O período de usufruto de férias anuais será de 30 (trinta) dias correspondentes a cada período aquisitivo de doze meses.

Art. 81 – Não será concedida licença sem remuneração aos docentes e aos membros do corpo técnico-administrativo, sob qualquer hipótese.

Art. 82 – Quaisquer regimentos ou regulamentos das entidades mantidas deverão obedecer às regras previstas neste Estatuto e na legislação vigente.

§ 1º – O USJ deverá providenciar a adequação de seu Regimento Geral no prazo de 90 (noventa) dias contados do início da vigência do presente estatuto.

§ 2º – Deverá ser providenciada a adequação da composição dos membros do CONSUNI à forma estabelecida no presente estatuto no prazo de 90 (noventa) dias, devendo a nova composição tratar da revisão do Regimento Geral.

§ 3º – As disposições deste Estatuto aplicam-se inclusive para o mandato do Reitor nomeado para o exercício do cargo no biênio 2018/2019.

Art. 83 – Considerando que as entidades mantidas devem observar os princípios que regem a Administração Pública, especialmente quanto à eficiência e moralidade na aplicação de recursos públicos, fica vedada a renovação de matrícula de alunos que reprovem mais de uma vez, consecutivamente ou não, na mesma disciplina por frequência insuficiente, ante a manifesta desídia.

Art. 84– Os casos omissos serão resolvidos pelo Superintendente da Fundação, submetidos à apreciação do Prefeito Municipal.

Art. 85– Este Estatuto entra em vigor após a publicação de decreto de homologação, expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 86 – Revogam-se as disposições em contrário.

São José, 07 de fevereiro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANA CRISTINA DA SILVA HOFFMANN

Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

DECRETO Nº 9593/2018

Publicação Nº 1529429

DECRETO Nº 9593/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 529.513,32 (quinhentos e vinte e nove mil, quinhentos e treze reais e trinta e dois centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.2.023 – Manutenção das Vias Urbanas

705 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 529.513,32
Total desta Atividade
... R\$ 529.513,32
Total do Órgão
.. R\$ 529.513,32
Total do Crédito Adicional Suplementar
R\$ 529.513,32

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 529.513,32 (quinhentos e vinte e nove mil, quinhentos e treze reais e trinta e dois centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.040 – Aquisição de Equipamentos Rodoviários

657 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios
..... R\$ 100.000,00
Total desta Atividade

..... R\$ 100.000,00

14.01.15.451.0106.1.150 – Construção, Recuperação e Manutenção de Canais, Galerias e Macro Drenagem

673 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios
..... R\$ 100.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 100.000,00

14.01.15.452.0106.2.020 – Manutenção do Serviço de Limpeza Pública

752 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios
..... R\$ 229.513,32
Total desta Atividade
..... R\$ 229.513,32

14.01.15.451.0106.2.217 – Implantação, Manutenção e Conservação de Praças, Parques e Jardins

725 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios
..... R\$ 100.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 100.000,00
Total do Órgão
.. R\$ 529.513,32
Total da Anulação
. R\$ 529.513,32

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de fevereiro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 9594/2018

Publicação Nº 1529427

DECRETO Nº 9594/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 32 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 569.332,56 (quinhentos e sessenta e nove mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1591 – 3.3.90.92.00.00.0138 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos do SUS - União R\$ 153.680,81
Total desta Atividade R\$ 153.680,81

25.01.10.302.0102.2.539 – Ações de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU

1593 – 3.3.90.92.00.00.0138 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos do SUS - União R\$ 42.916,05
Total desta Atividade R\$ 42.916,05

25.01.10.303.0102.2.541 – Ações da Assistência Farmacêutica

1594 – 3.3.90.92.00.00.0082 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos Ordinários – Saúde R\$ 22.510,00
Total desta Atividade R\$ 22.510,00

25.01.10.304.0102.2.542 – Ações de Vigilância Sanitária

1592 – 3.3.90.92.00.00.0138 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos do SUS - União R\$ 14.676,70
995 – 3.3.90.39.00.00.0042 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos da Vigilância Sanitária R\$ 107.125,00
Total desta Atividade R\$ 121.801,70

25.01.10.305.0102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

1590 – 3.3.90.92.00.00.0138 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos do SUS - União R\$ 22.183,00
Total desta Atividade R\$ 22.183,00

25.01.10.122.0102.2.545 – Administração Geral da Saúde

1589 – 3.3.90.92.00.00.0082 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos Ordinários – Saúde R\$ 206.241,00
Total desta Atividade R\$ 206.241,00
Total do Órgão R\$ 569.332,56
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 569.332,56

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento parcial ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 462.207,56 (quatrocentos e sessenta e dois mil, duzentos e sete reais e cinquenta e seis centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.303.0102.2.541 – Ações da Assistência Farmacêutica

984 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 228.571,00
985 – 3.3.90.32.00.00.0138 – Material de Distribuição Gratuita, Recursos do SUS - União R\$ 100.000,02
Total desta Atividade R\$ 328.571,02

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

930 – 3.3.90.36.00.00.0138 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Recursos do SUS - União R\$ 40.026,54
Total desta Atividade R\$ 40.026,54

25.01.10.305.0102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

1004 – 3.3.90.30.00.00.0138 – Material de Consumo, Recursos do SUS - União R\$ 93.430,00
Total desta Atividade R\$ 93.430,00
Total do Órgão R\$ 462.207,56
Total da Anulação R\$ 462.207,56

Art. 3º Os recursos na ordem de R\$ 107.125,00 (cento e sete mil, cento e vinte e cinco reais) necessários para atendimento complementar ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos da Vigilância Sanitária, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017, consignado no Orçamento vigente com o código 42.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de fevereiro de 2018.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 9595/2018

Publicação Nº 1529426

DECRETO Nº 9595/2018
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 32 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ R\$ 17.799,00 (dezessete mil, setecentos e noventa e nove reais), criando, no Orçamento do Município de São José, novas Classificações Orçamentárias, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 2.440,00
Total desta Atividade R\$ 2.440,00

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 3.789,00
Total desta Atividade R\$ 3.789,00

25.01.10.305.0102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

4.4.90.52.00.00.0138 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do SUS - União R\$ 3.650,00
Total desta Atividade R\$ 3.650,00

25.01.10.305.0102.2.544 – Ações de DST/AIDS/HEPATITES VI-
RAIS

3.3.90.30.00.00.0082 – Material de Consumo,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 5.000,00

3.3.90.92.00.00.0138 – Despesas de Exercícios Anteriores,
Recursos do SUS - União R\$ 2.920,00
Total desta Atividade R\$ 7.920,00
Total do Órgão R\$ 17.799,00
Total do Crédito Adicional Especial R\$ 17.799,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 17.799,00 (dezessete mil, setecentos e noventa e nove reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.303.0102.2.541 – Ações da Assistência Farmacêutica

984 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 11.229,00
Total desta Atividade R\$ 11.229,00

25.01.10.305.0102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

1004 – 3.3.90.30.00.00.0138 – Material de Consumo,
Recursos do SUS - União R\$ 6.570,00
Total desta Atividade R\$ 6.570,00
Total do Órgão R\$ 17.799,00
Total da Anulação R\$ 17.799,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de fevereiro de 2018.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 9596/2018

Publicação Nº 1529424

DECRETO Nº 9596/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.452.0106.2.020 – Manutenção do Serviço de Limpeza Pública

750 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 250.000,00
Total desta Atividade R\$ 250.000,00
Total do Órgão R\$ 250.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 250.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.138 – Revitalização e Humanização de Áreas Públicas

670 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 50.000,00
Total desta Atividade R\$ 50.000,00

14.01.15.451.0106.1.540 – Pavimentação de Ruas

687 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$ 100.000,00

Total desta Atividade
..... R\$ 100.000,00

14.01.15.451.0106.2.022 – Construção e Conservação de Estradas
Vicinais, Pontes e
Pontilhões
703 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Jurídica,
Recursos Próprios
..... R\$ 50.000,00
704 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
Recursos Próprios
..... R\$ 50.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 100.000,00
Total do Órgão
.. R\$ 250.000,00
Total da Anulação
. R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de fevereiro de 2018.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 9598/2018

Publicação Nº 1529399

DECRETO Nº 9598/2018

TORNA SEM EFEITO O DECRETO Nº 9457/2017 QUE NOMEIA SER-
VIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA AD-
MINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que
lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,
e;

CONSIDERANDO o decurso do prazo para posse da candidata Fran-
cine Vilma de Oliveira aprovada no concurso público realizado em
conformidade com o Edital nº 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 9457/2017 de 08 de janeiro
de 2018, que nomeia servidor para ocupar cargo de provimento
efetivo, referente à nomeação da candidata FRANCINE VILMA DE
OLIVEIRA, Cirurgião Dentista, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
retroagindo seus efeitos a 10 de janeiro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de fevereiro de 2018.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 9599/2018

Publicação Nº 1529396

DECRETO Nº 9599/2018
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFE-
TIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que
lhe confere o artigo 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público

referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. JULIANA CRISTINA PORTO para ocu-
par o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, com a car-
ga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de fevereiro de 2018.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1529430

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições, e com
fulcro na Lei Municipal nº 5.446/14 e, em atendimento ao que dis-
põe a Lei Complementar nº 101/00 - LRF, faz saber a quem interes-
sar possa, especialmente aos cidadãos Josefenses maiores de 16
(dezesesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública para
Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais referentes
ao 3º quadrimestre de 2017, no seguinte local, data e horário:

Local: Plenário da Câmara de Vereadores
Praça Arnaldo Souza, 38 - Centro - São José - SC
Data: 28 de fevereiro de 2018
Horário: 10:00 horas da manhã

Ficam todos devidamente convocados a participarem desta audi-
ência.

São José (SC), 15 de fevereiro de 2018.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 020/2018

Publicação Nº 1529423

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 020/2018

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-
se o autuado em local incerto e não sabido, em Processo Admi-
nistrativo nº 14340/2012, instaurado para apuração de infração
ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desen-
volvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº,
loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE
o autuado ASSISN GEOVAN PELENTIR, inscrito no CPF sob o nº
025.324.819-19, para que tome conhecimento da Decisão Admi-
nistrativa prolatada no referido Processo Administrativo Ambiental,
qual seja:

“ante o exposto, sugiro o julgamento de improcedência do Autos
de infração nº 020985, vez que a atividade reportada na descrição
da Infração é exercida por pessoa diversa daquela que foi autuada
e lavrado o auto sob análise.”

Salienta-se que da referida decisão cabe defesa administrativa, no
prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência desta, conforme pre-
ceitua o artigo 113, do Decreto Federal 6.514/228.

São José, 19 de fevereiro de 2018.
FERNANDA VIEIRA DINIZ FARIAS
Superintendente da FMADS/SJ
Decreto Municipal n.º 6214/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2017

Publicação Nº 1528362

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2017 – Processo nº 813/2017 – Proc. Adm. 11343/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA EQUIPAR O CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEU – NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ /SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 21 de fevereiro de 2018 às 18h00min até dia 05 de março de 2018, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 05 de março de 2018. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RETIFICAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 021/2017

Publicação Nº 1528978

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 021/2017 - Proc. Adm. 8252/2017. Objeto: HABILITAÇÃO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA EM

ANATOMIA PATOLÓGICA GERAL E EXAMES CITOPATOLÓGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC E DEMAIS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA A SEREM PACTUADOS. Entrega dos envelopes: A partir da Publicação até 31/08/2018, no setor de compras da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://www.pmsj.sc.gov.br/>.

TERMO ADITIVO/TA Nº 128/2016-01

Publicação Nº 1528919

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 128/2016-01 – PR 126/2016 - Processo 486/2016 – Processo adm. 11031/2017 – Contratado: LAUDECI FELISBINO ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E INSTALAÇÃO NAS MÁQUINAS DE AR-CONDICIONADO PERTENCENTES ÀS UNIDADES E SETORES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no presente Processo, fica prorrogado o prazo do Contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar do dia posterior ao término da vigência, sendo a partir 22/11/2017.. Data da assinatura: 22 de novembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE ARQUIVAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 12/2017**

Publicação Nº 1528455

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE ARQUIVAMENTO DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 12/2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 149/2017

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E ÁLCOOL), DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, CONFORME O QUADRO DE QUANTIDADES (ANEXO I) E CUSTOS E O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II).

A Pregoeira comunica aos interessados que o Presidente da Câmara Municipal de São José no uso das atribuições que lhes são conferidas, especialmente sob a dicção da Lei n.º 10.520/2002, Resolução CMSJ n.º 417/2017, e a Lei de Licitações e Contratos n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, fundamentado nos fatos narrados pela Pregoeira e equipe de apoio, segundo consta das atas das sessões públicas realizadas em 22 de dezembro de 2017 e 11 de janeiro de 2018, que instruem os autos do Processo Administrativo n.º 149/2017, determinou o ARQUIVAMENTO do Pregão Presencial n.º 12/2017, relativamente ao item 01 – Gasolina Comum e o item 02 – Etanol, por ter restado fracassada a licitação para ambos os itens.

São José/SC, 09 de fevereiro de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
Pregoeira

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1529454

**Câmara de Vereadores de São José**

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DESPESA COM PESSOAL****ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro/2017 a Dezembro/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.361.842,36	331.084,50
Pessoal ativo	10.923.283,25	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	196.153,89	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	242.405,22	331.084,50
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.361.842,36	331.084,50

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	566.913.090,31	---
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	566.913.090,31	100,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	11.692.926,86	2,06
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00%	34.014.785,42	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	32.314.046,15	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	30.613.306,88	5,40

FONTE: Sistema e-Pública (1463-8426-626). Unidade Responsável: Câmara Municipal de Vereadores. Data da emissão: 20/02/2018 e hora de emissão: 18:37.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO
ORDENADOR DA DESPESA

WILMAR HINCKEL
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRC/SC-10613

ROBERVAL ROGÉRIO WAN-DALL
DIRETOR FINANCEIRO

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 014/2018/SF

Publicação Nº 1528690

DECRETO Nº. 014/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.695/2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no orçamento geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$ 620.239,39 (Seiscentos e Vinte Mil, Duzentos e Trinta e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos), para as verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

18.03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

1.074 CONSTRUIR NOVO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS

"____"4.4.90.51.0.00.0.1.0701 Obras e Instalações

..... 620.239,39

Art. 2º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos vinculados oriundos do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 620.239,39 (Seiscentos e Vinte Mil, Duzentos e Trinta e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos), fonte Nº0.1.0701, relativos ao seguinte Convênio com o Fundo Social:

ORIGEM	Nº CONVÊNIO	R\$
Estado/Fundo Social	Nº2014TR001184	620.239,39
	TOTAL	620.239,39

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 015/2018/SF

Publicação Nº 1528707

DECRETO Nº. 015/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.696/2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no orçamento geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$ 28.091,27 (vinte e oito mil, noventa e um reais e vinte e sete centavos), para as verbas a seguir discriminadas:

10.03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS.

"124"4.4.90.00.0.00.0.1.0024 Aplicações Diretas

..... 28.091,27

Art. 2º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos vinculados oriundos do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 28.091,27 (vinte e oito mil, noventa e um reais e vinte e sete centavos), fonte Nº 0.1.0024, relativos aos

seguintes Convênios/Contratos de Repasse:

ORIGEM	Nº CONTRATO DE REPASSE	R\$
Ministério das Cidades	Contrato Nº1015714-75/2014	28.091,27
	TOTAL	28.091,27

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 016/2018/SF

Publicação Nº 1528706

DECRETO Nº. 016/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.697/2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$16.676,40 (dezesesseis mil, seiscentos e setenta e seis reais e quarenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SEMAE

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO

"197"3.3.93.00.00.00.1.0000 Aplicação Direta R\$16.676,40

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior fica reduzido o valor de R\$16.676,40 (dezesesseis mil, seiscentos e setenta e seis reais e quarenta centavos) da seguinte verba:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SEMAE

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO

"139"3.3.90.00.00.00.1.0000 Aplicação Direta R\$16.676,40

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6182/2018

Publicação Nº 1528722

DECRETO Nº 6.182, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE O REMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o REMEMBRAMENTO DA PARTE OESTE DO LOTE URBANO Nº303(trezentos e três), com área de 609,18m2(-seiscentos e nove metros e dezoito decímetros quadrados), sem acessões, situado na Avenida Rio Grande do Sul, no Município de São José do Cedro, Santa Catarina, de propriedade de RUI NIEDERMAIER CPF 423.084.029-20 e MARILEI LURDES KUHN NIEDERMAIER CPF 950.833.409-68, sob matrícula nº7.507, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro/SC, e DA PARTE LESTE DO LOTE URBANO Nº303(trezentos e três), com área de 408,82m2(quatrocentos e oito metros e oitenta e dois decímetros quadrados), sem acessões, situado na Avenida Rio Grande do Sul, no Município de São José do Cedro, Santa Catarina, propriedade de RUI NIEDERMAIER CPF 423.084.029-20 e MARILEI LURDES KUHN NIEDERMAIER CPF 950.833.409-68, sob matrícula nº7.508, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro/SC, onde a fusão dos dois irá formar um único lote urbano, com as dimensões e confrontações a seguir:

IMÓVEL PRIMITIVO 01 – MATRÍCULA Nº 7507:

PARTE OESTE DO LOTE URBANO Nº303(trezentos e três), com área de 609,18m2(seiscentos e nove metros e dezoito decímetros quadrados), sem acessões, situado na Avenida Rio Grande do Sul, no Município de São José do Cedro, Santa Catarina, confrontando: ao NORTE, com a Avenida Rio Grande do Sul, por linha seca, medindo 14,65 metros; ao OESTE, com o lote urbano nº302, por linha seca, medindo 40,00 metros; ao SUL, com parte do lote urbano nº301, por linha seca, medindo 22,70 metros; ao LESTE, com a fração Leste do Lote urbano nº303; por linha seca, medindo 12,88 metros; e novamente ao NORTE, com a fração Leste do Lote urbano nº303, por linha seca, medindo 2,20 metros; e ao LESTE, com a fração Leste do Lote urbano nº303, por linha seca, medindo 20,20 metros.

IMÓVEL PRIMITIVO 02 – MATRÍCULA Nº7508:

PARTE LESTE DO LOTE URBANO Nº303(trezentos e três), com área de 408,82m2(quatrocentos e oito metros e oitenta e dois decímetros quadrados), sem acessões, situado na Avenida Rio Grande do Sul, no Município de São José do Cedro, Santa Catarina, confrontando: ao NORTE, com a Avenida Rio Grande do Sul, por linha seca, medindo 14,65 metros; ao OESTE, com a fração Oeste do Lote urbano nº303, por linha seca, medindo 20,20 metros; ao SUL, com a fração Oeste do Lote urbano nº303, por linha seca, medindo 2,20 metros; novamente ao OESTE, com a fração Oeste do Lote urbano nº303, por linha seca, medindo 12,88 metros; ao SUL, com parte do lote urbano nº 301, por linha seca, medindo 8,50 metros; ao LESTE, com o lote urbano nº 304, por linha seca, medindo 29,50 metros.

ÁREA REMEMBRADA : DESCRIÇÃO DO IMÓVEL APÓS A FUSÃO LOTE URBANO Nº303(trezentos e três), com área de 1.018,00m2(um mil e dezoito metros quadrados), sem acessões, situado na Avenida Rio Grande do Sul, no Município de São José do Cedro, Santa

Catarina, confrontando: ao NORTE, com a Avenida Rio Grande do Sul, medindo 29,30 metros; OESTE, com o lote urbano nº302, por linha seca, medindo 40,00 metros; ao SUL, com parte do lote urbano nº 301, por linha seca, medindo 31,20 metros; e ao LESTE, com o lote urbano nº 304, por linha seca, medindo 29,50 metros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 19 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6183/2018

Publicação Nº 1528728

DECRETO Nº 6.183, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso I, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADO, a pedido, a partir de 19 de fevereiro de 2018, o servidor público municipal GILNEI VILLE, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 3250, vagando o cargo que ocupa.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6184/2018

Publicação Nº 1528734

DECRETO Nº 6.184, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, STEFANY EDUARDA FRANCISCHINI CRISTOFOLI, para exercer o cargo de MONITOR DE CRECHE, carga horária de 120 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, classificada em 25º lugar, média final 6,70, a partir de 19 de fevereiro de 2018, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6185/2018

Publicação Nº 1528736

DECRETO Nº 6.185, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADO como servidor público municipal, VINICIUS ESTREICH, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 176 horas mensais, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2.020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, classificado em 13º lugar, com média final 6,31, a partir de 19 de fevereiro de 2018, com os vencimentos e atribuições previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6186/2018

Publicação Nº 1528739

DECRETO Nº 6.186, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

"NOMEIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei Municipal nº 4.211, de 28 de fevereiro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de São José do Cedro - COMDEC fica constituída dos seguintes membros:

COORDENADOR

VOLNEI LUIZ DALLO – Representante da Secretaria de Agricultura

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

VOLNEI LUIZ DALLO – Representante da Secretaria de Agricultura
ELANDIR JOÃO ZANARDI - Representante da Secretaria da Administração

FERNANDO JÚLIO WILL - Representante da Secretaria de Saúde
JOANA ANZOLIN - Representante da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Econômico

CÉLIA TOIGO - Representante da Secretaria de Educação
MARCOS BORTOLOTO - Representante da Secretaria de Transp.e Obras

ODAIR JOSÉ MAZIERO - Representante da Secretaria de Esportes
ALEXANDRE VOGT - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

CLEITON TRECCO - Representante da Polícia Militar

ELISANDRO MORAES - Representante da ACISC/CDL

LUAN ROSSETTI - Representante do LÉO Clube

FRANCIELI CRISTINA FINGER - Representante do LIONS Clube

VALTER VIAPIANA - Representante do Banco do Brasil S/A.

LOVANI BEATRIZ SUCOLOTTI - Representante da Caixa Econômica Federal

ALINE WARTHA - Representante da Ass. Beneficente Hospitalar Cedro

MARIEL PERIN - Representante dos Engenheiros Civis

ARNÉLIO NADIN - Representante do Sind.Trab.Agric.Fam.-SINTRAF

ADELAR MAXIMILIANO ZIMMER - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

KATIA CARON - Representante da APAE

ELMAR JOSÉ HENTZ - Representante da EPAGRI

LUCIA SILVESTRE DE VARGAS - Representante da CIDASC

JÚNIOR KUNZ - Representante da SEMAE

IVAIR GANZER - Representante do Corpo de Bombeiros

DOUGLAS CESAR PATEL - Representante da Casa Familiar Rural

SECRETARIA

JOANA ANZOLIN - Representante da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Econômico

SETOR TÉCNICO

MARIEL PERIN - Representante dos Engenheiros Civis
JÚNIOR KUNZ - Representante da SEMAE

SETOR OPERATIVO

IVAIR GANZER - Representante do Corpo de Bombeiros
MARCOS BORTOLOTO - Representante da Secretaria de Transp.e Obras
CLEITON TRECCO - Representante da Polícia Militar
ELMAR JOSÉ HENTZ - Representante da EPAGRI
ODAIR MAZIERO - Representante da Secretaria de Esportes
PEDRINHO CASARIN - Representante da Secretaria de Agricultura

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 6.180, de 15 de fevereiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de fevereiro de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6187/2018

Publicação Nº 1528742

DECRETO Nº 6.187, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de PARTE DO LOTE URBANO Nº273A(duzentos e setenta e três A), com a área de 1.189,50m² (mil cento e oitenta e nove metros e cinquenta decímetros quadrados), com uma casa de alvenaria com 2 pavimentos, de 9,80 X 11,00 metros cada um, perfazendo um total de 215,60 m²(duzentos e quinze metros e sessenta decímetros quadrados), coberta com telhas de brasilit, situado na Avenida Rio Grande do Sul, a uma distância de 24,00 metros da esquina com a Rua Salete Uliana, na cidade de São José do Cedro – SC, matriculado neste Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, sob. matrícula nº.3.140, de propriedade de NESTOR BEAL, CPF 195.334.389-91, para que sejam desmembradas as áreas conforme as dimensões e confrontações a seguir mencionadas:

IMÓVEL PRIMITIVO MATRICULA Nº 3.140:

PARTE DO LOTE URBANO Nº273A(duzentos e setenta e três A), com a área de 1.189,50m² (mil cento e oitenta e nove metros e cinquenta decímetros quadrados), com uma casa de alvenaria com 2 pavimentos, de 9,80 X 11,00 metros cada um, perfazendo um total de 215,60 m²(duzentos e quinze metros e sessenta decímetros quadrados), coberta com telhas de brasilit, situado na Avenida Rio Grande do Sul, a uma distância de 24,00 metros da esquina com a

Rua Salete Uliana, na cidade de São José do Cedro – SC, confrontando: ao NORTE, com a Rua Odilo Antônio Link, medindo 19,50 metros; ao OESTE, com parte do lote urbano nº 273, por linha seca, medindo 61,00 metros; ao SUL, com a Avenida Rio Grande do Sul, por linha seca, medindo 19,50 metros; e ao LESTE, com o lote urbano nº 272, por linha seca, medindo 61,00 metros;

ÁREA REMANESCENTE:

PARTE DO LOTE URBANO Nº273-A(duzentos e setenta e três A), com a área de 594,75m² (quinhentos e noventa e quatro metros e setenta e cinco decímetros quadrados), com uma casa de alvenaria com 2 pavimentos, de 9,80 X 11,00 metros cada um, perfazendo um total de 215,60 m²(duzentos e quinze metros e sessenta decímetros quadrados), coberta com telhas de brasilit, situado na Avenida Rio Grande do Sul, a uma distância de 24,00 metros da esquina com a Rua Salete Uliana, na cidade de São José do Cedro – SC, confrontando: ao NORTE, com parte do lote urbano nº273-B, medindo 19,50 metros; ao OESTE, com parte do lote urbano nº 273, por linha seca, medindo 30,50 metros; ao SUL, com a Avenida Rio Grande do Sul, por linha seca, medindo 19,50 metros; e ao LESTE, com parte do lote urbano nº 272, por linha seca, medindo 30,50 metros;

ÁREA DESMEMBRADA:

PARTE DO LOTE URBANO Nº273-B(duzentos e setenta e três B), com a área de 594,75m² (quinhentos e noventa e quatro metros e setenta e cinco decímetros quadrados), sem acessões, situado na Avenida Rio Grande do Sul, a uma distância de 24,00 metros da esquina com a Rua Salete Uliana, na cidade de São José do Cedro – SC, confrontando: ao NORTE, com a Rua Odilo Antônio Link, medindo 19,50 metros; ao OESTE, com parte do lote urbano nº 273, por linha seca, medindo 30,50 metros; ao SUL, com parte do lote urbano nº273-A, medindo 19,50 metros; e ao LESTE, com parte do lote urbano nº 272, por linha seca, medindo 30,50 metros;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6188/2018

Publicação Nº 1528744

DECRETO Nº 6.188, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“REGULAMENTA PRAZO PARA PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 21 de junho de 1990, e a Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, Lei Municipal nº 4.573, de 13 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado o dia 10 de abril de 2018 como prazo para o

pagamento de contribuição de melhoria – pavimentação asfáltica sobre calçamento com pedras irregulares e passeios públicos, das ruas abaixo relacionadas de acordo com os Artigos 292 a 309, da Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, e em conformidade com os Editais nºs 005/2017, nº 006/2017, nº 007/2017 e nº 008/2017;

I - Rua Salete Uliana – pavimentação asfáltica e passeios públicos;
II - Rua Nereu Ramos - pavimentação asfáltica e passeios públicos;
III - Rua João Busato – Passeio Público;
IV - Rua Cruz e Souza – passeio público;
V - Rua Alcides Volkweis – passeio público;
VI - Rua Visconde de Mauá – passeio público;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6189/2018

Publicação Nº 1528746

DECRETO Nº 6.189, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e as Leis Municipais nºs. 1750/1991, de 10 de julho de 1991 e nº 3.788/2010, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal nº 3.788/2010, de 07 de dezembro de 2010, ficando assim constituído:

I – Como representantes de entidades dos usuários do Sistema Único de Saúde, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

a) Associação Beneficente Educacional, Social e Cultura Betânia
Titular: Fabio Machado Sant`Anna
Suplente: Roberto Eurico Ferraz

b) Pastoral da Criança
Titular: Ivone Gräf
Suplente: Zelinda Pecin

c) LIONS Clube Renascer
Titular: Ivandra Simone Dellavechia Cazzoli
Suplente: Ivanete Basei Schoffen

d) ACISC/CDL
Titular: Marilei Lourdes Kuhn Niedermaier
Suplente: Suzana Dariva Boldrin

e) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José do Cedro e Região – SINDI SJCR

Titular: Jacinta Sehn Hanzen
Suplente: Luciani Kipper

f) Grupos da Terceira Idade

Titular: Alice Schein
Suplente: Dileta Ubert dos Santos

II – Como representantes dos Trabalhadores de Saúde Municipal, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

a) Trabalhadores da Atenção Básica
Titular: Adeli Maria Nonnemacher
Suplente: Daiana Winter

b) Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF e Vigilâncias em Saúde

Titular: Francely Casagrande
Suplente: Marisa Ongaratto Boniatti

III – Como representantes dos prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde – SUS, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

a) Associação Beneficente Hospitalar de Cedro e Laboratórios Terceirizados

Titular: Aline Wartha
Suplente: Michele Conte

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Titular: Roseli Angelina Picininn
Suplente: Cristiane Luvison Hendges

IV – Como representantes do Poder Executivo Municipal, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

a) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Fernando Júlio Will
Suplente: Idene Pauli

b) Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Marisete Balbinot
Suplente: Miria Salete Lorscheiter Spironello

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 6.056, de 04 de julho de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EDITAL Nº 024/2018

Publicação Nº 1528748

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2018

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2016, de 27 de janeiro de 2016, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.794, de 27 de abril de 2016, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 01 – MICRO ÁREA 17

LUANA MACIEL PADICHELLO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EDITAL Nº 025/2018

Publicação Nº 1528751

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2018

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, considerando a letra "d", do Inciso V, do Artigo 73, da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2017, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 6.069, de 20 de julho de 2017, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo efetivo a seguir discriminado:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 01 – MICRO ÁREA 15

MICHELI GRAZIELI GARCIAS

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 DE FEVEREIRO DE 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.º 32/2018

Publicação Nº 1528222

EDITAL DE LICITAÇÃO**REGISTRO DE PREÇO**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018
PREGÃO PRESENCIAL No 32/2018

01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto n. 6.137/2018, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº. 31/2018, na Modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por LOTE e Presencial, para REGISTRO DE PREÇO, SOB REGIME DE ENTREGA PARCELADA, cujo setor interessado é o SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS - SEMAE, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº123/2006, Decreto Municipal nº 4.399/2007, Decreto Municipal Nº4.579/2009, Decreto Municipal nº 5.253/2013, Decreto Municipal nº 5.286/2013, Decreto Municipal nº 5.398/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Jorge Lacerda, nº 1049, Centro – São José do Cedro -SC, CEP 89930-000, até às 15:00 horas do dia 06 de Março de 2018, iniciando-se a Sessão Pública na mesma hora, dia e local.

02. OBJETO

2.1 – Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS ELÉTRICOS, bem como, CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA FAZER CONSERTOS NOS QUADROS DE COMANDO DO SAA E SEE DO SEMAE, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo licitatório.

2.2 - As quantidades constantes do Anexo I são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição total.

2.3 – A detentora da Ata de Registro de Preços, quando da solicitação pela Administração deverá atender as seguintes exigências:

2.3.2 Fornecer os itens quando solicitados mediante Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

2.4.4 – A empresa vencedora deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo portanto estipular em sua proposta de preços, cota mínimas ou máximas, para fornecimento do produto.

03. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

04. DA REPRESENTAÇÃO

04.1 - O representante da licitante, munido de documentos que o habilitem a participar deste processo licitatório, deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro antes do início da sessão pública.

04.2 - Cada empresa licitante credenciará apenas um representante,

que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

04.3 - A empresa licitante poderá ser representada na sessão pública de licitação por seus administradores, munido de documento de identidade e do ato constitutivo da empresa (estatuto, contrato social ou alterações vigentes, declaração de firma individual, ou, ainda, do documento de eleição de seus administradores), devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

04.4 - Na ausência do administrador, a empresa licitante poderá ser representada por um outorgado, que deverá apresentar conjuntamente os seguintes documentos:

I - documento de identidade;

II - procuração ou carta de credenciamento (modelo Anexo II), que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame licitatório em nome da licitante, com firma reconhecida em cartório.

III - Ato constitutivo da empresa, conforme descrito no item 04.2 deste Edital.

04.5 - A ausência de representante, a falta de apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame, impedirá, porém, a manifestação ou apresentação de lances verbais no momento oportuno.

04.6 - A não apresentação ou incorreção dos documentos para o credenciamento poderá ser suprida até a abertura da sessão pública.

04.7 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

04.8 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um interessado.

04.9 - Os documentos mencionados nos Itens anteriores deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão, ou ainda pela apresentação da publicação original em órgão de imprensa oficial, ou reconhecido firma em Cartório.

05 - DO CREDENCIAMENTO

05.1 - Os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo III deste Edital), juntamente com os envelopes n. 1 e 2, porém fora deles.

05.2 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, os representantes de ME/EPP deverão credenciar-se apresentando Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, emitida dentro do ano corrente, e Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com data atual, com assinatura do administrador e contador responsável da empresa.

05.3 - O presente processo licitatório irá conceder os benefícios constantes no Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, que estabelece a exclusiva participação de MEI, ME e EPP nos ITENS ou LOTES, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

05.3.1 - Caso não tenha o mínimo de três propostas válidas, de empresas enquadradas como MEI, ME ou EPP, será aberto para participação das empresas normais, a fim de evitar a repetição do certame.

05.4 - Será dado o privilégio de contratação/aquisição do proponente classificado como MEI/ME/EPP, do comércio local, que tiver itens ou lotes com valores até 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, conforme estabelece Art. 48, III, § 3o da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

05.4.1 - Justifica-se a delimitação da região, com base no Decreto 8.538/15, bem como na Lei 123/2006 e alterações, que estabelece o tratamento diferenciado, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, à ampliação da eficiência.

06 - RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

06.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, a seguinte identificação:

1) PROCESSO LICITATÓRIO N. 32/2018
PREGÃO PRESENCIAL N. 32/2018
PREFEITURA MUNICIPAL
IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:
ENVELOPE N. 01 - Proposta de Preços

2) PROCESSO LICITATÓRIO N. 32/2018
PREGÃO PRESENCIAL N. 32/2018
PREFEITURA MUNICIPAL
IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO:
ENVELOPE N. 02 - Documentação

06.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

07. DA PROPOSTA DE PREÇOS

07.1 - A Proposta de Preços contida no Envelope n. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

07.1.1 - Emitida, de preferência por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

07.1.2 - Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

07.1.3 - Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo I, constando a marca, o valor unitário e total em algarismos, e total da proposta por extenso, em moeda corrente nacional. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, no caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente duas casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado.

07.1.4 - Apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital, (conforme

modelo Anexo IV deste Edital)

07.1.5 - Conter prazo de validade da proposta de no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

07.2- Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

07.3 - O (a) Pregoeiro (a) considerará como formal, erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

07.4 — A proposta deverá ser preenchida em formulário padrão, sob pena de desclassificação, que será fornecido ao proponente pelo Departamento de Compras, Contratos e Licitações do Município de São José do Cedro através de meio físico ou magnético, sendo este o Anexo I.

07.5 – A proposta poderá ser entregue também, em CD ou Pen-Drive contendo o arquivo Betha Auto-cotação preenchido, para fins de agilizar o processo de julgamento.

08. HABILITAÇÃO

08.1 - No envelope n. 02 – Documentação, deverá constar os seguintes documentos:

08.1.1 - Habilitação Jurídica

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da administração em exercício, com as alterações;
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

08.1.2 - Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente; ou outra equivalente, na forma da Lei;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas: A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em: prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR).

08.2 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor público do município de São José do Cedro -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

08.3 – A apresentação do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de São José do Cedro devidamente atualizado, substituirá a documentação de habilitação referida nos itens n. 08.1.1 até 08.1.2, no caso de algumas das certidões negativas constantes no Certificado de Registro Cadastral vierem a vencer até a data da realização da Sessão Pública, a licitante deverá apresentá-las juntamente com o Certificado de Registro Cadastral.

8.4 - Os licitantes cadastrados e os não cadastrados deverão apresentar declaração conjunta, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

8.4.2 - Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório,

8.4.3 - Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

8.4.4 - Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993..

8.4.5 - Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.4.6 - Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

09. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

09.1 – Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados em atendimento aos itens 04.3 ou 04.4, apresentarão a documentação constante no item 05.1 e entregarão os envelopes n. 01 e 02.

09.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO PRESENCIAL será o MENOR PREÇO por LOTE. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital.

09.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço de cada item e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

09.4 – Preços propostos de valor inferior a 65 % (sessenta e cinco por cento) dos valores máximos definidos por este edital,

obrigatoriamente, deverão estar acompanhadas de demonstrativos de custos e despesas específicos e de coeficientes de produtividade, inclusive notas explicativas, comprovando a viabilidade das propostas, firmadas por administrador e contabilista do proponente, sob pena de serem considerados inexequíveis, conforme inciso II, do artigo 48, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e/ ou declaração formal, sob as penas da lei, firmada pelo(s) administrador(es) e contabilista no sentido de que os custos e despesas do proponente viabilizam os fornecimentos conforme proposto, a ser apresentada com a proposta ou, mediante compromisso lavrado em ata do credenciado, até a data do recebimento da autorização de fornecimento.

09.5 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

09.6 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, sendo permitido nos lances até duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

09.7 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

09.8 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, de acordo com as especificações do Anexo I, a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

09.9 - Ocorrendo empate previsto no Art.44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 não será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

09.9.1 - Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

09.9.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma: I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 09.9.2 – I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 09.9.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 09.9.1, será realizado sorteio, entre elas

para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

09.9.3 – Para as situações previstas no item 09.9 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

09.10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

09.11 - Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

09.12 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

09.13 - Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

09.14 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

09.14.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

09.14.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para entrega dos itens, ou revogar a licitação.

09.15 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista

imediatamente do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

09.16 - Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão Presencial, terá ele o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5 - O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 - O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DOS PRAZOS

11.1 – Das Condições de Entrega dos materiais

11.1.1 – Os produtos deverão ser entregues no SEMAE do Município de São José do Cedro – SC, ou mediante autorização, para o responsável pelo conserto.

11.1.2 – A proponente vencedora terá o prazo de 24 horas para fazer a entrega dos peças/materiais, após a solicitação feita pela Secretaria, oportunidade que serão conferidos quanto a quantidade e qualidade.

11.1.3 – As peças deverão ser de 1ª qualidade, com garantia mínima de 3 meses.

11.2 – Das Condições de Entrega dos serviços

11.2.1 – Os serviços deverão ser prestados nos locais solicitados, no prazo máximo de 24 horas.

11.2.2 – O contratado deverá fazer o levantamento das peças/materiais necessários, encaminhar aos responsáveis, para desta forma fazer a aquisição e entrega ao responsável pelo conserto/reparo.

11.2.3 – Os custos de deslocamento frente aos chamados é de inteira responsabilidade do contratado.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

12.1 - Da Forma de Pagamento

12.1.1 – O pagamento dos fornecimentos efetuados será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Licitante, que irá ocorrer em ordem cronológica, conforme recebimento das notas fiscais pela contabilidade, e de acordo com a liberação dos recursos financeiros, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria.

12.1.2 - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração do Secretário ou responsável, constando à quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

12.2 - Do controle dos Preços Registrados

12.2.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.2.2 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o §1º, artigo 65 da Lei 8.666/93.

12.2.3 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

12.2.4 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2.5 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d", inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

12.2.6 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

12.2.7 - O Município realizará durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens da presente licitação.

12.2.8 – Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado (conforme pesquisa realizada), o órgão gerenciador deverá:

- convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

12.2.9 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 - As despesas decorrentes na execução do presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018 e 2019.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo a interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará a proposta de menor preço, seguindo o processo para homologação do resultado pela Autoridade Superior.

14.2 - Havendo interposição de recurso o processo será encaminhado, após o julgamento, a Autoridade Superior que, após apreciação do recurso adjudicará o objeto e homologará o procedimento.

15. DA VENCEDORA

15.1 - RESPONSABILIDADE DA VENCEDORA

15.1.1 – A VENCEDORA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

16. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

16.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos produtos entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro, próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da VENCEDORA.

b) efetuar o pagamento à VENCEDORA, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

17.1.1 - Automaticamente:

17.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

17.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

17.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

17.2.1 - A pedido, quando:

17.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.1.2 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

17.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 18 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

17.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 8 do Edital;

17.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

17.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no

prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

17.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial.

18. PENALIDADES

18.1 - À vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

18.2 – Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

19.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

19.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 4.238/2005.

19.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba

às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

19.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- § ANEXO I – Proposta;
- § ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;
- § ANEXO III – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;
- § ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando que os objetos atendem ao Edital;
- § ANEXO V – Modelo de Declaração conjunta.

19.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

19.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.9 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

19.9.1 – Toda impugnação deverá ser protocolada no Departamento de Licitações.

19.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

19.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

19.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

19.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 3643-0247.

São José do Cedro, 14 de Fevereiro de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

CARINE KAISER WOLFART
OAB - 30905
FAVOR UTILIZAR O BETHA AUTO COTAÇÃO PARA ABRIR E PREENCHER A PROPOSTA

ANEXO I
PROPOSTA DE PREÇOS -

- 1º - Baixar e instalar o programa Betha AUTOCOTAÇÃO que se encontra no site da prefeitura no link LICITAÇÕES.
- 2º - Baixar o arquivo anexo "AC-LICITAÇÃO..." em uma pasta no seu computador ou pen drive.
- 3º - Após instalar o Betha, abra o programa, abra o combo "Arquivo" "dados do fornecedor" cadastre sua empresa e grave.
- 4º - Após cadastro, abra a "Pasta Amarela" no programa Betha, e

localize o arquivo "AC-LICITAÇÃO..." na pasta onde foi salvo.

5º - Preencha com a marca e preço unitário, que a soma será automática.

6º - Após preenchimento, grave e imprima a proposta.

7º - Finalizado, feche o programa, localize o arquivo "AC-LICITAÇÃO...", copie o mesmo para um CD, e anexe no envelope da proposta.

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 32/2018

PREGÃO PRESENCIAL N 32/2018

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n. _____ e CPF sob n. _____, a participar da licitação instaurada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2018.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 32/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 32/2018

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 08 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2018.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando QUE OS OBJETOS ATENDEM AO EDITAL.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 32/2018.

PREGÃO PRESENCIAL N 32/2018.

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N. _____, declara, sob as penas da lei, que os objetos ofertados atendem todas as especificações descritas neste Edital.

_____, em ____ de _____ 2018.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 32/2018

PREGÃO PRESENCIAL N 32/2018

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) ..

....., DECLARA que:

- os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade para o fornecimento dos materiais, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará o objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório,
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.
- não existe fatos supervenientes impeditivos de habilitação, na forma do Art. 32, § 2o, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993..
- não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
- não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

_____, em ____ de _____ 2018.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.35/2018

Publicação Nº 1528360

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº35/2018
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº35/2018, Edital de Pregão Nº35/2018, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA AS REFEIÇÕES DOS ATLETAS, QUE IRÃO REPRESENTAR O MUNICÍPIO EM COMPETIÇÕES FORA DO MUNICÍPIO, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA USO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 09/03/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4695/2018

Publicação Nº 1528667

LEI Nº 4.695, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REEMPENHAR DESPESA NÃO LIQUIDADADA E ANULADA AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017, INCLUI META NO PPA 2018, INCLUI META NA LDO 2018, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reempenhar o valor de R\$ 620.239,39 (seiscentos e vinte mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e nove centavos), referente ao seguinte empenho da Unidade Gestora Prefeitura Municipal:

CREDOR	EMPENHO ANTERIOR	OBJETO	VALOR R\$	FONTE	DATA	DOT
Pagnussatti Eng. e Incorp. LTDA EPP	658	Construção do Centro de Convivência da Terceira Idade.	620.239,39	0.1.0701	14/02/2017	414
Total			620.239,39			

Art. 2º. Fica incluída a Ação de Nº 1.074 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.641/2017 de 29/08/2017 – PPA 2018, com a seguinte discriminação:

1.074 – CONSTRUIR NOVO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS.

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE	Obras e Instalações	UN	01	620.239,39	0.1.0701

Art. 3º. Fica incluída a Ação de Nº 1.074 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.651/2017 de 10/10/2017 – LDO 2018, com a seguinte discriminação:

1.074 – CONSTRUIR NOVO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS.

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE	Obras e Instalações	UN	01	620.239,39	0.1.0701

Art. 4º. Fica aberto um crédito especial no orçamento geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$ 620.239,39 (Seiscentos e Vinte Mil, Duzentos e Trinta e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos), para as verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

18.03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

1.074 CONSTRUIR NOVO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS

“____”4.4.90.51.0.00.0.1.0701 Obras e Instalações 620.239,39

Art. 5º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos vinculados oriundos do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 620.239,39 (Seiscentos e Vinte Mil, Duzentos e Trinta e Nove Reais e Trinta e Nove Centavos), fonte Nº0.1.0701, relativos ao seguinte Convênio com o Fundo Social:

ORIGEM	Nº CONVÊNIO	R\$
Estado/Fundo Social	Nº2014TR001184	620.239,39
	TOTAL	620.239,39

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4696/2018

Publicação Nº 1528670

LEI Nº 4.696, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REEMPENHAR DESPESA NÃO LIQUIDADADA E ANULADA AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2017, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reempenhar o valor de R\$ 48.741,27 (quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte e sete centavos), referente ao seguinte empenho da Unidade Gestora Prefeitura Municipal:

CREDOR	EMPENHO ANTERIOR	OBJETO	VALOR R\$	FONTES	DATA	DOT
Urbaniza Brasil Ltda-ME	663	Pavimentação com Pedras Irregulares Loteamento Jacoski	48.741,27	0.1.0024	14/02/2017	407
Total			48.741,27			

Art. 2º. Fica aberto um crédito suplementar no orçamento geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$ 28.091,27 (vinte e oito mil, noventa e um reais e vinte e sete centavos), para as verbas a seguir discriminadas:

10.03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS.

“124”4.4.90.00.0.00.0.1.0024 Aplicações Diretas 28.091,27

Art. 3º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos vinculados oriundos do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 28.091,27 (vinte e oito mil, noventa e um reais e vinte e sete centavos), fonte Nº 0.1.0024, relativos aos seguintes Convênios/Contratos de Repasse:

ORIGEM	Nº CONTRATO DE REPASSE	R\$
Ministério das Cidades	Contrato Nº1015714-75/2014	28.091,27
	TOTAL	28.091,27

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4697/2018

Publicação Nº 1528679

LEI Nº 4.697, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$16.676,40 (dezesseis mil, seiscentos e setenta e seis reais e quarenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SEMAE
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO
“197”3.3.93.00.00.00.1.0000 Aplicação Direta
..... R\$16.676,40

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior fica reduzido o valor de R\$16.676,40 (dezesseis mil, seiscentos

e setenta e seis reais e quarenta centavos) da seguinte verba:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SEMAE
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO
“139”3.3.90.00.00.00.1.0000 Aplicação Direta
..... R\$16.676,40

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4698/2018

Publicação Nº 1528685

LEI Nº 4.698, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO A ADERIR AO PROGRAMA “COMPRAS COLETIVAS” CRIADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, FIRMANDO O RESPECTIVO CONTRATO DE PROGRAMA.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o ingresso deste município ao Programa “Compras Coletivas”, criado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER mediante a formalização do competente Contrato de Programa, que é parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 4.698/2018

CONTRATO DE PROGRAMA Nº (seguir numeração do município)

Pelo presente instrumento de CONTRATO DE PROGRAMA que celebram entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, centro, município de São Miguel do Oeste, SC, CEP 89900-000, PROGRAMA “COMPRAS COLETIVAS” neste ato representado pelo seu presidente Sr. Genésio Bressiani, prefeito municipal de Belmonte, portador da Carteira de Identidade nº 1.853.258, inscrito no CPF sob o nº 707.799.379-53, residente e domiciliado na Rua Maurício Cardoso, nº 431, centro, município de Belmonte, SC e o MUNICÍPIO DE com sede na Rua, nº, CNPJ nº representado pelo seu Prefeito Municipal Sr., portador da Carteira de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº, residente e domiciliado na Rua, nº, Bairro, município de, SC resolvem firmar o presente Contrato de Programa com o objetivo de utilizar os serviços compras coletivas oferecidos pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, conforme cláusulas e condições seguintes:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª. Aplica-se ao presente Contrato de Programa as disposições da legislação federal de licitações, concessões de serviços públicos e de consórcios públicos - Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto nº 6.017/2007, bem com Lei Municipal de Ratificação do Consórcio Público.

Cláusula 2ª. O Contrato de Programa é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula 3ª. Pelo presente Contrato de Programa o município de outorga ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a realização de SERVIÇOS DE COMPRAS COLETIVAS das quais, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados.

Cláusula 4ª. A área de prestação dos serviços objeto do presente Contrato de programa corresponderá ao território do município consorciado contratante.

DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula 5ª. O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação dos serviços observará:

I – a disponibilização de bens, máquinas, equipamentos e pessoal necessário à prestação dos serviços objeto do presente contrato de programa de serviços de licitações compartilhadas;
II – para atingir os objetivos previsto na cláusula terceira fica estabelecido que o CONDER, diante de suas necessidades e enquanto

estiver em vigência o presente contrato, poderá promover a aquisição e/ou contratação de bens e serviços necessários à prestação dos serviços objeto deste contrato e repassará os recursos respectivos ao município consorciado que aderir ao Programa "Compras Coletivas" por meio de contrato de rateio ou mediante pagamento dos bens e serviços adquiridos e/ou contratados, dispensada licitação nos termos da lei, de acordo com os valores estabelecidos em Assembleia Geral;

III – o município consorciado que aderir ao Programa "Compras Coletivas" poderá transferir total ou parcialmente, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços disponibilizados pelo CONDER;

IV – o município consorciado que aderir ao Programa "Compras Coletivas" fica obrigado a aceitar as deliberações da Assembleia Geral do CONDER quanto às condições de prestação dos serviços objeto do presente contrato.

Parágrafo único: Para cumprir com suas finalidades o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, através do Programa "COMPRAS COLETIVAS" poderá:

I – adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;

III – realizar licitações em nome dos municípios consorciados e que integram o Programa "Compras Compartilhadas" mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento dos objetivos do presente contrato de programa;

IV – efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos necessários ao regular desenvolvimento das atividades afetas ao Programa "Compras Coletivas";

V – contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93;

VI – outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços de acordo com as normas estabelecidas neste Contrato de Programa.

DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Cláusula 6ª. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições constantes no Protocolo de Intenções e alterações contratuais do Consórcio Público, sendo que o CONDER deverá, especialmente:

I – elaborar e encaminhar aos municípios que aderirem ao programa "Compras Coletivas" relatórios anuais quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;

II – disponibilizar aos municípios que aderirem ao programa "Compras Coletivas" as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto;

III – realizar as publicações legais previstas especialmente quanto a gestão econômica e financeira dos serviços objeto do contrato;

IV – realizar a prestação de contas anuais, conforme determina as normas legais em vigor;

V – permitir o livre acesso dos representantes dos municípios que aderirem ao programa "Compras Coletivas" no local de prestação dos serviços contratados;

VI – fornecer informações e certidões solicitadas por qualquer cidadão.

Parágrafo primeiro: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante dos municípios que aderirem ao programa "Compras Coletivas", da Casa Legislativa dos municípios que aderirem ao programa "Compras Coletivas" e do Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina.

Parágrafo segundo: O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

Cláusula 7ª. São direitos e deveres dos entes consorciados:

I – acompanhar os trabalhos do consórcio e, em especial do programa "Compras Coletivas", mediante recebimento de informações previamente solicitadas;

II – acompanhar a aquisição de bens e prestação dos serviços disponibilizados;

III – solicitar os serviços objetos deste contrato respeitada a disponibilidade de máquinas, equipamentos e pessoal;

IV – transferir os recursos financeiros decorrentes dos bens e serviços contratados, sejam os estabelecidos em contrato de rateio ou os prestados de acordo com os valores estabelecidos em Assembleia Geral do Consórcio, neste último caso dispensa a licitação na forma da lei;

V – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E PESSOAL

Cláusula 8ª. Fica estabelecido que os municípios que aderirem ao programa "Compras Compartilhadas" poderão transferir bens e pessoal para a execução dos serviços objeto do presente contrato, observada a legislação em vigor.

Parágrafo primeiro: A transferência de pessoal deverá ser sem qualquer ônus para o Consórcio Público, podendo os custos serem compensados pelos valores devidos ao Consórcio pela execução do objeto do contrato.

Parágrafo segundo: Os bens transferidos pelos municípios que aderirem ao programa "Compras Coletivas" serão revertidos na extinção deste contrato, garantidos os direitos de exploração pelo Consórcio Público, durante sua vigência, a quem incumbe a sua manutenção.

DA RESPONSABILIZAÇÃO

Cláusula 9ª. O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e/ou seu Diretor Executivo não responde pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato de programa.

Parágrafo único: O disposto nesta cláusula não se aplica aos atos praticados em desconformidade com a legislação, com o Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e alterações e Estatuto do Consórcio.

DA VIGÊNCIA

Cláusula 10. O presente Contrato de Programa entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado.

DO ADITAMENTO

Cláusula 11. Este contrato de programa poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo.

DA INADIMPLÊNCIA

Cláusula 12. O município consorciado que aderir ao programa "Compras Coletivas" inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo ente consorciado até a regularização da dívida.

Parágrafo único: Não sendo regularizada a inadimplência no prazo

de 06 (seis) meses, o município consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

DA RESCISÃO

Cláusula 13. O presente contrato de programa poderá ser rescindido por:

I – descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;

II – superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexigível;

III – ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respeitando as obrigações constantes em contrato de rateio.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 14. As demais questões aqui não disciplinadas serão resolvidas consoante as disposições do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e das normas da Lei nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.

Cláusula 15. Fica estabelecido que inicialmente o programa “Compras Coletivas” atuará através da cessão de funcionários, equipamentos e programas de informática razão pela qual fica dispensada, por ora, contraprestação financeira dos municípios que aderirem ao programa.

São Miguel do Oeste,

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente CONDER Prefeito do Município de
Prefeito Belmonte

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI Nº 4699/2018

Publicação Nº 1528686

LEI Nº 4.699, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL A CONCEDER REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reajustar a remuneração dos servidores públicos municipais ativos, inativos, pensionistas, aos admitidos em caráter temporário, aos empregados públicos, ao conselho tutelar, as funções gratificadas e as vantagens nominais, no importe de 3,41% (três vírgula quarenta e um por cento).

Parágrafo único. Ficam excluídos, por possuírem sua remuneração atualizada com base em piso nacional os professores e assistentes técnico pedagógicos, devido à concessão do reajuste do piso estabelecido pelo Ministério da Educação, nos termos da Lei Municipal nº. 4.271 de 16 de julho de 2014, inclusive aos admitidos em caráter temporário, bem como os agentes políticos de acordo com o

disposto no artigo 39, §4º da Constituição Federal.

Art. 2º. Nenhum servidor municipal poderá receber menos que o salário mínimo nacional, para carga horária de 40 horas semanais.

Art. 3º. Em detrimento do que consta na Lei Complementar Municipal nº 39 de 25 de março de 2014, considerando que o teto salarial fixado pelo Governo Federal não sofre alterações desde o ano de 2014 e até que isso ocorra, o reajuste será concedido, também aos Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 4º. Fica reajustado o valor do auxílio alimentação, para R\$100,00 (cem reais), respeitando-se as características e condições de pagamento previstas na Lei nº 4.174, de 10 de dezembro de 2013 que implantou a referida pecúnia.

Ar. 5º. Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta lei serão utilizados recursos do orçamento próprio em cada exercício.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2018.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 138/2018

Publicação Nº 1529137

PORTARIA Nº 138/2018.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX e XI, do Art. 69º, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, e de acordo com o Parágrafo 4º, do Art. 184º, da Lei Municipal nº 2020, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido 30 (trinta) dias de repouso remunerado,

em virtude de aborto não criminoso, à Servidora Pública Municipal Camila Regina Kummer Brum, ocupante do cargo temporário de Professor, Nível 02, Matrículas nº 3621 e nº 3622, no período de 17 de fevereiro a 18 de março de 2018, conforme atestado médico apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 139/2018

Publicação Nº 1529142

PORTARIA Nº 139/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, e Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 06 de fevereiro de 2018, de 20 (vinte) horas semanais, junto à Escola Municipal CEBEM São Cristóvão, a servidora pública municipal Neiva Maria Becker Bosso, admitida em 01 de fevereiro de 2018, através da Portaria nº 095/2018, Matrícula 3643, ocupante do cargo temporário de Professor com magistério, Nível 1.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 140/2018

Publicação Nº 1529146

PORTARIA Nº 140/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, Art.º 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060 de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Jenice Liberalesso, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível 02, Classe A, Matrícula 2716, o 2º (segundo) triênio, referente ao período de 10/01/2015 a 09/01/2018, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 06% (seis por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 20 de fevereiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2018 - SRP - PR Nº 015/2018

Publicação Nº 1529103

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/03/2018, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE DURANTE O ANO DE 2018, PARA ATENDER OS CLUBES DE IDOSOS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, CLUBES DE MÃES E EVENTOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 20 de fevereiro de 2018.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018 - SRP - PR Nº 016/2018

Publicação Nº 1529105

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 05/03/2018, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA) A SEREM CONSUMIDOS NO ANO DE 2018 PELOS CLUBES DE IDOSOS, CRAS, CREAS, NACA, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, E EVENTOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 20 de fevereiro de 2018.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.847, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528467

DECRETO Nº 5.847, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006	16	Transf. Inst. Priv.	R\$ 142.000,00
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006	15	Aplicação Direta	R\$ 142.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de fevereiro de 2018.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.848, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528876

DECRETO Nº 5.848, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 67.167,42 (sessenta e sete mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.047	38	Aplicações Diretas	R\$ 67.167,42
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0033			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.849, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528928

DECRETO Nº 5.849, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.047	28	Aplicação Direta	R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0038			

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

06.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
06.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.047	26	Aplicação Direta	R\$ 15.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0038			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 131, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528957

PORTARIA Nº 131, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora UIARA GEOVANA THIBES ZENI, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Catarina, sendo que 20 (vinte) horas vespertino é referente a vaga vinculada da professora Marineiva Vanin Bazzo que está atuando no NAAE. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 132, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528968

PORTARIA Nº 132, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, o Senhor HUILSON JOSÉ LORENZI, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais e finais do Ensino Fundamental - INFORMÁTICA, 30 (trinta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Catarina, EBM Santa Maria Goretti e EBM São Francisco.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 133, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528986

PORTARIA Nº 133, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 15 de maio de 2018, a Senhora JOSIANE DE SOUZA CONTE, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental - INFORMÁTICA, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM São Lourenço e EBM Santa Maria Goretti, referente a vaga vinculada da professora ADRIANA BETT TEREINTO GRANZOTTO que encontra-se em gozo de Licença Prêmio.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 134, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1528994

PORTARIA Nº 134, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de

janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora CARLA BALZAN PARI-ZOTTO no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental - INFORMÁTICA, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Nossa Senhora de Lourdes, EBM Irmã Cecília, EBM São Roque e EBM Santa Inês.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 135, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529002

PORTARIA Nº 135, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora ROZILEI APARECIDA TRENTA TARSO, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM Irmã Cecília e EBM Santa Catarina, sendo 20 (vinte) horas no período matutino, vaga vinculada a Professora titular Marineiva Vanin Bazzo, que está atuando no NAEE.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 136, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529014

PORTARIA Nº 136, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora JULIANA DE MELO, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar no REFOÇO ESCOLAR, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM São Roque e EBM Santa Inês.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 137, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529049

PORTARIA Nº 137, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora MORGANA DANIEL CONTE EPPING no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da Educação Infantil e no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) na Disciplina de ARTES, 30 (trinta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM São Roque e EBM Santa Inês.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 138, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529054

PORTARIA Nº 138, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora ROSANGELA PEREIRA DA SILVA, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da Educação Infantil e no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) na Disciplina de ARTES, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Maria Goretti e EBM São Lourenço, vaga vinculada a Professora Titular Maristela Inês Batisti Bianchett que encontra-se readaptada por determinação da junta médica. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 139, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529062

PORTARIA Nº 139, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora GISLAINE APARECIDA FLORENCIO DALLEMOLE, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da Educação Infantil, carga horária de 20 (vinte) horas semanais matutino, na EBM Nossa Senhora de Lourdes, vaga vinculada a Professora titular Mariza Rambo, que está atuando na Educação em Tempo Integral.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 140, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529065

PORTARIA Nº 140, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora WALQUIRIA PORN, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM Nossa Senhora de Lourdes, vaga vinculada a Professora titular Realda S. Dalla Valle, que está atuando como Assistente Técnico Pedagógico na EBM Nossa Senhora de Lourdes.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 141, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529072

PORTARIA Nº 141, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora MILENA DESTRI no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) na Disciplina de Espanhol, 10 (dez) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Inês.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 142, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529074

PORTARIA Nº 142, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora ESTELA REGINA KUMER, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, turno vespertino, na EBM Santa Inês.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 143, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529076

PORTARIA Nº 143, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora PATRICIA MARTINELLO, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da Educação Infantil e no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) na Disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM São Roque e EBM Santa Inês, vaga vinculada ao Professor Titular Ivonir Sanagiotto que encontra-se em licença médica por tempo indeterminado.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 144, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529080

PORTARIA Nº 144, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de

fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora FRANCIELI BORTOLI CORREIA DOS SANTOS no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da Educação Infantil na Disciplina de ARTES, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, no CEIM Monteiro Lobato e CEIM Cora Coralina.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 145, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529082

PORTARIA Nº 145, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora ANGELA MARIA LIVI, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar no REFOÇO ESCOLAR, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM Irmã Neusa.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 146, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529085

PORTARIA Nº 146, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora CAMILA VIERO, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, turno vespertino, na EBM Santa Catarina, vaga vinculada a Professora titular Cassiana Canever, que está atuando na EBM São Roque.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 147, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529090

PORTARIA Nº 147, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora SOLAGE NATALINA BOESING CRESTANI, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matutino/vespertino, na EBM Irmã Cecília, sendo 20 (vinte) horas/matutino vaga vinculada a Professora titular Denise Tarso, que está atuando como Assistente Técnico Pedagógico na EBM Irmã Cecília.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742,

de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 148, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529100

PORTARIA Nº 148, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora HELENA CARMELITA NARESSI MARCON, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar no REFOÇO ESCOLAR, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM Irmã Cecília.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 149, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529106

PORTARIA Nº 149, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora ANA CÉLIA PELIS-SARO no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Finais Ensino Fundamental na Disciplina de HISTÓRIA, 10 (dez) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Irmã Neusa e EBM Santa Maria Goretti. Vaga sem vínculo.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 150, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529109

PORTARIA Nº 150, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora ADRIANA SAUGO TREVELIN no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Finais Ensino Fundamental na Disciplina de MATEMÁTICA, 30 (trinta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Maria Goretti. Vaga vinculada a professora titular Luciane Zattera Molon que encontra-se readaptada por determinação médica.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 151, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529117

PORTARIA Nº 151, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora MARLICE CARNEIRO, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, carga horária de 20 (vinte) horas semanais matutino, na EBM SÃO FRANCISCO. Vaga sem vínculo.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 152, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529122

PORTARIA Nº 152, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora KEILA AVILA ELY no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Finais do Ensino Fundamental na Disciplina de PORTUGUÊS, 20 (vinte) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Irmã Neusa. Vaga sem vínculo.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742,

de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 153, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529139

PORTARIA Nº 153, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora LEONDINA MARIA ALVES DE OLIVEIRA no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Finais do Ensino Fundamental na Disciplina de ESPANHOL, 10 (dez) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM NOSSA SENHORA DE LOURDES. Vaga vinculada a Professora efetiva Solange Franzosi que encontra-se em licença sem remuneração.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 154, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529169

PORTARIA Nº 154, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de

janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora ERITA INES BECK, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, turno matutino/vespertino, na EBM Santa Maria Goretti, 20 horas matutino vaga vinculada a Professora titular Genilse Foppa Roman, que está atuando como diretora na EBM Santa Inês. . Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 155, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529151

PORTARIA Nº 155, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com os artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, com o Decreto nº 3.845, de 23 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença-Prêmio, a servidora pública municipal CLARETE TEREZINHA BERNARDI, ocupante do cargo efetivo de Professor de Português com lotação na EBM Irmã Cecília, matrícula nº 1237/02 carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 15 de fevereiro a 15 de maio de 2018, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 156, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529161

PORTARIA Nº 156, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Interromper, a partir do dia 21 de fevereiro de 2018, por motivos de superior interesse público, nas condições do art. 98 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, as férias do servidor público municipal JOSIMAR DONZELLI, ocupante do cargo de Agente de Op. De Veículos e Equipamentos Rodoviários matrícula nº 3004/01, férias concedidas através da Portaria nº 50 de 17 de janeiro de 2018.

Parágrafo único. Pela interrupção dos dias de férias, o servidor terá direito de gozar 10 (dez) dias em outro período.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 157, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529173

PORTARIA Nº 157, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora JOSIANE CASAGRANDE, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) - ARTES, 30 (trinta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Irmã Cecília.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 158, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529179

PORTARIA Nº 158, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com os artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, com o Decreto nº 3.845, de 23 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença-Prêmio, a servidora pública municipal INELI SALETE LAGNI SZADY, ocupante do cargo efetivo de Professor de Artes com lotação na EBM Irmã Cecília, matrícula nº 3028/01 carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 15 de fevereiro a 15 de maio de 2018, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 159, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529182

PORTARIA Nº 159, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 09 de março de 2018, a Senhora JESSICA PEYROT DOS SANTOS no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da Educação Infantil e no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) na Disciplina de ARTES, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Maria Goretti. Vaga vinculada a professora titular Simone Vanin de Almeida Dall Agnol que encontra-se em licença para acompanhar pessoa da família doente.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 160, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529222

PORTARIA Nº 160, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora CRISTIANE GOBATO no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) na Disciplina de CIÊNCIAS, 30 (trinta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Maria Goretti, EBM Irmã Cecília e EBM São Lourenço, sendo 20 (vinte) horas Vaga vinculada a professora titular SIRLEI TOMAZI CATTANI.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 161, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529231

PORTARIA Nº 161, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora CRISTIANI PALOSCHI, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar no REFOÇO ESCOLAR, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM Santa Maria Goretti.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o

prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 162, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529265

PORTARIA Nº 162, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora ELISABETH DE OLIVEIRA D AVILA no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da Educação Infantil e no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) na Disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, 20 (vinte) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Maria Goretti e CEIM Monteiro Lobato. Vaga sem vínculo.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 163, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529270

PORTARIA Nº 163, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora JULIA BRUNA BASSO no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) na Disciplina de MATEMÁTICA, 30 (trinta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM São Lourenço.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 164, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529315

PORTARIA Nº 164, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, o Senhor DAVI NERVIS no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) na Disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM SANTA CATARINA. Vaga vinculada a professora titular Edina Adriana Bastezini que está atuando como diretora de Unidade Escolar na EBM Santa Catarina.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária

previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 165, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529324

PORTARIA Nº 165, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, o Senhor MARELO IVAN FLORES no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) na Disciplina de INFORMÁTICA, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM IRMÃ CECÍLIA E EBM IRMÃ NEUSA. Vaga vinculada ao professor titular WAGNER BALDIN que está atuando no NTM.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 166, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529331

PORTARIA Nº 166, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo

Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, o Senhor THIAGO ORLANDIN no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) na Disciplina de INGLÊS, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM SANTA MARIA GORETTI e EBM NOSSA SENHORA DE LOURDES. Vaga vinculada a professora titular KACIANE BACH que está atuando na EBM São Roque.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 167, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529345

PORTARIA Nº 167, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com os artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, com o Decreto nº 3.845, de 23 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença-Prêmio, a servidora pública municipal MICHELLE VALDUGA AVER, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil com lotação na EBM Santa Maria Goretti, matrícula nº 1587/10 carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15 de fevereiro a 15 de maio de 2018, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 168, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529350

PORTARIA Nº 168, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora DILCÉIA DAS GRACAS ANES MACHADO no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) na Disciplina de ESPANHOL, 10 (dez) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM IRMÃ NEUSA. Vaga vinculada a professora titular SOLANGE FRANZOSI que encontra-se cedida sem ônus para o município.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2018.

PORTARIA Nº 169, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529359

PORTARIA Nº 169, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora EVERLISE DOS SANTOS no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da Educação Infantil e no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) na Disciplina de ARTES, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM SÃO FRANCISCO. Vaga vinculada a professora titular EMANOELLE FAVRETTO, que está atuando como diretora da EBM São Francisco.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2018.

PORTARIA Nº 170, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529364

PORTARIA Nº 170, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora KATIA HACKBARTH CORBARI no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) na Disciplina de MATEMÁTICA, 20 (vinte) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Maria Goretti e EBM Irmã Neusa.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ /2018.

PORTARIA Nº 171, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529367

PORTARIA Nº 171, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo

Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 14 de dezembro de 2018, a Senhora TEREZINHA LAZARIN GALLINA, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, carga horária de 20 (vinte) horas semanais vespertino, na EBM IRMÃ CECÍLIA, vaga vinculada a Professora titular DENISE TARSO, que está atuando como Assistente Técnico Pedagógico na EBM Irmã Cecília.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 173, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529382

PORTARIA Nº 173, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 15 de maio de 2018, a Senhora MARIA VILMAIR PERAIRA ALMEIDA no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Finais do Ensino Fundamental na Disciplina de PORTUGUÊS, 20 (vinte) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Irmã Cecília. Vaga vinculada a Professora efetiva Clarete Terezinha Bernardi que encontra-se em licença prêmio.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 175, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529389

PORTARIA Nº 175, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 15 de maio de 2018, a Senhora JOSIANE CASAGRANDE, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) - ARTES, 10 (dez) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Irmã Cecília. Vaga vinculada a professora titular Ineli Salete Lagni Szady, que encontra-se em licença prêmio.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 176, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529391

PORTARIA Nº 176, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/1997, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 005/2017, homologado pelo Decreto nº 5.839, de 26 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de fevereiro a 15 de maio de 2018, a Senhora ELIZETE VOTTRI DE ALMEIDA FREITAS, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área da EDUCAÇÃO INFANTIL, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, na EBM SANTA MARIA GORETTI, vaga vinculada a Professora titular MICHELE VALDUGA

AVER, que encontra-se em licença prêmio.

. Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ /2018.

PORTARIA Nº 179, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1529392

PORTARIA Nº 179, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com os artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, com o Decreto nº 3.845, de 23 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença-Prêmio, a servidora pública municipal CAROLINE DE ANDRADE MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil com lotação na EBM Santa Catarina/ CEIM Cora Coralina, matrícula nº 3024/01 carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15 de fevereiro a 15 de maio de 2018, sem prejuízo de seus vencimentos.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____ / ____ /2018.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

04/2018 SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35/2017.

Publicação Nº 1527966

04/2018 SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DMINISTRATIVO Nº. 35/2017.

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 80.912.124/0001/82, com sede na Rua São Luís, nº. 210, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado J.P.R. AMBIENTAL – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado com sede na Avenida Humaitá, nº. 237, sala nº 02, zona 04, CEP 87014-200, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº. 18.871.595/0001-16, neste ato representado pelo Senhor PAULO GABRIEL CALEFFI GUILHERMETI, brasileiro, solteiro, engenheiro ambiental, residente e domiciliado na Rua Papa João Paulo I, nº.22, zona 20, CEP 87.060-270, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, inscrito no CPF 072.432.419-48, portador de cédula de identidade, sob nº 5.205.759-3/SSP-SC e registrado no CREA/PR sob nº 140428/D, doravante denominado CONTRATADA, resolve aditar o contrato 35/2017 conforme processo de dispensa de licitação nº 50/2017, regido sob as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 35/2017, até dia 20 de agosto de 2018, conforme ajuste entre as partes, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA:

Este termo aditivo tem a finalidade de adequação do prazo de vigência em virtude de discursões a cerca da lei 13.465 de julho de 2017, por parte do Ministério Público de Santa Catarina para delinear o entendimento e rumos desta nova lei, a fim de fixar parâmetros fiscalizatórios relativas ao objeto contatado, o que torna necessário à dilatação do prazo de vigência para conclusão do projeto sendo o mesmo finalizado após posicionamento sólido entre os interessados, portanto foi necessário firmar o presente aditivo. E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, SC, 15 de fevereiro de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	J.P.R. AMBIENTAL – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – EPP CNPJ nº. 18.871.595/0001-16 Representante Legal
--	---

INDEFERIMENTO A IMPUGNAÇÃO 01/2018

Publicação Nº 1527877

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Referente pedido de Impugnação

Número da Ata: 01/2018

Objetivo da Licitação:

Registro de Preço para serviços de arbitragens para o Departamento de esporte, nas quantidades estimadas, no período de 12 (doze) meses.

Aos Dezenove (19) dias do mês de Fevereiro do ano de 2018, com início as 10:45 horas, na sala de licitações anexa à Prefeitura Municipal, cito na Rua São Luiz, nº 210, reuniram-se a pregoeira, Sr.(a) Viviani Wolff Bohrz, juntamente com a equipe de apoio, para analisar o pedido de impugnação referente ao processo licitatório 05/2018, entregue na sala de licitações, no dia 19/02/2018 às 08:30 horas, pela empresa BS DE LIMA EVENTOS inscrito no CNPJ sob nº 28.104.276/0001-39, solicitando a impugnação do processo licitatório nº 05/2018, na Modalidade Pregão Presencial, tendo no tocante o valor de R\$ 120,00 para arbitrar uma partida na modalidade de futsal com 2 árbitros e 1 mesário, onde que a empresa alega que o valor para este item não cobre as despesas com os árbitros e mesários. Ante o exposto, a pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, decidiram não acatar o referido pedido de impugnação, pois, o município tem como princípio a economicidade, além do que no ano de 2017 o município pagou um valor de R\$ 110,00 a partida na modalidade de Futsal, para o referido item do objeto, e onde que este valor é o valor máximo que o município pode pagar no momento.

Nada mais havendo a tratar lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

São Miguel Da Boa Vista, 19 de Fevereiro de 2018.

COMISSÃO:

VIVIANI WOLFF BOHRZPREGOEIRA
ALTAIR VANDERLEI CASSOLTECNICO EM INFORMATICA
LUZIA BOGLERAUX. DE SERVIÇOS GERAIS
TACIANE CRISTINA MORSCHBACHER AG. DE ELABORAÇÃO DE D.
ANDREIA REGINA HEIMBURG BONFANTI AG. DE SERVIÇOS DE TRIBUTOS

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 286/2017

Publicação Nº 1528295

CONCORRÊNCIA Nº 6/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 286/17

HOMOLOGAÇÃO: 20/02/18

CONTRATADO: SERBET - SISTEMA DE ESTACIONAMENTO

VEICULAR DO BRA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, A TÍTULO ONEROSO, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA ELETRÔNICO INFORMATIZADO E AUTOMATIZADO PARA CONTROLE DE USO REMUNERADO DAS VAGAS DE ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O EDITAL E ANEXOS QUE FAZEM PARTE DESTA PROCESSO LICITATÓRIO.

VALOR DA HOMOLOGAÇÃO: R\$ 26.049.329,33 (vinte e seis milhões quarenta e nove mil trezentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos)

DATA: 20/02/18 - ALFREDO SPIER - Secretario Municipal De Administração.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº017/2018

Publicação Nº 1529181

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº017/2018

RETIFICA PARTE DO DECRETO 014/2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal.

DECRETA:
Onde lê-se:

R\$44.655,84 (quarenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)

O correto é:

R\$40.655,84 (quarenta mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de fevereiro de 2018.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 103/2018

Publicação Nº 1529101

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 103/2018
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA JANICE DE FREITAS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ JANICE DE FREITAS – AGENTE ADMINISTRATIVA – LETRA D.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de fevereiro de 2018.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

PORTARIA N.º 104/2018

Publicação Nº 1529112

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 104/2018

Exonera EMANUELY VENTURA DE SOUZA do cargo de Técnico de Enfermagem - PNAISP.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, EMANUELY VENTURA DE SOUZA do cargo de Técnico de Enfermagem - PNAISP, contrato de trabalho nº. 020/2018.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar 19/02/2018.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de fevereiro de 2018.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

PORTARIA N.º 105/2018

Publicação Nº 1529121

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 105/2018

Concede férias a servidora MARIANA LOHN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIANA LOHN, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, férias por 30 dias que gozará a partir de 26/02/2018 a 27/03/2018, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

PORTARIA N.º 106/2018

Publicação Nº 1529131

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 106/2018

Concede férias ao servidor FILIPE LOHN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor FILIPE LOHN, ocupante do cargo de Diretor de Escola, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/03/2018 a 03/04/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

PORTARIA N.º 107/2018

Publicação Nº 1529150

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 107/2018

Concede férias ao servidor FERNANDO MARTINS MEDEIROS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor FERNANDO MARTINS MEDEIROS, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 05/03/2018 a 03/04/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

PORTARIA N.º 108/2018

Publicação Nº 1529158

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 108/2018

Concede férias à servidora ANA CLAUDIA PAULI DE AMORIM.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ANA CLAUDIA PAULI DE AMORIM, ocupante do cargo de Contadora, o saldo remanescente de 06 (seis) dias referente ao período aquisitivo de 2015/2016, e férias por 20 dias referente ao período aquisitivo de 2016/2017, que gozará no período de 12/03/2018 a 06/04/2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

Saudades

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2018

Publicação N° 1529398

MUNICÍPIO DE SAUDADES
PROCESSO LICITATÓRIO N° 266/2018
DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE N° 001/2018
EDITAL DE CHAMAMENTO N° 001/2018

O Município de Saudades, Estado de Santa Catarina, torna público a abertura do processo, de Chamada Pública, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, de acordo com a Resolução/CD/FNDE N ° 26 de 17 de junho de 2013, fundamentada nas disposições da Lei n° 11.947/2009 bem como pelas demais disposições. O presente Edital e seus anexos estão disponíveis no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades e por meio eletrônico no site www.saudades.sc.gov.br; As propostas serão recebidas até as 09:00 horas do dia 09 de março de 2018, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Castro Alves, 279, centro, Saudades, SC.

Saudades, SC, 20 de fevereiro de 2018.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.401/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1529560

DECRETO Nº 4.401/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.325/2017 de 4 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.028,21 (um mil vinte e oito reais e vinte e um centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR DE CONTABILIDADE E FINANCEIRO

03.01.04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0089 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.028,21

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de Fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

Seara

PREFEITURA

PORTARIAS 196/2018 E 197/2018

Publicação Nº 1529220

Portaria nº. 196/2018. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando a homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve, Nomear por Concurso Público, Nair Mates, para o cargo de provimento efetivo de Servente Interno, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 40, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de fevereiro de 2018.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Seara, SC., 20 de fevereiro de 2018.

Flavio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 20 de fevereiro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

Portaria nº. 197/2018. O Prefeito Municipal em Exercício de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 1º da lei complementar nº. 35 de 17 de março de 2010, que altera a redação do artigo 110 e acrescenta os artigos 110-A, 110-B, 110-C e 110-D da lei complementar 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e dá outras providências, resolve, Prorrogar, Por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, no período de 01 de junho a 30 de julho de 2018, a Licença Maternidade da servidora Kalinka Schimitti da Silva, matrícula 212101, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 20 de fevereiro de 2018.

Flavio Ragagnin

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em 20 de fevereiro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018 - FMS

Publicação Nº 1528610

Fundo Municipal de Saúde de Seara

Processo Licitatório n. 005/2018 – FMS

Edital de Pregão Presencial nº. 001/2018-FMS

O Município de Seara, SC, através da Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal da Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo

até às 08h30min do dia 07/03/2018, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à prestação de serviços de equoterapia. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 20 de fevereiro de 2018.

Flávio Joel Zolet

Secretário Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2017

Publicação Nº 1528259

Retificação Processo Licitatório nº 029/2018

Retificação Edital de Pregão Presencial nº. 011/2018

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 011/2018, datado de 07/02/2018, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais destinados as operações tapa buraco deste município. No decorrer do prazo para abertura do aludido processo licitatório, foi constatada a necessidade de retificação do instrumento convocatório (edital), tendo em vista a necessidade de alteração na descrição do item 4, uma vez que limita o universo de licitantes aptos a participarem do certame.

Em virtude da presente conjectura fática o prazo para a entrega dos envelopes fica alterada para o dia 06/03/2018, às 13:30 horas, sendo a abertura dos invólucros realizada nesta mesma data, às 13:35 horas, tudo de acordo com a lei n.º 10.520/02 e da lei n.º 8.666/93.

Os demais itens, cláusulas e anexos do Edital do Pregão Presencial nº. 011/2018 – permanecem inalterados.

Publique-se.

Seara, SC, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2018.

Flavio Ragagnin

Prefeito em exercício

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2018

Publicação Nº 1528365

Errata Processo Licitatório nº 031/2018

Errata Edital de Pregão Presencial nº. 013/2018

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 013/2018, datado de 07/02/2018, que objetiva a aquisição de um veículo novo, tipo sedã, destinado às atividades da Secretaria Municipal da Educação de Seara/SC.

Após a retificação do processo licitatório, observou-se a descrição errônea da data de abertura da licitação, haja vista que o mês indicado como data para abertura dos envelopes foi transcrito de forma errada.

Devido a este fato onde se lê: a data de abertura dos envelopes fica alterada para o dia 28/01/2018, às 08:30 horas Leia-se: a data de abertura dos envelopes fica alterada para o dia 28/02/2018, às 08:30 horas

Em virtude dos itens não sofrerem alteração em seus descritivos, valores e características que indiquem mudança na cotação dos preços, e as demais cláusulas e anexos do Edital de Pregão Presencial nº. 013/2018 permanecerem inalterados, de acordo com o que prevê o artigo 21 § 4º da lei 8.666/93, o prazo de entrega dos

envelopes fica mantido para a data de 28/02/2018 às 08:30 horas, sendo abertos os invólucros no mesmo dia, às 08:35 horas, tudo de acordo com a lei n.º 8.666/93 e 10.520/02.

Publique-se.

Seara, SC, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2018.

Flavio Ragagnin

Prefeito em exercício

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 10/2018

Publicação Nº 1528229

PORTARIA Nº 10/2018, de 19 de fevereiro de 2018.

Convoca servidora

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

Convocar a servidora MARINÊS MIRANDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível "20", Matrícula 5, com férias registradas no período de 1º de fevereiro a 2 de março de 2018, conforme Portaria nº 5, de 29 de janeiro de 2018, para retornar às atividades no dia 22 de fevereiro (quinta-feira), por necessidade, sendo que os 9 (nove) dias restantes serão usufruídos em data a ser definida pela Câmara Municipal e em comum acordo com a servidora.

ELISEU AREND (FONSO)

Presidente da Mesa

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 034/2018

Publicação Nº 1529520

DECRETO Nº 034/2018, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GENI TEREZA STANKIEWICZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 40, da Lei Orgânica do Município de Serra Alta/SC, bem como, na Lei nº. 498/2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferida de lotação a Servidora Pública Municipal GENI TEREZA STANKIEWICZ, ocupante do cargo efetivo de Servente de Escola, tendo como carga horária 40 horas semanais, Nível 11, do Grupo 1-SEG, da Secretaria de Saúde, para a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 20 de fevereiro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 022/2018

Publicação Nº 1529466

PORTARIA Nº. 022/2018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARILEI LUBENOW SENHOR PARA O CARGO DE PROFESSOR II, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001/2018, do Município de Serra Alta/SC.

RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Marilei Lubenow Senhor
CPF:	039.964.169-62
RG:	4.589.624 SSPDC/SC
CARGO:	Professor II
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	6-MAG
NÍVEL:	62
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	19/02/2018 a 14/12/2018.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006. e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 19 de fevereiro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 030/2018

Publicação Nº 1529529

PORTARIA Nº. 030/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 001/2018- Fundo Municipal de Saúde, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos Contratos na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATOS Nº:	001/2018		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES DE GINECOLOGIA/OBSTETRICIA PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL.		
EMPRESA:	CONSULTÓRIO MÉDICO DR MARCIANO ME		
CNPJ Nº:	27.589.996/0001-79		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	JEFERSON MARTINI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	044.414.139-12	MATRÍCULA:	1066
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde e Assistência Social		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	SILVANE SENHOR		
CARGO:	Auxiliar Administrativa		
CPF:	037.868.279-23	MATRÍCULA:	347
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde e Assistência Social		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato Titular e Suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 20 de Fevereiro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 031/2018

Publicação Nº 1529536

PORTARIA Nº. 031/2018 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei

Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 002/2018- Fundo Municipal de Saúde, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos Contratos na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATOS Nº:	002/2018		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SOFTWARE EM GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM LOCAÇÃO DE SOFTWARE QUE AUXILIE NA EFETIVAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, ALÉM DE FORNECER FERRAMENTA DE ENVIO DE DADOS, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE AUDITORIA, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA E REPLICAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA OS TRABALHOS DE UTILIZAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO, VINCULADA AO PROCESSO DE GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.		
EMPRESA:	RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA		
CNPJ Nº:	19.286.537/0001-98		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	JEFERSON MARTINI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	044.414.139-12	MATRÍCULA:	1066
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde e Assistência Social		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	SILVANE SENHOR		
CARGO:	Auxiliar Administrativa		
CPF:	037.868.279-23	MATRÍCULA:	347
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde e Assistência Social		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato Titular e Suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 20 de Fevereiro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 018/2018

Publicação Nº 1528306

DECRETO Nº. 018, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.

ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE ATENDIMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zenio Cardoso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Município, de 06 de abril de 1990, e,

Considerando o término do horário de Verão dia 17 de fevereiro de 2018, (Sábado).

DECRETA:

Art. 1º. A partir do dia 26 de fevereiro de 2018, o horário de atendimento prestado pelos Órgãos da administração Pública Municipal, será em 2 (dois) turnos, sendo: das 08h00 às 11h30min, e das 13h30min às 17h30min, de segunda à sexta-feira,

Parágrafo Único: A Secretaria Municipal de Saúde de Sombrio, atenderá em 2 (dois) turnos, sendo das 07h30 às 11h30min, e das 13h00min às 17h00min, de segunda à sexta-feira.

Art. 2º. Fica revogados os Decretos nº 240, de 02 de outubro de 2017 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 19 de fevereiro de 2018.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Jose Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

EXTRATO PUBLICAÇÃO DL 012-2018

Publicação Nº 1528285

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018

OBJETO: O presente procedimento licitatório tem por objetivo a contratação da Fundação Educacional de Criciúma mantenedora da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, para realização de programa de formação continuada para professores e gestores da rede municipal de educação de Sombrio, de modo a atender as necessidades identificadas, promovendo o fortalecimento da proposta curricular do município, discutindo e propondo propostas de intervenção didático-pedagógicas, para o Exercício de 2018.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA mantenedora da UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC.

VALOR DO OBJETO: R\$ 17.750,00 (dezessete mil, setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 20/02/2018 a 31/12/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XIII, da lei 8.666/93 de 21 de

junho de 1993 e suas alterações.

Sombrio/SC, em 20 de Fevereiro de 2018.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO PUBLICAÇÃO IL 011-2018

Publicação Nº 1528332

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2018

OBJETO: Contratação do SEBRAE/SC, para desenvolvimento prestação de serviços para desenvolvimento de um projeto lógico para o novo sistema SIGAT para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina que passará a ser chamado de SAFE (Sistema Automatizado de Fiscalização de Edificações).

CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC - SEBRAE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC.

VIGÊNCIA: 16/02/2018 a 15/02/2020.

VALOR DO OBJETO: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Sombrio/SC, em 16 de fevereiro de 2018.

ZÊNIO CARDOSO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 023/2018

Publicação Nº 1528348

PORTARIA Nº 023 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 098, de 04 de abril de 2017, que colocou a disposição da Prefeitura Municipal de Balneário Gai-vota – SC, sem ônus para o Município de Sombrio – SC, o servidor efetivo ROSINÉIA ALVES FERREIRA, matrícula nº 3223, professor de Artes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 09 de fevereiro de 2018.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 024/2018

Publicação Nº 1528349

PORTARIA Nº 024 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018.
EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Exonerar a Pedido o Servidor efetivo Sra. JULIANA FERREIRA ALEXANDRE DE OLIVEIRA, Odontólogo – PSF, matrícula nº 5545, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 132, de 01 de abril de 2011.

Fica revogada a Portaria 132, de 01 de abril de 2011, e demais disposições em contrário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 14 de fevereiro de 2018.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 025/2018

Publicação Nº 1528350

PORTARIA Nº. 025 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018
EDITAL 001/2015 (SAMAE)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, Lei nº 1114, de 07 de abril de 1997, Lei Complementar nº 006, de 07 de agosto de 2007, combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Samae), para os cargo de Auxiliar Administrativo e Operador de ETE/ETA, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que os referidos candidatos deveram comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Samae) para tomar posse:

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (SAMAE)

Nome do Candidato	Classificação
Giana Coelho	3º

OPERADOR DE ETE/ETA (SAMAE)

Nome do Candidato	Classificação
Henrique Alamini Neto	8º

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 19 de fevereiro de 2018.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

PROCESSO 005-2018- FMS - S.R.P

Publicação Nº 1528339

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Seleção da melhor proposta para futura e eventual contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais ambulatoriais e odontológicos para uso na Unidade Central de saúde e demais unidades básicas inclusive nos ESF's do município de Sombrio/SC. Tipo de julgamento: menor preço por item.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie; bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 08h30min do dia 07 de março de 2018, com início do credenciamento e abertura marcada para as 08h45min do dia 07 de março de 2018.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00min às 13h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-5225.

Sombrio-SC, 20 de fevereiro de 2018.

Gislane Dias da Cunha
Secretária Municipal de Saúde

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 114, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1528720

PORTARIA Nº. 114, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando o Decreto nº. 019 de 26 de Janeiro de 2018, que suspende as atividades do Hospital Municipal Frei Rogério e dá outras providências.

Considerando o ofício expedido pela Secretária de Saúde.

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a servidora JOCELIA BARROSO VIEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM – NÍVEL 09 - CLASSE A, a partir de 07/02/2018.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 07/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 115, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1528726

PORTARIA Nº. 115, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando o Decreto nº. 019 de 26 de Janeiro de 2018, que suspende as atividades do Hospital Municipal Frei Rogério e dá outras providências.

Considerando o ofício expedido pela Secretária de Saúde.

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a servidora LUCIANA TERESINHA VIEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM – NÍVEL 09 - CLASSE A, a partir de 05/02/2018.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 107, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1528622

PORTARIA Nº. 107, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora ROSANE SALETE DE LIMA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – CLASSE A, com carga horária de 20h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 06/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 06/02/2018 revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 109, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1528631

PORTARIA Nº. 109, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74,

incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora ALINE MARIA TURCO, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – CLASSE A, com carga horária de 20h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 117, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR
QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE
PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528731

PORTARIA Nº. 117, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora ELISANGELA APARECIDA FRESKI DOS CAMPOS DOS ANJOS, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – CLASSE A, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 06/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 06/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 118, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR
QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE
PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528733

PORTARIA Nº. 118, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora FABIANE JARDIM, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 06/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 06/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 124, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2.018.
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EFETIVO.**

Publicação Nº 1528752

PORTARIA Nº. 124, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo; e;

Considerando o resultado classificatório no concurso público realizado em conformidade com o edital nº 002/2016;

Considerando os termos do decreto homologatório nº 014/2017 de 09 de Fevereiro de 2017.

Com amparo no artigo 74, inciso IX da Lei Orgânica, c/c artigo 15, inciso II da Lei Complementar nº 057 de 02/01/2012 e Lei Complementar 060/2012 de 02/01/2012;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear por concurso público PAULA INDIANE FERREIRA, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO – NÍVEL 03 – CLASSE A, 40 horas semanais a partir de 06/02/2018.

Art. 2.º - As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 06 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 125, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2.018.
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EFETIVO.**

Publicação Nº 1528755

PORTARIA Nº. 125, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo; e;

Considerando o resultado classificatório no concurso público realizado em conformidade com o edital nº 002/2016;

Considerando os termos do decreto homologatório nº 014/2017 de 09 de Fevereiro de 2017.

Com amparo no artigo 74, inciso IX da Lei Orgânica, c/c artigo 15, inciso II da Lei Complementar nº 057 de 02/01/2012 e Lei Complementar 041/2007 de 03/12/2007;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear por concurso público JESSICA BAGGIO RIBEIRO, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - ESF II - MICROAREA 04, 40 horas semanais a partir de 06/02/2018.

Art. 2.º - As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria Municipal Saúde, Assistência Social e Habitação.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 06 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 149, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.018.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR
QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE
PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528774

PORTARIA Nº. 149, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 006/2017 que estabeleceu normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas

temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público o servidor RAMON RIBEIRO, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de DOC PROFESSOR, com carga horária de 20h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 15/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 15 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 150, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.018.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR
QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE
PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528776

PORTARIA Nº. 150, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora ANDREIA BONASSI RAMPON, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – CLASSE A, com carga horária de 20h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 15/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 15 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
Nº 014/2018**

Publicação Nº 1528216

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018

Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às

dez horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 014/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM DA SECRETARIA MI DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Participam deste certame as seguintes empresas:

1) LIGA ESPORTIVA VIDERENSE, representada neste ato por Luiz Carlos Spanholi;

2) ASSAMEC-ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE, representada neste ato por Acyr da Silva;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa LIGA ESPORTIVA VIDERENSE com o valor total de R\$ 13.680,00 (treze mil seiscentos e oitenta reais) e para os itens 2 e 3 sagrou-se vencedor a empresa ASSAMEC-ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE com o valor total de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 20/02/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 20 de Fevereiro de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns

Membro da Comissão de Licitações

Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações

LIGA ESPORTIVA VIDERENSE

ASSAMEC-ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

Publicação Nº 1528544

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 018/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto registro de preço a AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Participam deste certame as seguintes empresas:

1) SCHNEIDER E CIA LTDA ME, representada neste ato por Marco Antônio Schneider;

2) TOTAL SPORTS LTDA ME, representada neste ato por Anderson Cordeiro Pirolli;

Esteve presente ao certame o Sr. Alisson Schlindwein diretor de esportes do município. Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se

para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor a empresa TOTAL SPORTS LTDA ME com o valor total de R\$ 9.990,00 (nove mil novecentos e noventa reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 20/02/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 20 de Fevereiro de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns

Membro da Comissão de Licitações

Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações

Alisson Schlindwein

Diretor de Esportes

SCHNEIDER E CIA LTDA ME

TOTAL SPORTS LTDA ME

PORTARIA Nº 156, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1528783

PORTARIA Nº 156, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 488/2017

2- Considerando a Lei Complementar 092/2017, que dispõe sobre a reestruturação do Sistema de Carreira e Salários de Pessoal Do Poder Executivo do Município de Tangará, Cria, Extingue e Modifica Cargos, Altera Níveis e Carga Horária, Fixa Vencimentos e Dá Outras Providências, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao servidor ANDRÉ LUIZ SCHNEIDER, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS EXTERNO - NÍVEL 13 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/02/2018.

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº 092/2017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 01/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 16 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 106, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES
A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528618

PORTARIA Nº. 106, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar n. 60, de 02 de Janeiro de 2012;

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar o pagamento correspondente de (01) uma aula excedente, a servidora, CAROLINE SLONGO FALCHETTI, brasileira, residente e domiciliada neste, município de Tangará, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo de DOC PROFESSOR, a partir de 05/02/2018.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo será correspondente àquele que o servidor vem percebendo normalmente, e perdurará até que houver a necessidade durante o período letivo de 2018.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 108, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES
A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528627

PORTARIA Nº. 108, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar n. 60, de 02 de Janeiro de 2012;

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar o pagamento correspondente de (01) uma aula excedente, a servidora, ROSANE SALETE DE LIMA, brasileira, residente e domiciliada neste, município de Tangará, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – CLASSE A, a partir de 06/02/2018.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo

será correspondente àquele que o servidor vem percebendo normalmente, e perdurará até que houver a necessidade durante o período letivo de 2018.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 06/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 110, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES
A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528636

PORTARIA Nº. 110, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

AUTORIZA PAGAMENTO DE AULAS EXCEDENTES A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar n. 60, de 02 de Janeiro de 2012;

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar o pagamento correspondente de (04) quatro aulas excedente, a servidora, ALINE MARIA TURCO, brasileira, residente e domiciliada neste, município de Tangará, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – CLASSE A, a partir de 05/02/2018.

Parágrafo único. O valor da aula excedente a que alude este artigo será correspondente àquele que o servidor vem percebendo normalmente, e perdurará até que houver a necessidade durante o período letivo de 2018.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 111 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
EXONERA DO CARGO PÚBLICO SERVIDOR QUE
ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528713

PORTARIA Nº. 111 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

EXONERA DO CARGO PÚBLICO SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c.c o Art 40 da Lei Complementar 057/2012;

Considerando que a servidora requereu exoneração do cargo por motivos particulares;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do serviço público a servidora, ELIBIDA CASSIANO POCERA GASANIGA, brasileira, residente e domiciliada no município de Tangará Santa Catarina, ocupante do cargo de MONITOR SOCIAL – NÍVEL 08 – CLASSE A, a partir de 02/02/2018.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo 1º, fica declarada a vacância do cargo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 02/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 112, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR
QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE
PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528715

PORTARIA Nº. 112, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 006/2017 que estabeleceu normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora DENISE APARECIDA DA COSTA CLOSS, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO – NÍVEL 07 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 116, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR
QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE
PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528729

PORTARIA Nº. 116, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora CAROLAINÉ ALVES BATISTA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 123, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528749

PORTARIA Nº. 123, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando o Decreto nº. 019 de 26 de Janeiro de 2018, que suspende as atividades do Hospital Municipal Frei Rogério e dá outras providências.

Considerando o ofício expedido pela Secretária de Saúde.

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a servidora NICOLI CRISTINI CERON, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM – NÍVEL 09 - CLASSE A, a partir de 05/02/2018.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 135, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1528758

PORTARIA Nº. 135, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 006/2017 que estabeleceu normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora MARCIELE RAQUEL FERREIRA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 14/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 136, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528759

PORTARIA Nº. 136, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora DANIELLI POSSERA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 14/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 138 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018. RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528763

PORTARIA Nº. 138 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas, no Inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando que o servidor recebeu alta do auxílio doença, requerido através do Instituto Nacional de Serviço Social INSS.

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar o retorno ao trabalho da Servidora MARILI APARECIDA DO PRADO, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina ocupante do cargo de professor de educação básica i – classe a, a partir de 06/02/2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 06/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 142, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018. NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.**

Publicação Nº 1528769

PORTARIA Nº. 142, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo; e;

Considerando o resultado classificatório no concurso público realizado em conformidade com o edital nº 001/2016;

Considerando os termos do decreto homologatório nº 027/2015 de 25 de Abril de 2016.

Com amparo no artigo 74, inciso IX da Lei Orgânica, c/c artigo 15, inciso II da Lei Complementar nº 073/2014 de 11 de Abril de 2014;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear por concurso público ROSANA CLAUDIA TORQUATTO KOLBERG, para exercer o cargo de provimento efetivo de NUTRICIONISTA NASF, 40 horas semanais a partir de 14/02/2018.

Art. 2.º - As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 153 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.018.
CONCEDE PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA
A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528779

PORTARIA Nº. 153 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONCEDE PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c com a Lei Complementar nº 060 de 02/01/2012;

Considerando: o ofício expedido pela Secretária de Educação;

RESOLVE:

Art. 1.º Concede pagamento de função gratificada de Diretor Geral, no Centro de Educação Tangaraense Mara Regina Simionatto à servidora VANICE TEREZINHA UBERTI SCHIZZI, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – CLASSE C, a partir de 02/02/2018.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 02/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 15 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº.146 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.
EXONERA DO CARGO PÚBLICO SERVIDOR QUE
ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528772

PORTARIA Nº.146 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

EXONERA DO CARGO público SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c.c o Art 40 da Lei Complementar 057/2012;

Considerando que o servidor requereu exoneração do cargo por motivos particulares;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do serviço público o servidor, MOACIR JOSE BALBINOTI, brasileiro, residente e domiciliado no município de Tangará

Santa Catarina, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS- NÍVEL 09 – CLASSE B, a partir de 14/02/2017.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo 1º, fica declarada a vacância do cargo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº.157 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2.018.
EXONERA DO CARGO PÚBLICO SERVIDOR QUE
ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1528784

PORTARIA Nº.157 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2.018.

EXONERA DO CARGO público SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c.c o Art 40 da Lei Complementar 057/2012;

Considerando que o servidor requereu exoneração do cargo por motivos particulares;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do serviço público o servidor, RICARDO FERREIRA CARVALHO, brasileiro, residente e domiciliado no município de Tangará Santa Catarina, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS- NÍVEL 09 – CLASSE B, a partir de 16/02/2017.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo 1º, fica declarada a vacância do cargo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO 005/2018 EDITAL DE CREDENCIAMENTO
002/2018 SMS**

Publicação Nº 1529210

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2018

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que encontra se aberto o EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 002/2018, a qual tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS COM MOLDAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues no Departamento de Licitações. O credenciamento inicia-se

no dia 22 de Fevereiro de 2018 até dia 31 de Dezembro de 2018.
O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa
do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522.
Tangará-SC, 20 de Fevereiro de 2018.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 896 18

Publicação Nº 1527953

LEI MUNICIPAL Nº. 896/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR VALOR PARA INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTOS A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar a instituição de atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais o valor de até R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, por aluno atendido.

Art.2º A entidade beneficiada deverá obrigatoriamente apresentar mensalmente a administração pública os seguintes documentos, sob pena de suspensão dos repasses:

I – Relação de alunos do município de Tigrinhos matriculados;

II – Relação de frequência dos alunos;

III – cópias dos balancetes financeiros;

IV – extrato bancário de contas específica e declaração do presidente e tesoureiro da entidade, afirmando que os recursos foram recebidos e aplicados para os fins que se destinam;

Art.3º. A instituição beneficiada deverá ser entidade filantrópica.

Art.4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária específica.

Art. 5º. As disposições desta Lei serão regulamentadas, no que couber, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC ou em outra publicação oficial.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 864/17, de 10 de março de 2017.

Tigrinhos/SC, 20 de fevereiro de 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

Tijucas

PREFEITURA

LEI Nº 2703-2018

Publicação Nº 1528118

LEI Nº 2703, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Revoga o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 2437/2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Revoga-se o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 2437/2012.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas (SC), 20 de fevereiro de 2018.

Elói Mariano Rocha
Prefeito do Município

LEI Nº 2704-2018

Publicação Nº 1528120

LEI Nº 2704, 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza abertura de remanejamento orçamentário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Legislativo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no orçamento do exercício 2018, no valor de R\$ 28.260,00 (vinte e oito mil, duzentos e sessenta reais), com recursos próprios do Município, para atender recomendações do TCE/SC.

01 - Câmara Municipal de Vereadores

01 - Câmara Municipal de Vereadores

1311.2.001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

..... R\$ 28.260,00

Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Próprios

Art. 2º Por conta da anulação referida no artigo anterior fica suplementada a dotação do órgão que segue:

16 – Instituto de previdência social de Tijucas

16 – Instituto de previdência social de Tijucas

1019.2.056 – Manutenção e funcionamento do IPP

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

..... R\$ 28.260,00

Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Próprios

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas (SC), 20 de fevereiro de 2018.

Elói Mariano Rocha
Prefeito do Município

PORTARIA 51/2018

Publicação Nº 1527791

PORTARIA Nº 51, 29 DE JANEIRO DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Janeiro/2018, ao (a)Sr (a), MARIA DE FATIMA CLASEN, matrícula nº 7724, Professor Nível I (Creche), admitido (a) em 18/01/2012, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M05" para a letra "M06", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 52/2018

Publicação Nº 1527794

PORTARIA Nº 52, 29 DE JANEIRO DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Janeiro/2018, ao (a)Sr (a), PRISCILA VIEIRA DE SOUZA, matrícula nº 7721, Professor Nível II (Creche), admitido (a) em 18/01/2012, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M05" para a letra "M06", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 53/2018

Publicação Nº 1527795

PORTARIA Nº 53, 29 DE JANEIRO DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Janeiro/2018, ao (a)Sr (a), ROSANE FAUSTO DA CRUZ, matrícula nº 1623, Professor Nível III (Matemática), admitido (a) em 17/02/2003, progressão funcional

horizontal por tempo de serviço, da Letra "M13" para a letra "M14", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 54/2018

Publicação Nº 1527796

PORTARIA Nº 54, 29 DE JANEIRO DE 2018

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Janeiro/2018, ao (a)Sr (a), SORAIA CORREIA DE MELO OLIVEIRA, matrícula nº 7713, Professor Nível II (Creche), admitido (a) em 18/01/2012, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M05" para a letra "M06", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 55/2018

Publicação Nº 1527797

PORTARIA Nº 55, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). ELOISO LEOPOLDO DE CAMPOS, matrícula nº 1519, do cargo de Farmacêutico Bioquímico, admitido(a) em 17/01/2003, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 56/2018

Publicação Nº 1527799

PORTARIA Nº 56, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei

Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). LUIZ FERNANDO DOS SANTOS, matrícula nº 1524, do cargo de Motorista II (Suplementar), admitido(a) em 17/01/2003, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 57/2018

Publicação Nº 1527802

PORTARIA Nº 57, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). PATRICIA SOARES BORGES DOS SANTOS, matrícula nº 346, do cargo de Assistente Administrativo EQV, admitido(a) em 03/06/1996, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 58/2018

Publicação Nº 1527804

PORTARIA Nº 58, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). PAULO ROBERTO POSSAMAI, matrícula nº 1520, do cargo de Farmacêutico Bioquímico, admitido(a) em 17/01/2003, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 59/2018

Publicação Nº 1527806

PORTARIA Nº 59, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). DEBORA TAISE DIAS DE MORAES, matrícula nº 7703, do cargo de Técnico em Enfermagem, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 60/2018

Publicação Nº 1527815

PORTARIA Nº 60, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). ELIANE SANI, matrícula nº 7680, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 61/2018

Publicação Nº 1527816

PORTARIA Nº 61, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). ELIETE TEREZINHA PEIXER, matrícula nº 7687, do cargo de Merendeira, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 62/2018

Publicação Nº 1527818

PORTARIA Nº 62, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). GERALDINA ANELIA SILVEIRA STEIL, matrícula nº 7675, do cargo de Agente de Turismo, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 63/2018

Publicação Nº 1527822

PORTARIA Nº 63, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). JAIME MARCILIO DA SILVA JUNIOR, matrícula nº 7696, do cargo de Motorista III, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 64/2018

Publicação Nº 1527824

PORTARIA Nº 64, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). JANETE MARTINS, matrícula nº 7702, do cargo de Técnico em Enfermagem, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 65/2018

Publicação Nº 1527834

PORTARIA Nº 65, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). JOSE ANTONIO CAMARGO, matrícula nº 2277, do cargo de Fiscal de Tributos (Suplementar), admitido(a) em 04/02/2004, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 66/2018

Publicação Nº 1527852

PORTARIA Nº 66, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). LUZIA ALFLEN, matrícula nº 7688, do cargo de Merendeira, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 67/2018

Publicação Nº 1527856

PORTARIA Nº 67, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). MARIA APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº 7691, do cargo de Merendeira, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 68/2018

Publicação Nº 1527859

PORTARIA Nº 68, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). MARIA MARGARETE POLI, matrícula nº 2270, do cargo de Assistente Administrativo EQV, admitido(a) em 04/11/2004, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 69/2018

Publicação Nº 1527869

PORTARIA Nº 69, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). MARILDE FERREIRA, matrícula nº 7681, do cargo de Cuidador Social, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 70/2018

Publicação Nº 1527872

PORTARIA Nº 70, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). MARILENE FERREIRA, matrícula nº 7682, do cargo de Cuidador Social, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 71/2018

Publicação Nº 1527876

PORTARIA Nº 71, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). NILCE TERESINHA RAMOS, matrícula nº 7692, do cargo de Merendeira, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 72/2018

Publicação Nº 1527881

PORTARIA Nº 72, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). PRICILA GRASIELLE PORCINCULA, matrícula nº 1560, do cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico EQV, admitido(a) em 01/02/2003, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 73/2018

Publicação Nº 1527888

PORTARIA Nº 73, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). REGIANE MARIA PEREIRA, matrícula nº 7697, do cargo de Técnico em Enfermagem, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 74/2018

Publicação Nº 1527893

PORTARIA Nº 74, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). RENATA MARIA DE SOUZA COSTA, matrícula nº 1764, do cargo de Assistente Administrativo EQV, admitido(a) em 03/04/2003, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 75/2018

Publicação Nº 1527896

PORTARIA Nº 75, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). RUTE DA SILVA, matrícula nº 7700, do cargo de Técnico em Enfermagem, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 76/2018

Publicação Nº 1527900

PORTARIA Nº 76, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). SIDNEI PEDRO AMORIM, matrícula nº 7679, do cargo de Auxiliar Administrativo, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 77/2018

Publicação Nº 1527902

PORTARIA Nº 77, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). SOLANGE TEREZINHA DOS SANTOS, matrícula nº 7701, do cargo de Técnico em Enfermagem, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 78/2018

Publicação Nº 1527903

PORTARIA Nº 78, 29 DE JANEIRO DE 2018

ELOI MARIO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Janeiro/2018, ao(a) Sr(a). ZELANDIA VIEIRA LINHARES, matrícula nº 7701, do cargo de Merendeira, admitido(a) em 18/01/2012, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/PMT/2018
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 021/
PMT/2018**

Publicação Nº 1528090

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/PMT/2018
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 021/PMT/2018

Objeto: Aquisição de material de limpeza, higiene e utensílios para uso da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço item

Data de Abertura: 06 de março de 2018, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/PMT/2018 PREGÃO
PRESENCIAL Nº 022/PMT/2018**

Publicação Nº 1528166

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/PMT/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/PMT/2018

Objeto: Aquisição de materiais, serviços e suprimentos de informática para a Polícia Militar, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 06 de março de 2018, as 09h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMT/2018

Publicação Nº 1528197

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/PMT/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMT/2018

Objeto: Aquisição de materiais para construção/reforma do quartel da Polícia Militar, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 07 de março de 2018, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/PMT/2018

Publicação Nº 1528214

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/PMT/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/PMT/2018

Objeto: Aquisição de portas de vidro para as dependências do quartel da Polícia Militar, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 07 de março de 2018, as 10h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO 11/2018 - PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2017

Publicação N° 1527952

ATO CONVOCATÓRIO 11/2018

PROCESSO SELETIVO N° 001/2017

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2017, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2017.
2. Caso os candidatos não se apresentem no prazo de 30 dias serão considerados desistentes, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Timbé do Sul, 20 de fevereiro de 2018.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

ANEXO I – CONVOCAÇÃO 11/2018

Auxiliar de Serviços Gerais I			
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
23	608174	21/02/1984	Simone Barbosa de Aguiar
24	609001	18/03/1982	Janete da Rosa
25	607512	24/05/1979	Ivonete da Silva

Roberto Biava
Prefeito Municipal

DECRETO 43/2018 NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO

Publicação N° 1528661

DECRETO N° 43, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo identificados, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, contratados de 19/02/2018 à 20/06/2018:

Nome	Cargo/ Carga horária	Nº Contrato Administrativo
Dilceia Maria Borges Santos	Monitor de Creche e Pré-Escolar	127/2018
Nezio Manfioletti	Motorista	128/2018

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 19 de fevereiro de 2018.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretario de Administração e finanças
JSP/Agente Administrativo
Matrícula 844

DECRETO 44/2018 NOMEIA SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO

Publicação Nº 1528663

DECRETO Nº 44, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONTRATA SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002, que: Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada Jardileni Polli Feghera, CPF nº 078.331.769-74 e RG 4.275.150, para ocupar o cargo de Professor Ensino Infantil 20 hs, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, de 19/02/2018 a 14/12/2018, em conformidade com o Contrato Administrativo nº 129/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 19 de fevereiro de 2018.
ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretario de Administração e finanças

JSP/Mat. 844

EXTRATO DO TERMO DE PARCERIA 03/2018 - COLABORAÇÃO

Publicação Nº 1527984

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Parceria nº 03/2018 - Colaboração

Administração Pública: Município de Timbé do Sul

Organização da Sociedade Civil: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbe Do Sul

Objeto: Garantir os direitos da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, na busca de sua efetiva inclusão social de acordo com o estabelecido no Plano de Trabalho.

Valor: R\$ 94.758,77 (noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos).

Vigência: 15/02/2018 a 31/12/2018

LEI Nº 1871/2017

Publicação Nº 1527992

LEI Nº 1.871, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BEM DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a alienação de bem imóvel do Município de Timbé do Sul, a seguir especificado, imóvel em desuso onde funcionava a Escola Municipal de Ensino Fundamental Major Alcebíades Seara:

☐ Imóvel: Terreno Rural localizado em Amola Faca, Timbé do Sul – SC, medindo 10.000 m2, Matricula no Registro de Imóveis sob nº 14.396, onde se encontra a Escola Reunidas Major Alcebíades Seara.

Art. 2º. Fica autorizado o setor contábil do Município proceder o lançamento de baixa do valor correspondente a alienação dos bens do Patrimônio Público Municipal.

Art. 3º. O procedimento para realização da presente Lei obedecerá ao que preceitua a legislação em vigor, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 31 de outubro de 2017.
Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA RECEBIMENTO DOCUMENTOS FALTANTES HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 25 2017 FMS

Publicação Nº 1529124

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE RECEBIMENTO DOCUMENTOS FALTANTES HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 25/2017 – FMS

Às oito horas do décimo nono dia, do mês de fevereiro de dois mil e dezoito (19/02/2018), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, para dar continuidade à análise dos documentos - Habilitação da Tomada de Preços nº 25/2017 – FMS, conforme prazo proposto para regularização de documentos relacionados na Ata de Julgamento da Habilitação publicada no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 2444, página 1352.

Decorrido o prazo legal para apresentação dos documentos faltantes, a licitante SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA -EPP regularizou a documentação, sendo que, a Comissão decide encaminhar os documentos anexados para a área de Engenharia para Parecer Técnico.

Tendo em vista a decisão proferida, os envelopes de propostas deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para a sua abertura.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO MARCOS SLOMP

Presidente

FELIPE RAMOS DOS SANTOS

Membro

LOURDES MOSER

Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 21 2018 PMT - CENTRAIS TELEFÔNICAS

Publicação Nº 1529126

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018 PMT

OBJETO: locação de centrais telefônicas e componentes, placas IP, telefones digitais, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e instalação das centrais telefônicas com fornecimento de material e acessórios necessários para prestação de serviços nas unidades administrativas do município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 06 de março de 2018. ABERTURA: dia 06 de março de 2018 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 20/02/2018

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 01 2018 FUMTUR - IMPRESSÃO DE MAPAS TURÍSTICOS

Publicação Nº 1529128

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2018 FUMTUR

OBJETO: registro de preços para contratação de serviço de impressão de mapas turísticos destinados a distribuição em pontos turísticos da cidade de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 06 de março de 2018. ABERTURA: dia 06 de março de 2018 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 20/02/2018

FLÁVIA ELISE CIPRIANI

Diretora de Turismo

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 24.2018 FUMTUR

Publicação Nº 1529133

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2018 FUMTUR

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, L.A.H.C CONSULTORIA E MARKETING LTDA, CNPJ nº. 12.582.065/0001-71, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 28/02/2018.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 20 de fevereiro de 2018.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

DECISÃO IMPUGNAÇÃO EDITAL N.º 17 2018 PMT - TELEALARME BRASIL EIRELI

Publicação Nº 1529134

DECISÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 17/2018 PMT.

I. Dos Fatos:

1. O Município de Timbó/SC, CNPJ 83.102.764/0001-15, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria de Fazenda e Administração (localizada na Avenida Getúlio Vargas, n.º 700, Centro), representada pela Secretária de Fazenda e Administração, Sra. Maria Angélica Faggiani, lançou edital de licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a contratação de empresa especializada em serviços de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização

e imobilização automática de veículos, e prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS), em tempo real e ininterrupto, para controle de veículos da frota da prefeitura municipal de timbó, incluindo o fornecimento de equipamentos (regime de comodato), componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento, de acordo com o termo de referência (repetição total do Pregão Presencial n.º 53/2017 com alterações).

2. O edital foi publicado em 14/02/2018, tendo por data de abertura 24/02/2018 – 14:30h.

3. Em 20 de fevereiro do corrente, a empresa TELEALARME BRASIL EIRELI apresentou impugnação ao Edital supramencionado, alegando, em apertada síntese que:

- a. Que o edital equivoca-se ao não exigir a obrigatoriedade de registro junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, dos atestados de capacidade técnica;
- b. Que o edital equivoca-se ao não exigir exibição de balanço patrimonial, demonstração de capacidade financeira e contábil;
- c. Que o edital equivoca-se ao não exigir comprovante de licença para utilização comercial dos fornecedores de mapas; e
- d. Que o edital equivoca-se ao exigir certidão de falência e concordata.

4. Ante a argumentação contida, solicita o ora Impugnante, que seja retificado o texto para constar as exigências supra relacionados no instrumento convocatório.

5. Segundo refere, tem por objetivo assegurar a todos os propoentes a oportunidade de competir em iguais condições, observando-se, dessa forma, princípios basilares do direito constitucional e administrativo.

6. É o breve relato dos fatos.

II. Da tempestividade:

7. Verifica-se a tempestividade e regularidade da presente impugnação, atendendo ao preconizado no item 4.1 do presente edital que determina que em até 02 (dois) dias úteis antes do início da Sessão Pública e de abertura dos envelopes de propostas os interessados poderão solicitar por escrito esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

8. Isto porque a sessão resta agendada para 27/04/2018 às 14:30h, sendo que o protocolo exclusivamente eletrônico da presente ocorreu em 20/04/2018, não tendo aportado aos autos até 20/04/2018 a via física, conforme exigência contida no item 4.4 do instrumento convocatório.

III. Do Mérito:

a. Da qualificação técnica:

9. Analisando os termos da impugnação interposta pela r. Impugnante, no que diz respeito ao equívoco presente no ato convocatório, ao não exigir a obrigatoriedade de atestado de qualificação técnica devidamente registra junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, tem-se por indeferir o recurso. Vejamos.

10. A Lei 8.666/1993, em seu artigo 30, I prevê a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente dos licitantes em que a profissão e atividade econômica exercida sejam regulamentadas por lei.

11. Os serviços objeto da presente licitação, qual seja, a contratação de empresa especializada em serviços de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização e imobilização automática de veículos, e prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS), em tempo real e ininterrupto, para controle de veículos da frota da prefeitura municipal de timbó, incluindo o fornecimento de equipamentos (regime de comodato), componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento, não são regulados por legislação própria.

12. Conclui-se que, se tratando de licitação envolvendo serviço/profissão não regulamentada, é equivocada a exigência de registro

ou inscrição da empresa, assim como o registro dos atestados de capacidade técnica, nas entidades profissionais competentes.

13. A exigência fere os princípios da livre concorrência e da liberdade de profissão, consagrados na Carta Magna, uma vez que pode restringir a competitividade do procedimento licitatório.

14. Ademais, conforme pesquisa realizada em sítios eletrônicos de tribunais e prefeituras, em especial o Parecer AJ nº 083/2017 exarado no Pregão Presencial do CRM/ES 007/2017 de rastreamento veicular, o serviço não demanda complexidade em sua execução. Também desnecessário esclarecer com delongas, que o presente objeto, não se enquadra em serviços de obra, engenharia, arquitetura ou agronomia.

15. Não bastasse, conforme pesquisa realizada perante o CREA/SC (<http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=faq>), os serviços de monitoramento de rastreamento da frota não estão inclusos nos “registráveis” pois entendem-se próximos da área da informática do que da engenharia. Veja-se o teor extraído do site do CREA/SC:

24. Pessoas formadas em curso da área de processamento de dados podem obter registro no CREA-SC? Não. Os cursos da área de informática relacionados com aplicativos e softwares de processamento de dados, gerenciamento de empreendimentos e de sistemas de informação não pertencem ao universo de fiscalização do sistema CONFEA/CREAs. (<http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=faq>).

16. Desta forma, a exigência ora perseguida apenas diminuiria o universo de empresas a participarem, sem a devida sustentação legal, e tal conduta é veementemente reprovada pelo E. TCU, como segue em alguns exemplos:

Abstenha-se de exigir, nas licitações, especialmente naquelas destinadas a aquisição de bens e serviços de informática, a inscrição de licitante, inclusive dos respectivos profissionais, bem assim o registro de atestados junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA referentes às atividades de comercialização e manutenção de bens e serviços de informática, por falta de amparo legal. Estabeleça nos editais, nas licitações, especialmente naquelas destinadas a aquisição de bens e serviços de informática, relativamente à qualificação técnica das licitantes, tão somente requisitos de natureza essencial, que sejam indispensáveis a assegurar o cumprimento da parcela mais relevante do objeto licitado, em conformidade com o disposto no art. 37, inciso XX I, da Constituição Federal.

Acórdão 168/2009 Plenário.

Abstenha-se de incluir condições de habilitação técnica restritivas ao caráter competitivo do certame, em respeito ao art. 30, da Lei no 8.666/1993.

Acórdão 2883/2008 Plenário

Não inclua nos editais de licitação exigências não previstas em lei ou irrelevantes para a verificação da qualificação técnica das licitantes em obediência ao art. 30, § 1º, I, da Lei no 8.666/1993.

Acórdão 2864/2008 Plenário

17. Portanto, razão não assiste a impugnante, no que se refere necessidade da exigência de registro de capacidade técnica da empresa junto ao CREA.

b. Da liberalidade a exigência de qualificação econômico-financeira:

18. Analisando os termos da impugnação interposta no que diz respeito a necessidade de apresentação de balanço patrimonial, tem-se por indeferir o recurso. Vejamos.

19. Aplica-se a modalidade de licitação denominada pregão a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 445 de 16 de março de 2006.

20. Referidos diplomas legais preveem:

Art. 4º (...) da Lei 10.520/2002 XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnicas e

econômico-financeira;

Art. 12 do Decreto Municipal nº 445/2006: Para habilitação será exigida, no mínimo, a comprovação da regularidade fiscal, mediante apresentação dos seguintes documentos: I - Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social; II - Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal; III - certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal; IV - certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; V - declaração do licitante que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. § 1º - Caso a Administração julgue necessário, poderá ainda definir em edital documentação relativa à:

- I - habilitação jurídica;
- II - habilitação econômica
- III - habilitação técnica.
- (...)

21. Observa-se assim, que a Legislação utilizada pelo Sistema nos procedimentos licitatórios na modalidade pregão, faculta quando diz "PODERÁ" ser exigida dos interessados, não obriga a exigir toda a documentação ali estabelecida, caso contrário traria no texto da normativa a palavra "DEVERÁ".

22. Desta forma, verifica-se que a legislação específica pertinente a matéria confere ao administrador o poder discricionário, podendo-se escolher dentre várias alternativas legais a que se revelar mais vantajosa à administração pública.

23. Veja-se do conceito de poder discricionário, segundo Alexandre Magno Fernando Moreira, "é aquele conferido por lei ao administrador público para que nos limites nela previstos e com certa parcela de liberdade, dote, no caso concreto, a solução mais adequada satisfazer o interesse público".

24. Portanto, absolutamente inviável o requerimento e em desconformidade com a necessidade desta administração.

25. De mesmo modo, a irresignação quanto a exigência da certidão de falência e concordata é impertinente, vez que a legislação confere ao administrador o poder discricionário, podendo-se escolher dentre várias alternativas legais a que se revelar mais vantajosa à administração pública.

c. Da desnecessidade de exigência a apresentação de licença para utilização comercial dos fornecedores de mapas:

26. Por fim, no que se refere a prerrogativa exposta para determinar-se a exigência de apresentação de licença para utilização comercial dos fornecedores de mapas, absolutamente inviável o requerimento.

27. Veja-se que, as propensas licitantes devem (e declaram para tanto quando da apresentação de proposta) reunir condições para a prestação dos serviços de rastreamento veicular, de acordo com o termo de referência.

28. Entende-se que a licença para utilização de mapas é pertinente e intrínseca a atividade, sendo irrelevante e desnecessária a exigência pormenorizada no instrumento convocatório, pois inerente ao serviço ora licitado.

29. Em rasas linhas, toda e qualquer empresa promove prestação dos serviços de rastreamento veicular deve possuir os requisitos para atividade, sendo excesso de literalidade exigir-se tal licença para o procedimento licitatório.

IV. Da Conclusão:

30. Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da eficiência, legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se pelo INDEFERIMENTO da presente Impugnação ao Edital de Pregão Presencial nº 17/2018 PMT, apresentada por TELEALARME BRASIL EIRELI, para alterar o edital.

31. Dê ciência à Impugnante e publicidade a presente decisão,

bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Timbó, 20 de fevereiro de 2018.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração.

EXTRATO CONTRATO 21.2018 FCT

Publicação Nº 1529147

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2018

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADO: PRINZ FESTAS LOCAÇÃO E VENDA DE BRINQUEDOS LTDA ME.

OBJETO: Concessão de uso de espaço público para a exploração do serviço público de divertimento denominado "TRENZINHO DO COELHO" configurando um atrativo junto ao evento "Páscoa no Parque 2018" que acontecerá no período de 03 de março a 02 de abril de 2018, disponibilizando toda estrutura, combustível, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, mão de obra (inclusive para venda de tíquetes) e limpeza do local, tudo de conformidade com o Edital de Pregão Presencial para Concessão nº 02/2018 FCT. VALOR TOTAL: A contratada pagará à Fundação Cultural o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

PRAZO: 13/02/2018 até 12/02/2019.

DATA DA ASSINATURA: 13/02/2018.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 22.2018 FUMTRAN

Publicação Nº 1529152

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ.

CONTRATADO: CIDNEY CONSTANTINO 00608608980.

OBJETO: Instalação e exploração de ponto para comercialização de gêneros alimentícios, visando o uso de espaço público situado no Terminal Rodoviário Helmuth Hasse, de acordo com as especificações previstas no Edital de Concorrência nº 06/2017.

VALOR TOTAL: R\$ 330,00 (trezentos e trinta) mensais.

PRAZO: 16/02/2018 até 15/02/2023

DATA DA ASSINATURA: 16/02/2018.

MARCELO LUIZ FERRARI

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, em exercício

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 120.2017 - FCT

Publicação Nº 1529156

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 120/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Sovrana Engenharia e Construções Ltda.

OBJETO: Acréscimo ao objeto e ao preço de R\$ 1.436,75 (um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2018.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente FCT

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 37 2017 PMT

Publicação Nº 1512505

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Trânsito e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

OBJETO: Contratação de empresa para execução, em regime de registro de preço, de recuperação estrutural de áreas com revestimento asfáltico em C.A.U.Q (concreto asfáltico usinado a quente) através de operações de: tapa-buraco/remendo ou recapeamento do pavimento asfáltico, objetivando o conserto de ruas, praças, parques, pátios e demais áreas públicas ou privadas.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Greenpav Engenharia e Construções Eireli - Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/08/2018

Timbó, 18/08/2017

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

JEAN PIERRE BEZERRA MUSEKA

Diretor Presidente SAMAE

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 38 2017 PMT

Publicação Nº 1512506

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de desinfetante destinado a atender as necessidades da Administração Direta e Indireta (autarquias, fundos e fundações) do Município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: Cheiros do Vale Ltda - Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 9.203,22 (nove mil duzentos e três reais e vinte e dois centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/08/2018

Timbó, 18/08/2017

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 06/2018.

Publicação Nº 1529095

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 06/2018 - Edital Pregão nº. 05/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 06 de março de 2018, Propostas para CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL E DE SEUS FUNDOS, em conformidade com as especificações contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 06 de março de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 16 de fevereiro de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 604/2018/L

Publicação Nº 1528075

PORTARIA N. 604 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR EM FUNÇÃO GRATIFICADA DE ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS.

CERIVAL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Joel Antonio Voigt, ocupante do cargo de Gestor Legislativo e Contábil, matrícula 60-02, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores, na Função Gratificada de Acompanhamento dos Trabalhos Legislativos nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias no valor de R\$ 425,24 (quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos), nos termos do artigo 2º, inciso III da Lei Complementar n. 187/2014.

Gabinete da Presidência, em 20 de Fevereiro de 2018.

CERIVAL DA CRUZ

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 21 de Fevereiro de 2018.

Joel Antonio Voigt

Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias

PREFEITURA

LEI ORDINARIA 1968

Publicação Nº 1528724

LEI MUNICIPAL Nº 1.968/2018
De 20 de Fevereiro de 2018

ALTERA VALOR DE REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PARA A ROTA DA AMIZADE CONVENTION & VISITORS BUREAU AUTORIZADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.933/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS Faço saber a todos os habitantes deste município, no uso das atribuições legais facultadas pela Lei Orgânica, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o valor do repasse da contribuição associativa, na forma de mensalidade, contido no art. 2º da Lei nº 1.933/2017, sendo estabelecido o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, a contar do mês de fevereiro de 2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
20 de fevereiro de 2018.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

LEI ORDINARIA 1969

Publicação Nº 1528727

LEI MUNICIPAL Nº 1.969/2018
De 20 de Fevereiro de 2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS Faço saber a todos os habitantes deste município, no uso das atribuições legais facultadas pela Lei Orgânica, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º. A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos para construção de uma escola e para demais investimentos na área da educação do Município.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e meio de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º. Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 50% (cinquenta por cento) da taxa de juros vigente do programa BADESC CIDADES, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), utilizado para atualização dos encargos financeiros, de acordo com o artigo 5º item II letra "a", da lei nº 14.610 de 07 de janeiro de 2009.

Art. 6º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
20 de fevereiro de 2018.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 013/18

Publicação Nº 1529051

DECRETO 013/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1997 de 11 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 87.669,52 (oitenta e sete mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.03 – Departamento de Vigilância em Saúde

07.03.10.305.0011.2.048-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 18.798,37

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.301.0011.2.043-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 45.937,67

07.01.10.301.0011.1.013-4.4.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 22.933,48

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:
Superávit Financeiro R\$ 87.669,52

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 014/18

Publicação Nº 1529055

DECRETO 014/18 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1997 de 11 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 278.692,22 (duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

03.01.06.181.0003.2.005-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 55.673,34

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.01 – Secretaria da Educação e do Esporte

04.01.12.361.0004.2.024-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 40.841,14

04.01.12.361.0004.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 2.582,48

04.01.12.365.0004.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 7.958,59

05 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

05.01 – Departamento de Serviços Urbanos

05.01.15.451.0005.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 123.252,64

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.02 – Departamento de Proteção Social Básica

08.02.14.422.0008.2.033-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 35.111,58

08.03 – Departamento de Proteção Social Especial

08.03.14.422.0008.2.034-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 5.448,76

08.02 – Departamento de Proteção Social Básica

08.02.14.422.0008.2.033-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 7.823,69

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

Superávit Financeiro R\$ 278.692,22

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 015/18

Publicação Nº 1529058

DECRETO 015/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA (CCO).

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a Comissão Central Organizadora (CCO),

da festa em comemoração pela passagem dos 60 anos de emancipação Político Administrativa do Município de Trombudo Central, na data de 22 de julho de 2018, constituída pelos seguintes membros:

Presidente: LEIRSON VICENTE;
Vice-Presidente: GILMAR MACIEL DOS SANTOS;
Tesoureiro: GEZIEL BALCKER;
Secretária: CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS.

Art. 2º - A presente Comissão Central Organizadora, será responsável por todos eventos organizados alusivos a comemoração da data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de Fevereiro de 2018.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 016/18

Publicação Nº 1529060

DECRETO 016/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL – ABERTOS NO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1988 de 19 de novembro de 2017.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 72.366,07 (setenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e sete centavos), para a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
06.01 – Departamento de Fomento a Agricultura
06.01.20.605.0006.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 72.366,07

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

Superávit Financeiro R\$ 72.366,07

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2018.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 116/18

Publicação Nº 1528621

PORTARIA 116/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE AFASTAMENTO LABORAL SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Capítulo II, itens I e VIII do art. 31, da Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

CONSIDERANDO a solicitação protocolada junto ao Departamento de Pessoal da municipalidade, devidamente documentada junto à ficha funcional.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER abono de faltas ao servidor público municipal Sr. JOÃO EDIVAL COSTA JÚNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, no período compreendido entre 19 de fevereiro de 2018 a 19 de março de 2018, motivado por curso de especialização em ultrassonografia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 19 de fevereiro de 2018, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2018.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde

PORTARIA 117/18

Publicação Nº 1528625

PORTARIA 117/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

REVOGA PORTARIA MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Ficam REVOGADAS as disposições contidas na Portaria 090/18 de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2018.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 118/18

Publicação Nº 1528629

PORTARIA 118/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do Art. 52 da Lei Orgânica do Município e, pela Lei Complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o Decreto 102/12 de 03 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO: o Decreto 117/13 de 13 de novembro de 2013;

CONSIDERANDO: o Decreto 159/14 de 28 de Novembro de 2014.

CONSIDERANDO Portaria 382/17 de 18 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDE progressão funcional a servidora pública municipal Sra. ROSMARY MARCELINO STEUCK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, da classe "2A" para a classe "2B", a partir do mês de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 119/18

Publicação Nº 1529445

PORTARIA 119/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

RETIFICA A PORTARIA 071/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICA a Portaria 071/18 que nomeia em caráter temporário a Sra. ALINE DA SILVA, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Johanne Schütte, no período compreendido entre 14 de fevereiro de 2018 a

19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 14 de fevereiro de 2018, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 120/18

Publicação Nº 1529447

PORTARIA 120/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

RETIFICA A PORTARIA 072/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICA a Portaria 072/18 que nomeia em caráter temporário a Sra. CRISNEIDE POLICARPO DA CUNHA DOS SANTOS, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Menino Jesus, no período compreendido entre 14 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 14 de fevereiro de 2018, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 121/18

Publicação Nº 1529448

PORTARIA 121/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

RETIFICA A PORTARIA 073/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013...

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. CRISNEIDE POLICARPO DA CUNHA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 14 de fevereiro de 2018, revoga as disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte**PORTARIA 122/18**

Publicação Nº 1529449

PORTARIA 122/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

RETIFICA A PORTARIA 074/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICA a Portaria 074/18 que nomeia em caráter

temporário a Sra. MARINÊS STEUCK, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Pinguinho de Gente, no período compreendido entre 14 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 14 de fevereiro de 2018, revoga as disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte**PORTARIA 123/18**

Publicação Nº 1529450

PORTARIA 123/18 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

RETIFICA A PORTARIA 075/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013...

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- RETIFICAR a Portaria 075/18 que suplementa a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. MARINÊS STEUCK, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 14 de fevereiro de 2018, revoga as disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 51/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 42/2018

Publicação Nº 1529066

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 51/2018
Pregão Presencial nº: 42/2018
Data Emissão 16/02/2018
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, sob regime de entrega imediata, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8h30min do dia 07 de Março de 2018 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a aquisição de VASOS PARA FLORES DESTINADOS PARA O VIVEIRO E O SETOR DE URBANISMO, DESTA MUNICIPALIDADE de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 8h30min do dia 07 de Março de 2018

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 45/2018

Publicação Nº 1528241

CONTRATO Nº 45/2018.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa AGENCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.251.355/0001-07, estabelecida na Rua Lauro Muller, nº 543E- Ed Riversid, Bairro Santa Maria no Município de Chapecó-SC, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 13/2018 e Pregão Presencial nº 12/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de Agência de Publicidade para a divulgação de artes, jingles, spots e audiovisuais em sites, redes sociais, rádios e jornais da região e a confecção de materiais gráficos personalizados para uso exclusivo na 13ª EFACITUS, elencados pela CCO, conforme segue abaixo:

Ordem	Quantidade	Publicidade	Descrição	Valor unitário	Valor total
01	6.000	Folder	Arte e impressão do folder em papel couchê 150g, colorido, brilho, tamanho aberto de 23x32cm, 4x4, dobrado, estilizado, corte com faca.	R\$ 0,3792	2.275,20

02	06	Outdoor	Arte, impressão e instalação de Outdoor de 3x9mt, impressão digital em papel coated semibrilho 115g, qualidade 300 DPI.	R\$ 544,5707	3.267,42
03	25	Camisa Polo e Babylook Polo	Personalização de camisas polo e babylooks polo com as características da feira. Camisetas masculinas, tamanhos M, G, GG e EXG, tecido malha egípcia, na cor preta, bordada de acordo com os desejos da CCO. Babylook feminina tecido malha egípcia, na cor preta, tamanhos P, M, G, GG e EXG, bordada de acordo com os desejos da CCO. Todos os tamanhos dos dois modelos deverão ser disponibilizados anteriormente para a aprovação da quantidade e numeração. Para uso da CCO.	R\$ 46,294	1.157,35
04	45	Camisetas	Personalização de camisetas com as características da feira, tamanhos M, G, GG e EXG, tecido de malha poliviscose, 67% poliéster e 33% viscose, estampa de acordo com os desejos da CCO. Todos os tamanhos dos dois modelos deverão ser disponibilizados anteriormente para a aprovação da quantidade e numeração. Para uso dos produtores rurais.	R\$ 30,7547	1.383,96
05	05	Banner	Arte e impressão de banners com informações a serem definidas pela CCO, colorido, lona tencionada, tamanho de 100X70cm, suporte superior em madeira com cordão para pendurar.	R\$ 52,6693	263,35
06	01	Mapa da feira	Arte e impressão do croqui de localização da feira em lona tencionada, colorido, tamanho de 200x120cm, com suportes laterais e suporte superior em madeira com cordão para pendurar.	R\$ 210,6693	210,67
07	150	Cartazes	Arte e impressão de cartazes em papel couchê 115g, colorido, brilho, tamanho de 64x64cm, 4x0, corte reto.	R\$ 4,6373	695,60
08	50	TAG credencial para CCO	Arte e impressão de TAG's para os carros dos membros da CCO e expositores, formato retangular, tamanho horizontal 20x10cm, papel cartonado 240g. Usado para acesso exclusivo ao estacionamento.	R\$ 2,5043	125,22
09	100	Caixa de papelão para lixeira	Caixa de papelão normal sem tampa, papelão duplo cru, gramatura de 715g, personalizado com a logo da feira na cor preta, tamanho de 370x370x600mm.	R\$ 5,53	553,00
10	07	Cheque simbólico	Arte e impressão do cheque simbólico para a entrega da premiação do torneio leiteiro, tamanho de 80x40cm, colorido, papel cartonado 240g. As informações do cheque serão repassadas pela CCO.	R\$ 55,30	387,10
11	03	Placas	Arte e impressão de placas para informações necessárias. Tamanho 60x40cm, adesivo vinil colorido colado em chapa de PVC com 05mm de espessura.	R\$ 50,0307	150,09
12	02	Busdoor	Arte e impressão de adesivos de vinil, no tamanho de 2,30x1,50mt, colorido, para divulgação da feira nos ônibus de transporte escolar local e intermunicipal.	R\$ 180,3807	360,76

13	-----	Fotos da feira	Produção fotográfica durante a feira com disponibilidade digital das fotos gerais da feira, dos shows, da final do torneio leiteiro, do concurso da novilha e da abertura oficial. E produção de fotos das Soberanas em estúdio para divulgação no material gráfico. (Valor pela produção total)	R\$ 1.856,50	1.856,50
14	300	Crachá	Crachá de identificação tamanho A7 (7,4 x 10,5cm), papel duplex 150g, com cordão.	R\$ 1,975	592,50
15	01	Vídeo homenagem e lançamento da feira	Produção e edição de um vídeo em homenagem ao povo do município de Tunápolis e, também, retratando os principais aspectos organizacionais da feira, shows e demais pontos de interesse da CCO. Produção cinematográfica audiovisual retratando a agricultura, comércio, indústria e clips dos principais shows da feira. Duração mínima de 06 minutos e máxima de 08 minutos.	R\$ 4.226,50	4.226,50
16	08	Spots de 30 segundos	Gravação e edição de spots de 30 segundos com dados da feira, locução masculina, fundo musical, formato MP3. Observar a Portaria nº 58/2010 do Ministério Público de Santa Catarina. Banco de vozes deverá ser encaminhado à CCO para escolha.	R\$ 105,3307	842,65
17	150	Cartaz	Arte e impressão de cartaz de identificação de animais, tamanho 80x50, papel cartonado 240g.	R\$ 6,4543	968,15
18	10	Arte digital	Arte para divulgação em jornais e mídias sociais, em diferentes tamanhos, disponibilizado digitalmente.	R\$ 234,3693	2.343,69
19	01	Estilização da marca	(Re)estilização da marca Efacitus, em alta resolução, formato PNG, disponibilidade digital, para uso no material publicitário.	R\$ 921,6693	921,67
20	200	Convites	Arte e impressão de convites para o lançamento e abertura oficial da Efacitus. Tamanho 10x15cm, papel cartonado 240g, brilho, colorido, com envelope colorido e adesivo redondo metalizado para o fechamento do envelope.	R\$ 2,0777	415,54
21	140	Inserções/espço em Rádio de 30 seg.	Rádio Oeste FM – Iporã d'Oeste	R\$ 14,22	1.990,80
22	140	Inserções/espço em Rádio de 30 seg.	Rádio Itapiranga AM – Itapiranga	R\$ 14,22	1.990,80
23	80	Inserções/espço em Rádio de 30 seg.	Rádio Progresso AM – Descanso	R\$ 13,43	1.074,40
24	140	Inserções/espço em Rádio de 30 seg.	Rádio Tunaporã - Tunápolis	R\$ 11,06	1.548,40
25	80	Inserções/espço em Rádio de 30 seg.	Rádio Top 104 FM – SMO	R\$ 14,22	1.1137,60
26	80	Inserções/espço em Rádio de 30 seg.	Rádio Xirú – Três Passos	R\$ 13,43	1.074,40
27	80	Inserções/espço em Rádio de 30 seg.	Rádio Raio de Luz FM – Guaraciaba	R\$ 12,3793	990,34
28	80	Inserções/espço em Rádio de 30 seg.	Rádio 103 FM – SMO	R\$ 12,3793	990,34
29	01	Inserção/espço em Portal Online	Portal OESTE MANIA - Itapiranga	R\$ 526,6693	526,67
30	01	Inserção/espço em Portal Online	Portal SÃO MIGUEL – São Miguel do Oeste	R\$ 600,40	600,40

31	01	Manutenção do site	Layout e manutenção do site www.efacitus.com.br	R\$ 1.053,3307	1.053,3307
32	02	Inserção/espço de ¼ de página em Jornal	Força d'Oeste – Itapiranga	R\$ 358,1307	716,26
33	03	Inserção/espço de ¼ de página em Jornal	Expressão – Itapiranga	R\$ 263,3307	789,99
34	02	Inserção/espço de ¼ de página em Jornal	Noticiário Regional – Iporã d'Oeste	R\$ 331,80	663,60
35	02	Inserção/espço de ¼ de página em Jornal	O Líder – SMO	R\$ 358,1307	716,26
36	02	Inserção/espço de ¼ de página em Jornal	Gazeta Catarinense - SMO	R\$ 331,80	663,60
37	02	Inserção/espço de ¼ de página em Jornal	Folha do Oeste - SMO	R\$ 331,80	663,60
38	02	Inserção/espço de ½ de página em Jornal	Força d'Oeste – Itapiranga	R\$ 579,3307	1.158,66
39	03	Inserção/espço de ½ de página em Jornal	Expressão – Itapiranga	R\$ 421,3307	1.263,99
40	02	Inserção/espço de ½ de página em Jornal	Noticiário Regional – Iporã d'Oeste	R\$ 539,8307	1.079,66
41	02	Inserção/espço de ½ de página em Jornal	O Líder – SMO	R\$ 618,8307	1.237,66
TOTAL DO LOTE: R\$ 44.927,68					

Técnica que deverá ser adotada nos veículos de comunicação compreenderá:

As inserções nas rádios deverão seguir a seguinte grade de divulgação:

Rádio Oeste, Itapiranga e Tunaporã

- De 19/03/2018 a 25/03/2018 (07 dias), duas inserções diárias.
- De 26/03/2018 a 16/04/2018 (22 dias), três inserções diárias.
- De 17/04/2018 a 28/04/2018 (12 dias), cinco inserções diárias.

OBS: 420 inserções no período.

Rádio Top 104, Progresso AM, Raio de Luz, Sistema 103 e Rádio Xirú

- De 01/04/2018 a 25/04/2018 (25 dias), três inserções diárias.
- No dia 26/04/2018 (01 dia), cinco inserções diárias.

OBS: 400 inserções no período.

As inserções de ¼ de página deverão seguir a seguinte grade de divulgação:

- 01 (uma) inserção na 4ª semana de março (18 a 24/03) nos jornais Força d'Oeste, Noticiário Regional, Folha do Oeste, Expressão, Gazeta Catarinense e O Líder.
- 01 (uma) inserção na 5ª semana de março (25 a 31/03) nos jornais Força d'Oeste, Noticiário Regional, Folha do Oeste, Expressão, Gazeta Catarinense e O Líder.
- 01 (uma) inserção na 3ª semana de abril (15 a 21/03) nos jornais Força d'Oeste e Expressão.

As inserções de ½ página deverão seguir a seguinte grade de divulgação:

- 01 (uma) inserção na 1ª semana de abril (01 a 07/03) nos jornais Força d'Oeste e Noticiário Regional.
- 01 (uma) inserção na 2ª semana de abril (08 a 14/03) nos jornais Expressão e O Líder.
- 01 (uma) inserção na 3ª semana de abril (15 a 21/03) nos jornais Noticiário Regional e O Líder.

- 01 (uma) inserção na 4ª semana de abril (22 a 28/03) nos jornais Força d'Oeste e Expressão.

- Nos portais online deverá ser publicada a arte digital contendo os dias, a logomarca e o local da feira, em tamanho 472x295 pixels (8x5cm), 150 DPI, colorido, ao lado superior direito, de 1º a 28 de abril de 2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

- Após a homologação do processo e assinatura do contrato, a empresa deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 02 (dois) dias.
- No percentual cotado já estarão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento pelo objeto da presente licitação será mensal, mediante apresentação de planilha de gastos com as respectivas notas fiscais.

CLÁUSULA SEGUNDA: os preços ora ajustados não sofrerão reajuste no período contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente instrumento é celebrado entre as partes, passando a vigorar da data de sua assinatura até o dia 03 de Maio de 2018, poderá, também, haver vencimento antecipado do prazo contratual no caso de a entrega total do produto descrito na

CLÁUSULA PRIMEIRA ocorrer antes.

CLÁUSULA QUARTA: As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão a conta de dotações do orçamento do exercício de 2018 e terá a seguinte classificação orçamentária: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATANTE poderá modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA: Em caso de inobservância por parte da CONTRATADA do aqui estabelecido, garantida a defesa prévia, sofrerá ela as seguintes penalidades:

I – advertência, na primeira vez que o fato ocorrer;

II – multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – rescisão do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Fica expressamente reconhecido ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 86 e seguintes da mesma Lei quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA: O presente contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 06/2018, do Processo de Licitação nº.13/2018, dele fazendo parte integrante para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA NONA: A CONTRATADA compromete-se a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES.

Por dia de atraso o adjudicado estará sujeito a uma multa no valor de 0,5% ao dia, pela parcela inadimplente, até o limite de 20 dias, quando será considerado o inadimplemento total, sujeitando-se a multa de 10% sobre o total do inadimplemento, cuja importância deverá ser recolhida no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação, perante a Secretaria Municipal da Fazenda, sob pena de ser incluída no art. 87, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93, garantida a ampla defesa. Na aplicação dessa sanção administrativa serão admitidos os recursos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA O presente contrato é regido, em todos os seus termos, pela atual legislação federal sobre licitações e contratos administrativos (Lei nº 8.666/93), a qual terá aplicabilidade também onde este contrato seja omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: As partes elegem o foro da Comarca de Itapiranga SC, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas da aplicação deste instrumento. E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

TUNÁPOLIS, SC, 05 de fevereiro de 2018

AQUILES BAMBERG AGENCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA Contratante CONTRATADA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

ALCIDES LUIS HOFER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 33.683

Susane Freiburger
Assessora de Imprensa
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 46/2018

Publicação Nº 1528243

CONTRATO Nº. 46/2018.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BORDO ENGENHARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Cerro Largo, nº 474, sala 02, Centro no Município de Tunápolis-SC inscrita no CNPJ sob nº

25.299.551-0001-29, doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente contrato de EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO CENTRO EDUCACIONAL HELGA FOLLMANN, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2018, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais::

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO CENTRO EDUCACIONAL HELGA FOLLMANN.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	1,00	UND	9.000,00	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS) PARA INSTALAÇÃO DE UM SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO CENTRO EDUCACIONAL HELGA FOLLMANN, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, CRONOGRAMA FÍSICO, IDENTIFICADOS COMO ANEXOS DESTE EDITAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 30 (trinta dias) a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 – Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 9.000,00(Nove mil reais), sendo que o valor R\$ 7.788,67 (sete mil setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos), R\$ 1.211,30(um mil duzentos e onze reais e trinta centavos).

4.2 - O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, CONFORME BOLETINS DE MEDIÇÃO.

4.2.1 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do “Diário da Obra” devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período;

- Cópia das Negativas de débito com o INSS, FGTS, Municipal, Estadual, Federal e Trabalhista.

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 4.2 do contrato, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.4 - Incidirá sobre o valor total das Notas Fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS) na alíquota de 3%, incidente sobre o valor total da Nota Fiscal, na forma do Código Tributário

Municipal, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária sobre o valor total dos pagamentos efetuados, pela alíquota cabível (11%) para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, sem prejuízo das demais condições legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo de execução para a conclusão da obra é 30 (trinta dias) a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10(dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (48) da Prefeitura Municipal do ano de 2018.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo

cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 – A CONTRATADA poderá subempreitar os serviços a ela adjudicados de acordo com a Licitatório pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

9.3 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.5 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.6 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.7 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.8 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.10 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.11 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.12 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o

início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.13 - Confeccionar, instalar e manter placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições para liberação das medições, se responsabilizando pela sinalização do Trânsito conforme normas definidas pela Legislação de Trânsito.

9.14 - Comunicar antecipadamente o MUNICÍPIO, da necessidade de bloqueio de vias, devendo aguardar aprovação para sua efetiva execução.

9.15. A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços N 10/2018 para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2018, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de: 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, através da engenheira sanitarista deste Município de Tunápolis a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será elaborada em única ETA, ou seja após a conclusão da obra, sendo obrigatoriamente assinada pela Engenheira Sanitarista do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de

acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido, unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC, 08 de fevereiro de 2018.

Aquiles Bamberg BORDO ENGENHARIA LTDA ME
Contratante CONTRATADA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

ALCIDES LUIS HOFER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 33.683

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

ANGELITA TERESINHA STULP BOURCHEID Secretária da Educação
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 47/2018

Publicação Nº 1528244

CONTRATO nº47/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 14/2018, e Pregão Presencial nº 13/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LAVAGEM DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Preço R\$ total
01	150,00	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos LEVES.	28,50	4.275,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 O Município pagará o valor de R\$ 28.50(vinte oito reais e cinquenta centavos) por lavagem, conforme consta na cláusula primeira deste contrato.

2.2 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.3 A emissão das NOTAS FISCAIS devem estar acompanhadas da autorização de fornecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo .

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer no dia em que o mesmo for solicitado pela Secretaria Responsável pelo veículo a ser lavado. As lavagens deverão ser feitas conforme descritas nos itens anexo I a este edital.

3.2 – As lavagens só poderão ser efetuadas mediante ordem do contratante, a qual mencionará o veículo a ser lavado, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente a lavagem, discriminando o veículo. Para cada lavagem deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo motorista do veículo lavado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se a PRESTAR OS SERVIÇOS (lavagem) contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 14/2018 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a execução do serviço (lavagem), a fim de comprovar o serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (7,10,3546,58,83,87,94,156,118,128,137) do Município de Tunápolis, do ano de 2018.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2018, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2017, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 08 de fevereiro de 2018

Aquiles Bamberg	Auto Posto Canarinho Ltda.
Prefeito Municipal em exercício	Canisio Thomas
CONTRATANTE	Sócio Administrador
	CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683.

NELCINA MARIA DECKER
FISCAL DESTE CONTRATO
CPF:438.611.720-20.

Testemunhas: _____
Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

CONTRATO N° 48/2018

Publicação N° 1528246

CONTRATO N° 48/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Ivo Engler- sócio administrador.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 14/2018, e Pregão Presencial nº 13/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LAVAGEM DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço Unitário	Preço Total
02	70,00	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos tipo "VAN" "AMBULÂNCIA".	39,50	2.765,00
03	90,00	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa DE ÔNIBUS.	49,00	4.410,00
			TOTAL GERAL		7.175,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 O Município se propõe a pagar R\$ 39,50(trinta e nove reais e cinquenta centavos) para lavagem de VAN, e R\$ 49,00(quarenta e nove reais) para lavagem de ônibus conforme clausula primeira deste contrato.

2.2 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.3 A emissão das NOTAS FISCAIS devem estar acompanhadas da autorização de fornecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo .

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer no dia em que o mesmo for solicitado pela Secretaria Responsável pelo veículo a ser lavado. As lavagens deverão ser feitas conforme descritas nos itens anexo I a este edital.

3.2 – As lavagens só poderão ser efetuadas mediante ordem do contratante, a qual mencionará o veículo a ser lavado, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente a lavagem, discriminando o veículo. Para cada lavagem deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo motorista do veículo lavado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se a PRESTAR OS SERVIÇOS (lavagem) contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 14/2018 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a execução do serviço (lavagem), a fim de comprovar o serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (7,10,3546,58,83,87,94,156,118,128,137) do Município de Tunápolis, do ano de 2018.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2018, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2017, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 08 de fevereiro de 2018.

AQUILES BAMBERG
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME.
Ivo Engler- sócio administrador.
Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683.

NELCINA MARIA DECKER
FISCAL DESTE CONTRATO
CPF:438.611.720-20.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60**CONTRATO Nº 49/2018**

Publicação Nº 1528247

CONTRATO Nº 49/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUÁRIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Cerro Largo, n. 693, sala 01, Centro do Município de Tunápolis-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 00.506.993-0001-78, neste ato representado pelo seu Procurador o Sr. Fernando Gassen, considerado doravante CONTRATADO

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº17/2018 Pregão nº 16/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS, PODADOR, SOPRADOR, MOTOSSERRA, MÁQUINA DE CORTAR GRAMA, TRATORITO, SENDO SERVIÇOS DE CARÁTER PREVENTIVO E CORRETIVO, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS ATRAVÉS DE ORÇAMENTOS, GENUÍNAS DA MARCA DOS EQUIPAMENTOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Quanti	Uni	Preço Unit	Preço Unit	Especificação
01	130	h	65,00	8.450,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS, PODADOR, SOPRADOR, MOTOSSERRA, MÁQUINA DE CORTAR GRAMA, TRATORITO, SENDO SERVIÇOS DE CARÁTER PREVENTIVO E CORRETIVO, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS ATRAVÉS DE ORÇAMENTOS GENUÍNAS DA MARCA DOS EQUIPAMENTOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$65,00(sessenta e cinco reais) por hora, computando-se pelas quantidades de horas de serviço trabalhadas e executadas, sendo que o pagamento será efetuado em até 8 (oito) dias da prestação de serviço após entrega da nota fiscal. O valor total do contrato será de R\$ 8.450,00(oito mil quatrocentos e cinquenta reais).

2.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.2 Em caso de prorrogação os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGPM acumulado no período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em no máximo 8(oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS.

4.2 A contratada deverá ter seu estabelecimento dentro da cidade de Tunápolis, onde os serviços deverão ser realizados em área coberta, com proteção contra chuva, vento e sol e com equipamentos adequados para a execução do objeto;

4.3 – A CONTRATADA será responsável por salvaguardar o estado dos equipamentos/máquinas que estejam em suas instalações para manutenção;

4.4 – O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2017.

4.5 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.6 – A CONTRATADA pelos dos serviços deverá apresentar ao Município de Tunápolis lista das peças com seus respectivos valores que deverão ser substituídas para executar os serviços e deverá ser previamente autorizado pelo Secretário responsável pelo equipamento/

máquina, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos serviços prestados, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca do equipamento ou máquinas da compatibilidade a padrões de tempo de execução para cada tipo de serviço.

5.2 Permitir o acompanhamento, quando for o caso, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 O fornecimento de peças, sem exclusividade, ficará a cargo do contratado, mediante prévia aprovação do Secretario Municipal responsável, das peças a serem substituídas.

5.4 Além da aprovação do orçamento das peças, a aquisição somente ocorrerá com a aprovação do Secretario Municipal responsável pela pasta, da necessidade de substituição ou retífica dessas peças.

5.5 Caso o Município de Tunápolis, através do Secretario não concorde com os preços apresentados e/ou a necessidade de troca, deverá a Contratada lhe apresentar a relação de peças necessárias ao conserto para, através de procedimentos próprios e legais, adquiri-las com outro fornecedor.

5.6 O prazo máximo para que o contratado forneça ao Município de Tunápolis a relação de peças é de 24 (vinte e quatro) horas a contar da não aprovação do orçamento então apresentado.

5.7 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.8 A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.9 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.10 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº

8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

5.11 A CONTRATADA fará com que seus empregados trabalhem devidamente protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme dispõe o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho apresentado pela empresa, necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (136) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2018.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 08 de Fevereiro de 2018.

AQUILES BAMBERG WEBER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

MÁQ. E CAM.AGROP.LTDA ME
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Volmir Pedro Lawisch
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 50/2018

Publicação Nº 1528248

CONTRATO Nº 50/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ERNANI GAUER & CIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.935.316.0001-09, estabelecida na Avenida Cerro Largo, 488, no Município de Tunápolis-SC, considerada doravante CONTRATADA

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 18/2018 Pregão nº 17/2018 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE HORAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, DAS MOTOCICLETAS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	Horas com mão de obra de serviços mecânicos, preventivos, corretivos em motocicletas da municipalidade	h	100	20,00	2.000,00

2	Roboquete de motocicletas dentro do município de Tunápolis.	km	80	1,00	80,00
TOTAL GERAL				2.080,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 20,00(vinte reais) pela mão de obra com serviços mecânicos com conserto de motocicletas computando-se pelas quantidades de horas de serviço trabalhadas e executadas, e R\$ 1,00(um real) pelo Km com reboque, sendo que o pagamento será efetuado em até 8 (oito) dias da prestação de serviço após entrega da nota fiscal.

2.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.2 Em caso de prorrogação os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGPM acumulado no período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, devendo ocorrer em no máximo 8(oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS.

4.2 A contratada da licitação deverá ter sua oficina com área coberta, com proteção contra chuva, vento e sol e com equipamentos adequados para a execução do objeto;

4.3 – A oficina será responsável por salvaguardar o estado das motocicletas que estejam em suas instalações para manutenção;

4.4 – Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados.

4.5 – O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS emitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2018.

4.6 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.7 – A CONTRATADA pelos dos serviços mecânicos deverá apresentar ao Município de Tunápolis lista das peças com seus respectivos valores que deverão ser substituídas para executar os serviços e deverá ser previamente autorizado pelo Secretário responsável pelo veículo, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos serviços prestados, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca da motocicleta.

5.2 Permitir o acompanhamento, quando for o caso, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 O fornecimento de peças, sem exclusividade, ficará a cargo do contratado, mediante prévia aprovação do Secretario Municipal responsável pela pasta, das peças a serem substituídas.

5.4 Além da aprovação do orçamento das peças, a aquisição somente ocorrerá com a aprovação do Secretario Municipal responsável pela pasta, da necessidade de substituição peças.

5.5 Caso o Município de Tunápolis, através do Secretario não concorde com os preços apresentados e/ou a necessidade de troca, deverá a Contratada lhe apresentar a relação de peças necessárias ao conserto para, através de procedimentos próprios e legais, adquiri-las com outro fornecedor.

5.6 O prazo máximo para que o contratado forneça ao Municipio de Tunápolis a relação de peças é de 24 (vinte e quatro) horas a contar da não aprovação do orçamento então apresentado.

5.7 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por

ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.8 A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.9 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.10 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

5.11 A CONTRATADA fará com que seus empregados trabalhem devidamente protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme dispõe o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho apresentado pela empresa, necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (189) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2018.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2018, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 08 de fevereiro de 2018.

AQUILES BAMBERG
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

ERNANI GAUER & CIA LTDA-ME
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683.

Joséli T.Becker Hofmann
FISCAL DESTE CONTRATO

Testemunhas: _____
Cleverson Inácio Kerkhoff CPF: 918.368.409-34
Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 51/2018

Publicação Nº 1528249

CONTRATO Nº. 51/2018 REF O CREDENCIAMENTO

O Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE-SC, entidade beneficente de assistência social, constituída conforme prevê a Resolução nº 24 de 21 de setembro de 2000, de âmbito estadual, inscrito no CNPJ sob o nº 04.310.564-0001/81, com sede a Rua Antonio Bib Mussi, 473, Centro, na cidade de Florianópolis-SC, doravante designado simplesmente credenciada, resolvem firmar o presente termo de credenciamento, mediante as cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a lei n.º 8.666/93, alterações posteriores .

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Credenciamento de instituições, sem fins lucrativos, que atuam como agentes de integração, para intermediação de estágios junto aos estabelecimentos de ensino público ou privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- a) Manter convênios específicos com as Instituições de Ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
- b) Obter da Unidade Concedente a identificação e características das oportunidades de estágio e sobre os respectivos Programas de Atividades a serem oferecidos;
- c) Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas Instituições de Ensino para emissão do Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;
- d) Encaminhar à Unidade Concedente do Estágio os estudantes cadastrados e interessados na(s) oportunidade(s);
- e) Providenciar toda documentação referente ao estágio e encaminhar a negociação do Seguro Contra Acidentes Pessoais em favor do estagiário;
- f) Assessorar a Instituição de Ensino, quando acordado, em sua sistemática de acompanhamento e avaliação do Programa do Estágio;
- g) Notificar à Unidade Concedente do Estágio, qualquer irregularidade informada pela Instituição de Ensino constatada no Programa do Estágio e/ou na situação escolar dos estagiários;
- h) Efetuar o pagamento da Bolsa-Auxílio mensal ao estagiário no máximo até 5 (cinco) dias após a confirmação da transferência dos respectivos valores pela Unidade Concedente do Estágio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) Assinar os documentos concernentes ao estágio, na forma da lei;
- b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, bem como fornecer os dados necessários à avaliação das respectivas instalações;
- c) Designar um supervisor, de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- d) Manter em favor do estagiário, Seguro Contra Acidentes Pessoais no valor de mercado, podendo ser apólice coletiva, encaminhada em conjunto com a credenciada;
- e) Entregar ao estagiário, por ocasião de seu desligamento, um Termo de Realização do Estágio, contendo a indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação do desempenho;
- f) Manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- g) Enviar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- h) Formalizar as oportunidades de estágio com as Instituições de Ensino, adequando suas condições às exigências da legislação com assessoria do CREDENCIADO nos limites do Art. 5 da Lei 11.788/08;
- i) Receber os estudantes encaminhados mantendo entendimentos sobre as condições de realização de estágio, informando ao CREDENCIADO os nomes dos selecionados para o estágio;
- j) Informar mensalmente ao CREDENCIADO a frequência dos estagiários;
- k) Transferir ao CREDENCIADO, mensalmente, os valores correspondentes para aplicação exclusiva na concessão da Bolsa-Auxílio aos estagiários da Unidade Concedente;
- l) Informar ao CREDENCIADO, por meio do Termo de Rescisão do Estágio, imediatamente, toda vez que ocorrer rescisão de qualquer Termo de Compromisso do Estágio - TCE;
- m) Exercer, em plenitude, a parceria educacional a ser estabelecida, não permitindo o descumprimento das cláusulas pactuadas no Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio;
- n) Reduzir, pela metade, a jornada de estágio, durante o período de provas escolares, cujo calendário será fornecido antecipadamente pela Instituição de Ensino;
- o) somente permitir que o estudante inicie o estágio quando o termo de compromisso e plano de atividades do estágio estiver devidamente assinado por todas as partes envolvidas;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

O Município concederá ao CREDENCIADO uma contribuição institucional no valor de R\$ 42,00 (Quarenta e dois reais) por estudante/mês que estiver realizando estágio em suas dependências, ao abrigo deste convênio, para ressarcimento das despesas com a implementação e operacionalização do estágio.

§ 1º - O valor descrito no caput desta cláusula será atualizado no mês de Novembro de cada ano, em regime de competência, pela variação do Índice Geral de Preços do

Mercado – IGPM (FGV) verificado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, ou outro que venha a substituí-lo;

7.3 O Município se propõe a pagar os seguintes valores para os estagiários conforme segue abaixo:

Nível Superior	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 617,25
Nível Superior	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 925,85

7.3.1 Os valores constantes no item 7.3 serão atualizado no período e índice de indexador utilizado para o reajuste salarial dos servidores públicos.

7.4 Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas decorrentes deste convênio ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente ao departamento em que o estagiário for alocado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO vigorará até o dia 31/12/2018, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, ou rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso com antecedência mínima de (30) trinta dias, por inadimplência de suas cláusulas e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Federal de Florianópolis, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este convênio, em 3 (três) vias de igual teor.

Tunápolis – SC, 08 de Fevereiro de 2018.

AQUILES BAMBERG	CIEE-SC
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	CONTRATADO
CONTRATANTE	

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Elias C. de Souza
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 52/2018

Publicação Nº 1528250

CONTRATO Nº. 52/2018

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa WILLIAN PABLO LAMPERTI –ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ SOB O Nº 25.203.392.0001-17, estabelecida na Linha Nossa Senhora das Graças, Interior, no Município de Erval Velho/SC, considerada doravante CONTRATADA

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo de Compra Nº.: 25/2018 Pregão Presencial nº: 22/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PINTURA HORIZONTAL DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRANSITO NAS MAIS DIVERSAS VIAS URBANAS DA CIDADE DE TUNÁPOLIS COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	R\$ Unitário	Total
1	528	M²	Pintura de eixo simples com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro drop on.	13,00	6.864,00
2	5	Und	Pintura de Vaga especial Cadeirante, com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro drop-on.	42,00	210,00
3	5	Und	Fornecimento e implantação de Placas de 50x70cm idoso e Cadeirante (Chapa em aço galvanizado a fogo 2" película GT/GT)	240,00	1.200,00
			TOTAL GERAL DO LOTE		8.274,00

CLÁUSULA SEGUNDA –DO PAGAMENTO:

2.1 A contratante pagará a contratada o preço de R\$ 8.274,00(Oito mil duzentos setenta e quatro reais) cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 8(oito) dias contados da efetiva entrega do objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os preços contratados não terão reajuste.

2.4-O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 – A execução deste serviço deverá ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pelo Secretario da Industria e Comercio. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

3.2. Os materiais utilizados para a execução deste serviço deverão ser de acordo com o item descrito no anexo I deste edital deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Garagem do DMER, situada na Rua 25 de julho, Centro, Tunápolis, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

3.3 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Tunápolis/SC, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

3.4 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar os SERVIÇOS contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se a fornecer os SERVIÇOS E MATERIAIS contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 25/2018 e seus anexos, bem como nas demais clausulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os produtos no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os óleos lubrificantes objeto deste Contrato de acordo com as especificações, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu

recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações do anexo II neste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (26,28) do Município de Tunápolis, do ano de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

7.1 O presente contrato se inicia na assinatura do mesmo e terá validade até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo ao instrumento inicial, por igual período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, item II da Lei n. 8.666, 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes;
- c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;
- III – declaração de inidoneidade;
- IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 12 de Fevereiro de 2018.

AQUILES BAMBERG
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
CONTRATANTE

WILLIAN PABLO LAMPERTI –ME
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Volmir Pedro Lawisch
Fiscal deste Contrato
CPF 710. 744 .149- 34

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

DECRETO Nº 1954/2018

Publicação Nº 1528223

Decreto nº 1954/2018 de 16 de fevereiro de 2018.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL PARA CRIAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente as Leis 1336/2017 e 1345/2018,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal determina a abrir um Crédito Adicional Especial na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 257.000,00 (Duzentos e cinquenta e sete mil reais) o qual será onerado à conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	04	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ – ESCOLA
Proj./Ativ.	12.365.0005.1.028	Aquisição de Área para Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.3105	Aplicações Diretas	257.000,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina utilizar o SUPERÁVIT FINANCEIRO do exercício imediatamente anterior.

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do Plano Plurianual para quadriênio 2018/2021 – Lei Municipal nº. 1.332 de 08 de novembro de 2017; da Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei Municipal nº. 1.334 de 22 de novembro de 2017; e, da Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº. 1.336 de 06 de dezembro de 2017 serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta sete mil reais).

Art. 4º Este Decreto em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 de fevereiro de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico de Controladoria Interna

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 3º QUADRIMESTRE 2017

Publicação Nº 1528138

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, nos termos do Artigo 9º § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, c/c com o § 1º do Artigo 166 da Constituição Federal, CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde estará demonstrando e avaliando o cumprimento das metas fiscais e a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde do 3º trimestre de 2017, a realizar-se no dia 26 de fevereiro de 2018, às 20 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Rua da Matriz, 53, na sede do Município de Tunápolis.

Gabinete do Prefeito de Tunápolis, aos 20 de fevereiro de 2018.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11

Publicação Nº 1528761

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2018

PROCESSO Nº 17/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Ao vigésimo dia do mês de fevereiro do ano de 2018, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício Sr. CELSO MATIELLO, CPF nº 422.972.909-00, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 17/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da TRANSPORTES E COLETA PREVIATTI LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº 16.838.956/0001-05, com sede na Estrada Municipal Linha Central, Interior do município de Cunha Porã – SC, representada neste ato pelo Sr. Marcio Wagner, CPF nº 002.109.180-39, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE CARCAÇAS DE BOVINOS MORTOS, EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE CARCAÇAS DE BOVINOS MORTOS, EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC, INCLUINDO TODOS OS CUSTOS COM MATERI-AIS/EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.	UN	240,00	100,00	24.000,00
	Total do Participante				24.000,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá a Sr. PAULO GONÇALVES SOARES, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3. Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento procedendo à revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DO CONTRATO e ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata a empresa TRANSPORTES E COLETA PREVIATTI LTDA ME, de acordo com a necessidade será intimada para coletar, transportar e dar o destino final bovinos mortos, sendo que após cada solicitação a CONTRATADA terá o prazo de 24 horas para efetivar os serviços, estando às obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, sendo a contratada responsável pelo recolhimento da carcaça no território do município e pelo transporte até o local da destinação final da mesma.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a efetuar os serviços, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, mediante comprovação da realização dos serviços e nota fiscal devidamente recebida e aceita por servidor público municipal, observando sempre a ordem cronológica de pagamentos.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade 01 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Projeto Atividade – 2.025 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA
Cód. Red. 103 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. Efetuar os serviços quando requeridos pela Administração Municipal;

7.2. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.3. Manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 17/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá garantir a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 17/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não efetuar os serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita

execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 17/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

TRANSPORTES E COLETA PREVIATTI LTDA ME
Marcio Wagner, CPF nº 002.109.180-39
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Edinho Favero	Daniela Paula Foletto
CPF 027.264.999-61	CPF 040.267.159-73

DECRETO N. 3736/2018

Publicação Nº 1528836

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.736, De 15 de fevereiro de 2018.
Dispõe sobre concessão de LICENÇA PATERNIDADE de Servidor Público Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 76. da Lei Complementar N.º 093/2015 de 21 de Setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Licença Paternidade, por 05 (cinco) dias, ao servidor JOSEI EDER CORBARI, no período de 15/02/2018 a 19/02/2018, conforme certidão de nascimento em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 05 de fevereiro de 2018.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 24/2018

Publicação Nº 1528834

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 24/2018
LICITAÇÃO N.º 24/2018
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EMPRESA DE PESQUISA E AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A – EPAGRI PARA O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO DE TRABALHO – PAT, DURANTE O ANO DE 2018.

CONTRATADA:

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
CNPJ: 83.052.191/0004-05
ENDEREÇO: Servidão Ferdinando Tusset, SN – Bairro São Cristóvão, CEP: 89.801-970, Chapecó – SC

VALOR R\$ 26.718,15 (vinte e seis mil, setecentos e dezoito reais e quinze centavos).

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA: Art. 24. Inciso XXX, da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

“ Art. 24. É dispensável a licitação:

XXX - na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de

assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal”.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido em virtude do mesmo prestar os serviços de assistência técnica em extensão rural, necessários ao desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando que a EPAGRI é uma empresa pública, o preço é módico.

União do Oeste, 20 de fevereiro de 2018.

EDINHO FAVERO

Presidente da Comissão de Licitações

À vista de exposição do Presidente da Comissão de Licitações, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

(x) Homologo a realização da despesa.

() Indefiro a realização da despesa.

União do Oeste, 20 de fevereiro de 2018.

CELSO MATIELLO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO ADM. 11/2018

Publicação Nº 1529056

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	11/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
Objeto	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PELA EMPRESA DE PESQUISA E AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A – EPAGRI PARA O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO DE TRABALHO – PAT, DURANTE O ANO DE 2018.
Valor	R\$ 26.718,15 (vinte e seis mil, setecentos e dezoito reais e quinze centavos).
Vigência	Início: 20/02/2018 Término: 31/12/2018.
Licitação	DISPENSA P/ COMPRAS E SERVIÇOS n.º 24/2018
UNIÃO DO OESTE, 20 de fevereiro de 2018.	
CELSO MATIELLO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Urubici

PREFEITURA

PORTARIA Nº 175/2018

Publicação Nº 1528472

PORTARIA Nº 175/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Maria de Lourdes Ribeiro, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16/02/2018 à 20/12/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2018

Publicação Nº 1528474

PORTARIA Nº 176/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário o Senhor Rogerio Brandão de Castro, para exercer o cargo de Professor I, no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16/02/2018 à 20/12/2018 ou até a chamada de aprovados em Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177/2018

Publicação Nº 1528478

PORTARIA Nº 177/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe ao Professor Rogerio Brandão de Castro, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 178/2018

Publicação Nº 1528479

PORTARIA Nº 178/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor Leonardo Vociecoski Figueredo, exercendo o cargo de Motorista de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, gratificação no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), de acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 012/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 179/2018

Publicação Nº 1528482

PORTARIA Nº 179/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor Patrick Henrique de Oliveira, exercendo o cargo de Motorista de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, gratificação no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), de acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 012/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 180/2018

Publicação Nº 1528483

PORTARIA Nº 180/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor William Junior Stange, exercendo o cargo de Motorista de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, gratificação no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), de acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 012/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Fevereiro de 2018.
Antonio Zilli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 181/2018

Publicação Nº 1528485

PORTARIA Nº 181/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor Roberto de Souza Stange, exercendo o cargo de Motorista de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, gratificação no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), de acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 012/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Fevereiro de 2018.
Antonio Zilli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 182/2018

Publicação Nº 1528488

PORTARIA Nº 182/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor Ademir de Lima, exercendo o cargo de Motorista de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, gratificação no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), de acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 012/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Fevereiro de 2018.
Antonio Zilli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 183/2018

Publicação Nº 1528492

PORTARIA Nº 183/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor Mateus Rodrigues Stange, exercendo o cargo de Motorista de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, gratificação no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), de acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 012/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 16 de Fevereiro de 2018.
Antonio Zilli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 184/2018

Publicação Nº 1528494

PORTARIA Nº 184/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Maria Marta Ribeiro, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19/02/2018 à 20/12/2018 ou até a chamada de aprovados no Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2018.
Antonio Zilli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 185/2018

Publicação Nº 1528497

PORTARIA Nº 185/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Luiz Fernando Souza Mello, exercendo o cargo de Agente de Limpeza Pública, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 19/02/2018, referente ao

período aquisitivo 2006/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 19 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 186/2018

Publicação Nº 1528498

PORTARIA Nº 186/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário o Senhor Alisson de Souza Pickler, para exercer o cargo de Professor I, na Escola Nucleada Águas Brancas, para ministrar aulas de Educação Física, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 20/02/2018 à 20/12/2018 ou até a chamada de Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 187/2018

Publicação Nº 1528502

PORTARIA Nº 187/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe ao Professor Alisson de Souza Pickler, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/2018

Publicação Nº 1528506

PORTARIA Nº 188/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Vanderlea Gesiane Borges Carvalho, para exercer o cargo de 2º Professor II, na Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan, no período de 20/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto tiver matrícula de aluno com necessidade especial, com carga horária de 20 horas semanais, de acordo com o Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei da Inclusão nº 7.853/89, em virtude da matrícula de Alunos Portadores de Necessidades Especiais na referida Escola.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/2018

Publicação Nº 1528507

PORTARIA Nº 189/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Vanderlea Gesiane Borges Carvalho, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190/2018

Publicação Nº 1528510

PORTARIA Nº 190/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Zélia Carvalho de Souza Borges, exercendo o cargo de Professora, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 19/02/2018, referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2018, 67/2018

Publicação Nº 1528233

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO: 66/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 04/2018
DATA DE ASSINATURA: 19/02/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: HENRIQUETA ROSSO ZANATTA & CIA LTDA
CNPJ/CPF: 81.866.170/0001-55
OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE MADEIRA BRUTA
VALOR GLOBAL: R\$ 90.437,62

EXTRATO DO CONTRATO: 67/2018
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2018
DATA DE ASSINATURA: 20/02/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: ROTEIROS DO SUL AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 19.536.198/0001-50
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPALEARINTERMUNICIPAL DE ESTUDANTES
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 209.304,00

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 01/86/2017

Publicação Nº 1527960

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO: 01/86/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 12/2017
DATA DE ASSINATURA: 20/02/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ/CPF: 90.180.605/0001-02
OBJETO: SEGURO DE VEÍCULO ESCOLARES – R.C.O.
VALOR GLOBAL: R\$ 14.280,00
VIGÊNCIA PRORROGADA ATÉ 21/02/2019

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 002/2018 PR 002/2018 FMS

Publicação Nº 1528604

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia objetivando o Fornecimento de Material e Mão de Obra e, a execução de Pintura interna e substituição de Calhas pluviais da Unidade Básica de Saúde – Central - de Vargem Bonita - SC, conforme Projeto Básico de Engenharia – Anexo I / CD e Anexo II – Modelo da Proposta de Preços, e demais condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, parte integrante do Processo.

Regime: Empreitada por Preço Unitário.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos Envelopes da Proposta e Documentos: Até às 14:00 horas do dia 05 de Março de 2018.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 05 de Março 2018 às 14:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, na Rua Coronel Vitório, 966,

Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 20 de Fevereiro de 2018.

ALDACIR SALETE DA SILVA DE OLIVEIRA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO 014/2017 PR 013/2017

Publicação Nº 1529266

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 000/2018
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Pregão Presencial, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, VANS, MINIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, durante o prazo de vigência da Ata, conforme condições e quantidades estimadas descritas no Edital e seus anexos.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e dos Documentos: Até o dia 06 de Março de 2018, às 09:00 horas.

Sessão de Processamento do Pregão: Dia 06 de Março 2018 a partir das 09:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 20 de Fevereiro de 2018.

MELÂNIA A. ROMAN MENEGHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 17/2018

Publicação Nº 1528200

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2018
PREGÃO Nº. 17/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 17/2018

OBJETO: BATERIA ELÉTRICA PARA REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS AUTOMOTORES COMO CAMINHÕES E ÔNIBUS, BATERIA DE 1ª. LINHA COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO, SEM MANUTENÇÃO (BLINDADA). CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DO DMER.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 17/2018, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/03/2018, às 09:00 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 20 de fevereiro de 2018.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 009/18

Publicação Nº 1528275

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/18

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para a qual foi nomeada em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. KATIANI GUARACI DE MORAIS	PSICÓLOGO	14.767/18, DE 02/02/2018

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 16 de fevereiro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

PORTARIA Nº 0176/18

Publicação Nº 1529059

PORTARIA nº 0176/18

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2927/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ALEXANDRE BERTO NETO, Carpinteiro, a partir de 23 de fevereiro de 2018 até 23 de maio de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 28 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de fevereiro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DA CC Nº 01/2018 - PMV

Publicação Nº 1529440

ESTADO DE SANTA CATARINA

município DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 01/2018-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação e julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a PERMISSÃO DE USO ONEROSO, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, NESTE ATO INTITULADO "BOX", PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE CAMELO NO MUNICÍPIO, EM CONSONÂNCIA COM A LEI COMPLEMENTAR 176/2017 E DECRETO Nº 14.049/2017, restando HABILITADAS as empresas Miguel Vanderlei Kohler 00539151947, Anderson Tomaz de Oliveira 00030992966, Joceli Matheus de Oliveira ME, Rodolfo Sumuri Garcia 70093076100, Terezinha Alves de Oliveira 89213556934, Willian Marcos Neres 04582725902, Antonio Corcino de Souza 05460312850 e Adão Marques Bitencurt 21976430968, e a empresa Milto da Silva 30486963934

HABILITADA COM RESSALVA. Diante da desistência expressa do prazo recursal do julgamento da habilitação de todas as empresas participantes, passou-se para a abertura e análise das propostas, restando vencedoras as empresas Milto da Silva 30486963934 no item 02, com o valor mensal de R\$ 200,00; Miguel Vanderlei Kohler 00539151947 no item 07, com o valor mensal de R\$ 260,00; Anderson Tomaz de Oliveira 00030992966 no item 05, com o valor mensal de R\$ 270,00; Joceli Matheus de Oliveira ME no item 06, com o valor mensal de R\$ 300,00; Rodolfo Sumuri Garcia 70093076100 no item 04, com o valor mensal de R\$ 350,00; Terezinha Alves de Oliveira 89213556934 no item 03, com o valor mensal de R\$ 250,00; Willian Marcos Neres 04582725902 no item 01, com o valor mensal de R\$ 279,98; Antonio Corcino de Souza 05460312850 no item 09, com o valor mensal de R\$ 310,00 e Adão Marques Bittencurt 21976430968 no item 10, com o valor mensal de R\$ 350,00. Tendo em vista a empresa Milto da Silva 30486963934 foi HABILITADA COM RESSALVA, a Comissão suspende o julgamento e concede à mesma o prazo de 05 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação.

Videira, 20 de fevereiro de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 056/2018

Publicação Nº 1528305

PORTARIANº 056/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: DENY ELEN DOS SANTOS
Cargo: PROFESSOR NIVEL II - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, com o AEE/Reforço Escolar, no período matutino, na EM Vitor Meireles, a partir do dia 20 de fevereiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº 0004/2017

Publicação Nº 1527905

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0164/2017 CONCORRÊNCIA Nº 0004/17

OBJETO: Contratação de empresa especializada de engenharia civil, para a Construção de Escola com 12 (doze) Salas de Aula, no Bairro Leandro, Município de Xanxerê, de acordo com Projeto Padrão FNDE, Programa de Ações Articuladas (PAR), Conforme Projetos e demais anexos do Edital e seus anexos.

Decorrido o prazo estabelecido na Ata de Julgamento dos documentos de Habilitação das empresas do dia 08/02/2018, e não havendo nenhum recurso protocolado, convocamos as empresas habilitadas: PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI e CONSTRUTORA SOLO LTDA para participarem da abertura dos envelopes contendo as propostas financeiras das empresas, que se dará as 10:00 horas do dia 21 de fevereiro de 2018 na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Xanxerê, SC, 20 de fevereiro de 2018. Jucimar Bortoncello – Presidente da Comissão.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2018

Publicação Nº 1528344

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0033/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2018
O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0023/2018, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, tendo como objeto a Contratação de empresa para a Locação, Montagem e Desmontagem de Estandes, Tendas e Lonas e Locação de carros elétricos, para realização da Expo FEMI 2018, que acontecerá de 28/04 a 06/05/2018, no Parque de Exposições Rovinho Bortoluzzi, conforme descrito no Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 12 de março de 2018, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 20 de fevereiro de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1528798

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Xanxerê, em observância a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, convida a comunidade em geral para AUDIÊNCIA PÚBLICA de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º quadrimestre de 2017. A audiência será realizada no dia 28 de fevereiro de 2018 (quarta-feira), às 09 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Xanxerê, localizado na Rua Doutor José de Miranda Ramos, 455. Xanxerê - SC, 19 de fevereiro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0011/2018

Publicação Nº 1529516

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0011/2018

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Geovani Baranzelli Eireli Me.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Alimentação (tipo Buffet livre) para Bombeiros de Serviço Operacional na Guarnição da 1ª Cia de Bombeiros do 14º Batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê.

Valor total: R\$ 64.152,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 14 de fevereiro de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal de Xanxerê.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2018

Publicação Nº 1528309

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0032/2018 – Dispensa de Licitação nº 0005/2018

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para a Prestação de Assistência e Extensão Rural pela contratada para a contratante contendo as ações descritas no Plano Anual – PAT, no valor de R\$ 40.700,00 (quarenta mil e setecentos reais), com a empresa EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, CNPJ Nº 83.052.191/0033-44. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso VIII. Xanxerê/SC, 20/02/2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0014/2018

Publicação Nº 1528309

Extrato de Contrato nº 0014/2018

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

Objeto: Dispensa de Licitação para Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural pela contratada para a contratante contendo as ações descritas no Plano Anual – PAT, com fundamento no Art. 24, inciso VIII da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Valor total: R\$ 40.700,00

Prazo de vigência: 12 Meses.

Xanxerê-SC, 20 de fevereiro de 2018. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 061

Publicação Nº 1528419

DECRETO Nº. 061/2018.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 26 de fevereiro de 2018, a Sra. SIMONE TOMAZ COMIN, CPF: 100.573.339-20, no cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de fevereiro de 2018.
Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri
Diretora de Recursos Humanos

Decreto 062

Publicação Nº 1528420

DECRETO Nº. 062/2018.

Exonera servidor municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 16 de fevereiro de 2018, a servidora municipal IVANIA RIZZOTTO SIQUEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5158, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de fevereiro de 2018.
Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri
Diretora de Recursos Humanos

Decreto 063

Publicação Nº 1528422

DECRETO Nº. 063/2018.

Exonera servidor municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 16 de fevereiro de 2018, a servidora municipal JULIA GRACIELA BAGGIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5186, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de fevereiro de 2018.
Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri
Diretora de Recursos Humanos

Decreto 065

Publicação Nº 1528424

DECRETO Nº. 065/2018.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 15 de fevereiro de 2018, a servidora municipal ADRIANA CARLA CECATTO, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR DE DIREÇÃO DE UNIDADE EDUCACIONAL, portadora da matrícula 7939, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de fevereiro de 2018.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

Decreto 066

Publicação N° 1528426

DECRETO N°. 066/2018.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei N°. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 16 de fevereiro de 2018, a servidora municipal LEA MIRIA DE LIMA, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR DE DIREÇÃO DE UNIDADE EDUCACIONAL, portadora da matrícula 8114, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de fevereiro de 2018.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

Associações

FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2018 - CONSELHO EXECUTIVO

Publicação Nº 1528503

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2018

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Senhor VOLNEI JOSÉ MORASTONI, Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos membros do Conselho Executivo da entidade para reunião com a seguinte ordem do dia:

Data: 27 de fevereiro de 2018
Horário: 16 horas às 22 horas
Local: Sala de reuniões da FECAM

Pauta:

1. Revisões orgânicas: diagnóstico interno da FECAM e demandas relacionadas à reorganização da entidade;
2. Criação de Câmaras Técnicas de trabalho da FECAM e estratégias para a área da Saúde;
3. Desafios tributários e financeiros: a delimitação dos temas financeiros e tributários da entidade para 2018 (participação do CONFAZ-M/SC);
4. XVI Congresso Catarinense de Municípios: definição do modelo de organização e diretrizes temáticas;
5. Encontros Macrorregionais: definição de temas, metodologia e agenda;
6. Agenda institucional: TCE/SC, MPSC, SEF, TJ/SC, FIESC, PF, SPU, combinadas com reunião do Conselho Deliberativo;
7. Diálogo com parceiros estratégicos da FECAM.

Florianópolis/SC, 19 de fevereiro de 2018.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI

Prefeito de Itajaí

Presidente da FECAM

AMEOSC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018 - PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

Publicação Nº 1527800

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018

PROCESSO Nº 1/2018 HOMOLOGAÇÃO: 16/02/2018

CONTRATANTE: CONS INTER DES REGIONAL - CONDER

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS, PARA USO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER: ANCHIETA, BANDEIRANTE, BARRA BONITA, BELMONTE, DESCANSO, DIONÍSIO CERQUEIRA, GUARUJÁ DO SUL, GUARACIABA, IPORÃ DO OESTE, ITAPIRANGA, MONDAÍ, PALMA SOLA, PARAÍSO, PRINCESA, SÃO JOÃO DO OESTE, SÃO JOSÉ DO CEDRO, SÃO MIGUEL DO OESTE, TUNÁPOLIS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL

CONTRATADO: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 637.530,80 (seiscentos e trinta e sete mil quinhentos e trinta reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 871.006,05 (oitocentos e setenta e um mil e seis reais e cinco centavos)

CONTRATADO: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI -

VALOR DA DESPESA: R\$ 275.437,00 (duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais)

CONTRATADO: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 510.704,11 (quinhentos e dez mil setecentos e quatro reais e onze centavos)

CONTRATADO: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 922.148,25 (novecentos e vinte e dois mil cento e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 200.784,50 (duzentos mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: A G KIENEN & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 59.722,94 (cinquenta e nove mil setecentos e vinte e dois reais e noventa e quatro centavos)

CONTRATADO: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 697.020,00 (seiscentos e noventa e sete mil e vinte reais)

CONTRATADO: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTD VALOR DA DESPESA: R\$ 790.830,60 (setecentos e noventa mil oitocentos e trinta reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: GENESIO A MENDES & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 252.381,60 (duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI

VALOR DA DESPESA: R\$ 385.029,00 (trezentos e oitenta e cinco mil e vinte e nove reais)

CONTRATADO: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 456.095,50 (quatrocentos e cinquenta e seis mil e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 830.105,72 (oitocentos e trinta mil cento e cinco reais e setenta e dois centavos)

CONTRATADO: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 505.856,50 (quinhentos e cinco mil oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.254.559,85 (um milhão duzentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)

CONTRATADO: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 1.129.190,45 (um milhão cento e vinte e nove mil cento e noventa reais e quarenta e cinco centavos)

São Miguel do Oeste, 16/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 2/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018 - CONDER - PNEUS

Publicação Nº 1528879

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUN. DE DESENV. REGIONAL – CONDER

PROCESSO LICITATÓRIO N. 2/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 2/2018

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES, TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO POR ÍTEM DO SEGUINTE OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS E CORRELATOS PARA OS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO CONDER(ANCHIETA, BARRA BONITA, BELMONTE, DIONÍSIO CERQUEIRA, GUARUJÁ DO SUL, GUARACIABA, ITAPIRANGA, PALMA SOLA, PRINCESA, SÃO MIGUEL DO OESTE, TUNÁPOLIS), CONFORME ANEXO I

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 08H45MIN DO DIA 05 DE MARÇO DE 2018.

ABERTURA: ÀS 09HS DO DIA 05 DE MARÇO DE 2018.

LICITAÇÃO REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520 E 8.666/93 E ALTERAÇÕES VIGENTES.

MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO AO DEPARTAMENTO AO CONDER PELO FONE (49) 36210795 E O EDITAL NA INTEGRA NO SITE: <http://www.ameosc.org.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/7572>

SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

GENÉSIO BRESSIANI

PRESIDENTE DO CONDER

Consórcios

AGIR

AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2018

Publicação Nº 1529456

A U T O R I Z A Ç Ã O DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Elaboração de metodologias tarifárias de cobrança de taxa e/ou tarifa de resíduos sólidos aos Municípios de Apiúna, Benedito Novo e Botuverá, com base em estudos de levantamento de custos e investimentos.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento de que se cogita, objetivando a contratação de dispensa de licitação por valor conforme a prestação de serviços em favor da seguinte empresa:

ü COMPETI – CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO DE PROCESSOS LTDA (CNPJ nº 16.708.673/0001-30)

Descrição do item:	Fornecedor:	Valor:
Elaboração de metodologias tarifárias de cobrança de taxa e/ou tarifa de resíduos sólidos aos Municípios de Apiúna, Benedito Novo e Botuverá, com base em estudos de levantamento de custos e investimentos.	COMPETI – CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO DE PROCESSOS LTDA, nº 16.708.673/0001-30	R\$ 14.000,00 (catorze mil reais)
VALOR TOTAL JULGADO		R\$ 14.000,00 (catorze mil reais)

Ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato e/ou empenho e a publicação do objeto mencionado, como condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 20 de fevereiro de 2018.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2018

Publicação Nº 1529455

E X T R A T O DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 026/2018

OBJETO: Elaboração de metodologias tarifárias de cobrança de taxa e/ou tarifa de resíduos sólidos aos Municípios de Apiúna, Benedito Novo e Botuverá, com base em estudos de levantamento de custos e investimentos.

CONTRATADO: COMPETI – CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO DE PROCESSOS LTDA. (CNPJ nº 16.708.673/0001-30)

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 14.000,00 (catorze mil reais).

DATA VIGÊNCIA: 31/12/2018.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau (SC), em 20 de fevereiro de 2018.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2018

Publicação Nº 1529453

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2018

OBJETO: Elaboração de metodologias tarifárias de cobrança de taxa e/ou tarifa de resíduos sólidos aos Municípios de Apiúna, Benedito Novo e Botuverá, com base em estudos de levantamento de custos e investimentos.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor da empresa COMPETI – CONSULTORIA E

REPRESENTAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO DE PROCESSOS LTDA (CNPJ nº 16.708.673/0001-30), para a manutenção elaboração de metodologias tarifárias de cobrança de taxa e/ou tarifa de resíduos sólidos aos Municípios de Apiúna, Benedito Novo e Botuverá, com base em estudos de levantamento de custos e investimentos. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 20 de fevereiro de 2018.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

ARIS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 13-2015

Publicação Nº 1528074

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 13/2015

OBJETO: locação de sala comercial para sediar a ARIS na região do Entre Rios

CONTRATADO: Associação dos Municípios do Entre-Rios - AMERIOS

CNPJ: 00.961.206/0001-88

ALTERAÇÃO: CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR:

A Cláusula Terceira passa a vigorar com a seguinte redação:

3.1 O valor do aluguel ora contratado é de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, mediante depósito em conta corrente junto ao Banco do Brasil, agência 0858-3, conta corrente 3.315-4, a ser efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2018.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

CIGA

Extrato de Contrato n. 616 - Prefeitura Municipal de Piratuba

Publicação Nº 1527982

EXTRATO DE CONTRATO Nº 616/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Piratuba

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piratuba

CNPJ: 82.815.481/0001-58

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 30/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0005_2018 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS**

Publicação Nº 1529481

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL Nº 0005/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0020/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Materiais Odontológicos e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 05/03/2018 e serão recebidas até 31/12/2018 no 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis(SC), 20 de fevereiro de 2018.

Elói Rönna – Diretor Executivo

RESOLUÇÃO 0015_2018

Publicação Nº 1529480

Resolução n. 0015/2018

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0020/2018, Edital nº 0005/2018-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0020/2018, Edital nº 0005/2018-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Sandra Zonta – CIMCATARINA - Presidente;

II – Simone Antunes Pinto – CIMCATARINA – Membro;

III – Mauro Marcelo Cizeski – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2018.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI**CONTRATO Nº 2018/002 - LICITAÇÃO Nº 001/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONSISTENTE NA ASSESSORIA TÉCNICA PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA PARA CONSTRUÇÃO DE GALPÃO DE TRIAGEM E ADEQUAÇÃO COM FECHAMENTO**

Publicação Nº 1528268

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

LICITAÇÃO Nº 001/2018 – CONVITE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2018/002

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Par Projetos de Engenharia e Arquitetura Ltda ME

OBJETO: Constitui-se objeto do presente contrato, a contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos consistente na Assessoria Técnica para desenvolvimento de projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma para construção de galpão de triagem e adequação com fechamento dos galpões existentes, conforme Convite nº 001/2018 e seus anexos e tabela abaixo:

Lote 01 - Assessoria Técnica para desenvolvimento de projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma para construção de galpão de triagem e adequação com fechamento dos galpões existentes

Subitem	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço máximo (R\$)	
				Unitário	Total
1.1	01	SERVIÇO	Assessoria Técnica para desenvolvimento de projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma para construção de galpão de triagem de materiais recicláveis	7.250,00	7.250,00
1.2	01	SERVIÇO	Assessoria Técnica para desenvolvimento de projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma para adequação com fechamento dos galpões existentes	7.250,00	7.250,00
Total					14.500,00

PRAZO: 31 de dezembro de 2018.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 20 de Fevereiro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

LICITAÇÃO Nº 001/2018 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 1528265

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO: 001/2018

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 001/2018, consoante ata de julgamento.

Timbó, 20 de Fevereiro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

Ciente da adjudicação

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO

Advogado

OAB/SC nº 17.721

LICITAÇÃO Nº 001/2018 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 1528266

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO: 001/2018

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 223/2018,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Convite nº 001/2018, o participante:

PAR PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA ME	R\$ 14.500,00
--	---------------

Timbó, 20 de Fevereiro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

CIS/AMARP**PORTARIA 04/2018**

Publicação Nº 1527977

Portaria nº 04/2018

Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo de Gerente Administrativo II.

Douglas Fernando de Mello, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Lebon Régis, usando da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer o cargo em comissão de Gerente Administrativo II, Monalisa Giazsoni, CPF 061.058.249-63 com carga horária semanal de 40 horas.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 20 de fevereiro de 2018.

Douglas Fernando de Mello

Presidente CISAMARP

PORTARIA 05/2018

Publicação Nº 1528469

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Portaria nº 05/2018

Douglas Fernando de Mello, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Lebon Régis, usando da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada para uso do veículo de propriedade do CISAMARP, exclusivamente em serviço, a servidora Monalisa Giazsoni.

Art. 2º Responsabiliza-se a servidora pelo uso adequado do veículo e pelo zelo ao bem público.

Art. 3º Em casos excepcionais, e motivados pela agilidade do serviço ou pelo horário de saída e chegada de viagens, poderá o veículo pernoitar na residência da funcionária, desde que o mesmo seja guardado em local coberto e adequado.

Art. 4º Despesas efetuadas com a manutenção do veículo durante o uso em serviço, deverão ser comprovados através de Nota Fiscal ou Cupom Fiscal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 20 de fevereiro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Presidente CISAMARP

CISAM-SUL**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 02/2018 - CISAM SUL**

Publicação Nº 1528962

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-Sul, com sede no Município de Orleans/SC, torna público para o conhecimento de interessados, que fará licitação COMPARTILHADA na modalidade Pregão (presencial), do tipo proposta de menor preço por item, no dia 08/03/2018, às 14h, no escritório do CISAM-SUL, situado na Rua Agenor Loli, s/n, Bairro Corridas, Orleans/SC, objetivando a Aquisição de TUBOS, CONEXÕES E HIDRÔMETROS aos consorciados do CISAM-SUL, com entrega na sede dos respectivos entes consorciados, entre outras especificações constantes no Anexo I do edital normativo, de acordo com as normas da Lei Federal nº 10.520/02, subsidiária a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como da Lei Complementar nº 123/2006.

O referido edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente, bem como no site do CISAM-SUL: www.cisam-sul.sc.gov.br.

Outros esclarecimentos, pelo telefone (48) 3466-4261.

Orleans (SC), 21 de fevereiro de 2018.
PÂMELA MATTEI BRIGHENTE
Presidente da Comissão de Licitação

CIASS

RESOLUCAO 001/2018

Publicação Nº 1528160

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 001/18, de 19 de Janeiro de 2018.
NOMEIA SERVIDOR ACT DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

TIAGO ZILLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em caracter emergencial Servidora ACT abaixo relacionada:

SERVIDOR CPF CARGO

Anair de Souza Spader 485.604.569-53 Serviços Gerais

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 19 de Janeiro de 2018 até 31 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de Janeiro de 2018.
TIAGO ZILLI
Presidente da CIASS DE TURVO

RESOLUCAO 002/2018

Publicação Nº 1528161

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 002/18, de 19 de Fevereiro de 2018.
EXONERA COORDENADOR SOCIAL PARA O CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES CONFORME PROTOCOLO DE INTENÇÕES, ANEXO I, PROVIMENTO EM COMISSÃO.

TIAGO ZILLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar Sandra Regina Blausius, CPF 636.981.109-20 do Cargo de COORDENADORA SOCIAL em comissão, conforme Anexo I do protocolo de intenções do CIASS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de Fevereiro de 2018.
TIAGO ZILLI
Presidente da CIASS DE TURVO